Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

AS [DES]VENTURAS DA INTEGRIDADE NO
PATRIMÔNIO MUNDIAL

Rosane Piccolo Loretto

São Paulo
2016

Rosane Piccolo Loretto

AS [DES]VENTURAS DA INTEGRIDADE NO PATRIMÔNIO MUNDIAL

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo da Universidade de São Paulo
como pré-requisito para a obtenção do título
de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: História e
Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Beatriz Mugayar
Kühl

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-mail da autora: rosanepiccolo@yahoo.com.br.

Loretto, Rosane Piccolo.

L868d As [des]venturas da integridade no Patrimônio Mundial / Rosane Piccolo Loretto. - São Paulo, 2016.
345 p. : il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - FAUUSP.
Orientadora: Beatriz Mugayar Kühl.

1. Patrimônio mundial (Preservação). 2. Unesco. 3. Integridade. 1. Título.

CDU 7.025.3

Ao meu avô *Rolando Piccolo*, que entre tantas coisas, me ensinou com os seus quase 90 anos que os anjos não envelhecem. Como já dizia Maximiliano Campos...

Agradecimentos

Esta tese apenas foi possível devido a muitos encontros que tive ao longo desses quatro anos, entre ideias, intenções, pessoas e instituições. A minha gratidão por essa inestimável ajuda.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo [Fapesp], pela Bolsa de Doutorado Regular no Brasil e Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico [CNPq], pela bolsa concedida da cota institucional da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo [Fauusp]. Esses auxílios foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

A Beatriz Mugayar Kühl, agradeço a acolhida de anos atrás que resultou na orientação generosa, criteriosa, enriquecedora do trabalho. Sem as suas preciosas contribuições, a tese não seria o que é hoje. Agradeço profundamente pela sua competência, confiança e amizade durante toda essa jornada de doutoramento.

A Simona Salvo, da Facoltà di Architettura, Università degli Studi di Roma “La Sapienza”, pela instigante supervisão durante o desenvolvimento da pesquisa em Roma, que me permitiu descortinar novos horizontes de investigação.

Às professoras Maria Lucia Bressan Pinheiro e Manoela Rossinetti Rufinoni, pela importante participação na banca de qualificação que tanto aprimorou o trabalho.

A todos os membros do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Fauusp, especialmente aos professores que, por meio das suas disciplinas, contribuíram para esse exercício científico. A Ana Lúcia Duarte Lanna, Paulo César Garcez Marins e Renato Cymbalista, pelo intenso compartilhar de conhecimento e pelo sempre incentivo à problematização. A Beatriz Mugayar Kühl, Maria Lucia Bressan Pinheiro e Manoela Rossinetti Rufinoni pela leitura crítica sobre a teoria do restauro e as práticas de intervenção no patrimônio cultural. A Hugo Segawa, Mônica Junqueira de Camargo, Rodrigo Queiroz, Nilce Aravecchia pelas interessantes discussões no Observatório de Arquitetura Latino-Americana Contemporânea [Brasil - Colômbia - México].

Aos demais professores que me receberam entre os seus: Marco Antônio de Ávila Zingano da Pós-Graduação em Filosofia da USP, Camilo Rodrigues Neto do Mestrado em Modelagem de Sistemas Complexos da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP Leste, e Simone Scifoni da Pós-Graduação em Geografia. A Simone, em especial, por ter representado o meu primeiro contato de sala de aula com a Universidade de São Paulo, pela sua dedicação ao patrimônio natural e às pessoas que dele fazem parte.

Ao professor Giovanni Carbonara, da Facoltà di Architettura, Università degli Studi di Roma “La Sapienza”, pelas precisas e sábias sugestões sobre o meu trabalho.

Ao Iccrom que também me recebeu durante a estadia italiana, na figura de Stefano De Caro, pelos animados debates sobre a integridade e a arqueologia. Jukka Ilmari Jokilehto, pelas discussões sobre a integridade nas atividades da Unesco. Paul Arenson, pelo suporte às pesquisas documentais e bibliográficas.

Ao Centro de Documentação Unesco-Icomos, os meus agradecimentos a Lucile Smirnov pelo auxílio na localização de importantes fontes de pesquisa.

A Unesco, agradeço a Petra van den Born pelo apoio nos levantamentos da documentação institucional.

Ao professor Michael A. Tomlan, da Cornell University's College of Architecture, Art & Planning, pelo entusiasmo quanto ao trabalho nessa árida e importante temática.

Aos meus professores pernambucanos: Virgínia Pontual, Silvio Zancheti e Denis Bernardes, *in memoriam*, pelo incentivo e apoio à minha vida acadêmica. Especialmente a Virgínia, a minha primeira “mãe científica”, alguém que sempre lembrarei com muito carinho e gratidão, e a Denis pelos ensinamentos passados de tantas formas maravilhosas.

Aos meus queridos Aline de Figueirôa Silva, Ingrid Quintana Guerrero, Elisa Vaz, Alessandra Bedolini, Flaviana Lira, Fernanda Curi, Olívia Buscariolli, Carolina Fidalgo, Amiria Brasil, Eduardo Pizarro, Mariana Wilderom e Márcio Reis, pela amizade e por dividirem as alegrias e as angústias da produção de um trabalho como este.

Em especial, a Ingrid, por compartilhar momentos únicos na trajetória uspiana. Pela presença sempre atenciosa, pronta a ajudar. De dedicação aos estudos inspiradora.

E a Aline, pelo carinho, respeito e admiração profundos que tenho. Conquistados cotidianamente há uns bons anos. A minha amiga de todos os momentos. De muitas risadas, aflições, provas, passeios, reflexões, andanças, estudos, piadas, coisas que não cabem mais no nosso caderninho verde. Agradeço por mais essa parceria no doutorado à irmã que brotou no meu coração.

Aos meus amigos da Cruz Vermelha Brasileira, por todos os momentos de alegria, aprendizado e serviço que tivemos juntos, pelo apoio e compreensão de sempre.

A Maria de Fatima Almeida Prado pela escuta cuidadosa, delicada e confortante.

A toda minha família, especialmente a Rosangela Spiropulos Piccolo, minha mãe, primeira e eterna professora. Ao meu mano caçula, Tiago Piccolo Loretto, que sempre esteve ao meu lado, em todos os tempos. A Sandro Cordeiro Loretto, meu irmão mais velho, pelos exemplos de dedicação à pesquisa. Ao meu pai Nelson Rubens Mendes Loretto pelo incentivo e amor à vida acadêmica. À minha tia, Rogeria Spiropulos Piccolo Figueiredo, pelo afeto e apoio, nas questões tese e além-tese. Ao meu primo Rolando Piccolo Figueiredo, por compartilhar essa paixão e pelo auxílio sempre que precisei.

Ao meu companheiro de toda a vida, João Gustavo Specialski, pelo seu amor, carinho e cuidado, a cada minuto.

Finalmente a DEUS, pelo milagre e dom da vida.

Resumo

LORETTO, R.P. **As [des]venturas da integridade no Patrimônio Mundial**. 2016. 345 f. Tese [Doutorado] - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Esta tese examina a noção de integridade – um dos principais crivos para a seleção de elementos culturais e naturais no sistema do patrimônio mundial –, buscando demonstrar a relação conflituosa entre os seus aspectos técnicos e político-administrativos na Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura [Unesco]. Para isso, a integridade é analisada a partir de três dimensões – a conceitual, a teórica e a institucional –, privilegiando fontes documentais como dicionários etimológicos e regulares; escritos da teoria do restauro; relatórios do Comitê e do Bureau do Patrimônio Mundial, de encontros de especialistas, de avaliação de nomeações culturais e naturais; cartas circulares; guias operacionais; convenções; recomendações; e cartas patrimoniais, em diálogo com a historiografia sobre o tema. Assim, o trabalho evidencia que muitas decisões tomadas em nome da integridade foram impulsionadas por questões eminentemente político-administrativas, por vezes revestidas pelo véu da “neutralidade” das avaliações técnicas.

Palavras-chave: Integridade. Patrimônio Mundial. Unesco. Preservação.

Abstract

LORETTO, R.P. **The [mis]adventures of integrity in the World Heritage**. 2016. 345 f. Thesis [Ph.D.] – Faculty of Architecture and Urban Planning, University of São Paulo, São Paulo, 2016.

This thesis examines the notion of integrity – one of the main criteria for selecting cultural and natural areas in the World Heritage system –, seeking to demonstrate the conflicting relationship between its technical and political-administrative aspects in the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization [Unesco]. For this, integrity is analyzed from three dimensions – conceptual, theoretical and institutional –, favoring documental sources such as regular and etymological dictionaries; writings on restoration theory; reports from the World Heritage Committee and Bureau, expert meetings, assessments of cultural and natural nominations; circular letters; operational guidelines; conventions; recommendations; and heritage charters, in dialogue with the historiography on the subject. Therefore, the study shows that many decisions taken in the name of integrity were driven by eminently political and administrative issues, sometimes covered by the veil of “neutrality” of technical evaluations.

Keywords: Integrity. World Heritage. Unesco. Preservation.

Lista de abreviações

CCAMLR	Convention on the Conservation of Antarctic Marine Living Resources
CNPPA	Commission on National Parks and Protected Areas
CONDESAN	Consortium for the Sustainable Development of the Andean Ecoregion
FAO	Food and Agricultural Organization
HUL	Historic Urban Landscape
ICCROM	International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property
ICOM	International Council of Museums
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
IUCN	International Union for Conservation of Nature
NEPA	National Environmental Policy Act
NPS	National Park Service
SHPOs	State Historic Preservation Offices
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNSCCUR	United Nations Conference on the Conservation and Utilization of Resources
WCPA	World Commission on Protected Areas
WHO	World Health Organization

Sumário

Introdução	17
 Capítulo 1.	
Impostações conceituais e teóricas: o prelúdio da integridade	31
1.1 Uma crítica epistemológica	31
1.2 Os escritos sobre preservação	53
 Capítulo 2.	
O estabelecimento do sistema do patrimônio mundial e os conflitos [in]diretamente relacionados à integridade	95
2.1 Da gênese da estrutura da Unesco em 1945 ao desenho da convenção em 1972	96
2.2 As atividades de patrimonialização e os embates das décadas de 1970 e 1980	137
 Capítulo 3.	
A “integridade” da Lista do Patrimônio Mundial e a consolidação do critério no âmbito cultural	187
3.1 As tentativas de manutenção da “integridade” da lista de meados de 1980 até 2005	188
3.2 As novas regulações para a eleição do patrimônio mundial e as velhas questões não resolvidas: o último decênio	249
 Considerações Finais	293
 Fontes de Pesquisa	301

Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível que lhe deres:
“Trouxeste a chave?”

Procura da Poesia
[CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE]

Introdução

Esta pesquisa é dedicada à noção de integridade em relação à preservação de objetos e áreas culturais no âmbito do sistema do patrimônio mundial. O foco central de discussão são os aspectos técnicos e político-administrativos desse conceito, assim como a sua apropriação pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura [Unesco].

O estabelecimento da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial – ou simplesmente Convenção do Patrimônio Mundial¹ –, na 17ª sessão da conferência da Unesco em 16 de novembro de 1972, representou um passo decisivo rumo ao reconhecimento e à preservação de significativos itens em uma escala global. Esse foi um ponto de inflexão na história das políticas contemporâneas de tutela e da mobilização de esforços para a proteção de objetos, áreas, elementos naturais e sítios.

A ideia de patrimônio mundial – como sugere Sarah Titchen², ex-técnica da Unesco quanto à implementação de políticas do Centro do Patrimônio Mundial³ – está

¹ Dos originais em inglês: *Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage* ou *World Heritage Convention*. A autora optou por utilizar traduções livres – sempre remetendo aos enunciados em grafia original – nos casos em que os referidos nomes em língua estrangeira não fossem amplamente difundidos no Brasil. Essa estratégia foi usada na tese quanto à apresentação de nomes de comissões institucionais, escritórios, divisões, eventos, dentre outros.

² TITCHEN, S.M. *On the construction of outstanding universal value. Unesco's World Heritage Convention [Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage] and the identification and assessment of cultural places for inclusion in the World Heritage List*. Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy of the Australian National University. 1995.

³ Do original em inglês: *World Heritage Centre*.

fundamentada em alguns princípios inextricavelmente ligados. O primeiro deles se refere à existência de um “valor excepcional universal”⁴ que pode ser atribuído a recortes de lugares os quais sejam identificados e avaliados como de importância mundial. O segundo princípio remete à ideia de que aquilo que porte um valor excepcional universal deve ser protegido e transmitido como parte do patrimônio da humanidade, por meio de ações internacionais. Nessa perspectiva, a Lista do Patrimônio Mundial⁵ representa a síntese dos propósitos e dos resultados da implantação desse ambicioso instrumento de tutela patrimonial internacional que é a convenção.

A integridade, a autenticidade, os significados culturais e naturais representam os crivos de avaliação das nomeações propostas para compor esse elenco, constituindo, assim, os protagonistas desse julgamento. Desde meados dos anos 2000, a integridade teve o seu âmbito de aplicação ampliado, quando o atendimento a essa condição também passou a ser exigido para a avaliação do patrimônio cultural, uma vez que, de 1977⁶ a 2005, ela vinha sendo empregada apenas como qualificadora dos elementos naturais⁷. Portanto, atualmente, todos os candidatos à lista devem ser considerados íntegros, ao passo que os elementos culturais devem ser julgados também como autênticos, sendo ambos portadores de significados mundialmente reconhecidos.

Segundo a corrente definição da Unesco⁸, a integridade está relacionada à inteireza e ao caráter intacto do patrimônio cultural e natural e dos seus atributos, encontrados livres de ameaças que disturbem a expressão do seu valor excepcional universal. Já a autenticidade⁹ remete à continuidade dos atributos do patrimônio cultural relacionados à

⁴ Do original em inglês: *outstanding universal value*.

⁵ Do original em inglês: *World Heritage List*.

⁶ Em 1977, deu-se início à formação da Lista do Patrimônio Mundial com a realização das primeiras inscrições.

⁷ Nesse período, a integridade ainda não havia sido institucionalmente conceituada, existindo apenas as “condições de integridade”, estabelecidas desde a primeira versão do Guia Operacional para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial [*Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*] de 1976. Estas representavam exemplos práticos de como elementos naturais – corpos aquáticos, vulcões, geleiras, áreas de biodiversidade de fauna e flora, por exemplo – poderiam ser considerados íntegros.

⁸ Contida em UNESCO. *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*, 2015.

⁹ A autenticidade encontra-se criticamente abordada nos trabalhos de Andrzej Tomaszewski, Jukka Jokilehto e Francisco Javier López Morales [juntamente aos colaboradores do seu livro]. Importantes contribuições brasileiras sobre o estudo da autenticidade – quanto aos seus aspectos conceituais e operacionais – estão registradas em LIRA, F. *Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento*. Recife: Edufpe, 2011 e em MAYUMI, L. *Monumento e autenticidade: a preservação do patrimônio arquitetônico no Brasil e no Japão*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Fauusp, 1999.

forma e projeto, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e espaço, espírito e sentimento, bem como a outros fatores internos e externos. Por fim, os significados¹⁰ se reportam à associação do patrimônio a um dos dez critérios de excepcionalidade cultural ou natural da lista, o que, segundo a obra *On the Construction of Outstanding Universal Value*¹¹, constitui a principal característica distintiva e identitária do sistema do patrimônio mundial.

Embora aparentem ser definições estáveis e bem sedimentadas, os polêmicos processos que concorreram para o estabelecimento desses três crivos de patrimonialização apontam para a existência de um conjunto de profundas discordâncias quanto aos seus termos, tanto entre a Unesco e a comunidade especializada internacional, como dentro do próprio organismo.

Muitas das críticas externas sobre os entendimentos da integridade, autenticidade e significados decorrem da percepção da homogeneização e do achatamento desses critérios de seleção e de tutela, como pontuado pelo cientista social Ferdinand de Jong e pelo antropólogo Michael Rowlands¹² no livro *Reclaiming Heritage. Alternative Imaginaries of Memory in West Africa*. Esses autores comentam que isso resulta em uma burocratização patrimonial que não abre espaço para a existência de algo “alternativo” na lista, ainda que ela pretenda ter uma abrangência global. Algo tratado pelo historiador Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes como “ciladas da lógica universal”¹³, ao pressupor que coisas possam ser perfeitamente regidas por lógicas estranhas ao contexto socioespacial envolvido.

Embora críticas como essa pareçam ser “datadas”, elas não são, uma vez que permanecem no tempo e nas pautas de discussão sobre a proteção dos elementos de interesse à humanidade. Ainda no ano 1964, quando a Convenção do Patrimônio Mundial ainda nem havia sido estabelecida, membros do Departamento Geral de Antiguidades e Museus na Síria registraram de modo contendente que a grande ameaça aos monumentos – mais do que as guerras e conflitos armados – era a tendência internacional de apenas preservar “poucos e admiráveis exemplares da história arquitetônica de um país”, à custa

¹⁰ Esse tema encontra-se criticamente explorado pelos seguintes autores: Derek Worthing & Stephen Bond, James Kerr, Jukka Jokilehto, Michael Tomlan, Randall Mason, Sarah Staniforth e Sharon Park.

¹¹ TITCHEN, 1995, *op cit.*

¹² DE JONG, F.; ROWLANDS, M. *Reclaiming Heritage. Alternative Imaginaries of Memory in West Africa*. Walnut Creek: Left Coast Press for the Institute of Archeology, University of London, 2007.

¹³ MENEZES, U.T.B. *Cidade capital, hoje?*. In: SALGUEIRO, H.A. [Org.]. *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos*. São Paulo: Edusp, 2001. [p.9-16], p.12. Embora o foco do autor nesse texto não tenha sido o patrimônio em específico, e sim as transferências de modelos urbanísticos na constituição da cidade do século XIX, o seu raciocínio bem se aplica a esse problema introduzido na tese.

do esquecimento de outros. Essa ideia decorria do entendimento de que “a imposição de padrões internacionais que davam preferência exclusivamente à salvaguarda de obras-primas”¹⁴ segregava o patrimônio de um local, que deveria ser visto como um todo. Quase 35 anos após essa declaração, a delegação do governo italiano na Unesco¹⁵ pontou que restringir as noções de integridade e de autenticidade a um modelo único e fechado era uma atividade pouco útil, por considerar a impossibilidade de dar uma interpretação universal a algo tão cambiável em suas expressões, como o patrimônio.

A socióloga e filósofa Alexandra Kowalski¹⁶ observa que o ato de patrimonialização da Unesco – epitomado por meio das suas normas de seleção – representa os processos burocráticos e científicos desse atual modelo proteção. Ela conta que desde os primórdios do período moderno, a natureza e a cultura foram preservadas por meio da seleção cumulativa de elementos valorados, que foram dispostos em um local designado para tanto, como foi o caso dos museus, parques, jardins, livrarias, arquivos e sítios. Nesse sentido, o sistema do patrimônio mundial adotou as listas como sua grande “caixa de vidro”, e a integridade, autenticidade e significados como as portas de acesso a ela. Entretanto, afirma que tal metodologia faz parte de um processo exógeno às realidades do elemento a ser protegido, ponto que também responde por muitas críticas quanto à prática da Unesco.

Outras opiniões desfavoráveis quanto aos crivos também foram, e ainda são proferidas pelos próprios membros da Unesco, a exemplo do diretor da Divisão de Patrimônio Cultural¹⁷, Laurent Lévi-Strauss¹⁸, ao destacar a impossibilidade de confinar noções como a integridade e a autenticidade em definições tão restritas e nebulosas que não possam ser aplicadas a todos os elementos culturais ou naturais ao redor do mundo. Ou ainda do ilustre historiador Léon Pressouyre¹⁹ que afirma existir uma “disfunção” no cerne da estrutura legal e dos critérios que estabelecem a excepcionalidade do patrimônio

¹⁴ UNESCO. Report on Measures for the Preservation of Monuments of Historical or Artistical Value, 1964, p.22 [DOC. 13C/PRG/15. ANNEX II].

¹⁵ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Twenty-First Session, Naples, Italy, 1-6 December 1997. Item 4 of the Provisional Agenda: Reports of the Rapporteurs of the sessions of the Bureau of the World Heritage Committee held in 1997. Annex XI. 10 October 1997 [DOC. WHC-97/CONF.208/4A].

¹⁶ KOWALSKI, A. *When Cultural Capitalization became Global Practice. The 1972 World Heritage Convention*. In: BANDELI, N.; WHERRY, F.F. [Ed.]. *The Cultural Wealth of Nations*. Stanford: Stanford University Press, 2011. p.73-89.

¹⁷ Do original em inglês: *Division of Cultural Heritage*.

¹⁸ LÉVI-STRAUSS, L. *The African cultural heritage and the application of the concept of authenticity in the 1972 Convention*. 2000 [p.70-73]. In: UNESCO. *Authenticity and Integrity in an African Context*. Expert Meeting, Great Zimbabwe, 26-29 May 2000.

¹⁹ PRESSOUYRE, L. *The World Heritage Convention, Twenty Years Later*. Paris: Unesco Publishing, 1996, p.9.

da humanidade²⁰. Ou do antigo consultor do Comitê do Patrimônio Mundial²¹, Henry Cleere²², ao pontuar que muitas decisões da Unesco são o resultado de “discussões secretas” realizadas entre burocratas e a instituição²³. Embora sejam três agentes de peso, Laurent Lévi-Strauss, Léon Pressouyre e Henry Cleere representam vozes dissonantes dentro da Unesco, pelo lugar de exceção que as suas críticas lá ocupam. Nesse contexto, a lista mundial reflete diretamente os princípios que orientam a sua construção, sendo fortemente marcada pela supervalorização de tipos específicos de elementos, em detrimento de outros, e pelo desbalanço entre os seus componentes culturais e naturais²⁴, o que também tem provocado questionamentos quanto à credibilidade do sistema. Em uma média ao longo dos anos, as inscrições culturais vêm respondendo por aproximadamente 70% da lista, sendo o restante dividido entre elementos naturais e mistos.

Tamanha diferença de representação decorre principalmente dos modos de avaliação das nomeações, nas quais as condições qualificadoras de autenticidade e de integridade, em especial, desempenham um importante papel, como já pontuado. A forma pela qual essa última noção está estabelecida dá margens para que o conceito seja interpretado tanto de modo “literal” – o que tem impossibilitado grande parte dos candidatos de atender a essa condição –, como de forma “figurada”, admitindo os mais rasos e variados julgamentos. Como consequência, são verificadas, por um lado, exclusões de elementos transformados em determinado grau das ações de preservação²⁵ ou, por outro, o apagamento da variável “integridade” das equações patrimoniais da Unesco, especialmente a partir da ampliação da sua aplicação para a esfera cultural.

²⁰ O termo “patrimônio da humanidade” será empregado como sinônimo de “patrimônio mundial”, a não ser nos casos específicos constantes nas traduções da autora, nos quais se registra tanto o uso das palavras “*mankind*” e “*world*”.

²¹ Do original em inglês: *World Heritage Committee*.

²² CLEERE, H. *The Impact of World Heritage Listing*. In: ICOMOS. *Le Patrimoine, Moteur de Développement*. Paris, 2011. p.519-525.

²³ O termo “instituição,” que se encontra ligado a “organização”, será utilizado na acepção que lhe foi atribuída pelo sociólogo e filósofo Henri Lefèbvre. Ele estabeleceu a relação entre estes dois termos e assinalou que “uma determinada necessidade social engendra uma organização. Quando a organização suscita um interesse político, é transformada em instituição.” Henri Lefèbvre também ressaltou que “o movimento que cria organizações vai de baixo para cima. A institucionalização vai de cima para baixo. Ela comporta seja a intervenção, seja o estabelecimento de uma autoridade específica...” [LEFÈBVRE, H. *Le mode de production étatique*. V.3. Paris: Unión Generale, 1977, p.140].

²⁴ Cabe destacar que esse não é o único desbalanço existente, pois o “mapa do patrimônio mundial” também ilustra desequilíbrios geográficos e cronológicos, apontando claramente para as tendências de valoração da Unesco. Os capítulos dois e três desta tese também abarcam esse assunto.

²⁵ Algo mais frequente quanto ao patrimônio natural, como será mostrado no desenvolvimento da tese.

Reconhecendo-se a relação direta entre a composição da lista e a integridade e a autenticidade, desde o início da década de 1990, vêm sendo realizados diversos eventos para ampliar tal debate. São exemplos: a Conferência de Nara sobre Autenticidade de 1994, o Simpósio Interamericano sobre Autenticidade na Conservação e Gestão do Patrimônio Cultural de 1996, o Encontro sobre Avaliação de Princípios Gerais e Critérios para Nomenclatura de Sítios do Patrimônio Mundial Naturais de 1996, o Encontro de Especialistas sobre Autenticidade e Integridade em um Contexto Africano de 1999, o Seminário de Nara sobre Desenvolvimento e Integridade de Cidades Históricas de 1999, o Workshop Internacional de Especialistas sobre Integridade e Autenticidade das Paisagens Culturais do Patrimônio da Humanidade de 2007, o Encontro Internacional de Especialistas sobre a Integridade do Patrimônio Cultural de 2012 e o Encontro de Especialistas do Patrimônio Mundial em Integridade Visual em 2013.

Apesar das críticas e das evidentes questões geradas por essas definições, a integridade parece estar encapsulada dentro do sistema do patrimônio mundial, de modo a pouco se beneficiar daquilo que se situa para além dos limites da Unesco. Nesse sentido, evidencia-se o descolamento do entendimento institucional do termo em relação aos significados da palavra “integridade” no momento em que se elegeu um estreito sentido para defini-la, achatando a sua riqueza semântica. Além disso, também se percebe um afastamento quanto às elaborações teóricas que concorreram para fundamentar a própria disciplina da qual o conceito de integridade também faz parte. Ressalte-se ainda o pequeno eco na Unesco dos debates realizados em seus próprios fóruns nacionais e internacionais, assim como de alguns documentos doutrinários de proteção responsáveis por apresentar uma visão mais renovada quanto aos entendimentos de integridade.

Essas questões, ora apresentadas de modo introdutório e desenvolvidas no corpo da tese, levam então às indagações: como ocorreu o processo de construção do conceito de integridade dentro da Unesco? Quais são seus aspectos técnicos e político-administrativos, e como eles se relacionam entre si? Como se deu a apropriação da integridade nas atividades relacionadas ao patrimônio mundial? Concorde-se com o urbanista Bernardo Secchi²⁶ quando este afirma ser difícil separar o aspecto concreto de uma definição “dos argumentos propostos para justificá-la, das intenções que, presumivelmente, impulsionaram-na, da cultura, das imagens, das crenças e tradições, a partir das quais as várias decisões [...] tomaram forma”. Assim, mais que uma palavra a remeter a uma

²⁶ SECCHI, B. *Primeira lição de urbanismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006, p.18.

determinada condição exigida para a patrimonialização, o conceito de integridade constitui um notável elemento de um discurso institucional, sustentado por uma série de motivações. Como possível resposta às indagações que nortearam a construção desta tese, estima-se que o conceito de integridade foi estabelecido e utilizado de modo a atender propósitos que frequentemente oscilaram do âmbito técnico do patrimônio, para o campo essencialmente político-administrativo, embora se admita que esse segundo também participe da determinação do primeiro.

Pretende-se que a contribuição central desta tese seja “retirar os véus” que encobrem a noção de integridade, construindo uma narrativa crítica sobre o seu percurso dentro da Unesco. Na busca por garantir a manutenção de determinados padrões ao longo do tempo, é recorrente a tendência a naturalizá-los, isto é, a fazer com que eles sejam entendidos como uma “segunda natureza”, como algo fático, existentes em si e por si mesmos. Porém, essa naturalização da existência acaba por esconder, na verdade, a própria essência desses padrões, a qual representa fundamentalmente uma criação histórica, algo que, portanto, decorre de ideias e de decisões humanas. Em outras palavras, desnaturalizar o olhar sobre a integridade significa não perder de vista a sua condição de ser histórica. A pertinência dessa proposta decorre da ideia de que os termos que circulam “em nível de categorias universais” têm comumente embotada a “historicidade dos seus referenciais”²⁷. Assim, o debruçar-se sobre o passado assume o papel de crítica do presente, possibilitando novas reflexões sobre esse crivo de patrimonialização no século XXI, algo que o francês Jacques le Goff já havia antevisto quando questionou: “a história é uma ciência do passado ou ‘só há história contemporânea?’”²⁸.

Embora se imagine que essa seja uma questão restrita ao âmbito do patrimônio mundial, ela não o é, uma vez que os conceitos e as abordagens de preservação da Unesco são responsáveis por balizar as práticas institucionais de muitos países. Ainda que a Convenção do Patrimônio Mundial – detentora da dupla missão de definir os fundamentos da ideia de patrimônio da humanidade e de estabelecer os procedimentos institucionais necessários à composição da lista – evidentemente reconheça a soberania política dos seus Estados-Membros, ela impõe a necessidade de alinhamento entre as disposições nacionais e

²⁷ MENEZES, 2001, *op cit.*, p.10.

²⁸ LE GOFF, J. *História e Memória*. 5ª Ed. Campinas: Unicamp, 2003. p.23. Ao defender o caráter de presente dos estudos em história, Jacques Le Goff se apropriou de algumas ideias de Henri Lefèbvre e de Marc Bloch. Para o primeiro, o movimento que partia do presente ao passado, retornando depois ao presente, permitia que esse fosse mais bem analisado e conhecido, não oferecendo à análise, uma totalidade confusa. Semelhantemente, Marc Bloch propôs um duplo movimento de investigação que ia do presente ao passado e do passado ao presente como meio de compreender ambos.

internacionais quanto à proteção patrimonial. Desse modo, tais vinculações institucionais resultam – mesmo que indiretamente – na convergência de princípios de preservação, ainda que difiram os instrumentos mobilizados para colocá-los em prática. Os elos que unem essa questão preponderantemente estrangeira e geral a um contexto brasileiro e pessoal, por sua vez, não são apenas reservados a acomodações legislativas, mas também a um conjunto de interesses que venho cultivando há alguns anos.

As razões que motivaram minha aproximação ao tema da integridade estão relacionadas tanto ao um gosto por “contar histórias” e a um interesse pelos processos institucionais da preservação – algo que pude explorar durante o Mestrado em Desenvolvimento Urbano²⁹ –, como ao meu percurso profissional, no qual realizei atividades de restauro do patrimônio cultural no Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada³⁰ e de consultoria no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [Iphan], sendo contratada pela Unesco. Se a atuação técnica me permitiu realizar trabalhos práticos e adentrar no universo institucional da preservação do patrimônio cultural, as atividades docentes³¹ que desempenhei criaram o ambiente necessário para fermentar uma série de ideias que orbitavam sobre os limites da integração de lacunas, a atribuição de significados aos objetos e áreas, a pertinência e a razão das condições, critérios e processos de patrimonialização, dentre outros.

O projeto de tese inicialmente apresentava um caráter eminentemente propositivo, em direção à busca de uma nova definição para a integridade no sistema do patrimônio mundial, sintetizada pela alcunha de “integridade dinâmica”. A integridade dinâmica seria uma qualidade patrimonial atribuída àqueles exemplares que, em processos transformação, acomodavam determinadas mudanças, mantendo a continuidade de significados culturais no tempo. Com base nesse pressuposto, seriam elaboradas as diretrizes de verificação dessa condição em relação ao patrimônio urbano. A narrativa da integridade dentro do sistema do patrimônio cultural constituiria então apenas um capítulo que daria suporte à construção do referido conceito. No entanto, com o aprofundamento das investigações e

²⁹ Esse curso foi desenvolvido entre 2006 e 2008 na Universidade Federal de Pernambuco sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Virgínia Pontual, e teve como produto a dissertação *Paraíso & Martírios: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife*, publicada pela Edufpe na forma de livro.

³⁰ Destacam-se o restauro de diversos elementos artísticos integrados na Ordem Terceira de São Francisco do Conjunto Franciscano de Olinda [camada pictórica do forro da sacristia da Capela de São Roque, camada pictórica do forro da Capela dos Noviços, retábulo da Capela de São Roque, retábulo de Nossa Senhora da Soledade e lavabo franciscano] e dos telhados, ornamentos e estrutura elétrica da Basílica da Penha do Recife.

³¹ Desenvolvidas na Universidade Federal de Pernambuco [curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo] e na Universidade Católica de Pernambuco [curso de especialização “Patrimônio Histórico: Preservação e Educação”].

reflexões, foi possível perceber que a elaboração de outra abordagem sobre a integridade recairia naquele tipo de solução que prioriza a criação de novas ferramentas para problemas ainda não bem caracterizados. Tanto as discussões empreendidas na banca de qualificação – da qual participaram as Professoras Doutoras Maria Lucia Bressan Pinheiro e Manoela Rossinetti Rufinoni – quanto as orientações da Prof^a. Dr^a. Beatriz Mugayar Kühl, auxiliaram no justo redirecionamento da pesquisa.

Todas essas transformações foram nutridas e tomaram corpo durante o estágio de pesquisa no exterior, realizado junto à Facoltà di Architettura da Università degli Studi di Roma, sob supervisão da Prof^a. Dr^a. Simona Salvo. Essa incursão também proporcionou o acesso a bibliotecas bastante especializadas e a importantes arquivos – tanto na Itália quanto na França – fornecendo substrato para consolidar uma visão crítica sobre a integridade no âmbito do sistema do patrimônio mundial.

Esta tese é então composta de três capítulos, considerações finais, além desta introdução. O primeiro capítulo – “Impostações conceituais e teóricas: o prelúdio da integridade” – apresenta o desenvolvimento de duas investigações distintas. A primeira delas é referente a uma prospecção conceitual sobre a integridade, a partir da qual foi possível construir “uma crítica epistemológica” em relação ao termo e identificar os desvios ou permanências dos seus significados ao longo do tempo. Para tanto, foi mobilizado um conjunto de fontes primárias – formado principalmente por dicionários etimológicos e regulares em português, latim, italiano, inglês, francês e espanhol, além de enciclopédias que abordssem o léxico corrente do século I d.C.³² ao século XXI, totalizando aproximadamente 70 títulos – e de fontes secundárias, para tratar alguns aspectos filosóficos concernentes à integridade. Esta seção inicial do trabalho trata dos “significados mais antigos” da palavra integridade – remetendo à etimologia do vocábulo –, dos seus “sentidos literal e figurado”, e da “adoção por diferentes disciplinas e a associação à ideia do ‘todo harmônico’”. Esse mergulho no universo da palavra e do conceito de integridade permitiu mapear a sua fortuna polissêmica, assim como delinear os estatutos que regeram a elaboração dos seus sentidos centrais.

A segunda incursão desse capítulo – “Os escritos sobre preservação” – é dedicada à investigação dos entendimentos da noção de integridade nas teorias que despontaram da segunda metade do século XIX até meados do século XX e auxiliaram a estabelecer importantes fundamentos do atual pensamento protecionista no Ocidente, a partir de uma

³² Embora o mais antigo dicionário consultado remonte à metade de 1700, muitas das obras pesquisadas apresentavam os significados antigos do vocábulo, trazendo excertos de textos e datas.

literatura específica sobre o tema. Para isso, foram utilizados sete escritos seminais no campo da preservação, ainda que alguns deles tenham elegido especificamente o restauro como foco principal de interesse. Seus autores são John Ruskin [1819-1900], Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc [1814-1879], Camillo Boito [1836-1914], Alois Riegl [1858-1905], Max Dvořák [1874-1921], Gustavo Giovannoni [1873-1947] e Cesare Brandi [1906-1988], abarcando assim uma produção teórica que se desenvolveu ao longo de pouco mais de um século, durante um período de profícuas incursões na preservação dos objetos e das áreas culturais anteriores às atividades de patrimonialização da Unesco. Muito embora sejam verificadas abordagens bastante diversas quanto ao tratamento do patrimônio, os entendimentos desses teóricos sobre a noção de integridade – trabalhados a partir de textos específicos – mostraram-se vinculados a uma visão não reducionista comumente ligada à materialidade dos elementos, estando sim associados aos princípios de preservação por eles defendidos. Os referidos teóricos estão tratados individualmente nos segmentos: a “integridade e a expressão do tempo em John Ruskin”, “a integridade e o estilo arquitetônico em Viollet-le-Duc”, “a integridade documental e artística em Camillo Boito”, “a integridade espacial em Max Dvořák”, “a integridade ambiental do monumento em Gustavo Giovannoni”, “a unidade teórica entre objeto e sujeito de Alois Riegl: uma construção da integridade a partir da alteridade” e “a abordagem fenomenológica da integridade: a unidade potencial da obra de arte de Cesare Brandi”. Apesar das substantivas contribuições desses autores e da sedimentação das suas ideias, pouco foi considerado nas definições e nos empregos da integridade dentro do sistema do patrimônio mundial.

Sobre esse assunto voltam-se o segundo e o terceiro capítulos desta tese, os quais apresentam a narrativa sobre a integridade na, e da Unesco. Ambas as construções demandaram o levantamento, a organização e a interpretação de um extenso *corpus* documental, composto majoritariamente de registros oficiais da Unesco, do Icomos³³, do Iccrom³⁴ e da IUCN³⁵, reunindo por volta de 200 referências³⁶. Um dos grandes desafios

³³ Acrônimo do nome em inglês: *International Council on Monuments and Sites*.

³⁴ Acrônimo do nome em inglês: *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*.

³⁵ Acrônimo do nome em inglês: *International Union for Conservation of Nature*, inicialmente conhecida como *International Union for the Protection of Nature*.

³⁶ Para assegurar a citação mais acurada possível da vasta documentação institucional utilizada neste trabalho, decidiu-se, sempre que possível, referir-se aos registros segundo a autoria, e o dia, mês e o ano de sua produção. Além de proporcionar uma maior organização na exibição das fontes de pesquisa, essa forma de citação produz uma clara representação cronológica da trajetória da integridade no sistema do patrimônio mundial. Segundo Jacques le Goff, datar é e sempre será uma das tarefas fundamentais da pesquisa baseada

enfrentados ao longo da construção deste trabalho referiu-se à escassez de fontes secundárias de pesquisa – no caso, de referências bibliográficas – que abordassem esse assunto segundo uma ótica diversa em relação àquela propalada pela Unesco. A maior parte dos escritos sobre a integridade patrimonial referendava a posição assumida por esse organismo, reprisando incansavelmente as suas disposições, de modo a pouco avançar no debate. Além disso, tais textos, assim como aqueles consultados sobre o estabelecimento e a operação do sistema do patrimônio mundial, tiveram principalmente uma autoria institucional, de modo que o recorrente diálogo entre pares terminou por viciar as reflexões sobre as questões por eles abordadas.

Portanto, considerando o manejo de um conjunto de documentos de uma mesma proveniência, o trabalho de confrontação das informações, assim como de avaliação da consistência dos dados, foi intensificado. Relatórios de encontros nacionais e internacionais de especialistas; de workshops; de seminários temáticos; de avaliação de nomeações culturais, naturais e mistas; de dossiês de inscrição; de declarações de valor excepcional universal; de estado de conservação de elementos da lista; de sessões ordinárias e extraordinárias do Comitê do Patrimônio Mundial; de reuniões do Bureau do Patrimônio Mundial; cartas circulares; guias operacionais; convenções; recomendações; periódicos institucionais, dentre outros documentos de trabalho foram analisados. Além disso, livros, artigos, trabalhos acadêmicos, revistas, anais de eventos e outras publicações também foram cuidadosamente levantados e avaliados.

O processamento dessas fontes primárias e secundárias ocorreu paralelamente à investigação da integridade nos documentos doutrinários de preservação, as ditas “cartas patrimoniais”, elementos que auxiliaram a prover as balizas teóricas e práticas para a tutela dos mais diversos tipos de patrimônio por todo o século XX e início do XXI. Esse conjunto foi composto de quase 160 registros de autoria³⁷ e conteúdo bastante distintos,

no método histórico, devendo ser acompanhada por uma periodização que “permita que a datação seja historicamente pensável” [LE GOFF, 2003, *op. cit.*, p.47].

³⁷ Destacam-se para além dos organismos já citados: Administração Estatal do Patrimônio Cultural da China; Associação Amigos da Certosa; Associação do Governo Local Australiano; Associação Internacional de Tecnologia da Preservação; Austrália Ambiental; Centro Internacional para a Conservação do Patrimônio; Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais; Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro do Patrimônio Cultural; Comissão de Patrimônio da Austrália; Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja de Vila Vigoni; Comitê de Cidades Históricas dos Estados Unidos da América; Comitê Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico; Comitê Internacional de Jardins Históricos; Comuna de Firenze; Confederação Europeia de Organizações de Conservadores-Restauradores; Conselho Andino de Proteção e Recuperação de Bens Culturais do Patrimônio Arqueológico, Histórico, Etnológico, Paleontológico e Artístico; Conselho Central de Antiguidades Nacionais da Suécia; Conselho Consultivo Científico e Profissional Internacional; Conselho da Europa; Icomos, em variados comitês nacionais; Conselho Internacional de Museus; Conselho Superior para a Antiguidade e as Belas Artes da

sendo formado por cartas adotadas pelas assembleias gerais e pelos comitês nacionais do Icomos, resoluções, declarações, manifestos, protocolos e outros documentos elaborados por instituições de salvaguarda, de administração e de política pública, ou de ensino. Tais documentos permitiram identificar os temas e as preocupações mais recorrentes entre os seus idealizadores, acompanhando de algum modo, os interesses do sistema do patrimônio mundial. Quanto a esse aspecto, foi então possível avaliar como se considerou a integridade desde 1904 a 2013, quando da edição da primeira e da última normativa abordada, embora nem todos os documentos compareçam citados no desenvolvimento da tese por não tratarem desse tema. Foi verificado que a maior parte dos documentos doutrinários de proteção referendava a posição da Unesco quanto ao entendimento desse conceito – remetendo diretamente aos seus textos oficiais – e a outra privilegiava novas perspectivas quanto ao assunto, não tendo, entretanto, inserção nesse organismo.

Todas essas fontes de pesquisa forneceram o lastro necessário para a constituição do segundo capítulo, nomeado “o estabelecimento do sistema do patrimônio mundial e os conflitos [in]diretamente relacionados à integridade” e do terceiro, intitulado “a ‘integridade’ da lista do patrimônio mundial e a consolidação do critério no âmbito cultural”. Esses dois capítulos cobrem o período de 1945 – quando a Unesco foi fundada – até os dias atuais, uma vez que o percurso da integridade ainda se encontra em vigor.

São mostradas de forma pormenorizada no capítulo dois, as discussões empreendidas no momento “da gênese da estrutura da Unesco em 1945 ao desenho da convenção em 1972”, destacando os princípios subjacentes a essa grande normativa internacional, e “as atividades de patrimonialização e os embates das décadas de 1970 e 1980”. A segunda seção deste capítulo apresenta as atividades de patrimonialização realizadas após a elaboração do guia operacional até os últimos anos da década de 1980. Nesse arco temporal, são documentados os debates e as escolhas – tanto técnicas quanto político-administrativas – que concorreram para a definição da integridade como um crivo

Itália; Convênio Nacional para a Salvaguarda e a Reabilitação dos Centros Históricos; Departamento de Arqueologia do Governo do Paquistão; Federação Internacional de Arquitetura da Paisagem; Fundação do Capital Cultural da Latvia; Fundo dos Monumentos Mundiais; Instituto Americano de Conservação de Obras Históricas e Artísticas; Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Nacional; Instituto do Ambiente da Austrália; Instituto do Patrimônio Histórico Espanhol; Instituto Getty de Conservação; Ministério da Cultura e do Turismo da República da Indonésia; Ministério da Educação e Cultura do Brasil; Ministério da Instrução Pública da Itália; Organização das Cidades Patrimônio Mundial; Organização das Nações Unidas pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento; Organização dos Estados Americanos; Organização Educacional, Científica e Cultural Islâmica; Rede Europeia de Lugares Antigos de Performance; Rede Indonésia de Conservação Patrimonial; Secretaria do Interior dos Estados Unidos da América; Secretaria Municipal de Cultura de Bagé; Serviço de Parques Nacionais; Serviços Ambientais da Escócia; Sistema de Proteção do Patrimônio da Latvia; Trust Nacional Indiano para a Arte e o Patrimônio Cultural; União Internacional dos Arquitetos e Universidade de Akhawayn.

de avaliação do patrimônio natural. A partir disso, caracteriza-se o modo como esse conceito foi manejado e as referentes repercussões na formação da lista mundial, que se tornava cada vez mais interrogada pela assimetria existente entre os diferentes tipos de patrimônio e as inscrições culturais e naturais, especialmente com a aproximação do vigésimo aniversário da convenção em 1992 que intensificou alguns processos de autoavaliação da instituição.

Por fim, o capítulo três subdivide-se em “as tentativas de manutenção da ‘integridade’ da lista de meados de 1980 até 2005” e “as novas regulações para a eleição do patrimônio mundial e as velhas questões não resolvidas: o último decênio”. São evidenciadas as estratégias formuladas pela Unesco para conter a onda de críticas que cada vez mais se direcionavam a ela, nas quais a integridade desempenhou um destacado papel, sendo pela primeira vez, tardiamente conceituada e estendida para a avaliação de todas as nomeações na lista. Aí se identificam as discussões, as decisões e as consequências envolvidas com essa “alteração”.

A tese ora apresentada é resultado de uma construção interpretativa baseada no referido conjunto de fontes primárias e secundárias de pesquisa. Buscou-se, ao máximo, explorar as informações contidas nos documentos e nos demais materiais trabalhados, tendo o cuidado de não adicionar nada que não lhes fosse próprio³⁸. A montagem deste “conto cientificamente orientado”³⁹ sobre a integridade foi realizado de forma “densa o bastante, para lidar não apenas com a sequência dos acontecimentos, mas também com as estruturas: as instituições, o modo de pensar, entre outros, e se elas atuaram como um freio ou um acelerador para os acontecimentos”⁴⁰. Assim, a significação fez-se tanto tornando inteligível um conjunto de informações e de enunciados inicialmente separados, como por meio da lógica interna de cada elemento, pelo fato dela ser essencialmente contextual⁴¹.

A maior parte das fontes primárias trabalhadas é de acesso irrestrito, porém com distribuição limitada, não sendo comumente mobilizadas dentro da literatura de

³⁸ LE GOFF, 2003, *op. cit.*

³⁹ Esse termo foi sugerido pelo historiador Lucien Febvre em FEBVRE, L. *Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

⁴⁰ BURKE, P. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p.339.

⁴¹ O historiador e filósofo Michel Foucault – responsável por importantes contribuições metodológicas à pesquisa científica nas Ciências Humanas e Sociais – sugeriu que a atual e primordial tarefa da história não é apenas interpretar o documento, mas “trabalhar no seu interior e elaborá-lo.” Ela deve organizá-lo, recortá-lo, distribuí-lo, ordená-lo, reparti-lo em níveis, estabelecer séries, distinguir o que é pertinente do que não o é, identificar enunciados, definir unidades entre os diversos documentos e descrever relações. A partir desse tratamento documental, as chaves interpretativas podem ser delineadas, permitindo a construção da narrativa [FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, p.7].

preservação do patrimônio. Por isso, a pesquisa em arquivos e bibliotecas – tanto os especializados como aqueles gerais – foi fundamental para se alcançarem os títulos necessários à construção do trabalho. Destacaram-se:

- Arquivo e Biblioteca do Unesco-Icomos Documentation Centre, Paris;
- Arquivo e Biblioteca da Unesco [incluindo do World Heritage Centre], Paris;
- Arquivo e Biblioteca do Iccrom, Roma;
- Biblioteca do Dipartimento di Storia, Disegno e Restauro dell'Architettura da Università degli Studi di Roma, Roma;
- Biblioteca Centrale della Facoltà di Architettura da Università degli Studi di Roma, Roma;
- Biblioteca da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo.
- Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo;
- Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da USP, São Paulo;
- Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, São Paulo;
- Arquivo da Médiathèque de l'Architecture et du Patrimoine, Paris;
- Biblioteca da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, São Paulo;
- Biblioteca Florestan Fernandes da USP, São Paulo;
- Biblioteca do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, Olinda.

Também foram consultados repositórios digitais⁴², de modo a levantar parte da documentação que se encontrava disponível na rede. Essa se mostrou uma excelente estratégia para aquisição das fontes que, no momento de coleta nos acervos físicos, estavam indisponíveis devido a problemas quanto ao estado de conservação, ou em outra consulta.

Assim, lançar luzes sob o percurso da integridade dentro do sistema do patrimônio mundial possibilitou levantar um conjunto de novos questionamentos, sobretudo vinculados aos atuais processos de patrimonialização de recortes da cultura e da natureza, tendo como desafio reconhecer os seus valores e transmiti-los às futuras gerações, segundo um ato histórico-crítico, e não meramente político-administrativo.

⁴² Entre eles: APT Building Technology Heritage Library; Getty Research Institute Library Collections; Icomos Open Archive; International Union for the Conservation of Nature Archives; JStor; National Park Service Archives, Records, and Research; Perseus Digital Library; e Unesdoc.

Impostações conceituais e teóricas: o prelúdio da integridade

1.1 Uma crítica epistemológica

A vida cotidiana parece ser feita de crenças silenciosas, da aceitação de coisas e de ideias que nunca, ou pouco, se questionam simplesmente por parecerem naturais, óbvias. Em meio a um mundo de elementos supostamente tão familiares, surge uma infinidade de outros termos, a fim de ampliar os limites de entendimento que se constroem em torno de alguns “velhos conhecidos” não interrogados. Então, no contexto da sem precedente expansão do conhecimento na direção de novos domínios semânticos, resta a pergunta: estar-se-ia vivendo uma histeria conceitual? A profusão de temas e abordagens nos distintos universos disciplinares, ao invés de iniciar novos capítulos nos anais dos seus saberes, termina por representar uma contribuição estanque e estéril, uma vez que comumente não se apropriam do percurso já trilhado no enfrentamento de algumas questões. Nesse sentido, a criação de conceitos e estratégias de ação para tratar de antigos problemas, que são abordados de forma acrítica, apenas forma uma grande nuvem de discussão que pouco nutre o debate.

O campo da proteção do patrimônio cultural, dentre vários outros, está imerso nessa “tendência”. Com a consolidação das suas teorias e métodos nos novecentos, o século XX presenciou grandes esforços quanto ao estabelecimento das estruturas operativas da preservação, algo amplamente permeado pela instituição de conceitos que se

multiplicaram com o tempo. A integridade representa um exemplo no atual “léxico patrimonial”, cujos entendimentos mais parecem confundir que esclarecer, muito embora represente um importante elemento nos mais diversos processos de salvaguarda.

O uso desse termo na teoria e na prática da preservação do patrimônio cultural demanda uma crítica epistemológica, da mesma forma que grande parte das disciplinas requer uma definição unívoca dos seus conceitos e um questionamento semântico dos mesmos. Entretanto, a integridade atualmente apresenta uma grande quantidade de sentidos que cada vez mais se afastam da perspectiva de uma riqueza polissêmica – mediada pela diversidade cultural dos mais diferentes elementos de preservação –, aproximando-se de uma Torre de Babel conceitual. Considerando que a busca de uma definição consensual para esse vocábulo possa ser um exercício fadado ao reducionismo próprio da tarefa da conceituação, propõe-se uma investigação do seu surgimento dentro da cultura ocidental, que o elaborou e o difundiu, assim como da sua circulação por algumas áreas do conhecimento.

Os significados mais antigos

Etimologicamente, o termo latino *integritās* ou *integritat* é derivado do vocábulo *integer*, formado pelo prefixo *in-*, “não”, e *-tangere*, “tocar”. A fusão dessas duas partes em uma única palavra faz com que o centro do seu significado seja bastante amplo, excedendo quaisquer de suas aplicações tradicionais. Esse sentido remonta à ideia de uma “condição inalterada de alguma coisa”¹, algo que ainda está em plena posse de suas propriedades naturais e/ou artificiais. Em outras palavras, o elemento íntegro é aquele que continua sendo o que “deveria” ser. Assim, a partir da etimologia da palavra, apenas pode ser íntegro aquilo passível de adulteração, tanto no âmbito físico, quanto no aspecto não material.

Partindo dessa acepção, a integridade se revela em primeira instância como um predicado – seja ele relacionado aos objetos ou aos sujeitos – eminentemente descritivo. Paralelamente subjaz um conteúdo normativo, uma vez que o “ser íntegro” pressupõe uma concordância com uma ou mais condições tidas como ideais, a partir da qual a ocorrência de divergências entre estados ocasiona não apenas uma mudança, mas sim uma danificação.

¹ LEWIS, C.T.; SHORT, C. *A Latin Dictionary. Founded on Andrews' edition of Freund's Latin dictionary*. Revised, enlarged, and in great part rewritten. Oxford: Clarendon Press, 1879, p.973.

Nesse sentido, o senso comum aponta que estado de “plena integridade” é preferido em relação ao de “não integridade”.

Porém, não é sempre claro o que constitui um dano e conseqüentemente, a perda do predicado de integridade. Caso toda e qualquer alteração de estados no tempo ocasionasse perigo a essa qualidade, a mesma não poderia ser atribuída a nenhum tipo de objeto ou sujeito, uma vez que não há existência, ou vida, sem mudança. Nesse sentido, tal palavra não poderia existir com esse significado.

Os limiares que separam as mudanças que podem incorrer em uma violação da integridade daquelas que não, podem ser definidos a partir da natureza do elemento em questão e da condição ideal do mesmo. Quando natureza é tal que a condição ideal se define por uma referência externa, no caso pelo arbítrio do sujeito, esse ideal é fixado segundo um conjunto de valores. Assim, a avaliação da integridade para alguns tipos de elementos sempre é relativa, como no caso do patrimônio cultural, sendo possível compreendê-la como uma qualidade heterônoma ou como heterointegridade. Porém, outros tipos de elementos não demandam um ponto de referência externo a eles para que se estabeleça o que seria a sua condição ideal. A referência para isso é determinada pelas características inerentes aos mesmos e não por uma imposição do sujeito ou por um acordo coletivo. Nesse caso, é possível entendê-los em termos de uma integridade autônoma ou autointegridade. Se os artefatos de preservação se enquadraram na primeira natureza de elementos citada, nesta segunda, têm-se como um exemplo, o material genético de espécies animais e vegetais². A integridade desse material, no caso, é definida segundo um ponto de referência interno, que é a própria constituição “natural” dos genomas, ainda que isso se reporte a uma escolha dos sujeitos. Nesse sentido, o “estado ideal” corresponde a um estado de plena correspondência com uma situação “primeira”.

Para além dos elementos e das definições das “condições ideais”, outro ponto que merece destaque é se a integridade representa uma qualidade que possa se relacionar a todo e qualquer tipo de elemento. Um bom exemplo prático que envolve parte dessas questões é dado pelo filósofo Michael Hauskeller.

Pegemos por exemplo um objeto inanimado como uma pedra. Uma pedra tem integridade? Parece que não, uma vez que para ter integridade, um objeto deve ter a capacidade de ser danificado, e é difícil ver como se danifica uma pedra. Claro

² É sobre esse tema que se dedica o livro HAUSKELLER, M. *Biotechnology and the Integrity of Life: Taking Public Fears Seriously*. Ashgate Studies in Applied Ethics. Hampshire: Ashgate Publishing, 2010. O autor trata das questões éticas referentes à transformação do material genético de animais e vegetais, adotando como categoria central de análise, a alteração da integridade.

que se podem fazer várias coisas com ela, como parti-la pela metade ou pulverizá-la... Mas a pedra apenas teria mudado de aparência... Então pela sua natureza, uma pedra parece não possuir integridade. Porém, até uma pedra pode ganhar integridade se alguém contribui com um ponto de referência externo, por exemplo, adotando um ponto de vista estético. A pedra pode então ser percebida – em virtude da sua forma, estrutura de superfície, ou cor – como bonita [esteticamente interessante] e se apresentando em uma “condição ideal”, de modo que mudanças na aparência da pedra poderiam destruir ou diminuir a sua beleza... Ou a pedra poderia ser percebida como feia, e, portanto, removida da condição ideal, ou como algo entre a beleza e a feiura, e mais ou menos afastada da condição ideal. Se a beleza ou o desejo de beleza é o nosso ponto de referência, pode-se então dizer que a pedra apresenta, ou não, integridade, na medida em que ela seja bonita ou feia... De um ponto de vista estético, algo que cause a perda de aparência estética conta como dano, e o que pode ser danificado apresenta, nesse aspecto particular, integridade. Isso é dizer que se a natureza do dano é estética, a integridade do objeto também é estética... Dado o endossamento da perspectiva estética, a beleza da pedra deve ser mantida ou, se a temos que modificar por qualquer motivo, removendo ou adicionando partes, isso deve ser feito de modo que a integridade estética seja preservada³.

Do mesmo modo, é possível questionar se um objeto, que não seja caracterizado pelo seu aspecto estético, pode ter integridade, em outras palavras, se a ele se atribui integridade. Tomando-se um martelo como exemplo, ao considerá-lo simplesmente um objeto inanimado, não se pode atribuir integridade, já que o mesmo não pode ser danificado, e sim, apenas alterado em relação a determinado estado. Por outro lado, caso se considere o martelo como uma ferramenta, é possível pensar na sua integridade, já que se tem provido um ponto de referência externo a ele, que altera o seu sentido no mundo das coisas. Ao mesmo martelo também é possível atribuir interesse estético, mas esse ponto de referência ocasiona outra percepção que não a de um elemento funcional, aquilo que o ser ferramenta pressupõe. Assim, para a bela pedra e para o funcional martelo, têm-se tipos diferentes de integridade. O martelo perde a sua integridade caso ele não possa mais ser usado como tal, não mais cumprindo a sua função, ainda que de “feio” tivesse passado a “bonito”. Assim, o que constitui um dano para a integridade funcional, não envolve necessariamente um dano para a integridade estética dos objetos, e vice-versa. “Uma ferramenta pode ter perdido a sua beleza, mas ainda pode trabalhar bem, ou pode estar quebrada e sem função, estando, possivelmente por essa razão, mais bela que nunca, de modo que restaurar a sua integridade funcional poderia incorrer na destruição da integridade estética”⁴.

Esse entendimento assinala que a integridade apenas pode ser atribuída a um elemento – seja objeto ou sujeito – ao qual se atribua valor, e é com base nesse valor que o

³ HAUSKELLER, 2010, *op. cit.*, p.4-5.

⁴ HAUSKELLER, 2010, *op. cit.*, p.6.

predicado se reporta. Embora os exemplos se refiram a questões estéticas e funcionais da integridade, outras categorias de valores também podem se enquadrar nesse raciocínio.

A ideia de que a integridade representa uma qualidade daquilo não adulterado em relação a um ponto de referência, interno ou externo, que determina um “estado ideal” está presente nos significados mais antigos da palavra registrados textualmente. Isso não implica afirmar que o emprego da palavra integridade tenha sempre servido ao mesmo propósito, como é possível ver na grande instabilidade dos seus significados no decorrer do tempo e dentro de um mesmo momento histórico.

O entendimento inicial da integridade como estado inalterado de algo aparecia frequentemente associado às qualidades de “completude e solidez”⁵ – do corpo e da mente – e da “vida saudável”⁶. Além disso, a palavra era aplicada como sinônimo de inteiro, em oposição a um estado de partes⁷, sendo esse sentido derivado do entendimento de completude. A partir desses usos, os sentidos da integridade multiplicaram-se, passando a remeter situações diversas, como: às propriedades intelectuais da mente⁸, à ausência de culpa e à inocência⁹, à castidade do sexo feminino¹⁰, à pureza e correção da linguagem¹¹, à retidão moral e à probidade¹².

⁵ Esse sentido pode ser encontrado em “Corporis,” Cic. Fin. 2, 11, 34; 5, 14 fin.; cf.: “Valetudinis,” id. Tusc. 5, 34: integritatis testes mihi desunt, i. e. testiculi, Phaedr. 3, 11, Cels 3, 5: “Saporis” Vitruv. 8, 7, e ainda em Rursus aliae sic desinunt ut ex toto sequatur ~as Cels.3.3.3; 3.3.4; ~atem oculorum Cic. Fin.4.20; bonum ~as corporis: misera debilitas 5.84; ~atem valetudinis Tusc.5.99; ‘~ati testes quia desunt meae’ Phaedr.3.11.5; membrorum ~ate Sem.Ep.92.14; ne quid de uirinitatis ~ate delibasse.. uideretur Flor.Epit.1.22[2.6.40]; - non eandem esse vim neque ~aquem dormientium .. nec mente nec sensu Cic.Luc.52: ~as mentis Labeo dig.28.1.2; [cf.]sanitatem.. et ~atem quae religionem et uerecundiam oratoris probat Cic.Brut.284.

⁶ GLARE, P.G.W. *Oxford Latin Dictionary*. New York: Clarendon Press, 1968, p.935; LEWIS; SHORT, 1879, *op. cit.*, p.973.

⁷ “... cum pars movetur, quiescente integritate” Macr. Somn. Scip.2, 14, 8; id. S. 7, 16, 12: “universa philosophiae,” id. Somn. Scip.2, 17, 17.

⁸ “... non eandem esse vim neque integritatem dormientium et vigilantium nec mente nec sensu” Cic. Ac. 2, 17, 52: “integritas mentis”, Dig. 28, 1, 2.

⁹ “... integritas atque innocentia” Cic. Div. in Caecil. 9: “sic provinciae praefuit in pace, ut et civibus et sociis gratissima esset ejus integritas” id. Lig. 1: “ut omnes aequitatem tuam, temperantiam, severitatem, integritatem laudent” id. Q. Fr. 1, 1, 16: “omnes itade tua virtute, integritate, humanitate commemorant, ut, etc.” id. ib. 1, 1, 13: “vitae” Nep.Phoc. 1.

¹⁰ “... mulierem summa integritate pudicitiae existimari” Cic. Verr. 2, 1, 25; cf. “virginitatis,” Flor. 2, 6.

¹¹ “Latini sermonis” Cic. Brut. 35. Registrado em LEWIS; SHORT, 1879, *op. cit.*, p.973.

¹² Haec omnia uitae decorabat grauitas et ~as Cic.Brut.265; certet.. uestra ~as cum illius pecunia Ver.1.3; illa ~as prouincialis Sest.13; homo summa ~ate atque innocentia Phil.[3.25; magnus habebatur Cato] ~ate uitae Cato Sal.Cat.54.2; Liv.25.40.1; Quint.Inst.7.2.33; ~atem atque abstinentiam in tanto uiro referre iniuria uirtutum fuerit Tac.Ag.9.4; acuuntur isto ~atis et industriae pretio similes Plin.Pan.44.7. Registrado em GLARE, 1968, *op. cit.*, p.935.

Apesar das múltiplas aplicações da palavra pela variedade dos seus sentidos, a integridade não era frequentemente mobilizada no léxico pretérito. O quadro abaixo apresenta um conjunto de notórias obras antigas, identificando o total de palavras que compunham cada *corpus* escrito e o número de vezes que a integridade neles compareceu.

Quadro 1. Obras antigas em latim com a contagem do número de palavras e de menções à integridade.

PALAVRAS NO CORPUS	INTEGRIDADE NO CORPUS	AUTOR, OBRA
620.937	2	<i>Latin Vulgate</i>
159.186	1	Titus Livius, <i>Ab urbe condita, Libri I-X</i>
150.426	3	Ammianus Marcellinus, <i>Rerum Gestarum</i>
132.170	9	Tullius Cicero, <i>Orationes, Divinatio in Q. Caecilium, In C. Verrem</i>
120.835	5	M. Tullius Cicero, <i>Epistulae ad Familiares</i>
105.199	5	Celsus, <i>De Medicina</i>
80.125	2	Valerius Maximus, <i>Facta et Dicta Memorabilia</i>
74.333	1	Curtius Rufus, <i>Quintus, Historiae Alexandri Magni</i>
57.619	1	Vitruvius Pollio, <i>De Architectura</i>
47.435	2	Quintilian, <i>Institutio Oratoria, Libri VII-IX</i>
28.128	1	Cornelius Nepos, <i>Vitae</i>
11.562	2	Phaedrus, <i>Fabulae Aesopiae</i>
8.312	1	Seneca, <i>De Clementia</i>

Fonte: Perseus Digital Library. Organização da autora.

Tais números mostram que a palavra integridade, além de ser pouco utilizada nos escritos em geral, não estava ligada a um domínio temático específico, como à filosofia, à arquitetura, à medicina, à matemática, à astronomia ou à história. A integridade não fazia parte do elenco conceitual de nenhuma ciência antiga, compondo inicialmente o léxico geral latino. A palavra também não estava associada a um significado precisamente religioso ou cristão, já que a mesma apenas foi utilizada 23 vezes na *Bíblia*, sendo 22 vezes no Antigo Testamento e uma vez no Novo Testamento.

Apesar de múltipla nos significados e de escassa nas aplicações, o emprego antigo da palavra integridade sempre apresentou uma conotação positiva, ou seja, indicava um

estado desejado a ser mantido ou buscado, tanto no que se referia aos objetos, quanto aos sujeitos. Nessa perspectiva, a noção de integração designava a criação ou recriação da integridade, o que envolvia acréscimos ou supressões, de modo a manter uma correspondência do objeto ou do sujeito com o seu definido “estado ideal”. Por oposição, a desintegração implicava no processo de dissolução da integridade, resultante de ações de transformação que não estivessem de acordo com o “estado ideal” em questão.

É importante mencionar que segundo esses sentidos antigos da integridade, o “estado ideal” não se confundia, nem remetia necessariamente a um “estado original”, ligado a um tempo específico. O “estado ideal” era comumente definido por um conjunto de critérios que regiam as avaliações das coisas e das pessoas.

Os sentidos literal e figurado

Os significados mais antigos da palavra integridade apontam para o uso em dois sentidos distintos, mas complementares: o literal e o figurado. O sentido literal, ou denotativo, é associado ao uso da palavra em seu significado primitivo, independentemente do contexto frásico em que apareça. Comumente, esse é o significado mais objetivo e comum em um dado momento.

O sentido figurado ou conotativo apresenta a palavra segundo distintos significados em relação ao literal, sujeitos a diferentes interpretações, de acordo com o contexto em que esteja presente. Refere-se a ideias e associações que vão além do sentido original do termo, ampliando sua significação mediante a circunstância em que é utilizado, assumindo noções distintas. Os sentidos figurados surgem da circulação de palavras entre as formações discursivas¹³, fixando-se em uma ou mais delas, sofrendo um processo de apropriação dentro da formação considerada, o que produz efeitos variados por deslocamento¹⁴.

Ao longo do tempo, os sentidos da palavra integridade remeteram preponderantemente à dimensão figurada, sendo esses os significados primeiramente enunciados na maior parte dos dicionários pesquisados, exceto nos etimológicos. Considerando que a integridade é um predicado que pode ser aplicado aos objetos e aos

¹³ Compreende-se uma formação discursiva como uma instância de formação, repetição, transformação de elementos do saber. Esse saber que é constituído por uma memória de discursos, sofre constantes reconfigurações e é levado a incorporar elementos que foram produzidos no exterior dela.

¹⁴ FURLANETTO, M.M. *Literar/metáforico: um percurso discursivo*. In: *Linguagem em [Dis]curso*. 10[1], 2010. p.151-179.

sujeitos, a lista abaixo enumera os significados encontrados para a palavra em ambos os casos. Além dos significados antigos já apresentados, a integridade pode ser avaliada segundo outros entendimentos que foram se proliferando no decorrer de séculos.

No sentido literal, a integridade pode significar:

- Condição de conservar intacta a própria unidade e natureza¹⁵;
- Condição de não ser violado, de incorrompido¹⁶;
- Condição não desfigurada, inteira correspondência com uma condição inicial¹⁷;
- Condição de não sofrer ou haver sofrido prejuízos, danos, lesões quantitativas e qualitativas¹⁸;
- Estado contínuo¹⁹;
- Incólume²⁰;
- Qualidade de não ser adulterado²¹;
- Que é mantido [ou se mantém] inalterado no tempo²².

No sentido figurado, encontram-se os seguintes significados para a palavra integridade:

- Austeridade, gravidade, severidade²³;
- Autenticidade, genuinidade dos objetos²⁴;

¹⁵ FONDATA DA GIOVANNI TRECCANI. Istituto della Enciclopedia italiana. *Il vocabolario Treccani*. 2 Ed. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1997, p.936.

¹⁶ BROWN, L. *The new shorter Oxford English dictionary on historical principles*. Oxford: Clarendon Press, 1993, p.1387.

¹⁷ MERRIAN-WEBSTER, A. *Webster's third new international dictionary of the English language unabridged*. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1976, p.1174.

¹⁸ BATTAGLIA, S. *Grande Dizionario della Lingua Italiana di Salvatore Battaglia*. Indice degli autori citati nei volumi I-XXI e nel supplemento 2004. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 2004, p.179. Como exemplo constante nessa referência, têm-se: [Galileo, 8-VII-88: *È il primo passo del progresso peripatético quello dove Aristotile prova la integrità e perfezione del mondo, coll'additarci com'ei non è una semplice linea, né una superficie pura, ma un corpo adornato di lunghezze, di larghezze e di profondità, e perché le dimensionie non son più che queste tre, avendole egli, le ha tutte, ed avendo il tutto, è perfetto*]. Preferiu-se manter aqui a língua e a grafia original do excerto, para que a palavra se encaixasse no exato sentido da oração, que poderia ser parcialmente perdido em uma tradução para o português.

¹⁹ LITTLE, W.; FOWLER, H.W.; COULSON, J.; ONIONS, C.T. *The Shorter Oxford English Dictionary on Historical Principles*. Third Edition Revised with addenda. Volume I – A/M. Oxford: Clarendon Press, 1965, p.1021.

²⁰ BADELLINO, O. *Dizionario Italiano-Latino*. In *Correlazione con il Dizionario Latino-Italiano* Georges-Calonghi. Edizione Normale. Secondo Volume. Torino: Rosenberg & Sellier, 1964, p.1242.

²¹ GLARE, 1968, *op. cit.*, p.935.

²² BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.181.

²³ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.180. [Guicciardini, I-228: *Molti senatori..., congiuntisi a lui, seguitavano comunemente, più tosto a uso di setta che con gravità o integrità senatoria, i suoi consigli*].

- Bom estado de saúde²⁵;
- Bons e sãos costumes²⁶;
- Caráter do sujeito que é de uma probidade escrupulosa²⁷;
- Falta de omissões, de eliminações em um livro, em um escrito, em uma edição²⁸;
- Com referência aos vários elementos que concorrem à validade de um sacramento e, em particular, da confissão²⁹;
- Compromisso incondicional com diversos valores e obrigações morais³⁰;
- Conjunto de todos os requisitos necessários para que um objeto valha ou subsista³¹;
- Consistência interna do sujeito³²;
- Contundência³³;
- Correção de um texto³⁴;
- Elevação de caráter³⁵;
- Estabilidade³⁶;
- Estado de inteiro, em oposição às partes, do objeto³⁷;

²⁴ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.180.

²⁵ SARAIVA, F.R.S. *Novissimo dicionario latino-portuguez, etymologico, prosodico historico, geographico, mythologico, biographico, etc.* No qual são aproveitados os trabalhos de philologia e lexicographia mais recentes. Redigido segundo o plano de L. Quicherat e precedido de uma Lista dos Auctores e Monumentos latinos citados no volume e das principaes Siglas usadas na Língua latina. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Garnier, 2000, p.622.

²⁶ BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico autorizado com exemplos dos meliores escritores portuguezes e latinos e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V.* Hildesheim: Georg Olms Verlag, 2002, p.156.

²⁷ FOULQUIÉ, P. *Diccionario del lenguaje filosófico.* Barcelona: Editorial Labor, 1967, p.545.

²⁸ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.179. [Cattaneo, V-3-301: *Anche quando un testo vien citato in tutta a sua integrità, l'uomo savio e libero deve verificare se non vi sai altro testo che spieghi o limiti o modifichi il senso del primo*].

²⁹ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.180. [Cavalca, 9-314: *Di questa integrità della confessione diremo di sotto più pienamente*].

³⁰ HONDERICH, T. [Ed.]. *The Oxford companion to philosophy.* Oxford: Oxford University Press, 1995, p.410.

³¹ FREIRE, L. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa.* 3 Ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957, p.2997.

³² PEARSALL, J. *The New Oxford Dictionary of English.* Oxford: Clarendon Press, 1998, p.949.

³³ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.179.

³⁴ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.179. [Gioberti, II-128: *L'integrità resulta dagli argomenti che chiariscono impossibile l'alterazione sostanziale del componimento, e allorché questo è largamente diffuso, vien provata dalla stessa natura delle varie lezioni a cui soggiace*].

³⁵ FUNK, C.E. [Ed.]. *New practical standard dictionary of the English language em'-pha-type method of pronunciation.* New York: Funk & Wagnalls, 1956, p.695.

³⁶ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.180. [Calepio, I-36: *Al maggior temperamento del cielo attribui... l'integrità della pronuncia toscana e della romana*].

³⁷ LEWIS; SHORT, 1879, *op. cit.*, p.973.

- Estado de desinteresse³⁸;
- Estado de índole originária, primitiva³⁹;
- Estado de não exaustão das tropas⁴⁰;
- Estado de plenitude, perfeição⁴¹;
- Estado de um objeto que possui os próprios elementos e atributos⁴²;
- Estado ilibado⁴³;
- Estado incontaminado, livre da desonra⁴⁴;
- Estado médico de normalidade do corpo⁴⁵;
- Estado inquebrado, não dividido ou fisicamente ininterrupto do objeto⁴⁶;
- Estado são, ileso, plenamente apto a realizar as suas funções, como o corpo, os membros, um órgão⁴⁷;
- Frescura, novidade⁴⁸;
- Galhardia⁴⁹;
- Harmonia do eu⁵⁰;
- Honestidade⁵¹;

³⁸ SARAIVA, 2000, *op. cit.*, p.622.

³⁹ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.180. [E. Cecchi, 7-72: *La sua grande virtù, la sua esemplare virtù di tigre quasi tascabile, consiste in questo: che, riparato dalle necessità materiali, circondato d'agi e forse di delizie, serba l'integrità del carattere e la natura originaria, come in un universo dove non fossero che gatti*].

⁴⁰ SIMPSON, D.P. *Cassell's New Latin-English, English-Latin Dictionary*. London: Cassel, 1959, p.317.

⁴¹ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.179. [Alberti, L-III-207: *Non può produrre il pittore forma o figura alcuna dalla sua imaginativa, come dice un autore, se prima quella cosa, così imaginata, non vien dagli altri sensi intrinseci ridotta in idea con quella integrità che si ha da produrre, talché l'intelletto l'intenda in se stesso*].

⁴² FONDATA DA GIOVANNI TRECCANI, 1997, *op. cit.*, p.936.

⁴³ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.180. [S. Caterina da Siena, I-77: *Quelle cinque vergini stolte, ... gloriandosi solamente e vanamente della integrità e verginità del corpo, perdettero la virginità dell'anima per corruzione de' cinque sentimenti*].

⁴⁴ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.180. [Pitti, 2-178: *Invoca Dio e gli uomini in testimonio dell'innocenza e della sua integrità, osservando aver tenute quelle pratiche col Papa per utile e beneficio universale della città*].

⁴⁵ GLARE, 1968, *op. cit.*, p.935.

⁴⁶ FUNK, 1956, *op. cit.*, p.695.

⁴⁷ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.179. [S. Agostino vulgar., I-8-I0: *Quattro cose... li uomini naturalmente appetiscono..., nel corpo, como la integrità delle membra e la salute e la sanita sua*].

⁴⁸ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.180. [Lucini, 4-185: *Di ciascuna idea, essendo imagine e ritmo, il poeta deve rispettare l'integrità; non può, col pretesto di una ortogonia elegante, imporre note già scritte*].

⁴⁹ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.179.

⁵⁰ BLACKBURN, S. *The Oxford dictionary of philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 2008, p.205.

⁵¹ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.180. [Landino, 106: *La rottura significa el vizio, el quale ha rotto l'integrità e innocenzia*].

- Imunidade à decomposição, um cadáver, um corpo⁵²;
- Inocência⁵³;
- Inteira extensão de tempo, duração⁵⁴;
- Lealdade, incorruptibilidade de alma e da vida⁵⁵;
- Possessão dos órgãos genitais, o sujeito⁵⁶;
- Preservação do barbarismo⁵⁷;
- Quantidade inteira⁵⁸;
- Salubridade e pureza do ar⁵⁹;
- Sinceridade⁶⁰;
- Solitude exemplar, cura, atenção⁶¹;
- Unidade territorial de um Estado⁶²;
- Virtude⁶³.

É possível perceber que os sentidos literais da integridade convergem para uma única ideia: de que essa é uma qualidade daquilo que pode ser alterado – o que resultaria em um estado final menos desejado – mas não o é. Para isso, comumente se relaciona a integridade à negativa das palavras violação, corrupção, desfiguração, adulteração, alteração,

⁵² BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.180.

⁵³ BLUTEAU, 2002, *op. cit.*, p.156.

⁵⁴ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.180. [Dante, Conv. IV-XXIV-7: *In tutti mi pare di servare, cioè di fare l'etadi in quelli cotali e più lunghe e meno secondo la integritade di tutto de la naturale vita*].

⁵⁵ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.180. [Machiavelli, I-1-72: *Quanto sia laudabile in uno principe mantenere la fede, e vivere con integrità e non con astuzia, ciascuno lo intende*].

⁵⁶ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.179. [Caro, 12-II-319: *Sarebbe forse meglio che si fosse castrato esse che farsi beffe de l'integrità de gli altri*].

⁵⁷ FONDATA DA GIOVANNI TRECCANI, 1997, *op. cit.*, p.936.

⁵⁸ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.180. [Delfico, III-378: *Non si deve né considerare particolarmente la pastorizia, né questa dall'agricoltura dividere, ma nella integrità delle loro relazioni si devono riguardare*].

⁵⁹ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.179. [Carducci, III-26-9: *Il municipio ricorda ai componenti di questa commissione essere l'integrità dell'aria spirabile primo elemento della salute pubblica*].

⁶⁰ BROWN, 1993, *op. cit.*, p.1387.

⁶¹ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.180. [M. Ricci, II-269: *Um altro, che si convertì com tutta la sua casa, non avendo anco noi publicati i digiuni e feste, per essere cristianità nuova, da per se stesso l'investigò dai nostri di casa e li guardò con molta integrità*].

⁶² BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.179. [Ungaretti, XI-53: *Le quattro grandi potenze s'impegnavano a mantenere l'indipendenza e l'integrità dell'impero ottomano*].

⁶³ *Shogakukan Random House English-Japanese Dictionary*. Japan: Shogakukan, 1979, p.1327.

dentre outras. Além disso, tais sentidos apresentam um caráter suficientemente geral para que possam se referir tanto aos objetos, quanto aos sujeitos.

Por outro lado, os sentidos figurados não apontam para apenas um entendimento da integridade, embora se reconheçam algumas recorrências. As persistências dos significados da integridade aplicada ao sujeito dizem respeito tanto a um estado de caráter do indivíduo, quanto a uma condição física do mesmo. A integridade ligada ao caráter remete às ideias de retidão, sinceridade, lealdade, honestidade e probidade, enquanto o seu emprego em relação ao corpo humano, a associa a um estado são, ileso, saudável ou casto.

As recorrências dos entendimentos da integridade, quando aplicada aos objetos, voltam-se às ideias de completude, inteireza, ininterrupção, indivisão, por um lado, e de autenticidade, genuinidade, correção, pelo outro. Mantém-se também a associação entre a integridade e a correspondência do objeto em relação a um estado físico ou identitário estabelecido, seja fixo por referências internas ou externas ao próprio elemento.

Os entendimentos menos comuns são aqueles que aparecem como predicado específico de um elemento, tendo a partir dele, uma nova significação. Nesse caso, a palavra ganha distintos contornos na presença de outras, “cujas relações contribuem para o seu próprio significado”⁶⁴. Tais relações de proximidade, de associação ou de afinidades propícias às contaminações de sentido, permitem a inserção de conotações particulares. Esse é o caso dos significados da integridade como unidade territorial de um Estado, salubridade e pureza do ar, não exaustão dos combatentes, correção de um texto ou falta de omissões em um escrito.

É interessante perceber que embora a palavra integridade apresente diversas acepções, especialmente quando relacionada a diferentes tipos de elementos, o vocábulo integrar apresenta um entendimento mais restrito, não acompanhando a polissemia dos substantivos [integridade e integração] ou do adjetivo [íntegro]. No mais das vezes, o verbo se endereça a objetos físicos, apresentado um significado de restituição a um estado anterior ou de constituição em determinado estado, o que pode ser expresso pelas ações⁶⁵:

⁶⁴ TOPALOV, C.; BRESCIANI, S.; LILLE, L.C.; D'ARCH, H.R. [Org.]. *A Aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades*. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2014, p.38

⁶⁵ LITTLE; FOWLER; COULSON; ONIONS, *op. cit.*, 1965, p.1021; COULSON; COULSON, J.; CARR, C.T.; HUTCHINSON, L.; EAGLE, D. *Oxford Illustrated Dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1965, p.421; FOULQUIÉ, 1967, *op. cit.*, p.545 e MERRIAN-WEBSTER, *op. cit.*, 1976, p.1173; SIMPSON, 1959, *op. cit.*, p.317; *Webster's New Universal Unabridged Dictionary*. Fully Revised and Updated. Based on the Second Edition of the Random House. Dictionary of the English Language. New York: Barnes & Noble Books, 2003, p.990. Como os significados enumerados apareceram em praticamente todos os dicionários citados, optou-se por apresentar as referências assim agrupadas.

- Acrescentar;
- Combinar;
- Completar o que é imperfeito pela adição de partes;
- Compor;
- Formar;
- Constituir como uma unidade;
- Enriquecer;
- Fazer um todo, das partes ou dos elementos;
- Fundir em um todo único;
- Render inteiro, completo ou perfeito;
- Renovar;
- Ressarcir;
- Restabelecer em seu estado primitivo;
- Restaurar para a inteireza;
- Suprir o quanto falta;
- Unir com o que é útil ou necessário.

Tal desbalanço entre a quantidade de significados do substantivo para o verbo não é abordada nos dicionários, bem como as variações e derivações de significados. Apesar dessas compilações de palavras representarem um poderoso instrumento na constituição das línguas nacionais desde o século XVII, das quais se pode dizer também – talvez subestimando sua função normalizadora – que representam a consciência linguística de uma época, os limites dos dicionários são bastante conhecidos. Tais limites relacionam-se ao seu próprio projeto e processo de fabricação, como registro tardio das mudanças – a reboque das mesmas –, além do desinteresse pelas circunstâncias dessas alterações⁶⁶.

Apesar de não ser possível precisar o porquê da adoção da dimensão física do objeto para embasar os principais sentidos do verbo da integridade, pode-se perceber que esse entendimento se alinha às principais acepções atuais do termo, que pouco se reportam aos demais significados da palavra já enumerados.

⁶⁶ TOPALOV; BRESCIANI; LILLE; D'ARCH. [Org.], 2014, *op. cit.*

A adoção por diferentes disciplinas e a ideia do “todo harmônico”

A polissemia da palavra integridade fez com que as suas principais variações fossem utilizadas em distintos contextos, compondo tanto o léxico comum nas suas aplicações mais antigas, como o erudito, ao modo que se vê atualmente. Até então os diferentes léxicos foram tratados de modo simétrico neste trabalho, tendo como o ponto de partida, a abordagem da palavra. Quando adotadas por alguma disciplina, as palavras que designam os vocábulos eruditos de um domínio científico passam a ser entendidas como conceitos, sendo a fluidez desses significados proporcional ao trânsito disciplinar que percorrem.

O vocábulo integração – que remete ao ato de integrar ou ao estado da integridade – representa a variação mais mobilizada por diversas disciplinas das ciências exatas, humanas, sociais e biológicas. Embora a palavra se mantenha a mesma, os significados dos conceitos são profundamente distintos e aplicáveis em contextos díspares, o que revela a pluralidade de entendimentos que o próprio vocábulo integridade sempre apresentou.

O quadro a seguir apresenta o conceito integração segundo a administração, biologia, cosmologia, economia, eletrônica, estatística, filologia, física, fisiologia, lógica, matemática, neurologia, política, psicanálise, psicologia, psiquiatria e sociologia, destacando os seus respectivos significados, além dos diferentes entendimentos que o termo pode assumir dentro de uma mesma área disciplinar.

Quadro 2. Conceito integração nas disciplinas.

DISCIPLINA	SIGNIFICADO DE INTEGRAÇÃO
<i>Administração</i>	Processo de recondução a uma mesma unidade organizativa das várias operações que levam sucessivamente a matéria prima à fabricação do produto definitivo ⁶⁷ .
<i>Biologia</i>	Fenômeno que consiste em que organismos lesionados [e às vezes divididos] se completem novamente para constituir um todo orgânico ⁶⁸ . Grau de unidade ou de solidariedade entre as várias partes de um organismo, isto é, o grau no qual as ditas partes são dependentes uma das outras ⁶⁹ .

⁶⁷ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.178.

⁶⁸ BRUGGER, W. *Diccionario de filosofia*. Redactado con la colaboración de los profesores del Colegio Berchmans de Pullach [Munich] y de otros profesores. Barcelona: Editorial Herder, 1958, p.269-270.

⁶⁹ ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi. Revisão da tradução e tradução de novos textos Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.542; BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.178.

Quadro 2. Conceito integração nas disciplinas.

DISCIPLINA	SIGNIFICADO DE INTEGRAÇÃO
	Assimilação, ação ou atividade anabólica ⁷⁰ .
<i>Cosmologia</i>	Uma das características fundamentais da evolução cósmica enquanto passagem de um estado indiferenciado, amorfo e indistinto a um estado diferenciado, formado e unificado ⁷¹ .
	Desenvolvimento de organizações mais complexas ⁷² .
	Sinônimo de evolução na fase construtiva [concentração] em contraposição à dissolução. A evolução sob o seu aspecto mais geral é o da matéria e a concomitante dissipação de movimento, enquanto a dissolução é a absorção do movimento e a concomitante desintegração da matéria ⁷³ .
	Passagem de um estado difuso, imperceptível, a um estado concentrado, perceptível ⁷⁴ .
	Oposto de diferenciação ⁷⁵ .
<i>Economia</i>	Reunião, em uma só empresa, de alguns ramos primitivamente explorados em separado ⁷⁶ .
	Formação de um mercado único ⁷⁷ .
	Coordenação, concentração, fusão de empresas ⁷⁸ .
<i>Eletrônica</i>	Realização de circuitos integrados ⁷⁹ .
	Método de utilização da redundância de sinais que se repetem ⁸⁰ .
<i>Estatística</i>	Procedimento mediante o qual se completam lacunas ⁸¹ .

⁷⁰ BENEDICTO SILVA. *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987, p.614.

⁷¹ ABBAGNANO, 2000, *op. cit.*, p.542.

⁷² RUNES, D.D. [Ed]. *The dictionary of philosophy*. 4 Ed. New York: Philosophical, 1942, p.147.

⁷³ CENTRO DI STUDI FILOSOFICI DI GALLARATE. *Enciclopedia Filosofica*. Venezia, Roma: Istituto per la Colaborazione Culturale, 1957, p.1438.

⁷⁴ LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. 3 Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.574.

⁷⁵ RUNES, 1942, *op. cit.*, p.147.

⁷⁶ BENEDICTO SILVA, 1987, *op. cit.*, p.614.

⁷⁷ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.178.

⁷⁸ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.178.

⁷⁹ FONDATA DA GIOVANNI TRECCANI, 1997, *op. cit.*, p.936.

⁸⁰ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.179.

Quadro 2. Conceito integração nas disciplinas.

DISCIPLINA	SIGNIFICADO DE INTEGRAÇÃO
<i>Filologia</i>	Inserção indutiva de uma frase, de uma palavra, de uma ou mais letras faltantes por erro de datilografia ou pelo gasto mecânico do manuscrito ⁸² . Completamento de um passo lacunoso ⁸³ .
<i>Física</i>	Diminuição de movimento interno de um sistema mecânico formado por vários corpos ⁸⁴ .
<i>Fisiologia</i>	Coordenação e confluência de mais atividades elementares em uma atividade complexa ⁸⁵ . Processos nervosos centrais em virtude dos quais se elabora, a partir dos reflexos elementares, um movimento voluntário ⁸⁶ .
<i>Lógica</i>	Divisão em partes externas umas às outras ⁸⁷ . Assunto pelo qual a mente, com uma coisa conhecida, argumenta uma incógnita sem que essa caia sob a sua experiência pela razão... Vale para afirmar a existência do infinito [desconhecido], com base no finito [conhecido] ⁸⁸ .
<i>Matemática</i>	Processo com o qual se determina o valor de uma grandeza como soma de partes infinitesimais consideradas em número sempre crescente ⁸⁹ . Operação consistente no cálculo integral de uma função, resolução de uma equação ou de um sistema de equações diferenciais ⁹⁰ . Algoritmo inverso da diferenciação. É também um processo conhecido como quadratura numérica, que permite achar por processos aritméticos e algébricos um valor aproximado da integral definida de uma função entre os

⁸¹ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.178.⁸² FONDATA DA GIOVANNI TRECCANI, 1997, *op. cit.*, p.936.⁸³ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.178.⁸⁴ LALANDE, 1999, *op. cit.*, p.574.⁸⁵ FONDATA DA GIOVANNI TRECCANI, 1997, *op. cit.*, p.936.⁸⁶ THINES, G. *Dicionario geral das ciencias humanas*. Lisboa: Edições 70, 1984, p.508.⁸⁷ BROWN, 1993, *op. cit.*, p.1386.⁸⁸ CENTRO DI STUDI FILOSOFICI DI GALLARATE, 1957, *op. cit.*, p.1438.⁸⁹ ABBAGNANO, 2000, *op. cit.*, p.542; LALANDE, 1999, *op. cit.*, p.574; RUNES, 1942, *op. cit.*, p.147; FONDATA DA GIOVANNI TRECCANI, 1997, *op. cit.*, p.936; RANZOLI, C.; PIGATTI, M. *Dizionario di scienze filosofiche*. 5 Ed. Milano: U. Hoepli, 1926, p.567; BRUGGER, 1958, *op. cit.*, p.269.⁹⁰ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.179; CENTRO DI STUDI FILOSOFICI DI GALLARATE, 1957, *op. cit.*, p.1438.

Quadro 2. Conceito integração nas disciplinas.

DISCIPLINA	SIGNIFICADO DE INTEGRAÇÃO
	limites a e b ⁹¹ .
	Soma de diferentes séries ⁹² .
<i>Neurologia</i>	Combinação de impulsos neurais discretos em um centro, produzindo uma atividade unificada e coordenada ⁹³ .
<i>Política</i>	Relação de colaboração internacional mais estreita e concreta entre vários Estados, tal a conduzir gradualmente à formação de um organismo federativo supranacional ⁹⁴ .
<i>Psicanálise</i>	<p>Conciliação de oposições psíquicas ou de comportamento⁹⁵.</p> <p>Integração primária: reconhecimento consciente da criança, usualmente antes dos 5 anos, que o seu corpo e mente são distintos do ambiente;</p> <p>Integração secundária: processo pelo qual componentes psíquicos, especialmente os componentes pré-genitais, são unificados e socializados em um adulto⁹⁶.</p> <p>Unificação da personalidade, ou de seus diferentes níveis, por exemplo, o id, o ego e o superego. A psicanálise considera a integração como:</p> <p>A] Organização ou estruturação de algo;</p> <p>B] Neurologicamente, a combinação e coordenação de estímulos nos centros nervosos para produzir ações organizadas e adequadas;</p> <p>C] Organização harmônica de elementos psicofísicos.</p> <p>Em relação ao padrão de conduta:</p> <p>A] Desenvolvimento de movimentos mais adequados dentro de uma ação global;</p> <p>B] Processo ou produto da combinação de elementos da conduta em um ato completo mais permanente⁹⁷.</p> <p>Conciliação de oposições latentes de comportamento⁹⁸.</p>

⁹¹ BENEDICTO SILVA, 1987, *op. cit.*, p.614-615.

⁹² WOLMAN, B.B. *Dictionary of behavioral science*. New York: Van Nostrand Reinhold Co, 1973, p.197.

⁹³ WOLMAN, 1973, *op. cit.*, p.197.

⁹⁴ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.178-179.

⁹⁵ FONDATA DA GIOVANNI TRECCANI, 1997, *op. cit.*, p.936.

⁹⁶ WOLMAN, 1973, *op. cit.*, p.197; BENEDICTO SILVA, 1987, *op. cit.*, p.615.

⁹⁷ BENEDICTO SILVA, 1987, *op. cit.*, p.615.

⁹⁸ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.178.

Quadro 2. Conceito integração nas disciplinas.

DISCIPLINA	SIGNIFICADO DE INTEGRAÇÃO
<i>Psicologia</i>	Ajuste mútuo dos membros de um grupo que se identificam com os interesses, valores, normas ou regras do mesmo ⁹⁹ .
	Grau de unidade ou de organização da personalidade ¹⁰⁰ .
	Incorporação de um novo elemento em um sistema psicológico anteriormente constituído ¹⁰¹ .
	Combinação de elementos psicológicos e físico-orgânicos em uma organização complexa unificada ¹⁰² .
	Processo mediante o qual os traços da personalidade se compõem harmonicamente entre eles e permitem a adaptação ao ambiente ¹⁰³ .
	Processos pelos quais diferentes partes ou características de um indivíduo são combinadas, organizadas e trabalhadas juntas em um alto nível como um inteiro complexo ¹⁰⁴ .
	Operação psíquica pela qual se precisa e se determina o conteúdo da percepção, associando ao dado atual, dados sensíveis ou mentais, ou seja, pré-formados. Esse processo integrativo é pela sua natureza, variado, mas se podem distinguir, segundo tipos principais:
	Integração de completamento: na qual o dado sensível, apresentado em modo imperfeito e parcial, é identificado mediante novos elementos que o completam;
	Integração de substituição: na qual um dado sensível se substitui, por um grau maior de atenção, por um dado mental diverso, que corrige a percepção primitiva;
	Integração de raciocínio: quando os dados sensíveis errôneos vêm corretos mediante um raciocínio. Raciocínio por integração é aquele modo de argumentação, pelo qual de uma coisa conhecida podemos argumentar uma desconhecida, sem que essa seja revelada pela experiência. Tal raciocínio se funda na constatação de que a coisa conhecida não poderia existir sem a outra desconhecida. A integração tem muita semelhança com a analogia, o maior ou menor grau de certeza das suas conclusões depende do maior ou

⁹⁹ MORFAUX, L.M. *Diccionario de ciencias humanas*. 1 Ed. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1985, p.179.

¹⁰⁰ ABBAGNANO, 2000, *op. cit.*, p.542.

¹⁰¹ LALANDE, 1999, *op. cit.*, p.574.

¹⁰² RUNES, 1942, *op. cit.*, p.147; BENEDICTO SILVA, 1987, *op. cit.*, p.615.

¹⁰³ FONDATA DA GIOVANNI TRECCANI, 1997, *op. cit.*, p.936.

¹⁰⁴ WOLMAN, 1973, *op. cit.*, p.197.

Quadro 2. Conceito integração nas disciplinas.

DISCIPLINA	SIGNIFICADO DE INTEGRAÇÃO
	menor grau de conexões entre a coisa conhecida e a desconhecida ¹⁰⁵ .
	Nova conduta que se insere por coordenação no conjunto dos comportamentos do sujeito ¹⁰⁶ .
<i>Psiquiatria</i>	Incorporação ou agregação, paralela ao desenvolvimento do sistema nervoso, das principais funções que lhe são atribuídas. Essa agregação se efetua segundo uma hierarquização e uma subordinação, junto com as do processo inverso da desintegração ¹⁰⁷ .
<i>Sociologia</i>	Inserção de entes sociais em totalidades de ordem superior ¹⁰⁸ .
	Integração social: aspecto da adaptação cultural que designa o ajuste mútuo dos diferentes grupos ou indivíduos pelo qual uma sociedade se organiza;
	Integração de civilização: ajuste recíproco dos elementos constitutivos de uma civilização que tem por efeito formar um todo harmônico ¹⁰⁹ .
	Grau de organização de um grupo social ¹¹⁰ .
	Designa o modo como elementos sociais dissemelhantes constituem uma unidade no seio de um conjunto social mais vasto... Com efeito, pode-se considerar que existam pelo menos quatro tipos de integração:
	Integração cultural: esse tipo de integração foi, sobretudo, estudado pelos antropólogos. A mesma integração cultural pode aparecer sob duas formas: ou como exigências incompatíveis e socialmente experimentadas como tais entre as normas culturais que requerem adesão; ou então, como normas de grupos diferentes que podem opor-se com maior ou menor força;
	Integração normativa: esse tipo de integração existe quando há acordo entre a conduta e as normas. A integração normativa pode ser medida, tanto por índices como, por exemplo, o grau de criminalidade [medida negativa], como pela frequência dos atos de apoio ao grupo [medida positiva];
	Integração comunicativa: a integração comunicativa determina o grau de ligação que se estabelece entre os membros de um grupo por meio da comunicação. Nesse domínio, a sociometria poderia estar na base de medidas de integração comunicativa;
	Integração funcional: esse último tipo de integração exprime o grau de

¹⁰⁵ RANZOLI; PIGATTI, 1926, *op. cit.*, p.567; CENTRO DI STUDI FILOSOFICI DI GALLARATE, 1957, *op. cit.*, p.1438; BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.178.

¹⁰⁶ THINES, 1984, *op. cit.*, p.508.

¹⁰⁷ BENEDICTO SILVA, 1987, *op. cit.*, p.615.

¹⁰⁸ BRUGGER, 1958, *op. cit.*, p.270.

¹⁰⁹ MORFAUX, 1985, *op. cit.*, p.179.

¹¹⁰ BATTAGLIA, 2004, *op. cit.*, p.178; ABBAGNANO, 2000, *op. cit.*, p.542.

Quadro 2. Conceito integração nas disciplinas.

DISCIPLINA	SIGNIFICADO DE INTEGRAÇÃO
	interdependência na divisão do trabalho, atendendo-se à especialização e à importância das trocas funcionais.
	A integração constitui uma das funções do sistema social e consiste em assegurar a coordenação entre as diversas unidades do sistema no que diz respeito à sua contribuição para o funcionamento do conjunto ¹¹¹ .
	Inserção, incorporação, assimilação de um indivíduo, de uma categoria, de um grupo étnico em um ambiente social, em uma organização, em uma sociedade constituída ¹¹² .
	Processo de unificar diversos elementos, ou um grupo, ou uma sociedade de tal forma que a todos sejam garantidos os mesmos direitos e liberdades ¹¹³ .

Fontes: Referenciadas no quadro. Organização da autora.

Esse quadro não pretende apresentar um levantamento exaustivo do conceito de integração segundo todas as disciplinas nas quais aparece, mas sim destacar as principais que o adotam, e que se encontram referenciadas nas fontes consultadas.

O primeiro ponto de interesse a se destacar diz respeito à presença do conceito de integração no conjunto de disciplinas enumeradas, considerando as ciências das quais provêm. Tem-se uma distribuição praticamente uniforme entre as ciências exatas, humanas, sociais e biológicas, o que indica que o uso do termo não está ligado a uma área específica. O segundo ponto refere-se à ideia central que perpassa a maior parte dos significados enumerados: de que a integração remete à passagem de um estado de partes separadas e discerníveis entre si, para um inteiro. Isso ocorre com diversos tipos de elementos, sejam células, impulsos nervosos, partes do organismo, membros do corpo, entes e grupos sociais, empresas, Estados, mercados, processos fabris, números, palavras, atividades, o desconhecido, componentes psíquicos, comportamentos, traços de personalidade, elementos perceptivos, dentre outros.

O inteiro ou o todo que é resultante da união dessas partes, frequentemente é descrito como “harmônico”, muito embora o significado dessa palavra nunca seja explicitado. Entretanto, presume-se que tal tendência à harmonia assinala a passagem de um elemento a uma condição mais desejada, aproximando-se do referenciado estado ideal.

¹¹¹ THINES, 1984, *op. cit.*, p.508-509.

¹¹² FONDATA DA GIOVANNI TRECCANI, 1997, *op. cit.*, p.936.

¹¹³ WOLMAN, 1973, *op. cit.*, p.197.

Apenas partindo de um significado inicial bastante amplo da integridade, é que o vocábulo integração poderia ser adotado por tantas disciplinas, tratando de temas tão diferentes. A escolha dos entendimentos que o conceito teria em cada um dos citados campos foi feita com base nos principais temas que orientavam suas investigações.

O conceito de integração em arquitetura, preservação, conservação ou restauro não compareceu em nenhuma das fontes de pesquisa consultadas. É possível supor que, por um lado, a incorporação desse termo nas referenciadas disciplinas tenha ocorrido a partir do século XIX – momento chave de consolidação da maior parte das suas teorias e métodos – e que, por outro, a integridade não tenha sido mobilizada com tanta frequência.

* * *

As diversas significações da palavra integridade descritas nesta seção são indicativas de como o termo foi utilizado segundo uma gama de propósitos e de temas diferentes, ainda que a ideia etimológica do *in+tangere* tenha se mantido como pano de fundo para alguns entendimentos. A integridade como o que predica em primeira instância uma condição inalterada de algo – objeto ou sujeito – necessariamente assume, em segundo lugar, uma postura relativizante quanto ao entendimento do que constitui a continuidade.

Esse relativismo reside na aceitação da instabilidade, considerando que tudo o que está em fluxo deverá ter um fim, alinhando-se a algumas correntes filosóficas. Essa premissa foi indicada por Platão e Aristóteles sob a ideia de “corrupção das coisas” na idade antiga. Platão, a propósito da revolução dos regimes políticos, relacionou – em sua *República* – a finitude de tudo pelo tempo destruidor. Aristóteles, ligando intimamente as ideias *Da Geração e Corrupção*, sugeriu que tais fenômenos eram decorrentes da transformação incessante da matéria, que sempre subsistiria em outras realidades, ainda que tivesse perdido a sua forma primeira.

Assim, a passagem do tempo assume um peso fundamental para a integridade, já que ela não pode ser avaliada desconsiderando essa dimensão. O movimento dos instantes, horas, dias ou anos em torno de algo, não apenas o contextualiza quanto ao seu período histórico, mas também revela em que medida tais objetos ou sujeitos se mantêm, iluminando elos entre momentos distintos. Esses elos, por sua vez, representam mais do que uma simples concordância entre estados, mas, sobretudo, a continuidade daquilo que é valorado – que o torna distintivo – ao correr do tempo, ideia que os exemplos da pedra e do martelo buscaram explorar.

Tais inferências permitem sugerir que, no lato senso, a integridade pode ser entendida como uma qualidade daquilo que continua sendo aquilo é, no tempo. Entretanto, o que caracteriza o “ser algo”, extrapola a sua determinação físico-material, já que essa afirmação invalidaria o próprio axioma pela aceitação da transitoriedade dos estados. Portanto, considerar que aquilo que não foi modificado dentro de um parâmetro relativo possa ser chamado portador de integridade, faz com que essa qualidade assuma uma conotação positiva, já que condiz com uma referência estabelecida como ideal para determinado caso, em determinado momento. O léxico geral do latim, elaborando e transformando essa palavra a partir da sua aplicação, permitiu o florescimento de múltiplos sentidos figurados – cuja variedade foi reforçada pela divergência de alguns dos seus significados – paralelamente a alguma manutenção do sentido literal e primeiro, que, de tão específico, ficou com o seu uso mais restrito.

A palavra integridade não é exceção entre um amplo conjunto de vocábulos que se torna bastante mobilizado linguisticamente mais pelos usos associados ao aparecimento de novos significados, do que pela sua definição original. Foi precisamente na prática da transferência do termo integridade a outros contextos de uso que não aqueles próprios à sua acepção primeira, que a palavra passou a ser associada à frequente noção de inteiro ou de genuíno – se relacionada aos objetos ou coisas físicas – e de virtude moral e saúde, quando ligada aos sujeitos.

O sentido literal da palavra integridade – que mais remetia a uma ideia de caráter filosófico e transcendental à matéria – cedeu espaço para outros entendimentos que, por sua vez, ajudaram a determinar a significação de diferentes derivações do termo. O verbo integrar e o substantivo integração representam em justa medida esse caso, uma vez que os seus significados remetem, no mais das vezes, a ações destinadas a reverter um quadro de decaimento ou de desagregação de elementos. As disciplinas que se apropriaram desse substantivo, transformando-o em um conceito próprio a elas, fixaram como desejável a passagem de um estado de desintegração ao de integração, o que era comum às ciências que elegeram a abordagem sistêmica como modo de entendimento dos seus temas de pesquisa. O “todo harmônico” pode então ser entendido como uma alegoria desse almejado estado de integração.

O olhar crítico para a palavra que se transforma em muitas outras e estabelece os alicerces para a construção de um número ainda maior de conceitos, requer uma postura de desnaturalização e de estranhamento ao que já se tem como estabelecido, algo que se buscou empreender nesta seção do primeiro capítulo. A integridade assumiu determinadas

significações não apenas pelo seu uso nos contextos frásicos e na oralidade, mas, sobretudo, pelas escolhas daquilo que elas auxiliariam a definir e a diferenciar dentro de um amplo conjunto de termos possíveis.

1.2 Os escritos sobre preservação

Imbuído das considerações até então apresentadas, esta seção é voltada à construção de uma interpretação sobre o entendimento da integridade em sete textos fundantes da teoria da preservação, que iniciou a sua constituição disciplinar em meados do século XIX. Seus autores, como já referido, são John Ruskin [1819-1900], Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc [1814-1879], Camillo Boito [1836-1914], Alois Riegl [1858-1905], Max Dvořák [1874-1921], Gustavo Giovannoni [1873-1947] e Cesare Brandi [1906-1988].

Esses escritos representam compilações provenientes de textos de revistas especializadas, artigos de jornal, apontamentos de aula, atas de congresso, verbetes em enciclopédias, boletins institucionais e normas legais, sob os seguintes títulos:

- *A Lâmpada da Memória*, que compõe *As Sete Lâmpadas da Arquitetura*¹¹⁴;
- *Verbete: Restauração*¹¹⁵;
- *Conferência na Exposição de Turim em 7 de junho de 1884*¹¹⁶;
- *El Culto Moderno a los Monumentos*¹¹⁷;
- *Catecismo da Preservação dos Monumentos*¹¹⁸;
- *Vecchie Città ed Edilizia Nuova*¹¹⁹;
- *Teoria da Restauração*¹²⁰.

¹¹⁴ RUSKIN, J. *A Lâmpada da Memória*. Tradução Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008. Referente à versão brasileira. Original publicado em 1849.

¹¹⁵ VIOLLET-LE-DUC, E.E. *Restauração*. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. Referente à versão brasileira. Original publicado em 1854-1868.

¹¹⁶ BOITO, C. *Os restauradores*. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. Referente à versão brasileira. Original publicado em 1884.

¹¹⁷ RIEGL, A. *El Culto Moderno a los Monumentos*. Madrid: Visor, 1999. Referente à versão espanhola. Original publicado em 1903.

¹¹⁸ DVOŘÁK, M. *Catecismo da Preservação de Monumentos*. Tradução Valéria Alves Esteves Lima. Cotia: Ateliê Editorial, 2008. Referente à versão brasileira. Original publicado em 1916.

¹¹⁹ GIOVANNONI, G. *Vecchie Città ed Edilizia Nuova*. Milano: Città Studi, 1995. Referente ao texto italiano. Original publicado em 1931.

Representam publicações de grande difusão na literatura sobre o tema, sendo obras que fundamentam e apresentam os embasamentos teóricos e o rebatimento prático defendido pelos seus autores no tocante às suas formulações acerca da preservação de elementos móveis, integrados, arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos.

Poucas vezes, a integridade não compareceu nominalmente nos textos explorados, de modo que foi necessário percorrer um caminho interpretativo para se chegar às inferências que compõem essa seção da tese. Ressalva-se que o cerne desta seção de capítulo não é apresentar as contribuições destes teóricos registradas nos referidos escritos, nem dissertar sobre os seus princípios preservacionistas, e sim assinalar possíveis visões sobre o tema a partir da iluminação das seguintes questões: o que entendiam por integridade? A integridade era uma qualidade que se ligava a quais aspectos do objeto [ou da sua percepção]? Qual a relação entre a integridade e a preservação? Entende-se que buscar uma resposta a essas perguntas a partir de um conjunto de sete escritos não implica mostrar como tais autores teorizaram a integridade, mas sim identificar as representações dessa ideia como percurso ou direção de movimentos de pensamento, ora concordantes, ora divergentes, mas de contribuições complementares se vistas em perspectiva.

A integridade e a expressão do tempo em John Ruskin

O inglês John Ruskin¹²¹ foi um dos principais expoentes do movimento romântico na Europa no século XIX, tendo se destacado pela sua contribuição à proteção da arquitetura. Uma das obras que lhe conferiu grande notoriedade foi *As Sete Lâmpadas da Arquitetura*, lançada em 1849. Na Sexta Lâmpada da Arquitetura, a da Memória, John Ruskin desenvolveu algumas ideias que embasaram o seu pensamento preservacionista.

Para o autor, a arquitetura a ser preservada era acima de tudo documento histórico, instrumento primeiro de rememoração, mais do que as notas textuais. “... Quantas páginas de registros duvidosos não poderíamos dispensar em troca de algumas pedras empilhadas uma sobre as outras”¹²². Ou ainda: “... não seria tal obra melhor do que mil histórias?”¹²³. A

¹²⁰ BRANDI, C. *Teoria da Restauração*. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2004. Referente à versão brasileira. Original publicado em 1963.

¹²¹ Para mais informações sobre John Ruskin, consultar: RUSKIN, J. *Praetoria, The Autobiography of John Ruskin*. Oxford, 1978; DI STEFANO, R. *John Ruskin, Interprete dell'Architettura e del Restauro*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1983; RUSKIN, J. *Poetry of Architecture*. New York, 1883; LANDOW, G.P. *The Aesthetic and Critical Theories of John Ruskin*. Princeton, 1971.

¹²² RUSKIN, 2008, *op. cit.*, p.54.

ideia central era de que por meio de edificações historicizadas, o conhecimento do passado ocorria de forma clara, no qual poderiam ser apreendidos o pensamento, o sentimento, a manufatura e a compreensão dos homens do seu tempo.

A transformação da materialidade ocupou o centro das reflexões desse escrito, já que tal tópico se relaciona diretamente à preservação da arquitetura. John Ruskin argumentou sobre dois modos de transformação: o de origem antrópica e o de origem natural. O primeiro tipo de transformação era entendido como violação, uma vez que interferia no testemunho histórico que era expresso por uma determinada conformação material. Por outro lado, o segundo modo era concebido como a adição de camadas históricas a uma determinada materialidade. Mesmo considerando que essas novas camadas históricas pudessem se sobrepor às demais anteriormente estratificadas, mascarando ou apagando testemunhos que se encontrassem expressos por determinada conformação material – John Ruskin defendia que havia, nesse caso, uma inserção temporal legítima. Assim, o edifício envelhecido teria uma continuidade de ordem material e simbólica correspondente aos seus estados em tempos distintos.

Para o autor, a riqueza de um edifício encontrava-se na sua idade que se dilatava na mesma proporção que o testemunho expresso por essa condição. Nesse sentido, a forma temporalmente esculpida agia como elo entre períodos ora lembrados, ora esquecidos, dando uma ideia de sequência temporal. Essa ligação funcionava então como um artifício de coesão espaço-temporal, no qual se estabeleciam as bases entre lugar e identidade.

O transcurso do tempo, além de gravar a história nos edifícios que no futuro seriam tidos como elementos de memória, era responsável por conferir marcas estéticas a esses objetos, expressas no caráter pitoresco. Esse caráter, possível pela natureza perecível da matéria e pelos efeitos prováveis do tempo, era frequentemente constituído pela pátina. Embora John Ruskin reverenciasse o pitoresco como elemento de real e grande beleza, o autor pontuou a multiplicidade de visões¹²⁴ sobre esse tema, criticando a ideia de que tal conceito remetesse à decadência universal. Para ele, a noção de sublimidade parasitária era aquela que mais se aproximava da sua compreensão de pitoresco por se reportar a uma qualidade estética que dependia de acidentes ou de características menos essenciais à obra.

¹²³ RUSKIN, 2008, *op. cit.*, p.65.

¹²⁴ A ideia em si é tão múltipla para o espírito dos diferentes homens segundo o objeto dos seus diferentes estudos, que não se pode ver a nenhuma definição abraçar senão um certo número de suas formas inumeráveis [RUSKIN, 2008, *op. cit.*, p.70].

Apesar da importância dessas considerações sobre o pensamento de John Ruskin dos edifícios como entes de memória, é o Aforismo 31 que mais permite perscrutar o entendimento do autor sobre a questão da integridade dos objetos. Nele, John Ruskin expôs suas ideias sobre a restauração de monumentos, pontuando que isso “significa a mais total destruição que um edifício pode sofrer: uma destruição da qual não se salva nenhum vestígio: uma destruição acompanhada pela falsa descrição da coisa destruída”¹²⁵. A ideia da falsidade, que guiou o raciocínio que John Ruskin desenvolveu contra as atividades de restauração, era expressa no edifício que depois de restaurado passava a não mais expressar materialmente o seu decurso temporal. Nesse sentido, por mais que a completude física possibilitasse a devolução de alguma funcionalidade do artefato, por outro lado criava um mosaico não linear de temporalidades. Para o teórico, como os edifícios representavam elementos primordiais de história, a sua constituição física não deveria ser alterada de modo a transformar a expressão da translação do tempo.

A integridade ruskiniana estaria relacionada à capacidade de expressão histórica do edifício como artefato temporal. Tal capacidade expressiva – fator que fazia do edifício um instrumento de memória – não era subtraída pela existência de mutilações. Para ele, a capacidade expressiva do artefato desde o momento de sua concepção até a sua decadência, não diminuía, alterando-se apenas o tipo e a densidade de informações que desses estados poderia se interpretar. A idade do edifício transformava-o para uma condição marcada pelo pitoresco e pelo acúmulo de significados relacionados aos seus diversos períodos históricos. O tempo de existência representava então o fator que condicionava o grau de completude que o artefato deveria apresentar, de modo que o mesmo poderia ser considerado íntegro na medida em que as suas lacunas atestassem a sua idade.

A partir das formulações teóricas de John Ruskin, pode-se depreender que a integridade deveria ser avaliada em perspectiva com a translação do tempo concernente ao objeto. Portanto, essa qualidade estaria associada à relação entre temporalidades e materialidades, que se transformavam proporcionalmente e congruentemente. Com base nessas premissas, quanto maior a capacidade de o edifício exprimir informações de diversos tempos com base na sua constituição física, maior seria a sua integridade.

¹²⁵ RUSKIN, 2008, *op. cit.*, p.79.

A integridade e o estilo arquitetônico em Viollet-le-Duc

O verbete *Restauração* do arquiteto Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc¹²⁶ ilustrou o mais difundido pensamento desse autor sobre a disciplina à qual se dedicou na teoria e na prática. Para ele, “a palavra e o assunto são modernos. Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento”¹²⁷. Cabe indagar o entendimento leduciano de “estado completo”, já que tanto o seu legado teórico quanto prático apontam para noções que extravasavam a ideia da completude física em si. Tal completude se associava na obra de Viollet-le-Duc à ideia de estilo, que remetia à forma pela qual a obra de arte se manifestava na arquitetura. Nesse sentido, o “estado completo” era sinônimo de estado estilístico completo, que também dependia da inteireza física para sua expressão. É importante pontuar que esse estado buscado na restauração, que se relacionava ao que era obra de arte na arquitetura, não estava associado a um marco temporal pretérito, mas sim ao que o restaurador poderia restabelecer no momento da intervenção por meio do conhecimento do objeto antigo.

Para Viollet-le-Duc, a restauração incidia no restabelecimento estilístico do edifício ou de cada parte sua. A estratificação histórica do objeto a ser restaurado era considerada enquanto dado para a tomada de decisão projetual, que só poderia ser definida por pesquisas aprofundadas.

São poucos os edifícios que, durante a Idade Média, sobretudo, foram construídos de uma só vez, ou, se assim o foram, que não tenham sofrido modificações notáveis, seja através de acréscimos, transformações ou mudanças parciais. É, portanto, essencial, antes de qualquer trabalho de reparação, constatar exatamente a idade e o caráter de cada parte, compor uma espécie de relatório respaldado por documentos seguros, seja por notas escritas, seja por levantamentos gráficos¹²⁸.

O papel que o conhecimento técnico e científico da obra desempenhava no restauro não era assessório, já que fundamentava grande parte das intervenções, em uma

¹²⁶ Para mais informações sobre Emmanuel Viollet-le-Duc, consultar: VIOLLET-LE-DUC, E.E. *Entretiens sur l'Architecture, 1863*. Bruxelles, 1977; FROIDEVAUX, Y. *Viollet-le-Duc restaurateur et son influence*. Actes du colloque international Viollet-le-Duc. Paris, 1980; AUZAS, P. *Viollet-le-Duc*. Paris: Caisse Nationale des Monuments Historiques et des Sites, 1979.

¹²⁷ VIOLLET-LE-DUC, 2000, *op. cit.*, p.29.

¹²⁸ VIOLLET-LE-DUC, 2000, *op. cit.*, p.47.

clara influência da lógica positivista. O saber em relação ao edifício representava o elemento que embasava as escolhas de projeto e afastava o restaurador da conjectura.

O conhecimento da obra apresentava dois eixos principais: o de exploração formal – no qual se enquadravam as investigações das formas, dos estilos, das escolas associadas a tal expressão – e o de exploração estrutural, ligado às pesquisas da anatomia dos edifícios e à forma de funcionamento das suas partes constituintes. Buscava-se devolver a edificação à vida, assumindo como etapas de projeto as medidas que visassem prolongar sua longevidade. Assim, a substituição de elementos por outros novos, em materiais mais resistentes, era uma solução bastante defendida nos postulados de Viollet-le-Duc.

É também importante destacar o enfoque leduciano sobre a utilização dos edifícios, que assumia uma dupla função. Por um lado, representava uma forma eficiente de manutenção, ao defender que “o melhor meio para conservar um edifício é encontrar para ele uma destinação, é satisfazer tão bem todas as necessidades que exige essa destinação, que não haja modo de fazer modificações”¹²⁹. Por outro lado, a utilização do edifício fazia com que o mesmo cumprisse uma função social, já que todas as arquiteturas apresentavam uma destinação prática. A “funcionalidade” representava então uma dimensão edilícia, ao lado da formal e estrutural.

Assim, Viollet-le-Duc concebeu um sistema teórico ideal entre os elementos da forma, estrutura e função, buscando a lógica do conjunto arquitetônico. Esse sistema proporcionava a constituição de um “modelo” para os projetos de restauro. Assim, a intervenção buscava alcançar uma referência ideal, estabelecida com base no conhecimento da obra e nas possibilidades tecnológicas de então.

... O melhor a fazer é colocar-se no lugar do arquiteto primitivo e supor aquilo que ele faria se, voltando ao mundo, fossem a ele colocados os programas que nos são propostos. Mas compreende-se, então, que é preciso deter todos os recursos que possuíam esses mestres antigos, que é preciso proceder como eles procediam¹³⁰.

A lógica projetual – sequência criativa que se manifestava na forma, na estrutura e na função edilícias – de tão buscada em seus trabalhos, tornou-se a principal crítica à sua obra. Desse modo, na direção do restabelecimento de um estado completo na obra, a inteireza física não representava um objetivo final no restauro, mas sim um meio para se atingir a plenitude estilística. A integridade buscada por Viollet-le-Duc nas intervenções se

¹²⁹ VIOLLET-LE-DUC, 2000, *op. cit.*, p.64-65.

¹³⁰ VIOLLET-LE-DUC, 2000, *op. cit.*, p.65.

referia à concordância com um modelo ideal de concepção de projeto. A translação temporal não era um fator determinante na construção da referência a partir da qual a integridade seria julgada, de modo que as intervenções buscavam, sobretudo, a manifestação de determinado estilo arquitetônico.

A integridade documental e artística em Camillo Boito

Camillo Boito¹³¹ foi um profissional dedicado a distintos campos profissionais: à arquitetura, à restauração, à literatura, à história, tendo sido bastante reconhecido pela sua contribuição à preservação do patrimônio construído. Foi responsável pela reelaboração crítica das proposições de Eugène Emmanuel Viollet-Le-Duc e de John Ruskin, assumindo uma posição intermediária ainda no século XIX. A conferência apresentada durante a Exposição de Turim de 07 de junho de 1884 foi o texto que mais condensou as ideias que Camillo Boito foi acumulando em anos de prática profissional, e que naquele momento compuseram o *corpus* teórico do conhecido restauro filológico.

O primeiro ponto apontado por Camillo Boito para introduzir a sua abordagem sobre o restauro versou sobre a aproximação inicial ao monumento, que deveria ser realizada a partir da atribuição de valores ao objeto e do seu conhecimento exaustivo. Esse conhecimento, por sua vez, não deveria ser usado para proceder a todo e qualquer refazimento de obras mutiladas, alteradas ou arruinadas, por mais que o autor reconhecesse a capacidade técnica dos restauradores em bem fazê-lo. O teórico então argumentou que a primeira intervenção deveria ser livrar a obra das más restaurações, aquelas que por um lado foram mal executadas tecnicamente, ou que por outro lado, induziam ao engano histórico pela modificação da sua constituição física.

Conhecem talvez essa grande questão: se os gregos e os romanos ferravam os cavalos. Parecia que não; mais eis que surge um baixo-relevo em que as ferraduras com seus bravos cravos estão ali indicados claros e evidentes; e um arqueólogo de nossos dias, famoso, sempre cauteloso e sagaz, observa-os e grita triunfalmente: *ferravam os cavalos*. Aquelas patas, infelizmente, eram um remendo¹³².

¹³¹ Para mais informações sobre Camillo Boito, consultar: BOITO, C. *Gite di un'artista*. Milano, 1884; BOITO, C. *Questioni Pratiche di Belle Arti: Restauri, Concorsi, Legislazione, Professione, Insegnamento*. Milano, 1893; BOITO, C. I Nostri Vecchi Monumenti. In: *Nuova Antologia*, 1885.

¹³² BOITO, 2002, *op. cit.*, p.39.

Esse e outros exemplos constituíam a fundamentação da sua Teoria Geral para a Escultura, que defendia a não restauração desse tipo de obra, aconselhando ainda o descarte de todas as intervenções que nela incidiram, fossem recentes ou antigas.

A Teoria Geral para a Pintura enfocou que a restauração deveria contentar-se com a mínima invasão à obra, a fim de que ela não perdesse a sua genuinidade enquanto criação artística vinculada a uma autoria pretérita, nem a sua validade enquanto artefato material convertido em repositório histórico de informação. Na Teoria Geral para a Arquitetura, Camillo Boito dispôs que deveria ser feito o máximo necessário para conservar no monumento o seu velho aspecto artístico e pitoresco. Os oito princípios abaixo elencados ilustram em grande medida o pensamento boitano sobre a restauração arquitetônica, que o tornaram um teórico de grande destaque na constituição desse campo disciplinar. A intervenção deveria:

- Diferir em estilo o novo do velho. Contrariamente ao que defendia Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, os acréscimos provenientes do restauro deveriam ser apresentados como elementos novos, não prevalecendo desse modo, a unidade de estilo. Essa medida possibilitaria a percepção visual de que se tratava de uma contribuição contemporânea;
- Diferir em materiais o novo do velho. Do mesmo modo que se buscava a diferenciação da forma antiga em relação à nova e restaurada, a matéria da obra também deveria evidenciar essa ação. Esses dois princípios de diferenciação visavam conferir à obra restaurada a marca do seu tempo quanto às formas e materiais;
- Suprimir ornatos das partes restauradas. Partindo-se do pressuposto de que o restauro não deveria representar uma nova criação que se superpusesse à antiga, aconselhava-se a eliminação de detalhes formais nas adições;
- Expor elementos velhos removidos. Como os elementos que foram em algum momento acrescentados à obra resultavam em uma nova síntese, as subtrações realizadas deveriam ser expostas, já que se constituíam em trechos que durante um tempo fizeram parte da composição;
- Datar a restauração. Com o objetivo de assegurar que se tratava de uma intervenção contemporânea, e não uma obra pretérita ou um objeto não restaurado;
- Constar de epígrafe descritiva. Da mesma forma que o exaustivo conhecimento da obra era necessário para se proceder à intervenção, a descrição das ações do

restauro se fazia imprescindível para que as gerações futuras pudessem avaliá-la e novamente intervir no objeto, se necessário, o que já assinalava uma preocupação com a ética da preservação;

- Descrever e fotografar períodos em obra. Entendendo-se que o restauro historicizava-se junto à obra, seria importante que o mesmo se encontrasse bem documentado;
- Descrever a ação de restauro em publicação. Essa medida visava ampliar o conhecimento e o debate em torno da restauração, divulgando as ações realizadas em uma dada obra. Além disso, para Camillo Boito, o conhecimento da arquitetura do passado fornecia subsídios para a criação contemporânea.

Verifica-se nessas formulações sobre o restauro na arquitetura, um maior campo de possibilidades de intervenção, já que os edifícios apresentavam uma maior resiliência quando comparados à pintura ou à escultura. Ao recorrer à analogia do restaurador ao cirurgião, Camillo Boito defendeu que “seria melhor [...] que o frágil corpo humano não precisasse dos auxílios cirúrgicos, mas nem todos creem que seja melhor ver morrer o parente ou o amigo do que fazer com que lhes seja amputado um dedo ou que usem uma pena de pau”¹³³. Se para o médico que extirpava um membro para salvar o paciente, o valor de referência da intervenção era a própria vida, na restauração de monumentos, o valor de referência era representado pela manutenção das condições que permitissem a atribuição de significados a eles, especialmente quando de natureza artística ou histórica.

Assim, a restauração arquitetônica no entendimento de Camillo Boito era a operação voltada à promoção da melhoria da condição física dos atributos valorativos do objeto, em outras palavras, da integridade. Assim, o termo restauração divergia bastante da noção de conservação, segundo o entendimento daquele momento. A conservação era tomada como o conjunto de ações que objetivavam retardar ou suspender o decaimento material do objeto, não interferindo naquilo que fosse arte na obra antiga.

Pode-se então traçar um paralelo entre esses dois tipos de intervenção: a conservação que se endereçava apenas à materialidade do objeto, com o objetivo de combater o envelhecimento, e a restauração que incidia no caráter de obra de arte do objeto, com o propósito de restituir a integridade. Nesse sentido, a integridade poderia ser entendida no pensamento de Camillo Boito como a qualidade patrimonial que permitia a

¹³³ BOITO, 2002, *op. cit.*, p.57.

expressão da artisticidade de um objeto por um lado, e por outro, a sua historicidade, ou seja, o caráter singular de obra de arte e de documento histórico.

Licia Vlad Borrelli – especialista em arqueologia clássica – ao abordar as atividades de anastilose e de restauração desenvolvidas na Europa durante os séculos XIX e XX, destacou as repercussões dos postulados de Camillo Boito em algumas importantíssimas intervenções, em contraposição com princípios diversos que nortearam os trabalhos do eminente arqueólogo Arthur John Evans.

Um caso particular de restauro reconstrutivo é aquele que testemunhou o edifício minoico de Knossos. As escavações de Knossos foram iniciadas em 1899-1900 por A.J. Evans e continuaram por obra da Escola Arqueológica Britânica. Deve-se a Evans, sobretudo, a escavação do grande edifício e a primeira sistematização cronológica da civilização minoica... Os méritos de Evans foram enormes, mas o seu desejo de tornar legíveis as majestosas arquiteturas do edifício e os suntuosos fragmentos de pintura, o empurraram a algumas reconstruções pesadíssimas e frequentemente arbitrárias; assim se entrega uma imagem não inteiramente fiel do quanto permanecia da grande civilização palaciana. Para o restauro e a reintegração das pinturas, Evans se confiou nas hábeis e fantasiosas mãos de dois pintores franceses... Nas escavações italianas, entretanto, foi seguido um método completamente diferente. Com grande respeito à integridade dos remanescentes se fez a conservação, intervindo com restauros cautelosos, módicos e apenas onde fossem necessários por exigências de consolidação e de conservação, em aderência aos princípios que Camillo Boito estava enunciando naqueles anos. O contraste entre as duas escolas, a britânica e a italiana, aparece ainda mais evidente pela proximidade das duas áreas de escavação e pelas analogias dos achados¹³⁴.

A partir desse depoimento, pode-se perceber a aplicabilidade prática dos princípios de restauro enunciados por Camillo Boito, ainda que também inspirados pelo arqueólogo Johann Joachim Winckelmann, assim como a sua influência em grandes intervenções arqueológicas do referenciado período. Segundo Licia Vlad Borrelli¹³⁵, o restauro foi gradualmente se emancipando de uma prática de mera recuperação da constituição física de uma obra, e, portanto, de uma simples destreza, ao território de criações originais. Porém, foi apenas com o pensamento crítico de Cesare Brandi que o restauro arqueológico – área do saber que inicialmente tanto promoveu a busca do “caráter primitivo” dos objetos como escopo de ação, ao contrário do que Camillo Boito também defendia – encontrou uma colocação primária na filosofia da arte.

Cabe destacar que, os séculos XVIII e XIX já haviam testemunhado escavações em larga escala, de modo que eram, e ainda são bastante conhecidas as intervenções que vitimaram muitas antiguidades nos sítios de Herculano, Pompeia e Stabia. Desde a primeira

¹³⁴ BORRELLI, L. *Restauro archeologico: storia e materiali*. Viella: Roma, 2003, p.125.

¹³⁵ BORRELLI, 2003, *op. cit.*

publicação em 1798 de resultados de análises clínicas de materiais arqueológicos, já havia o interesse e o desejo de poder vê-los no “estado original”. Com isso, nas práticas da arqueologia, uma grande importância sempre se depositou nos remanescentes físicos dos objetos escavados, o que possivelmente foi um antecedente para a ênfase colocada naquilo que ficou conhecido como “integridade física” por alguns profissionais envolvidos na proteção de artefatos do passado¹³⁶. Contra essa busca do “estado original” e contrários à associação da integridade a essa condição, situaram-se os postulados de Camillo Boito.

Esse teórico chegou então a uma nova síntese que ecoou bastante nas formulações teóricas e práticas dos seus sucessores. Se ao defender a integração de uma obra, Camillo Boito se aproximou de Viollet-le-Duc, o mesmo dialogou com John Ruskin ao aceitar que as marcas do tempo também comporiam o novo estado do artefato, que não teria necessariamente a sua capacidade de expressão histórica ou artística afetada pela situação do não completo. As integrações boitianas eram definidas pela expressividade que o objeto ainda guardava, mesmo mutilado, enquanto documento histórico e obra de arte. A figuratividade da obra, aquilo que garantia a sua expressão, não era necessariamente afetada por toda e qualquer incompletude. Nesse sentido, os danos passaram a ser avaliados particularmente nas obras, deixando de ser entendidos necessariamente como todas e quaisquer lacunas ou como acréscimos de restaurações anteriores. Assim, percebe-se nas formulações desse teórico, o caráter aberto do objeto – admitindo-se que determinadas intervenções pudessem se historicizar e artisticizar junto a ele – desde que fossem julgadas como elementos que não o falsificassem ou o desnaturassem, concebendo também que nem todas as lacunas deveriam ser integradas. Dessas posturas decorre o entendimento de que a avaliação da integridade do objeto – pictórico, escultórico ou arquitetônico – deveria ter como referência a interpretação que se fazia da sua expressividade histórica e artística, ainda que fragmentada ou alterada em relação à sua gênese.

A integridade espacial em Max Dvořák

O historiador das artes Max Dvořák¹³⁷ esteve vinculado à primeira e à segunda Escola de Viena, centro europeu de investigações históricas e artísticas, tendo sido bastante

¹³⁶ CLAVIR, M. *Preserving What is Valued: Museums, Conservation and First Nations*. Vancouver: University of British Columbia Press, 2002, p.6-7.

¹³⁷ Para mais informações sobre Max Dvořák, consultar: BREITLING, P. *The Origins and development of a Conservation Philosophy in Austria*. In: KAIN, R. *Planning for Conservation*. London, Mansel, 1982, p.49-61;

influenciado por Alois Riegl e por Franz Wickhoff. Jens Baumgarten¹³⁸ pontuou que a Escola de Viena se inseriu em um contexto de ruptura da disciplina de história da arte com alguns postulados previamente estabelecidos: o clássico como elemento de representação das artes, a identificação do artista como indivíduo genial e a distinção entre o belo e o feio com base em valorações subjetivas. Essa mudança de postulados tornou possível a ampliação dos objetos de arte, e, por conseguinte, dos objetos patrimoniais.

O pensamento de Max Dvořák, aqui discutido por meio da obra *Catecismo da Preservação de Monumentos*, publicada em 1916, orbita em torno de dois eixos centrais: o despertar do sentido da preservação patrimonial por meio de processos de valoração social e a “ligação espiritual” entre os monumentos e a história. Para o autor, o grande interesse do monumento residia na apreciação das formas artísticas em contato com as características locais e individuais do seu ambiente, o que ao longo do transcurso histórico, transformava o objeto no símbolo do lugar.

Um ponto importante na abordagem de Max Dvořák se referia à unidade característica das obras arquitetônicas e urbanas do início do século XX na Europa Central, resultado de um longo processo de sedimentação e de transformação histórica. A abordagem da unidade de estilo ou unidade formal, que ocupou o centro do pensamento de muitos restauradores ao fim do século XIX, deu lugar na teoria dvořakiana ao que poderia ser entendido como uma “unidade intertemporal”, responsável pela riqueza de muitas obras austríacas.

Uma vez que as igrejas antigas quase nunca eram estilisticamente homogêneas, fosse por questões de ordem prática ou pelo empenho em construí-las da forma mais vistosa possível, o que fez com que geralmente recebessem uma nova forma ou um novo adorno, ainda que fosse mantido o antigo núcleo, as antigas construções sacras acabavam se tornando um espelho da criatividade artística de várias gerações e de muitos séculos. Tudo isso foi considerado uma deformação, em várias igrejas foram destruídos ou retirados todos os elementos que mais derivavam do estilo original da construção, os quais foram substituídos por outros que o imitavam. Os mais suntuosos e belos altares, os mais ricos estuques, as esculturas e pinturas mais importantes foram sacrificados a esse falso princípio, o que para nós, na Áustria, é especialmente lamentável, pois as nossas igrejas receberam a grande parte de seus mais ricos adornos nos séculos XVII e XVIII¹³⁹.

A base do pensamento da intertemporalidade da obra estava no reconhecimento da legitimidade de diversos estilos, já que considerando o desenvolvimento da arte, seus

SCARROCCHIA, S. *Max Dvořák: conservazione e moderno in Austria, 1905-1921*. Milano: FrancoAngeli, 2009; DVOŘÁK, M. *History of Art as a History of Ideas*. Routledge & Kegan Paul, 1984.

¹³⁸ In DVOŘÁK, 2008, *op. cit.*

¹³⁹ DVOŘÁK, 2008, *op. cit.*, p.91.

objetos não deveriam ser avaliados por um parâmetro universal, mas “segundo suas intenções artísticas e suas realizações, que variam de acordo com as diferentes épocas e os diferentes países”¹⁴⁰. A partir desse excerto, percebe-se que a obra de arte era considerada como fruto do tempo e do lugar, devendo ser julgada de acordo com um relativismo que considerasse esses parâmetros.

Na seção Destruição ou Deformação de Antigas Obras de Arte por Ignorância ou Negligência, Max Dvořák afirmou expressamente que os principais danos causados aos monumentos eram aqueles relacionados à integridade dos mesmos. Apesar de esse termo comparecer algumas vezes no *Catecismo*, o mesmo não apresenta uma definição, entretanto, o discurso do autor permite chegar a algumas inferências sobre o assunto. Observavam-se os prejuízos à integridade nos casos em que “belas pinturas antigas ou estátuas [...] eram retiradas das igrejas e confinadas em algum sótão, local de despejo ou em algum buraco úmido”¹⁴¹. Além do possível decaimento material nos casos de mau acondicionamento – o que comprometeria o estado físico dos objetos – percebe-se que a diminuição ou perda da integridade também se encontrava relacionada à dissociação ao local do qual faziam parte. “Ao comprar uma obra de arte antiga, rouba-se parte significativa de seu valor ao separá-la de seu lugar de origem ou destino...”¹⁴². Já que para Max Dvořák, a volição artística era possível confrontando as formas ao seu ambiente específico, parte dessa atividade estaria comprometida ao desligar o objeto do contexto que também conferia significado a ele.

Assim, pode-se depreender que a integridade dvořákiana do monumento extrapolava os limites físicos do artefato, ampliando-se para a relação de dupla significação entre lugar e objeto. Por outro lado, a ideia de irreprodutibilidade da obra de arte e do fazer passivo do refazimento – que não se inseria legitimamente na escala temporal do objeto –, permite inferir que a integridade e a completude física não apresentavam uma relação unívoca nesse pensamento, segundo pode-se perceber na seção Falsas Restaurações.

Em noventa por cento dos casos de restauro ocorridos nas últimas décadas ultrapassam-se as medidas de conservação necessárias. Os responsáveis não se limitam a restaurar o que resta de um monumento, mas substituem também tudo o que falta e renovam tudo o que está danificado. Ruínas foram reconstruídas e deram lugar a falsos castelos. Partes da arquitetura que estavam danificadas ou que haviam desaparecido foram completadas ou renovadas, estátuas foram refeitas, substituídas por cópias ou receberam uma nova camada de tinta, enquanto as pinturas, em vez de receberem um tratamento que as protegessem de futuros danos, foram simplesmente repintadas. Através de restaurações dessa

¹⁴⁰ DVOŘÁK, 2008, *op. cit.*, p.92.

¹⁴¹ DVOŘÁK, 2008, *op. cit.*, p.71.

¹⁴² DVOŘÁK, 2008, *op. cit.*, p.75.

natureza, os monumentos do passado não estarão protegidos contra a ruína, mas, ao contrário, estão sendo conduzidos à destruição em todos os aspectos¹⁴³.

Ao fim do *Catecismo*, Max Dvořák enumerou os postulados gerais que deveriam guiar a preservação dos monumentos, fossem eles ruínas, edifícios antigos em utilização, esculturas, afrescos, pinturas sobre tela e madeira, objetos decorativos, paisagens rurais ou urbanas. Como essas premissas versavam sobre as medidas a serem tomadas em prol da manutenção da integridade dos objetos, pode-se perceber que essa qualidade remetia aos aspectos funcionais, ambientais e formais dos mesmos. A integridade dvořakiana era um predicado atribuído ao artefato que ainda desempenhava uma função utilitária para a sociedade, estava em simbiose de significados com o ambiente no qual foi produzido, e revelava, por meio das suas formas, a sua ligação espiritual com diversos tempos históricos.

Dentre os teóricos tratados, Max Dvořák foi o primeiro a destacar a qualidade dos artefatos que foram bastante transformados do decorrer do tempo, entendendo isso como uma nova condição dos mesmos. A integridade, antes de representar a tradicional relação do objeto com um estado material de gênese, aparecia como o resultado de uma longa, mas contínua alteração material, na qual os acréscimos e as supressões também poderiam se tornar parte constituinte da obra.

A integridade ambiental do monumento em Gustavo Giovannoni

Muitos autores atribuem a Gustavo Giovannoni¹⁴⁴, papel fundamental nos estudos de arquitetura na Itália. Envolveu-se em diversas atividades que foram responsáveis pela consolidação da disciplina de restauro naquele país, aprofundando-se particularmente no restauro urbano. Além disso, teve uma importante participação na constituição da primeira escola superior italiana de arquitetura em 1920, a partir da qual derivaram várias outras. Também realizou a redação da primeira lei sobre a proteção das belezas naturais e

¹⁴³ DVOŘÁK, 2008, *op. cit.*, p.97.

¹⁴⁴ Para mais informações sobre Giovannoni, consultar: CABRAL, R.C. *A noção de “ambiente” em Gustavo Giovannoni e as leis de tutela do patrimônio cultural na Itália*. Tese de Doutorado Ufscar. São Carlos, 2013; GIOVANNONI, G. *Verbete: Restauro dei Monumenti*. In: *Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana [Treccani], 1936, p.127-130; CHIERICI, G. *L’opera di Gustavo Giovannoni*. In: PEROGALLI, C. [Org.]. *Architettura e restauro, esempi di restauro eseguiti nel dopoguerra*. Milano: Görlich Editore, 1955, p.51; D’OSSAT, G. *Gustavo Giovannoni, storico e critico dell’architettura*. Roma: Istituto di Studi Romani, 1949; GIOVANNONI, G. *Il “diradamento edilizio” dei vecchi centri. Il quartiere della Rinascenza in Roma*. In: *Nuova Antologia*, CLXVI, n. 997, p.53-76, I luglio 1913; GIOVANNONI, G. *Il restauro dei monumenti*. Roma: Cremonese, 1945.

panorâmicas da Itália, em 1922, dando as bases para a elaboração de outros instrumentos legais de tutela de artefatos culturais e paisagísticos no seu país.

Uma especificidade desse teórico e prático da preservação, que interessa diretamente a esta tese, refere-se ao tratamento das diversas escalas de projeto, que enfocavam simultaneamente o espaço macro – aquilo que se entendia por ambiente – e o espaço micro, referente aos edifícios. As atividades voltadas à maior escala de intervenção representavam, sobretudo, reordenamentos de fluxos e de infraestrutura viária, além da atribuição de usos compatíveis com a estrutura edificada. Já as atividades da escala micro incidiam em intervenções pontuais baseadas no desbastamento¹⁴⁵ edilício, ação voltada à extirpação¹⁴⁶ de áreas altamente adensadas e pouco significativas no conjunto urbano.

Na escala macro, Gustavo Giovannoni defendia a abordagem da cidade como um ente complexo, organismo a ser focado em sua inteireza, a partir do qual se deveria trabalhar a articulação entre as áreas antigas de interesse de preservação e as áreas novas, frutos de desdobramentos urbanos contemporâneos. Em *Vecchie Città ed Edilizia Nuova*, Gustavo Giovannoni¹⁴⁷ enfocou Roma como o exemplo máximo dessa condição de preservação e transformação, afirmando que a cidade, pela sua complexidade e continuidade, não correspondia a um único e orgânico sistema edilício, mas a vários deles, integrados e sobrepostos entre si. Nesse sentido, a coexistência de diferentes camadas históricas não representava um fator de anulação das heranças passadas para o teórico, mas se constituía em um fator de enriquecimento da integridade.

A abordagem da escala macro giovannoniana foi apenas possível por considerar a “arquitetura menor” ou as áreas urbanas que compunham os interstícios monumentais, como recortes valorizados. As obras secundárias também deveriam se beneficiar de privilégios quando julgadas de interesse, “tanto em razão do seu caráter coletivo ou de suas relações com edifícios mais grandiosos, quanto pelos testemunhos”¹⁴⁸ que traziam da arquitetura de diversas épocas. Assim, percebe-se que as áreas urbanas apresentavam imenso destaque nessa abordagem preservacionista, uma vez que passaram a ser valoradas como entes autônomos, não estando mais necessariamente subordinadas aos monumentos.

¹⁴⁵ A ideia do desbastamento vincula-se à analogia das habitações das antigas áreas urbanas a árvores de um bosque.

¹⁴⁶ As principais ações do desbastamento referiam-se pequenos alargamentos viários e a demolições de trechos de quadras com o objetivo de “liberar” os monumentos arquitetônicos de destaque.

¹⁴⁷ GIOVANNONI, 1995, *op. cit.*

¹⁴⁸ GIOVANNONI, 1995, *op. cit.*, p.181.

A complexificação do patrimônio na abordagem de Gustavo Giovannoni se deu pela ampliação do número de elementos a serem preservados – abarcando recortes urbanos de interesse de proteção – e pela quantidade de tipos diferentes de elementos a serem tutelados. Eram consideradas as árvores, as flores, as águas, e não apenas os tijolos, as pedras e outros materiais ligados à construção e à decoração de edifícios. Esse foi um passo decisivo em direção à valoração e preservação das paisagens.

O restauro, intervenção voltada tanto ao edifício quanto ao recorte urbano, foi conceituado como a atividade cujo escopo principal era conservar os monumentos, admitindo também a possibilidade de recomposição, reintegração e liberação, a fim de conferir uma unidade monumental ao espaço. É importante ressaltar que essa lógica era diametralmente oposta àquela que buscava por meio da reintegração, a reconstituição do que não mais existia, para alcançar a unidade monumental.

Entendendo como uma atividade que não apresentava uma determinação de procedimentos absoluta, Gustavo Giovannoni enunciou os três pontos de vista que poderiam ser adotados em intervenções de restauro em obras de arte antigas, medievais e modernas. O ponto de vista erudito era voltado à manutenção do traço das fases construtivas e artísticas do monumento, o que demandava a maior legibilidade possível da obra, sem a criação de falsos históricos e admitindo determinadas adições desde que não comprometessem seu caráter de documento histórico. O ponto de vista do arquiteto visava à unidade arquitetônica, que de forma distinta da unidade de estilo leduciana, se voltava à continuidade do caráter vivo do monumento, com sua função artística estabelecida e atuante. Por fim, o ponto de vista do cidadão era aquele que admitia diversas soluções de restauro, partindo da simples proteção ruskiniana – na qual podia se manter um objeto de aspecto temporalmente híbrido ou até mesmo arruinado – até o refazimento completo, com a reconstrução integral.

Os princípios que deveriam reger a intervenção, independente do ponto de vista adotado na definição dos procedimentos, encontravam-se sintetizado em sete itens:

- Respeito por todas as fases da construção que tivessem um caráter artístico ou histórico;
- Mínimo possível de obras e de acréscimos;
- Utilização de materiais novos e sem ornamentação para o tratamento de lacunas ou para o completamento de linhas;
- Continuação das formas quando geométricas e sem originalidade decorativa;

- Indicação dos acréscimos na obra, fosse pela utilização de materiais distintos, ou pela ausência de ornamentação, ou pela adoção de epígrafes ou siglas;
- Respeito pela condição de ambientação do monumento;
- Documentação completa da intervenção com destaque às etapas das ações.

A partir desses princípios, pode-se se depreender o entendimento de Gustavo Giovannoni sobre a questão da integridade, termo que apareceu em alguns dos seus escritos. O elemento a ser preservado era considerado como uma obra aberta – sujeita a modificações no decurso do tempo – de modo que a integridade era entendida como uma qualidade ligada à estratificação formal e temporal oriunda das sucessivas transformações. Cabe destacar que nem todas as transformações contavam positivamente à integridade do artefato, mas sim aquelas de cunho artístico e histórico, ou seja, que eram valoradas a partir desses dois critérios. Apesar do caráter não conclusivo da obra, Gustavo Giovannoni advertia que as intervenções deveriam ser as mínimas necessárias, e quando realizadas, que fossem discerníveis em relação ao original. Essa postura teve influência direta de Camillo Boito, por considerar que o monumento era um documento histórico, e por isso demandava compromisso com a identificação de todas as interpolações formais e temporais que o mesmo viesse a sofrer.

Percebe-se aqui que a atividade do restauro não se pautava na devolução do monumento a um estado pré-concebido, fosse ele original ou não. A referência leduciana do monumento-tipo, objeto caracterizado pela integridade de estilo, cedeu lugar para a abordagem do objeto em contexto, cujas referências não eram buscadas no passado, mas sim na significação do presente.

Gustavo Giovannoni, seguindo uma linha pensamento próxima a de Max Dvořák, também abordou o objeto do ponto de vista espacial, já que só assim se podia alcançar o monumento em sua complexidade e integridade. As diversas estratificações temporais também apareceram como componentes enriquecedores e definidores dessa qualidade do objeto, e não como elementos que a maculassem. Assim o afastamento do estado material da obra em relação ao estado de gênese não era considerado necessariamente como um fator negativo, podendo ser um elemento qualificador do espaço urbano que apresentasse características de continuidade.

A unidade teórica entre objeto e sujeito de Alois Riegl: uma construção da integridade a partir da alteridade

O início do século XX na Áustria foi marcado pela reorganização do sistema de proteção aos monumentos públicos nacionais por parte da Comissão Central Imperial e Real de Monumentos Históricos e Artísticos, cujo principal protagonista foi o historiador das artes Alois Riegl¹⁴⁹. As principais proposições desse sistema foram registradas em um livro publicado em 1903, *Der Moderne Denkmalkultus*¹⁵⁰, no qual argumentava que os monumentos estavam submetidos a uma nova forma de apreciação da qual decorriam diferentes exigências de preservação. Essa obra teve como objetivo promover a ampliação da forma tradicional de valoração dos objetos, estabelecendo novas condutas de intervenção que não apenas buscassem a originalidade e a unidade de estilo. Para tanto, Alois Riegl desenvolveu um sistema de qualificação dos monumentos embasado nas relações entre sujeitos e objetos, repercutindo no que o teórico entendia por integridade.

O valor outorgado aos objetos emergiu como tema central e não os monumentos em si. O objeto antigo teve grande destaque nessa obra, cuja preservação passou a ser defendida, não mais pela existência de um movimento romântico de oposição à modernidade, como ocorreu em parte do século XIX, mas por uma nova forma de apreensão do tempo, que embora recuado do presente, acreditava-se possuir uma íntima interação com ele. Foi em relação ao objeto antigo que Alois Riegl construiu a lei de tutela na Áustria, tornando-o ponto de referência por ser aquele mais inclusivo entre os demais propostos. Para Françoise Choay¹⁵¹, em *A Alegoria do Patrimônio*, a ancianidade estava relacionada à idade do monumento e às marcas que o tempo o impunha, a partir do qual, por meio de uma apreciação estética, poder-se-ia contemplar a transitoriedade das criações humanas, cujo fim inevitável e certo era a própria degradação.

¹⁴⁹ Para mais informações sobre Alois Riegl, consultar: OLIN, M. *Forms of Respect: Alois Riegl's Concept of Attentiveness*. In: *The Art Bulletin*. Nova York, 1989. p.285-299; FALSER, M.; LIPP, W.; TOMASZEWSKI, A. *Conservation and preservation: interactions between theory and practice: in memoriam Alois Riegl [1858-1905]*. Proceedings of the International Conference of the Icomos International Scientific Committee for the Theory and the Philosophy of Conservation and Restoration, 23-27 April 2008 [Vienna, Austria]. Firenze, 2010; ANDALORO, M. *La teoria del restauro nel novecento da Riegl a Brandi*. Atti del convegno internazionale, Viterbo, 12-15 novembre 2003. Firenze: Nardini Editore, 2006; SCARROCCIA, S. *Alois Riegl [1834-1905], archivista del tempo*. 1994.

¹⁵⁰ Esse escrito fundamenta a proposta de organização legislativa na Áustria que era formada pelo texto do *Culto* propriamente dito, apresentando uma discussão teórica que fundamentaria as novas definições legais, pelo projeto de lei para a tutela dos monumentos, e pelas disposições para a sua aplicação, segundo mostra KÜHL, B.M. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização em São Paulo: problemas teóricos de restauro*. Cotia: Ateliê, 2008.

¹⁵¹ CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

Sempre desejaram ver nas obras humanas a vitoriosa ação criadora da força do homem e não a influência destruidora das forças da natureza, hostil à obra humana. Somente o novo e completo é belo segundo as ideias da massa, o velho, fragmentário e descolorido é feio. Esta concepção milenar, segundo a qual corresponde à juventude uma superioridade inquestionável frente à velhice, tem criado raízes tão profundas que é impossível erradicá-la em décadas. A substituição da quina deteriorada de um móvel por outra nova, a raspagem do reboco enegrecido de uma parede e a nova massa... Mais ainda: toda a conservação de monumentos do século XIX se baseava em uma parte muito considerável nesta concepção tradicional... Toda marca notória de deterioração pela ação das forças da natureza deveria ser eliminada, o fragmentário e incompleto havia de ser completado para voltar a restabelecer um todo fechado e unitário. A reabilitação do documento em seu estado original de gênese foi, no século XIX, o objetivo manifestadamente declarado, e propagado com ardor, de toda conservação racional de monumentos¹⁵².

O que conferia importância aos objetos, fazendo com que os mesmos assumissem novos títulos, era o juízo que se fazia deles¹⁵³. Em outras palavras, foi a intencionalidade do sujeito que transformou os objetos em elementos de preservação, ou seja, em monumentos. Alois Riegl foi responsável por introduzir na valoração do patrimônio, uma importante variável ao lado da simples realidade física dos objetos que tradicionalmente a determinava: a percepção dos sujeitos nos processos de atribuição de valor às coisas e, portanto, de construção conceitual e de significados das mesmas. Essa ideia é compartilhada pelo historiador da arte Sandro Scarrocchia¹⁵⁴, ao dissertar sobre a característica da abordagem riegliana que defendia “o destinatário como produtor”, caracterizando aquilo que chamou de “cooperação interpretativa nas obras de arte”¹⁵⁵. Segundo ele, o teórico da estética da recepção, Wolfgang Kemp¹⁵⁶, atribuiu a Alois Riegl o papel de pioneiro na pesquisa histórico-artística orientada pelo estudo do papel do observador na constituição da obra, de modo que sua contribuição “não é apenas aquela de ter demolido o preconceito estético na valorização de épocas artísticas inteiras, mas de ter feito notar a relação entre a obra e o [...] fruidor [...], uma categoria produtiva da pesquisa

¹⁵² RIEGL, 1999, *op. cit.*, p.81.

¹⁵³ Embora Max Dvořák e Gustavo Giovannoni também tenham expresso essa ideia, ela foi defendida com muito mais veemência nos escritos de Alois Riegl, que antecederam esses outros dois teóricos. Por outro lado, Cesare Brandi também utilizou essa premissa para desenvolver a sua teoria, como será visto na próxima seção desta tese.

¹⁵⁴ SCARROCCHIA, S. [Org.]. *Alois Riegl: teoria e prassi della conservazione dei monumenti*. Antologia di scritti, discorsi, rapporti 1898-1905, con una scelta di saggi critici. Prefazioni di Andrea Emiliani, Ernst Bacher, Elio Garzillo. Bologna: Clueb, 1995.

¹⁵⁵ Esses dois excertos compõem o título do seu texto em SCARROCCHIA, 1995, *op. cit.*

¹⁵⁶ Para mais informações, consultar: KEMP, W. *The Work of Art and its Beholder. The Methodology of the Aesthetic of Reception* [Originalveröffentlichung]. In: CHEETHAM, M.A. [Hrsg.]. *The Subjects of Art History: Historical Objects in Contemporary Perspectives*. Cambridge, 1998, p.180-196.

histórico-artística”¹⁵⁷. De acordo com Wolfgang Kemp¹⁵⁸, tal proposição resultou do seu trabalho seminal realizado com o retrato do grupo holandês¹⁵⁹, no ano 1902, no qual, seguindo o modelo hegeliano¹⁶⁰, empreendeu uma análise em larga escala dedicada não apenas às relações entre os sujeitos pintados, mas também ao relacionamento estabelecido com os receptores. O filósofo Friedrich Hegel sugeriu que a razão não pertencia exclusivamente ao domínio objetivo [que defendia que a verdade estava nos objetos], nem ao subjetivo [que propalava que a verdade estava no sujeito], mas era a unidade necessária do objetivo e do subjetivo, a relação interna entre as leis do pensamento e as leis do real.

Essa posição foi de encontro a muitas das práticas preservacionistas daquele momento. Com o crescente papel da avaliação dos componentes químicos e físicos dos objetos da arqueologia, a proteção patrimonial no início do século XX se baseava cada vez mais nas ciências naturais e exatas para a explicação dos seus fenômenos e justificativa das suas práticas, em um ambiente fortemente influenciado pelo positivismo racional científico. Tal linha era marcada pela crença na “verdadeira” natureza da realidade¹⁶¹, uma realidade objetiva “lá fora” e que poderia ser investigada cientificamente. Assim, em uma direção bastante distinta a essa, Alois Riegl sugeriu uma abordagem relativista na investigação dos objetos, defendendo que diferentes pontos de vista poderiam ser igualmente válidos. Então ao invés de buscar uma verdade externa, adotou visões múltiplas que dependiam fundamentalmente do que o exame crítico poderia apontar.

Considerando a data de publicação do *Culto*, essa abordagem foi considerada bastante avançada, entretanto, apenas veio a se consolidar alguns anos após, no ambiente alemão, quando conduzida pelos estudos da Gestalt. Essa corrente do pensamento psicológico teve como principais frutos as obras de Max Wertheimer, Wolfgang Köhler e Kurt Koffka. Jörg Oberhaidacher, reconhecendo os momentos e ambientes distintos de reflexão, pontuou que ainda assim poderia ser encontrado um elemento comum no fato

¹⁵⁷ SCARROCCIA, 1995, *op. cit.*, p.38.

¹⁵⁸ KEMP, *op. cit.*, 1998.

¹⁵⁹ Este trabalho encontra-se publicado em RIEGL, A. *Das Hollandische Gruppenportrat*. Jahrbuch der Kunstsammlungen des Allerhochsten Kaiserhauses, 1902.

¹⁶⁰ A abordagem de Alois Riegl afastou-se do dualismo sujeito-objeto, que tinha a filosofia de Immanuel Kant por base, aproximando-se do idealismo real de Friedrich Hegel. Tal escolha se deu pelo fato de que esse filósofo extrapolava a dicotomia sujeito-objeto ao considerar que existia o intermédio de um *Esprito Absoluto*, representado pela própria relação que o sujeito dispunha com o objeto. Assim, não havia mais um sujeito que conhecia um objeto por si mesmo, mas um sujeito que conhecia o objeto em um reconhecer-se naquilo que queria conhecer.

¹⁶¹ Os textos do filósofo Friedrich Nietzsche quanto à visão da precariedade das verdades e dos valores absolutos também se enquadraram no combate ao positivismo.

que a teoria da Gestalt pressupunha, similarmente ao modelo relacional de Alois Riegl, uma “unidade teórica entre o objeto de análise e o sujeito que a realiza”¹⁶². Assim, desenvolveu-se uma espécie de “teoria da relatividade” dos valores, trazendo um profundo deslocamento do eixo de avaliação dos objetos de qualidades intrínsecas e sem sujeitos, para as relações entre os sujeitos e os objetos em um profundo influenciar-se.

Isso também esteve intimamente vinculado ao entendimento de que as sucessivas modificações dos estilos portavam necessariamente uma transformação nas atitudes dos sujeitos no confronto com o objeto. Nesse mesmo rumo e anos mais tarde, o diretor emérito do Iccrom, Paul Philippot, tornou célebre a frase que “cada nova experiência na arte modifica a percepção da história de toda a arte, de forma que a visão de um indivíduo das cores, não é mais a mesma após experimentar o Impressionismo”¹⁶³.

O sujeito enquanto partícipe do patrimônio, segundo o pensamento de Alois Riegl, não estaria apenas voltado à definição dos possíveis valores do objeto, mas igualmente na proteção do mesmo. A cooperação do observador era demandada enquanto um ato criativo, algo que renovasse a obra como manifesto do seu renascimento. “Essa ideia é de eminente importância, porque apenas por meio da relação unitária de ambos [sujeito e objeto], essas interpretações – a primeira original e a segunda receptiva – garantiria a possibilidade de se ocupar da obra de arte, e, por conseguinte, de conservar”¹⁶⁴.

Com base na intencionalidade produtiva da subjetividade, resultado da captura do sujeito em relação ao objeto, Alois Riegl construiu um sistema axiológico, apresentando os diferentes tipos de valores. Esses se distribuíam por duas categorias principais: os valores de rememoração – subdivididos em valor de antiguidade, valor histórico e valor rememorativo intencional – e os valores de contemporaneidade, que derivavam no valor de uso e no valor artístico [esse último em valor de novidade e valor artístico relativo].

As duas macro categorias de rememoração e de contemporaneidade referiam-se a uma postura hodierna frente ao objeto pretérito: a da memória – operação de atualização presente de informações passadas que foram retidas – e a da atualidade, assinalando as

¹⁶² OBERHAIDACHER, J. *L'idea di Riegl di una unità teoretica tra oggetto e osservatore e le sue conseguenze per la storia dell'arte*. In: SCARROCCIA, S. [Org.]. *Alois Riegl: teoria e prassi della conservazione dei monumenti*. Antologia di scritti, discorsi, rapporti 1898-1905, con una scelta di saggi critici. Prefazioni di Andrea Emiliani, Ernst Bacher, Elio Garzillo. Bologna: Clueb, 1995 [p.467-471], p.467.

¹⁶³ PHILIPPOT, P. *Historic preservation: philosophy, criteria, guidelines*. In: TIMMONS, S. [Ed.]. *Preservation and conservation: principles and practices*. Proceedings of the North American International Regional Conference [Williamsburg, Virginia and Philadelphia, September 10-16, 1972]. Washington D.C.: Smithsonian Institution Press, 1976 [p.367-382], p.46.

¹⁶⁴ OBERHAIDACHER, 1995, *op. cit.*, p.470.

funções objetivas e subjetivas dos objetos na vida dos sujeitos. Segundo o autor, essa perspectiva marcou a postura do referenciado “culto moderno”, que esteve baseada em uma valoração temporalmente determinada e ajustada ao presente do sujeito intencional.

Embora a contribuição de Alois Riegl para a teoria e a prática da preservação dos monumentos seja bastante ampla, optou-se por focar o valor de antiguidade, o histórico e o artístico, por representarem aqueles em que se pode aferir, de modo mais próximo, o entendimento desse autor acerca da integridade dos objetos.

O valor de antiguidade, aquele mais atribuído aos objetos segundo o *Culto*, era destinado aos monumentos que expressavam clara e visivelmente que foram criados há um momento bastante distante do presente e que no tempo corrente, não mais atendiam aos objetivos aos quais foram destinados originalmente. Nas antigas criações, reconheciam-se os estados prévios das atividades culturais de uma sociedade, de modo que a preservação do patrimônio foi impulsionada ao mesmo tempo pela percepção da descontinuidade histórica dos diferentes modos de fazer, e justificada pelo entendimento de continuidade histórica, do qual um objeto decorria de outro anterior, ainda que não mais existisse a sua condição de produção.

A classificação riegliana de monumento antigo dava-se, portanto, de forma bastante sensível, assim como ocorria com o valor artístico, como será visto, por meio de uma apreciação direta. Alois Riegl apontou que enquanto o valor histórico, por exemplo, era apreendido por meio de uma base científica e de uma reflexão intelectual, o valor de antiguidade manifestava-se de imediato ante ao sujeito por meio da percepção sensorial mais superficial, a ótica.

O valor de antiguidade de um monumento se descobre a primeira vista por sua aparência não moderna. Certamente esse aspecto não moderno não reside tanto em um estilo não moderno, pois esse se poderia imitar... A oposição ao presente, sobre o qual se baseia o valor de antiguidade, se manifesta melhor na imperfeição, em uma carência de caráter fechado, em uma tendência à erosão de forma e de cor, características estas que se opõem de modo rotundo às obras modernas, recém-criadas¹⁶⁵.

Assim, a referência para se avaliar a antiguidade de uma obra encontrava-se no próprio objeto. A imperfeição [adulteração configuracional do objeto, ligada ao seu aspecto formal], a erosão [decaimento matéria, vinculada à dimensão física] e o caráter não fechado

¹⁶⁵ RIEGL, 1999, *op. cit.*, p.49.

[distúrbio na imagem pela incompletude de linhas e formas¹⁶⁶] que caracterizavam as obras antigas diziam respeito a uma profunda alteração em relação ao estado inicial. Para o autor, a integridade da obra antiga era uma qualidade que podia ser atribuída aos objetos que não constituíssem “um todo fechado, limitado por forma e por cor”¹⁶⁷.

A antiguidade era uma qualidade do monumento a ser preservada, de modo que Alois Riegl defendia a não intervenção arbitrária com vistas à adição, subtração ou restituição do que as forças naturais tinham destruído ao correr do tempo, nem eliminação do que havia a ele se incorporado. Entretanto, para que um objeto recebesse o título de antigo, deveriam ainda existir as marcas que expressassem o trabalho humano, de modo que o limite da fragmentação e do desgaste material fosse definido pela possibilidade de reconhecimento do artefato como uma obra pretérita. Nesse sentido havia uma relação direta entre a integridade e a monumentalização: quanto maior a diferença entre o estado originário para o atual, maior seria o valor de antiguidade, desde que ainda se percebessem na conformação física do artefato, as marcas do fazer dos homens.

Dentre os valores de patrimonialização propostos, o histórico¹⁶⁸ era atribuído aos elementos que permaneceram como testemunho de algo que se teve como memorável. Desse entendimento riegliano decorrem três considerações: a primeira referente à impossibilidade de retorno à forma, à configuração, à cor e ao estilo pretéritos, na intenção de fazer voltar a existir o que não mais havia enquanto ato criativo, o que assinalou uma postura de preservação distanciada da repriminização, da busca de um estado completo do objeto. A segunda consideração é relativa à permanência atual da contribuição dos objetos de outros períodos históricos, entendidos como elos entre o passado e o presente. Contrário à ideia de decadência, o sistema de valoração riegliano estava baseado no reconhecimento da lógica interna de cada momento de produção artística. A terceira consideração versa sobre a impossibilidade de substituição de um monumento por outro, já que o mesmo apresentava uma marca de criação voltada ao artista que o concebeu e outra marca de inserção temporal na história, o que representava um degrau no fazer humano.

¹⁶⁶ Para Alois Riegl, o postulado tradicional de toda criação das artes plásticas era representado pela unidade e pelo isolamento do todo por meio de linhas estabelecidas do contorno, sendo isso o que determinava uma obra fechada em oposição à aberta.

¹⁶⁷ RIEGL, 1999, *op. cit.*, p.49.

¹⁶⁸ Apesar do enfoque ao valor histórico no *El Culto Moderno a los Monumentos*, Alois Riegl também explorou esse tema anteriormente em *Stilfragen*, de 1893 e em *Spätromische Kunstindustrie*, de 1901, nos quais se consideravam documentos históricos, as obras de arte.

Quando se partia do pressuposto de que toda atividade humana registrada documentalmente poderia ter valor histórico por fazer parte de uma cadeia evolutiva, aumentava-se o universo das contribuições às quais poderia se atribuir essa condição. Então, Alois Riegl pontuou,

... Como não seria possível ter em conta o enorme número de acontecimentos dos quais se têm conservado testemunhos diretos ou indiretos e que com cada momento que transcorre se multiplicam até o infinito, temos visto até agora que somos obrigados a dirigir nossa atenção fundamentalmente àqueles testemunhos que parecem representar etapas especialmente destacadas no curso evolutivo de um determinado ramo da atividade humana¹⁶⁹.

Percebe-se que o modo de valoração histórica riegliana esteve baseado em dois momentos de reconhecimento: o primeiro que identificava o atributo de determinado objeto no mundo das coisas e o segundo que o comparava a outros elementos na mesma condição para se aferir as contribuições mais destacadas ou importantes, algo que se veria acontecer com muita frequência posteriormente no sistema do patrimônio mundial. Embora aspirasse à objetividade, com procedimentos claros, o método era baseado em juízos de valor que respondiam a consensos técnicos e sociais de um tempo e lugar.

Assumindo que o valor histórico residisse no monumento que exemplificasse uma etapa individual na constituição de algum dos campos criativos da humanidade, a ele mais interessavam, de forma geral, a manutenção das características ligadas a sua gênese, do que a sua transformação no tempo causada pelo envelhecimento. O valor histórico seria maior à medida que o objeto não apresentasse modificações em relação ao estado inicial, convertendo-se em um documento confiável para pesquisas. Entretanto, muitos dos artefatos aos quais se poderia atribuir valor histórico apresentavam maculações que os afastavam da sua constituição primeira. Para esses casos, Alois Riegl assinalou que se deveria intervir para preencher novamente, contando com todos os meios auxiliares, as lacunas existentes. Longe de ser uma exortação ao refazimento, o “preenchimento” do objeto histórico também assumia um sentido figurado. Estimulava-se a apresentação de informações ao monumento, de modo que o mesmo pudesse ser recebido como algo relevante no desenvolvimento das criações humanas.

Portanto, segundo a perspectiva riegliana, a capacidade expressiva de um monumento histórico estava relacionada não apenas por um dado estado físico, mas também pelas informações encarnadas nesse e em outros suportes, que eram interpretadas

¹⁶⁹ RIEGL, 1999, *op. cit.*, p.23-24.

à luz do conhecimento próprio ao campo disciplinar ao qual o objeto se referisse. Esse artifício denota o entendimento do monumento histórico como um documento, que não precisava necessariamente encerrar todas as suas informações no seu próprio corpo para que fosse valorado. Essa postura assinala que a integridade estava relacionada à capacidade do objeto de transmissão de informação, que não necessariamente se encerrava nele.

O valor artístico, embora não tão abrangente quanto o histórico, apresentava na abordagem riegliana uma forma de percepção mais instantânea, já que o conteúdo desses monumentos era captado pelos sentidos, não necessitando de informações adicionais para a sua fruição. Apesar dessa distinção entre os dois valores, ambos apresentavam-se intimamente imbricados no *Culto*, uma vez que o valor artístico sempre seria histórico, pelo fato do objeto ao qual se atribuiu essa condição também representar uma etapa no fazer artístico, portanto, inscrevendo-se qualitativamente e quantitativamente na história.

Um dos pontos centrais da obra de Alois Riegl se referia à volição da arte [*kunstwollen*] moderna, elemento essencial para a valoração de monumentos como objetos de interesse de proteção.

... Não nos limitemos à apreciação artística das obras modernas, sem que também valorem as antigas por sua concepção, forma e cor... Certas obras de arte antiga coincidem, se bem nunca totalmente, ao menos em parte, com a volição da arte moderna, e que precisamente por se destacarem essas partes coincidentes sobre as divergentes, exercem sobre o homem moderno uma impressão que nunca poderá alcançar uma obra de arte moderna, que necessita necessariamente de contraste... A obra de arte terá um valor artístico em tanto que responda às exigências de uma estética supostamente objetiva... Mede-se o valor artístico de um monumento por sua proximidade às exigências da volição moderna da arte, exigências que, certamente, estão ainda mais longe de encontrar uma clara formulação e que em rigor nunca a encontraram, posto que variem incessantemente de um sujeito a outro e de um a outro momento...¹⁷⁰

Contrariando a ideia da existência de um cânone pré-estabelecido que definisse a arte e a não arte, como uma espécie de gabarito formal, Alois Riegl assumiu a postura de que não existia um modelo eterno, e sim avaliações que ocorriam segundo parâmetros do presente, como já enunciado. Desse modo, enquadrava o valor artístico como um ato de contemporaneidade e uma postura coerente com a diversidade de expressões no tempo, segundo diferentes culturas.

Diferentemente do monumento histórico, cuja interpretação poderia ser dada extrapolando-se os seus limites físicos, a fruição do monumento artístico estava mais afeita à captura sensorial das suas características, que eram confrontadas com a moderna volição

¹⁷⁰ RIEGL, 1999, *op. cit.*, p.27-28.

da arte. Desse modo, a integridade enquanto completude física emergiu como condição de preservação dos monumentos artísticos, buscando retardar ou reverter os efeitos do envelhecimento dos objetos.

Um importante ponto a ser destacado na contribuição desse teórico refere-se ao descolamento do interesse do objeto em relação ao seu estado inicial de gênese. O seu significado era decorrente de avaliações, julgamentos e escolhas presentes e não da correspondência entre estados físicos atuais e pretéritos. Para o autor, os valores atribuídos aos monumentos eram elementos determinantes das atividades de preservação dos mesmos, e, por conseguinte, da integridade esperada para cada um deles, de acordo com uma realidade que extrapolava a dimensão física, mas fundamentalmente dizia respeito à percepção dos sujeitos.

A abordagem fenomenológica da integridade: a unidade potencial da obra de arte em Cesare Brandi

As pesquisas e experiências críticas desenvolvidas por Cesare Brandi¹⁷¹ no Istituto Centrale di Restauro [ICR]¹⁷² auxiliaram em grande medida à constituição desse campo disciplinar na atualidade, sendo o resultado de uma extensa sedimentação de diferentes ideias e métodos experimentados ao longo de décadas. Cesare Brandi, na *Teoria da Restauração* publicada primeiramente em 1963¹⁷³, apresentou o seu entendimento em torno desse termo, a partir da exploração teórico-conceitual de temas como a matéria, a unidade potencial da obra de arte, o tempo, a historicidade, a estética e o espaço, o que possibilitou delinear uma metodologia baseada no pensamento crítico e nas ciências.

Licia Vlad Borrelli – em *Restauro Archeologico: Storia e Materiali*¹⁷⁴ – ofereceu um panorama histórico em torno do contexto de emergência da teoria brandiana. Argumentou que a situação da Itália no segundo pós-guerra, enquanto um país gravemente mutilado no seu tecido artístico e nos seus monumentos mais emblemáticos, colocou brutalmente as

¹⁷¹ Para mais informações sobre Cesare Brandi, consultar: BRANDI, C. *Verbete: Concetto del Restauro*. In: *Enciclopedia Universale dell'Arte*. Novara: Istituto Geografico de Agostini, 1983; CARBONI, M. *Cesare Brandi: teoria e esperienza dell'arte*. Roma: Editori Riuniti, 1992; ANDALORO, M.; Catalano, M. *Il tempo dell'immagine: Cesare Brandi, 1947-1950*. Roma: De Luca, 2009; BRANDI, C. *Carmine o della Pittura*. Firenze: Vallecchi, 1947; BRANDI, C. *Celso o della poesia*. Torino: Einaudi, 1956; BRANDI, C. *Il fondamento teorico del restauro*. In: *Bollettino dell'Istituto Centrale del Restauro*. N. 1. 1950. p.5-12.

¹⁷² Atualmente denominado *Istituto Superiore per la Conservazione e il Restauro*.

¹⁷³ Essa publicação reuniu um conjunto de textos que vinham sendo lançados desde a década de 1940, apresentando temas que Cesare Brandi comumente abordava em suas aulas no ICR.

¹⁷⁴ BORRELLI, 2003, *op. cit.*

instituições frente à necessidade de reconstrução física e identitária do país. As acesas polêmicas que nasceram entre os especialistas sobre os possíveis modos dessa reconstrução – moderna, em estilo, total, parcial – revelaram que se estava diante de problemas de grande proporção, cuja inadequação dos critérios de restauro até então seguidos, tornou urgente a criação de novos parâmetros de intervenção. “Advertia-se sobre a necessidade de um aparato teórico, mas o idealismo crociano, que cunhava a reflexão filosófica sobre a arte da maior parte dos intelectuais italianos mais sagazes, não fornecia os elementos adequados para um esclarecimento. Foi nesse momento particular que nasceu a teoria do restauro de Cesare Brandi”¹⁷⁵.

Muito embora tenha remetido, ainda que não explicitamente, aos empreendimentos de alguns teóricos do restauro antecedentes a ele, foi dentro do campo da filosofia e da psicologia da percepção que Cesare Brandi encontrou os mais distintivos elementos que auxiliaram a reorganizar o seu pensamento, reelaborando os seus resultados¹⁷⁶. Dentre as áreas filosóficas, é provável que a fenomenologia de Edmund Husserl e de Martin Heidegger tenha fornecido as principais bases para a sua reflexão quanto aos fundamentos do restauro. Portanto, a partir de uma inspiração fortemente fenomenológica, o teórico italiano embasou as principais teses sobre o que consistia a restauração.

A teoria brandiana partiu do argumento de que toda e qualquer ação voltada às esculturas, pinturas e arquiteturas dependia do reconhecimento desses objetos enquanto obra de arte. A partir disso, formulou o estruturante axioma de que “o restauro¹⁷⁷ constituía o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro”¹⁷⁸.

¹⁷⁵ BORRELLI, 2003, *op. cit.*, p.133.

¹⁷⁶ D'ANGELO, P. *Cesare Brandi. Critica d'Arte e Filosofia*. Macerata: Quod Libet, 2006.

¹⁷⁷ Giovanni Carbonara, a partir de fortes bases brandianas, definiu que o restauro poderia ser entendido como “qualquer intervenção voltada a tutelar e a transmitir integralmente ao futuro, facilitando a leitura e sem cancelar os traços da passagem no tempo, as obras de interesse histórico-artístico e ambiental; isso se fundamenta no respeito à substância antiga e às documentações autênticas constituídas por tais obras, propondo-se como ato de interpretação crítica, não verbal, mas expressa no concreto agir. Contra uma injustificada tendência em desautorizar a história em favor das técnicas e da pura materialidade da intervenção [da qual descenderia a presumida autonomia da operação técnico-conservativa, que chega até a identificar-se como o próprio restauro, substituindo em modo integral o ‘como’ conservar a matéria ao ‘porque’ e ao ‘que coisa’ conservar] era já expresso em 1980, por L.Grassi [...] que ainda aquela aparentemente mais simples e ‘neutra’ operação, poderia ser ato ‘cultural consciente’ ” [CARBONARA, G. *La reintegrazione dell'immagine*. In: PEREGO, F. (Org.). *Anastilosi. L'antico, il restauro, la città*. Bari: Editori Laterza, 1986 (p.81-85), p.81-82].

¹⁷⁸ BRANDI, 2004, *op. cit.*, p.30.

Nele estavam sintetizados conceitos fundamentais para a compreensão da amplitude da teoria, que se encontravam relacionados à compreensão fenomênica do mundo-da-vida¹⁷⁹.

A percepção¹⁸⁰ da obra de arte foi eleita como elemento condutor da concepção de restauro para Cesare Brandi, já que essa atividade apenas seria voltada aos objetos dotados de juízo de artisticidade. A intervenção dirigida aos demais artefatos, não poderia ser entendida como restauro e sim enquanto uma ação voltada a restabelecer algum tipo de funcionalidade, atributo que não era considerado um qualificador do seu caráter artístico. A componente estética operava como elemento primeiro de classificação dos produtos da atividade humana que recebiam o selo de arte. Tal classificação recaía exclusivamente no julgamento que se fazia do objeto, em outras palavras, no reconhecimento do objeto-arte por uma consciência particular, por uma experiência individualizada¹⁸¹.

Cesare Brandi defendia que a obra de arte só passava a existir no momento em que era reconhecida enquanto tal. Anteriormente a isso, somente se dava em forma potencial. Portanto, a arte ocorria no mundo da consciência, no *ser-aí* heideggeriano, ou seja, por meio do sujeito cognoscente a experiência estética poderia se consumir. A pesquisadora da teoria do restauro, Beatriz Mugayar Kühl, sintetizou tal processo ao depor:

Por meio do “reconhecimento” brandiano, como exposto em Celso o della Poesia, e analisado por Paolo Antinucci, o artista trabalha com a formulação do objeto pelo seguinte processo: após a neutralização existencial do objeto real, este último se torna fenômeno, imagem funcionalizada na consciência, como parte do processo cognitivo do artista, que seleciona, nesse fenômeno, os aspectos ópticos a fornecerem a possibilidade para se formar uma imagem na consciência do artista; nesse ponto, aninha-se o processo de constituição do objeto [um objeto diverso daquele da realidade existencial das coisas] para o qual se busca uma forma adequada, visando torná-lo palpável e transmitir uma dada imagem. Desse modo, para Brandi existem dois momentos fundamentais: o primeiro, a constituição do objeto; o segundo, a formulação da imagem, na qual o “objeto” – que pode ser, inclusive, uma abstração – materializa-se e passa a fazer parte da vida de todos. O artista não formula o objeto de modo a esse pensamento ser imediatamente legível, porém a consciência de quem frui é capaz de perceber, pela

¹⁷⁹ *Lebenswelt*, termo da filosofia ligado ao pensamento fenomenológico de Edmund Husserl, que o definiu como o terreno a partir do qual as abstrações da ciência derivam, é o campo da intuição, o reino de evidências originárias.

¹⁸⁰ Cesare Brandi também foi inspirado por alguns estudos que antecederam a Gestalt, como aquele empreendido por Max Wertheimer, em 1912, quanto ao movimento estroboscópico. Uma rápida sucessão de estímulos luminosos estáticos em posições espaciais diferentes e próximas dava origem a um movimento fenomênico em ausência de um movimento real [CARONNA, A. *L'Eredità della Gestalt e la Teoria di Cesare Brandi*. In: *Kermes*. Numero 57. Anno XVIII. Gennaio/Marzo, 2005 (p.57-64)]. Essa constatação ajudou a colocar em crise a suposta correspondência unívoca entre o plano material, ou a realidade física, e o plano perceptivo, ou a realidade fenomênica, inserindo as questões relacionadas ao reconhecimento sensorial em um patamar de destaque nas formas de relacionamento com o mundo das coisas.

¹⁸¹ Esse pensamento foi fortemente influenciado pelo filósofo da arte e da educação, John Dewey, que abordou a arte como experiência, o que, aliás, dá título a sua principal obra nesse tema, DEWEY, J. *Art as Experience*. New York: Penguin Book, 2005.

lógica profunda da obra, sua própria estrutura ontológica. Por isso, como nota Antinucci, para Brandi, uma obra de arte não se compreende, reconhece-se, pois o que se reconhece é o inteiro processo o qual a produziu¹⁸².

O teórico se opôs à perspectiva idealista na qual a obra de arte se dava a reconhecer pela sua dimensão metafísica, ou seja, pelos significados transcendentais que supostamente implicava, secundarizando, ou até anulando, a particularidade do sujeito cognitivo ou do contexto que produziu determinada linguagem artística ou obra específica.

A partir da adoção da abordagem fenomenológica da arte como elemento que se atualiza frente à consciência individualizada, desdobraram-se outros importantes pontos na teoria brandiana sobre o restauro: a ênfase na dimensão material do objeto e a relação com os tempos e historicidades relacionados a ele.

Considerando a natureza artística dos objetos, Cesare Brandi caracterizou-os como constituídos de matéria e imagem. A matéria era o elemento responsável pela transmissão da imagem da obra de arte, sendo esses dois elementos coextensivos, o que se confundia, muitas vezes, com a sua própria essência. Apesar da grande proximidade entre esses dois elementos, o autor defendeu que a matéria da obra de arte consistia no objeto único sob o qual incidiria o restauro, por mais que os elementos físicos apenas representassem meios para a imagem se manifestar, e não o seu fim. É possível aqui identificar mais uma vez uma oposição à estética idealista que valorizava a arte como uma manifestação puramente intelectual, que apresentava em sua dimensão física, uma mera contingência. Assim, por meio da percepção material, realizada por meio de uma redução fenomenológica, instaurava-se o sentido da obra de arte para Cesare Brandi.

Apesar da ênfase dada à matéria do objeto enquanto suporte para epifania da imagem da obra de arte, a configuração imagética não se encontrava restrita apenas à consistência material da qual era resultante. Ou seja, a manifestação da imagem não estava apenas relacionada à espacialidade do invólucro da matéria. Era admitida a importância de outros meios que se interpunham entre a obra e o sujeito.

Em primeiríssimo lugar, colocam-se a qualidade da atmosfera e da luz. Também certa atmosfera límpida e certa luz fulgurante podem ter sido assumidas como o próprio lugar de manifestação da imagem, a justo título, do mesmo modo que o mármore, o bronze ou outra matéria. Daí seria inexato sustentar que para o

¹⁸² KÜHL, B.M. *Cesare brandi e a teoria da restauração*. In: *Revista da Pós*. n°21, São Paulo. Junho 2007 [p.198-243], p.205.

Parthenon foi usado como meio físico apenas o pentélico, porque não menos do que o pentélico é matéria também a atmosfera e a luz em que está¹⁸³.

Admitindo-se a importância dos elementos imanentes e contingentes à obra na transmissão da sua imagem, o restauro deveria incidir no objeto com o propósito de permitir a sua fruição, o que nem sempre era possível dada a existência de danos. Cesare Brandi pontuou que os objetos eram caracterizados pelo caminho de ascensão da matéria bruta à obra de arte, sendo o ápice da escala encontrado no objeto em “estado de integridade”¹⁸⁴, no qual a intervenção ativa de restauro cederia à periférica ação de tutela. Como estratégia para tratar os graus intermediários entre ambos os estágios, foi elaborado o conceito de unidade potencial, uma resposta ao recorrente e complexo problema nas atividades de restauro: o limite do tratamento de lacunas. A restauração deveria “visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso fosse possível sem cometer um falso artístico e um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo”¹⁸⁵.

O conceito de unidade potencial foi então proposto na teoria para controlar a recomposição material de uma obra de arte danificada. Reconhecendo tal aplicabilidade desse conceito, o pesquisador da teoria do restauro Giovanni Carbonara¹⁸⁶ afirmou que “... o pitoresco e sugestivo aspecto de uma torre medieval cortada, empoleirada como uma ruína romana pode, mesmo na sua ‘aleijada’ integridade física, gozar de uma satisfatória ‘unidade figurativa’ que também a menor transformação poderia comprometer...”. De modo análogo, Tandredi Carunchio, em seu texto *La Lacuna fra “Intero” e “Totale”*¹⁸⁷, colocou em debate as seguintes questões:

O organismo arquitetônico é [...] um inteiro. Seria ainda um inteiro se fosse privado de alguma parte sua, após algum evento fortuito? ... O conceito de inteiro, entendido segundo o pensamento de Brandi, não pode ser separado da consideração do valor artístico do organismo arquitetônico que tomamos em consideração. A *Basilica di Massenzio*, de fato, que ainda exprime a grandiloquência espacial do império romano, o ordenamento arquitetônico e a estrutura da qual os seus engenheiros eram capazes, com o valor adicionado que foi conferido no

¹⁸³ BRANDI, 2004, *op. cit.*, p.39-40.

¹⁸⁴ BRANDI, C. *Il ristabilimento dell'unità potenziale dell'opera d'arte*. In: *Bolletino dell'Istituto Centrale del Restauro*. Numero 2. Ministero della Pubblica Istruzione. Istituto Poligrafico dello Stato, 1950 [p.3-9], p.3.

¹⁸⁵ BRANDI, 2004, *op. cit.*, p.33.

¹⁸⁶ CARBONARA, G. *La reintegrazione dell'immagine. Problemi di restauro dei monumenti*. Roma: Bulzoni Editore, 1976, p.69.

¹⁸⁷ CARUNCHIO, T. *La lacuna fra “intero” e “totale”*. In: BISCONTIN, G.; DRIUSSI, G. *Lacune in architettura. Aspetti teorici ed operative*. Atti del Convegno di Studi Bressanone. 1-4 luglio, 1997. Scienza e Beni Culturali XIII.1997. Venezia: Edizioni Arcadia Ricerche S.r.l., 1997 [p.1-10], p.5.

tempo e do tempo próprio em virtude da progressiva perda da sua inteireza, não indica a necessidade de integrações, mostrando-se, enquanto lacunosa, como um inteiro. Assim o *Colosseo*, a *Arena di Verona*, o *Arco di Augusto* em Rimini, o *Arco di Druso* em Roma... Mas estes exemplos parecem muito banais quando os seus valores histórico-artísticos permanecem incontroversos, como indiscutível permanece a possibilidade, de que algum de nós possa pensar naquela arquitetura em sua integridade original¹⁸⁸.

As palavras do arqueólogo Stefano Gizzi também reforçaram essa ideia, quando, ao dissertar sobre as lacunas em relação à descontinuidade das formas, defendeu que algumas delas poderiam apresentar, em casos específicos, “uma própria dignidade de existência e de persistência, sem ser consideradas um mero obstáculo”¹⁸⁹. Segundo esse autor, essa percepção das lacunas apresentava raízes no século XIX, como mostrou Cesare Chirici: “a imaginação romântica opera [...] um tipo de reintegração mental que representa uma compensação interior dos cortes operados pelo tempo”¹⁹⁰.

Assim, percebe-se que na teoria brandiana, “a unidade potencial da obra de arte tende como fim último e conclusivo das atividades de restauro”¹⁹¹, ainda que essa não envolva necessariamente uma conformação material contínua.

Porém, considerando que o estado de conservação material do objeto era parte importante à transmissão da imagem que dele decorria – especialmente aqueles de natureza não arqueológica – um determinado grau de coesão formal se mostrava necessário para essa expressão. Tal coesão – expressa sob a ideia de unidade da obra de arte – apresentava na teoria um caráter qualitativo e não quantitativo, remetendo ao inteiro e não ao total. Sobre essa relação, Cesare Brandi se debruçou em muitas ocasiões.

A unidade do total era entendida como aquela que representava uma composição resultante do somatório de partes¹⁹², enquanto a ideia da unidade potencial decorria da

¹⁸⁸ Esse mesmo autor ainda lançou outra questão, que não foi apresentada no corpo do texto por fugir ao escopo central deste trabalho: “Aceitaríamos todavia, contemplar o *Palazzo Ducale di Venezia*, o *Palazzo della Signoria di Firenze*, o *Palazzo Farnese di Roma*, o *Castello dell'Aquila di Abruzzo*, [...] a biblioteca de Viipuri de Alvar Aalto, a *Ville Savoye* em Poissy de Le Corbusier, reduzidos ao mesmo critério já adotado em consideração? Certamente não; a nossa posição [...] seria diferente; não conseguiríamos considerar ainda inteiras aquelas arquiteturas, se perdessem a sua integridade; requereríamos novamente a integridade perdida, a sua totalidade originária. O motivo é simples: aquelas arquiteturas, aqueles monumentos, são partes integrantes da nossa cultura de sempre conservar uma atualidade, cuja manifestação não pode reclamar uma conservação se não na sua totalidade formal e material... O que vem a explicar o sentimentalismo, o desejo de refazimento *ad integrum* daqueles edifícios [...] danificados por colapsos e pelo fogo” [CARUNCHIO, 1997, *op. cit.*, p.6].

¹⁸⁹ GIZZI, S. *Può la lacuna avere una propria dignità di esistere? [Quando la lacuna non deve essere reintegrata]*. In: BISCONTIN, G.; DRIUSSI, G. *Lacune in architettura. Aspetti teorici ed operative*. Atti del Convegno di Studi Bressanone. 1-4 luglio, 1997. Scienza e Beni Culturali XIII.1997. Venezia: Edizioni Arcadia Ricerche S.r.l., 1997 [p.41-58], p.43.

¹⁹⁰ GIZZI, 1997, *op. cit.*, p.56.

¹⁹¹ BRANDI, 1950, *op. cit.*, p.3.

dedução que a obra de arte não era formada por partes, mas sim como um todo, que subsistia potencialmente em cada um dos fragmentos. As partes, deveriam então ser abordadas em relação ao todo, sob pena de invalidar o reconhecimento da sua artisticidade.

Se de fato a obra de arte não deve ser concebida como um inteiro, deve considerar-se como um total, e em consequência resultar composta de partes, então se encontrará um conceito geométrico da obra... Assim, [...] devemos concluir que ou aquelas partes singularmente não são assim autônomas como se gostaria, ou que, no contexto no qual aparecem, perdem aquele valor individual por serem absorvidas na obra que as contém. Ou a obra que as contém é uma analogia e não uma obra de arte unitária, ou as obras de arte singulares mitigam, no complexo no qual vêm inseridas, a individualidade que faz cada uma por si, uma obra autônoma. Esta especial atração que exerce a obra de arte sob as suas partes, quando se apresenta como composta de partes, é já a negação implícita das partes como constituintes da obra de arte¹⁹³.

Esse pensamento de Cesare Brandi foi diretamente influenciado pela parte da teoria da Gestalt tributária às reflexões do filósofo Cristian Von Erhenfels do fim do século XIX, no tocante às relações entre o todo e as partes. Esse último afirmou que uma melodia, ainda que de poucas notas, era feita de sons, então, em certo sentido, comumente se acreditava que fosse a soma daqueles sons. Porém, a mesma melodia poderia ser reproposta em uma infinidade vezes utilizando sons distintos: uma vez poderia começar com o *dó*, outra com o *mi* ou com o *si*. Resultaria perfeitamente reconhecível para quem escutasse, porque seria apresentada respeitando-se todos os ritmos temporais e os intervalos entre as notas sucessivas. A melodia seria sempre a mesma, ainda que os sons fossem substituídos. Então, afirmava-se que aquilo a determinar a melodia não eram os sons, mas as relações entre eles. No campo da visão, também ocorria o mesmo: um quadrado poderia se modificar em suas dimensões, mas se fossem respeitadas as relações entre as partes, neste caso, os quatro segmentos iguais e adjacentes, dispostos em ângulo reto, a forma sempre seria de um quadrado.

A partir de numerosas reflexões como essa, a Gestalt sugeria não ser possível atribuir realidade às partes negando-as em relação à totalidade que compunham. Do mesmo modo, não era concebível perceber uma superfície áspera apenas tocando-a em um único ponto, mas sim em uma área da mesma superfície¹⁹⁴. Percebeu-se que a totalidade

¹⁹² Essa ideia era expressa sob a alcunha de “teoria do mosaico”, na qual se defendia que o resultado cognitivo era dado pela soma das partes percebidas como independentes e desvinculadas. Entretanto, foi perdendo força no decorrer do século XX, em grande parte pelo aprofundamento dos estudos gestálticos.

¹⁹³ BRANDI, 1950, *op. cit.*, p.3.

¹⁹⁴ CARONNA, *op. cit.*, 2005.

tinha a qualidade que as partes individuais não apresentavam, passando-se a defender a ideia de que o todo era mais que a soma das partes, uma das máximas dessa teoria.

Tal pensamento foi apropriado e aprofundado por Cesare Brandi, ao anotar que embora o inteiro fosse mais que a soma das partes, cada uma dessas partes continha propriedades inerentes às do inteiro. Do ponto de vista figurativo, cada parte informava sobre algo maior, fosse de forma plena ou potencial, sendo a potencialidade proporcional aos traços formais remanescentes em cada um dos fragmentos. Assim, o restauro operava na matéria de modo a desenvolver as sugestões implícitas presentes nesses fragmentos, ainda que nem todos os complementamentos se fizessem necessários para que uma imagem pudesse ser reconhecida novamente. No tocante a esse assunto, os trabalhos publicados em 1923 pelo psicólogo Max Wertheimer foram de grande valia. Ele elencou alguns fatores que favoreciam o estabelecimento de imagens mentais de objetos ainda que fisicamente incompletos, chamando-os de leis da proximidade, da semelhança, da continuidade de direção, do fechamento e da pregnância. Cada uma dessas leis se reportava a condições de organização formal que poderiam estimular a leitura de formas fechadas, ainda que isso materialmente não estivesse expresso nessa condição.

Com base nisso, Cesare Brandi estabeleceu a distinção entre tal procedimento e a reconstituição imagética afirmando que “uma coisa é desenvolver a figuratividade do fragmento até se permitir que se una com o fragmento sucessivo, apesar de não contíguo; outra é substituir o elemento figurativo desaparecido com uma integração analógica”¹⁹⁵. A primeira das situações mencionada constituía o que foi chamado de integração, uma das principais atividades concernentes ao restauro. Em relação a essa atividade, comumente utilizada como sinônimo de reintegração, Giovanni Carbonara distinguiu:

Enquanto a reintegração é entendida como “restituição, em seu lugar original, de partes desmembradas do objeto, para assegurar sua conservação”, a integração é vista como “aporte de elementos claramente novos e visíveis [portanto reconhecíveis] para assegurar a conservação do objeto”, segundo consta em S. Diaz-Berrio; O. Orive B. Terminología General em Matéria de Conservación del Patrimonio Cultural Prehispánico. México, 1974¹⁹⁶.

Então, a reintegração implicaria na adição de partes do próprio objeto para mantê-lo, traduzível por meio da ação da anastilose. Já a integração, remeteria à adição¹⁹⁷ de partes

¹⁹⁵ BRANDI, 2004, *op. cit.*, p.48.

¹⁹⁶ CARBONARA, 1976, *op. cit.*, p.74.

¹⁹⁷ A imagem da obra resultante do processo de restauro era em grande parte relacionada às medidas tomadas quanto à adição e à remoção de elementos, já que além de alterarem o documento histórico, também afetavam o testemunho artístico expresso por determinada conformação material. Apesar de ambas serem

externas ao objeto, que seriam com ele interativas. Crítica e criatividade, portanto, formavam os dois termos de maior protagonismo da relação dialética em torno do restauro, nessa perspectiva.

É importante assinalar que a unidade alcançada pela obra de arte – fosse aquela trabalhada potencialmente no restauro, ou a do elemento íntegro descrito por Cesare Brandi – não poderia ser concebida como a unidade orgânica e funcional que caracterizava o mundo físico. A aproximação entre a arte, e a anatomia e fisiologia humanas, em relação de analogia, remonta a períodos passados. Leon Battista Alberti, Antonio Averlino [conhecido como Filarete] e Leonardo da Vinci relacionaram edifícios a pessoas, ambos em termos de integridade estrutural e de proporções, defendendo que a saúde dos homens dependia da presença e da harmonia entre todos os seus elementos, sendo a doença uma resultante de um desacordo entre eles, ou uma ausência. Entretanto, esse paralelismo não teve espaço na teoria brandiana, ao defender que a “unidade orgânico-funcional da realidade existencial reside nas funções lógicas do intelecto, enquanto que a unidade figurativa da obra de arte se dá concomitantemente com a intuição da imagem como obra de arte”¹⁹⁸. Assim como os gestaltistas negaram a correspondência entre a realidade física e a realidade fenomenológica, Cesare Brandi negou a possibilidade de equiparar a unidade lógica – existencial, física – à unidade intuitiva da obra de arte.

Considerando que a imagem era verdadeiramente e somente aquilo que aparecia diante da consciência do sujeito, o elemento expresso deveria ter a si próprio como elemento da avaliação do seu inteiro.

... A imagem de um homem de quem se vê apenas um braço em uma pintura, possui apenas um braço, não se pode considerar mutilada por isso, porque, na realidade, não possui nenhum braço, dado que o “braço-que-se-vê-pintado” não é um braço, mas apenas uma função semântica com respeito a um contexto figurativo que a imagem desenvolve. A suposição do outro braço, isto é, daquele que não foi pintado, não pertence mais à contemplação da arte, mas à operação inversa àquela através da qual a obra de arte foi criada, ou seja, à retrocessão da obra de arte à reprodução de objeto natural¹⁹⁹.

intervenções na matéria, Cesare Brandi fez uma profunda distinção entre os impactos causados por adições e por supressões. As adições, dependendo do juízo crítico que as tivesse embasado, representavam testemunhos do fazer humano, podendo ser mantidas segundo o mesmo critério que a “cepa” originária. Para tanto, tal adição deveria ser julgada quanto ao seu valor, uma vez que necessitaria se integrar à obra, e disso, resultar em uma nova síntese histórico-artística. Por outro lado, as remoções, ainda que se inscrevessem na história como um fazer humano, não documentavam a si próprias, incorrendo em um apagamento de expressões imagéticas.

¹⁹⁸ BRANDI, 2004, *op. cit.*, p.46.

¹⁹⁹ BRANDI, 2004, *op. cit.*, p.44-45.

Portanto, qualificação da imagem da obra de arte não estava ligada à comparação com uma referência formal pré-estabelecida, nem de base orgânica ou imagética, mas obedecia a parâmetros próprios do objeto que eram por ele determinados.

Outro tema da Gestalt que fortemente inspirou Cesare Brandi nos delineamentos teórico-operacionais das suas investigações foi a articulação figura-fundo. Essa foi uma das principais vedetes nos estudos sobre a fenomenologia da percepção, tendo o psicólogo e filósofo Edgar Rubin como percussor, em 1921. O seu método consistia em desenhar figuras ambíguas, construindo-as de modo que as suas partes pudessem representar tanto figuras, quanto fundos. A partir da análise das “coisas” e das “não coisas”, chegava-se à conclusão de onde estavam as figuras e os fundos.

As condições que ajudavam a determinar que “as coisas que se encontravam dentro de outra coisa que não era uma coisa”²⁰⁰ foram expressas pelos seguintes parâmetros: o tamanho relativo das partes, as suas relações topológicas, os seus tipos das margens e a sua orientação espacial. De acordo com tais critérios de identificação gestáltica, tenderiam a emergir como figuras, as zonas menores, que estivessem incluídas em outras áreas, que apresentassem margens convexas e cujos eixos coincidissem com as principais direções do espaço – fossem elas verticais ou horizontais. Assim, quando nenhuma dessas condições prevalecesse, existiria uma situação de ambiguidade. Apropriando-se dessa abordagem para refletir sobre os limites das integrações, Cesare Brandi pontuou que “se permanecermos no campo da percepção imediata, interpretaremos, com os esquemas espontâneos da percepção, a lacuna segundo o esquema de figura e de fundo”²⁰¹. O autor pontuou que quando uma lacuna se apresentasse como figura em relação a qual a pintura servia como fundo haveria uma mutilação da imagem, uma desvalorização daquilo que havia nascido como figura, sendo necessária uma intervenção.

Além da matéria da obra de arte, os tempos próprios a ela foram bastante explorados na teoria brandiana. Cabe destacar que a abordagem dos tempos ou das idades dos objetos constituía-se comumente em uma estratégia de apresentação das etapas da vida do objeto arqueológico, como bem mostrou Richard Jaeschke:

Criação: a construção do objeto a partir da matéria prima.
Uso primeiro: o período durante o qual o objeto foi usado na maneira em que se previa. Isso poderia incluir danos, reparações e alguma modificação.

²⁰⁰ CARONNA, 2005, *op. cit.*, p.59-60.

²⁰¹ BRANDI, 2004, *op. cit.*, p.128.

Uso segundo: incluía reuso, modificações, danos e reparações que não eram parte do plano original. Por exemplo, uma pedra pega de uma estrutura original poderia ser usada em um novo edifício ou convertida a um uso como se quisesse.

Enterro: neste período o objeto era permanentemente perdido, descartado, coberto ou intencionalmente enterrado. Ele deixava de ser ativamente usado.

Renascimento: o objeto era descoberto, escavado, documentado como parte do arquivo arqueológico.

Pós-escavação: o objeto era estudado, examinado, analisado e publicado. O mesmo recebia os primeiros auxílios e às vezes, tratamento de conservação total. Isso se destinava a equipá-lo para a sua futura existência.

Pós-vida: o objeto era colocado no seu “lar celestial”²⁰²; o museu ou o arquivo, para permanecer para a eternidade²⁰³.

A percepção de que cada idade deixava uma marca no objeto, evidência do seu uso ou traços dos ambientes aos quais foi exposto, permitia o entendimento de que o mesmo apresentava diferentes historicidades, que foram abordadas por Cesare Brandi também no aspecto fenomenológico. Três momentos distintos foram identificados para todas as obras de arte por ele: o primeiro era definido pela exteriorização ou publicação da obra enquanto objeto único formulado por um artista, representando o seu marco inaugural. O segundo momento era caracterizado pelo intervalo que iniciava ao fim do processo de criação da obra e encerrava no instante em que a consciência do sujeito atualizava em si a sua expressão imagética, contemplando a vida da obra no mundo dos objetos. O terceiro e último momento era expresso como o “átimo da fulguração”²⁰⁴ ou epifania do objeto na consciência do sujeito, que o reconhecia enquanto obra de arte. Tal momento da obra representava o somatório e síntese de todos os seus outros: o tempo de criação, o devir e o tempo do reconhecimento.

A especificação desses momentos de inserção da obra no tempo histórico era de fundamental importância para a definição do caráter das atividades de restauro. Para Cesare Brandi, a legitimidade do restauro residia na forma de inserção da intervenção nos diferentes momentos. Nesse sentido, destacavam-se: a realização da ação na irreprodutível fase do processo artístico que antecedia o fim do primeiro momento e definia o restauro fantasioso; o acontecimento no intervalo temporal entre a conclusão da obra e o presente, o que caracterizava o segundo momento, podendo resultar no restauro de repristinação

²⁰² “Os arqueólogos conservadores sabiam que o pós-vida do objeto raramente se mostrava como um ‘lar celestial’, mas usualmente envolvia o objeto em aventuras e perigos. Ele não cessava de ter idade e história, mas sua história de uso se tornava uma história de tratamento. O artefato se tornava então um objeto arqueológico e o a sua função nessa pós-vida era apenas de instrumento de conhecimento” [JAESCHKE, R. *When does history end?* In: ROY, A.; SMITH, P. *Archeological conservation and its consequences*. London: The International Institute for Conservation of Historic and Artistic Work, 1996 (p.86-88), p.86]

²⁰³ JAESCHKE, 1996, *op. cit.*, p.86.

²⁰⁴ BRANDI, 2004, *op. cit.*, p.54.

quando havia a intenção de abolir os registros formais decorrentes da passagem do tempo; e a inserção da intervenção no terceiro momento, que, segundo a teoria em questão, representava o único intervalo legítimo para a ação e caracterizava o que se pode chamar de restauro brandiano. Nas palavras do teórico,

... Este reconhecimento através da particular *epoché* que nós temos operado nos ensina que a obra de arte chega até nós como um circuito fechado, como qualquer coisa que temos direito de intervir só sob duas condições: para conservá-la íntegra o quanto possível ou para reforçá-la, se necessário, na sua estrutura material periclitante. Conservá-la íntegra se coloca então como um conceito oposto ao repristino, mas também se poderá pensar que, em certos casos, as operações requeridas pela conservação e pelo repristino sejam as mesmas. Mas o repristino pretende se inserir no ciclo fechado da criação, substituindo o próprio artista e o sub-rogando... Enquanto o repristino se resolve em uma intervenção empírica de substituição histórica e criativa, pretendendo inserir-se em um momento do processo da obra de arte que foi fechado pelo autor e que é irreversível, na intervenção conservativa nós não ultrapassamos o momento no qual a obra de arte entrou no mundo da vida...²⁰⁵

A restauração referente ao terceiro e último momento se dava no tempo da consciência observadora, em que a obra estava no presente histórico, sendo também passado. No restauro, isso significava que a conformação desse ato estaria condicionada inexoravelmente pelo tempo, ou seja, em cada momento histórico – em cada presente – o seu sentido se atualizaria.

Dentre as possíveis historicidades da obra, a matéria e a imagem em ruína representaram um tópico de especial interesse. As mesmas apareceram na teoria como expressão da obra de arte no seu ponto mais remoto, no qual a matéria que já conformou o objeto voltou praticamente a ser elemento bruto. A ruína era então entendida como um remanescente de obra de arte que não se encontrava apta a ser reconduzida à unidade potencial sem que se tornasse uma cópia de si própria. O restauro não se aplicaria a esse caso, cabendo apenas medidas de consolidação e manutenção do seu *status quo*.

A indicação da possibilidade de restauro implicaria a presença de vitalidade implícita suficiente para promover uma [re]integração com vistas à promoção da unidade potencial da obra, o que inexistia na real ruína segundo a acepção brandiana. Entretanto, havia casos em que a ruína se integrava artisticamente a um determinado complexo natural ou construído, passando também a determinar a imagem de um lugar. Esse caso recebeu atenção na teoria, uma vez que a associação da ruína a outra obra de arte, comumente de caráter paisagístico ou urbanístico, frequentemente resultava em uma nova composição

²⁰⁵ BRANDI, C. *Il trattamento delle Lacune e la Gestalt Psicologia*. In: *Problems of the 19th and 20th Centuries*. IV. Acts of the Twentieth International Congress of the History of Art. New York, 1961 [p.146-151], p.147.

valorada. Entretanto, tal valoração não se encontrava ligada à sua primitiva unidade, mas era afeita à condição de mutilação. Essa configuração se expressava de modo pitoresco, podendo-se admitir como íntegro um novo objeto, que se analisado segundo seus elementos individuais, não poderia transmitir plenamente uma imagem, mas que em conjunto formava um inteiro.

Percebe-se nos postulados de Cesare Brandi, que a dimensão da realidade física da obra de arte, externa ao sujeito, foi matizada em prol da emergência das possibilidades de constituição mental da sua imagem. A aproximação brandiana com a teoria da recepção²⁰⁶ o fez questionar algumas premissas vigentes desde o início do século XX, como a dos sistemas de signos sem sujeito – portanto sem relação com a situação de produção e de recepção do sentido –, e da noção de estrutura com valor ontológico que secundarizava a função social do ato interpretativo²⁰⁷, algo que Alois Riegl havia sugerido, ainda que de uma forma menos estruturada.

Portanto, se para Cesare Brandi a obra de arte apenas adquiria esse estatuto a partir do reconhecimento individual que dela se fazia, relativizando a realidade do objeto, aquilo que poderia ser entendido como o seu oposto, a falsificação, também recebeu ênfase no tratamento teórico-conceitual. O principal argumento construído pelo teórico para proceder ao entendimento da falsificação foi que a mesma deveria ser analisada a partir de um juízo, e não sob um ponto de vista pragmático. Deveria considerar-se falso aquilo reconhecido como tal e não aquilo que “o era”, já que a falsidade não era entendida como uma propriedade inerente. Por mais que o objeto apresentasse uma consistência material diversa em relação a outro que se reconhecesse como original, o mesmo poderia ser considerado genuíno em relação ao que era. O falso, portanto, era um acontecimento do juízo ou do enunciado.

Essa postura brandiana pode ser mais bem detalhada a partir das reflexões do filósofo Alfred Lessing. Ao tratar do tema dos falsos em seu texto *What is Wrong with a Forgery?*²⁰⁸, o mesmo argumentou que esse ato apenas poderia ser abordado em referência a um fenômeno contrastante, e que de alguma forma incluiria as noções normativas de genuinidade ou de autenticidade, posição também compartilhada pela teórica da arquitetura

²⁰⁶ Representa uma fase de elaboração já madura da chamada *Rezeptionsästhetik*, conjunto de ensaios teóricos publicados em quase toda a Alemanha entre 1967 e 1982, e notória pelo empenho de “restorização” da literatura por meio da passagem da centralidade do autor e do texto para a leitura do mesmo.

²⁰⁷ HOLUB, R.C. [Org.]. *Teoria della Ricezione*. Torino: Einaudi, 1989.

²⁰⁸ LESSING, A. *What is wrong with a forgery?*. In: DUTTON, D. [Ed.]. *The forger's art. Forgery and the Philosophy of Art*. Berkeley: University of California Press, 1983. p.58-76.

Françoise Choay em *Sete Proposições sobre o Conceito de Autenticidade e seu Uso nas Práticas do Patrimônio Histórico*²⁰⁹. Alfred Lessing também afirmou que o termo falsificação representava um conceito negativo, o que comumente se entendia enquanto ausência ou negação de um valor. Se no caso das obras de arte falsificadas, comumente o valor inexistente era o estético, o autor questionou se necessariamente a obra de arte sempre era esteticamente superior por ser genuína. A sua reflexão sobre o tema se desenvolveu a partir de um interessante evento.

Talvez o clássico, e certamente o caso mais celebrado nesse assunto, foi de Han van Meegeren, que em 1945 perturbou a tranquilidade complacente de mundo da arte e da crítica confessando que ele era o artista responsável por oito pinturas, seis das quais foram vendidas como legítimos Vermeers e duas como Hooghs... Foi sem dúvida o julgamento estético universal de excelência que contou amplamente para os efeitos sensacionais da confissão de van Meegeren... É sem dúvida embaraçante e irritante para um especialista cometer um erro nesse campo. E foi um “erro de identificação da pintura como um Vermeer”. Mas deveria ser óbvio [...] que o caso aqui envolvia mais do que um mero de erro de identificação. “As cores são magníficas... A arte maior... A obra-prima de Vermeer”: isso é mais que identificação. É certamente prazer estético²¹⁰.

Esse exemplo auxiliou Alfred Lessing a ilustrar que a diferença entre uma falsificação e uma obra de arte genuína não era tão óbvia quanto os críticos e especialistas costumavam apresentar, e não envolvia necessariamente uma diminuição de valores estéticos. Assim, argumentou que a razão pela qual uma falsificação constituía uma “ofensa”, era por envolver necessariamente um engano, presumindo assim a quebra de um código moral e/ou legal. Faltariam então às falsificações, aquilo que chamou de “integridade artística”²¹¹, a qualidade que concernia à criatividade e à originalidade expressas pelas características de novidade imaginativa, espontaneidade, particularidade, autoidentidade e individualidade. Nessa perspectiva, o caráter de integridade artística envolvia muito mais que a identificação e associação de um autógrafo a um objeto, mas, sobretudo, o julgamento que se fazia dos seus processos de produção e de recepção, posição bastante semelhante daquela defendida pela teoria brandiana.

Com base nessas e em diversas outras premissas, Cesare Brandi desenvolveu uma abordagem teórico-metodológica baseada no ato histórico-crítico de reconhecimento da obra de arte como tal – de consciência da presença –, o que motivava a sua preservação por

²⁰⁹ CHOAY, F. *Sept Propositions sur le Concept d'Authenticité et son Usage dans les Pratiques du Patrimoine Historique*. In: UNESCO. *Conference de Nara sur l'Authenticité*. Paris: Unesco, 1995, p.101-120. Traduzido para o português por Beatriz Mugayar Kühl.

²¹⁰ LESSING, 1987, *op. cit.*, p.59.

²¹¹ LESSING, 1987, *op. cit.*, p.66.

meio do restauro da matéria. A consistência física retomou a base do empirismo, destacando a importância da materialidade da obra de arte. A instância estética apresentava-se como ponto fulcral na teoria, ao considerar a obra de arte como elemento de intervenção, sendo, conseqüentemente, a sua condicionante mais elementar. Em segundo lugar, a instância histórica evidenciou que cada objeto era entendido como resultado de um momento único que deveria ser respeitado, de modo a não criar um falso ou um possível apagamento da translação da obra de arte no tempo. Decorria, portanto, que as historicidades dos objetos residiam nas suas condições de transformação e de atualização em cada tempo diferente. Portanto, a integridade – segundo a teoria proposta do Cesare Brandi – pode ser entendida como uma qualidade diretamente relacionada à instância estética e histórica da obra de arte, representando o grau de conformação material que permite ao objeto expressar uma imagem que figure como um inteiro ante a consciência do sujeito. A integridade foi então tratada como um veículo de comunicação de uma imagem, que na maior parte dos casos prescindia da existência da obra de arte como um total.

* * *

Nesta seção foi possível empreender algumas interpretações em torno da integridade com base em um conjunto de escritos que concorreram para delinear teoricamente o atual campo da preservação patrimonial, como já pontuado. Considerando que o primeiro texto analisado date de 1849 – o de John Ruskin – e o último de 1963 – o de Cesare Brandi, – tem-se um intervalo de 114 anos que decorreram em um momento de muitas transformações nas sociedades e cidades, fosse pelas repercussões da Revolução Industrial na Europa, ou pela ocorrência da primeira e, em especial, da segunda guerra mundial. Como tempo médio de diferença entre um escrito e o sucessor analisado foi de quase 19 anos, houve certa regularidade e continuidade nas reflexões sobre a proteção patrimonial, ainda que guiadas por diferentes motivações. Tais reflexões foram organizadas de modo a constituir um quadro multifacetado e articulado sobre a integridade, assunto que não foi tratado de forma específica e pormenorizada por nenhum dos teóricos.

Embora a integridade não tenha comparecido nominalmente nos escritos do século XIX, a preocupação com essa qualidade do objeto de preservação esteve presente nas três obras analisadas desse período. Considerando as formulações de John Ruskin e Viollet-le-Duc, a integridade foi entendida enquanto “forma temporalmente esculpida”, “caráter”, “estado completo” e “sistema ideal” dos edifícios. Nelas, o estado do objeto em sua

condição de integridade remetia à concordância com uma referência estabelecida pela própria passagem do tempo – para o primeiro teórico – e por um modelo estilístico idealizado – no caso do segundo. Segundo o escrito de Camillo Boito, a integridade poderia ser entendida como a dada condição física que permitia a interpretação do patrimônio enquanto objeto de conhecimento histórico e elemento de fruição artística, ainda que não se advogassem os completamentos ou o retorno às feições primitivas. Ao fim dos novecentos, o existente discurso em prol do “original” cedeu espaço para a validação de outras contribuições histórico-artísticas à obra. Com isso, abriram-se as possibilidades de a integridade ser entendida como algo processual, em fluxo constante – pelo reconhecimento da transitoriedade da materialidade dos objetos – e aberto – pelas possíveis ações futuras que os mesmos viessem a sofrer.

Os escritos de Max Dvořák e Gustavo Giovannoni, seguindo semelhante linha de pensamento, deram uma grande contribuição ao tratamento do tema da integridade, abordando especificamente essa qualidade e relacionando-a a outros elementos coextensivos ao objeto de proteção, como ao ambiente. Para ambos os teóricos, a dimensão espaço-ambiental do monumento deveria ser considerada nas atividades de preservação, uma vez o aspecto tradicional dos lugares também concorria para a própria valoração do mesmo. É provável que a preocupação com o patrimônio em uma escala urbana – que obrigatoriamente impunha a consideração de uma dinâmica de transformação material mais intensa, se comparada a do monumento isolado – os tenha favorecido a assumir uma posição bastante crítica quanto à preservação segundo a ideia de manutenção do “inteiro” e do “original”. Com isso, a integridade passou a também estar relacionada a elementos fora do isolamento “laboratorial” patrimonial, ficando assim, mais afeita a quadros menos “estáticos” de transformação. Com essas abordagens das primeiras décadas do século XX, a integridade passou a ser considerada expansível em relação aos limites físicos que se encerravam no objeto, o que assinalou uma complexificação dos processos de reconhecimento e de intervenção patrimoniais.

Ainda que a mudança de escala da preservação tenha imposto novos olhares sobre os limites e os atributos do patrimônio, foi a partir das reflexões de Alois Riegl – que antecederam as desses últimos dois teóricos citados – que os objetos passaram a ser vistos como também definidos por uma relação estabelecida com os sujeitos. Isso marcou uma profunda inflexão na axiologia do patrimônio, e, por conseguinte, no entendimento sobre a integridade do mesmo. Se o sujeito passou a ser árbitro dos seus objetos, julgando o que seria digno ou não de preservação, o mesmo ocorreu com a avaliação da integridade. Do

mesmo modo que Alois Riegl foi pioneiro ao declarar o papel do observador na constituição da obra – ou seja, no julgamento dos seus valores – ele foi inaugural ao desconstruir a ideia de que a integridade remetia à concordância de um objeto a um estado que não fosse estabelecido por esse próprio sujeito intencional. O patrimônio, assim como tudo o que a ele dizia respeito, foi relativizado nessa abordagem, na qual houve um deslocamento da leitura de uma dada realidade “externa” a uma percepção estabelecida pela relação entre sujeito e objeto.

Cesare Brandi, de forma semelhante, elegendo o reconhecimento do sujeito como elemento determinante da obra de arte, acabou por também abordar a integridade de um ponto de vista fenomenológico. A teoria da Gestalt o deu uma série de instrumentos para identificar determinadas relações entre matéria e imagem, e, a partir disso, foram delineadas novas possibilidades e limites de integrações de lacunas, um dos temas mais caros ao restauro e que envolvia a integridade de forma frontal. Se a matéria foi defendida, em sua teoria, como único local de intervenção, os seus experimentos demonstraram que a mesma não guardava uma relação diretamente proporcional com a imagem. Nessa perspectiva, a integridade representava a medida necessária da matéria para possibilitar a formação de uma imagem de obra de arte.

Apesar da maior parte desses teóricos ter atuado em um momento recuado da época presente, percebe-se a partir dos escritos analisados que a integridade não era uma qualidade que apenas predicasse a materialidade dos objetos e nem era apenas por ela determinada. Ela se ligava, sobretudo, aos atributos valorativos, sendo um veículo para a expressão de significados no tempo. Por isso, a integridade foi propagada nas teorias preservacionistas, – de forma implícita ou explícita – chegando a ser incorporada na maior parte das atuais práticas de proteção, ainda que dentro de um horizonte de compreensão estreito o suficiente para se questionar a efetividade do seu papel em tais processos.

O estabelecimento do sistema do patrimônio mundial e os conflitos [in]diretamente relacionados à integridade

John Dewey¹, ao abordar a experiência humana com as obras de arte, apontou que a grande perfeição de alguns desses produtos, o prestígio que eles possuíam de uma longa história de inquestionada admiração, acabou por criar convenções que ficaram no caminho de uma visão renovada. Assim, quando um produto da arte atingia a condição de “clássico”, ele, de alguma forma, se tornava isolado das condições humanas sob as quais ele fora trazido a ser e das consequências que engendrava na atual experiência de vida.

Isso não foi apenas um privilégio das obras de arte. Muitos conceitos ou ideias, ao longo de um extenso período de aplicação, acabaram se tornando “monumentalizados”, por se acreditar que em torno deles existia uma absoluta pertinência de termos e de propósitos que justificasse a sua irrestrita adoção. Esse é o caso da integridade dentro do sistema do patrimônio mundial. A “mística” em torno desse crivo foi ainda reforçada pelo seu principal agente propagador, a Unesco, que assumiu como uma das suas principais atribuições, a constituição de uma lista daquilo que portasse um caráter de excepcionalidade mundial. Como o julgamento – no senso jurídico – sempre ocupou um lugar de autoridade social, a instituição que o levava a cabo terminava por assumir grande prestígio, especialmente ao se considerar o seu âmbito global de atuação.

Longe de querer desconsiderá-la nos processos de proteção do patrimônio mundial, mas sim desnaturalizá-la, este capítulo identifica as origens técnicas e político-

¹ DEWEY, 2005, *op. cit.*

administrativas do conceito de integridade, contextualizando-as com o estabelecimento do sistema do patrimônio mundial. Se a avaliação dos aspectos conceituais da palavra permitiu a construção de uma crítica epistemológica em torno dela e a incursão teórica proporcionou o enquadramento dessa noção dentro de importantes escritos que fundamentaram o campo da preservação cultural, esta parte da tese inicia a construção de uma reflexão sobre a apropriação da integridade na tutela patrimonial capitaneada pela Unesco. Partiu-se da ideia de que as práticas dessa instituição, além de refletirem diferentes princípios de preservação ao longo de décadas de atuação, foram regidas por diversas motivações que escaparam bastante da pretendida neutralidade técnica.

2.1 Da gênese da estrutura da Unesco em 1945 ao desenho da convenção em 1972

A atuação inicial: as ações culturais e o estabelecimento de comitês

A Unesco foi fundada durante a Conferência da Organização das Nações Unidas [ONU] em Londres, que ocorreu entre 1º e 16 de novembro de 1945. O foco da instituição estava voltado à promoção da “paz e da segurança promovendo a colaboração entre as nações por meio da educação, ciência e cultura, com o objetivo de fomentar o respeito universal por justiça, pelo papel das leis e pelos direitos humanos...”. Era também prevista a “manutenção, aumento e difusão do conhecimento; assegurando a conservação e a proteção do legado mundial formado por livros, obras de arte e monumentos de história e ciência, e recomendando às nações envolvidas as necessárias convenções internacionais”².

A revista anual da Unesco, *El Correo*, bem atestou essas intenções quando dedicou o seu primeiro número a temas como: os métodos de cooperação científica internacional, os papéis das comissões nacionais nas relações exteriores, a organização de um centro internacional de ideias para promover a divulgação da informação a serviço da paz, a educação básica e fundamental na América Latina com o combate ao analfabetismo, os

² UNESCO. Constitution of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 1945, p.6. A constituição da Unesco, datada de 1945, apenas entrou em vigor no dia 16 de novembro de 1946 após a ratificação de 20 países: Austrália, Brasil, Canadá, China, Tchecoslováquia, Dinamarca, República Dominicana, República Árabe do Egito, França, Grécia, Índia, Líbano, México, Nova Zelândia, Noruega, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos. Além disso, recebeu emendas nas 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 12ª, 15ª, 17ª, 19ª, 20ª, 21ª, 24ª, 25ª, 26ª, 27ª, 28ª, 29ª, 31ª sessões.

projetos de ajuda a países devastados pela guerra, a criação de bibliotecas e de museus, dentre outros³. Assim, nos cinco primeiros anos, o foco das ações da Unesco esteve na “promoção de debates intelectuais, na defesa da ideia de progresso e de civilização como algo que poderia ser unificado e alcançado pelo conhecimento neutro e universal”⁴.

A criação da Unesco não ocorreu no vazio, mas foi o resultado de esforços individuais e coletivos que ganharam espaço com o fim da segunda guerra mundial [1939-1945]. Esse evento, sem dúvida, representou um grande divisor de águas na história do patrimônio cultural do século XX, fazendo com que questões referentes à consciência preservacionista se consolidassem em uma escala global. Ao lado da perda de milhões de vidas e da imensa destruição de edifícios em várias partes do mundo, foi também registrado um amplo arrasamento de obras de arte, monumentos antigos, cidades históricas, áreas arqueológicas e etnográficas. Os anos transcorridos desde o fim dessa guerra poderiam ser chamados de “época da ação internacional”⁵, na qual diferentes nações compartilharam esforços, como nunca haviam feito antes, no empenho de resolver problemas demasiadamente grandes para um só país.

A reconstrução física dos lugares também impulsionou o aparecimento de normas e legislações nos âmbitos locais, regionais e nacionais, assim como a emergência de esforços no nível internacional para responder a diversas necessidades emergentes de formação, treinamento, preservação, restauração, reconstrução e financiamento.

Apesar de a segunda guerra mundial ter produzido uma situação com problemas em uma proporção nunca antes vista, as raízes da preocupação com determinados artefatos em uma dimensão global remontava há tempos mais pretéritos. Jukka Jokilehto⁶ – por muitos anos membro do Iccrom e consultor da Unesco – apontou que os processos do pensamento nacional em muitos países, especialmente nos do Sul da Europa, já tinham resultado em esforços de escala internacional desde o século XVIII. O jurista Emmerich de Vattel, debruçando-se à questão, pontuou que as obras de arte faziam parte do legado comum da humanidade, no livro *The Law of Nations*, de 1758. A ideia de um patrimônio

³ EL CORREO - Publicación de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, La Ciencia y la Saude, 1948, Volumen I, Numero 1, Febrero.

⁴ PEREIRA, C.R. *O Turismo Cultural e as Missões Unesco no Brasil*. Tese de doutorado MDU/UFPE. Recife, UFPE, 2012, p.16.

⁵ EL CORREO - Publicación de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, La Ciencia y la Saude, 1965, Año XVIII, Octubre, p.27.

⁶ JOKILEHTO, J. *Iccrom and the Conservation of Cultural Heritage: a History of the Organization's first 50 years*. Rome: Iccrom, 2011.

pertencente a todos os povos também era reconhecida por viajantes que percorriam diversos territórios em busca de remanescentes da herança clássica na arte, primeiramente na Itália e na Grécia, seguindo para localidades próximas ao Oriente, no século XIX.

Entretanto, no início do século XX, essas intenções que ainda se encontravam dispersas começaram a tomar corpo, com o auxílio de algumas instituições. Durante as décadas de 1920 e 1930, sob os auspícios da Liga das Nações⁷, os conceitos de patrimônio comum e de cooperação, assim como um distinto estilo de diplomacia internacional, emergiram⁸. O seu aparecimento esteve associado ao advento da primeira guerra mundial [1914-1918], quando surgiram várias tentativas de se estabelecer um sistema de cooperação mundial que visasse ao bem comum. O objetivo era promover o reforço da relação entre os Estados, tendo fundado um corpo intelectual do qual fizeram parte Paul Valéry, Thomas Mann, Béla Bartók, Marie Curie, Albert Einstein e Henri Bergson. Esse foi o Comitê Internacional sobre Cooperação Intelectual⁹.

A Conferência de Atenas, organizada pelo Escritório Internacional de Museus¹⁰ da Liga das Nações, foi um importante marco para a pavimentação do caminho que levou à criação da posterior Convenção do Patrimônio Mundial. Como parte das atividades da conferência de 1931, o primeiro Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos¹¹ desenvolveu a Carta de Atenas para a Restauração de Monumentos Históricos, que destacou que “a conservação de elementos artísticos e arqueológicos da humanidade é algo que interessa à comunidade dos Estados, guardiões da civilização”¹². Assim, a Liga das Nações auxiliou a promover a futura noção de “patrimônio mundial” em âmbito institucional por meio da cooperação internacional, uma ideia e um estilo característicos que foram “assumidos pela Unesco após dezembro 1946”¹³.

Tal interesse de salvaguarda das referenciadas instituições voltava-se preponderantemente à esfera cultural. Dentro da Unesco, os elementos naturais não

⁷ A Liga das Nações [The League of Nations] foi fundada em 1919 e permaneceu em atividade até 1946, sendo uma antecessora da ONU e da Unesco.

⁸ TITCHEN, 1995, *op. cit.*

⁹ Do original em inglês: *International Committee on Intellectual Cooperation*.

¹⁰ Do original em inglês: *International Museums Office*.

¹¹ Do original em inglês: *Congress of Architects and Technicians of Historic Monuments*.

¹² CARTA DI ATENE. Principi generali e dottrine concernenti la protezione di monumenti. Conferenza Internazionale di Atene, 1931, s/p.

¹³ TITCHEN, 1995, *op. cit.*, p.35.

receberam atenção, por certo tempo. Isso não significa dizer que inexistissem, naquele momento, iniciativas voltadas à proteção da natureza em escala global, pelo contrário.

Ao fim da década de 1940, algumas ações inter-relacionadas revelaram o aumento do movimento de proteção ambiental, especialmente nos Estados Unidos. Ao lado da fundação da IUCN em 1948, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre a Conservação e a Utilização de Recursos¹⁴ em 1949, organizada por um importante grupo de organismos internacionais, formado pela Food and Agricultural Organization [FAO], Unesco e World Health Organization [WHO]. Esse evento foi considerado “o primeiro grande passo para o surgimento de um movimento ambiental global”¹⁵. Por mais que tais instituições e eventos – alguns deles apoiados pela própria Unesco, como visto – promovessem o aumento do debate e da visibilidade em torno da proteção do ambiente natural, a prática desse organismo se mantinha distante de tais interesses. Por outro lado, a atenção aos elementos culturais teve um crescimento constante e exponencial.

Inicialmente, foi estabelecida a subcomissão de Artes e Letras¹⁶, que respondia aos temas da cultura tratados pela Unesco, como se vê noticiado no relatório da sua primeira conferência geral, ocorrida de 20 de novembro a 10 de dezembro de 1946. Por mais que se abordassem assuntos como as artes criativas, ainda não se percebia em torno delas um forte interesse de preservação nesse momento.

No ano seguinte, as artes criativas deram espaço ao debate sobre as reconstruções de edifícios relacionados às atividades educacionais, científicas e culturais. A Unesco passou então a apoiar as iniciativas voltadas à recriação de museus, escolas, bibliotecas ou centros de pesquisa. Em 1947, a noção da proteção de elementos ainda estava fundamentalmente ligada às atividades dos museus, e como consequência, apenas os objetos móveis enquadravam-se nesse escopo.

Em 1948, entre as ações culturais anuais da instituição, enquadrou-se a pauta de Reprodução de Objetos Únicos¹⁷, na qual se recomendou que os Estados-Membros compilhassem listas das “suas obras de arte únicas, de objetos científicos e de documentos”, o mais rápido possível, entregando no mínimo, “quatro reproduções nos centros onde a

¹⁴ Do original em inglês: *United Nations Conference on the Conservation and Utilization of Resources*, UNSCCUR.

¹⁵ CAMERON, C.; RÖSSLER, M. *Many voices, one vision: the early years of the World Heritage Convention*. Surrey: Ashgate Publishing Limited, 2013, p.2.

¹⁶ Do original em inglês: *Arts and Letters*.

¹⁷ Do original em inglês: *Reproduction of Unique Objects*.

preservação pudesse ser assegurada”¹⁸. A Unesco, por sua vez, proveria recomendações sobre técnicas de reprodução adequadas. Sobre os sítios arqueológicos e monumentos históricos, o documento dispôs que o então diretor-geral, Julian Huxley, havia sido instruído a consultar os Estados-Membros quanto às medidas necessárias para garantir a segurança no acesso de arqueólogos a determinados lugares, possivelmente àqueles que foram danificados durante a guerra e que ainda se encontravam sob perigo.

Além disso, a Unesco desenvolveu uma campanha voltada à recuperação dos países afetados pelos bombardeiros, provendo assistência técnica e financeira. Segundo documentado nos registros da terceira conferência geral, ocorrida em Beirute, a instituição desempenharia preponderantemente um papel de articuladora, estimulando “o desenvolvimento de programas de reconstrução e de campanhas por meio das comissões nacionais da própria Unesco, de outros grupos nacionais e de organizações governamentais e não governamentais”¹⁹, assistindo e coordenando tais atividades. Essas iniciativas podem ser entendidas como as primeiras medidas institucionais de proteção ao patrimônio imóvel mundial adotadas em consonância com o primeiro artigo constitucional da Unesco.

Também, informou-se que no ano seguinte de 1949, em colaboração com o já estabelecido International Council of Museums [Icom]²⁰, seria discutido o estabelecimento de um comitê de especialistas para cooperar com os Estados-Membros no tocante à “preservação de monumentos e de sítios de valor histórico”²¹, buscando ainda estabelecer um fundo para subsidiar as atividades de proteção e restauração sob os auspícios da Unesco. Esse foi o Comitê de Especialistas em Sítios e Monumentos²². Mais uma vez, os museus foram envolvidos em projetos de preservação, que passaram a se voltar aos objetos na escala dos edifícios e do espaço urbano.

Esses temas compareceram novamente no documento da conferência geral da Unesco de 1949, ampliando, entretanto, o raio de abrangência das medidas de proteção ao patrimônio, de modo a abarcar, além dos monumentos e sítios históricos, as antiguidades, que deveriam ser protegidas em cooperação com os Estados-Membros interessados. A

¹⁸ UNESCO. Records of the General Conference. Third Session, Beirut, 1948. Volume II. Resolutions, 1949, p.26.

¹⁹ UNESCO. Records of the General Conference. Third Session, Beirut, 1948. Volume II. Resolutions, 1949, p.16.

²⁰ O Icom, organização não governamental de interesse público criada em 1946 por profissionais de museus, atuava como um importante órgão consultivo da ONU.

²¹ UNESCO. Records of the General Conference. Third Session, Beirut, 1948. Volume II. Resolutions, 1949, p.28.

²² Do original em inglês: *Committee of Experts on Sites and Monuments*.

ideia de criação do fundo para o financiamento das ações de proteção e restauro também estiveram mais uma vez entre os tópicos registrados. Cabe destacar a declaração de que “particular atenção deve ser dada às disposições para a proteção de tais monumentos, assim como à preservação de todos os objetos de valor cultural, particularmente aqueles contidos nos museus, bibliotecas e arquivos, contra as possíveis consequências dos conflitos armados”²³. O termo “objeto de valor cultural” foi neste documento mobilizado para designar os outros artefatos além das antiguidades, monumentos e sítios, em uma clara ampliação do universo de interesse de proteção.

Assim, em pouco menos de cinco anos após a fundação, o objetivo inicial da Unesco em torno da cultura se expandiu o suficiente para incluir a salvaguarda de determinados elementos dentro de um âmbito próprio de interesse da instituição, com seus respectivos agentes. A iniciativa de criar grupos de trabalhos específicos resultou no estabelecimento do novo Comitê Internacional de Monumentos, Sítios Artísticos e Históricos, e Escavações Arqueológicas²⁴, estrutura permanente e “primeiro órgão consultivo da Unesco” quanto ao patrimônio cultural²⁵. O comitê seria pequeno em tamanho, constituído por 14 membros, técnico em caráter e formado por especialistas de renome mundial, convidados a participar considerando-se os seus interesses individuais e capacidades, e não como representantes dos seus respectivos países. As funções desse grupo envolveriam:

- A] Colaboração internacional quanto à documentação relacionada aos sítios e aos monumentos de arte e de história, no campo da preservação e do restauro de tais elementos, e na área de escavações arqueológicas;
- B] Troca de informações e de especialistas;
- C] Missões Unesco de especialistas;
- D] Administração do fundo internacional a ser instituído;
- E] Acordos internacionais relativos à recuperação de objetos de interesse cultural;
- F] Proteção de propriedades reais e pessoais, privadas e públicas, de interesse universal contra grandes riscos [urbanização, construção de represas, inundações de vales de rios, efeitos de causas naturais ou negligência], particularmente em tempos de conflito armado²⁶.

²³ UNESCO. Records of the General Conference. Fourth Session, Paris, 1949. Volume II. Resolutions, 1950, p.27-28.

²⁴ Do original em inglês: *International Committee on Monuments, Artistic and Historical Sites and Archaeological Excavations*.

²⁵ UNESCO. Records of the General Conference. Fifth Session, Florence, 1950. Resolutions, 1950, p.44.

²⁶ UNESCO. *Considérations sur la Réunion d'Experts Tenue Au Siège de l'Unesco du 17 au 21 Octobre 1949* [Roberto Pane]. Meeting of Experts. Paris, 17 to 21 October 1949, p.93-94.

A criação desse comitê permanente foi planejada durante um encontro de especialistas ocorrido em Paris de 17 a 21 de outubro de 1949, que contou com participantes da Índia, Líbano, Suécia, França, China, Holanda, Reino Unido, Estados Unidos, Polônia, Brasil, Áustria, e Peru. O Secretariado da Unesco no momento era composto por Jaime Torres Bodet [diretor-geral], Jean Thomas [assistente da diretoria], J.H. van der Haagen [chefe dos museus e membro da Divisão de Museus e Monumentos Históricos²⁷], Roberto Pane [professor da Università di Napoli e consultor especializado], Bosch-Gimpera [chefe da Divisão de Filosofia e das Civilizações²⁸], Kenneth B. Discher [Divisão de Museus e Monumentos Históricos]. Dentre os envolvidos, Roberto Pane foi o personagem de maior contribuição no planejamento das atividades da Unesco quanto ao patrimônio cultural do fim da década de 1940 a meados de 1950.

Os resultados diretos da implantação do comitê permanente incluíram a elaboração da *Convenção para Proteção de Bens Culturais em Evento de Conflito Armado*²⁹ e o estabelecimento da *Recomendação de Princípios Internacionais Aplicáveis às Escavações Arqueológicas*³⁰, anos depois. Ainda em 1950, durante a conferência geral da Unesco em Florença, foi noticiada a solicitação de apresentação na sexta sessão de um estudo sobre a...

... Possibilidade e conveniência da adoção de uma convenção internacional instituindo uma taxa turística especial, cujos rendimentos seriam reservados uma parte para a preservação de monumentos e museus nos países signatários, e outra parte ao fundo internacional controlado pela Unesco³¹.

Embora esse tenha sido um assunto recorrentemente registrado também em documentos posteriores a essa data, tal ideia nunca foi implantada, ao contrário do fundo de preservação, que se consolidou anos após, como será visto. A taxa turística especial foi sugerida pela delegação mexicana da Unesco, ao enviar à instituição em 26 de maio de 1950 um projeto para o estabelecimento de uma convenção internacional para a proteção de monumentos históricos e de tesouros de arte³².

²⁷ Do original em francês: *Division des Musées et des Monuments Historiques*.

²⁸ Do original em francês: *Division de la Philosophie et des Civilisations*.

²⁹ HAGUE CONVENTION. Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict. Done at The Hague, this fourteenth day of May 1954.

³⁰ RECOMMENDATION ON INTERNATIONAL PRINCIPLES APPLICABLE TO ARCHEOLOGICAL EXCAVATIONS. Adopted by Unesco General Conference at its Ninth Session, New Delhi, 5 December 1956.

³¹ UNESCO. Records of the General Conference. Fifth Session, Florence, 1950. Resolutions, 1950, p.44.

³² UNESCO. Project for an International Convention for the Protection of Historic Monuments and Art Treasures, 1950 [DOC. 5C/22].

A Unesco adotou como uma estratégia de ação, a criação de convenções e de recomendações desenvolvidas por essa instituição ou por suas congêneres, como passos primeiros para o estabelecimento de um vocabulário e de uma doutrina de proteção comuns entre ela e os seus Estados-Membros. Portanto, naquele momento, o regime normativo proposto pela Unesco para a proteção cultural estava fundado nessas duas categorias de instrumentos internacionais.

As convenções implicavam aos Estados-Membros que aderiram a elas ou a ratificaram, a obrigação de cumprir integralmente as suas disposições para permanecerem signatários do acordo. Já as recomendações eram instrumentos expressos pelas conferências gerais da Unesco que continham princípios e orientações para a regulação internacional de qualquer questão particular. Como não apresentavam obrigações vinculadas, os Estados-Membros eram apenas convidados a adotar e/ou a adaptar suas normas, em conformidade com as leis do próprio país. Tais instrumentos não representavam, portanto, um elemento de obrigações recíprocas ou de estabelecimento de relações legais de natureza contratual. O propósito central das convenções e das recomendações era então influenciar o desenvolvimento de legislações nacionais, de estruturas de órgãos e de “práticas embasadas em uma linha de conduta internacional”³³.

Nesse contexto, destacaram-se para além das citadas convenções “unesquianas” de 1954 e de 1956, a *Recomendação sobre Concursos Internacionais em Arquitetura e Planejamento Urbano*³⁴ de 1956, a *Recomendação sobre os mais Efetivos Meios de Tornar os Museus Acessíveis a Todos*³⁵ de 1960, a *Recomendação sobre a Salvaguarda da Beleza e da Característica das Paisagens e Sítios*³⁶ de 1962, a *Recomendação Relativa à Preservação do Bem Cultural Ameaçado por Obras Públicas ou Privadas*³⁷ de 1968, a *Convenção sobre os Meios de Proibir e Prevenir a Importação*,

³³ UNESCO. International Instruments for the Protection of Monuments, Groups of Buildings and Sites. Paris, 30 June 1971, p.8 [DOC. SHC/MD/17].

³⁴ RECOMMENDATION CONCERNING INTERNATIONAL COMPETITIONS IN ARCHITECTURE AND TOWN PLANNING. Adopted by Unesco General Conference at its Ninth Session, New Delhi, 5 December 1956.

³⁵ RECOMMENDATION CONCERNING THE MOST EFFECTIVE MEANS OF RENDERING MUSEUMS ACCESSIBLE TO EVERYONE. Adopted by Unesco General Conference at its Eleventh Session, Paris, 14 - 15 November 1960.

³⁶ RECOMMENDATION CONCERNING THE SAFEGUARDING OF THE BEAUTY AND CHARACTER OF LANDSCAPES AND SITES. Adopted by Unesco General Conference at its Twelfth Session. Paris, 11 December 1962.

³⁷ RECOMMENDATION CONCERNING THE PRESERVATION OF CULTURAL PROPERTY ENDANGERED BY PUBLIC OR PRIVATE WORKS. Adopted at the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, at its fifteenth session, meeting in Paris from 15 October to 20 November 1968.

*Exportação e Transferência de Propriedade Ilícitas do Patrimônio Cultural*³⁸ de 1970, a *Recomendação Relativa à Proteção, no Nível Nacional, do Patrimônio Cultural e Natural*³⁹ de 1972, a *Recomendação Relativa à Salvaguarda e ao Papel Contemporâneo das Áreas Históricas*⁴⁰ de 1976, a *Recomendação Relativa à Troca Internacional do Patrimônio Cultural*⁴¹ de 1976, a *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Subaquático*⁴² de 2001, a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível*⁴³ de 2003 e a *Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica*⁴⁴ de 2011.

Além disso, a Unesco, no ano 1950, também começou a atuar por meio da realização de missões internacionais para a proteção de monumentos, conforme a função estabelecida para o Comitê Internacional de Monumentos, Sítios Artísticos e Históricos, e Escavações Arqueológicas. A partir das petições dos Estados-Membros, a Unesco enviava especialistas a diversos países a fim de estudar – em cooperação com os respectivos serviços nacionais – os lugares e os monumentos que se encontrassem em perigo, propondo conjuntamente, medidas concretas para a preservação. A primeira missão desse gênero foi na cidade de Cuzco, no Peru, após o terremoto de 1950. A tarefa dos especialistas foi participar da preparação de um plano de reconstrução da cidade⁴⁵.

As Missões Unesco também auxiliaram no alargamento dos tipos de objetos que despertavam o interesse da instituição quanto à preservação, o que foi acompanhado pela expansão da representatividade atribuída aos mesmos. No relatório da conferência geral de

³⁸ CONVENTION ON THE MEANS OF PROHIBITING AND PREVENTING THE ILLICIT IMPORT, EXPORT AND TRANSFER OF OWNERSHIP OF CULTURAL PROPERTY. Adopted at the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, at its sixteenth session, meeting in Paris from 12 October to 14 November 1970.

³⁹ RECOMMENDATION CONCERNING THE PROTECTION, AT NATIONAL LEVEL, OF THE CULTURAL AND NATURAL HERITAGE. Adopted at the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, meeting in Paris, at its seventeenth session, from 17 October to 21 November 1972.

⁴⁰ RECOMMENDATION CONCERNING THE SAFEGUARDING AND CONTEMPORARY ROLE OF HISTORIC AREAS. Adopted by the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, meeting in Nairobi at its nineteenth session, from 26 October to 30 November 1976.

⁴¹ RECOMMENDATION CONCERNING THE INTERNATIONAL EXCHANGE OF CULTURAL PROPERTY. Adopted by the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, at its nineteenth session, meeting in Nairobi from 26 October to 30 November 1976.

⁴² CONVENTION ON THE PROTECTION OF THE UNDERWATER CULTURAL HERITAGE. Adopted on the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, at its 31st session, meeting in Paris from 15 October to 3 November 2001.

⁴³ CONVENTION FOR THE SAFEGUARDING OF THE INTANGIBLE CULTURAL HERITAGE. Adopted on the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization hereinafter referred to as Unesco, at its 32nd session, meeting in Paris, from 29 September to 17 October 2003.

⁴⁴ RECOMMENDATION ON THE HISTORIC URBAN LANDSCAPE. Adopted on 10 November 2011 Unesco's General Conference, 2011.

⁴⁵ UNESCO. La Protección del Patrimonio Cultural de la Humanidade, Lugares y Monumentos. Paris, 1969 [DOC. COM.96/II.28/5].

1951, ocorrida em Paris, registrou-se a primeira menção à “preservação do patrimônio cultural da humanidade”, segundo esses próprios termos. A adoção do termo “patrimônio” emergiu dentro das discussões da Unesco ao lado da noção de “humanidade”, abarcando um grande número de tipos de objetos de preservação que fossem frutos do trabalho e do engenho humanos. Nesse interim, ressurgiu a intenção de elaborar uma convenção internacional para se estabelecer especificamente um “fundo de manutenção para museus, monumentos e coleções possuidoras de interesse universal”⁴⁶. Embora já tivesse sido aventada a intenção de se criarem outras convenções, a proposta da Unesco do ano 1951 era estabelecer um texto voltado à proposição de uma estrutura operativa própria para a preservação cultural, que não estivesse ligada exclusivamente aos resultados de guerras ou às visitas aos lugares e monumentos.

Como decorrência dessa intenção, o ano 1954 foi marcado pela tentativa de aproximação da Unesco de instituições voltadas a atividades culturais que envolvessem o patrimônio construído. Buscou então, por meio de subvenções e serviços, a associação a organismos que promovessem a cooperação entre especialistas, as atividades de documentação, e a difusão e troca de informação.

Desde o estabelecimento da sua primeira convenção, a Unesco vinha sugerindo aos Estados-Membros adotar e aplicar tais acordos internacionais com o objetivo de aperfeiçoar os instrumentos legais, os métodos e as técnicas de proteção empregadas em seus países. Além disso, comprometeu-se a fornecer auxílio de preservação, à medida que os Estados solicitassem. Essa posição de prover assistência à proteção a partir de demandas pontuais se consolidou pelas décadas de 1950 e 1960.

Em 1956, a Unesco estabeleceu o Iccrom⁴⁷, órgão consultivo e intergovernamental da instituição, mais uma vez em consonância com as recomendações do Comitê Internacional de Monumentos, Sítios Artísticos e Históricos, e Escavações Arqueológicas. Inicialmente, havia sido previsto o nome “Centro Internacional de Estudo dos Problemas Técnicos da Conservação e da Restauração dos Bens Culturais”⁴⁸ para essa instituição, entretanto o mesmo não permaneceu. O Iccrom, na sua fundação, esteve bastante alinhado

⁴⁶ UNESCO. Records of the General Conference. Sixth Session, Paris, 1951. Resolutions, 1951, p.25.

⁴⁷ Essa organização intergovernamental também foi conhecida como The Rome Centre ou por International Centre for Conservation, em virtude da extensão do nome da instituição. Em 1978, o acrônimo Iccrom foi desenvolvido, e com esse nome, a instituição ficou amplamente conhecida [JOKILEHTO, 2011, *op. cit.*]. Com o objetivo de uniformizar os evocativos, a autora se referenciará a essa instituição apenas pelo nome de Iccrom. A sua sede encontra-se na capital italiana.

⁴⁸ UNESCO. Centro Internacional de Estudio de los Problemas Tecnicos de la Conservacion y la Restauracion de los Bienes Culturales. Nova Delhi, 4 Octubre 1956 [DOC. 9C/PRG/10].

com o escopo da Unesco em desenvolver e difundir o conhecimento, tendo métodos modernos de pesquisa científica como base. O centro internacional foi locado em Roma, onde poderia se beneficiar da assistência do ICR e de outras instituições especializadas⁴⁹. Esse foi o segundo órgão consultivo da Unesco de caráter permanente e, desde a sua criação, se envolveu com questões de auxílio internacional a monumentos.

As campanhas de salvação de monumentos e a internacionalização da proteção

Em 1959, os governos da República Árabe Unida e do Sudão solicitaram assistência internacional para a Unesco, com o objetivo de proteger alguns monumentos que estavam ameaçados em virtude da construção da represa Assuã. A resposta veio em 1960, quando foi iniciada a organização de um movimento que teria como objetivo a proteção desses artefatos. Nesse contexto, surgiu a primeira campanha internacional capitaneada por René Maheu, então diretor-geral da Unesco, para salvar os monumentos em Abu Simbel e Filae, região Núbia da República Árabe do Egito, colocando em prática os princípios de responsabilidade internacional compartilhada para proteger os objetos considerados de interesse para a humanidade. Segundo o relatório anual de 1960, a Unesco realizou:

- A] ... Em cooperação com os governos [...], com as autoridades específicas dos Estados-Membros, incluindo comitês nacionais particulares estabelecidos para esse propósito, e com as organizações não governamentais relacionadas, a campanha internacional inaugurada em 08 de março de 1960;
- B] A listagem da colaboração do Comitê de Ação Internacional⁵⁰ para assistir o diretor-geral no desenvolvimento dessa campanha;
- C] O estabelecimento, em consulta ao Comitê de Ação Internacional, de um comitê executivo para aconselhar e opinar sobre a alocação e o emprego dos recursos financeiros coletados, para coordenar e executar os trabalhos;
- D] A continuação do recebimento de ofertas de participação de governos, instituições públicas ou privadas e de indivíduos, transmitindo estas ofertas para os governos da República Árabe Unida e do Sudão, como especificado;
- E] A manutenção e a administração, em acordo com as decisões do conselho executivo, de um fundo para as contribuições financeiras;
- F] A continuação da cessão de assistência financeira ao trabalho do Comitê Internacional de Especialistas⁵¹, estabelecido pelo governo da República Árabe Unida, e ao grupo de especialistas do governo do Sudão;
- G] A manutenção, além dos fundos coletados pela campanha internacional, e com a autorização do conselho executivo, da equipe e dos serviços requeridos para assegurar o sucesso da campanha⁵².

⁴⁹ UNESCO. Records of the General Conference. Ninth Session, New Delhi, 1956. Resolutions, 1957.

⁵⁰ Do original em inglês: *International Action Committee*.

⁵¹ Do original em inglês: *International Committee of Experts*.

⁵² UNESCO. Records of the General Conference. Eleventh Session, Paris, 1960. Resolutions, 1961, p.52.

Essa incursão auxiliou a consolidação da Unesco na proteção do patrimônio cultural pela grande visibilidade e prestígio da intervenção na década de 1960, impulsionando a instituição na expansão das suas atividades nessa área. Isso terminou por gerar uma grande “simpatia à causa” por parte de várias regiões do hemisfério Norte e muitas demandas principalmente de países do hemisfério Sul. Além disso, também encorajou os Estados-Membros a “desenvolverem e aprimorarem as medidas legais de preservação e restauração do patrimônio cultural”, atentando à importância da proteção das paisagens e dos “sítios em contexto”⁵³. Tal preocupação assinalou o interesse na proteção dos monumentos em conjunto com os seus lugares, alargando ainda mais o escopo de preservação da Unesco quanto à dimensão cultural. Esses e outros esforços resultaram na elaboração da Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e da Característica das Paisagens e Sítios, adotada na 31ª sessão plenária da Unesco, em 11 de dezembro de 1962.

Os anos 1960 prosseguiram com a continuação do desenvolvimento de campanhas de proteção e com o incentivo a estudos para subsidiarem a “preparação de instrumentos internacionais e de medidas para a preservação de monumentos, com a salvaguarda dos bens ameaçados por trabalhos públicos ou privados”⁵⁴.

Se no primeiro momento de atuação da Unesco, a proteção de artefatos foi motivada pelos danos do pós-guerra, a partir de 1960, as intervenções voltadas ao desenvolvimento econômico de muitos países – nas quais se incluíam as atividades turísticas e a implementação de infraestrutura urbana – passaram a ser vistas cada vez mais como potenciais ofensoras ao patrimônio. Especialmente nos países em desenvolvimento, à época entendidos como subdesenvolvidos, da América Latina, Ásia e África.

Constatando-se a vulnerabilidade dos objetos e áreas culturais, a necessidade do estabelecimento de um fundo geral de preservação se mostrava latente. Mais uma vez, o documento da conferência geral da Unesco de 1962, novamente ocorrida em Paris, enfatizou a importância do “estudo de medidas para a preservação de monumentos de valor histórico ou artístico por meio do estabelecimento de um fundo internacional ou por quaisquer outras formas apropriadas”⁵⁵. A maior parte dos elementos que se desejava proteger demandava muitos investimentos, como o próprio conselho executivo da Unesco

⁵³ UNESCO. Records of the General Conference. Eleventh Session, Paris, 1960. Resolutions, 1961, p.50.

⁵⁴ UNESCO. Records of the General Conference. Thirteenth Session, Paris, 1964. Resolutions, 1965, p.57.

⁵⁵ UNESCO. Records of the General Conference. Twelfth Session, Paris, 1962. Resolutions, 1963, p.51.

noticiou: “monumentos de interesse mundial quase sempre consistem em extensos e massivos agrupamentos, e o trabalho de preservá-los envolve grandes somas de dinheiro”⁵⁶.

A associação cada vez mais frequente entre os “monumentos de interesse” e os fundos financeiros passou a gerar discordâncias quanto aos exemplares que deveriam receber auxílio internacional. Nesse sentido, é interessante registrar a posição do Departamento Geral de Antiguidades e Museus na Síria⁵⁷, em relação à tendência que a Unesco ia cada vez mais consolidando na sua prática:

Não é razoável [...] confinar tal assistência internacional meramente àqueles monumentos que podem ser relacionados como parte essencial do patrimônio cultural da humanidade, e que são genuinamente de interesse mundial. Nunca houve um tempo que a atenção de cada país não tenha sido direcionada para preservar monumentos desse tipo. O perigo real a ameaçar a humanidade com o empobrecimento do seu legado de monumentos é a tendência geral de proteger poucos e admiráveis exemplares da história arquitetônica de um país e negligenciar os outros. O Departamento Geral de Antiguidades e Museus na Síria está continuamente lutando contra essa tendência, e batalhando contra as pesadas diferenças para reivindicar a tese de que o valor de qualquer obra monumental depende de uma série de monumentos, sejam de data anterior, ou contemporâneos, ou ainda de um período posterior. O patrimônio cultural de qualquer país é um todo completo, e é muito perigoso separá-lo pela imposição de padrões internacionais que dão preferência exclusivamente à salvaguarda de obras-primas. Se um país é conduzido a solicitar assistência para o fundo internacional a fim de salvar os mais reluzentes tesouros entre os seus monumentos, é porque ele julga impossível financiar sua restauração com os seus próprios recursos e, portanto, a *fortiori* não pode pensar sobre os seus outros monumentos, os quais consequentemente terão que ficar fora, a desmoronar e a desaparecer completamente⁵⁸.

Embora a Unesco sempre tenha adotado um discurso enunciado como neutro, de base técnica e científica, à medida que foi se delineado o formato do seu sistema de proteção internacional, as discordâncias sobre os processos de valoração patrimonial se acirravam e a dimensão político-administrativa de algumas escolhas passou a aparecer. Isso ocorria já que a atribuição de valor representava a componente mais crítica do processo de avaliação da “importância” do patrimônio, determinando o auxílio da instituição na preservação. Assim, para muitos países o “selo mundial” passou a ser um fator de restrição à proteção dos seus legados.

⁵⁶ UNESCO/EXECUTIVE BOARD. 65th Session: Study of Measures for the Preservation of Monuments through the Establishment of an International Fund or by any Other Appropriate Means, 1963. p.4 [DOC. 65 EX/9].

⁵⁷ Da tradução em inglês: *General Department of Antiquities and Museums in Syria*.

⁵⁸ UNESCO. Report on Measures for the Preservation of Monuments of Historical or Artistical Value, 1964, p.22 [DOC. 13C/PRG/15. ANNEX II].

Ainda no ano 1964, foi realizado o Segundo Congresso de Arquitetos, Conservadores e Técnicos de Monumentos Históricos⁵⁹, entre 25 e 31 de maio, em Veneza. Os mais notórios frutos desse encontro foram a Carta Internacional para a Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios e a moção de criação do Icomos, que se efetivou no ano seguinte ao evento.

As decisões e resoluções do congresso foram publicadas em um texto composto por 13 documentos, sendo o primeiro deles representado pela conhecida e já referenciada *Carta de Veneza*⁶⁰. Fizeram parte da elaboração desse documento proeminentes figuras como Piero Gazzola, Raymond Lemaire, Mario Matteucci, Roberto Pane, Paul Philippot, Harold Plenderleith, François Sorlin, dentre outros.

Foi na Carta de Veneza que a integridade, tal qual está colocado esse termo, compareceu pela primeira vez em um documento doutrinário de preservação patrimonial. Apesar de só aparecer uma vez, a integridade foi associada aos elementos em ampla escala, conforme mostra o artigo 14 ao afirmar que “os sítios de monumentos devem ser objeto de cuidado especial com o objetivo de salvaguardar a sua integridade e de assegurar que eles estejam claros e apresentados de maneira conveniente”⁶¹.

O segundo documento fruto do congresso referiu-se à Resolução Relativa à Criação de uma Organização Internacional Não-Governamental para Monumentos e Sítios⁶², o Icomos. Segundo descrito, esse organismo se ocuparia da coordenação dos esforços internacionais pela preservação, e da apreciação dos monumentos históricos do patrimônio mundial. Os demais documentos referiram-se à: Resolução Referente ao Ensino da

⁵⁹ Do original em inglês: *Second Congress of Architects, Conservationists and Technicians of Historical Monuments*.

⁶⁰ THE VENICE CHARTER. International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites. Adopted by Icomos in 1965. IInd International Congress of Architects and Technicians of Historic Monuments, Venice, 1964. Segundo Beatriz Mugayar Kühl, a Carta de Veneza foi pautada nos princípios do restauro crítico e em uma releitura da Carta de Atenas de 1931 e da Carta Italiana de Restauração de 1932, que em determinados pontos, avançou mais que esta de 1964 [KÜHL, B.M. *Notas sobre a Carta de Veneza*. In: *Anais do Museu Paulista*. Dez 2010, vol.18, n.2, p.287-320]. É importante destacar que o primeiro documento doutrinário no qual a integridade apareceu foi na carta italiana, ainda que tratada a partir da ação da reintegração. No documento, apontou-se a anástilose como único meio de reunir as partes desmembradas de monumentos antigos, sendo excluídas as possibilidades de complementação ou refazimento. Quanto aos monumentos cujo uso ainda fosse possível, a reintegração total ou parcial deveria limitar-se ao mínimo, segundo o sistema construtivo do objeto e desprovida de ornamentação. Percebe-se que a reintegração sugerida pela Carta Italiana de Restauração não tinha como objetivo devolver o objeto ao estado que ele não mais apresentava, e sim, proporcionar a partir dos remanescentes materiais existentes, certa legibilidade. Para outras informações, consultar PANE, A. *Drafting of the Venice Charter: historical developments in conservation*. 12th Annual Maura Shaffrey Memorial Lecture [Dublin, 10 June 2010]: Dublin, Icomos Ireland, 2011.

⁶¹ THE VENICE CHARTER, 1964, *op. cit.*, p.3

⁶² Do original em inglês: *Resolution Concerning the Creation of an International Non-Governmental Organisation for Monuments and Sites*.

Preservação e Restauração de Monumentos [Documento 3], Resolução Referente à Publicação em uma Revista Internacional de Teoria, Técnica e Legislação Relativa à Preservação e Restauração de Monumentos [Documento 4], Resolução Referente à Publicação de Descobertas Feitas durante Obras de Restauração [Documento 5], Resolução Referente à Aderência de Países ao Iccrom [Documento 6], Moção Relativa à Republicação do “Manual de Restauração - Laboratórios e Workshops” e a Criação de um Comitê Coordenado para o Estudo de Deterioração da Pedra [Documento 7], Moção Relativa à Proteção e Reabilitação de Centros Históricos [Documento 8], Moção Relativa à Distribuição de Textos de Leis para a Salvaguarda de Monumentos e de Sítios Históricos [Documento 9], Moção Relativa à Contribuição de Grandes Obras Modernas ao Conhecimento de Antigas Civilizações [Documento 10], Resolução Referente à Necessidade de Tomar Ações Internacionais para Financiar a Salvaguarda de Monumentos [Documento 11], Moção Relativa à Adoção de uma Política Financeira para Promover o Interesse às Casas Históricas [Documento 12] e Resolução Referente à Preservação da “*Maison du Peuple*” em Bruxelas [Documento 13]⁶³.

Embora a discussão e a aprovação da criação do Icomos tenha se dado durante o evento veneziano, já no evento anterior a esse – no primeiro congresso internacional ocorrido em Paris, no ano 1957 – havia sido recomendado o estabelecimento de uma assembleia de arquitetos e especialistas em edifícios históricos provenientes de diversos países. A moção de Veneza foi então um catalisador de diversas intenções que já pairavam no ar há alguns anos.

O desejo de criar o Icomos foi ratificado em 1961, por uma declaração emitida pelo Iccrom. Durante os anos anteriores ao Congresso de Veneza, apoiadores dessa proposta promoveram seus objetivos e princípios entre profissionais na Europa, Estados Unidos, Brasil, México, Japão e Índia. Rapidamente a necessidade do Icomos foi reconhecida de um lado a outro no mundo, e principalmente nos países europeus, onde o impacto seria indiscutível. Tendo isso

⁶³ Dos originais em inglês: *Resolution Concerning the Teaching of Preservation and Restoration of Monuments* [Document 3]; *Resolution Concerning the Publication of an International Magazine of Theory, Technique and Legislation Concerning the Preservation and the Restoration of Monuments* [Document 4]; *Resolution Concerning the Publication of Discoveries Made During Restoration Work* [Document 5]; *Resolution Concerning the Adherence of the Countries to the International Centre for the Study of the Preservation and the Restoration of Cultural Property* [Document 6]; *Motion Concerning the Re-Publication of the “Directory of Restoration Laboratories and Workshops” and the Creation of a Co-Ordinating Committee for the Study of Deterioration of Stone* [Document 7]; *Motion Concerning Protection and Rehabilitation of Historic Centres* [Document 8]; *Motion Concerning the Distribution of Text of the Laws for Safeguarding Monuments and Historic Sites* [Document 9]; *Motion Concerning the Contribution of Modern Big Works to the Knowledge of Ancient Civilisations* [Document 10]; *Resolution Concerning the Necessity of Taking International Action for Financing the Safeguarding of Monuments* [Document 11]; *Motion Concerning the Adoption of a Financial Policy to Further the Interests of Historic Houses* [Document 12] e *Resolution Concerning the Preservation of the “Maison du Peuple” in Brussels* [Document 13].

em vista, as recomendações relacionadas ao Icomos e à criação do seu primeiro comitê em Veneza foi uma mera formalidade⁶⁴.

Segundo a Unesco, a ideia de criação de uma organização internacional de monumentos partiu dessa própria instituição, sob sugestão do Comitê Internacional de Monumentos, Sítios Artísticos e Históricos, e Escavações Arqueológicas, que se reuniu em sua nona sessão parisiense, em 22 de maio de 1964, três dias antes do evento em Veneza, para dar formato ao modelo desejado para esse novo organismo. Assim, quatro membros desse comitê e dois oficiais da secretaria da Unesco participaram do congresso, aprovando o estabelecimento de uma organização não-governamental “baseada nos estatutos delineados por esse secretariado”⁶⁵.

A proposta apresentada foi votada pelos 622 participantes do congresso veneziano, tendo sido aprovada em seus termos. Entretanto, polêmica foi a decisão de confiar à Polônia a organização da primeira assembleia geral do Icomos que aconteceria em junho de 1965, cabendo ao arquiteto e engenheiro Piero Gazzola – nomeado o promotor-chefe do recém-criado órgão – obter consenso entre os participantes sobre essa questão⁶⁶. Apesar das resistências, essa proposta foi aprovada e o encontro ocorreu posteriormente nas cidades de Cracóvia e de Varsóvia.

O comitê de organização do Icomos foi composto por representantes da Síria, Estados Unidos, Áustria, Nigéria, Romênia, Índia, Dinamarca, Tchecoslováquia, Peru, México, Japão, União Soviética, Grécia, Tunísia, Iugoslávia, República Árabe Unida e República Federal Alemã, enquanto que o bureau foi formado por especialistas internacionais reconhecidos pela atuação na proteção de monumentos. Eram eles: Lord Euston [Reino Unido], Raymond Lemaire [Bélgica], A.M. Almagro [Espanha], S. Laurentz [Polônia], A. Schimid [Suíça], J. Sonnier [Suíça], Piero Gazzola [Itália], sendo Gulielmo de Angeles d’ Ossat [Itália] eleito responsável pela coordenação.

Assim, a fundação oficial desse órgão ocorreu durante a referida assembleia em 1965, elegendo Piero Gazzola como presidente. Conta Beatriz Mugayar Kühl que...

O Icomos foi bem acolhido por René Maheu, então diretor-geral da Unesco, e imediatamente admitido como organização de consultoria e colaboração, categoria

⁶⁴ ICOMOS. The First General Assembly of Icomos - 1965. Cracow, Poland. “Regulations, by-laws and national committees” [Aleksandra Zaryn], 1965, p.3.

⁶⁵ UNESCO. Report by the Director-General on the Activities of the Organization. Item 8.2 of the Provisional Agenda. Paris, 21 August 1964, p. 42 [DOC. 13C/3].

⁶⁶ ICOMOS. The First General Assembly of Icomos - 1965. Cracow, Poland. “Regulations, by-laws and national committees” [Aleksandra Zaryn], 1965.

B; dois anos mais tarde, passou à categoria A. No que se refere a aspectos operacionais, um apoio significativo veio do Ministro da Cultura da França, André Malraux, que ofereceu uma sede em Paris e apoio financeiro regular para o secretariado⁶⁷.

Tanto o Iccrom, quanto o Icomos, foram estabelecidos com base no Icom – cuja missão e propósito centrais eram promover a conservação do patrimônio cultural mundial, tangível e intangível e comunicação com a sociedade – conforme o seu estatuto de fundação de 1946. Além disso, o Icom visou estabelecer padrões profissionais e éticos para as atividades de museus, elaborando recomendações nesses assuntos, realizando treinamentos e elevando a consciência pública sobre a cultura por meio de redes de trabalho mundiais e programas de cooperação⁶⁸.

A partir dessa inserção, o Icomos tornou-se um dos maiores contribuintes no desenvolvimento do que se tornou a Convenção do Patrimônio Mundial, seja por prover especialistas à Unesco, ou por enviar representantes para participar dos encontros dessa instituição. Além disso, os fóruns regularmente promovidos pelo Icomos fomentavam os debates que se desenvolviam em torno dos assuntos contemporâneos àquele momento. Assim, com o surgimento desse organismo, as reflexões em torno da formação do sistema internacional de preservação tomaram um maior impulso, embora as divergências de opiniões sobre assuntos estruturais a ele ainda se mantivessem em curso.

Segundo o relatório da conferência geral da Unesco de 1966, esse sistema funcionaria a partir dos requerimentos dos Estados-Membros, voltando-se para os poucos monumentos julgados como parte integral do patrimônio cultural da humanidade. Esse formato de auxílio de preservação foi bastante influenciado pela experiência desenvolvida desde 1960, com a campanha de salvamento dos monumentos núbios, e ratificado com a atuação da Unesco nas cidades de Florença e Veneza.

Em 1966, durante as enchentes nas porções Central e Norte da Itália, essa instituição foi acionada em virtude das grandes quantidades de perda de vida, e de danos materiais, tendo atuado por meio da mobilização pública e privada em prol da captação de recursos financeiros, de materiais e de especialistas. Assim, deu-se início à Campanha Internacional para a Restauração do Patrimônio Cultural Danificado pelas Enchentes em

⁶⁷ KÜHL, 2010, *op. cit.*, p.290.

⁶⁸ ICOM. The International Council of Museums Constitution. Paris, 18 November 1946.

Florença e Veneza⁶⁹. Entendia-se que essas cidades abrigavam edifícios de notórios valores, e, portanto, de interesse para a humanidade.

No mesmo período, a Organização dos Estados Americanos lançou as *Normas de Quito*⁷⁰, documento doutrinário voltado à preservação e utilização de monumentos e sítios, com ênfase no aproveitamento econômico por atividades turísticas. Juntamente ao crescente interesse do patrimônio em uma escala mais ampliada, tais normas destacaram-se por associar a preservação a planos regulatórios que buscassem integrar as áreas históricas ao restante do tecido urbano. O zoneamento se constituiu em uma questão fundamental nesse documento, frisando que a legislação de proteção deveria variar segundo os seguintes limites: zona rigorosamente protegida, local de maior densidade monumental ou de interesse; zona de proteção ou de respeito, local com um maior grau de tolerância para intervenções; e zona de proteção da paisagem urbana, local que deveria ser integrado às áreas envoltórias naturais. Além disso, as normas evidenciaram o papel dos recursos financeiros nas atividades de preservação patrimonial, dando eco às preocupações da Unesco que cada vez mais buscava ampliar o seu raio de atuação mundial.

Assim, ao fim da década de 1960, o tema dos significados universais tomava cada vez mais corpo dentro das atividades de fomento da cultura local de diversos países. No âmbito dos Estudos Culturais da Unesco, estabeleceram-se alguns objetivos em 1968:

1. Facilitar a coleta, no nível local, de elementos de informação e de sugestões para contribuir no desenvolvimento da segunda parte do estudo internacional sobre as principais tendências de pesquisa nas ciências sociais e humanas;
2. Assistir a apresentação dos valores tradicionais e presentes das suas culturas com vistas a facilitar a compreensão dos mesmos nos níveis nacional e internacional;
3. Aprofundar o conhecimento das culturas com vistas a salientar a significância de cada uma delas e desenvolver uma apreciação dos valores das culturas estrangeiras com objetivo de fomentar uma melhor compreensão internacional...⁷¹

⁶⁹ Do original em inglês: *International Campaign for the Restoration of Cultural Property Damaged by Floods in Florence and Venice*.

⁷⁰ NORMS OF QUITO. Final Report of the Meeting on the Preservation and Utilization of Monuments and Sites of Artistic and historical Value held in Quito, Ecuador, sponsored by the Organization of American States, from November 29 to December 2, 1967.

⁷¹ UNESCO. Records of the General Conference. Fifteenth Session, Paris, 1968. Volume I. Resolutions, 1969, p.46-47. Nesse ano, os registros da conferência geral passaram a ser produzidos em quatro volumes. O referido volume continha as Resoluções adotadas e a lista de oficiais da conferência geral e das comissões e comitês [Volume I]; o volume Reports apresentava os relatórios da Comissão do Programa, da Comissão Administrativa e do Comitê Legal [Volume II]; o volume *Proceedings* mostrava os registros verbatim dos encontros da plenária e a lista de participantes [Volume III]; o volume Index elencava o índice de assuntos de toda a documentação da conferência [incluindo os documentos de trabalho que não são constantes nos registros], um índice dos palestrantes nos encontros plenários, o cronograma dos encontros e a lista de documentos [Volume IV].

O debate em torno do reconhecimento de um conjunto de valores entendidos como “estrangeiros” estava em voga nesse período, sendo reforçado pelo grande movimento de descolonização de muitos países, o que terminou por fomentar os estudos sobre os significados culturais.

Naquele momento, a Unesco vinha realizando uma série de encontros que resultavam na elaboração de documentos de trabalho que pudessem embasar o seu plano de atuação institucional no âmbito do patrimônio. Cabe destaque ao texto elaborado pelo professor da Università di Roma, Gulielmo de Angeles d’ Ossat, intitulado *The Scientific Concepts on which the Protection and Presentation of Monuments and Sites is Based*⁷².

No documento, os monumentos foram definidos como algo que levaria para a posteridade a memória de eventos ou de personagens famosos, considerando o seu sentido etimológico. Figurativamente, representavam qualquer evidência material da história cultural, independentemente do propósito que tenha impulsionado a sua criação. Entretanto, o termo monumento, ou monumento histórico, era comumente utilizado para designar objetos imóveis, particularmente obras arquitetônicas, independente da sua natureza comemorativa. O significado do termo monumento histórico, por sua vez, tinha se tornado tão amplo, que segundo Gulielmo de Angeles d’ Ossat, era difícil fazê-lo coincidir com todos os objetos que deveriam ser protegidos.

Já os sítios, se reportavam a “qualquer localidade, natural ou obra humana, cuja autenticidade e importância, particularmente dos pontos de vista estético, histórico, etnográfico, científico, literário ou lendário, justificam a sua proteção e apresentação”⁷³. Esta definição foi baseada na recomendação da paisagem e sítios adotada pela Unesco em 1962, cobrindo além das áreas naturais e as feitas pelo engenho humano, as compostas. Os sítios naturais correspondiam aos fenômenos excepcionalmente pitorescos, como rochas, cachoeiras, cavernas, ravinas, formações geológicas ou paleontológicas, diferentes árvores, e reservas de fauna e flora. Ou ainda a características destacadas da paisagem terrestre, tomadas como um todo, ou vistas de belvederes públicos, por exemplo.

Segundo o referido documento, os sítios feitos pelo homem, de todos os tipos, poderiam ser designados como localidades históricas, já que os mesmos eram entendidos como registros temporais de várias civilizações. Entretanto, por mais modestos que

⁷² Este texto está registrado em UNESCO. Meeting of Experts to Coordinate with a View to their International Adoption, the Principles and Scientific, Technical and Legal Criteria Which Would Make it Possible to Establish an Effective System for the Protection of Monuments and Sites. Paris, 26 February - 2 March 1968, p.3-4 [DOC. SHC/CS/27/3].

⁷³ UNESCO, 1968, *op. cit.*, p.4 [DOC. SHC/CS/27/3].

pudessem ser, os “sítios humanos” que tivessem adquirido importância cultural ao longo do tempo deveriam ser protegidos, não pela presença de monumentos, mas pelo significado para as comunidades ligadas a ele.

Nesse texto, Gulielmo de Angeles d’ Ossat enfocou que era impossível agrupar localidades históricas em diferentes categorias – pela variedade das suas formas – do modo em que fizeram quanto ao patrimônio natural. Consequentemente, considerou inútil estabelecer uma classificação baseada na homogeneidade dos aspectos urbanos, uma vez que o valor de alguns lugares poderia aumentar devido às sucessivas modificações que os mesmos passassem. Assim, defendeu que tal uniformidade era equivalente à unidade de estilos dos monumentos, um conceito que considerou, naquele momento, obsoleto e contrário à história⁷⁴.

Por fim, os sítios compostos eram formados pelos ambientes naturais marcados pela presença e pelos poderes criativos do homem, como era o caso dos sítios naturais dotados de grupos de edifícios, fazendas, ambientes naturais de cidades, de vilas e de monumentos isolados, sítios arqueológicos e etnográficos, dentre outros.

O início da disputa: cultura versus natureza

Dentro do vasto conjunto de publicações das conferências gerais da Unesco até o momento narrado, o assunto de maior recorrência dentro dos temas culturais foi o

⁷⁴ Ainda que desde a década de 1960, já tivessem sido registradas posições contrárias à homogeneidade do espaço como condição qualificadora do mesmo, essa tendência permaneceu dominante por mais de trinta anos de forma contundente. A Carta de Granada, referente à Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Arquitetônico da Europa, apresentou no ano 1990, a seguinte definição para os seus objetos ou áreas tuteladas: “Monumentos: construções particularmente notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, incluindo as instalações ou os elementos decorativos; Conjuntos arquitetônicos: agrupamentos homogêneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para ser objeto de uma delimitação topográfica; Sítios: obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogêneos para ser objeto de uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico” [CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO ARQUITECTÓNICO DA EUROPA. A Assembleia da República resolve, nos termos dos artigos 164.º, alínea j, e 169.º, n.º 5, da Constituição, aprovar, para ratificação, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Arquitectónico da Europa, assinada em Granada, a 3 de Outubro de 1985, cujo texto original, em inglês e francês, e a respectiva tradução em português seguem em anexo. Aprovada em 16 de Outubro de 1990. O Presidente da Assembleia da República, Vítor Pereira Crespo, 1990, p.2]. Por mais que o patrimônio arquitetônico fizesse parte de categorias de artefatos em uma escala ampliada, indo além dos monumentos exclusivos, a característica da homogeneidade continuava a constituir um critério de delimitação de conjuntos ou sítios. Na maior parte dos casos, o estado homogêneo era definido pela uniformidade estilística e pela forma de implantação do edifício no solo, reduzindo o elemento íntegro a um estado de repetição formal, muito embora já houvesse vozes sugerindo o contrário desde os anos 1960.

estabelecimento de uma convenção que organizasse o funcionamento de um sistema internacional de proteção, como já foi anteriormente delineado. Tais esforços também se revelaram nos encontros dedicados especificamente ao tratamento desse tópico. De 26 de fevereiro a 02 de março de 1968 e entre 21 e 25 de julho de 1969, ocorreram dois eventos sequenciais de especialistas, promovidos pela Unesco, para debater sobre a preservação dos monumentos, grupos de edifícios e sítios de interesse universal. Nas ocasiões, foi discutida a adoção internacional de um documento contendo os princípios e critérios científicos, técnicos e legais aplicáveis à proteção desses entes imóveis.

Apesar da proposição dos sítios “humanos”, naturais e compostos de 1968 ao lado dos monumentos e dos grupos de edifícios, os encaminhamentos da construção do sistema de proteção do patrimônio mundial da Unesco apontavam exclusivamente para o âmbito cultural. Percebe-se então que muitas das reflexões oriundas dos fóruns promovidos pela própria instituição não encontravam eco nas definições que iam se estabelecendo na direção da constituição da futura convenção, nem nos eventos subsequentes.

Do encontro de 1969, participaram especialistas da Áustria, Bélgica, Tchecoslováquia, França, Gana, Índia, Holanda, Peru, Polônia, Espanha, Tunísia, Reino Unido e Estados Unidos. Na ocasião, foi noticiado que havia uma atmosfera de otimismo e confiança na futura proteção do patrimônio cultural mundial, uma vez que o encontro se iniciou “oito horas após os astronautas do Apollo 11 terem pousado na lua, e os participantes expressaram as suas entusiásticas admirações por aquela exploração, referindo-se às imensas possibilidades que se abriram para a pesquisa tecnológica e científica”. Grande atenção foi dada à terminologia proposta nos documentos de trabalho, em intenção de “padronização e de definição de significados de forma exata e ampla”⁷⁵. A terminologia, além de estabelecer o léxico patrimonial da Unesco, teve como propósito circunscrever a área de atuação da instituição quanto às atividades de preservação.

A] O termo *monumentos* designa obras arquitetônicas de interesse histórico, arqueológico ou artístico;

B] Os termos *sítios urbanos* e *sítios rurais* usados na Recomendação sobre a Salvaguarda da Beleza e da Característica das Paisagens e Sítios de 1962 correspondem convenientemente a “grupos e áreas históricas e artísticas”. Estes são conjuntos de edifícios isolados ou agrupados que, em virtude de suas arquiteturas, sua homogeneidade ou sua integração na paisagem, são tais que criam uma atmosfera que deve ser preservada em sua inteireza;

C] Os termos *sítios* e *paisagens* são adequados para descrever ambientes criados pela natureza ou pelo homem. Sua extensão ou homogeneidade, e frequentemente

⁷⁵ UNESCO. Meeting of Experts to Establish an International System for the Protection of Monuments, Groups of Buildings and Sites of Universal Interest. Paris, 21-25 July 1969. Final Report, 1969, p.6 [DOC. SHC/MD/4].

seus valores artístico, estético ou etnográfico, ou suas associações à história, à literatura ou às lendas fazem a sua proteção e o seu desenvolvimento imperativos;
 D] Com referência às provisões da Recomendação de Princípios Internacionais Aplicáveis às Escavações Arqueológicas de 1956, *sítios arqueológicos* são áreas nas quais traços humanos de civilizações foram ou podem ser descobertos;
 E] O termo *sítios científicos* pode ser aplicado para áreas amplamente diferentes, nas quais os remanescentes que foram ou que possam ser descobertos, interessem a várias ciências;
 F] Finalmente, diversos outros termos parecem inapropriados e, portanto não devem mais ser usados, como por exemplo, *sítios naturais* ou *sítios mistos*, uma vez que os mesmos não correspondem a um conceito comum em todos os Estados, e não adicionam nada à ideia de *sítios urbanos* e de *sítios rurais*⁷⁶.

Dois aspectos merecem ser destacados nesse excerto. O primeiro se reporta à exortação à preservação dos sítios em sua inteireza, ainda que essa seja caracterizada por extensões formalmente homogêneas, tal qual definido pelo conceito de integridade, adotado anos após. O segundo ponto diz respeito à recusa do uso de “sítios naturais ou mistos” nesse elenco de termos, apenas adotando as terminologias que eram, evidentemente, mais afeitas à dimensão cultural do patrimônio.

O desejo de normalização internacional da Unesco, Icomos, Iccrom, dentre outros, também foi fortemente defendido como meio de nivelar “os propósitos legislativos e administrativos nas ações de preservação ao redor do mundo”⁷⁷. Defendia-se que padronizar os termos para descrever em que consistia cada um dos itens do patrimônio, facilitaria o trabalho de preservação em todos os países e tornaria mais simples a preparação de convenções, recomendações, cartas e similares documentos internacionais por parte das instituições.

Outro aspecto que é interessante pontuar, diz respeito à forma de atuação da Unesco em relação à proteção dos artefatos em uma escala mundial. O referenciado relatório de 1969 apontava que a determinação institucional de quais monumentos, grupos de edifícios e sítios seriam de valor e de interesse universal encontraria muitas dificuldades, uma vez que poderia fazer emergir conflitos entre as autoridades internacionais e os Estados, no que opiniões divergentes fossem expressas. Assim, os trabalhos conduzidos até então apontavam que cada Estado deveria julgar a importância do seu patrimônio, sendo preferível deixar que a assistência internacional apenas se voltasse aos casos em que importantes elementos estivessem em risco por perigo ou negligência, não tendo o país, condições de garantir a sua proteção efetiva. Essa proposta visava o estabelecimento de

⁷⁶ UNESCO, 1969, *op. cit.*, p.10 [DOC. SHC/MD/4].

⁷⁷ UNESCO. Meeting of Experts to Co-ordinate, with a View to their International Adoption, Principles and Scientific, Technical, and Legal Criteria Applicable to the Protection of Cultural Property, Monuments and Sites. Paris, 26 February-2 March 1968. Final Report, 1968, p.10 [DOC. SHC/CS/27/8].

uma “autoridade de proteção internacional”⁷⁸, segundo os próprios termos do documento. Essa autoridade se responsabilizaria por avaliar as medidas de proteção necessárias aos objetos e áreas, sendo constituída por um corpo executivo permanente, por um comitê consultivo, por organizações governamentais e não governamentais relacionadas ao patrimônio, e por um fundo dos monumentos que deveria ser instituído.

Com isso, foi estabelecida a ideia dessa linha de atuação da Unesco como uma “Cruz Vermelha para Monumentos, Grupos de Edifícios e Sítios de Valor Universal” em perigo iminente. Considerava-se que se a expressão “Cruz Vermelha em Tempos de Guerra”⁷⁹, utilizada para designar a tutela dos monumentos pela Convenção de Haia, também seria adequada para remeter à salvaguarda do patrimônio em momentos de paz.

Foi então ratificada a posição que a Unesco vinha adotando até o momento de que “não seria aconselhável estabelecer um ‘registro internacional’ ” por meio da determinação exógena de quais elementos culturais seriam de interesse de salvaguarda em cada país. A instituição teria como principal atribuição, promover campanhas e prover assistência internacional ao patrimônio em casos necessários, formando então uma lista dos artefatos que tivessem sido “salvos pelo sistema de proteção internacional”, mostrando os “esforços feitos e dando exemplos que pudessem servir como precedentes para ações futuras”⁸⁰.

A síntese desses dois anos de discussão foram apresentadas na conferência geral da Unesco de 1970, quando o diretor-geral René Maheu teve aprovado em assembleia, o estudo preliminar sobre a adoção de um instrumento internacional para a proteção do patrimônio de valor universal, em relação ao qual os participantes da plenária:

1. Consideraram desejável que instrumentos internacionais fossem preparados para esses efeitos;
2. Decidiram apoiar o diretor-geral na definição de uma convenção internacional e de uma recomendação aos Estados-Membros dentro do disposto no artigo 4, parágrafo 4 da Constituição [da Unesco];
3. Convidaram o diretor-geral a convocar o comitê especial previsto no artigo 10, parágrafo 4, das regras de procedimento mencionadas, que será confiado a examinar e finalizar os estudos elaborados pelo diretor-geral com a previsão de submissão à 17ª Sessão da Conferência Geral em 1972⁸¹.

⁷⁸ UNESCO, 1969, *op. cit.*, p.16 [DOC. SHC/MD/4].

⁷⁹ UNESCO. General Conference. Sixteenth Session, Paris, 31 July 1970. Desirability of Adopting an International Instrument for the Protection of Monuments and Sites of Universal Value, 1970, p.5 [DOC. 16C/19, ANNEX].

⁸⁰ UNESCO, 1970, *op. cit.*, p.6 [DOC. 16C/19, ANNEX].

⁸¹ UNESCO. Records of the General Conference. Sixteenth Session, Paris, 12 October to 14 November 1970. Volume I. Resolutions, 1971, p.55.

As investidas e os investimentos estadunidenses

Durante os debates em torno na estruturação da convenção em 1970, os Estados Unidos tiveram um relevante papel na redefinição do modo pelo qual atuação na Unesco no âmbito do patrimônio estava sendo planejada, alterando parte do curso dos planos até então desenvolvidos. Tais modificações se reportavam à inclusão do patrimônio natural no escopo de proteção com o mesmo peso que tinha a esfera cultural, e ao estabelecimento de listas de proteção, segundo critérios estabelecidos pelo próprio organismo.

De acordo com o novo documento que apresentava as regulações internacionais propostas para a proteção dos monumentos, grupos de edifícios e sítios⁸², os Estados Unidos vinham apoiando o esforço internacional de preservar e restaurar o patrimônio de valor universal no mundo, e as maiores evidências disso eram expressas pelas vultosas contribuições financeiras concedidas pelo país e pela assistência dada por especialistas do governo estadunidense. Paralelamente aos debates da Unesco em torno da organização do sistema de proteção do patrimônio em escala mundial, os Estados Unidos vinham gestando uma ideia surgida há anos atrás, precisamente em 1965.

O ano 1965 foi considerado o “Ano de Cooperação Internacional” em virtude das comemorações do vigésimo aniversário da ONU. Naquele tempo, o então presidente dos Estados Unidos, Lyndon B. Johnson, promoveu uma conferência na Casa Branca sobre cooperação internacional, da qual participaram “mais de 30 grupos de trabalho”⁸³. Dentre eles, estiveram o Comitê de Conservação e Desenvolvimento de Recursos Naturais⁸⁴, presidido por Joseph Fisher, e a Conservation Foundation, capitaneada por Russell Train. Esses personagens foram responsáveis pela sugestão de criação de um *trust*⁸⁵ para o patrimônio mundial com o objetivo de estimular os “esforços internacionais cooperados para identificar, estabelecer, desenvolver e gerir as maravilhas naturais e cênicas do mundo, além das áreas e sítios históricos para o benefício de todos os cidadãos presentes e

⁸² UNESCO. International Regulations for the Protection of Monuments, Groups of Buildings and Sites. Paris, 21 February 1972. Final Report [DOC. SHC/MD/18, 1972].

⁸³ STOTT, P.H. *The World Heritage Convention and the National Park Service, 1962–1972*. In: *The George Wright Forum*. Vol. 28, N. 3, 2011 [p.279-290], p.283.

⁸⁴ Do original em inglês: *Committee on Natural Resources Conservation and Development*.

⁸⁵ A noção de *trust* pertenceu à linguagem da filantropia anglo-americana e se referia à natureza voluntária das contribuições que seriam solicitadas por esse fundo. Pela falta de uma palavra em português que remeta ao sentido dado a ela na língua inglesa, preferiu-se manter o vocábulo em seu idioma de origem.

futuros”⁸⁶. O *trust* seria então voltado para a proteção dos elementos culturais e naturais, apesar da ênfase nessa segunda esfera.

A despeito do grande ânimo do governo estadunidense quanto ao *trust*, o mesmo não repercutiu durante muitos anos devido ao desinteresse de organizações internacionais. Tempos depois, o plano foi relançado com a mobilização do Presidente Richard M. Nixon em prol da divulgação dessa ideia. Em declaração enviada ao congresso nacional, em 08 de fevereiro de 1971, defendeu:

Como os Estados Unidos se aproximam da celebração do centenário, em 1972, do estabelecimento do Parque Nacional de Yellowstone, seria apropriado marcar esse evento histórico com uma iniciativa internacional no campo geral dos parques. Yellowstone é o primeiro parque nacional criado no mundo moderno, e esse conceito representou uma grande contribuição ao mundo da cultura. Sistemas similares agora são estabelecidos ao redor do mundo. As Nações Unidas listam mais de 1.200 parques em 93 nações.

O conceito de parque nacional é baseado no reconhecimento de que certas áreas de significância natural, histórica ou cultural têm características únicas e excepcionais que devem ser tratadas como pertencentes à nação como um todo, como parte do patrimônio da nação.

Seria adequado que em 1972, as nações do mundo concordassem com o princípio que existem certas áreas de singular valor mundial que deveriam ser tratadas como parte do patrimônio da humanidade e de acordo com um reconhecimento especial por parte de um *Trust* do Patrimônio Mundial⁸⁷. Tal acordo não imporá limitações à soberania daquelas nações que escolhessem participar, mas estenderia um reconhecimento internacional especial às áreas que qualificam, tornando disponível a assistência técnica, entre outras, onde fosse apropriado para prover proteção e gestão. Eu acredito que tal iniciativa adiciona uma nova dimensão à cooperação internacional.

Eu estou direcionando a Secretária do Interior⁸⁸, em coordenação com o Conselho de Qualidade Ambiental⁸⁹, sob a orientação quanto à política estrangeira da Secretária do Estado⁹⁰, a desenvolver iniciativas para o estudo dos objetivos do *Trust* do Patrimônio Mundial.

Confrontados com as pressões da população e do desenvolvimento, e com a tremenda capacidade do mundo em realizar modificações ambientais, nós devemos agir conjuntamente agora para salvar, para as futuras gerações, as mais excepcionais áreas naturais, assim como os lugares de valor histórico, arqueológico, arquitetônico e cultural únicos para a humanidade⁹¹.

Tal proposta pode ser entendida como uma combinação judiciosa de diplomacia e incentivo financeiro, entretanto, não seguiu adiante mais uma vez. E não foi à toa que a

⁸⁶ NATIONAL CITIZENS' COMMISSION. "Report of the Committee on Natural Resources Conservation and Development," White House Conference on International Cooperation, November 28 - December 1, 1965 *apud* STOTT, 2011, *op. cit.*, p.283.

⁸⁷ Do original em inglês: *World Heritage Trust*.

⁸⁸ Do original em inglês: *Secretary of the Interior*.

⁸⁹ Do original em inglês: *Council on Environmental Quality*.

⁹⁰ Do original em inglês: *Secretary of State*.

⁹¹ Pronunciamento oficial disponível em presidency.ucsb.edu/ws/?pid=3294. Acesso: 26 de dezembro de 2015.

ideia de excepcionalidade apareceu pela primeira vez neste trabalho a partir do pronunciamento de um membro do governo estadunidense, o que será abordado adiante.

O projeto do *Trust* do Patrimônio Mundial foi formalmente desenvolvido no encontro do grupo de trabalho estabelecido para tanto, ocorrido em setembro de 1970, Nova York, e incluía as áreas naturais, culturais e históricas, cujo financiamento se daria por fontes voluntárias. Esse organismo funcionaria como uma espécie de “sistema de suporte à preservação de sítios históricos ou naturais em países pobres por meio das contribuições de países ricos”⁹².

No período, chegou-se ainda a cogitar que o *Trust* do Patrimônio Mundial fosse transformado em um órgão da Unesco, com o programa de atividades para as áreas naturais realizado em parceria com a IUCN. O Icomos, por sua vez, teria um papel semelhante para as áreas culturais. Entretanto, essa proposta também não foi adotada.

O forte envolvimento e engajamento do governo dos Estados Unidos em causas ambientais provavelmente foi uma das estratégias para reformular a imagem internacional do país dos fins da década de 1960 a meados da década de 1970⁹³. A guerra do Vietnã [1955-1975] havia se tornado um espetáculo global travado entre aparatos bélicos contra humanos e contra a natureza, afetando profundamente a reputação estadunidense. Desse modo, a administração do Presidente Richard M. Nixon, a fim de abrandar os ânimos domésticos e internacionais, tornou as políticas ambientais uma prioridade de governo.

Em 1971 – momento do anúncio da importante conferência da ONU em Estocolmo para o ano 1972 – as delegações dos países participantes começaram a formular as propostas a serem apresentadas durante o evento. À coordenação da delegação dos Estados Unidos, ficou Russell Train, que decidiu apresentar como contribuição estadunidense, uma nova versão do *Trust* do Patrimônio Mundial de 1965. Então, naquele momento, haviam emergido paralelamente três propostas de origens distintas, mas com escopos semelhantes para o sistema internacional de proteção: o *trust* do governo estadunidense, a Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco e a Fundação do Patrimônio Mundial da IUCN e da FAO⁹⁴.

Naquela época, as divisões de atividades culturais da Unesco, guiadas por uma visão humanista maniqueísta, entendiam a cultura e a natureza como entidades mutuamente

⁹² KOWALSKI, 2011, *op cit.*, p.75.

⁹³ KOWALSKI, 2011, *op cit.*, p.75.

⁹⁴ BATISSE, M.; BOLLA, G. *L'invention du «patrimoine mondial»*. Paris: AAFU, 2003.

excludentes. Na direção oposta, a IUCN mostrava uma postura radical, reduzindo a cultura a uma não entidade com o objetivo de ressaltar a especificidade da sua atuação no âmbito natural. Nesse contexto, a posição da delegação estadunidense era contrária às propostas da Unesco e da IUCN, sugerindo a adoção de um instrumento internacional único e equilibrado de proteção à cultura e à natureza ao mesmo tempo.

Quando o comitê preparatório da referida convenção da ONU solicitou que a Unesco apresentasse a sua versão do instrumento para a proteção do patrimônio mundial, a delegação dos Estados Unidos produziu a sua própria convenção antevendo a nova rodada de negociações que se abriria durante o evento. Compreendendo que possivelmente a Unesco seria o órgão responsável por estabelecer esse sistema de proteção internacional, os estadunidenses solicitaram que a sua convenção fosse mesclada à da Unesco. Como há décadas esse país representava um grande contribuinte financeiro às atividades “unesquianas” e aos países por elas assistidos, ele tinha por isso alguns privilégios especiais. Um exemplo dessa dinâmica pode ser verificado em um fato ocorrido durante a campanha para o salvamento dos monumentos núbios. Na ocasião em que a Unesco arrecadou US\$ 80.000.000,00 em prol da salvaguarda desses edifícios, a administração do Presidente John F. Kennedy [1961-1963] recebeu de “presente”, como compensação do seu suporte financeiro, um edifício pertencente à República Árabe do Egito – o Templo de Dendur – reconstruído no Metropolitan Museum em 1967. É interessante registrar que isso ocorreu em um momento no qual já se defendia a permanência dos monumentos em seu local de origem, evitando o seu desmantelamento que frequentemente incorria na perda de significados culturais.

A Unesco contou então com a generosa assistência dos Estados Unidos no salvamento dos monumentos egípcios durante décadas, conforme informou o Documento 18C/122, elaborado por essa instituição em 20 de novembro de 1974.

O delegado do Governo dos Estados Unidos da América anunciou uma contribuição adicional de US\$ 1.000.000,00 para a salvaguarda dos templos de Filae e os trabalhos de complementação feitos pelo Departamento para a Proteção e Salvaguarda do Patrimônio da Humanidade⁹⁵. A Comissão acolheu essa generosa contribuição e o Presidente da Comissão, o delegado da República Árabe do Egito, junto a um número de delegações, expressou os seus agradecimentos ao Governo dos Estados Unidos da América... O Diretor-Geral expressou a sua gratidão à comunidade mundial pela generosa resposta aos seus apelos para a salvaguarda dos monumentos... Ele agradeceu à delegação dos Estados Unidos... Essa contribuição e os fundos das fontes privadas de recursos

⁹⁵ Do original em inglês: *Department for the Protection and Safeguard of the Heritage of Mankind*.

americanos para Borobudur demonstraram o interesse mantido do povo e do governo americano à preservação do patrimônio da humanidade⁹⁶.

Esses e outros auxílios financeiros estadunidenses faziam com que esse país cada vez mais se envolvesse nas atividades de preservação do patrimônio mundial, ganhando prestígio e destaque político junto à Unesco.

Alguns oficiais dessa instituição foram convidados a participar de uma reunião na capital dos Estados Unidos, a fim de discutir como as proposições estadunidenses poderiam ser incluídas no texto da convenção. A Unesco recebeu então a “chance de demonstrar a capacidade do seu órgão em também abranger a natureza com o objetivo de ganhar o apoio de Washington”⁹⁷, entretanto, a inserção da proteção do patrimônio natural no escopo da convenção ainda ocorria de forma periférica.

Após esse encontro, as considerações dos Estados Unidos, assim como as de vários outros Estados-Membros da Unesco, foram apresentadas e sintetizadas em um documento de 21 de fevereiro de 1972, que continha uma nova versão preliminar da convenção. Tais considerações representavam as posições dos países consultados pela Unesco por meio da Carta Circular nº 2156, de 20 de julho de 1971.

Em relação a esse texto proposto da convenção, posicionaram-se o Kuwait, a República do Vietnã, a Bulgária, a República Árabe do Egito, a Guiana, a Coreia, a Tailândia, a Finlândia, a Austrália, a Áustria, o Brasil, a França, a Itália, o Japão, a Polônia, a Suécia, o Reino Unido e os Estados Unidos. Sobre os comentários referentes às definições apresentadas no documento, cabe menção novamente à crítica estadunidense sobre a pouca atenção ao patrimônio natural.

As sugestões dadas por esse Estado-Membro encontravam-se plenamente alinhadas com o sistema e com os princípios de proteção ambiental e de edifícios históricos do país. Dentre os elementos definidores dessa prática de salvaguarda, podem-se citar: a criação do Parque Nacional de Yellowstone como área protegida federal em 1872; o estabelecimento do National Park Service [NPS] em 1916 para administrar as grandes áreas que não podiam ser tuteladas privadamente; a criação do *Trust* Nacional para a Preservação Histórica⁹⁸ em 1949; a promulgação do Ato Nacional de Preservação Histórica⁹⁹ em 1966 que estabeleceu

⁹⁶ UNESCO. General Conference. Eighteenth Session, Paris 20 November 1974. Report of Commission III. Social Sciences, Humanities and Culture, 1974, p.37 [DOC. 18 C/122].

⁹⁷ KOWALSKI, 2011, *op. cit.*, p.81.

⁹⁸ Do original em inglês: *National Trust for Historic Preservation*.

⁹⁹ Do original em inglês: *National Historic Preservation Act*.

os papéis dos níveis federal, estadual e local na preservação do patrimônio e que instituiu o Registro Nacional de Lugares Históricos¹⁰⁰; e por fim, o estabelecimento do Ato Nacional de Política Ambiental¹⁰¹ em 1969.

A delegação estadunidense afirmou que a terminologia e a ênfase usadas no texto resultavam em uma “desproporcional atenção aos recursos culturais. Eles deveriam então ser cuidadosamente editados com o objetivo de estabelecer um nível desejado de balanço” com o patrimônio natural¹⁰². Além disso, esse país considerou que muitas das propostas legais apresentadas no esboço da convenção eram conflitantes com o sistema do direito de propriedade de muitos Estados-Membros, sugerindo que generalizações fossem preferíveis em relação às provisões muito específicas. Nessa ocasião, os Estados Unidos apresentaram à Unesco outra nova versão do *Trust* do Patrimônio Mundial, a Convenção do Trust do Patrimônio Mundial Referente à Preservação e Proteção das Áreas Naturais e Sítios Culturais de Valor Universal¹⁰³, como contribuição desse país na construção, ou melhor, na definição, do texto da convenção.

O texto continha 34 artigos, cujas partes mais relevantes estão destacadas.

Notando que certas áreas e sítios ao redor do mundo são de excepcional interesse e de significância natural ou cultural,
 Notando que tais áreas e sítios são parte de um patrimônio da humanidade e, portanto, devem ser preservados para o benefício de toda a humanidade,
 Reconhecendo que o patrimônio natural e cultural do mundo está ameaçado por danos ou destruição pelas mudanças das condições sociais e econômicas, assim como por causas naturais,
 Considerando que a deterioração ou desaparecimento de qualquer sítio significativo ou área natural constitui um empobrecimento do patrimônio de todas as nações do mundo,
 Considerando que a humanidade como um todo deve assegurar a preservação e a proteção das áreas naturais e dos sítios culturais de valor universal,
 Reconhecendo, entretanto, que as medidas nacionais para preservar e proteger esse patrimônio são frequentemente inadequadas devido aos custos de tal preservação e à insuficiência dos recursos econômicos, científicos e técnicos disponíveis,
 Considerando que a assistência internacional para complementar as medidas nacionais para preservar e proteger esse patrimônio podem frequentemente ser de interesse de toda a humanidade,
 [...]
 Considerando que agora há uma necessidade urgente de adoção de uma convenção internacional para estabelecer um sistema efetivo e permanente de registro e preservação de áreas naturais e de sítios culturais de valor universal,

¹⁰⁰ Do original em inglês: *National Register of Historic Places*.

¹⁰¹ Do original em inglês: *National Environmental Policy Act*, NEPA.

¹⁰² UNESCO. International Regulations for the Protection of Monuments, Groups of Buildings and sites. Paris, 21 February 1972, p.16 [DOC. SHC/MD/18 ADD.].

¹⁰³ Do original em inglês: *World Heritage Trust Convention Concerning the Preservation and Protection of Natural Areas and Cultural Sites of Universal Value*.

Adota-se [...] a presente Convenção.

Artigo 1

Para o propósito da presente Convenção, o seguinte deve ser considerado como:

- A) “Áreas naturais” - Áreas terrestres, incluindo lençóis de água, de valor excepcional universal [*outstanding universal value*], incluindo únicos ou significantes elementos geológicos, fisiográficos, flora e fauna, importantes exemplos de ecossistemas naturais de interesse especial para a ciência, paisagens naturais ou paisagens marítimas de grande beleza, e áreas de importância para a conservação da vida selvagem, educação e recreação;
- B) “Sítios culturais” - Sítios que são de valor excepcional universal porque refletem um evento ou estágio significativo no desenvolvimento da civilização mundial, incluindo sítios de maior importância antropológica, arqueológica, arquitetônica ou histórica;
- C) “Registro do Patrimônio Mundial” [*“World Heritage Register”*] - Uma lista de áreas naturais ou de sítios culturais como acima definidos, considerados pelo conselho do *Trust* do Patrimônio Mundial como portadores de significância excepcional para o patrimônio da humanidade e, portanto, merecedores de mérito internacional e de medidas de preservação e proteção;
- D) “Partes” - Aqueles Estados que são Partes da Convenção.

Artigo 2

Para os propósitos dessa Convenção, a preservação internacional e a proteção de áreas naturais e de sítios culturais significam o estabelecimento de um sistema permanente de esforços internacionais cooperados para identificar, proteger e preservar essas áreas e sítios.

Artigo 3

A) É estabelecido com a Unesco, o Comitê do Patrimônio Mundial para a Preservação e Proteção de Áreas Naturais e Sítios Culturais de Valor Universal [*World Heritage Committee for the Preservation and Protection of Natural Areas and Cultural Sites of Universal Value*], chamado de “Comitê”, que será composto por um representante de cada Estado-Parte da Convenção.

[...]

F) O Comitê deve ser eleito pelo Conselho do Patrimônio Mundial [*World Heritage Board*], chamado o “Conselho”, que será composto por 15 Estados-Partes da Convenção. Na eleição do Conselho, o Comitê deverá ser guiado por três critérios: [1] um balanço de atenção tanto para as áreas naturais quanto para os sítios culturais; [2] uma representação de Estados que tenham programas de preservação de áreas naturais e sítios culturais altamente desenvolvidos; [3] uma distribuição geográfica justa...

Artigo 7

O Conselho do Patrimônio Mundial deve ter os seguintes poderes e funções:

- A) Estabelecer o Registro do Patrimônio Mundial, chamado “Registro”, e selecionar, com a concordância do Estado ou Estados referentes, áreas específicas ou sítios representando recursos naturais e culturais para serem inscritos e nisto, publicitar a seleção de tais áreas e sítios por designação e cerimônia apropriadas;
- B) Estabelecer os critérios para o reconhecimento de sítios específicos ou de áreas de significância excepcional para o patrimônio de toda a humanidade e para a inscrição no Registro;
- C) Compilar um inventário, baseado nos inventários submetidos pelos Estados-Partes da Convenção e com base em investigações próprias, identificar áreas e sítios ao redor do mundo que possam ser qualificados para a inclusão no Registro;
- D) Administrar o Fundo do *Trust* do Patrimônio Mundial [*World Heritage Fund Trust*], chamado o “Fundo do *Trust*”, que deve ser usado para identificação e preservação de áreas naturais e de sítios culturais inscritos no Registro...;
- F) Estabelecer padrões para a gestão e preservação de áreas e sítios incluídos no Registro, conduzir levantamentos periódicos para assegurar o estado atual de tais áreas e sítios, assegurar que os padrões sejam atendidos, e notificar os representantes dos Estados-Partes da Convenção sobre a necessidade de ação de correção quando justificada;

- G] Remover do Registro do Patrimônio Mundial, após consulta ao referido Estado, áreas e sítios que estejam recebendo gestão, proteção ou preservação inadequadas;
3. Cada Parte deve submeter ao Conselho, tão rápido quanto possível, um inventário de áreas naturais e sítios culturais dentro do seu próprio território que possam ser qualificadas para a inclusão no Registro. O Estado pode enviar esse relatório a qualquer momento. Todas as áreas e sítios no inventário devem ser precisamente descritas e delineadas em um mapa com os limites identificados por latitude e longitude. Cada submissão deve ser apoiada por uma exposição da significância das áreas ou dos sítios incluídos no inventário;
4. As Partes devem gerir, proteger e preservar, em acordo com os padrões do Conselho, cada área ou sítio inscrito no Registro dentro do seu próprio território, e onde apropriado, executar e fortalecer legislações, devendo celebrar acordos internacionais em casos de sítios com fronteiras internacionais...¹⁰⁴

Pelas definições constantes no texto apresentado pelos Estados Unidos, essa proposta de convenção alteraria os direitos e as obrigações dos Estados em relação ao que já havia sido estabelecido por algumas leis internacionais, como pela Convenção de Genebra sobre o Território Marítimo e as Zonas Contíguas¹⁰⁵ de 1958, pela Convenção de Genebra sobre os Altos Mares de 1958¹⁰⁶ e pela Convenção de Haia de 1954, por exemplo. Ou seja, a proposta estadunidense se descolou de posturas internacionais previamente estabelecidas pela Unesco.

Além disso, merecem ser iluminados outros aspectos que diferiram essa proposta do rumo das negociações que vinham sendo conduzidas até o momento. Na visão dos Estados Unidos, o principal predicado que qualificava o elemento a ser tutelado pelo sistema de preservação mundial era a excepcionalidade. Nesse sentido, os significados apenas possibilitariam o ingresso de um elemento ao conjunto do patrimônio da humanidade, se fossem considerados de caráter excepcional. Essa ideia se encontrava expressa sob a alcunha de “valor excepcional universal”.

Outra distinção que merece ser pontuada diz respeito à definição das categorias de áreas naturais e sítios culturais. As áreas naturais passíveis de proteção foram mais detalhadas que as culturais, possibilitando a abrangência de vários elementos da natureza. A beleza, o caráter ecossistêmico e a associação à vida selvagem foram enumerados como qualificadores dessas áreas. Já a excepcionalidade dos sítios culturais encontrava-se definida pela associação de um lugar a um evento ou estágio do desenvolvimento humano, compreendendo os artefatos antropológicos, arqueológicos, arquitetônicos ou históricos.

¹⁰⁴ UNESCO. International Regulations for the Protection of Monuments, Groups of Buildings and Sites. Paris, 10 March 1972, p.1-8 [DOC. SHC/MD/18 ADD.1].

¹⁰⁵ Do original em inglês: *Geneva Convention on the Territorial Sea and Contiguous Zone*.

¹⁰⁶ Do original em inglês: *Geneva Convention on the High Seas*.

Segundo a referida proposta, o título de patrimônio mundial seria concedido pela Unesco – mediante o instrumento classificatório e jurídico do registro – aos elementos considerados de significados excepcionais para a humanidade, condição única que justificaria o reconhecimento do mérito internacional. A utilização do registro como elemento construtor de uma lista patrimonial estava completamente fundamentada no modelo estadunidense de preservação.

O Ato Nacional de Preservação Histórica de 1966 foi a legislação de proteção mais importante que já passou pelo congresso dos Estados Unidos e estabeleceu um grande número de provisões a respeito. Além de ter sido responsável pelo estabelecimento do Registro Nacional de Lugares Históricos como já pontuado, encorajou a proposta de criação de distritos históricos regulados localmente, autorizou o estabelecimento de legislações voltadas às atividades do Fundo de Preservação, fomentou o estabelecimento dos Escritórios de Preservação Histórica do Estado ¹⁰⁷, criou o Conselho Consultivo sobre Preservação Histórica ¹⁰⁸, e estipulou que “os programas e políticas de preservação federais dependeriam da cooperação voluntária de proprietários de edifícios históricos e não interferiria nos direitos de propriedade privada”¹⁰⁹. Assim, desde a criação, o Registro Nacional de Lugares Históricos se tornou o mais importante instrumento de proteção¹¹⁰ dos Estados Unidos, por isso sugerido na convenção da Unesco.

A adoção desse sistema de registro, por sua vez, alteraria a lógica do reconhecimento do patrimônio mundial imaginada até então. Se as discussões naquele momento apontavam que os Estados-Membros deveriam indicar quais elementos deveriam compor o patrimônio mundial, na sugestão dos Estados Unidos, seria a própria instituição de salvaguarda que o faria. Assim, o esboço estadunidense da convenção deslocava a avaliação dos significados do país que abrigava o patrimônio, para o órgão que iria salvaguardá-lo no âmbito internacional, desconsiderando os critérios locais de reconhecimento. Assim, para implementar esse sistema operativo, era previsto o estabelecimento de critérios de valoração para um possível registro.

Os métodos de classificação patrimonial com base em critérios estabelecidos a priori e exóticos em relação ao contexto em questão foram contundentemente combatidos

¹⁰⁷ Do original em inglês: *State Historic Preservation Offices*, SHPOs.

¹⁰⁸ Do original em inglês: *Advisory Council on Historic Preservation*.

¹⁰⁹ TYLER, N.; LIGIBEL, T.; TYLER, I. *Historic preservation: An introduction to its history, principles and practice*. Second Edition. New York: W.W.Norton & Company, 2009, p.46.

¹¹⁰ Atualmente, o registro contém quase 100.000 listagens que totalizam mais de um milhão de elementos individuais.

por Paul Philippot – então diretor do Iccrom [1971-1977] – no mesmo ano 1972, quando proferiu uma palestra sobre a filosofia e os condicionantes do restauro, na Filadélfia, Estados Unidos.

A identificação de tais significados, todavia, não depende do cumprimento de critérios pré-estabelecidos, mas bastante do progresso em torno ao desenvolvimento da consciência histórica e da cultura das pessoas envolvidas... O ponto de vista moderno, confrontado com aquele classicista ou nacionalista, não impede alguma oscilação de valores de uma nação para a outra. De fato, esta flutuação é suficientemente justificada no momento em que o significado do passado é realmente relativo às pessoas que o reconhecem como seu passado. Outra forma de considerar os valores universais constituiria em uma pura abstração. Portanto, o primeiro passo é estabelecer um inventário do que deve ser conservado, é necessário definir os critérios de reconhecimento da qualidade criativa, do significado documental e do impacto do objeto na consciência humana. Tais critérios, naturalmente, não são nunca cristalizados em regras fixas, mas refletirão o desenvolvimento pertinente à cultura de cada país¹¹¹.

Ainda que o Iccrom fosse um órgão consultivo da Unesco, tendo sido por ela própria criado, muitas ideias não encontraram espaço na formatação da convenção.

Além disso, a sugerida proposta estadunidense de convenção também estabeleceria os padrões para o monitoramento dos elementos registrados, que se não atendidos, ocasionariam a exclusão do elenco mundial. Assim, caberia à Unesco a definição de todas as balizas e procedimentos de reconhecimento e gestão do patrimônio cultural e natural, independente das disposições dos quadros legislativos dos países partícipes da convenção. Essa ideia se desenvolveu até a criação do guia operacional, como será visto adiante neste trabalho. A candidatura do patrimônio ao registro estaria condicionado à submissão de um inventário à Unesco pelo Estado-Parte, com a demarcação física dos limites do lugar a ser protegido, além de uma exposição dos significados, que deveriam coincidir com os critérios estipulados pela instituição.

Essas sugestões, assim como as de outros países, foram em alguma medida incorporadas no texto da convenção e apresentadas durante um encontro de especialistas dos diversos governos envolvidos com o plano, no primeiro semestre de 1972¹¹². Um comitê especial foi formado para examinar e finalizar o esboço da convenção, que então seria apresentada na sétima sessão da conferência geral da Unesco daquele ano. A principal modificação da nova versão do documento esteve relacionada ao “acréscimo da proteção

¹¹¹ PHILIPPOT, 1976, *op. cit.*, p.44.

¹¹² UNESCO. International Regulations for the Protection of Monuments, Groups of Buildings and Sites. Paris, 21 February 1972. Final Report, 1972 [DOC. SHC/MD/18].

do patrimônio natural junto ao cultural no escopo das atividades da instituição”¹¹³, o que se deu a pedido da delegação estadunidense, e ao protagonismo da Unesco nos procedimentos de listagem.

Os fóruns ambientais e a conclusão da convenção

Um fator que teve impacto decisivo nas definições finais do texto da Unesco foi a referenciada convenção da ONU sobre o ambiente humano, que teve como tema “Apenas Uma Terra”¹¹⁴. O evento ocorreu entre os dias 05 e 16 de junho de 1972 em Estocolmo, reunindo 1.200 delegados que representaram mais de 113 países, a fim de estabelecer uma recomendação sobre o progresso internacional e a cooperação na gestão do meio ambiente. Como resultado, foi elaborada a *Declaração sobre o Ambiente Humano*¹¹⁵ e apresentada – ainda que não formalmente ratificada – na assembleia geral da ONU, em sua 17ª Sessão, em dezembro de 1972¹¹⁶. As visões técnicas dos conferencistas em relação a uma entendida crise global estavam contidas na versão preliminar da declaração, que foi constituída por um preâmbulo e por 26 princípios fundamentais, que se mantiveram em relação à escrita final. O propósito do documento foi desenvolver a opinião pública – estimulando a participação da comunidade na esfera natural – e estabelecer objetivos para a cooperação internacional, propondo princípios para formulação de políticas ambientais.

A também chamada Declaração de Estocolmo defendeu que com o objetivo de se conseguir um ordenamento mais racional dos recursos e a melhoria das condições ambientais, os Estados deveriam adotar um enfoque integrado de planejamento, de modo a assegurar a compatibilidade entre o desenvolvimento e a necessidade de proteger o ambiente humano. Nesse momento, as tradicionais políticas desenvolvimentistas eram vistas em confronto com a preservação do patrimônio cultural e natural, sendo tratadas segundo duas pautas separadas na gestão.

¹¹³ UNESCO. Sixteenth Session, Santa Fe, United States of America 7-14 December 1992, p.100 [DOC. WHC-92/CONF.002/12].

¹¹⁴ Do original em inglês: *Only One Earth*.

¹¹⁵ DECLARATION OF THE UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE HUMAN ENVIRONMENT [STOCKHOLM DECLARATION]. Proclaimed at the United Nations Conference on the Human Environment, Stockholm from 5 to 16 June 1972.

¹¹⁶ A declaração foi adotada em janeiro de 1973 para prover fundos para o programa ambiental da ONU e constituir um conselho diretor.

A dimensão e representatividade desse debate em todo da proteção do ambiente natural motivaram a realização de alguns ajustes – de forma definitiva – do texto da convenção da Unesco, de modo que foi dado um lugar de mais destaque ao patrimônio da natureza. Entretanto, para muitos Estados-Membros participantes desse processo, essa alteração do texto no “último minuto”, não refletia um sério comprometimento institucional com essa esfera de proteção e sim um desejo de atender a uma solicitação dos Estados Unidos e de se alinhar politicamente com a convenção da ONU.

O apoio da promotora da conferência seria de fundamental importância para a divulgação e adesão dos países à convenção da Unesco. Esse alinhamento foi estrategicamente político, uma vez que a ONU tinha “uma grande influência com os russos e com os países em desenvolvimento”¹¹⁷, âmbitos ainda de difícil penetração da Unesco naquele momento. O apoio foi obtido e registrado no relatório da conferência:

É recomendado que os governos:
Notando que o esboço da convenção preparada pela Unesco relativa à proteção do patrimônio natural e cultural mundial marca um passo significativo na direção da proteção, em uma escala internacional, do ambiente, examinem esta proposta de convenção com vistas à sua adoção na próxima Conferência Geral da Unesco¹¹⁸.

Além disso, defendeu-se que os governos, contando com a assistência da Secretaria Geral da ONU, da FAO dos Estados Unidos, da Unesco e de outras agências internacionais e regionais, intergovernamentais e não governamentais, continuassem a preparação da presente e de futuras convenções para a proteção dos recursos naturais mundiais e do patrimônio cultural. No curso desses trabalhos preparatórios, os governos deveriam considerar a possibilidade operacionalizar o sistema de tutela dos os elementos mundiais a partir de demandas – diferentemente da proposta estadunidense absorvida parcialmente pela Unesco –, obtendo assistência técnica e financeira para preservar o seu patrimônio de valor universal.

Apesar da proeminência desse fórum ambiental, o pequeno interesse em introduzir a dimensão natural nas futuras atividades de preservação do patrimônio mundial, equiparando-a com o âmbito cultural, ecoava inclusive dentro da própria Unesco. Michel Batisse, membro convidado para representar essa instituição na 11ª assembleia geral da

¹¹⁷ STOTT, 2011, *op. cit.*, p.286.

¹¹⁸ ONU. Report of the United Nations Conference on the Human Environment. Stockholm, 5-16 June 1972. New York, 1973, p.25.

IUCN, ocorrida no Canadá entre 11 e 16 de setembro de 1972, bem informou a situação no seu discurso de agradecimento na abertura do evento.

No que se relaciona à cultura, todos sabem da tradicional preocupação da Unesco com as obras de arte, monumentos históricos e sítios. Mas a nova convenção sobre a proteção do patrimônio mundial tenta dar igual consideração às obras primas culturais e aos tesouros naturais e então, simbolicamente reconciliar esses dois polos – natureza e cultura – dos quais o homem é o produto. Se por razões históricas o esboço da convenção ainda dá, preferencialmente, muito mais importância aos aspectos culturais aos olhos dos conservacionistas, os legisladores me asseguraram que [...] a IUCN e os governos ainda podem trazer as alterações que pareçam necessárias após a próxima sessão da Assembleia Geral da Unesco. De fato, são primeiramente com a cultura e com a ética que estamos envolvidos nessa ideia esplêndida de patrimônio mundial – seja ele artificial ou natural¹¹⁹.

O último evento no qual texto da convenção foi discutido, antes de ser apresentado à conferência da Unesco, foi o Segundo Congresso Mundial sobre Parques Nacionais¹²⁰, ocorrido nos Estados Unidos, de 18 a 27 de setembro de 1972. A proposta elaborada da convenção para a proteção do patrimônio cultural e natural mundial¹²¹, em seu item 22, registrou pormenorizadamente as últimas alterações sofridas pelo documento no momento anterior à sua apresentação oficial, artigo por artigo. O texto final teve as suas emendas votadas pelos países partícipes e após a concordância dos seus termos por dois terços das delegações, a versão foi concluída.

Dentre os artigos votados, o de número 15 – referente ao estabelecimento do Fundo para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial¹²² e à sua aplicação – foi aquele que rendeu a mais longa discussão. O ponto 264 do referido documento expressou que “um grande número de delegações falou, revelando uma profunda divergência de visões referentes ao sistema a ser adotado na convenção”. As divergências centravam-se principalmente na obrigatoriedade, ou não, das contribuições financeiras por parte dos Estados-Membros. Os argumentos a favor do caráter compulsório se baseavam no argumento de que isso garantiria fundos regulares para o planejamento e o desenvolvimento das atividades de preservação, visando garantir assim, uma implementação mais efetiva da convenção. Além disso, considerava-se que o caráter

¹¹⁹ IUCN. Greetings from the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization delivered by M. Batisse in Eleventh General Assembly. Banff, Alberta, Canada, 11-16 September 1972. Proceedings. Morges, Switzerland, 1972, p.227-228 [DOC. GA. 11 CONF. 8].

¹²⁰ Do original em inglês: *Second World Congress on National Parks*.

¹²¹ UNESCO. Report of Commission V. General Programme Matters. 15 November 1972 [DOC. 17C/99].

¹²² Do original em inglês: *Fund for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*.

universal do patrimônio demandava um senso global de responsabilidade e uma participação equilibrada de todos Estados-Partes da convenção.

Por outro lado, na opinião dos desfavoráveis a essas contribuições, a obrigação imporia dificuldades para os governos e seus parlamentos, o que acarretaria um atraso na adesão e efetivação da convenção. Uma delegação frisou a existência, no seu país, de políticas em apoio à luta contra o colonialismo, sendo adepto às contribuições voluntárias, mas pontuou que “as reivindicações para compensação por danos causados pela dominação colonial não poderiam ser estendidas aos Estados não responsáveis por isso”¹²³.

Essa polêmica também foi entendida como o conflito entre alguns países menos desenvolvidos que queriam mostrar as suas habilidades em assumirem obrigações internacionais, apoiando as contribuições compulsórias, e muitos países desenvolvidos – especialmente os Estados Unidos – que, embora esperando arcar com uma grande parte dos encargos financeiros, temia dificuldades na aprovação governamental de uma convenção que exigisse tais repasses.

Em face ao impasse, o diretor-geral da Unesco sugeriu que o assunto fosse retomado em um momento posterior à apresentação da convenção, estabelecendo-se apenas um fundo provisório. O grupo de trabalho envolvido nessas discussões não aceitou as sugestões de René Maheu e reescreveram o artigo 15 com base nas propostas da Tunísia e dos Estados Unidos. Rafik Said, delegado tunisiano, foi o porta-voz, advogando que os Estados-Partes deveriam indicar se as suas contribuições seriam voluntárias ou compulsórias no momento de adesão à convenção. O texto reelaborado foi então aceito por todos os membros do grupo de trabalho, com exceção da Argélia e da União Soviética.

Apesar de todas as discussões e versões dos documentos, os “arquitetos da convenção” realmente conferiram um lugar de grande destaque ao patrimônio cultural, buscando encaixar as outras demandas de preservação dentro dos espaços que sobraram ao fim do planejamento desse sistema. E sob a intenção de proteger os elementos qualificados pelos termos de “interesse universal”, “valor universal”, “significado especial”, “excepcional interesse”, “importância universal”, a convenção teve a sua construção concluída poucos dias antes do evento anual da Unesco de 1972.

¹²³ UNESCO, 1972, *op. cit.*, p.46-47 [DOC. 17C/99].

O estabelecimento da Convenção do Patrimônio Mundial

A comumente conhecida Convenção do Patrimônio Mundial foi e ainda é um dos maiores instrumentos de cooperação internacional já vistos, tendo sido adotada pela Unesco em sua 17ª conferência geral, de 06 de novembro de 1972, ocorrida na cidade de Estocolmo. O instrumento tinha o objetivo de propor disposições que estabelecessem “um sistema eficaz de proteção coletiva do patrimônio cultural e natural de valor excepcional universal, organizado de modo permanente e segundo métodos científicos e modernos”¹²⁴. O artigo 1 em sua primeira seção apresentava as definições de “patrimônio cultural”, categorizando os elementos que o comporiam: os monumentos, os conjuntos e os sítios. O segundo artigo focava no entendimento da Unesco acerca do “patrimônio natural”, que englobou: os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos; as formações geológicas e fisiográficas, assim como as zonas que constituíam o habitat de espécies animais e vegetais; e os sítios naturais ou áreas naturais¹²⁵.

A segunda seção sobre a Proteção Nacional e Proteção Internacional do Patrimônio Cultural e Natural apresentava as disposições referentes aos deveres a serem cumpridos pelos Estados signatários da convenção que tivessem um elemento a incluir, ou já incluído, na Lista do Patrimônio Mundial. Era explicitado qual seria a natureza da relação e as responsabilidades dos países e da Unesco na preservação do patrimônio. A responsabilidade primeira da proteção dos monumentos, grupos de edifícios, sítios ou dos recursos ambientais de interesse da humanidade seria do Estado no qual o patrimônio cultural ou natural estivesse localizado. Os outros países teriam então a tarefa “subsidiária” de cooperar na custódia dos elementos. O instrumento jurídico proposto para que os Estados-Membros se comprometessem com a proteção local do patrimônio mundial foi a Recomendação Relativa à Proteção, em Nível Nacional, do Patrimônio Cultural e Natural¹²⁶. Essa recomendação foi lançada paralelamente ao texto da convenção.

A terceira seção versava acerca da instituição do Comitê Intergovernamental de Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, que tinha como um dos objetivos,

¹²⁴ UNESCO. Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial, 1972, p.2.

¹²⁵ O patrimônio misto cultural e natural apenas apareceu formalmente de 2005 em diante, representando os artefatos que respondessem a uma parte ou à totalidade das definições de patrimônio cultural e natural da convenção.

¹²⁶ RECOMMENDATION CONCERNING THE PROTECTION, AT NATIONAL LEVEL, OF THE CULTURAL AND NATURAL HERITAGE. Adopted at the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, meeting in Paris, at its seventeenth session, from 17 October to 21 November 1972.

garantir uma representação equitativa das diversas regiões e culturas do mundo na lista dos elementos protegidos pela Unesco. Além disso, era previsto que cada um dos Estados-Partes da convenção submetesse a esse Comitê do Patrimônio Mundial¹²⁷, listas do patrimônio cultural e natural situado em seus territórios que fossem suscetíveis de nomeação no elenco mundial. A confirmação da inscrição seria dada em relação àqueles elementos que fossem considerados de “valor excepcional universal, a partir da aplicação dos critérios estabelecidos”¹²⁸. O comitê também era responsável por estabelecer, atualizar e divulgar a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo¹²⁹, representada pelos exemplares cuja salvaguarda demandaria “intervenções corretivas”. O artigo 13 indicava as informações sobre a assistência internacional que poderia estar relacionada às atividades de proteção, conservação, valorização ou restauro de elementos.

O comitê seria assistido consultivamente por um representante do Iccrom e do Icomos, quanto aos assuntos culturais, e por um membro do IUCN, no que tangia aos quesitos naturais, aos quais se poderiam juntar, mediante solicitação dos Estados-Partes, representantes de outras organizações intergovernamentais ou não governamentais com objetivos similares.

A quarta seção do documento era voltada ao Fundo do Patrimônio Mundial. Esse fundo seria constituído por recursos provenientes das contribuições compulsórias ou voluntárias, fosse pelos Estados-Partes; por depósitos, doações ou legados que viessem a ser dispostos por outros Estados; pela Unesco ou por outros organismos do sistema da ONU; por organizações públicas ou privadas; por pessoas físicas; ou por juros resultantes dos recursos do fundo; ou das coletas e receitas das campanhas organizadas. As contribuições apenas não poderiam estar vinculadas a qualquer condição política. A única fonte de recursos obrigatória era dos Estados-Partes, e sobre isso a convenção definiu:

Sem qualquer prejuízo de outra contribuição voluntária complementar, os Estados-Partes da presente convenção comprometem-se a depositar regularmente, a cada dois anos, para o Fundo do Patrimônio Mundial, contribuições cujo montante será calculado segundo percentual uniforme aplicável a todos os Estados, por decisão da assembleia geral [...] da Conferência Geral da

¹²⁷ O Comitê do Patrimônio Mundial era formado por representantes dos Estados-Membros eleitos em assembleia geral, sendo responsável pela implementação da Convenção do Patrimônio Mundial e pela alocação de recursos financeiros do Fundo do Patrimônio Mundial [*World Heritage Fund*]. Tinha caráter deliberativo nos processos de inscrição e exclusão de monumentos, grupos de edifícios, sítios e áreas na Lista do Patrimônio Mundial, sendo posteriormente também encarregado de examinar os relatórios de estado de conservação do patrimônio tutelado pela Unesco.

¹²⁸ UNESCO. Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial, 1972, p.7.

¹²⁹ Do original em inglês: *World Heritage in Danger List*.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura... A contribuição obrigatória dos Estados-Partes da convenção não poderá ultrapassar, em caso algum, 1% de sua contribuição ao orçamento regular da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura¹³⁰.

Desde a fundação da Unesco, os recursos financeiros constituíram um grande desafio à instituição, já que a sua ambição era desproporcional às fontes existentes. Como exemplo, tinha-se o orçamento de US\$ 7.682.637,00 para o ano 1948 que foi distribuído em 7,99% para a reconstrução de instituições de ensino, 22,31% para a difusão das ideias ou à cooperação científica internacional, 11,12% para a educação, 6,9% para assuntos culturais – nos quais se enquadravam a proteção do patrimônio –, 4,26% para atividades relacionadas às ciências sociais e humanas, e por fim 11,96% para os assuntos relacionados às ciências naturais. O restante do montante, que equivalia a 35,46%, era destinado à administração da instituição. Essa cifra total equivalia à soma anual destinada à limpeza do metrô nova-iorquino daquele ano¹³¹.

A quinta seção do documento estabelecia as disposições sobre as Condições e Modalidades de Assistência Internacional. Essa poderia se dar na forma de: estudo dos problemas artísticos, científicos e técnicos levantados quanto à proteção, à conservação, à valorização e à reabilitação do patrimônio cultural e natural; disponibilização de peritos, técnicos e mão-de-obra qualificada para garantir a correta execução de projetos aprovados; formação de especialistas em todos os níveis nas áreas de reconhecimento, proteção, conservação, valorização e reabilitação do patrimônio cultural e natural; fornecimento de equipamentos que o Estado interessado não houvesse ou pudesse adquirir; empréstimos com juros reduzidos, sem juros, ou reembolsáveis; e concessão, em casos excepcionais e, especialmente motivados, de subvenções não reembolsáveis.

A sexta seção da convenção versava sobre os Programas Educativos, enquanto que a sétima focava nos Relatórios a serem apresentados pelos Estados-Partes quanto às disposições legislativas, regulamentares e as demais medidas adotadas para a aplicação da convenção, assim como a experiência adquirida nesse campo.

Nas Cláusulas Finais informou-se que a presente convenção havia sido estabelecida em árabe, espanhol, francês, inglês e russo. A mesma entraria em vigor três meses após a data de entrega do vigésimo instrumento de ratificação ou de acessão, por parte dos Estados que tivessem dado os respectivos aceites.

¹³⁰ UNESCO. Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial, 1972, p.11.

¹³¹ EL CORREO - Publicacion de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, La Ciencia y la Saude, 1956, Año IX, Numero 1, Enero; PEREIRA, 2012, *op. cit.*

A convenção estabeleceu então os fundamentos que embasaram a noção de “patrimônio mundial”, definindo os mecanismos administrativos necessários à operacionalização do instrumento de classificação dos elementos culturais e naturais, que estabeleceriam a lista de proteção da Unesco. Entretanto, para que a mesma entrasse em vigor, ainda era necessário que os países a aderissem, e após isso, que se elaborassem os procedimentos operacionais para aplicação das suas definições, como explicitado: “o comitê definirá os critérios com base nos quais um bem¹³² cultural e natural poderá ser inscrito em qualquer das listas referidas nos parágrafos 2 e 4 do presente artigo”¹³³.

É importante destacar que no mesmo momento em que foi lançada a convenção da Unesco, o Ministério de Instrução Pública do Governo da Itália lançou a *Carta do Restauro*¹³⁴, voltada preponderantemente às questões relativas à intervenção física nos objetos salvaguardados. O seu artigo 4º enunciou que a atividade do restauro era aquela responsável por manter em eficiência, facilitar a leitura e transmitir integralmente para o futuro determinados objetos. Assim, tal tipo de intervenção era responsável por garantir três itens: algum tipo de função atual do elemento preservado, as condições de sua interpretação e a sua transmissão, segundo um estado desejado, ao futuro.

Nesse aspecto da Carta do Restauro de 1972, Giovanni Carbonara pontuou que,

Particularmente interessantes são as perguntas que podem ser suscitadas pela expressão “facilitar a leitura”. Em que modo se pode atuar? Certamente respeitando as exigências de conservação, mas sem limitar-se a uma “leitura” sumária, incompleta, incerta ao ponto de ser incompreensível. “Facilitar a leitura” significa se aproximar de uma interpretação crítica ao texto original e no ato crítico – por meio de uma linguagem geralmente verbal, mas não necessariamente sempre assim – se interpretar e reintegrar a obra em exame, restituindo idealmente a imagem e as diferentes fases e transformações históricas... Mas se poderia alcançar um destacamento completo da materialidade da obra e, de modo extremo, agir e raciocinar apenas por modelos, desinteressando-se pela efetiva persistência desta: mas o restauro, enquanto tal, age sob o objeto, de fato apenas sob esse, [...] como um ato de interpretação desenvolvido através da linguagem

¹³² A autora optou por não tratar do patrimônio, seja cultural ou natural, pela alcunha de “bem”, apenas mencionando esse vocábulo nas transcrições de livros e documentos que utilizem esse termo. Como a ideia de “bem” tem o foco principal nos direitos [incluindo aqueles de propriedade – com a concomitante ênfase nos valores comerciais e monetários – e os explorar, alienar e excluir], escolheu-se abordar o patrimônio enquanto objeto, área, elemento ou sítio a ser preservado ou conservado. Para mais informações, consultar GURRIERI, F. *Itinerari del restauro*. In: PEREGO, F. [Org.]. *Anastilosì. L'antico, il restauro, la città*. Bari: Editori Laterza, 1986. p.1-9.

¹³³ UNESCO. Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial, 1972, p.8.

¹³⁴ CARTA ITALIANA DEL RESTAURO. Ministero della Pubblica Istruzione. Circolare nº 117 del 6 aprile 1972. É importante destacar que desde de 1948, a Constituição da República Italiana dispõe sobre a preservação do patrimônio desse país, como se verifica no seu 9º artigo, intitulado *La Repubblica promuove lo sviluppo della cultura e la ricerca scientifica e tecnica. Tutela il paesaggio e il patrimonio storico e artistico della Nazione*. Para mais informações, consultar SETTIS, S. *Paesaggio, Costituzione, Cemento. La battaglia per l'ambiente contro il degrado civile*. Torino: Einaudi, 2010.

própria da intervenção deliberadamente estruturada segundo uma intencionalidade semantizante voltada para a significação¹³⁵.

As atividades de [re]integração, seriam portanto, os artifícios físicos necessários para atingir essas três metas supracitadas, não apenas um fim em si mesmas. Embora tais contribuições italianas pudessem ter sido apropriadas dentro dos debates ocorridos em torno do sistema do patrimônio mundial, as mesmas tiveram um pequeno e tardio eco dentro da Unesco, como se verá mais adiante neste trabalho.

2.2 As atividades de patrimonialização e os embates das décadas de 1970 e 1980

A longa adesão

Na ocasião da conferência Unesco, quando foi apresentada a convenção, nenhum país vinculou-se a ela. Até 10 de agosto de 1973, “o Diretor-Geral não havia recebido nenhum instrumento de ratificação ou acessão”¹³⁶, podendo-se ainda transcorrer um longo período até a firmação do vigésimo compromisso, o que faria com que a convenção entrasse em vigor. É provável que mesmo com a concordância de alguns Estados quanto aos termos do documento, os trâmites jurídicos no interior de cada país ocasionassem uma lentidão no processo.

O Presidente Richard M. Nixon, por meio da 95ª mensagem ao senado de 28 de março de 1973, na qual transmitia a convenção relativa à promoção do patrimônio cultural e natural mundial, comunicou:

Ao Senado dos Estados Unidos:

A fim de receber o parecer e a aprovação do Senado para a ratificação, eu transmito o cumprimento à Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Cultural e Natural, firmada em Paris, em [...] Novembro de 1972. Eu transmito também, para a informação do Senado, o relatório do Departamento do Estado [*Department of State*] a respeito da Convenção. Esta Convenção cria uma maquinaria internacional para a identificação das áreas naturais e culturais de valor excepcional universal que constituem o patrimônio comum da humanidade. Para esse propósito, a Convenção estabelece um Comitê do Patrimônio Mundial para

¹³⁵ CARBONARA, 1976, *op. cit.*

¹³⁶ UNESCO. Informe del Director General Relativa a la Creacion de uma Cuenta Especial para la Proteccion del Patrimonio Mundial, Cultural y Natural. 93ª Reunión. Paris. Consejo Ejecutivo. 1º de Agosto de 1973, p.1 [DOC. 93 EX/20].

desenvolver e manter listas de áreas de importância excepcional e um Fundo do Patrimônio Mundial para prover assistência internacional para a proteção e conservação dessas áreas. Enquanto a Convenção depende dos recursos e esforços dos Estados nos quais os sítios naturais e culturais estão localizados, ela também provê meios de assistência aos Estados que têm recursos ou expertise insuficientes para a proteção das áreas para benefício da humanidade. Eu, portanto recomendo que o Senado dê breve e favorável consideração à Convenção submetida...

Casa Branca, 28 de Março de 1973.

Nota: O texto da Convenção e os documentos que a acompanham estão impressos no Senado Executivo F [93d Cong., 1st Sess.]¹³⁷.

Assim, os Estados Unidos foram o primeiro país a assinar a convenção da Unesco, por meio de uma ratificação, passando a ser um estado signatário tempos depois. Paralelamente às questões de ordem jurídica, o ano 1974 marcou o desinteresse de muitos países quanto a esse instrumento, assim como o afastamento de muitas nações – especialmente do Oriente Médio – das disposições da Unesco quanto à preservação do patrimônio. O Documento 18 C/106, de 19 de setembro de 1974, tratou sobre o tema da implementação das resoluções da conferência geral e das decisões do Conselho Executivo em relação à proteção do patrimônio cultural em Jerusalém¹³⁸. Nesse texto, a Unesco reconheceu a importância excepcional do patrimônio cultural da Cidade Velha de Jerusalém, especialmente dos lugares sagrados, não apenas para os países diretamente envolvidos mas para toda a humanidade, tendo em vista o seu valor histórico, cultural e religioso. Por outro lado, a Unesco buscava firmar a sua presença na cidade com o objetivo de assegurar uma implementação eficiente de algumas medidas por ela definidas.

Observando que Israel persiste em não cumprir com as resoluções relevantes e que essa atitude previne essa Organização em assumir a missão à qual é incumbida nos termos da sua Constituição...

1. Desaprova a continuação de Israel nas escavações arqueológicas em Jerusalém;

2. Urgentemente chama Israel a:

A] Tomar as medidas necessárias para uma preservação escrupulosa de todos os sítios, edifícios e outras propriedades culturais, especialmente na Cidade Velha de Jerusalém;

B] Desistir de qualquer alteração das características da Cidade de Jerusalém;

C] Desistir de quaisquer escavações arqueológicas, de transferir bens culturais e de quaisquer alterações das características e do caráter cultural e histórico, particularmente em relação aos sítios religiosos Cristãos e Islâmicos;

¹³⁷ Do original em inglês: *95 Message to the Senate Transmitting the Convention Concerning the Promotion of the World Cultural and Natural Heritage. March 28, 1973*. Esse pronunciamento presidencial foi pesquisado no sítio www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=3949, acessado em 30 de julho de 2015.

¹³⁸ UNESCO. Item 61 of the Provisional Agenda. Implementation of the Resolutions of the General Conference and Decisions of the Executive Board Concerning the Protection of Cultural Property in Jerusalem. General Conference. Eighteenth Session. Paris, 19 September 1974.

D] Aderir escrupulosamente às provisões da Convenção para a Proteção do Bem Cultural em Evento de Conflito Armado de 1954...¹³⁹

Esse excerto documental ilustra as dificuldades de introdução da doutrina preservacionista da Unesco em algumas regiões do mundo, indicando os desafios que o instrumento da convenção ainda deveria vencer a fim de entrar em funcionamento como uma normativa internacional.

Dois anos após o lançamento da convenção, apenas os seguintes países a haviam ratificado: Argélia, Austrália, Bulgária, República Árabe do Egito, Iraque, Nigéria, Sudão, Estados Unidos e Zaire. Em 20 de novembro de 1974, os delegados do Equador, Tunísia e Iugoslávia anunciaram a decisão dos seus governos em ratificá-la, o que elevaria o número de adesões a 12, e os delegados da Jordânia e da Tanzânia reportaram a intenção de fazê-la em um futuro próximo. A delegação da França foi então a primeira representante de um país da Europa Ocidental a expressar um “interesse em fazer parte da convenção”¹⁴⁰, por mais que a sede da Unesco estivesse em Paris.

O Documento 18 C/22, de 19 de outubro de 1974, apresentou uma reprodução das informações enviadas pelos Estados-Membros à Unesco em 16 de setembro de 1974, pontuando quais ações haviam sido tomadas em direção à convenção¹⁴¹. A Áustria informou que não havia sido possível aderir devido a reservas expressas por algumas autoridades competentes em relação a certos artigos do instrumento, demonstrando, entretanto, o seu interesse em fazê-lo por meio de uma contribuição financeira voluntária ao Fundo do Patrimônio Mundial. Além disso, para Cuba, Gana, Dinamarca, Chipre, Finlândia, República Federal da Alemanha, Hungria, Irlanda, Israel, Itália, República da Coreia, Suécia, Suíça, República Árabe Síria, Reino Unido, República do Vietnã, Iugoslávia [incluindo-se as regiões autônomas da República Socialista Federal da Iugoslávia] e Argentina, a convenção ainda estava em consideração.

Uma das questões mais ressaltadas pelos países foi a necessidade de convergência entre as legislações nacionais e locais com os princípios contidos na convenção, o que

¹³⁹ UNESCO. Item 61 of the Provisional Agenda. Implementation of the Resolutions of the General Conference and Decisions of the Executive Board Concerning the Protection of Cultural Property in Jerusalem. General Conference. Eighteenth Session. Paris, 19 September 1974, p.2-3.

¹⁴⁰ UNESCO. Report of Commission III. Social Sciences, Humanities and Culture. General Conference. Eighteenth Session, Paris 20 November 1974, p.41 [DOC. 18 C/122].

¹⁴¹ UNESCO. Item 23 of the Provisional Agenda. Initial Special Reports Submitted by Member States on the Action Taken by Them upon the Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage, Adopted by the General Conference During its Seventeenth Session. General Conference. Eighteenth Session, Paris 19 October 1974 [DOC. 18 C/22].

demandava, além da realização de diversos estudos, uma série de compatibilizações legais, que deveriam tramitar por ministérios, departamentos, bureaux ou comissões. Entre os países que receberam a convenção para avaliação e responderam à Unesco, apenas o Japão não havia dado nenhum passo em direção à conexão das próprias disposições com o instrumento internacional. É importante destacar que nesse período, o esse país já dispunha de uma estrutura de regulamentação da proteção do patrimônio bem consolidada, mas que não convergia com os princípios defendidos pela convenção.

O sistema administrativo para a proteção do patrimônio cultural no Japão, que perdura até os dias atuais, foi desenvolvido no Período Meiji [1868-1912], sendo revisado muitas vezes para refletir o estado dos assuntos em diferentes momentos. A preservação japonesa sempre abarcou uma ampla variedade de expressões patrimoniais distribuídas em cinco categorias: elementos culturais tangíveis, elementos culturais intangíveis, elementos culturais do folclore, monumentos e grupos de edifícios históricos. Considerando essas categorias, o governo nacional selecionava aqueles itens aos quais se atribuía um valor particular, para proteção nacional¹⁴².

Apesar de muitos documentos consultados relacionarem a demora da adoção da convenção, por parte de muitos países, aos entraves jurídicos dos mesmos, Patrick de Rham, representante da Unesco na 12ª assembleia geral da IUCN de 1975, apontou uma motivação diversa. Segundo o mesmo,

Finalmente, no campo da cultura, a Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial é agora colocada pela sede da Unesco, e apenas necessita de outra ratificação para entrar em vigor. Devido a sua história, alguns temeram, e talvez ainda tenham um pouco de medo, que essa convenção coloque mais ênfase nas obras humanas que nas da natureza. Eu sinceramente acredito que isso não irá ocorrer, e podemos assegurar, com a IUCN, que um bom balanço será mantido¹⁴³.

Os temores dos Países-Membros eram plausíveis, já que em meados de 1970, substantiva parte dos órgãos nacionais ligados à proteção do patrimônio estava mais vinculada à salvaguarda dos ambientes naturais, como atestam os diversos textos recebidos pela Unesco em resposta ao processo de adesão à convenção¹⁴⁴. Eram o caso do Ministério

¹⁴² AGENCY FOR CULTURAL AFFAIRS. *An overview of Japan's policies on the protection of cultural properties*. Tokyo: Fy, 2000.

¹⁴³ IUCN. Greetings from the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization delivered by Dr. Patrick de Rham in Twelfth General Assembly. Kinshasa, Zaire, 8-18 September 1975. Proceedings. Morges, Switzerland, 1976, p.234 [DOC. GA.12 CONF. 6].

¹⁴⁴ UNESCO, 1974, *op. cit.*, [DOC. 18 C/22].

Federal de Agricultura e Floresta [Áustria e Finlândia], Ministério do Ambiente [Dinamarca], Departamento dos Territórios [Irlanda], Autoridade em Parques Nacionais [Israel], Autoridade em Reservas Naturais [Israel], Gabinete Florestal do Ministério dos Assuntos Domésticos [República da Coreia], Comissão Nacional de Proteção do Ambiente Sueco¹⁴⁵ [Suécia], Departamento do Meio Ambiente¹⁴⁶ [Reino Unido], Departamento de Agricultura¹⁴⁷ [Estados Unidos], Conselho em Qualidade Ambiental¹⁴⁸ [Estados Unidos], Agência de Proteção Ambiental¹⁴⁹ [Estados Unidos] e Departamento do Interior¹⁵⁰ [Estados Unidos].

Embora existissem desconfianças, em 17 de dezembro 1975, 20 Estados haviam assinado a Convenção do Patrimônio Mundial, fazendo-a entrar em vigor. Os países, assim como as respectivas datas de compromisso, encontram-se abaixo listados.

Quadro 3. Adesão à Convenção do Patrimônio Mundial até sua entrada em vigor.

PAÍS	DATA DA ADESÃO	TIPO DE VINCULAÇÃO ¹⁵¹
Estados Unidos	07 de dezembro de 1973	Ratificação
República Árabe do Egito	07 de fevereiro de 1974	Ratificação
Iraque	05 de março de 1974	Acessão
Bulgária	07 de março de 1974	Acessão
Sudão	06 de junho de 1974	Ratificação
Argélia	24 de junho de 1974	Ratificação
Austrália	22 de agosto de 1974	Ratificação
República Democrática do Congo	23 de setembro de 1974	Ratificação
Nigéria	23 de outubro de 1974	Acessão

¹⁴⁵ A autora não escreveu os nomes originais dos órgãos ao lado das traduções em português, pelo fato destes não comparecerem no documento consultado.

¹⁴⁶ Do original em inglês: *Department of the Environment*.

¹⁴⁷ Do original em inglês: *Department of Agriculture*.

¹⁴⁸ Do original em inglês: *Council on Environmental Quality*.

¹⁴⁹ Do original em inglês: *Environmental Protection Agency*.

¹⁵⁰ Do original em inglês: *Interior Department*.

¹⁵¹ A acessão é o ato pelo qual um Estado que não assinou um tratado, nesse caso a convenção, expressa o seu consentimento em se tornar um partícipe do mesmo. A ratificação, também entendida como aceitação ou aprovação, responde aos atos tomados em âmbito internacional, no qual um Estado admite ser vinculado a um tratado acordado, o que indica o seu compromisso em cumprir as obrigações por ele determinadas.

Quadro 3. Adesão à Convenção do Patrimônio Mundial até sua entrada em vigor.

PAÍS	DATA DA ADESÃO	TIPO DE VINCULAÇÃO ¹⁵¹
Níger	23 de dezembro de 1974	Acessão
Irã	26 de fevereiro de 1975	Acessão
Tunísia	10 de março de 1975	Ratificação
Jordânia	05 de maio de 1975	Ratificação
Equador	16 de junho de 1975	Acessão
França	27 de junho de 1975	Acessão
Gana	04 de julho de 1975	Ratificação
República Árabe da Síria	13 de agosto de 1975	Acessão
Chipre	14 de agosto de 1975	Acessão
Suíça	17 de setembro de 1975	Ratificação
Marrocos	28 de outubro de 1975	Ratificação

Fonte: whc.unesco.org/en/statesparties/, acessado em 03 de agosto de 2015. Organização da autora.

Com isso iniciaram-se as discussões para elaboração dos critérios de escolha que regeriam a construção da lista. Tais critérios formaram a primeira versão do Guia Operacional para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial¹⁵².

No ano seguinte à ratificação da convenção pelos Estados Unidos, o NPS deu início ao desenvolvimento dos critérios que regeriam os candidatos estadunidenses à lista mundial. Os significados, a integridade e a adequação foram eleitos como condições qualificadoras das áreas culturais. Cornelius Heine, o então chefe da Divisão de Pesquisas Históricas e Arquitetônicas¹⁵³ do referido órgão, apresentou ao diretor-associado, Ernest Connally, um documento intitulado *Criteria to Be Used in Selecting United States Nominations of Sites to be Recommended for Inclusion on the World Heritage List*. Esses critérios tinham como objetivo determinar se um sítio ou estrutura possuíam representatividade histórica universal suficiente para ser proposto pelos Estados Unidos à Unesco. Os critérios eram:

¹⁵² O guia operacional possui diversas versões que apresentam complementações e redefinições de conceitos e princípios. A primeira edição do guia data de 1977, seguida de 1978, 1980, 1983, 1984, 1987, 1988, 1992, 1994, 1996, 1997, 1999, 2005, 2008, 2013 e 2015.

¹⁵³ Do original em inglês: *Division of Historic and Architectural Surveys*.

A] Localização ou ponto focal de um evento ou de eventos de crucial importância na história social, política, filosófica, religiosa, militar e cultural da humanidade, cujo evento ou eventos apresentem um efeito primordial em amplos movimentos da história humana e que tenham, abruptamente ou gradualmente, alterado o curso da história em uma escala universal.

B] Associação direta com uma figura histórica cuja contribuição ao desenvolvimento humano seja inquestionável. O sítio ou estrutura deve, acima de tudo, refletir o lugar ou o tempo no qual, ou a partir do qual, a mais influente contribuição à história mundial tenha sido feita.

C] Associação a um evento que possui as qualidades de apelo universal e represente a gênese de grandes ideias de significância universal, afetando os maiores avanços no pensamento humano...

D] Representação das maiores realizações culturais e artísticas da nação e que têm efeitos profundos em obras de arte similares em outros países, como estruturas arquitetônicas de significância universal ou obras de grandes artistas. As obras arquitetônicas devem representar as maiores realizações de um grande arquiteto ou devem refletir o mais significativo exemplo do início de um grande período arquitetônico, ou exemplo da mais alta realização de um período arquitetônico inteiro.

E] Representação de estruturas ou sítios que reflitam realizações científicas ou tecnológicas de importância transcendental na história da humanidade. Essas realizações científicas e tecnológicas devem estar associadas a resultados inventivos que tiveram uma aplicação universal no desenvolvimento da ciência e da tecnologia¹⁵⁴.

A valoração do patrimônio cultural passava preponderantemente pela sua associação a importantes eventos e personagens, tidos como expoentes de um momento histórico. Esse caráter de excepcionalidade, entretanto, apenas qualificaria os sítios e estruturas caso transcendesse as fronteiras nacionais e influenciasse as ideias e as práticas mundiais. Nessa perspectiva, a integridade seria o predicado que permitiria a esses elementos, a expressão dos seus significados, possível a partir de uma determinada condição física. O critério da adequação se reportaria à capacidade do país na gestão do elemento a ser incluso na lista mundial, que seria determinada pela quantidade de recursos técnicos, legais e financeiros¹⁵⁵. Embora a questão da excepcionalidade dos significados

¹⁵⁴ HEINE. C.W. *Suggested Criteria for United States Nominations of Cultural Areas to the World Heritage List and a List of Potential United States Nominations*. Memorandum from C.W. Heine, Chief, Division of Historical And Architectural Surveys, to Associate Director, Professional Services, E.A Connally, United States Department of the Interior, National Park Service, Washington D.C., United States of America *apud* TITCHEN, 1995, *op. cit.*, p.103.

¹⁵⁵ É importante destacar que nesse ano 1975 foi lançado o Manifesto de Amsterdã, que ficou mundialmente conhecido por ter sintetizado as principais diretrizes sobre a Conservação Integrada [CI]. A declaração reafirmou o papel da integração do patrimônio arquitetônico no contexto da vida contemporânea e nos planos de desenvolvimento urbano. O ponto 7 desse documento apresentou o conceito da CI, que se referia à aplicação de técnicas de restauro sensíveis e à escolha de funções apropriadas às áreas conservadas. Embora o objetivo final fosse a preservação do patrimônio edificado, a declaração não excluiu a possibilidade de introdução da arquitetura moderna em áreas históricas, desde que fossem respeitados o contexto, as proporções, as formas, os tamanhos, as escalas e os materiais tradicionais pré-existentes. O qualificador “integrada” foi adotado por congregar dentro do planejamento, ações não apenas afeitas à recuperação física dos objetos patrimoniais, mas também de outras ordens, como já comumente acontecia nas práticas patrimoniais estadunidenses e inglesas [THE DECLARATION OF AMSTERDAM. European Charter of the Architectural Heritage. Congress on the European Architectural Heritage, 21 - 25 October 1975. Adopted by

sempre tenha aparecido como protagonista nas propostas estadunidenses, ela não era a única condição a ser atendida no momento de avaliação do patrimônio, tanto em âmbito nacional como internacional.

As discussões envolvendo os critérios de seleção patrimonial

Os esforços continuam, especialmente com cooperação com a Unesco, para preparar uma sólida base conceitual para a seleção de vários tipos de áreas protegidas, para gestão e nomenclatura... Muito trabalho foi desenvolvido nessa direção. Em 1976, a Comissão de Parques Naturais e de Áreas Protegidas¹⁵⁶ da IUCN elaborou critérios para a seleção e a proteção de áreas que deveriam ser preservadas sob a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Cultural e Natural, na qual a IUCN tem funções consultivas formais. A efetiva implementação da Convenção continua a ser discutida entre a Unesco, o Icomos, o Centro Roma e a IUCN¹⁵⁷.

Entre os dias 19 e 20 de maio de 1976, um pequeno grupo de membros de órgãos governamentais e não governamentais se reuniram em Morges, na Suíça – cidade-sede da IUCN – para a discussão sobre: os critérios para inclusão de um elemento na Lista do Patrimônio Mundial, o formato e o conteúdo da documentação que seria requerida aos Estados, e os elementos de determinação da ordem de prioridades dos países para o recebimento da assistência internacional.

Esse encontro teve um caráter informal, segundo atestam os documentos a ele relacionados, e produziu um conjunto de recomendações que foi posteriormente

the European Council, 1975]. A Carta do Turismo Cultural de 1976 reiterou as preocupações do documento de Amsterdã na medida em que defendeu que as áreas de patrimônio monumental e natural fossem integradas a objetivos sociais e econômicos [CHARTER OF CULTURAL TOURISM. Icomos document of the International Seminar on Contemporary Tourism and Humanism, Brussels, Belgium, on 8 and 9 November, 1976]. Entretanto, foram as Recomendações de Nairóbi Relativas à Salvaguarda de Conjuntos Históricos e seu Papel na Vida Contemporânea, também de 1976, que deram eco às questões de aproveitamento econômico e social do patrimônio, que estavam sendo colocadas cada vez mais em evidência na segunda metade da década de 1970. Entretanto, se por um lado, o documento reconheceu a necessidade de se reintegrarem as áreas históricas à vida contemporânea, por outro lado, alertou sobre os riscos da urbanização moderna que incrementava a escala e a densidade de edifícios próximos às áreas protegidas, podendo levar à destruição direta do patrimônio. As áreas rurais também figuraram entre as principais preocupações desse documento, uma vez que se reconheceu que obras que ocasionavam grandes alterações na estrutura social e econômica local, poderiam afetar a integridade dessas comunidades. Esse se constituiu o primeiro documento dentre os pesquisados que não relacionou a integridade exclusivamente à condição físico-material do objeto, mas à relação da sociedade com o mesmo, como um elemento a ser protegido [RECOMMENDATION CONCERNING THE SAFEGUARDING AND CONTEMPORARY ROLE OF HISTORIC AREAS. Adopted by the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, meeting in Nairobi at its nineteenth session, from 26 October to 30 November, 1976].

¹⁵⁶ Do original em inglês: *Commission on National Parks and Protected Areas*.

¹⁵⁷ IUCN. 13th Extraordinary General Assembly. Proceedings. Geneva, Switzerland, 19-21 April 1977, p.76-77.

apresentado ao diretor-geral da Unesco a fim de fundamentar a elaboração do guia operacional para a implementação da convenção. Do Iccrom, participou o diretor-assistente Giorgio Torraca; do Icomos, o secretário-geral Ernest Connally e Ann Webster-Smith; da IUCN, os membros Raymond Dasmann, Kenton Miller e Fred Packard; e da Unesco, R. Loope da Divisão das Ciências Ecológicas¹⁵⁸ e J.M. Booth da Divisão do Patrimônio Cultural¹⁵⁹.

O Iccrom apresentou um documento contendo a definição de valor excepcional universal do patrimônio cultural [parte 1], a constituição da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo [parte 2] e a ordem de prioridades de intervenção do Comitê do Patrimônio Mundial [parte 3]. Um ponto a ser destacado refere-se ao entendimento desse organismo quanto ao “valor universal”. Esse era subdividido em valor artístico, histórico e tipológico. O valor artístico se reportaria aos “objetos de criação originais e únicos, nos quais a qualidade excepcional fosse universalmente reconhecida pelos especialistas competentes do setor em causa”¹⁶⁰. O valor histórico seria representado pelos testemunhos de obras que fossem únicas ou de extrema raridade documental, de grande novidade ou de ampla influência no tempo, e de importância para a compreensão do desenvolvimento de importantes eventos históricos. O valor tipológico se aplicaria às obras características de certa tradição cultural que estivesse ameaçada de desaparecimento pelo desenvolvimento da vida moderna, sendo exemplos típicos reconhecidos universalmente como de valor artístico ou histórico.

Observa-se que a proposta do Iccrom quanto aos três tipos de valores que definiriam a excepcionalidade de um objeto ou de um lugar estavam baseados exclusivamente em uma apreciação erudita das expressões culturais. A lista a ser formada a partir desses critérios expressaria assim os elementos tidos como especiais e universais para uma pequena comunidade de especialistas.

O Icomos, com o documento referente às recomendações de critérios para inclusão de elementos culturais na Lista do Patrimônio Mundial, iniciou enfatizando que esse elenco seria a essência da convenção, ainda que não houvesse recursos financeiros no Fundo do Patrimônio Mundial. A lista seria então a estratégia para promover o aumento da

¹⁵⁸ Do original em inglês: *Division of Ecological Sciences*.

¹⁵⁹ Do original em inglês: *Division of Cultural Heritage*.

¹⁶⁰ UNESCO. Propositions du Centre International d'Études pour la Conservation et la Restauration des Bienes Culturels. Annexe II in Informal Consultation of Intergovernmental and Non-Governmental Organizations on the Implementation of the Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. Morges, Switzerland, 19-20 May 1976. Final Report, 1976, p.1 [DOC. CC-76/WS/25].

conscientização pública quanto à preservação e à conservação do patrimônio, alinhando-se com o propósito da Unesco em difundir o conhecimento. Embora as disposições do Icomos fossem endereçadas ao patrimônio cultural, essa instituição fez a menção de que elas poderiam ser igualmente aplicadas no âmbito natural.

Diferentemente do Iccrom que absorveu e endossou a questão do caráter universal da lista, o Icomos defendeu que “até recentemente, poucos, ou nenhum dos bens que constituem o patrimônio cultural podem ser descritos como tendo significância fora da sua esfera imediata de cultura ou influência”¹⁶¹, sendo a adoção desse termo questionável. Assim, sugeriu que o Comitê do Patrimônio Mundial evitasse restringir as suas escolhas apenas aos artefatos mais evidentes e conhecidos, incluindo outros elementos mais periféricos que pudessem ser potencialmente interessantes ao grande público no âmbito estético, educacional e científico.

Representado por dois membros do seu comitê nacional estadunidense, o Icomos apresentou as condições que os elementos culturais deveriam atender para se tornarem elegíveis para a lista. Foi proposto que o patrimônio enquadrado em algum dos critérios de excepcionalidade, também apresentasse a qualidade de unidade e de inteireza, no que tangia ao ambiente, à função, ao design, aos materiais, ao trabalho humano e à condição. Assim, o valor excepcional universal poderia ser atribuído aos:

- I] Bens que representassem uma realização artística única, incluindo as obras-primas de arquitetos e construtores renomados internacionalmente;
- II] Bens de importância excepcional pela influência que exerceram ao longo do desenvolvimento da arquitetura mundial ou dos assentamentos humanos [seja dentro de um período de tempo ou dentro de uma área geográfica];
- III] Bens que fossem os melhores ou mais significantes exemplos de importantes tipos ou categorias que representassem uma alta realização intelectual, social ou artística;
- IV] Bens que fossem únicos ou extremamente raros [incluindo aqueles estilos característicos ou tradicionais de arquitetura, métodos de construção ou formas de assentamentos humanos que estivessem ameaçados pelo abandono ou pela destruição, como resultado irreversível de mudanças socioculturais ou econômicas];
- V] Bens de grande antiguidade;
- VI] Bens associados ou essenciais à compreensão de pessoas, eventos, religiões ou filosofias globalmente significantes¹⁶².

Essas definições apresentam-se bastante convergentes aos critérios adotados pelo Registro Nacional de Lugares Históricos dos Estados Unidos, estabelecido desde o ano 1966, como já enunciado. Segundo esse sistema, os distritos, sítios, edifícios, estruturas e

¹⁶¹ UNESCO, 1976, *op. cit.*, p.2 [DOC. CC-76/WS/25].

¹⁶² UNESCO, 1976, *op. cit.*, p.3 [DOC. CC-76/WS/25. ANNEX III].

objetos detentores de “integridade quanto à localização, design, materiais, trabalho humano, sentimentos e associações”¹⁶³ deveriam estar vinculados aos seguintes critérios:

- A] Associação a eventos que tiveram grande contribuição aos amplos padrões da história;
- B] Associação com as vidas de pessoas significativas no passado;
- C] Incorporação de distintas características quanto ao tipo, período ou método de construção ou que representem o trabalho de um mestre, ou que possua grandes valores artísticos, ou que representem uma significativa e distinta entidade...;
- D] Que tenham rendido ou que possam render importantes informação quanto à pré-história ou história¹⁶⁴.

Se em um primeiro momento de elaboração da convenção, os Estados Unidos, por meio dos seus órgãos nacionais de proteção, incentivaram a Unesco a adotar a qualidade da excepcionalidade em seu texto, nos estudos para subsidiar a elaboração do guia operacional, a integridade foi sugerida de forma contundente.

Dada a experiência que havia adquirido como diretor-associado do NPS, Ernest Connally se incumbiu da iniciativa de propor os procedimentos técnicos e administrativos de estabelecimento do valor universal dos elementos a serem listados pela Unesco. Com isso, importou algumas ferramentas e critérios da sua instituição, ajustando a redação para o tratamento de monumentos, grupos de edifícios e sítios de importância mundial.

Dentre as etapas de avaliação do elemento a ser protegido no sistema estadunidense, a integridade, enquanto qualificadora do patrimônio cultural e natural, desempenhava um importante papel no processo¹⁶⁵. Segundo Herb Stovel – membro do Icomos –, “o conceito de integridade ‘*made in USA*’ viajou para a Europa na valise do então Secretário Geral do Icomos, Ernest Connally, e da sua assistente e representante em Paris, Ann Webster Smith, para os primeiros encontros do incipiente Comitê do Patrimônio Mundial”¹⁶⁶, o que foi averiguado em todos os documentos consultados. Segundo esse

¹⁶³ NATIONAL REGISTER OF HISTORIC PLACES. Part 60. 36 CFR Ch. I [7-1-12 Edition]. § 60.4 Criteria for Evaluation, p.335.

¹⁶⁴ NATIONAL REGISTER OF HISTORIC PLACES. *op. cit.*, p.335.

¹⁶⁵ Essa ênfase na integridade permanece até os dias atuais. O guia intitulado “How to Apply the National Register. Criteria for Evaluation”, elaborado pelo NPS em 1995 e ainda vigente, destaca que a integridade é a habilidade do objeto ou área em transmitir significados por meio dos seus elementos físicos, sendo essa avaliação obtida a partir de um julgamento subjetivo, ainda que calcada em elementos materiais. Segundo esse documento, a avaliação da integridade deve sempre estar fundamentada em uma compreensão das características dos atributos e no modo pelo qual eles se relacionam com os significados. A integridade encontra-se então definida por sete aspectos que podem se combinar de inúmeras formas, sendo eles: localização, design, ambiente, materiais, obra, sentimento e associação, que podem ser pesos distintos [NATIONAL PARK SERVICE/NATIONAL REGISTER OF HISTORIC PLACES. *How to Apply the National Register. Criteria for Evaluation*. 1995].

¹⁶⁶ STOVEL, H. *Origins and influence of the Nara Document on authenticity*. In: *APT Bulletin*. Volume XXXIX. Número 2-3. 2008 [p.9-19], p.12.

autor, foi no manual administrativo do NPS de 1953, que a integridade foi pela primeira vez requerida nos processos de patrimonialização¹⁶⁷. Essa qualidade relacionava-se à certeza de que o objeto de proteção ainda se encontrava no “sítio original com estrutura original”¹⁶⁸, sendo conformado pelos materiais e pelo trabalho humano primitivos.

Embora Herb Stovel tenha indicado o ano 1953, como o do aparecimento do conceito de integridade no sistema estadunidense, percebe-se que o mesmo já estava presente na publicação institucional *Historical and Architectural Monuments in the United States*, elaborada por Ronald F. Lee, historiador do NPS, no ano 1949. Esse documento apresentava os procedimentos de pesquisa e classificação empregados para a proteção do patrimônio arquitetônico dos Estados Unidos. A seleção dos exemplares estava baseada, em primeiro lugar, nos significados históricos existente em estruturas ou lugares que:

- A] Fossem naturalmente pontos ou bases nos quais a história política, social ou cultural da nação, estado ou região pudesse ser bem exemplificada e a partir dos quais o visitante pudesse alcançar os mais altos padrões da história da nação, do estado ou da região;
- B] Fossem significantes devido às suas associações com figuras-chave ou com importantes eventos nos âmbitos nacionais, estaduais ou regionais, ou por causa das suas relações com outros monumentos ou áreas;
- C] Fossem exemplos de um alto grau de história e de realizações do homem aborígine na América ou de importância científica excepcional à luz do assunto tratado¹⁶⁹.

As notas subsequentes a esses critérios dispunham que as estruturas e os sítios de importância histórica relacionados a eventos e pessoas dentro de 50 anos não seriam, como regra, elegíveis para consideração sob as condições dispostas nos itens “A”, “B” ou “C”.

Além de cumprir um ou mais critérios, os artefatos também deveriam apresentar remanescentes históricos adequados para a preservação. Ainda que fosse possível justificar a preservação de um lugar cujos remanescentes não tivessem sobrevivido, o fator decisivo na maior parte dos casos era a presença de estruturas originais. Nesse sentido, dentro desse sistema, a integridade era considerada a qualidade patrimonial que também assegurava a existência material de traços do elemento que seriam preservados. Envolveria então o trabalho humano original, a localização original, e os elementos intangíveis de sentimento e associação, de modo igual ao disposto no manual de 1953 e na legislação de 1966.

¹⁶⁷ Essa qualidade era exigida para o reconhecimento e a tutela dos marcos construídos.

¹⁶⁸ STOVEL, H. *Considerations in framing the authenticity question for conservation*. In: LARSEN, K.E. [Ed.]. *Nara Conference on Authenticity in relation to the World Heritage Convention. Japan 1-6 November, 1994. Proceedings*. Paris: Unesco World Heritage Centre, 1994 [p.393-398], p.396.

¹⁶⁹ NATIONAL PARK SERVICE. *Historical and Architectural Monuments in the United States* by Ronald F. Lee, Chief Historian. United States Department of the Interior, 1949, p.21.

Com o grande apelo à originalidade, defendia-se que sempre seria melhor preservar que reparar, reparar que restaurar, restaurar que construir. Mas nos casos imperativos de restauração ou reconstrução de estruturas destruídas, seria importante realizar este trabalho de acordo com “métodos científicos e com princípios de bom gosto”¹⁷⁰.

Embora a montagem do sistema de avaliação de elementos históricos e do delineamento do conceito de integridade tivesse ocorrido anteriormente à atuação de Ernest Connally como diretor-associado do NPS, foi a partir da expertise desse técnico que o sistema estadunidense foi se aprimorando até se tornar uma referência para a Unesco. E a sua presença como secretário-geral do Icomos garantiu a introdução dessas ideias na formatação dos critérios de inscrição do patrimônio cultural e natural na lista mundial.

O documento do Icomos no encontro de Morges, também apresentou exemplos práticos de como determinados monumentos, grupos de edifícios ou sítios poderiam se enquadrar em cada um dos critérios de excepcionalidade, de modo que foram apresentados 18 casos. Entretanto, essa ideia não foi levada adiante já que o comitê acreditou que isso poderia indicar certo direcionamento da Unesco quanto à constituição da lista.

Segundo esse órgão consultivo, as candidaturas ao elenco mundial deveriam ser acompanhadas pela declaração dos significados do monumento, grupo de edifícios ou sítio, por um conjunto de fotografias, por textos com informações históricas e descritivas [além de bibliografia e fontes de pesquisa], por mapas com coordenadas UTM¹⁷¹, por desenhos com medidas e por outros materiais gráficos. Todos os documentos submetidos durante o processo de nomeação e avaliação seriam depositados no Centro de Documentação Unesco-Icomos¹⁷² em Paris, como até hoje ocorre. Tais documentos seriam entendidos como inventários dos elementos a serem inscritos, cuja elaboração faria parte da responsabilidade dos Estados.

Apesar da densidade dessas disposições, a maior parte das 14 páginas que compunham a contribuição do Icomos para a construção do guia operacional tratou da administração do fundo de recursos financeiros a ser coordenado pelo comitê.

A terceira e última contribuição quanto à determinação dos critérios que regeriam a construção da lista de proteção da Unesco, foi da IUCN, no âmbito dos recursos naturais.

¹⁷⁰ NATIONAL PARK SERVICE, 1949, *op. cit.*, p.22.

¹⁷¹ A medida UTM [Universal Transversa de Mercator] utiliza um sistema de coordenadas cartesianas bidimensional para estabelecer localizações na superfície da Terra.

¹⁷² Do original em inglês: *Unesco-Icomos Documentation Center*.

Apresentaram-se então os critérios segundo os quais os elementos do patrimônio natural poderiam ser incluídos na Lista do Patrimônio Mundial¹⁷³.

As proposições da IUCN foram feitas partindo-se da conceituação do patrimônio natural contida na convenção de 1972, que contemplava as formações físicas, biológicas, geológicas, fisiográficas de excepcional valor universal, além de outros ambientes naturais aos quais se atribuísem valores estéticos e científicos, que representassem exemplos de interesse de conservação ou de beleza natural. Esse organismo de preservação enfocou no seu texto, a necessidade de eleição de poucos elementos naturais para a composição da lista mundial, que deveria apresentar um caráter “restrito àquelas poucas áreas de verdadeira significância internacional”, de importância “inquestionável”, “estritamente” e “severamente limitada”¹⁷⁴. Essa posição inicial da IUCN acabou se confirmando na sua prática dentro do sistema do patrimônio mundial, sendo evidente o rigor¹⁷⁵ das suas avaliações quanto à candidatura dos elementos naturais à lista.

É importante destacar que essa tendência de diferenciação do entendimento do valor universal para a natureza e para a cultura perdurou por muitas décadas, podendo-se perceber nas palavras de Jukka Jokilehto publicadas no ano 2000:

A definição do valor universal, de fato, resulta muito diversa quando se trata do patrimônio cultural ou do patrimônio natural. Com frequência, falamos da representatividade e unidade. Em todo caso, tratando dos sítios naturais procura-se o “melhor” em absoluto, enquanto que nos bens culturais “o melhor” não é tão fácil de encontrar, dado que os valores, neste caso, são bastante relativos, e cada sítio pode ter uma própria justificativa como sendo uma expressão específica de um contexto particular¹⁷⁶.

Embora as propostas do Iccrom e do Icomos também frisassem o caráter mundial do patrimônio cultural, a IUCN foi responsável pela promoção da mais profunda diferenciação entre os elementos de apelo internacional e de interesse nacional ou local. Segundo essa proposta, a representatividade internacional apenas seria relacionada aos elementos de superlativos significados naturais. Entretanto, a ideia de criar uma lista bastante compacta e excepcional estava vinculada mais a questões político-administrativas que técnicas, sendo essas últimas claramente enumeradas na proposta da IUCN. Esse

¹⁷³ Apresentado na seção do texto intitulada: *Criteria whereby Properties Forming Part of the Natural Heritage May Be Included in the World Heritage List*.

¹⁷⁴ UNESCO, 1976, *op. cit.*, p.1 [DOC. CC-76/WS/25. ANNEX III].

¹⁷⁵ Já na terceira reunião do Bureau do Patrimônio Mundial de 1979, afirmou-se que a IUCN interpretava o valor universal de forma muito estrita, considerando que apenas o melhor elemento natural do seu tipo poderia entrar na lista.

¹⁷⁶ JOKILEHTO, J. *Aspetti dell'autenticità*. In: *Topos e progetto*. Número 2. 2000 [p.117-127], p.117.

órgão defendeu que a composição de uma relação limitada a poucas áreas altamente qualificadas favoreceria a maior agilidade na proteção, focando prioritariamente nos casos em que o patrimônio natural de representatividade mundial estivesse em perigo. Além disso, afirmou que o pequeno orçamento da Unesco para a proteção natural seria mais bem empregado caso fosse direcionado a projetos específicos de alta importância. Acreditava-se ser mais provável que um pequeno programa patrimonial obtivesse sucesso, gerando assim um maior interesse na ação e no financiamento internacional.

Para que se estabelecesse uma lista mundial passível de gestão, os critérios de seleção propostos pela IUCN apresentaram um caráter bastante limitante, elegendo o alto grau de significados naturais amplamente reconhecidos como principal crivo para inscrição. Então, para compor a Lista do Patrimônio Mundial, o lugar deveria possuir valor excepcional universal, que seria determinado por cinco pontos:

A] Conter claros exemplos de grandes estágios da história evolucionária da Terra [Seriam os casos dos ambientes naturais que apresentassem marcas da “era do gelo”, da “era dos répteis”, dentre outras. Poderia ser enquadrado nesse critério o sítio da Garganta de Olduvai, na Tanzânia].

B] Conter exemplos excepcionais dos grandes processos evolucionários e geológicos [Esse conceito focaria nos processos contemporâneos de desenvolvimento de plantas, animais, relevos, ao lado dos eventos de glaciação e de vulcanismo. As Ilhas Galápagos foram apresentadas como um exemplo que atenderia a esse critério].

C] Conter fenômenos, formações ou características naturais únicas, raras ou superlativas [Aqui prevaleceria a ideia de “único do tipo”, tendo como um possível exemplar, o Parque das Sequoias Gigantes, na Califórnia].

D] Conter habitats ou concentração de espécies ameaçadas de plantas ou animais [Como seriam o caso dos sítios de orquídeas, pandas gigantes, grandes primatas, dentre outros].

E] Conter combinações dos outros critérios mencionados [A área de Virung - Kahuzi-Biega - Lago Amin, no Congo e no Zaire, se enquadraria nesse critério quando vista em uma perspectiva ampla com o conjunto de características complexas de entorno]¹⁷⁷.

As zonas naturais que se enquadrassem em uma ou mais condições, devido “às propriedades inatas dos seus recursos”¹⁷⁸, deveriam passar por uma segunda avaliação atendendo a um novo conjunto de critérios. Essa segunda rodada foi proposta com o objetivo de ponderar sobre o patrimônio natural, em função do grau em que o mesmo satisfaria e se adequaria ao programa de proteção mundial. Para tanto, ele deveria ser avaliado quanto à integridade, acessibilidade e potencial para propósitos educativos. Após passar por esses segundos crivos, os recursos seriam abordados quanto à possibilidade de

¹⁷⁷ UNESCO, 1976, *op. cit.*, p.2-3 [DOC. CC-76/WS/25. ANNEX III].

¹⁷⁸ UNESCO, 1976, *op. cit.*, p.3 [DOC. CC-76/WS/25. ANNEX III].

suporte, ao interesse internacional demonstrado e ao potencial de gestão. Esses quesitos serviriam para regular a quantidade e o tipo de investimentos requeridos para trazer o lugar proposto aos padrões do patrimônio mundial.

A integridade não foi conceituada nessa proposta, mas representou a principal estratégia mobilizada pela IUCN para restringir o acesso de elementos naturais ao elenco da Unesco. Foram então apresentados exemplos de como um recurso natural deveria se constituir fisicamente para que se enquadrasse em cada uma das condições classificatórias propostas para o primeiro momento de avaliação. Para que se adequasse ao critério relativo à história evolucionária da Terra, a integridade seria verificada a partir da presença de “todos ou da maior parte dos elementos inter-relacionados e interdependentes, em relações naturais”. Já a integridade dos elementos enquadrados no critério “B” – que representassem os grandes processos evolucionários e geológicos – seria determinada pelo “tamanho suficiente” e pela inclusão de “todos os elementos necessários para demonstrar os aspectos-chave do processo”. As áreas íntegras dos exemplares que abrigassem espécies ameaçadas também deveriam ter “tamanho suficiente” para conter os requerimentos de habitat necessários para sua sobrevivência. Por fim, os lugares únicos e superlativos seriam íntegros na medida em que contivessem “as informações dos recursos requeridos para a garantia da continuidade dos objetos ou das formações a serem conservadas”¹⁷⁹.

Esse entendimento estava centrado na noção de integridade ecológica¹⁸⁰, que se relacionava à característica de completude, demandando a existência de todos os elementos relevantes e processos que concorressem para a sustentabilidade do ecossistema¹⁸¹. A integridade se relacionaria então à composição das áreas, medidas em números de indivíduos, e à performance dos processos naturais, avaliados segundo alíquotas em níveis

¹⁷⁹ UNESCO, 1976, *op. cit.*, p.3-4 [DOC. CC-76/WS/25. ANNEX III].

¹⁸⁰ Uma das maiores referências atuais sobre esse tema é Laura Westra, presidente do Grupo de Integridade Ecológica Global [Global Ecological Integrity Group, GEIG]. Segundo essa filósofa e jurisperita, o conceito data de 1949, a partir das reflexões de Aldo Leopold [*A Sand County Almanach and Sketches Here and There*] sobre a ética ambiental, embora a expressão “integridade ecológica” ou “integridade do ecossistema” tenha apenas aparecido nas regulamentações, leis e declarações em todo o mundo, por meados da década de 1970. Segundo a pesquisadora, entre os aspectos mais importantes da integridade ecológica estão as capacidades autopoieticas dos seres, na organização, regeneração, reprodução, sustentação, adaptação, desenvolvimento e evolução ao longo do tempo e em um local específico. Portanto, a integridade definiria os processos evolucionários e biogeográficos de um sistema e de suas partes ou elementos, em um contexto específico, estando diretamente associada a uma capacidade ou função de manutenção da vida. Para informações sobre as obras de Laura Westra, consultar os títulos indicados nas fontes de pesquisa deste trabalho.

¹⁸¹ EQUIHUA, M. *Integridad ecológica*. In: MORALES, F.J.L. [Ed.]. *Nuevas miradas sobre la autenticidad e integridad en el patrimonio mundial de las Américas - New views on authenticity and integrity in, the World Heritage of the Americas*. San Miguel Allende, Guanajuato. México. Agosto 24-26, 2005. Monuments&Sites XIII. Icomos, 2005. P.91-94.

múltiplos de organização funcional ecológica. Além disso, remeteria à habilidade do sistema em gerar e manter elementos bióticos em processos evolutivos e auto-organizados.

A integridade do patrimônio natural foi então claramente relacionada a uma questão dimensional que asseguraria a presença de todos os elementos necessários para a expressão da excepcionalidade. A partir das relações entre os critérios estabelecidos pela IUCN, a integridade e os significados naturais – definidos pelo valor excepcional universal – tornaram-se um par indissociável no âmbito do patrimônio mundial.

Segundo a proposta da IUCN, os critérios propostos deveriam ser comunicados aos Estados-Partes, para que os mesmos enviassem as suas nomeações. A partir disso, tais critérios poderiam ser revistos e aprimorados pelos órgãos consultivos da Unesco. Sugeriu-se também que o Comitê do Patrimônio Mundial iniciasse o desenvolvimento de um sistema para a listagem de elementos naturais. O objetivo constituiria em “determinar os tipos de áreas e de sítios que seriam idealmente incluídos na lista”. Assim, o comitê selecionaria as áreas que representassem o “patrimônio natural mundial, identificando as lacunas na abrangência da lista e determinando onde a cobertura fosse redundante e marginal”¹⁸². Portanto, quando muitas áreas semelhantes fossem comparadas entre si, uma escala de classificação seria requerida, segundo a recomendação da IUCN. Por exemplo, caso 50 parques nacionais de uma mesma região fossem submetidos, seria necessário ranqueá-los de forma mais crítica que a apresentada nos critérios, selecionando os mais significantes exemplares dentro do tipo avaliado.

Dentre os três órgãos consultivos que participaram do encontro em Morges, a IUCN foi aquele que mais buscou definir as balizas para o enquadramento do patrimônio mundial, o que posteriormente ajudou a consolidar a identidade da própria lista da humanidade. É provável que essa tendência de estipulação de condições precisas para a classificação do elemento natural, assim como a tão pretendida objetividade da avaliação, proviesse das ciências naturais e exatas, áreas das quais a maior parte dos especialistas envolvidos era oriunda.

A partir dos documentos preparados e apresentados por cada um dos citados órgãos, um grupo de especialistas da Unesco chegou a algumas conclusões sobre os critérios que deveriam reger a inclusão dos candidatos na Lista do Patrimônio Mundial, no ano 1976. Em primeiro lugar, constatou-se que por mais que o Iccrom, o Icomos e a IUCN tivessem apresentado uma lista de quesitos que deveriam reger tais escolhas, as

¹⁸² UNESCO, 1976, *op. cit.*, p.6 [DOC. CC-76/WS/25. ANNEX III].

mesmas nunca poderiam se dar automaticamente e de modo isolado, sendo necessário recorrer ao julgamento de especialistas que deveriam assistir o comitê.

O segundo ponto referiu-se à necessidade de se atestar a “verdadeira significância internacional”¹⁸³ do elemento para se proceder à sua inclusão. Nos casos em que a mesma não fosse certificada, o comitê deveria manter a sua avaliação em suspenso e aguardar documentação adicional. O terceiro ponto destacado referiu-se às polêmicas emergidas em torno da definição do termo “valor excepcional universal”. Considerou-se que isso poderia ser interpretado como se um elemento submetido à avaliação para inclusão na lista devesse representar ou simbolizar um conjunto de ideias ou valores que fossem reconhecidos como importantes em todas as partes do mundo. Sugeriu-se então manter o predicado “excepcional” proposto pelos Estados Unidos durante discussões sobre a elaboração da convenção, mas se questionou o “universal” como um estreito e confuso qualificador.

Assim, no relatório final do encontro de Morges, a questão da integridade surgiu pela primeira vez oficialmente no âmbito da Unesco – em relação ao patrimônio cultural e natural – como um elemento de destaque. Colocou-se que,

Em acréscimo ao critério proposto para a avaliação das características inerentes de um bem, os participantes sentiram que as propriedades incluídas na Lista do Patrimônio Mundial deveriam também atender ao critério de “integridade” [para bens naturais e culturais] e de “unidade” [para bens culturais]. O critério de “integridade” foi considerado de particular importância para todos os elementos naturais e para aqueles bens culturais que seriam julgados de acordo com os critérios de valor artístico, valor associativo e tipicidade¹⁸⁴.

Assim, a integridade emergiu como um critério geral que deveria ser atendido pelo patrimônio, após a avaliação dos seus valores. Por mais que monumentos, grupos de edifícios, sítios ou áreas naturais fossem considerados excepcionais, o ingresso na lista também estaria vinculado à integridade, no que se referia a todos os elementos, e à unidade, exclusivamente no que tangia os exemplos da cultura.

Além de um importante quesito para a formação da lista mundial, a permanência da condição de integridade seria aquilo que manteria o selo da Unesco no patrimônio. A perda da integridade, ao lado da completa destruição dos elementos culturais ou naturais, ocasionaria, portanto, a remoção desse título.

¹⁸³ UNESCO. Informal Consultation of Intergovernmental and Non-Governmental Organizations on the Implementation of the Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. Morges, Switzerland, 19-20 May 1976. Final Report, 1976, p.2 [DOC. CC-76/WS/25].

¹⁸⁴ UNESCO, 1976, *op. cit.*, p.2 [DOC. CC-76/WS/25].

Outro ponto de particular interesse é que também se liga às discussões sobre o papel da integridade e da unidade na elaboração do guia operacional desse período, diz respeito à sugestão de adoção de um duplo sistema de limites dos itens listados. Foi advogado que deveriam ser registradas a área do patrimônio em si e outra externa a essa, que compusesse os “entornos que influenciassem o estado físico da propriedade ou a forma pela qual a mesma seria percebida”¹⁸⁵.

Nas discussões de 1976, também se definiu que a candidatura do patrimônio cultural e natural à lista deveria ser feita mediante a utilização de um mesmo formulário, elaborado conjuntamente pelo Iccrom, Icomos e IUCN. Esse pretendido estatuto de igualdade foi bastante reforçado no documento de Morges, ao se defender que todos os elementos inscritos deveriam ser considerados de igual valor para a humanidade, não havendo um critério que mais qualificasse o patrimônio a despeito de outros. Apesar da busca de equilíbrio dentro da constituição de uma única lista, o valor excepcional universal de um elemento cultural ou natural seria determinado de acordo com dois conjuntos distintos de critérios.

Percebendo que muitos Estados visavam preponderantemente o recebimento de assistência internacional no momento de adesão à convenção, sendo os recursos financeiros esparsos e incertos, conforme bem apresentou a IUCN, o grupo de especialistas definiu os critérios que determinariam a ordem de prioridades de ações:

- I] A relativa urgência da obra a ser executada;
- II] A capacidade do Estado em continuar a preservar e a gerir a propriedade;
- III] O interesse científico do projeto em si;
- IV] A melhoria do valor educacional resultante do projeto;
- V] Os benefícios econômicos e sociais resultantes do projeto;
- VI] O impacto ambiental do projeto;
- VII] O custo do projeto¹⁸⁶.

A urgência da intervenção seria definida pelos riscos de maculação da integridade do elemento que se julgava de valor para a constituição da lista do patrimônio da Unesco. Cabe destacar que essa ideia foi fortalecida pela *Convenção de San Salvador*¹⁸⁷, que pontuou em

¹⁸⁵ UNESCO, 1976, *op. cit.*, p.3 [DOC. CC-76/WS/25].

¹⁸⁶ UNESCO, 1976, *op. cit.*, p.5 [DOC. CC-76/WS/25. ANNEX II].

¹⁸⁷ CONVENTION OF SAN SALVADOR. Convention on the Protection Of the Archeological, Historical, And Artistic Heritage of the American Nations. Approved by the Organization of American States on June 16, 1976, through Resolution AG/RES. 210 [VI-O/76]. Adopted at the Sixth Regular Session of the General Assembly, Santiago, Chile, 1976.

seu artigo 14, as diversas penas previstas contra os responsáveis por crimes relativos à integridade do patrimônio.

Os três citados organismos, juntamente à Unesco e a outras organizações não governamentais, reuniram-se em Paris, na sede do Icomos, de 21 a 23 de março de 1977, a fim de realizar uma revisão final dos critérios de documentação das nomeações para submissão ao comitê¹⁸⁸. Esse pode ser considerado o segundo encontro de especialistas para a discussão dos termos do guia operacional, e contou com a participação de Ernest Connally [NPS], Raymond Lemaire [Icomos], Gérard Bolla [Unesco], Anne Raidl [Unesco], Sr. Celicia [Unesco], Bernd von Droste [Unesco], Duncan Poore [IUCN], Raymond Dasmann [IUCN], Louis-Jaques Rollet-Andriane [Iccrom], Juan Black [especialista equatoriano convidado pela Unesco], Sr^a. Bougibar [especialista do Marrocos convidada pela Unesco] e Sr. Firouz [vice primeiro-ministro do Irã]. À frente do secretariado do Icomos, estiveram Ann Webster Smith e Piers Rodgers.

Ernest Connally colocou novamente em discussão a abordagem utilizada pelo NPS para avaliar a integridade do patrimônio, uma vez que se estavam definindo os critérios de inclusão à lista. Segundo essa abordagem, a integridade deveria ser avaliada quanto à localização, design, ambiente, materiais, trabalho humano, sentimento e associação, segundo já mencionado.

Entretanto, Raymond Lemaire, seguido por outros membros desse segundo encontro de especialistas, sugeriu a preferência pela palavra “autenticidade”, por acreditar que o uso do conceito integridade limitaria as análises dos candidatos a serem inscritos na lista a uma preocupação exclusiva com a forma e com o design originais, segundo a ênfase estadunidense. Outro argumento que também fez com que a autenticidade desbancasse a integridade foi o fato de os delegados do Iccrom e do Icomos acreditarem que como a autenticidade era um conceito de “alto reconhecimento” na Europa, os profissionais no campo da preservação teriam mais facilidade em usá-lo nos “processos de avaliação do patrimônio cultural”¹⁸⁹.

Porém, se na Europa prevalecia a palavra autenticidade, o mesmo não ocorria em outras partes do mundo, notoriamente na América do Norte como já foi mostrado, e também na Austrália, país onde já havia um sistema de proteção patrimonial bem

¹⁸⁸ ICOMOS NEWSLETTER. Paris. Number 10. Spring, 1977.

¹⁸⁹ UNESCO/BUREAU OF THE WORLD HERITAGE COMMITTEE. Twenty-third Session, Paris, 5 - 10 July 1999. Annex II: Comments from Iccrom and Icomos, May 1999. Paris, 7 June 1999, p.2 [DOC. WHC-99/CONF.204/10].

consolidado à época. Michael Pearson e Duncan Marshall¹⁹⁰, ao escreverem o *Study of World Heritage Values, Convict Places* para o Departamento do Meio Ambiente, Esportes e Territórios¹⁹¹, mostraram que nas atividades de proteção desenvolvidas no contexto australiano, os termos “condição” e “integridade” eram frequentemente mobilizados há décadas. Os documentos que tratavam dos “lugares australianos” – modo pelo qual era comumente designado o patrimônio cultural e natural desse país – designavam a integridade como o grau de intactilidade física do artefato em relação a uma conformação original ou a um estado significativo do mesmo. Embora fosse tradicionalmente relacionada ao tecido físico, havia no ambiente australiano uma tendência de associação da integridade a aspectos não materiais do patrimônio, como recurso de apreensão dos seus significados culturais e naturais de forma mais completa¹⁹². Já o termo condição, se reportava ao estado físico de conservação da estrutura de um lugar.

No mesmo encontro de março de 1977, também se decidiu reduzir os elementos de avaliação da integridade por quatro indicadores de autenticidade, reconhecendo ainda que tais aspectos deveriam ser entendidos e tratados como um composto. Assim, a avaliação da localização, design, ambiente, materiais, trabalho humano, sentimentos e associações da integridade foi rapidamente transformada no teste de autenticidade quanto ao design, ambiente, materiais e trabalho humano. Os aspectos de localização, sentimentos e associações foram tidos como irrelevantes, naquele momento, na avaliação do patrimônio. Os critérios de excepcionalidade – assim como os de julgamento da autenticidade – emergidos do encontro foram apresentados no texto final do guia operacional de 1977.

Assim, de 27 de junho a 1º de julho de 1977, o Comitê do Patrimônio Mundial reuniu-se em sua primeira sessão em Paris, para iniciar a elaboração da lista. Muitos membros se referiram à dificuldade no julgamento patrimonial devido às diferenças e à subjetividade de valoração de determinadas culturas em relação a uma percepção externa,

¹⁹⁰ PEARSON, M.; MARSHALL, D. *Study of World Heritage Values, Convict Places*. Department of the Environment, Sport and Territories, 1995.

¹⁹¹ Do original em inglês: *Department of the Environment, Sport and Territories*.

¹⁹² A relação da integridade a outras variáveis que não as materiais é presente nesse país até os dias de hoje, como mostram os trabalhos de Gordon Bennet em relação à integridade comemorativa. Esse termo, que designa a saúde ou inteireza do patrimônio, foi elaborado com o intuito de instrumentalizar o monitoramento da preservação dos sítios históricos canadenses. Para o autor, o estado de integridade comemorativa é atingido quando: os recursos que simbolizam ou representam a importância do sítio não estão comprometidos ou em risco; as razões às quais se atribui significados culturais estão efetivamente comunicadas ao público; e quando os valores patrimoniais, incluindo aqueles que não se encontram relacionados aos seus significados, são respeitados por todos cujas decisões e ações afetam o patrimônio. [BENNETT, G. *Commemorative integrity: monitoring the state of Canada's National Historic Sites*. In: ICOMOS CANADA. *Icomos Canada Bulletin*. Volume 4. Número 3. Ottawa, 1995. P.6-8].

dominada por uma parte hegemônica do pensamento ocidental. O representante do Icomos, o então presidente Raymond Lemaire, reconhecendo a dificuldade do estabelecimento de critérios para diversos elementos em todo o mundo, ao lado das questões surgidas em torno da tradução desses conceitos em palavras que fizessem sentido em uma escala universal, advertiu sobre a necessidade de realização de ajustes nas definições tomadas até aquele momento.

A questão da integridade voltou com grande força no debate, uma vez que muitos membros do comitê discordaram que a sua perda devesse ocasionar uma exclusão do patrimônio cultural da lista, como foi sugerido pelos órgãos consultivos no relatório de Morges de 1976. A manutenção da ideia da integridade não foi considerada pertinente por acreditarem que assim não haveria condições para a patrimonialização de monumentos em ruínas, ou seja, de objetos encontrados fisicamente deteriorados. As relações entre integridade, lacuna e ruína foram muito mal equacionadas nessas discussões. Apesar da debilidade quanto à reflexão sobre esse tema, tais especialistas não se apropriaram de algumas ideias em curso há alguns anos, que poderiam ajudá-los a introduzir novos elementos para a ponderação. Nesse sentido, é provável que os estudos de Paul Philippot pudessem ter sido de valia, uma vez que a lacuna sempre ocupou grande espaço entre suas preocupações intelectuais e práticas.

O problema da lacuna, isto é, das partes faltantes dos objetos, e o objeto em fragmentos, pode ser mais bem abordado a partir do ponto de vista usado para lidar com elementos de museu e remanescentes arqueológicos que, sendo livres de requerimentos de funções práticas, permitem a interpretação mais estrita de princípios básicos... Uma vez que a completude do objeto não é mais uma necessidade [e frequentemente, o objeto fragmentado adquire valor no seu estado fragmentado, como o caso de uma ruína ou de um torso], o único objetivo da restauração deve ser reduzir ou eliminar o distúrbio causado pela lacuna de modo que a intervenção seja identificada sem erro como tal, como uma interpretação crítica...¹⁹³

A autenticidade também retornou a esse debate, muito embora não tenha sido referenciada nas propostas apresentadas pelo Iccrom, Icomos e IUCN para a constituição do guia operacional em 1976, e sim apenas no encontro dedicado à revisão dos critérios de inscrição de 1977. No primeiro encontro oficial do comitê, discutiu-se se a autenticidade era ou não um fator que concorria à preservação, especialmente no que tangia aos usos dos objetos ou áreas culturais. Sugeriu-se então a adoção do conceito de “autenticidade

¹⁹³ PHILIPPOT, 1976, *op. cit.*, p.47.

progressiva”¹⁹⁴, que seria atribuída aos monumentos e edifícios construídos ou modificados, mas que mesmo assim, ainda apresentavam relevantes significados culturais.

Segundo Françoise Choay¹⁹⁵, o interesse pela autenticidade nas atividades de tutela do patrimônio cultural, ainda que não referida por essa alcunha, remete a discussões que antecederam bastante a formação do campo disciplinar da preservação. Porém, esse debate tomou um grande impulso com o movimento anti-restauração dos novecentos, no centro do qual esteve o interesse na manutenção das características ligadas às origens das obras. Esta abordagem de preservação do autêntico enquanto original se refletiu fortemente em alguns documentos doutrinários de preservação, assim como na filosofia subjacente do Icomos e da Unesco, o que auxiliou na cristalização da noção de autenticidade nos processos de proteção de artefatos culturais.

Antecedendo ainda mais, Andrzej Tomaszewski – diretor-geral do Iccrom entre os anos de 1988 e 1992 – sugeriu que o interesse pela autenticidade como elemento de avaliação de objetos de valor apresentava uma raiz eminentemente fisiófila, cristã, e com isso, ocidental.

As fontes da abordagem materialista ocidental em relação aos valores do monumento histórico voltam-se à tradição cristã. A cristandade foi a única religião histórica; os cristãos acreditavam em um Deus, que virou um homem, ativo na terra em um tempo e local específicos, e deixou para trás traços físicos. Esta crença suporta as tradições do culto às relíquias, sendo uma das bases da doutrina da Igreja Romana. Este culto foi e ainda é conectado com a autenticidade da substância material. O culto às relíquias, ao início limitado aos corpos dos santos mártires, gradualmente se ampliou para incluir objetos conectados com pessoas sagradas e mesmo com o próprio Cristo, e com os lugares que radiavam a Sua presença. No período das Cruzadas, os cavaleiros e mais tarde os peregrinos trouxeram consigo, como relíquias, pequenos pacotes de terra [daí o nome de Terra Sagrada] e fragmentos dos muros de Jerusalém, para o qual Cristo e os seus apóstolos olharam. Dessa maneira, os elementos arquitetônicos também adquiriram o status de relíquias...¹⁹⁶

Porém, como esse próprio autor afirmou, a adoção do conceito de autenticidade nas práticas de proteção contemporâneas a ele padecia de um “trágico paradoxo”, já que acreditava que o culto das relíquias não estava centrado na substância material do objeto, que por si só, era apenas um meio. Segundo esse entendimento, as relíquias eram honradas

¹⁹⁴ UNESCO. Intergovernmental Committee for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. First Session, Paris, 27 June - 1 July 1977. Final Report, 1977, p.5 [DOC. CC-77/CONF.001/9].

¹⁹⁵ CHOAY, 2001, *op. cit.*

¹⁹⁶ TOMASZEWSKI, A. *I valori immateriali dei beni culturali nella tradizione e nella scienza occidentale*. In: VALTIERI, S. [Org.]. *Della Bellezza ne è piena la vista! Restauro e conservazione alle latitudini del mondo nell'era della globalizzazione*. Roma: Nuova Argos, 2004 [p.30-55], p.35.

pelas suas propriedades não materiais, mas que radiavam a graça de Deus, por meio dos milagres que poderia fazer.

A adoção da autenticidade como filtro pelo qual os atributos valorativos do patrimônio mundial pudessem ser entendidos como credíveis e legítimos, recebeu um reforço técnico em junho de 1977. O documento *Offer of Collaboration from the International Organization for the Protection of Work of Art*¹⁹⁷, encaminhado pelo vice-presidente responsável pelos assuntos administrativos desse órgão, Raymond Duchand, ao Comitê do Patrimônio Mundial, bem o atesta. Nele, foram apresentados dois projetos que vinham sendo desenvolvidos por esse organismo e se enquadravam na linha de trabalho do comitê. O primeiro se referia ao estudo dos aspectos legais da espoliação e da restituição das obras de arte no âmbito internacional, com prescrição para os casos que envolvessem danos aos objetos. O segundo projeto dedicava-se às técnicas de autenticação das obras de arte, contando com uma unidade operativa própria, o Escritório de Informação Internacional¹⁹⁸. O diretor científico responsável por esse escritório, Adolphe Mocquot, foi destacado a fim de colaborar com o comitê nas definições finais dos critérios a serem adotados pela Unesco para a constituição da lista, tendo uma participação ativa. Assim, na redação final desse item, registrou-se que além de o patrimônio cultural atender a pelo menos um dos critérios de excepcionalidade estabelecidos, ele deveria,

... Satisfazer o teste de autenticidade quanto ao design, materiais, manufatura e ambiente; a autenticidade não se limitaria à consideração da forma e da estrutura originais, mas incluiria todas as modificações subsequentes e adições, ao longo do curso do tempo, que possuíssem valores artísticos e históricos¹⁹⁹.

Assim, com algumas modificações o conteúdo do relatório referente ao Guia Operacional para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial foi adotado ao fim da primeira sessão do comitê. E apesar da existência de críticas quanto à pertinência da escolha da autenticidade como critério de patrimonialização cultural – embasadas na ideia de que ela “é sempre uma impertinência semântica e a vingança da cópia é a crise do original”²⁰⁰ – a Unesco a abraçou.

¹⁹⁷ UNESCO. *Offer of Collaboration from the International Organization for the Protection of Work of Art*. Paris, 20 June 1977 [DOC. CC-77/CONF.001/5].

¹⁹⁸ Do original em inglês: *International Information Office*.

¹⁹⁹ UNESCO. *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Paris, 30 September 1977, p.3 [DOC. CC-77/CONF.001/8].

²⁰⁰ NORDENFLYCHT, J. *Tres notas sobre autenticidade*. In: MORALES, F.J.L. [Ed.]. *Nuevas miradas sobre la autenticidad e integridad en el patrimonio mundial de las Américas - New views on authenticity and integrity in the World Heritage of the*

O Guia Operacional para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial

O reconhecimento patrimonial, passo primeiro para o ingresso à lista mundial, encontrava-se tecnicamente definido pela associação do elemento cultural ou natural a pelo menos um dos critérios culturais ou naturais estabelecidos pela Unesco, de modo a expressar o valor excepcional universal. Os critérios, segundo a redação final constante no guia operacional²⁰¹ de 1977, estabeleciam que para figurar na lista do patrimônio cultural, os candidatos deveriam:

- I] Representar um acontecimento artístico ou estético único, uma obra de arte do gênio criativo humano;
- II] Ter exercido considerável influência por um longo período de tempo – ou dentro de uma área cultural no mundo – nos desenvolvimentos subsequentes da arquitetura, da escultura monumental, do design dos jardins e das paisagens, das artes ou dos assentamentos humanos;
- III] Ser único, extremamente raro ou de grande antiguidade;
- IV] Estar entre os mais característicos exemplos de tipos de estrutura, sendo esse tipo representante de um importante desenvolvimento cultural, social, artístico, científico, tecnológico ou industrial;
- V] Ser exemplo característico de um significativo ou tradicional estilo de arquitetura, método de construção ou de assentamento humano, que é frágil por natureza ou que se tornou vulnerável sob o impacto de mudanças socioculturais irreversíveis;
- VI] Ser importantemente associado a ideias ou crenças, com eventos ou pessoas de excepcional importância histórica ou significância.

Já dos candidatos naturais, era exigido²⁰²:

- I] Ser exemplos excepcionais que representem os maiores estágios da história evolutiva da Terra. Essa categoria inclui sítios que representem as maiores “eras” da história geológica, como a “era dos répteis”, onde o desenvolvimento da diversidade natural do planeta possa ser bem demonstrado; como a “era do gelo”, na qual o homem primitivo e o seu ambiente sofreram as maiores transformações;
- II] Ser exemplos excepcionais de resultados de processos geológicos, da evolução biológica ou da interação humana com o meio ambiente. De forma distinta dos períodos de desenvolvimento da Terra, esse item enfoca o resultado dos processos no desenvolvimento de comunidades de plantas e animais, acidentes geográficos, corpos de água marinha e doce. Essa categoria inclui, por exemplo, como processos geológicos – a glaciação e o vulcanismo –, como evolução biológica – biomas como as florestas tropicais, os desertos e as tundras – e como interação entre o homem e o seu ambiente natural – as paisagens agriculturáveis;
- III] Conter um fenômeno natural único, raro ou superlativo, formações ou características ou áreas de excepcional beleza natural, como os exemplos superlativos dos mais importantes ecossistemas para o homem [rios, montanhas,

Americas. San Miguel Allende, Guanajuato. México. Agosto 24-26, 2005. Monuments&Sites XIII. Icomos, 2005 [p.145-148], p.145.

²⁰¹ UNESCO. Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention, 1977, p.3.

²⁰² UNESCO. Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention, 1977, p.4.

cachoeiras], grandes concentrações de animais, vistas cobertas por vegetação e combinações excepcionais de elementos naturais e culturais;
 IV] Conter habitats onde as populações de plantas e/ou animais de espécies raras ou em perigo ainda sobrevivam. Essa categoria inclui aqueles ecossistemas nos quais concentrações de plantas e de animais de interesse universal são encontrados.

Além de satisfazer um ou mais critérios de excepcionalidade, os elementos culturais deveriam ser qualificados como autênticos e os naturais como íntegros. Embora o conceito de integridade não fosse expresso, eram apresentadas as “condições de integridade” exigidas para que os elementos naturais pudessem ser enquadrados nos critérios I, II, III e IV. Essas condições representavam exemplos práticos de como os candidatos naturais poderiam ser considerados íntegros. O quadro a seguir ilustra os termos adotados nesse guia operacional.

Quadro 4. Condições de integridade exigidas cada um dos critérios de excepcionalidade do patrimônio natural, segundo o guia operacional de 1977.

CRITÉRIO	CONDIÇÃO DE INTEGRIDADE
I	As áreas descritas segundo o critério I devem conter todos ou a maioria dos elementos inter-relacionados e interdependentes essenciais nas suas relações naturais – por exemplo, para uma área relacionada à “era do gelo” seria necessário incluir o campo de neve, a própria geleira e amostras de padrões de corte, de deposição e de colonização [estrias, morenas, estágios pioneiros de sucessão vegetal, etc.].
II	As áreas descritas segundo o critério II devem ter tamanho suficiente e conter os elementos necessários para demonstrar os aspectos-chave do processo natural e para se autoperpetuar. Por exemplo, para uma área de “floresta tropical” seria necessário incluir algumas variações de altitude acima do nível do mar, mudanças na topografia e nos tipos de solo, margens de rios ou lagos marginais, a fim de demonstrar a diversidade e a complexidade do sistema.
III	As áreas descritas segundo o critério III devem conter os componentes dos ecossistemas necessários para a continuidade das espécies ou dos objetos a serem conservados. Isto variará de acordo com os casos individuais, por exemplo, a área protegida de uma cachoeira deveria incluir tudo, ou tanto quanto possível, da bacia hidrográfica a montante de apoio...
IV	As áreas descritas segundo o critério IV devem ser de tamanho suficiente e conter os requisitos de habitat necessários para a sobrevivência das espécies.

Fonte: UNESCO. Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention, 1977. Organização da autora.

Essas condições de integridade foram decorrentes da referenciada proposta da IUCN em Morges, adotadas praticamente na íntegra. A ausência de conceituação da

integridade em diversas versões dos guias operacionais durou de 1977 a 2005, e terminou por gerar muitos desentendimentos sobre o que seria esse crivo patrimonial, que foi compreendido dentro de um horizonte curto²⁰³. Com isso, a inscrição de áreas naturais na Lista do Patrimônio Mundial, que dependia desse condicionante, ficou penalizada, como se já não pesasse o fato de o propósito inicial da Unesco nunca ter sido o de contemplar a salvaguarda ambiental. Assim, a “predileção” da instituição pelo patrimônio cultural juntamente à difícil caracterização dos elementos naturais como íntegros criaram uma lista mundial desbalanceada, como será visto adiante.

As primeiras inscrições

Como a segunda reunião do Comitê do Patrimônio Mundial ocorre em Washington, por gentileza transmita aos membros do comitê os meus votos para um encontro de sucesso. Os Estados Unidos há muito tempo tinham um objetivo de conservar o seu patrimônio natural e cultural. Durante os próximos dias, o trabalho do Comitê do Patrimônio Mundial será dar um importante passo adiante na promoção da conservação do patrimônio cultural e natural de valor excepcional universal ao redor do mundo. Nesse intento, eu envio os meus bons votos e suporte. Cordialmente, Jimmy Carter²⁰⁴.

Se a aprovação da primeira versão do guia operacional, assim como o estabelecimento das Regras de Procedimento do Comitê²⁰⁵, ocorreu durante a primeira sessão do Comitê do Patrimônio Mundial em 1977, as primeiras inclusões de elementos à lista da Unesco apenas se deram na segunda reunião desse grupo, sucedida na cidade de Washington em 1978. Ao fim do primeiro encontro parisiense, o representante dos Estados Unidos, David Hales, sugeriu ao comitê realizar o seu próximo evento na capital estadunidense, convite que foi imediatamente aceito.

Na ocasião, 40 países haviam aderido à convenção, e outros ainda estavam em processo. David Hales – que também ocupava o cargo de subsecretário-adjunto do órgão Fish and Wildlife and Parks – ao fazer uma análise sobre a distribuição geográfica dos Estados-Partes, informou que nove países faziam parte da Região Árabe, oito da região da

²⁰³ Embora sobre a autenticidade existisse um volume maior de reflexões nessa época, esse crivo patrimonial também padecia de dificuldades de conceituação e operacionalização, e, por conseguinte, de aplicação.

²⁰⁴ UNESCO. The White House, Washington. September 1, 1978. In Intergovernmental Committee for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. Unesco. Second Session, Washington, D.C. [USA], 5 to 8 September 1978. Final Report. Paris, 9 October 1978, p.1 [DOC. CC-78/CONF.010 REV. ANNEX I].

²⁰⁵ Do original em inglês: *Rules of Procedure of the Committee*. Tais disposições foram adotadas em sua primeira versão, no momento de constituição do Comitê do Patrimônio Mundial, em 1977, e tinham como objetivo regular o funcionamento desse grupo no âmbito do patrimônio mundial.

África, oito da região da Europa Ocidental e da América do Norte, sete da América Central e Latina, cinco da Ásia e três da Europa Oriental.

Embora a convenção tivesse sido assinada por muitos Estados, a situação do Fundo do Patrimônio Mundial ainda inspirava cuidados, uma vez que muitos países já haviam enviado nomeações de elementos culturais e naturais ao comitê, pleiteando a inscrição na lista mundial, o que demandaria recursos para a sua consecução. Nesse sentido o membro da Unesco, Gérard Bolla, reforçou a “importância crucial das contribuições voluntárias ao fundo”²⁰⁶, que até aquele momento dependia, em grande medida, dos repasses financeiros do governo estadunidense.

Para o período de setembro de 1978 a setembro de 1979, havia sido aprovado o valor de US\$ 489.250,00, assim distribuídos: assistência preparatória [preparação de nomeações e estudos gerais] = US\$ 140.000,00; cooperação técnica [treinamento para os Estados-Partes] = US\$ 90.000,00; assistência emergencial [provisão de especialistas, de equipamentos ou de recursos financeiros] = US\$ 150.000,00; programa de suporte [o Icomos ou a IUCN receberiam US\$ 300,00 pela revisão técnica de cada nomeação, caso elas não excedessem o número de 15. Se o Icomos e a IUCN fossem requeridos para a avaliação de 15 a 30 nomeações, o valor a ser pago por cada revisão técnica seria de US\$ 450,00. Para as avaliações de nomeações seriam então disponibilizados US\$ 18.000,00. Pelas atividades de informação pública seria disposto o montante de US\$ 30.000,00] = US\$ 48.000,00; assistência temporária para o secretariado da Unesco = US\$ 47.000,00; fundos de contingência [correspondentes a 3% do montante total anual de US\$ 475.000,00] = US\$ 14.250,00²⁰⁷. No ano anterior a esse, o caixa disponível para o Fundo do Patrimônio Mundial, precisamente em 22 de setembro de 1978, era de US\$ 595.278,75. Dessa soma, US\$ 173.584,00 haviam sido recebidos dos Estados-Partes de 1977 a 1978 como contribuições compulsórias, e US\$ 391.344,00 como repasses voluntários²⁰⁸. Apesar das cifras, os recursos para o patrimônio mundial ainda se mostravam insuficientes em relação à complexidade dos problemas tratados e ao iminente crescimento da lista.

Assim, tendo em vista as limitações orçamentárias – tanto para as nomeações quanto para a preservação do patrimônio mundial – os critérios de classificação foram

²⁰⁶ UNESCO. Intergovernmental Committee for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. Second Session, Washington, D.C. [USA], 5 to 8 September 1978. Final Report. Paris, 9 October 1978, p.2 [DOC. CC-78/CONF.010/COL.1].

²⁰⁷ UNESCO, 1978, *op. cit.* [DOC. CC-78/CONF.010/COL.1].

²⁰⁸ UNESCO. Report of the Intergovernmental Committee for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. Item 12 of the Provisional Agenda. 20 October 1978, p.4 [DOC. 20C/39].

utilizados como importante ferramenta no controle do acesso de objetos, áreas, elementos naturais e sítios à lista, tal qual sugeriu a IUCN na proposta apresentada à Unesco em 1976. Nesse sentido, a satisfação da condição de integridade de fato desempenhou um papel fundamental no processo de seleção, em virtude do seu caráter altamente excludente e que ressaltava ainda mais a almejada excepcionalidade do patrimônio natural daquele momento.

O segundo encontro do comitê prosseguiu com a apresentação dos elementos elegíveis, segundo a avaliação do Bureau do Patrimônio Mundial, à lista. O comitê, em comum acordo às sugestões do bureau, incluiu os 12 primeiros elementos na lista: o Parque Histórico Nacional de L'Anse aux Meadows e o Parque Nacional de Nahanni [Canadá], as Ilhas Galápagos e Cidade de Quito [Equador], o Parque Nacional Siemen e as Igrejas de Rock-Hewn, Lalibela [Etiópia], a Catedral de Aachen [República Federal da Alemanha], o Centro Histórico de Cracóvia e a Mina de Sal de Wieliczka [Polônia], a Ilha de Goree [Senegal] e os Parques Nacionais Mesa Verde e Yellowstone [Estados Unidos]. Foram avaliadas 29 candidaturas, sendo a maior parte delas rejeitadas por não se adequarem aos critérios de excepcionalidade propostos ou por não apresentarem a documentação completa, como foi o caso do Parque Nacional de Ichkeul, na Tunísia²⁰⁹.

David Hales enfatizou que o “momento e a ordem de entrada de uma propriedade na lista mundial não deveriam de forma alguma ser interpretados como uma indicação da qualificação ou julgamento do seu valor em comparação a outras propriedades na lista, mas ao atendimento aos critérios adotados pelo comitê”²¹⁰. Buscava-se justificar a partir de uma suposta imparcialidade técnica, determinadas escolhas que também se tomavam considerando questões político-administrativas da Unesco. Além disso, a citada rejeição da avaliação por comparação também divergia em relação a algumas sugestões que já haviam sido dadas quanto à eleição dos mais representativos exemplares dentro de um mesmo conjunto tipológico.

Ao fim dessa segunda sessão, discutiu-se sobre a adoção do emblema do patrimônio mundial. O secretariado da Unesco apresentou ao comitê algumas propostas da marca elaborada pelo artista Michel Olyff, que concebeu um emblema que expressasse a interdependência entre os elementos culturais e naturais em um único desenho. Um quadrado central representaria a forma criada pelo homem e o círculo representaria a

²⁰⁹ O bureau tinha como função coordenar o trabalho do comitê, e estabelecer as datas e os propósitos dos encontros dos envolvidos no sistema do patrimônio mundial.

²¹⁰ UNESCO, 1978, *op. cit.*, p.8 [DOC. CC-78/CONF.010/COL.1].

natureza, sendo os dois graficamente ligados e representados na cor azul e branco [em menção à ONU] e em preto e branco [como forma de simplificar a reprodução].

A consolidação dos desencontros terminológicos

Na medida em que a Unesco foi aumentando o seu raio de abrangência na preservação do patrimônio mundial, os esforços de estabelecimento de um léxico patrimonial se intensificaram. A adoção de um formulário padronizado de nomeação do patrimônio cultural e natural para o pleito de uma vaga na lista mundial terminou por fomentar a ampliação do debate em torno dos significados dos principais conceitos utilizados, embora esse tópico já estivesse colocado desde as discussões em torno da definição da convenção, como já foi abordado. E, os conflitos e desentendimentos terminológicos ainda não cessaram, como mostram algumas palavras de Herb Stovel publicadas no ano 2005: “é difícil usar conceitos de modo claro, dada a mudança do uso das palavras no decorrer do tempo – segundo várias jurisdições – e o fato é que não há uma clara distinção entre autenticidade e integridade em várias áreas”²¹¹, por exemplo.

Em 1976, a partir da iniciativa do Icomos-Itália e do curso de restauro da Università di Napoli, um pequeno grupo do Icomos encontrou-se na cidade de Ravello entre 08 e 10 de abril, a fim de discutir sobre o estabelecimento de um glossário multilíngue sobre termos de preservação. Entendia-se que tais termos frequentemente apresentavam problemas de tradução, o que levava a dificuldades de interpretação de documentos internacionais, assim como de troca de informações. Foram então examinadas 54 palavras, assim como as suas equivalentes, buscando-se, sempre que possível, estabelecer uma padronização. Na ocasião, abordaram-se as línguas inglesa, francesa, alemã, italiana, russa e espanhola, prevendo-se ainda inserir o árabe e outras línguas asiáticas não especificadas²¹².

Tendo em vista o aumento dos desentendimentos entre os Estados-Partes quanto ao vocabulário “unesquiano”, a revista internacional Icomos Newsletter passou a dedicar um campo da sua publicação ao tema da terminologia a partir do 17º número, de 1980. A revista contava com o apoio financeiro da Unesco, segundo mostrava o documento de

²¹¹ STOVEL, H. *An overview of emerging authenticity and integrity requirements for World Heritage nominations*. In: MORALES, F.J.L. [Ed.]. *Nuevas miradas sobre la autenticidad e integridad en el patrimonio mundial de las Américas - New views on authenticity and integrity in, the World Heritage of the Americas*. San Miguel Allende, Guanajuato. México. Agosto 24-26, 2005. Monuments&Sites XIII. Icomos, 2005 [p.61-68], p.61.

²¹² ICOMOS NEWSLETTER. Paris. Numbers 6-7. Winter, 1975-Spring, 1976.

subvenção DG4.5 1979/1980, e era lançada três vezes por ano. O objetivo da coluna era o de prover uma maior clareza quanto aos conceitos patrimoniais para o maior número de proponentes, tendo Margaret Rubens à sua frente, também ocupando o cargo de tradutora profissional e oficial do Icomos à época. Ela argumentava que todas as instituições internacionais eram obrigadas a adotar certo número de equivalentes linguísticos para uso em textos oficiais, porém, muitas vezes isso ocorria de uma forma aproximada. O resultado da consideração desses termos como códigos universais e finais resultava, “na melhor das hipóteses, na condução do desenvolvimento de um jargão incompreensível mundo afora, ou no pior dos casos, em uma interpretação errada dentro da própria organização”²¹³. Considerando que o sistema de proteção do patrimônio mundial havia adotado o inglês e o francês – duas línguas europeias – como os veículos oficiais de comunicação com mundo, as não equivalências linguísticas e axiológicas pesavam ainda mais.

O Icomos, considerando a comunicação entre os seus comitês nacionais, enfatizou que uma padronização de terminologia poderia, em alguma medida, ser viável estritamente em áreas técnicas, mas se constituiria em algo impensável para tratar do patrimônio da humanidade. Um dos primeiros exemplos sobre esse problema linguístico de significados incongruentes foi dado tomando-se as palavras “monumento” e “sítio”.

Enquanto a palavra italiana e espanhola *monumento* tem, no geral, os mesmos significados do *monument* francês, isso não parece ser verdade quanto ao *pamiatnik* russo, ao *denkmal* alemão, ou ao *athar* árabe... Entretanto, o *monumento* raramente se constitui em um obstáculo para o tradutor... O sítio [*site*]... é uma armadilha para os descuidados, especialmente por ter sido traduzido de forma incorreta na Carta de Veneza... A expressão sítio natural [*natural site*] é compreensível dentro do contexto da Convenção do Patrimônio Mundial, mas alguém externo a ela, sem dúvida teria uma interpretação do termo bastante diferente do que pretendeu o seu tradutor²¹⁴.

O próprio ato de proteção institucional no âmbito mundial, por vezes nomeado pela Unesco como “inventariar”, “listar” ou “arquivar” também foi tratada na revista. Uma vez que a palavra inventário²¹⁵ [*inventory*] na língua inglesa sugeria a ideia de posse

²¹³ ICOMOS NEWSLETTER. Paris. Number 17. Spring, 1980, p.8.

²¹⁴ ICOMOS NEWSLETTER. Paris. Number 17. Spring, 1980, p.8.

²¹⁵ A palavra inventariar, dentro das acepções utilizadas pela própria Unesco, apresentava entendimentos ambíguos. Se por um lado remetia à inscrição de um elemento na Lista do Patrimônio Mundial, o termo inventário também consistia na relação de áreas que compunham a lista provisória [*tentative list*] que deveria ser informada pelos Estados-Partes quanto aos possíveis elementos dentro dos seus territórios que atenderiam aos critérios de inclusão. O estabelecimento de tal lista provisória foi recomendada pelo comitê – tendo partido das sugestões de Michel Parent e de Krzysztof Pawlowski – em sua terceira reunião, realizada no Cairo em 1979, em consonância ao artigo 11 da convenção, que estipulava que os países deveriam elencar as áreas culturais e naturais que pretendiam nominar à Unesco durante os próximos cinco a dez anos. Isso

pessoal ou estoque de bens, listar [*listing*] implicava necessariamente programar a preservação e arquivar [*archive*], aludia a proteger documentalmente, percebia-se que nenhum dos vocábulos estaria isento de múltiplas conotações²¹⁶.

O problema se agravava ainda mais quando os termos representavam falsos cognatos entre línguas distintas, o que superava a complexidade da discutida “adequada correspondência”. A tendência em dar às palavras de origem latina ou grega – como é o caso da integridade – o mesmo significado em língua francesa ou inglesa, culminava em vários erros. A palavra *basílica* em francês [*basilique*], do modo em que era empregada para designar determinados edifícios católicos, como Saint Denis e Vézelay, por exemplo, não apresentava o rebatimento necessário com a sua arquitetura. Era comum que se usasse esse termo para especificar as “igrejas bizantinas derivadas da *basílica absidal romana*, ou ainda os templos medievais com naves e clerestórios”²¹⁷.

Como forma de tratar essas questões, os tradutores voltados à conversão de textos sobre o patrimônio eram incentivados a contatar a Unesco ou o Centro de Documentação Unesco-Icomos, com o objetivo de ter acesso a trabalhos ilustrados ou de se aconselhar com especialistas. Tamanha era a dificuldade desses profissionais na realização de uma tradução correta, que foi publicado um relato de Pascale Grémont Gervaise, tradutora do Icomos e secretária pessoal de Piero Gazzola.

... Na semana anterior a um simpósio ou a uma assembleia, os textos em “francês” empilhando-se em minha mesa, a máquina do mimeógrafo rodando [era uma era épica, antes das fotocópias] e o pânico súbito: é impossível reproduzir esse texto como ele é – é incompreensível... E na noite, em casa, eu tentava entender o relatório e colocá-lo em um francês mais ou menos correto, não por requisitos de estilo, mas para fazê-lo acessível a cada pessoa do Icomos que lesse em francês, a fim de garantir a difusão da informação justa, permitindo assim aos membros a troca eficaz de suas ideias e experiências. Eu não irei mencionar os problemas de gramática, fáceis de resolver, mas considerar a terminologia: o uso de termos técnicos que tivessem um significado preciso em uma língua, e que às vezes parecia ser empregado aleatoriamente. Os textos que recebemos frequentemente tratavam da arquitetura e da sua história, da conservação e restauração de edifícios, e do urbanismo. Cada uma dessas disciplinas tem o seu próprio vocabulário e era necessário se assegurar que ele seria usado corretamente. Como se pode decidir tão rapidamente, sem o tempo para se informar ou consultar fotografias, sobre o exato termo que deve ser empregado na descrição de um monumento longínquo ou para designar uma operação técnica...²¹⁸

também deu margens à compreensão da grande variedade de interpretações que estava sendo dada à convenção.

²¹⁶ ICOMOS NEWSLETTER. Paris. Number 18. Summer, 1980, p.8.

²¹⁷ ICOMOS NEWSLETTER. Paris. Number 19. Autumn, 1980, p.7.

²¹⁸ ICOMOS NEWSLETTER. Paris. Number 19. Autumn, 1980, p.7.

No caso de termos abstratos como a integridade, e também a autenticidade, a dificuldade se mostrava ainda mais latente. Tal fato era agravado tendo em vista que a palavra, apesar de frequentemente mobilizada em importantes textos, como no guia operacional, ainda estava para ser institucionalmente definida.

Frente a essas fronteiras comunicativas, a Unesco, juntamente ao Icomos, visaram criar um thesaurus bilíngue, ainda que não aspirasse a uma padronização completa e permanente. Desejava-se firmar uma base terminológica computadorizada a fim de estabelecer uma mútua compreensão. O desafio seria definir certo grau de aproximação entre os termos, de modo a ocasionar o menor aprisionamento linguístico possível. Porém, não se solicitaria que “o Icomos dos Estados Unidos parasse de falar sobre ‘preservação histórica’ [*historic preservation*] já que qualquer um do Reino Unido a trataria como ‘conservação’ [*conservation*]”²¹⁹.

Com o aprofundamento das polêmicas, a adoção, ou não, de um conjunto de termos autoproclamados como “oficiais” passou a ser entendida como um elemento de aderência ou resistência nacional quanto a uma forma de imposição de padrões importados do exterior. Assim, tanto a Unesco como o Icomos passaram a lidar com uma obstinada recusa à uniformidade terminológica que pretendia um órgão voltado à criação de uma lista do patrimônio de todas as nações. A tarefa de comunicação com os mais diversos países a partir do inglês ou do francês, duas línguas que também eram tidas como “internacionais” decorrentes dos amplos empreendimentos coloniais ao longo de três séculos no Ocidente, mostrava-se cada vez mais difícil. A intenção de diferenciação era percebida dentro dos próprios comitês nacionais do Icomos, fosse como estratégia de permanência da afirmação de uma identidade cultural, ou como um artifício de estabelecimento internacional de um conjunto de características próprias. Por exemplo, desde a sua criação, o comitê nacional francês passou a se denominar como “Section Française de l’Icomos”, enquanto o grupo estadunidense se definiu como “US/Icomos”²²⁰.

Se por um lado era possível compreender em alguma medida o significado de um termo dentro do contexto no qual estava inserido, por outro lado, a adoção de uma linguagem da Europa Ocidental para expressar ideias pertencentes a tradições culturais que em nada convergiam com esses juízos fragilizava os propósitos da lista mundial.

²¹⁹ ICOMOS NEWSLETTER. Paris. Number 20. Spring, 1981, p.8.

²²⁰ ICOMOS NEWSLETTER. Paris. Number 22. 1982, p.8.

Com o aprofundamento dos desentendimentos terminológicos, o Icomos lançou o Programa sobre Terminologia Comparada²²¹, que tinha como objetivo produzir uma lista dos principais termos técnicos utilizados em cada uma das especialidades relacionadas à proteção patrimonial²²². Os membros dos comitês nacionais hispânicos foram encarregados de elaborar uma relação das palavras utilizadas em seus países, que teria cada um dos seus vocábulos comparados com os idiomas de trabalho dessa instituição. Apesar do intento, os resultados não foram expressivos.

Por outro lado, a criação de um banco de dados terminológicos eletrônico foi levada a cabo anos depois, em grande parte graças aos esforços do Centro de Documentação Unesco-Icomos. Essa divisão era responsável por coletar informações relevantes de todas as áreas dentro do escopo da instituição; organizá-las e torná-las acessíveis, disseminando a todos aqueles interessados na preservação e no restauro do patrimônio cultural. Assim, foi estabelecido um conjunto de palavras com uma ampla rede de documentação e criada uma ferramenta de trabalho responsável pela compilação de uma lista de descritores. Por meio de buscas de palavras-chave, era possível identificar, classificar e unificar diferentes registros de dados. Assim, para cada termo ou frase, eram apresentados alguns equivalentes em outra língua, ainda que não se indicasse o seu significado, a explicação do seu uso, ou o contexto no qual poderia ser empregado, totalizando uma lista com mais de “3.000 termos nas duas línguas oficiais do Icomos”²²³.

Essas inovações vieram acompanhadas por um processo de revisão crítica do Icomos e do seu principal instrumento doutrinário, a Carta de Veneza, com a aproximação do seu vigésimo aniversário, em 1984. Com isso, as discussões envolvendo os termos no âmbito filosófico e as práticas de proteção patrimonial, passaram a ganhar espaço. Como grupo privilegiado de debate, havia sido criado dentro do Icomos o Comitê Internacional Especializado em Doutrina e Terminologia²²⁴, único em sua categoria. Esse comitê temático encontrava-se ao lado dos grupos de arqueologia; jardins históricos; arquitetura industrial; inventários; arquitetura militar; arte rupestre; urbanismo, cidades históricas e vilas; arqueologia subaquática; e arquitetura vernacular, dedicados ao estudo dos temas referentes ao patrimônio. Em relação à tecnologia, os comitês internacionais eram voltados

²²¹ O nome oficial do programa foi estabelecido em língua espanhola, possuindo a mesma conversão para o português, conforme foi enunciado.

²²² ICOMOS. Noticias del Icomos. Argentina. Número 1. Diciembre, 1981.

²²³ ICOMOS NEWSLETTER. Paris. Number 26. 1983, p.8.

²²⁴ Do original em inglês: *Specialized International Committee on Doctrine and Terminology*.

às estruturas de alvenaria; estruturas metálicas; estrutura de tijolos cerâmicos, fotogrametria; sismologia; vitrais; e estruturas em madeira. Em relação aos demais assuntos, existiam os grupos dedicados às estruturas administrativas; documentação; economia e finanças; educação e juventude; legislação; e treinamento²²⁵.

Desde o fim dos anos de 1970, determinadas ideias vinham sofrendo revisões e um exemplo disso foi a *Carta de Machu Picchu*²²⁶. O seu propósito constituiu em reinterpretar a *Carta de Atenas*²²⁷ do CIAM, considerando os principais problemas urbanos do momento que imediatamente antecedeu a década de 1980. A questão da integração foi tratada como a pedra de toque do planejamento, defendendo-se que ocorresse: a integração polifuncional e contextual das diferentes áreas urbanas, ao contrário da setorização anteriormente preconizada pelo planejamento urbano modernista; a integração do meio ambiente construído com o natural; a integração entre áreas residenciais de diversas comunidades; e a integração edifício-cidade-paisagem. Em outras palavras, defendeu-se que o planejamento deveria considerar a unidade dinâmica das cidades. Observa-se nesse documento, o esforço contrário àquele realizado em 1933 que buscou desintegrar o objeto arquitetônico e a cidade em seus elementos constituintes a fim de tratá-los, o que resultou em fraturas urbanas e em perda de significados.

O novo conceito de urbanização pede a continuidade de edificação, o que implica que cada edifício não seja um objeto finito, mas um elemento do *continuum*, que requer diálogo com outros elementos para completar sua própria imagem. O princípio do não finito não é novo. Foi explorado pelos maneiristas e, e de uma forma explosiva por Michelangelo, em nossa época não é apenas um princípio visual, mas fundamentalmente social...²²⁸

Com isso, assumia-se que embora a cidade formasse um todo, ela não apresentava o caráter de objeto acabado, sendo a sua construção, uma responsabilidade socialmente compartilhada. Depreende-se que a constituição da imagem do objeto urbano era possível graças ao diálogo dos seus elementos constituintes entre si, que segundo a carta, estavam representados pelas edificações. A partir do entendimento dessa carta, admitia-se que uma área urbana pudesse ser íntegra, sem que fosse acabada, completa. Também existia então,

²²⁵ ICOMOS NEWSLETTER. Paris. Number 24. 1982.

²²⁶ CARTA DE MACHU PICCHU. Documento do Encontro Internacional de Arquitetos, ocorrido em Dezembro de 1977.

²²⁷ LA CHARTE D'ATHÈNES. L'aboutissement du IV^e Congrès International d'Architecture Moderne [CIAM], 1933.

²²⁸ CARTA DE MACHU PICCHU, 1977, *op. cit.*, p.7-8.

uma percepção relativizada do que se considerava inteiro, algo que deveria ser entendido como processual e não como factual.

A construção de uma lista desbalanceada

No terceiro encontro do Bureau do Patrimônio Mundial em 1978, David Hales realizou um balanço das atividades desenvolvidas pelo comitê entre setembro de 1978 e outubro de 1979 e assinalou uma série de conquistas e de desafios a serem encarados nos anos a seguir. Ele chamou atenção para o número crescente de ratificações ou acessões à convenção, que naquele período totalizou o número 48. Esse montante foi acompanhado pela duplicação do orçamento anual e pela grande quantidade de nomeações recebidas para a inscrição na lista. Apesar da expansão em diversas direções, David Hales assinalou que a convenção ainda permanecia como um instrumento de preservação completamente desconhecido na maioria dos países do mundo e que muitos governos ainda não compreendiam plenamente as suas implicações, ou concordavam com elas²²⁹. Outro problema levantado, remetia ao crescente desbalanço entre a representação cultural e natural no comitê, o que estava iniciando a gerar dúvidas quanto à “credibilidade da Lista do Patrimônio Mundial”²³⁰. Tendo em vista a grande responsabilidade do comitê a respeito desse elenco, a sua “sabedoria” seria julgada a partir da composição da lista. Esse se constituiu no primeiro registro documental pesquisado que apontou de forma direta a desproporção entre a quantidade de elementos culturais e naturais inscritos, ainda que se acreditasse que houvesse mais artefatos construídos que áreas naturais que se enquadrassem nos critérios estabelecidos pela Unesco.

O comitê rebateu, afirmando que muitos dos elementos e áreas naturais nominados para a lista que satisfariam os critérios estipulados, estavam sendo considerados marginais devido à “inabilidade dos Estados-Partes em adequá-los aos rígidos critérios de gestão”²³¹ que se julgavam necessários. Como tal critério de gestão estava intimamente ligado à condição de integridade do patrimônio natural, o comitê requereu ao secretariado da

²²⁹ O Japão, por exemplo, apenas veio a fazer parte da convenção da Unesco no ano 1992, ou seja, 20 anos após a criação desse documento.

²³⁰ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Third Session, Cairo and Luxor, 22-26 October 1979. Report of the Rapporteur on the Third Session of the Bureau of the World Heritage Committee. Paris, 30 November 1979, p.3 [DOC. CC-79/CONF.003/13 REV].

²³¹ UNESCO, 1979, *op. cit.*, p.10 [DOC. CC-79/CONF.003/13].

Unesco que revisasse o guia operacional. A questão a estudar “seria a possibilidade de adicionar o critério de integridade à avaliação dos bens culturais”²³² para que se criasse um equilíbrio entre as inscrições. Além disso, sugeriu-se que não mais que 60% do montante total de recursos financeiros fosse alocado no financiamento de estudos ou intervenções do patrimônio cultural ou natural, de forma a melhor reparti-los.

Tais questões motivaram a delegação estadunidense a propor – no quarto encontro do comitê ocorrido em 1980 – a criação de um grupo de trabalho dedicado à promoção do balanço entre os elementos culturais e naturais inscritos na lista. Tal pleito também se justificava pela grande quantidade de áreas naturais protegidas federalmente nos Estados Unidos e Canadá que estavam tendo difícil acesso à relação mundial, fosse pelo rigor dos critérios, fosse pela pequena bancada de naturalistas no comitê, ou ainda pelo pequeno interesse da Unesco em ceder espaço da lista para a inscrição dos elementos da natureza.

Outra estratégia para se balancearem as nomeações, foi sugerida pela IUCN no ano 1980, que realizou a compilação e a publicação de uma lista da ONU contendo os parques nacionais e outras áreas protegidas que poderiam ser incluídas na Lista do Patrimônio Mundial. Segundo o referenciado organismo, essa lista poderia ser usada como base para identificar áreas naturais potenciais, construindo assim um inventário global.

Por outro lado, o Bureau do Patrimônio Mundial, no intento de justificar tal “desequilíbrio”, apelou para o argumento que, considerando “a intrínseca diferença que existe entre os bens culturais e naturais, junto ao fato de que o tamanho territorial dos sítios varia amplamente, [...] a importância dada tanto ao patrimônio cultural ou natural não pode ser avaliada por uma simples comparação numérica de inscrições na lista”²³³. Entretanto, a fragilidade desse argumento não permitia que o mesmo abrandasse as discussões.

Nesse interim, o Brasil teve o seu primeiro artefato inscrito na lista mundial. O sítio de Ouro Preto, em Minas Gerais, foi eleito nessa quarta sessão do comitê, atendendo aos critérios culturais I e III. A inclusão de Ouro Preto esteve ligada aos estudos realizados pelo consultor da Unesco no local, o urbanista Alfredo Viana de Lima, decorridos entre 1968 e 1970. Esses trabalhos foram relacionados às Missões Unesco no Brasil – que já foram apresentadas como uma das estratégias de atuação da instituição nos períodos anteriores ao estabelecimento da convenção – das quais também participaram Michel Parent, Graeme Shankland e Frédéric Limburg Stirum, em outras cidades. Os trabalhos de

²³² UNESCO, 1979, *op. cit.*, p.10 [DOC. CC-79/CONF.003/13].

²³³ UNESCO/BUREAU OF THE WORLD HERITAGE COMMITTEE. Fourth Session. Paris, 19-22 May 1980, p.13 [DOC. CC-80/CONF. 017/4].

Viana de Lima em Ouro Preto consistiram em analisar as causas da degradação da cidade e propor recomendações que embasassem um programa de preservação e de valorização local²³⁴. Os resultados da sua primeira, e mais longa, visita ao Brasil foram publicadas no Relatório 1739/BMS-RD/CLT, de janeiro de 1970²³⁵. As cidades que foram privilegiadas pela Unesco nessa época coincidiam, em parte, com as áreas que foram posteriormente listadas como patrimônio mundial, como Salvador, São Luís, São Cristóvão.

Na cerimônia de concessão do título, o então diretor-geral da Unesco, Amadou-Mahtar M'Bow, pontuou a excepcionalidade do lugar que era “rodeado por montanhas, e disposto em um ambiente natural de imensa beleza... Ex-capital do Estado de Minas Gerais, notória pelo charme das suas pontes e fontes, pelo brilho das suas casas com os seus trabalhos em madeira coloridos, pela harmonia dos seus edifícios públicos e pelas suas ricamente decoradas igrejas”²³⁶. Embora os elementos naturais também tenham sido, e muito, ressaltados, apenas os elementos culturais foram considerados excepcionais²³⁷.

A cada nova inscrição de uma área ou objeto cultural na lista, aumentavam as pressões sob a Unesco, de modo que no quinto encontro do Comitê do Patrimônio Mundial, ocorrido no ano 1981, na Austrália, decidiu-se,

... Encorajar aqueles países que possuem diversas propriedades já inscritas na lista a exercitar a contenção de nomeações adicionais [especialmente de nomeações culturais], no mínimo por um período limitado de tempo. Isso não deveria ser interpretado como uma sugestão de que aqueles países que ainda não tivessem proposto bens para a inscrição na lista fossem dissuadidos de fazer nomeações. Pelo contrário, o comitê estava ansioso para assegurar que uma grande variedade de propriedades fosse incluída na Lista do Patrimônio Mundial, tão rápido possível²³⁸.

Apesar dos esforços empreendidos em várias direções pelo comitê e pelo bureau para equilibrar a composição da lista, o elemento central que dava as bases para a sua constituição – o guia operacional – não recebia nenhuma profunda modificação de conteúdo. Os critérios de avaliação do patrimônio natural continuavam tão restritivos, que

²³⁴ PEREIRA, 2012, *op. cit.*

²³⁵ UNESCO. Brésil. Rénovation et Mise en Valeur d'Oro Preto Avant-Project. Octobre-Décembre, 1968.

²³⁶ UNESCO. Director-General of Unesco on the Occasion of the Inclusion of Ouro Preto on the World Heritage List. Ouro Preto, 21 April 1981, p.1 [DOC. DG/81/9].

²³⁷ As primeiras inscrições brasileiras na lista corresponderam a elementos do patrimônio cultural. A primeira área natural a ser protegida pela Unesco foram as Cataratas do Iguaçu, em 1986, que se mantiveram como o único patrimônio natural brasileiro de âmbito mundial até o fim da década de 1990.

²³⁸ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Fifth Session, Sydney, 26-30 October 1981. Report of the Rapporteur. Paris, 5 January 1982, p.9 [DOC. CC-81/CONF.003/6].

a IUCN noticiou ao comitê que apenas 5 a 10% das 2.000 áreas constituintes da lista da ONU de parques nacionais e áreas protegidas seriam elegíveis para a relação da Unesco.

Embora a condição de integridade estivesse relacionada às dificuldades de inscrição na lista mundial, a mesma era escassamente discutida nas reuniões da Unesco. Ela apenas comparecia explicitamente ao se tratarem dos assuntos relacionados à constituição da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, que até 1980, apenas tinha um inscrito²³⁹.

A perspectiva e o controle do patrimônio em perigo

Considerando que a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo atendia aos três propósitos de: “apoiar os esforços nacionais na salvaguarda da integridade de um bem; demonstrar à opinião mundial a realidade do perigo que ameaça tal propriedade e contribuir para a efetividade das campanhas mundiais de levantamento de recursos”²⁴⁰, percebe-se que esse critério qualificador desempenhava um duplo e dubio papel.

Isso decorria da confusão existente no guia operacional entre “significado” e “controle”. A importância do patrimônio cultural ou natural – determinada pelos valores que conformavam a excepcionalidade – mesclava-se ao que poderia acontecer ao mesmo no futuro. A publicação da IUCN sobre a documentação enviada à Unesco pleiteando uma vaga na lista mundial para o sítio neozelandês Nzsai, indica essa tendência que permaneceu por muitos anos no sistema do patrimônio mundial.

Quanto à integridade:

Um dos pontos fortes da candidatura é a aplicação de sistemas de gestão ordem jurídica e administrativa no local, para proteger os habitats e espécies do sítio Nzsai... Apenas uma das ilhas, no entanto, tem proteção total ao redor de área marinha. Cada uma das ilhas tem um plano de gestão e uma estratégia de conservação [...] que serão lançados em breve. Várias permanecem em condição praticamente pristina, sendo livre de ratos e gatos, e raramente visitadas por seres humanos. O grupo dos antípodas tem sofrido mínimas transformações, embora caçadores marinhos já tenham atuado lá. Entretanto, porcos, gatos, ratos e camundongos podem estar presentes em ilhas maiores. A flora de Campbell em particular, foi modificada por uma tentativa de agricultura que falhou em 1856. Os ovinos e bovinos foram posteriormente introduzidos, mas os últimos foram eliminados em 1992. Os coelhos e camundongos foram totalmente removidos de Enderby e as áreas degradadas estão em constante recuperação. Nenhum tem sido tão negativamente afetado pela atividade humana, como o sítio mundial da Ilha de Macquarie... As medidas em vigor para proteger a integridade dos componentes

²³⁹ A Região Natural e Culturo-Histórica de Koto, na então Iugoslávia, foi inscrita lista dos elementos em perigo no dia 26 de outubro de 1979.

²⁴⁰ UNESCO. Developing Guidelines for Inscription of Cultural and Natural Properties on the List of World Heritage in Danger. A report of IUCN and Icomos in Response to a Request from the World Heritage Bureau, 1982, p.1-2 [DOC. CLT-82/CH/CONF. 015/8. ANNEX II].

marinhos são mais problemáticas. A pesca comercial doméstica realizada em embarcações com menos de 43 metros de comprimento é permitida [...] em todas as ilhas, com exceção de Auckland [...], e sabe-se que causam mortalidade de algumas aves marinhas... O controle da pesca por captura é um grande problema dentro da Convenção sobre a Conservação da Fauna e da Flora Marinhas da Antártida²⁴¹... Um problema adicional na gestão da área marinha é a recente morte inexplicada de leões marinhos em torno das Ilhas de Auckland. A mortalidade dos leões-marinhos também tem sido associada com a pesca de lulas na área e alguns grupos de conservação têm sugerido encerramento sob lei. Em relação a esta e a outras questões ligadas à gestão dos recursos marinhos, deve ser reconhecido que o Departamento de Conservação da Nova Zelândia²⁴² tem limitados poderes legais... Em conclusão, o estado da componente terrestre do sítio é bom, e com as ações em curso para reduzir o impacto das espécies exóticas, o mesmo está melhorando. Na área marinha, no entanto, a proteção jurídica para as ilhas poderia ser reforçada e uma série de conflitos entre pesca comercial e a vida selvagem precisam de atenção²⁴³.

A integridade do patrimônio natural era também vinculada às ameaças que cercavam as áreas e ao seu suporte legal de proteção. Abordando esse tema, foi apresentada a proposta do Icomos e da IUCN²⁴⁴ sobre os quesitos que deveriam reger a decisão sobre a inscrição de um elemento na relação do patrimônio em perigo, que nesse período ainda não se encontravam bem definidos. Para a esfera cultural, considerou-se:

Perigo certificado: o bem é deparado com um perigo específico, provado e iminente, como:

- A] Séria deterioração de materiais;
- B] Séria deterioração de estrutura e de características ornamentais;
- C] Séria deterioração de coerência arquitetônica ou urbanística;
- D] Séria deterioração do espaço urbano ou rural, ou do ambiente natural;
- E] Significante perda de autenticidade histórica;
- F] Importante perda de significância cultural.

Perigo potencial: o bem é deparado com ameaças que podem ter efeitos deletérios sobre as suas características inerentes. Tais ameaças são, por exemplo:

- A] Modificação da condição jurídica do bem, diminuindo o grau da sua proteção;
- B] Falta de política de conservação;
- C] Efeitos ameaçadores de projetos de planejamento regional;
- D] Efeitos ameaçadores do urbanismo;
- E] Desencadeamento ou ameaça de conflito armado;
- F] Mudanças graduais devido a fatores geológicos, climáticos ou ambientais.

Já para o patrimônio natural, foram destacados como perigos certificados:

- A] Um sério declínio da população de espécies ameaçadas e de outras espécies de valor excepcional universal, pelas quais o bem foi legalmente estabelecido como área de proteção, tanto por fatores naturais, como doenças, ou por fatores antrópicos, como caças;

²⁴¹ Do original em inglês: *Convention on the Conservation of Antarctic Marine Living Resources*, CCAMLR.

²⁴² Do original em inglês: *New Zealand's Department of Conservation*.

²⁴³ IUCN. Documentation on World Heritage Properties [Natural]. 10 October 1998, p.23-24 [DOC. WHC-98/CONF.203/INF.10].

²⁴⁴ UNESCO, 1982, *op. cit.*, p.4-5 [DOC. CLT-82/CH/CONF. 015/8, 1982. ANNEX II].

- B] Severa deterioração da beleza natural ou do valor científico do bem, seja por ocupação humana, construção de reservatórios que inundem partes importantes da propriedade, desenvolvimento industrial e de agricultura, o que inclui o uso de pesticidas e fertilizantes; grandes obras públicas, mineração, poluição, desmatamento, coleta de lenha, dentre outros;
- C] Invasão humana nos limites das áreas a montante que danifiquem a integridade do bem.

Os perigos potenciais apontados para o patrimônio natural foram:

- A] Modificação da condição legal de proteção da área;
- B] Restabelecimento ou desenvolvimento de projetos dentro da área ou situados de modo que os seus impactos ameacem o bem;
- C] Desencadeamento ou ameaça de conflito armado;
- D] Plano de gestão ausente ou inadequado, ou não completamente implantado.

Acreditava-se então que em algumas ocasiões, os fatores que danificavam a integridade do patrimônio poderiam ser corrigidos por meios administrativos ou legais, como com o cancelamento de uma obra pública ou com a melhoria do seu aparato de proteção. Quando da inclusão de um elemento à relação do patrimônio em perigo, o comitê deveria desenvolver e adotar – em acordo com o Estado-Parte envolvido – um programa de medidas corretivas da integridade, a fim de que ele pudesse voltar à lista.

Paralelamente a esse debate, emergiu a discussão sobre a elaboração de um programa de monitoramento do estado de conservação dos elementos inscritos no elenco mundial. Segundo registrado em uma carta de 05 de janeiro de 1982, endereçada ao secretariado da Unesco, a delegação dos Estados Unidos propôs a criação de um sistema de avaliação da integridade dos elementos protegidos. O monitoramento auxiliaria também nas decisões em relação aos requerimentos de cooperação técnica e na formação lista do patrimônio em perigo.

É importante pontuar que a posterior implantação das atividades de monitoramento foi responsável pela percepção de algumas falhas nos processos de nomeação e inscrição. Essas falhas remetiam diretamente à ausência de informações básicas sobre os exemplares que constituíam a Lista do Patrimônio da Humanidade, como mapas, dados sobre estados de conservação, e sobre a estrutura legal de proteção e de gestão²⁴⁵, como será visto neste trabalho.

O grupo estadunidense apresentou o sistema de monitoramento desenvolvido no NPS, que serviu de base para o relatório enviado ao congresso sobre o estado de conservação dos parques, de maio de 1980. A referida proposta consistia na identificação

²⁴⁵ VAN HOFF, H. *The monitoring and reporting of the state of properties inscribed on the World Heritage List*. In: ICOMOS CANADA. *Icomos Canada Bulletin*. Volume 4. Número 3. Ottawa, 1995. P.11-14.

de três itens: das ameaças específicas que colocavam em perigo os parques naturais e os recursos culturais, das fontes dessas ameaças e dos recursos dos parques que estavam em risco. Com esse objetivo, era enviado um questionário contendo 73 possíveis riscos ao patrimônio, divididos em sete categorias gerais: degradação estética, poluição do ar, remoção física de recursos, invasão de espécies exóticas, impactos físicos dos visitantes, poluição da água e diminuição da sua quantidade, e operações do lugar. Os danos eram identificados em uma primeira etapa de avaliação, e posteriormente quantificados²⁴⁶. Apesar de reconhecer a importância e a utilidade do monitoramento, o bureau julgou essa proposta inadequada e imatura, tendo em vista o desenvolvimento das estruturas de proteção patrimonial da maior parte dos países naquela época.

Apesar da recusa, as discussões sobre a implantação do sistema de monitoramento não cessaram. Na sexta sessão do comitê, ocorrida de 13 a 17 de dezembro de 1982, em Paris, considerou-se importante que os países informassem à Unesco o estado do patrimônio protegido em seus territórios, com o objetivo de melhor orientar a aplicação dos recursos financeiros do fundo. Assim, o Icomos e a IUCN se reuniram de 12 a 13 de abril de 1983 na sede da Unesco, para discutir as ações a serem tomadas para atender ao comitê. Por considerarem a existência de diferenças profundas entre os elementos culturais e naturais, acreditavam não ser possível desenvolver um sistema comum, portanto os órgãos consultivos tomaram caminhos separados nessa empreitada²⁴⁷.

Também se justificava a adoção de dois sistemas de monitoramento evocando-se argumentos éticos. Era da crença de alguns ecologistas que os fenômenos naturais, como a fauna e a flora, eram valorados e valiosos em si mesmos – providos então de atributos intrínsecos – devendo ser protegidos de acordo com isso. Assim, tais manifestações naturais eram tidas como únicas e insubstituíveis pelo fato da sua criação não resultar da mão humana. Com base nesse argumento, defendia-se que o patrimônio natural era

²⁴⁶ UNESCO/BUREAU OF THE WORLD HERITAGE COMMITTEE. Sixth Session, Paris, 21-24 June 1982. Item 6 of the Provisional Agenda: Examination of a Proposal to Establish a Programme for Monitoring the Conditions of Sites Inscribed on the World Heritage List, 1982 [DOC. CLT-82/CH/CONF. 014/2].

²⁴⁷ Era compartilhada a ideia de que as relações entre o todo e as partes do patrimônio cultural e natural fossem fundamentalmente distintas. Em meados da década de 1980, prevaleciam os instrumentos de avaliação do estado de conservação que se endereçavam a recortes ou a elementos específicos das áreas protegidas, sendo comum encontrar deficiências na leitura do espaço por completo. Nas práticas do monitoramento ambiental, frequentemente uma pequena parte do território poderia atestar sobre o estado de uma porção maior, já que muitas vezes o critério amostral era empregado. Já para o monitoramento cultural, comumente decompunha-se o patrimônio em suas partes significantes, que eram avaliadas de forma individualizada e apenas a si representavam. Defendia-se que os valores do patrimônio cultural, em específico, desafiavam as análises objetivas, por mais que o tecido tangível fosse passível de quantificação. Assim, era usual que ambos os sistemas de monitoramento fossem entendidos como incompatíveis.

completamente irreproduzível, devendo ter a integridade um papel fundamental nos processos de conservação. Cabe apenas pontuar que, apesar dessas afirmações elevando a condição dos elementos naturais enquanto entes únicos, desde pelo menos o século XIX, já havia a defesa sistemática de que o patrimônio cultural também era insubstituível.

A IUCN – no documento *Monitoring Natural World Heritage Properties*²⁴⁸ – primeiramente pontuou que o termo monitoramento estava sendo entendido como a atividade resultante do exercício de reportar, definido como o conjunto de medidas a serem tomadas segundo uma metodologia padrão ao longo do tempo, de modo que a condição do lugar, assim como as suas tendências de transformação, fossem detectadas.

Nessa proposta, seria adotado o sistema de automonitoramento, no qual cada país relataria anualmente o estado do seu patrimônio. Essas informações fariam parte de um sistema internacional que proveria suporte à gestão. Seriam elaborados relatórios com base nas informações coletadas por meio de um formulário desenvolvido pela Unesco e pela IUCN. Segundo a sugestão desse organismo, o formulário registraria dados sobre a área, como a sua data de inscrição na lista; a autoridade nacional responsável; a cooperação técnica requerida; o número de visitantes por ano; o orçamento anual; o plano de gestão; os objetivos do lugar; o número de empregados; os programas de treinamento, de educação e de informação pública; as pesquisas e publicações; e as ameaças. A ênfase desse programa proposto não estava na identificação dos possíveis danos ou riscos – como se verificou no modelo estadunidense que priorizou os aspectos materiais do patrimônio e a integridade – mas no levantamento de informações que subsidiassem um plano de gestão geral.

Alguns anos após, o Icomos preparou uma proposta para o monitoramento sistemático do patrimônio cultural da lista, a pedido do comitê. O modelo tinha como a sua principal força motriz a cooperação internacional, que seria bastante mobilizada a partir da participação dos Estados-Partes no levantamento de informações. No momento em que foi estabelecida a periodicidade das atividades de monitoramento, o Icomos ponderou que ao longo de oito anos – considerando o intervalo de 1978 a 1985 – haviam sido inscritos 165 recortes culturais, existindo uma média anual de quase 21 elementos. A carga de trabalho era um importante item a ser considerado, uma vez que esse órgão era responsável por identificar monumentos, grupos de edifícios e sítios para inclusão na lista por meio da avaliação dos documentos de nomeação submetidos pelos Estados-Partes, por refinar os critérios de seleção do patrimônio e por formular recomendações sobre diversos temas.

²⁴⁸ IUCN. *Monitoring Natural World Heritage Properties*, 1983 [DOC. CLT-83/CONF.021/4].

Definiu-se então que as atividades de monitoramento seriam iniciadas pelas primeiras classificações na lista e o número de elementos monitorados corresponderia à média de elementos culturais inscritos a cada ano. As fontes de informação que alimentariam os documentos de monitoramento seriam de origens diversas. Além dos Estados-Partes, os proprietários, os comitês nacionais do Icomos, a rede do Iccrom – formada pelos centros regionais e pelos grupos de alunos da instituição –, as missões de especialistas e os membros de organizações não governamentais auxiliariam. Desse conjunto, os Estados-Partes teriam um papel destacado por serem os responsáveis pelo preenchimento de questionários sobre o estado de conservação do patrimônio.

O procedimento regular, também chamado de procedimento de rotina, seria implementado nos artefatos culturais a serem escolhidos pelo Comitê do Patrimônio Mundial. O Icomos coletaria e analisaria diversas informações para construir um relatório que reportasse o estado de conservação do patrimônio cultural e realizasse recomendações. Tal documento seria apresentado na sessão anual do comitê, que decidiria se manteria o artefato no elenco mundial, se o incluiria na lista do patrimônio em perigo, se proveria assistência especial de cooperação técnica e financeira, ou se implementaria o procedimento de exclusão da Lista do Patrimônio Mundial²⁴⁹.

Os debates sobre o sistema de monitoramento do patrimônio da humanidade, além de expressarem divergências de critérios técnicos, assinalaram alguns conflitos políticos, uma vez que muitas das propostas discutidas foram vistas como tentativas de policiamento e de invasão à soberania dos Estados-Partes.

Embora essas questões tivessem dominado a pauta do comitê e do bureau, as mesmas parecem ter sido discutidas sob o pano de fundo do desbalanceamento da lista, que se tornou bastante evidente no fim de 1983, quando as relações entre o Icomos e a Unesco parecem ter estremecido.

²⁴⁹ Seria criado um comitê de monitoramento dentro do Icomos, composto pelo presidente dessa organização e assistido pelo seu presidente honorário, pelo coordenador do Icomos em relação à Convenção do Patrimônio Mundial, por um representante do Iccrom, e por um da IUCN, dependendo do caso. Os documentos produzidos pelo comitê de monitoramento alimentariam uma base de dados que permitiria a comparação de informações sobre estados de conservação em momentos distintos. Por fim, sugeriu-se que esse sistema de armazenamento fosse compatível ao existente na IUCN, que já realizava as atividades de monitoramento quanto ao patrimônio natural [UNESCO/BUREAU OF THE WORLD HERITAGE COMMITTEE. Item 7 of the Provisional Agenda: Monitoring the Status of Conservation of Properties Included in the World Heritage List. Tenth Session, Paris, 16-19 June 1986 (DOC. CC-86/CONF.001/5)].

As polêmicas entre o Icomos e a Unesco: as decisões de inscrição

O então presidente desse órgão consultivo, Michel Parent, em seu discurso na ocasião da sétima sessão do Bureau do Patrimônio Mundial, realizada em Paris de 23 a 30 de junho de 1983, pontuou que “falando de modo geral, o bureau e o comitê têm aceitado as opiniões circunstanciadas oferecidas pelo Icomos” em virtude da abertura e da confiança, entretanto a mesma havia sido cobrada pela Unesco de “dar mais ênfase ao critério de integridade”²⁵⁰ nas suas avaliações.

Considerando que no fim daquele ano, a lista já apresentava aproximadamente 150 monumentos, grupos de edifícios e sítios inscritos como elementos culturais, o que perfazia quase 70% do elenco do patrimônio mundial, Michel Parent decidiu se pronunciar a respeito dos critérios que vinham regendo tais escolhas. Essas decisões estavam levando as partes envolvidas a conflitos políticos, potencializados à medida que considerável quantidade de áreas e objetos eram inscritos na lista, formando assim um rico precedente em relação ao qual os Estados podiam se referir. Para Michel Parent,

Isto é o fato de que cada vez mais, numerosas nomeações fazem emergir avaliações contraditórias, e nós nos achamos envolvidos no presente com um grande número de nomeações às quais aquelas “acima do limiar” estão tão próximas daquelas “abaixo do limiar”, que a opinião adotada pela maioria de um determinado órgão na ocasião poderia ser diferente em outra ocasião, com apenas uma ligeira mudança na sua composição²⁵¹.

Segundo o presidente do Icomos, isso também decorria em função dos critérios adotados para a eleição do patrimônio cultural, cujos pontos mais críticos estavam centrados em torno: da autenticidade, da universalidade, da representatividade mundial, do delineamento em virtude da integridade, e dos problemas colocados pelas cidades²⁵².

A não elegibilidade de determinados elementos culturais, em especial de alguns monumentos, estava levantando questões acerca do conceito de autenticidade. Segundo Michel Parent, essa noção, tal qual vinha sendo adotada pela Unesco, impossibilitava a substituição de antigas partes constituintes por novas em um edifício, por exemplo. Entretanto, na prática, ele defendia que até as ruínas requeriam manutenção e proteção, enquanto que os monumentos demandavam reparos periódicos e adições ocasionais, ainda

²⁵⁰ UNESCO. Speech by Mr. Michel Parent, Chairman of Icomos, during the Seventh Session of the Bureau of the World Heritage Committee. Paris, 23-30 June 1983, p.1 [DOC. SC/83/CONF.009/INF.2].

²⁵¹ UNESCO, 1983, *op. cit.*, p.2 [DOC. SC/83/CONF.009/INF.2].

²⁵² Michel Parent se referiu à cidade pela palavra inglesa *town*.

que o uso se mantivesse o mesmo. Além disso, mencionou a questão dos restauros estilísticos, ponderando se tais intervenções novecentistas deveriam ser consideradas como uma traição ao passado ou como uma contribuição de outro século. Os acréscimos de diversas catedrais na Lista do Patrimônio Mundial daquele momento não auxiliavam na compreensão de uma postura coerente.

Em relação à universalidade, Michel Parent argumentou que estava se estabelecendo um conflito entre o “valor nacional” contra o “valor internacional”. Para o presidente, isso parecia ambíguo, uma vez que um determinado valor cultural poderia ser transnacional, ainda que existisse dentro de nações específicas. A questão da representatividade, que se encontrava intimamente ligada à universalidade, estava sendo entendida em termos de uma “percepção serial” do patrimônio cultural no mundo. Embora o guia operacional esclarecesse os diferentes aspectos dessa representatividade – abordada como um exemplo excepcional, tendo exercido grande influência ou testemunhado uma civilização desaparecida – era defendido que tal noção de série pressupunha uma homogeneidade de objetos ou de áreas, o que raramente era relevante ou adequado na esfera da cultura.

O delineamento das áreas em função da integridade foi o ponto principal tratado por Michel Parent, uma vez que respondia frontalmente às críticas feitas pela Unesco ao Icomos. Embora na década de 1980, a integridade fosse um qualificador apenas do patrimônio natural, podendo ser entendida como um “critério condicional”, esse conceito auxiliava o comitê a definir as extensões das áreas culturais a serem protegidas no momento da listagem²⁵³, assim como as zonas envoltórias. Entretanto, diferentes interpretações surgiam ao tratar dos diversos elementos que isoladamente poderiam justificar uma inclusão individual. Michel Parent defendeu que essa separação dos objetos e áreas culturais muitas vezes eclipsava o elemento patrimonial em detrimento de outros artefatos, que passavam a ser considerados supérfluos. Argumentou-se que do mesmo modo que a

²⁵³ É importante destacar que a Resolução de Budapeste de 1972 foi o primeiro documento doutrinário consultado que relacionou a introdução de um edifício novo em uma área antiga, à integridade urbana. Essa resolução foi um documento resultante do simpósio promovido pelo Icomos para a discussão da introdução da arquitetura contemporânea em conjuntos de edifícios antigos, também iluminando o conflito entre desenvolvimento e preservação. As conclusões obtidas dessa discussão foram adotadas na terceira assembleia geral do Icomos, ocorrida de 25 a 30 de junho de 1972, e defendiam a possibilidade de integração da arquitetura contemporânea às áreas históricas, desde que a intervenção dialogasse com o tecido urbano existente e com a sua evolução no tempo [RESOLUTIONS OF THE SYMPOSIUM ON THE INTRODUCTION OF CONTEMPORARY ARCHITECTURE INTO ANCIENT GROUPS OF BUILDINGS. Adopted at the International Symposium on the introduction of contemporary architecture into ancient groups of buildings, meeting in Budapest on 27th and 28th June 1972, at the time of the Third General Assembly of the International Council on Monuments and Sites, 1972].

reunião de elementos modestos poderia conferir mérito ao todo, o mesmo deveria ser aplicado às “séries de prestígio”, como as catedrais ou mesquitas envoltas no seu ambiente.

Essa questão da integridade enquanto fator de coesão de partes distintas também se relacionava ao último ponto tratado pelo presidente do Icomos nesse discurso: as cidades. Considerando que a convenção não fazia menção explícita, elas eram então abordadas a partir de uma extensão do conceito de sítios e de grupos de edifícios, o que por muitas vezes se mostrava insuficiente para que se abarcassem os seus mais importantes significados. Além disso, Michel Parent acreditava que as cidades deveriam ser avaliadas em função dos seus próprios referenciais, e não em comparação com outras.

A representatividade de uma cidade como parte de uma série é muito mais difícil de medir que a de um monumento. Cada cidade italiana tem a sua própria medida de “italianidade” [*“Italian-ness”*], mas cada uma tem uma medida ainda maior de originalidade. Qual cidade, então, poderia representar a todas as outras, senão Roma que, de fato, expressa mais a sua própria singularidade e universalidade, a sua “romanidade” [*“Romanity”*]? Nós começamos a perceber a especificidade da questão das cidades...²⁵⁴

O ponto que parece ter se colocado nesse momento era o repasse de responsabilidades de uma lista patrimonial criticada por não atender aos seus próprios propósitos quanto ao caráter mundial. Nesse sentido, a Unesco culpou a atuação do Icomos, que por sua vez lançou a questão ao guia operacional e às definições do bureau.

* * *

A partir da narrativa empreendida até agora, é possível perceber que a integridade representou um elemento que, desde as primeiras atividades de tutela da Unesco, ajudou a configurar a imagem do patrimônio mundial, especialmente no que tangia aos ambientes naturais. Se o patrimônio da natureza sempre foi historicamente secundarizado nas ações dessa instituição – o que remontava às polêmicas discussões sobre a elaboração da convenção ao longo de décadas – a integridade, seu principal critério qualificador, também assumiu um papel marginal nos processos de patrimonialização, embora sempre se buscasse afirmar o contrário.

Os importantes auxílios financeiros dos Estados Unidos, sobretudo nos decênios iniciais de atuação da Unesco, assim como a proximidade dos seus dirigentes administrativos, possibilitou a importação de alguns conceitos estadunidenses para o léxico

²⁵⁴ UNESCO, 1983, *op. cit.*, p.7 [DOC. SC/83/CONF.009/INF.2].

e para as práticas do sistema do patrimônio mundial. Esse foi o caso da chamada “significância”, que em várias línguas manteve praticamente intacta a sua grafia inglesa, e da integridade. A sua adoção foi realizada de modo tão enfático, que atualmente a integridade é considerada como um crivo eminentemente eurocêntrico.

Desse modo, se investigação dos primeiros aspectos técnicos e político-administrativos acerca desse termo possibilitou traçar a sua justa genealogia, por outro lado, permitiu identificar as raízes da confusão com o conceito de autenticidade, algo que persiste até os dias atuais. Os encontros que subsidiaram a elaboração do guia operacional, e em especial, a intervenção de Raymond Lemaire, forneceram as bases para que as noções de integridade e de autenticidade fossem próximas o suficiente até o ponto de se fundirem uma com a outra.

Assim, se a convenção representou o primeiro instrumento de triagem do patrimônio mundial, o guia operacional assumiu um papel de destaque nessa segunda fase de avaliação. Entretanto, para além da subjetividade na interpretação do atendimento aos critérios de patrimonialização, a elaboração da lista mundial foi mediada por questões de ordem institucional, que também regulavam o ingresso nesse elenco. Nesse sentido, a integridade representou um ponto de avaliação técnica do patrimônio que foi revestido por variados propósitos, conforme abertamente declarado pela IUCN.

A forma de estruturação da Unesco quanto às divisões encarregadas do patrimônio mundial propiciava esse tipo de prática, uma vez que ao Comitê do Patrimônio Mundial foi dado o arbítrio de inscrição dos objetos, áreas, elementos e sítios de interesse da humanidade na lista, ainda que isso escapasse às recomendações técnicas elaboradas pelos órgãos consultivos. Essa pode ser entendida como a terceira fase de avaliação patrimonial, e que seguramente, foi responsável por um grande número de inscrições.

A Lista do Patrimônio Mundial, sobretudo a partir do início da década de 1980, passou a representar um espelho dos profundos conflitos contidos no interior do próprio sistema da Unesco e entre essa instituição e diversos países signatários, ou não, dela. Tais conflitos eram frequentemente expressos por pares entendidos de modo dicotômico, como cultura e natureza, universal e local, continuidade e substituição, Ocidente e Oriente, colonizadores e colonizados, dentre outros.

Nesse sentido, à época, a lista havia pendido para um lado que escassamente representava a diversidade universal que almejava representar, o que fomentou a adoção de determinadas estratégias com vistas ao seu balanceamento. Segundo essas intenções, a ampliação do uso do critério de integridade no estabelecimento do elenco mundial

constituiu um importante recurso na tentativa de promover a credibilidade e a “integridade” da lista, como será visto no capítulo a seguir.

A “integridade” da Lista do Patrimônio Mundial e a consolidação do critério no âmbito cultural

A partir de meados de 1980, um conjunto de transformações pontuais foi implementada no seio do sistema do patrimônio mundial, com o objetivo de tratar as questões apresentadas no capítulo anterior desta tese. As principais medidas adotadas consistiram na emergência da ideia do patrimônio misto cultural e natural, protagonizado pelas paisagens em suas diversas manifestações; na realização dos programas do Estudo Global e da Estratégia Global com o objetivo central de identificar, discutir e “completar as lacunas” existentes na lista; no estabelecimento do Centro do Patrimônio Mundial como uma seção específica da Unesco; e na ampliação do uso da integridade.

Com o objetivo de oficializar essas novas disposições, foi planejada uma extensa revisão do guia operacional que apenas se concretizou em 2005. Nesse período, a integridade ficou em “evidência” dentro dos procedimentos operativos do patrimônio mundial, já que foi, pela primeira vez na história da instituição, conceituada oficialmente, também passando a ser adotada como critério de avaliação de nomeações culturais.

Essa aparente expansão do uso da integridade como elemento qualificador de todas as categorias de patrimônio foi precedida e sucedida por numerosos debates em fóruns internacionais. Os eventos que a antecederam tiveram como propósito discutir possíveis entendimentos sobre o termo, definindo o escopo da sua aplicação nas atividades de reconhecimento e de monitoramento do patrimônio. Já os encontros que se seguiram, focaram na investigação de como operacionalizar a verificação da condição de integridade nos objetos e áreas culturais, já que esse tema não foi tratado no guia. Todos esses fatos

foram então permeados pela ênfase dos aspectos político-administrativos do conceito, compondo a parte final da narrativa.

3.1 As tentativas de manutenção da “integridade” da lista de meados de 1980 até 2005

O ponto de intercessão: os elementos mistos e as paisagens rurais

As palavras de Michel Parent proferidas durante a 7ª sessão do Bureau do Patrimônio Mundial tiveram eco especialmente no que tange às cidades, novo “tipo” de patrimônio cultural cujas nomeações estavam passando a ser cada vez mais frequentes, assim como o ingresso à lista. Frente a isso, o Icomos promoveu um fórum específico para discutir a questão, ocorrido em Paris, de 05 a 07 de setembro de 1984, resultando em um documento apresentado ao bureau e ao comitê e incorporado às práticas da Unesco por meio da divulgação de pequenos conjuntos de guias complementares.

Considerando que o primeiro artigo da convenção dispunha sobre os “grupos de edifícios”¹, tal categoria passou a ser dividida em três partes:

- I] As cidades que não são mais habitadas mas que proveem evidências arqueológicas imutáveis do passado; essas geralmente satisfazem o critério geral de autenticidade e podem ser facilmente geridas;
- II] As cidades históricas que ainda são habitadas e que, pela sua natureza, têm se desenvolvido e irão continuar a se desenvolver sob influência de mudanças socioeconômicas e culturais, uma situação que faz com que a avaliação da sua autenticidade seja mais difícil e qualquer política de conservação, mais problemática;
- III] Novas cidades do século XX que paradoxalmente têm algo em comum com ambas as categorias acima mencionadas: enquanto a sua organização urbana é claramente reconhecível e sua autenticidade é inegável, o seu futuro não é claro, já que seu desenvolvimento não pode ser controlado².

As cidades não mais habitadas foram entendidas como sítios arqueológicos, que deveriam ser listados como “unidades integrais”. Acreditava-se que um grupo de monumentos ou de poucos edifícios não seria adequado para sugerir a multiplicidade e

¹ Consistiam em grupos separados ou conectados de edifícios que, devido à sua arquitetura, sua homogeneidade ou o seu lugar na paisagem, são de valor excepcional universal do ponto de vista da história, arte ou ciência.

² UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Eighth Ordinary Session, Buenos Aires, 29-02 November 1984. Report of the Rapporteur, 2 November 1984, p.4 [DOC. SC/84/CONF.004/9].

complexidade das funções de uma cidade que desapareceu, portanto, a mesma deveria ser protegida em sua “inteireza”³, juntamente aos seus entornos naturais, sempre que possível. Nessas definições, a integridade – enunciada a partir dos termos de unidades integrais e de inteireza – emergiu enquanto característica qualificadora das cidades inabitadas, responsável pela expressão das suas diversas camadas de significados urbanos.

Foi durante esses debates que também surgiu a definição de “centro histórico” no âmbito do patrimônio mundial, entendido como a exata urbe das cidades antigas que passou a estar enclausurada no interior de áreas modernas, como Roma, a antiga cidade de Damasco e a Medina de Tunis. Tais centros históricos apenas seriam elegíveis se existissem numerosos edifícios antigos, em bom estado de conservação, que fossem suficientes para prover uma indicação direta das características de um lugar de interesse patrimonial.

Esse alargamento, tanto conceitual quanto físico, dos elementos passíveis de proteção pela Unesco, também foi acompanhado pelo desenvolvimento de debates em torno do patrimônio misto, os seja, daquele formado por uma dimensão cultural e natural, no qual as paisagens foram as grandes protagonistas anos mais tarde⁴. Reconhecendo o desafio da proteção da integridade desses elementos⁵, o comitê realizou estudos de avaliação da sua viabilidade. Nessa orientação, a IUCN reuniu-se em Paris, no dia 11 de outubro de 1985, com o Icomos, para formatar um guia para o reconhecimento e a nomeação dos elementos mistos.

Nos meses que antecederam esse encontro, a IUCN – representada pelo seu vice-presidente da Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas⁶, John Foster – esteve incumbida de articular as sugestões dadas por Ralph Slatyer [ex-presidente do Comitê do Patrimônio Mundial], Adrian Phillips [membro da IUCN], James Thorsell [secretário-executivo da IUCN] e Michel Parent [presidente do Icomos] em torno do tema do patrimônio misto. Embora tivesse sido aventada a participação da International Federation of Landscape Architects [IFLA], a mesma não ocorreu nesse momento.

³ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 1984, *op. cit.*, p.4 [DOC. SC/84/CONF.004/9].

⁴ Embora documentos doutrinários de proteção já tivessem destacado o papel das paisagens como elementos constituintes da imagem das áreas urbanas protegidas, e, portanto fundamentais à integridade do lugar, como foi o caso da Resolução de Bruges, lançada em 1975, a real abertura da Unesco à paisagem apenas ocorreu na década de 1990 [RESOLUTIONS OF THE INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON THE CONSERVATION OF SMALLER HISTORIC TOWNS. Adopted at the 4th Icomos General Assembly. Rothenburg ob der Tauber, 29-30th May 1975].

⁵ Cabe citar em meados da década de 1980, pouquíssimas paisagens estavam sob proteção, excetuando-se aquelas formadas por reservas naturais ou parques.

⁶ Do original em inglês: *Commission on National Parks and Protected Areas*.

O estabelecimento do elemento misto enquanto outro ente a ser preservado não foi considerado conflitante com as disposições da convenção, que embora não o explicitasse, também não o negava. Com o aumento do número de lugares que poderiam ser entendidos tanto como patrimônio cultural como natural, as avaliações das nomeações se tornavam cada vez mais disputadas entre o Icomos e a IUCN. Com o objetivo de balancear o número de inscrições de elementos culturais e naturais na lista, caso um candidato representasse essas duas dimensões, havia uma tendência de tentar enquadrá-lo como patrimônio natural em meados da década de 1980. Por outro lado, dentro dessa rubrica, não existia espaço para áreas bastante modificadas pelo homem, ainda que prevalecesse o elemento da natureza. Na França, por exemplo, as regiões que não houvessem sofrido intervenção humana eram bastante escassas, dificultando as nomeações de elementos mistos para muitos países como esse.

Propôs-se então que não fosse criada uma nova categoria de patrimônio, continuando a utilizar os termos presentes na convenção. O guia operacional teria então alguns dos seus critérios de avaliação quanto à excepcionalidade dos elementos culturais e naturais alterados, de modo a comportar áreas culturais com uma natureza igualmente significativa e áreas naturais com intervenções humanas que conferiam a elas um caráter especial. Se as categorias se mantiveram as mesmas, os exemplos que as ilustravam foram ampliados, passando a englobar as paisagens, registradas no 26º parágrafo do guia. As principais preocupações sobre elas giravam em torno da manutenção da integridade:

A recomendação a seguir é feita aos Estados-Partes sobre a nomeação das propriedades que mostrem associações excepcionais de elementos culturais e naturais sob os critérios [IV] e [III] referentes aos parágrafos 21 e 24:

A) Tais propriedades podem englobar inteiramente as paisagens feitas pelo homem ou modificadas por ele, ou conter uma mistura de ambas. Elas podem demonstrar padrões de uso de solo e práticas de longas datas, que estão em harmonia com o relevo e com a cobertura vegetal natural da área. Pode haver pequenos assentamentos e edifícios pontuais, desde que em escala e associados com o uso tradicional do solo e com a manutenção das tradições culturais;

B) Tais propriedades devem ser adequadas em área para prover exemplos representativos de relevos, usos do solo e tradições culturais, assegurando a manutenção da sua integridade em longo prazo;

C) Tais bens podem ser de propriedade pública ou privada, ou uma combinação de ambas. A jurisdição deve ser adequada para assegurar que a escala e a taxa das mudanças relacionadas ao desenvolvimento [...] sejam estabelecidas em um nível que mantenha as características-chave da paisagem, evitando qualquer redução da sua qualidade total;

D] Tais propriedades devem se beneficiar de um mecanismo adequado e viável para envolver instituições e indivíduos na gestão, de maneira a manter a sua integridade total⁷.

Essas paisagens foram entendidas como “rurais”, uma vez que nessa primeira fase de discussão, os exemplos sobre ambientes não urbanos que eram caracterizados como áreas de cultivo predominaram⁸. Eram bastante comuns as menções, nos documentos consultados, sobre os terraços de plantação de arroz em Bali e em outras localidades do sudeste asiático, os vales de uva em vários territórios da Europa, dentre outros.

Se por um lado a consideração da proteção das paisagens rurais implicava a preservação de elementos em uma extensão até então restrita apenas ao patrimônio natural, por outro, surgiam novos desafios de gestão por se tratar de áreas, na maior parte dos casos, de propriedade privada⁹. Nesse sentido, o controle da integridade – fosse ela entendida no sentido físico do patrimônio ou no de sua gestão – representava um grande desafio aos instrumentos, aos conceitos e ao corpo técnico da Unesco daquele momento. Além disso, certos membros do bureau defendiam que seria necessário agir com cautela, uma vez que muitas áreas poderiam ser caracterizadas como a comum “natureza modificada pelo homem”, o que “abriria a porta para a proliferação das nomeações”¹⁰.

O debate foi reaberto no ano 1987, com a nomeação do Parque Nacional Lake District, no Reino Unido, como um sítio misto. É importante frisar que nos documentos consultados, os termos paisagem rural e paisagem apareceram frequentemente como sinônimos, dentro do que se entendia como sítios mistos de patrimônio cultural e natural.

⁷ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Item 8 of the Provisional Agenda: Elaboration of Guidelines for the Identification and Nomination of Mixed Cultural and Rural Landscapes. Ninth Ordinary Session, Paris, 2-6 December 1985, p.7 [DOC. SC/85/CONF.008/3].

⁸ Apesar de a discussão sobre os ambientes rurais ter tomado impulso em meados da década de 1980, a mesma já havia sido tratada em alguns documentos doutrinários como na Recomendação sobre a Salvaguarda da Beleza e da Característica das Paisagens e Sítios de 1962, e nas Recomendações de Nairóbi Relativas à Salvaguarda de Conjuntos Históricos e seu Papel na Vida Contemporânea de 1976.

⁹ Essa discussão ecoou no Brasil com a publicação da Carta de Petrópolis, produto do 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, de 1987, que adotou como tema principal de reflexão a preservação e revitalização de centros históricos, apresentando uma definição de “sítio histórico urbano”. Segundo o documento, o sítio histórico urbano constituía parte integrante de um contexto amplo que englobava as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes em um espaço de valores atribuídos no passado e no presente ao elemento, em processo dinâmico de transformação. Nesse sentido, o documento registrou que os novos espaços urbanos deveriam ser entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação. Essa definição de sítio histórico urbano apresentou em sua conceituação um alargamento e complexificação da área patrimonial, de modo a também englobar elementos de caráter imaterial, como os modos de morar de comunidades [CARTA DE PETRÓPOLIS. Preservação e Revitalização de Centros Históricos. Documento do 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, 1987].

¹⁰ UNESCO/BUREAU OF THE WORLD HERITAGE CONVENTION. Tenth Session, Paris, 16-19 June 1986. Report of the Rapporteur. 15 September 1986, p.11 [DOC. CC-86/CONF.001/11].

Com a referida nomeação, decidiu-se considerar o patrimônio misto nas definições da Unesco, por se acreditar que a preservação do ambiente cultural reforçaria a proteção do ambiente natural em longo prazo. Como se julgava que as principais fontes de danos aos sítios naturais provinham das atividades humanas, seria de vital importância considerar os aspectos antrópicos na sua proteção. Além disso, os artefatos culturais poderiam ser mais bem tutelados caso fosse levado em conta o seu ambiente, no qual se incluíam os elementos naturais. Assim, quando uma determinada área atendesse tanto a critérios de excepcionalidade cultural como natural, seria enquadrada como mista.

O comitê apenas consideraria a inclusão na lista dos melhores tipos de paisagens, evitando assim “qualquer enfraquecimento ou desvalorização da significância da convenção”¹¹, segundo suas palavras. As melhores paisagens seriam consideradas aquelas de integridade assegurada, o que seria verificado por meio de duas condições. A primeira dizia respeito à segurança obtida por legislações de proteção paralelas a um efetivo sistema de gestão. A segunda condição se referia ao nível do controle de alterações do espaço, e portanto, estava intimamente ligada à primeira.

Apesar da nomeação do Parque Nacional Lake District ter motivado o aprofundamento de algumas discussões na Unesco, o desenrolar da sua história pode elucidar alguns dos conflitos existentes nos procedimentos de inscrição na lista. Em outubro de 1987, quando os representantes da IUCN, do Icomos e do secretariado da Unesco discutiram sobre a referida candidatura, pontuou-se que o termo paisagem rural não correspondia à definição dada no artigo 1 da Convenção do Patrimônio Mundial, já que o conceito de patrimônio natural não continha nenhuma referência aos elementos culturais que pudessem apontar para um valor excepcional universal. Nessa discussão, considerou-se que apenas as características naturais não modificadas por intervenções humanas seriam consideradas no reconhecimento de um sítio natural. Nessa perspectiva, a nomeação do Reino Unido como patrimônio misto não foi aceita pela IUCN, embora o Icomos tivesse sido a favor da sua inscrição. O comitê optou deferir a nomeação até algumas questões estarem esclarecidas entre os órgãos consultivos e a Unesco. Após discussão com o Icomos, o Reino Unido decidiu apresentar novamente a nomeação da área, mas dessa vez, apenas na categoria de patrimônio cultural. Quando a nomeação foi relançada em setembro de 1989, foi deferida pelo Bureau do Patrimônio Mundial, por acreditar que se tratasse de uma área de paisagem rural que deveria ser avaliada pela IUCN

¹¹ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Note on Rural Landscapes and the World Heritage Convention. Eleventh Session, Paris, 7-11 December 1987, p.3 [DOC. SC-87/CONF.005/INF.4].

em cooperação com o Icomos. Embora muitos membros tivessem demonstrado grande interesse em inscrever esse sítio, não se chegou a um consenso. O comitê sentiu que não havia critérios suficientemente claros para permitir a entrada desse tipo de área na lista mundial, apesar das discussões anteriores e da alteração do guia operacional¹².

Na 15ª sessão do bureau, ocorrida em junho de 1991 em Paris, o secretariado da Unesco elaborou e apresentou um critério de inclusão mais específico para as paisagens culturais, que poderia ser aplicado aos sítios mistos. A proposta foi bem acolhida pelo bureau, que ressaltou a importância do cumprimento da condição de “integridade continuada” pela paisagem cultural em função do seu dinamismo de usos e de transformações. Além disso, ela deveria se submeter ao teste de autenticidade, como todas as demais áreas culturais. Assim, ao lado dos seis critérios de excepcionalidade cultural, propôs-se inserir o sétimo:

Ser um exemplo excepcional de uma paisagem cultural resultante de associações de elementos culturais e naturais significativos, do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico, evidenciando um balanço harmônico entre a natureza e a atividade humana ao longo de um bastante amplo período de tempo, e que seja raro e vulnerável ao impacto de mudanças irreversíveis.

As paisagens culturais devem ter potencial para manter a sua integridade [o comitê ressalta que deve haver uma representação suficiente e distintiva dos relevos, usos do solo e padrões de estilo de vida tradicional necessários para manter os valores essenciais].

Em relação às paisagens culturais, o comitê adotou as seguintes guias relativas à inclusão na Lista do Patrimônio Mundial:

I] O balanço existente entre natureza e atividade humana apenas pode ser modificado de modo a assegurar a continuidade dessa relação especial e a excluir quaisquer grandes alterações na aparência e na função da área...

II] Deve existir proteção legislativa, assim como mecanismos viáveis de envolvimento de instituições e de indivíduos, de modo a assegurar a preservação de um balanço harmônico significativo entre natureza e atividade humana...

III] A área nominada deve ser de tal tamanho, que tais medidas de proteção possam ser efetivas¹³.

Essa proposta seria avaliada no próximo encontro do comitê. Por outro lado, a IUCN defendeu que a adição dessa nova categoria, com critérios de avaliação próprios para ela, teria uma grande implicação para os sítios naturais. Argumentou-se que considerando que três quartos do patrimônio mundial estavam na esfera da cultura, a adição da paisagem cultural terminaria por tornar esse desbalanço ainda mais acentuado.

Por mais que o debate em torno do patrimônio misto ou da paisagem cultural tenha tomado certo impulso, percebe-se que no fim da década de 1980 e início de 1991, as

¹² UNESCO. Fifteenth Session, Carthage, Tunisia, 9-13 December 1991. Elaboration of Criterion or Criteria for Cultural Landscapes. 6 November 1991 [DOC. SC-91/CONF.002/11. ANNEX].

¹³ UNESCO, 1991, *op. cit.*, p.1-2 [DOC. SC-91/CONF.002/11. ANNEX].

nominações à lista mundial ainda estavam bastante polarizadas em torno da esfera cultural e da natural, ainda que houvesse uma clara prevalência de valoração das obras humanas, confirmando a opinião da IUCN. Segundo a relação dos Estados-Partes que enviaram listas tentativas ao comitê em 1989, contendo suas indicações de nomeação para o patrimônio da humanidade, esse desequilíbrio era bastante evidente.

Quadro 5. Relação entre nomeações culturais e naturais de 1988 a 1989.

ESTADO-PARTE	NOMINAÇÃO CULTURAL	NOMINAÇÃO NATURAL
Benim	✓	-
Brasil	✓	✓
Bulgária	✓	✓
Canadá	✓	✓
República Popular da China	✓	✓
Colômbia	✓	-
Cuba	✓	✓
Egito	✓	-
França	✓	✓
República Federal da Alemanha	✓	-
Grécia	✓	-
Guiana	✓	-
Hungria	✓	-
Índia	✓	✓
Iraque	✓	-
Itália	✓	-
Jamaica	✓	✓
Jordânia	✓	-
República Democrática de Laos	✓	-
Líbia Árabe Jamahiriya	✓	-
Luxemburgo	✓	-

Quadro 5. Relação entre nomeações culturais e naturais de 1988 a 1989.

ESTADO-PARTE	NOMINAÇÃO CULTURAL	NOMINAÇÃO NATURAL
Maldívias	✓	-
Mali	✓	-
México	✓	✓
Nigéria	✓	✓
Noruega	✓	✓
Omã	✓	-
Paquistão	✓	-
Peru	✓	✓
Filipinas	✓	✓
Portugal	✓	✓
Arábia Saudita	✓	-
Espanha	✓	-
Sri Lanka	✓	-
Suécia	✓	-
República Árabe Síria	✓	-
Tailândia	✓	-
Tunísia	✓	✓
Turquia	✓	-
Reuni Unido e Irlanda do Norte	✓	✓
República Unida da Tanzânia	✓	✓
Estados Unidos	✓	✓
Iugoslávia	✓	✓

Fonte: UNESCO. Report by the Intergovernmental Committee for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. Item 4.5 of the Provisional Agenda. General Conference. Twenty-fifth Session, Paris, 1989. List of States Parties Having Submitted a Tentative List of The Cultural and/or Natural, Properties they are Considering Nominating for Inclusion in the World Heritage List. 30 August 1989, p.1-4 [DOC. 25 C/90. ANNEX III]. Organização da autora.

Nesse mesmo período, foi aventada uma nova alteração no guia operacional relacionada à condição de integridade. Ela, tomada comumente como o elemento qualificador do patrimônio que estabelecia as balizas dimensionais para que áreas naturais fossem classificadas como excepcionais, recebeu mais uma função na alteração proposta. Passou a ser uma qualidade patrimonial oficialmente relacionada ao regime de gestão e de proteção do elemento natural, conforme as práticas do Comitê do Patrimônio Mundial já apontavam. Desse modo, se os guias operacionais dos anos de 1977, 1978, 1980, 1983, 1984 e 1987 destacavam as condições de integridade necessárias para que a área se enquadrasse em cada um dos quatro critérios de excepcionalidade natural, a partir da versão de 1988, foi estabelecida uma condição geral de integridade.

Quanto a esse aspecto, o guia revisado pontuou que os locais que se enquadrassem nos critérios I, II, III ou IV deveriam ter proteção legislativa, regulamentar ou institucional de longo prazo, podendo coincidir ou fazer parte de áreas protegidas existentes, como de parques nacionais. Caso a área não dispusesse de um plano de gestão de proteção legal, não seria considerada íntegra para os propósitos da lista mundial, ainda que a sua extensão fosse suficiente para conter todos, ou a maioria dos itens naturais essenciais em suas relações naturais [condição de integridade do critério I], ou para abrigar os elementos que demonstrassem os aspectos-chave do processo natural e para se autoperpetuar [condição de integridade do critério II], ou para englobar os componentes dos ecossistemas necessários à continuidade das espécies ou dos objetos a serem conservados [condição de integridade do critério III], ou para garantir o habitat necessário para a sobrevivência das espécies, incluindo-se as migratórias [condição de integridade do critério IV].

A “Estratégia Global para Lista do Patrimônio da Humanidade Representativa, Balanceada e Credível”

O início da década de 1990 foi marcado pela ansiosa aproximação ao vigésimo aniversário da convenção em 1992, com a proposta da Unesco em realizar uma análise crítica sobre a proteção do patrimônio cultural e natural empreendida até o momento. As principais indagações que responderiam a essa questão diziam respeito à universalidade da convenção, à representatividade da lista, à eficiência dos sistemas de monitoramento empregados, ao papel da Unesco frente aos Estados-Partes que estivessem lidando com efeitos negativos decorrentes do turismo nos sítios inscritos, às políticas de informação, educação e promoção, e ao papel da assistência internacional viabilizada pelo Fundo do

Patrimônio Mundial, assim como por outras fontes multilaterais ou bilaterais de financiamento. Essas informações comporiam um relatório que seria apresentado na sessão do comitê de 1992 e balizariam o estabelecimento de uma estratégia de ação institucional¹⁴.

Nesse contexto, foram grandes os esforços em promover a Lista do Patrimônio Mundial, tomando as medidas necessárias para neutralizar as crescentes críticas em torno dela. Como artifício, decidiu-se realizar um Estudo Global¹⁵, cujos resultados assistiriam o comitê nas suas principais tarefas. O estudo cobriria todas as áreas bioculturais do mundo, considerando desde as formações mais antigas até os lugares mais recentemente constituídos que pudessem ser enquadrados como de valor excepcional universal. A especificidade dessa medida residiu no fato de ter se considerado o levantamento e a inscrição de áreas pertencentes a países que não faziam parte da convenção, como forma de aumentar a abrangência da lista para além dos territórios signatários¹⁶. Para localizar as lacunas existentes, propôs primeiramente identificar em mapa os lugares do patrimônio cultural já listados, registrar nessa mesma base as listas tentativas dos Estados-Partes não contemplados e assinalar novas áreas de diferentes tipologias que fossem passíveis de inscrição, tendo em vista uma balanceada distribuição mundial. Essas diferentes tipologias também seriam abordadas em encontros de especialistas promovidos pelo Icomos e Iccrom. Esperava-se com isso, reduzir as sobreposições de tipos de elementos culturais na lista, aumentando, além da abrangência geográfica, a sua variedade.

Os documentos que vinham sendo elaborados para apresentar o balanço das atividades do sistema do patrimônio mundial apontaram que os maiores êxitos encontrados provinham do aumento da capacidade de proteção dos elementos inscritos, do fomento da cooperação internacional e da ampliação de informação em torno desses temas. Por outro

¹⁴ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Item 11 of the Provisional Agenda: Preparations for the Twentieth Anniversary of the Adoption of the Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. Fourteenth Session, Banff, Canada, 7-12 December 1990. Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. 16 November 1990 [DOC. CC-90/CONF.004/6]

¹⁵ A ideia de criação de um Estudo Global [Global Study], remonta ao ano 1988, quando um grupo de trabalho da Unesco, dedicado à avaliação dos processos de nomeação e listagem do patrimônio cultural, forneceu algumas ideias para uma abordagem global. “Considerando que o objetivo em longo prazo da Convenção do Patrimônio Mundial é definir uma Lista do Patrimônio Mundial que seja universalmente representativa, o comitê necessita ter à disposição, como uma ferramenta de trabalho, uma lista de referência global dos bens de valor excepcional universal. Essa lista universalmente representativa deve ser baseada em uma avaliação global do patrimônio cultural do mundo, incluindo aquele dos Estados que não fazem parte da convenção” [UNESCO/BUREAU OF THE WORLD HERITAGE COMMITTEE. Item 4 of the Provisional Agenda: Report of the Working Group set up by the Committee at its Eleventh Session. Bureau of the World Heritage Committee Twelfth Session, Paris, France, 14-17 June 1988, p.14 (DOC. SC-88/CONF.007/2)].

¹⁶ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Item 14 of the Provisional Agenda - Global Study. General Conference. Fourteenth Session, Banff, Canada, 7-12 December 1990. Progress Report. 29 November 1990 [DOC. CC-90/CONF.004/9].

lado, segundo noticiou o relatório preliminar sobre a avaliação desse sistema no intervalo de 1972 a 1992, foram verificadas insuficiências estruturais nesse modelo¹⁷.

Em relação aos Estados-Partes, pontuou-se que grande quantidade deles não provia recursos humanos e materiais suficientes para atender ao estabelecido na Convenção do Patrimônio Mundial. O comitê, por sua vez, não foi julgado apto a lidar com um sistema global que assegurasse o monitoramento do estado de conservação dos elementos inscritos, ainda que tentasse contar com a cooperação dos países envolvidos. O Icomos foi estimado como não tendo ainda um caráter universal que permitisse desempenhar essa missão em todas as circunstâncias com uma máxima eficiência, de modo que muitas disparidades entre os planos de ação e as competências dos seus diversos comitês nacionais continuavam a existir. O único atenuante para esse órgão consultivo foi a referenciada diferença entre os recursos disponíveis e as suas tarefas. O Iccrom, por sua vez, não foi avaliado, pois nesse momento ainda desempenhava um papel periférico no sistema do patrimônio mundial, atuando de forma mais indireta por meio de ações de treinamento de especialistas. A IUCN foi considerada mais bem sucedida que o Icomos, uma vez que contava com um maior número de ligações com organismos nacionais e internacionais dedicados à proteção da natureza. Por outro lado, entendeu-se que a sua capacidade de ação ainda permanecia bastante limitada no tocante ao monitoramento e aos planos de gestão da conservação das suas áreas tuteladas. Avaliou-se que o secretariado da Unesco, tendo em vista as suas “crescentes e ilimitadas responsabilidades”, assim como a escassez de recursos financeiros e humanos para atender às demandas, também não estava conseguindo implementar a convenção com sucesso. Por fim, pontou-se que o fundo mundial deveria ser objeto de aumento constante e proporcional aos seus gastos, para que saísse do limitado impacto que provocava quanto aos âmbitos sociais e econômicos dos lugares onde intervinha¹⁸.

Além disso, esse documento¹⁹ também fez menção àquilo que chamou de “outra inadequação de natureza intelectual”. Isso se referia ao fato da dimensão da pesquisa não se estender ao conjunto de Estados-Partes; ao conceito de “patrimônio físico” ainda

¹⁷ UNESCO/BUREAU OF THE WORLD HERITAGE COMMITTEE. Fifteenth Session, Carthage, Tunisia, 9-13 December 1991. Elements of Preliminary Evaluation Report [1972-1992]. Provisional Document - Annex. 18 November 1991 [DOC. SC-91/CONF-002/7].

¹⁸ UNESCO/BUREAU OF THE WORLD HERITAGE COMMITTEE, 1991, *op. cit.*, p.4-5 [DOC. SC-91/CONF-002/7].

¹⁹ Embora não tenha sido mencionado, outra questão grave pela qual o sistema do patrimônio mundial passava naquele momento era referente à estanqueidade existente das áreas históricas. Admitia-se que independente do tamanho e da condição, tais áreas recorrentemente apresentavam problemas de integração em relação aos seus ambientes circundantes e não patrimoniais, o que muitas vezes ocasionava perdas de valores. Esse tema foi tratado por alguns documentos doutrinários de preservação da década de 1990.

permanecer fora do “sistema ambiental” no contexto da convenção, de modo que se noticiava o risco de agravar o desequilíbrio entre a cultura e a natureza; e à distância das “políticas de preservação” em relação à “ética de preservação”²⁰.

Todas as questões ambientais dentro do âmbito do sistema do patrimônio mundial receberam um grande reforço com o lançamento da *Carta do Rio*²¹, referente à conferência geral da ONU sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, e da Agenda 21. Nessa carta voltada à promoção do desenvolvimento sustentável e da cooperação internacional, a integridade ambiental foi elevada ao âmbito mais amplo já registrado em um documento doutrinário, ao global, defendendo a preservação dos ambientes naturais e construídos segundo uma ótica sistêmica. Nesse sentido, recomendava-se que a escala mundial fosse tomada como ponto de partida do planejamento da proteção dos espaços. Reconhecendo a natureza integral e interdependente do planeta, afirmou-se:

Com objetivo de atingir o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental deve constituir parte integrante do processo de planejamento, não podendo ser considerada de modo isolado... Os Estados devem cooperar no espírito de parceria global para conservar, proteger e restaurar a saúde e integridade do ecossistema da Terra. Tendo em vista as diferentes contribuições à degradação ambiental global, os Estados têm responsabilidades comuns, mas diferenciadas²².

Como a Unesco sempre buscou manter-se alinhada, ao menos politicamente, às grandes disposições internacionais sobre a conservação da natureza, a Carta do Rio impulsionou o sistema do patrimônio mundial a aprofundar o seu compromisso com essa esfera do patrimônio.

Apesar das críticas declarações ao patrimônio mundial registradas no relatório preliminar, o que representava um quadro parcial daquele momento, o documento final, apresentado no encontro de Santa Fé, Estados Unidos, por Christina Cameron – diretora-geral do Canadian Parks Service – foi bem menos enfático quanto às debilidades da Unesco verificadas naquele período. O documento definitivo estabeleceu que os novos objetivos estratégicos seriam promover a completa identificação do patrimônio mundial por meio do Estudo Global e de estudos temáticos, e assegurar a continuada “integridade” da lista²³.

²⁰ UNESCO/BUREAU OF THE WORLD HERITAGE COMMITTEE, 1991, *op. cit.*, p.5 [DOC. SC-91/CONF-002/7].

²¹ CARTA DO RIO [Meio Ambiente e Desenvolvimento]. Documento da Conferência das Nações Unidas pelo Ambiente e Desenvolvimento, 1992. Também conhecida pelo título em inglês: *Rio Declaration on Environment and Development*.

²² CARTA DO RIO, 1992, *op. cit.*, Princípio 7, S/P.

²³ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Sixteenth Session, Santa Fe, United States of America, 7-14 December 1992. Report. 14 December 1992 [DOC. WHC-92/CONF.002/12].

Esse encontro estadunidense do comitê também foi responsável por apresentar o recém-criado Centro do Patrimônio Mundial. O centro teria como atribuições:

- A] Preencher as funções do secretariado da Unesco no que se referia às atividades da Convenção;
- B] Atuar como “câmara de compensação” na coordenação e compartilhamento de informações entre o comitê e outras convenções, programas e organizações internacionais relacionadas à proteção do patrimônio natural e cultural, como requerido pelo comitê;
- C] Fiscalizar a implementação do treinamento, monitoramento e assistência técnica aos Estados-Partes, nos órgãos do Iccrom, Icomos, IUCN e outros, e cooperar com outras unidades da Unesco e com seus escritórios, como requerido pelo comitê;
- D] Ser o instrumento principal para facilitar a implementação das decisões do comitê e, nesse aspecto, constituir o contato primeiro com os Estados-Membros em relação aos aspectos técnicos da convenção, incluindo:
 - A coordenação do processo de inscrição;
 - Assistência e coordenação dos requerimentos dos Estados-Partes em relação a treinamento e assistência técnica, incluindo a avaliação de resultados;
 - Coordenação do monitoramento dos sítios mundiais realizado pelos Estados-Partes, pelos órgãos consultivos e por outras instituições, como requerido pelo comitê;
 - Organização de encontros regulares, como requerido pelo comitê;
 - Preparação de relatórios como indicado pelo comitê;
 - Desenvolvimento de propostas para melhorar a efetividade da convenção, como requerido pelo comitê;
 - Preparação do orçamento para a aprovação do comitê;
 - Desembolso de fundos em tempo hábil;
- E] Implementação de planos e busca de parcerias para aumentar os materiais de promoção à convenção, como solicitado pelo comitê, em acordo com os objetivos e políticas da Unesco²⁴.

O então diretor-geral da Unesco, Federico Mayor, estabeleceu o Centro do Patrimônio Mundial em meados de 1992, sobretudo com o objetivo de unir as alas culturais e naturais do secretariado da instituição, que até o momento trabalharam em setores administrativos diferentes. Bernd von Droste, membro da Unesco, foi eleito o primeiro diretor do centro. Tal criação, inserida no panorama da avaliação crítica dos 20 anos da Unesco, caminhou lado a lado com outras novas propostas de alteração do guia operacional. A pedido do comitê, a IUCN, em parceria com a International Union for the Geological Sciences [IUGS], foi chamada a revisar os critérios naturais de forma a abarcar “separadamente os fenômenos geológicos, biológicos, ecológicos e estéticos, modificando as requeridas condições de integridade de modo conforme”²⁵.

²⁴ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Seventeenth Session, Cartagena, Colombia, 6-11 December 1993. Report, Management, Administration and Staffing of the World Heritage Centre. 4 February 1993, p.8 [DOC. WHC-93/CONF.002/14].

²⁵ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Fifteenth Session, Carthage, 9-13 December 1991. Report. 12 December 1991, p.25 [DOC. SC-91/CONF.002/15].

Outras modificações propostas para o guia decorreram da expansão das condições de integridade e do encontro do secretariado da Unesco com a IUCN e com o Icomos para discussão das paisagens culturais, ocorrido em La Petite Pierre, França, em outubro de 1992, e que estabeleceu as categorias de paisagem cultural de valor excepcional universal. Embora tais alterações estivessem sendo definidas no ano 1992, algumas delas apenas foram publicadas no guia de 1994.

As alterações de maior densidade nesse momento, sem dúvida foram aquelas relacionadas à inclusão da paisagem cultural como novo tipo de área protegida, de modo que os seis critérios de excepcionalidade do patrimônio cultural receberam emendas. Recomendou-se que tendo em vista a relação de muitas paisagens com a manutenção de processos ecossistêmicos e de diversidade biológica, a importância da abordagem multidisciplinar seria fundamental, e por isso, a IUCN assistiria ao Icomos nos processos de avaliação delas. Também pontuou que seria importante assegurar que as paisagens inscritas satisfizessem “os mais altos padrões de significância universal e de integridade, que caracterizaram os sítios previamente inscritos sob os critérios natural e cultural”²⁶.

A adoção da paisagem cultural favoreceu a abertura da Unesco na direção de uma ampliação do repertório da lista mundial, o que também foi ratificado pelo Estudo Global permeado por novos eixos temáticos. Esperava-se mostrar com novas inscrições nessa categoria, que tal elenco da humanidade era “mais que um catálogo de monumentos ou uma simples crônica da história da arquitetura”. Buscava-se combater a “noção de obra de arte implícita nos critérios, que nem sempre era aplicável às propriedades inscritas em um tempo que, devido a uma evolução das mentalidades”²⁷ estavam ganhando crescente reconhecimento, como as artes populares e tradicionais. Desejava-se que a visão e a escolha dos elementos a inscrever deixassem “de ser puramente estéticas”²⁸, e sim históricas e antropológicas. Nesse sentido, o crescente interesse global nas paisagens culturais apontou para o entusiasmo quanto aos locais ordinários, que refletiam as atividades cotidianas e os modos de viver. Esperava-se com isso, incluir não apenas lugares de história, mas também

²⁶ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 1992, *op. cit.*, p.55 [DOC. WHC-92/CONF.002/12].

²⁷ Essa posição da Unesco em meados da década de 1990, mostrou o grande descolamento que havia entre as suas práticas institucionais e o corpo doutrinário sobre preservação já estabelecido e sedimentado. Cabe menção à *Carta de Veneza*, que em 1964, já apontava para a importância de proteção dos conjuntos modestos.

²⁸ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Seventeenth Session, Cartagena, Colombia, 6-11 December 1993. Item 16 of the Provisional Agenda: Global Study. 20 October 1993, p.3 [DOC. WHC-93/CONF.002/8].

aqueles que constituíssem parte vital do caráter de vida contemporâneo, reassegurando um sentido de curso do tempo com a interpenetração do passado com o presente²⁹.

Entretanto, o desejo de que o “patrimônio mundial fosse a cristalização do entendimento da relação entre natureza e cultura por um lado, e entre os homens, pelo outro”³⁰, ainda era uma realidade distante. Com base nessa perspectiva, o plano do Centro do Patrimônio Mundial, em torno das atividades de proteção entre 1996 a 2001, indicou a adoção de duas linhas de ação principais. A primeira seria representada por uma profunda reflexão intelectual sobre os conceitos e as práticas institucionais da Unesco. Defendia-se que a importância de tal discussão residia no fato que, considerando o lugar ocupado pelo patrimônio na sociedade daquele tempo, a sua preservação deveria ir além de uma puramente administrativa concepção de convenção, alcançando, assim, uma perspectiva científica e social. Nesse contexto, além do contínuo estudo do termo “patrimônio da humanidade”, também seriam privilegiadas as mais adequadas abordagens para salvaguardá-lo, promovendo o desenvolvimento humano sustentável e preservando a diversidade das identidades culturais que mutuamente se sustentavam. A segunda linha de ação do centro visava à adoção progressiva de uma abordagem mais descentralizada do sistema do patrimônio da humanidade. Com isso, esperava-se promover uma gestão de caráter transversal e centrífugo.

Além da excessiva predominância dos elementos culturais em detrimento dos naturais na lista, buscava-se combater dentro da esfera do patrimônio construído, a super-representação da Europa em consideração ao restante do mundo; o excesso de cidades históricas e de edifícios religiosos em relação a outros tipos de áreas e de objetos; a abundância de artefatos ligados ao cristianismo em comparação às outras religiões e crenças; a predominância da listagem dos elementos dos períodos históricos, em contraposição àqueles pré-históricos ou do século XX; e a predileção da arquitetura erudita em relação às expressões vernaculares.

A arquitetura vernacular apenas se tornou objeto de um documento doutrinário específico no ano 1999, quando foi lançada a *Carta sobre Patrimônio Construído Vernacular*³¹,

²⁹ TAYLOR, K. *Cultural heritage management: a possible role for charters and principles in Asia*. In: *International Journal of Heritage Studies*. Volume 10. Número 5. Dezembro, 2014. Londres: Routledge, 2014. p.417-433.

³⁰ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Eighteenth Session, Phuket, Thailand, 12-17 December 1994. Item 7: Examination of Unesco's Medium-Term Plan 1996-2001 and World Heritage Conservation. 20 October 1994, p.2 [DOC. WHC-94/CONF.003/4].

³¹ CHARTER ON THE BUILT VERNACULAR HERITAGE. Ratified by the Icomos 12th General Assembly, in Mexico, October 1999.

adotada pela assembleia geral do Icomos. Nela, reconheceu-se a vulnerabilidade de tais objetos arquitetônicos frente às homogeneizantes forças de globalização. Quanto a isso, foram estabelecidos princípios para a preservação que envolviam pesquisa, documentação, manutenção das habilidades e técnicas tradicionais, reuso adaptativo e treinamento de profissional. As principais questões endereçadas pelo documento eram referentes aos problemas de obsolescência de conjuntos e edifícios, e de integração com o restante do território. Segundo a carta, esse patrimônio era parte da paisagem cultural na qual se encontrava inserido, e por isso, as intervenções nas estruturas vernaculares deveriam ser realizadas de modo a respeitar e manter a integridade dos edifícios e do lugar, assim como a relação com seu contexto. Entretanto, para isso, sugeriu-se que cada comunidade criasse um código de ética voltado à utilização de edifícios vernaculares, segundo uma abordagem preservacionista sensível aos códigos culturais da população envolvida.

O cenário estabelecido naquele momento ajudou a derivar o debate do patrimônio mundial para a questão da autenticidade do elemento cultural. Desde o 16º encontro do comitê em 1992, esse assunto havia surgido em relação às disposições do guia operacional, motivando a realização de um encontro internacional de especialistas, que ocorreu na cidade de Nara no Japão, dois anos após. O encontro teve como objetivo específico debater a relação da autenticidade no âmbito da Convenção do Patrimônio Mundial³².

A Conferência de Nara sobre Autenticidade foi realizada de 1º a 06 de novembro de 1994, contando com a participação de 45 especialistas de 28 países. O resultado das deliberações do encontro foi registrado no Documento de Nara sobre Autenticidade, no qual se observou o consenso de que esse era um elemento essencial na definição, avaliação e monitoramento do patrimônio cultural. Buscou-se dar atenção particular às diversas culturas no mundo e às suas várias manifestações, que passavam pelos monumentos, sítios, paisagens culturais até chegar ao patrimônio imaterial³³. Na conferência, prevaleceu a ideia

³² De 1º a 10 de novembro de 1982, a Unesco realizou o Simpósio Internacional sobre Conservação do Patrimônio Cultural em Madeira [*International Symposium on the Conservation of the Cultural Heritage in Wood*] nas cidades de Tóquio, Kyoto e Nara, no qual se discutiu o tema da aplicação de conceitos patrimoniais “universais” em contextos culturais “não universais”, que foi retomado 12 anos após no Documento de Nara.

³³ É importante pontuar que desde o ano 1989, já havia sido publicada a Recomendação de Paris sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore, pela Unesco. Alguns aspectos intangíveis do patrimônio foram então discutidos nas políticas de proteção. Considerando a fragilidade desse patrimônio, expresso pela língua, literatura, música, dança, jogos, mitologia, rituais, trajes e trabalhos artesanais, o documento assinalou que a primeira aproximação de tais atributos à preservação deveria ser realizada por meio da consideração da natureza e da importância do folclore como parte integral da cultura viva. A recomendação registrou também que se evitassem distorções durante disseminações dessas tradições, de modo que a sua integridade fosse mantida, associando, desde o fim da década de 1980, essa qualidade patrimonial a atributos não materiais. Embora tal documento tenha sido elaborado pela Unesco, o seu conteúdo foi escassamente apropriado nos debates sobre o tema, especialmente naqueles posteriores que continuavam associando a integridade a

de que o conceito e a forma de avaliação da autenticidade deveriam estar enraizados e determinados pelo contexto cultural no qual o objeto ou área em questão se encontravam³⁴.

Como desdobramento das discussões de Nara, destacou-se a *Declaração de San Antonio*³⁵, resultado de um simpósio ocorrido no Texas, no qual se discutiu o assunto da autenticidade na proteção e na gestão do patrimônio cultural das Américas. O referido documento foi uma resposta regional ao amplo debate internacional sobre a natureza da autenticidade e da preservação, propondo uma conexão direta entre autenticidade e identidade. Essa declaração fez uma distinção entre “sítios dinâmicos”, nos quais as alterações materiais poderiam ser aceitas como resultados da evolução do lugar, e “sítios estáticos”, onde o tecido físico requereria o mais alto nível de preservação, sendo as alterações minimizadas. Reconheceu-se que em certos tipos de áreas patrimoniais, como nas paisagens culturais, a preservação das características gerais e das tradições do lugar como os padrões, formas e valores espirituais poderia ser até mais importante que a proteção de suas características físicas. O documento também considerou que a autenticidade era um conceito mais amplo que a integridade, e que esses dois termos não deveriam ser assumidos como equivalentes ou consubstanciais. As seguintes “provas de autenticidade” foram abordadas como indicadores dos significados culturais do objeto, contendo algumas ideias ultrapassadas.

Reflexão do valor de verdade: Se o recurso permanece na condição de sua criação e reflete toda a sua história de significados;

Integridade: Se o lugar está fragmentado, quanto dele está faltando e quais as adições recentes;

Contexto: Se o contexto ou o ambiente correspondem ao período original ou a outros períodos de significância e se eles aumentam ou diminuem a significância;

Identidade: Se a população local se identifica com o lugar, e que identidade esse lugar reflete;

Uso e função: Se os padrões tradicionais de uso caracterizam o lugar³⁶.

questões eminentemente físicas [RECOMMENDATION ON THE SAFEGUARDING OF TRADITIONAL CULTURE AND FOLKLORE. Adopted on the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, meeting in Paris from 17 October to 16 November 1989 at its twenty-fifth session. 1989].

³⁴ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Eighteenth Session, Phuket, Thailand, 12-17 December 1994. Information Note: Nara Document on Authenticity. Experts Meeting, 1-6 November 1994. 21 November 1994 [DOC. WHC-94/CONF.003/INF.008].

³⁵ THE DECLARATION OF SAN ANTONIO. Icomos National Committees of the Americas, met in San Antonio, Texas, United States of America, from the 27th to the 30th of March, 1996, at the InterAmerican Symposium on Authenticity in the Conservation and Management of the Cultural Heritage to discuss the meaning of authenticity in preservation in the Americas, 1996.

³⁶ DECLARATION OF SAN ANTONIO, 1996, *op. cit.*, p.7.

No momento em que a Declaração de San Antônio estabeleceu que a integridade de um artefato fosse uma “prova de autenticidade”, em parte, condicionou a possibilidade da autenticidade a uma prévia existência da integridade, de modo que, em muitos casos, a primeira não poderia existir sem a segunda. No momento em que essa declaração submeteu a autenticidade em função da integridade, ela terminou por ressaltar a intercessão da dimensão cultural na esfera natural, o que vinha sendo discutido fortemente pelo Centro do Patrimônio Mundial.

É provável que as mudanças ocorridas entre o fim da década de 1980 e início de 1990 – resultantes na criação da categoria de paisagem cultural, no debate sobre as inscrições do patrimônio misto, no Estudo Global³⁷, nos estudos temáticos, na descentralização das ações de proteção e na relativização do conceito de autenticidade – estivessem relacionadas ao estabelecimento do Centro do Patrimônio Mundial³⁸. Por mais que essas medidas não tivessem alterado profundamente a estrutura da lista, foram responsáveis pelo início de um processo de “desburocratização” patrimonial.

As reflexões sobre a autenticidade atestaram essa nova tendência, embora ela só se referisse ao conjunto de elementos que conformavam o patrimônio cultural. O patrimônio natural, assim como a integridade, não motivaram nesse período tais reflexões. As raras menções feitas a ela diziam respeito às propostas de revisão do entendimento do termo, de modo a tornar os critérios de inscrição do patrimônio natural na lista menos rígidos, conforme sugeriram as delegações alemã e francesa que participaram do encontro do comitê de 1994, na Tailândia. Nesse mesmo encontro, a delegação da Nigéria sugeriu como uma forma de superar tal desequilíbrio entre inscrições, que se “elaborasse um conjunto único de critérios para a avaliação de todos os tipos de patrimônio, fossem eles culturais ou naturais”³⁹. Acreditava-se que a partir da avaliação segundo os mesmos critérios, seria possível chegar a um equilíbrio no elenco mundial, que até aquele momento, nunca havia existido. Observe-se que desde a segunda reunião do comitê, em 1978, o bureau já havia

³⁷ O Estudo Global também teve o seu escopo central redefinido após a firmação do Centro do Patrimônio Mundial. Se o seu propósito inicial estava centrado na expansão geográfica da lista, em um segundo momento, as principais atenções se voltaram para “definir um conceito e uma metodologia de proteção do patrimônio que pudessem ser amplamente aceitos pela comunidade mundial” [UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Eighteenth Session, Phuket, Thailand, 12-17 December 1994. Report. 31 January 1994, p.42 [DOC. WHC-94/CONF.003/16].

³⁸ Tal centro ganhou tamanho espaço em pouco tempo de funcionamento, que estava sendo cogitada a possibilidade de transformá-lo em um organismo administrativamente e financeiramente autônomo em relação à Unesco, naquele momento.

³⁹ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 1994, *op. cit.*, p.44 [DOC. WHC-94/CONF.003/16].

assinalado tal desproporção, ainda que acreditasse que isso principalmente se devesse à maior quantidade de expressões culturais que naturais no globo.

Na 18ª sessão do comitê, também foi estabelecida a Estratégia Global⁴⁰, um quadro conceitual concebido com o propósito específico de “assegurar a representatividade e a credibilidade da lista mundial”⁴¹. Ela atuou tanto como um esquema conceitual, como uma metodologia pragmática e operacional para a implementação da convenção. Embora tenha sido inicialmente planejada com uma particular referência ao patrimônio cultural, a partir de março de 1996, também passou a ser aplicada à esfera natural da Unesco, como será visto. O estabelecimento da Estratégia Global ocorreu após a realização do Encontro de Especialistas sobre “Estratégia Global” e Estudos Temáticos para uma Lista do Patrimônio Mundial Representativa⁴², em junho de 1994. Os membros do evento reconheceram os esforços anteriores em desenvolver o Estudo Global, o considerado passo indispensável na direção de uma nova abordagem multidimensional, que seguiu uma tendência de tratamento do patrimônio como algo dinâmico e contínuo.

O grupo de especialistas envolvido na Estratégia Global propôs o desenvolvimento de um delineamento não tipológico para o preenchimento das lacunas “geográficas, temporais e espirituais”⁴³ da lista mundial. Essa abordagem foi considerada herdeira direta daquela proposta por Léon Pressouyre⁴⁴, que visava investigar o patrimônio no seu contexto antropológico mais amplo, apontando para novas áreas ou temas de investigação patrimonial: o movimento de pessoas [nomadismo, migração], os assentamentos, os modos de subsistência, a evolução tecnológica, a interação humana, a coexistência cultural, e a expressão espiritual e criativa. Foram ainda propostas algumas alterações quanto aos critérios de excepcionalidade cultural de então:

Critério I: Remover “realização artística única” da versão inglesa, de modo que corresponda à francesa;

⁴⁰ Do original em inglês: *Global Strategy for a Representative, Balanced and Credible World Heritage List*.

⁴¹ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Twenty-First Session, Naples, Italy, 1-9 December 1997. Information Document: Glossary of World Heritage Terms. 21 November 1997, s/p. [DOC. WHC-97/CONF.208/13].

⁴² Do original em inglês: *Expert Meeting on the “Global Strategy” and Thematic Studies for a Representative World Heritage List*.

⁴³ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Eighteenth Session, Phuket, Thailand, 12-17 December 1994. Expert Meeting on the “Global Strategy” and thematic studies for a representative World Heritage List. 20-22 June 1994, p.6 [DOC. WHC-94/CONF.003/INF.6].

⁴⁴ PRESSOUYRE, 1996, *op. cit.*

CrITÉrio II: Reexaminar de modo a refletir melhor a interação das culturas, ao invés da presente formulação, que sugere que as influências culturais ocorrem em apenas uma direção;

CrITÉrio III: Remover “que desapareceram”, uma vez que isso exclui as culturas vivas;

CrITÉrio V: Remover a frase “especialmente quando se torna vulnerável frente aos impactos de mudanças irreversíveis”, uma vez que isso favorece as culturas que desapareceram;

CrITÉrio VI: Encorajar uma interpretação menos restritiva desse critério⁴⁵.

Assim, em 1994, o consenso sobre a necessidade de rever os critérios de inscrição – a fim de assegurar um maior balanço de representação entre a cultura e a natureza e entre as próprias manifestações culturais – era tamanho, que uma das estratégias do comitê para enfrentar esse desafio, além de estudar a alteração dos quesitos sobre o patrimônio cultural, foi propor a realização de um encontro para discutir a “noção de integridade”⁴⁶.

Essa ideia permaneceu sendo debatida no encontro seguinte do comitê, ocorrido em Berlim no ano 1995. Nele, a delegação do Líbano, voltou a levantar a questão da avaliação dos critérios naturais, com uma ênfase especial na verificação das condições de integridade, consideradas como o crivo mais rígido. As poucas e vastas áreas naturais inscritas na lista mundial atestavam a dificuldade da maior parte dos lugares da natureza em atender a esse critério em particular.

Nesse mesmo ano, ocorreu o primeiro encontro sub-regional sobre a Estratégia Global, de 11 a 13 de outubro, organizado pelo Icomos em Harare, no Zimbábue. O evento contou com a participação de 35 especialistas africanos de 13 Estados-Partes e de outros países que não haviam aderido à convenção. O objetivo era levantar e definir os tipos de artefatos culturais africanos, que até o momento, eram pouco ou sequer representados no elenco mundial, iniciando a preparação de listas de nomeações⁴⁷.

Os estudos temáticos também desempenharam um importante papel na divulgação e valoração de novos tipos de elementos e de abordagens de proteção em meados da década de 1990, ampliando o universo do patrimônio cultural tutelado pela Unesco. Nesse sentido, destacaram-se o encontro de especialistas em canais [Canadá, setembro de 1994], em rotas culturais [Espanha, novembro de 1994], na cultura asiática do arroz e em suas

⁴⁵ UNESCO/BUREAU OF THE WORLD HERITAGE COMMITTEE. Eighteenth Session, Paris, 4-9 July 1994. Expert Meeting on the “Global Strategy” and thematic studies for a representative World Heritage List. 28 June 1994, p.8 [DOC. WHC-94/CONF.001/INF.4].

⁴⁶ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Nineteenth Session, Berlin, Germany, 4-9 December 1995. Item 9 of the Provisional Agenda: Balanced Representation of the Natural and Cultural Heritage on the World Heritage List. 29 September 1995, p.6 [DOC. WHC-95/CONF.203/7].

⁴⁷ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Nineteenth Session, Berlin, Germany, 4-9 December 1995. Report. 31 January 1996 [DOC. WHC-95/CONF.203/16].

paisagens de terraços [Filipinas, março e abril de 1995] e na identificação e avaliação de paisagens associativas [Austrália, abril de 1995]. O Bureau do Patrimônio Mundial tomou conhecimento dos resultados de todos esses estudos, uma vez que se esperava que os mesmos guiassem o comitê na avaliação de futuras nomeações.

O continuum da natureza-cultura

O ingresso da categoria de paisagem cultural no guia operacional da Unesco, em um momento de inflexões institucionais, abalou algumas convicções que até então vinham dominando o sistema do patrimônio mundial. Havia a crença de que as paisagens culturais eram o elemento que conjugava 50% de influência cultural e 50% de influência natural. Por isso, ela passou a representar a categoria ideal da Unesco, por assinalar a atenuação de algumas fronteiras existentes entre a cultura e a natureza.

A ideia de natureza intocada que embasava a ideia de patrimônio natural de muitos ambientalistas foi derivando até chegar ao conceito de paisagem cultural, que mostrava a “realidade atualizada” dessa esfera. Nesse sentido, os demais conceitos atrelados ao patrimônio natural, no qual se destacava a integridade, passaram a receber maior atenção.

Um exemplo disso foi a *Recomendação da Europa*⁴⁸ de 1995, que reconhecendo a necessidade de desenvolvimento de estratégias de gestão e de preservação de áreas de paisagem cultural como parte de uma política mais ampla para toda a paisagem, defendeu a proteção integrada do território quanto a sua dimensão cultural, ecológica, estética, econômica e social. O documento pontuou que o planejamento das áreas agriculturáveis e de florestas deveria estar ligado às políticas gerais de paisagem, já que constituíam um aspecto particular dela. Defendeu ainda uma gestão da paisagem cultural que considerasse o seu desenvolvimento, desde que compatível com a preservação da integridade desse território e com a característica que a distinguia.

Destacou-se nesse período, o importante encontro de especialistas sobre a Avaliação de Princípios Gerais e Critérios para Nomeação de Sítios do Patrimônio Mundial Naturais⁴⁹ realizado de 22 a 24 de março de 1996, no Parque Nacional de la

⁴⁸ RECOMMENDATION N. R [95] 9 OF THE COMMITTEE OF MINISTERS TO MEMBER STATES ON THE INTEGRATED CONSERVATION OF CULTURAL LANDSCAPE AREAS AS PART OF LANDSCAPE POLICIES. Adopted by the Committee of Ministers on 11 September 1995 at the 543rd meeting of the Ministers' Deputies. Council of Europe. Committee of Ministers, 1995.

⁴⁹ Do original em inglês: *Evaluation of General Principles and Criteria for Nominations of Natural World Heritage Sites*.

Vanoise, França. Do evento, participaram 20 especialistas representando as diversas disciplinas do patrimônio cultural e natural. O ponto de partida inicial das discussões foi dado pela apresentação de quatro textos elaborados por alguns participantes: Bing Lucas⁵⁰ [vice-presidente da Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas⁵¹], Michel Le Berre⁵² [delegado da Nigéria no Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco], Henry Cleere⁵³ [coordenador do Patrimônio Mundial do Icomos], Jim Thorsell⁵⁴ [conselheiro da IUCN] e Adrian Phillips⁵⁵ [consultor da Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas].

A agenda do encontro foi pautada em três questões: o esclarecimento de conceitos; a melhor cobertura dos sítios naturais; e o balanço, o potencial de gestão e a credibilidade da lista⁵⁶. As primeiras palavras do evento, proferidas pelo diretor do Centro do Patrimônio Mundial, Bernd von Droste, foram sobre a importância de unificar o conceito de patrimônio da humanidade, como previa a convenção da Unesco. Cabe notar que esse discurso não refletia exatamente o conteúdo da convenção, caso se partisse das discussões que deram origem a ela, e que priorizaram fortemente a esfera cultural. Apesar desse fato, os meados da década de 1990 vieram com uma nova leitura da convenção, cuja mensagem principal passou a estar voltada à proteção da cultura e da natureza como um *continuum* patrimonial e territorial.

Nessa perspectiva, o primeiro ponto tratado no encontro foi sobre o valor excepcional universal, entendido como o elemento-chave para a seleção da lista mundial. Os especialistas reconheceram que em muitos casos, esse valor era interpretado como se implicasse em o “melhor do seu tipo”, “o melhor do melhor”, “o representativo do melhor”, o “melhor do representativo”, quando na realidade deveria ser entendido como a qualidade de algo que fosse ao mesmo tempo “único e representativo”⁵⁷, apenas. Por outro lado, o conceito de universalidade foi considerado de difícil interpretação caso não contasse

⁵⁰ *Background Paper for the Expert Meeting on Evaluation of General Principles and Criteria for Nominations of Natural World Heritage Sites.*

⁵¹ Do original em inglês: *Commission on National Parks and Protected Areas*, CNPPA, Nova Zelândia.

⁵² *Quel Patrimoine pour l'Humanité? Principes généraux et critères de nomination des sites naturels.*

⁵³ *The concept of “outstanding universal value”.*

⁵⁴ *How natural are natural sites?*

⁵⁵ *The Assessment of Natural Qualities in Cultural Landscapes. A draft note by IUCN.*

⁵⁶ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Twentieth Session, Merida, Yucatan, Mexico, 2-7 December 1996. Information document: Report of the Expert Meeting on Evaluation of General Principles and Criteria for Nominations of Natural World Heritage Sites [Parc National de la Vanoise, France, 22 to 24 March 1996]. 25 September 1996 [DOC. WHC-96/CONF.201/8].

⁵⁷ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 1996, *op. cit.*, p.1 [DOC. WHC-96/CONF.201/8].

com uma perspectiva regional de avaliação. Tais interpretações do valor excepcional universal mantinham os critérios de seleção do patrimônio natural bastante rígidos, de modo que os especialistas defenderam que o rigor de avaliação estava diretamente ligado “à manutenção da credibilidade e do respeito à Lista do Patrimônio Mundial”⁵⁸.

O segundo ponto tratado foi referente ao terceiro critério de excepcionalidade do patrimônio natural, expresso no guia operacional [parágrafo 44: conter fenômenos naturais superlativos ou áreas de excepcional beleza e importância estética]. Embora julgassem importante o conceito de beleza natural, pontuaram a dificuldade em reconhecê-lo, uma vez que era “essencialmente subjetivo e construído socialmente. A beleza natural e estética de uma área deveria estar intimamente associada aos valores culturais”⁵⁹. Assim, os especialistas do encontro francês sugeriram que tal critério apenas fosse usado em conjunção com outros, naturais ou culturais, ou em circunstâncias específicas.

O terceiro item tratado referiu-se à interpretação do termo “natural”. Por considerarem que a influência humana podia ser encontrada em todas as áreas naturais, os conceitos de primitivo, primevo ou pristino deveriam ser utilizados de forma relativizada. Assim, sugeriram a inclusão da seguinte definição no glossário patrimonial da Unesco:

Uma área natural corresponde ao local no qual processos biofísicos e características de relevo ainda estejam relativamente intactos e onde o objetivo primeiro de gestão seja assegurar que os valores naturais estejam protegidos. O termo “natural” é relativo. Reconhece-se que nenhuma área é completamente pristina e que todas as áreas naturais estão em estado dinâmico. As atividades humanas em áreas naturais frequentemente ocorrem e quando sustentáveis, podem complementar os valores naturais da área⁶⁰.

A relativização do conceito “natural” foi de grande importância para fundamentar a nova interpretação do elenco mundial como um composto de cultura e natureza. Sobre esse tópico tratou o quarto item discutido no encontro, ao defender que a adoção de termos como patrimônio cultural, patrimônio natural, ou patrimônio misto acabava por minar a “riqueza da convenção em relação ao reconhecimento das relações entre a cultura e a natureza”. Nesse sentido, propuseram que o “comitê considerasse desenvolver um conjunto de critérios, incorporando os culturais e naturais existentes, e promovendo uma identidade unificada para todos os sítios do patrimônio mundial...”⁶¹.

⁵⁸ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 1996, *op. cit.*, p.3 [DOC. WHC-96/CONF.201/8].

⁵⁹ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 1996, *op. cit.*, p.3 [DOC. WHC-96/CONF.201/8].

⁶⁰ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 1996, *op. cit.*, p.3 [DOC. WHC-96/CONF.201/8].

⁶¹ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 1996, *op. cit.*, p.4 [DOC. WHC-96/CONF.201/8].

Essa perspectiva de criação de um único conjunto de critérios foi acompanhada pela sugestão de unificação dos qualificadores da integridade e da autenticidade. Ao tratar especificamente da integridade, o grupo de especialistas pontuou que essa noção ainda não havia sido completamente examinada até o momento, existindo a necessidade de abarcá-la em sua complexidade. Essa complexidade foi apontada mostrando-se que a integridade do patrimônio natural apresentava diferentes extensões, que incluíam a integridade estrutural [exemplificada pela composição de espécies de um ecossistema], a integridade funcional [indicada, por exemplo, pelas séries glaciais com suas próprias geleiras e padrões de deposição] e a integridade visual [noção relacionada tanto ao patrimônio natural como ao cultural]. Essas três dimensões da integridade foram posteriormente transpostas ao domínio do patrimônio cultural quando esse critério qualificador passou a ser exigido para todos os elementos da lista mundial no ano 2005, como será visto.

Abordou-se também que a dicotomia entre o patrimônio cultural e natural era ainda mais reforçada pela polarização entre o teste de autenticidade e as condições de integridade. Então, sugeriram a revisão das duas noções a fim de desenvolver uma abordagem comum de integridade. Assim, a integridade foi defendida como a única condição qualificadora de todos os elementos componentes da lista mundial. Acreditava-se que tal revisão do guia operacional melhor promoveria os objetivos da convenção e constituiria um importante componente do seu 25º aniversário, que seria comemorado em 1997.

Sobre a ampliação das inscrições do patrimônio natural, o grupo defendeu que essa atividade deveria ser realizada a partir da harmonização dos inventários enviados pelos Estados-Partes para apreciação do comitê. Os países signatários que ainda não tivessem enviado à Unesco as suas nomeações de elementos naturais deveriam ser convidados a fazê-lo. Essa estratégia permitiria ao comitê gerenciar as inscrições a serem realizadas anualmente, tendo à disposição um elenco de elementos da cultura e da natureza que seriam inscritos de maneira equilibrada. Essa estratégia diferia daquela de coibir ou proibir as inscrições culturais, ou de tornar mais rigorosos os seus procedimentos de avaliação. Cabe destacar que o balanço evocado não era entendido em termos de números absolutos, mas sim como representatividade por regiões biogeográficas ou eventos na história humana. Também foi com base nas discussões desse encontro, que se decidiu ampliar a Estratégia Global para o patrimônio natural, como forma de mais se aproximar da desejada equidade entre inscrições.

Entretanto, ainda foi feita a menção de que o assunto crítico em relação a esse tema remetia a um preenchimento das lacunas na Lista do Patrimônio Mundial que não

comprometesse a “capacidade de gestão das áreas, assim como a credibilidade desse elenco, com um número não razoável de inscrições”⁶². Os problemas relacionados à escassez de recursos motivou o grupo a defender um menor investimento nos processos de nomeação, mantendo-os os mínimos possíveis, e uma maior aplicação quanto às atividades de gestão dos elementos protegidos.

Tamanha foi a relevância das discussões empreendidas no Parque Nacional de La Vanoise⁶³, que em 28 de junho de 1997, ocorreu um encontro consultivo sobre a Estratégia Global no âmbito do patrimônio mundial, em Paris, para dar continuidade aos debates iniciados em 1996. Dessa reunião, participaram representantes dos três órgãos consultivos, membros do Bureau do Patrimônio Mundial e do comitê, além de observadores. O propósito central do encontro foi definir a pauta de uma nova reunião a ser realizada – o Encontro Natureza-Cultura⁶⁴ – que discutiria especificamente e profundamente: “a aplicação das ‘condições de integridade’ *versus* ‘teste de autenticidade’; a questão de um conjunto de critérios unificados ou harmonizados; a noção de valor excepcional universal e a sua aplicação em diferentes contextos regionais e culturais”⁶⁵.

Os membros desse encontro expressaram o intento em fazer da integridade um critério qualificador para todo tipo de patrimônio listado, uma vez que se acreditava que fosse mais abrangente que a autenticidade, sendo ainda um conceito que fazia mais sentido para os grupos envolvidos no sistema mundial. Mesmo após a Conferência de Nara, o teste de autenticidade ainda permanecia de difícil operacionalização para os elementos culturais, representando uma fragilidade no processo de construção da lista mundial. O exame da nomeação do Parque Nacional de Cilento e Vallo di Diano, na Itália, realizada pelo Icomos, dá um indicativo de como a avaliação da autenticidade ocorria de modo pouco convincente, representando em muitos casos, apenas uma declaração do estado de conservação de um lugar. “A autenticidade dos elementos culturais dentro do parque é alta. Nas vilas e vilarejos dentro do parque, a privação econômica e social verificada até recentemente, significou que muito poucas intervenções impactaram seriamente o nível de

⁶² UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 1996, *op. cit.*, p.6 [DOC. WHC-96/CONF.201/8].

⁶³ O relatório desse encontro foi enviado a todos os Estados-Parte da Convenção, por meio da Carta Circular nº 5/96, para que tecessem comentários sobre as propostas.

⁶⁴ Do original em inglês: *Nature-Culture Meeting*.

⁶⁵ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Twenty-First Session, Naples, Italy, 1-6 December 1997. Item 4 of the Provisional Agenda: Reports of the Rapporteurs of the sessions of the Bureau of the World Heritage Committee held in 1997. Annex XI. 10 October 1997, p.1 [DOC. WHC-97/CONF.208/4A].

autenticidade”⁶⁶. A despeito da rígida condição de integridade requerida para o ingresso de elementos naturais na lista, as avaliações da autenticidade comumente eram sintetizadas pelas expressões de “alto grau”, “total”, “satisfatória”, “inegável”, “não permite nenhum questionamento”, “incontestável”, “substancial”, “indubitável”⁶⁷.

Nesse encontro parisiense de 1997, o assunto das inequivalências linguísticas reemergiram. A delegada do Japão comentou que em japonês não existiam palavras para autenticidade e integridade, e informou que as mesmas eram entendidas como ideias que comunicam “o que podemos alterar?” e “o que não podemos alterar?”⁶⁸. Entre as duas, a delegada observou que a integridade assinalava com mais precisão a ideia de limites de mudanças para o patrimônio.

O delegado do Marrocos atentou para a importância da discussão desses termos também na política, e não apenas nos seus âmbitos científico, técnico, filosófico e legal. Argumentou que como as escolhas e decisões de listagem eram também administrativas, as ferramentas deveriam ser pensadas para facilitar essa avaliação, e não para operarem ingenuamente com meios de decisão automática. A delegada da Itália, por sua vez, comentou sobre a sua preocupação com a quantidade de recursos gastos para se discutir os conceitos de integridade e de autenticidade, considerando não ser possível sequer dar uma interpretação universal a algo tão cambiável como o patrimônio. Seguindo esse raciocínio, o delegado da Nigéria também sugeriu que a integridade e a autenticidade fossem tratadas segundo uma perspectiva regional. Nesse sentido, a lista seria constituída a partir dos elementos representativos em cada região do mundo, com a avaliação da integridade e autenticidade baseada em critérios específicos. Com referência a esse argumento, o delegado da Alemanha questionou a ausência do iglu no elenco mundial, indagando se ele também não representava a diversidade humana.

As posições das delegações eram múltiplas e refletiam, em parte, as diferenças entre os entendimentos considerando os próprios órgãos consultivos. O “Icomos recordou no encontro, que a autenticidade não estava sendo usada para rejeitar as candidaturas. A interpretação da autenticidade representava apenas uma componente da noção de integridade”⁶⁹, o que era conflitante com os próprios entendimentos desses termos

⁶⁶ ICOMOS. Twenty-Second Session, Kyoto, Japan, 30 November - 5 December 1998. Evaluations of Cultural Properties. 1998, p.3 [DOC. WHC-98/CONF.203/INF.11].

⁶⁷ ICOMOS, 1998, *op. cit.*, p.3-83 [DOC. WHC-98/CONF.203/INF.11].

⁶⁸ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 1997, *op. cit.*, p.4 [DOC. WHC-97/CONF.208/4A].

⁶⁹ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 1997, *op. cit.*, p.6 [DOC. WHC-97/CONF.208/4A].

registrados no guia operacional. Por outro lado, o Iccrom pontuou que a integridade e autenticidade deveriam ser utilizadas quanto às atividades de gestão dos elementos tutelados, especialmente daqueles marcados por uma maior tendência à transformação, como eram os casos das paisagens culturais e dos sítios urbanos.

Todas as questões em aberto presentes nessa discussão de 1997 foram levadas para o encontro de especialistas dedicado à Estratégia Global do Patrimônio Mundial: Patrimônio Natural e Cultural⁷⁰, ocorrido em Amsterdã, de 25 a 29 de março de 1998. Os eixos de discussão dominantes nesse evento se relacionaram por um lado, ao reforço da ideia de interação entre as dimensões cultural e natural do patrimônio – e, portanto, das questões sobre a autenticidade e integridade –, e por outro, à defesa de que os critérios de patrimonialização não representavam camisas-de-força para a inclusão de elementos na lista, mas acomodavam diferentes percepções do que poderia ser julgado de valor excepcional universal.

Durante tal encontro, os três órgãos consultivos da Unesco apresentaram documentos contendo as suas posições sobre os temas debatidos. A IUCN, por meio do vice-presidente da Comissão Mundial de Áreas Protegidas [World Commission on Protected Areas, WCPA], Bing Lucas, defendeu que a integridade deveria ser aplicada a todos os candidatos, incorporando os elementos-chave do teste de autenticidade para tipos específicos de áreas culturais. Nessa perspectiva, recomendou a adoção de um conjunto de critérios de inscrição unificados que enfatizassem o caráter único da convenção.

Carmen Añon, representante do Icomos, concordou com a IUCN que o teste de autenticidade poderia ser substituído pelas condições de integridade, elegendo um único conjunto de dez critérios de excepcionalidade como artifício para promover a extinção das diferenças entre o patrimônio cultural e natural. Embora as duas posições apresentadas até então parecessem similares em suas intenções, elas não o foram. Enquanto que a IUCN defendeu o estabelecimento de critérios comuns para a inscrição, o Icomos pontuou que os seis critérios referentes à esfera cultural se juntassem a uma mesma lista que os quatro do âmbito natural. Assim, embora figurassem em um mesmo elenco, os critérios se manteriam em sua especificidade, tendo prevalecido essa ideia do Icomos no encontro.

Por fim, Jukka Jokilehto, em nome do Iccrom, ressaltou em seu discurso a importância do teste de autenticidade, sugerindo que esse conceito fosse entendido como “genuíno”, em todos os seus significados. Além disso, defendeu que a pequena

⁷⁰ Do original em inglês: *World Heritage Global Strategy: Natural and Cultural Heritage*.

representatividade da lista se devia parcialmente à falta de entendimento da maior porção dos Estados-Partes. Nesse sentido, suas sugestões mais objetivas se centraram nas questões de integração entre países e instituições nas atividades de proteção, por meio de sensibilizações e empoderamento.

Todas as discussões foram registradas no relatório do encontro, que apresentou como “visão consolidada dos órgãos consultivos”:

- A] A recomendação da aplicação das condições de integridade [incorporando o conceito de autenticidade] tanto aos bens culturais como aos naturais;
- B] A recomendação da abolição da distinção formal entre os critérios da cultura e da natureza, e sua amalgamação em uma única lista de dez critérios [sem mudanças na redação dos critérios existentes], com o consequente foco nas áreas inscritas como “Sítios do Patrimônio Mundial” e não como “Sítios Culturais e/ou Naturais do Patrimônio Mundial”⁷¹.

Diversos especialistas apoiaram essas resoluções por acreditarem que seriam necessárias pouquíssimas alterações ou adições textuais para destacar as pretendidas interações entre cultura e natureza. Assim, as sugestões de alteração do texto do guia operacional quanto aos critérios revisados foram:

- I] Representar uma obra prima do gênio criativo humano, ou;
- II] Apresentar um importante intercâmbio de valores humanos durante um período de tempo ou em uma área cultural do mundo, nos desenvolvimentos na arquitetura, artes monumentais ou urbanismo e desenho da paisagem, ou;
- III] Dar um testemunho único, ou ao menos excepcional, de uma tradição cultural ou de uma civilização que está viva ou desaparecida, ou;
- IV] Ser um excelente exemplo de um tipo de construção, conjunto arquitetônico ou paisagem que ilustre estágios[s] significativo[s] da história humana, ou;
- V] Ser um exemplo excepcional de assentamento humano ou uso da terra representativo de cultura[s], especialmente quando ele se tornou vulnerável ao impacto de mudanças irreversíveis, ou;
- VI] Estar diretamente ou tangivelmente associado a eventos ou tradições vivas, a ideias ou crenças, e a obras literárias de significância excepcional universal, ou;
- ⌘ VII] Ser exemplos excepcionais representando grandes etapas da história da Terra, incluindo o registro da vida, significativos processos geológicos em curso no desenvolvimento de relevos ou de características geomórficas ou fisiográficas significativas;
- ⌘ VIII] Ser exemplos excepcionais representando “a interação humana com o ambiente”⁷² ou significativos processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e no desenvolvimento de água doce, de ecossistemas costeiros e marinhos e de comunidades de plantas e animais, ou;
- ⌘ IX] Conter fenômenos naturais superlativos ou áreas de excepcional beleza natural e importância estética, ou;

⁷¹ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Twenty-Second Session, Kyoto, Japan, 30 November - 5 December 1998. Information Document: Report of the World Heritage Global Strategy Natural and Cultural Heritage Expert Meeting, 25 to 29 March 1998, Theatre Institute, Amsterdam, The Netherlands. 20 October 1998, p.4 [DOC. WHC-98/CONF.203/INF.7].

⁷² O trecho entre aspas representa as adições ao texto do guia operacional de 1997, que serviu de base para as referidas sugestões de alteração.

~~IV~~ X] Conter os mais importantes e significativos habitats para a conservação da diversidade biológica *in situ*, incluindo aqueles que contêm espécies ameaçadas de valor do ponto de vista da ciência ou da conservação⁷³.

As únicas modificações realizadas se referiram à mudança de numeração dos critérios naturais e à introdução de “interação humana com o ambiente” em um desses critérios. Acreditava-se que a menção às relações do homem com a natureza, principal característica das paisagens culturais, já atenderia aos propósitos desse momento. O relator do encontro, Elias Mujica, coordenador do Consórcio para o Desenvolvimento Sustentável da Ecorregião Andina⁷⁴, pontuou que “o grupo de especialistas estava sendo bastante cuidadoso na preparação das suas recomendações para não propor muitas alterações”⁷⁵, de modo bastante distinto ao que se esperava fazer durante o encontro de La Vanoise.

Após o exame das duas noções em perspectiva com as modificações propostas para o guia operacional, o grupo de especialistas decidiu – de maneira quase unânime – que as condições de integridade deveriam ser usadas em cada momento em que fosse considerada pertinente, tanto para os elementos culturais como para os naturais. A integridade não foi apenas considerada importante nos processos de identificação e inscrição do patrimônio à lista, mas, sobretudo, ao estágio de monitoramento, uma vez que a mesma definiria uma base de referência do estado de conservação que deveria ser avaliado periodicamente, com vistas a assegurar a manutenção dos significados culturais ou naturais do elemento protegido. Já em relação ao teste de autenticidade, foi defendido que o mesmo não poderia ser inteiramente excluído dos processos de avaliação, já que ele foi considerado de importância para certas culturas e tipos de patrimônio cultural. Assim, determinadas condições de integridade e de autenticidade seriam exigidas em função do critério ao qual o patrimônio se enquadrasse. Uma grande preocupação do Icomos e do Iccrom que foi revelada na reunião posterior do comitê em Marrakesh, dizia respeito à perda de distinção entre os conceitos de integridade e autenticidade após a unificação dos critérios culturais e naturais, por se perceber que eles não eram claramente definidos. Embora tenha se dedicado longamente aos critérios de inscrição, o grupo de trabalho de 1998 não conseguiu chegar a uma solução sobre o que representava o conceito de integridade, como atestou Sharon Sullivan, membro do Grupo do Patrimônio Australiano e Mundial⁷⁶.

⁷³ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 1998, *op. cit.*, p.10-11 [DOC. WHC-98/CONF.203/INF.7].

⁷⁴ Do original em inglês: *Consortium for the Sustainable Development of the Andean Ecoregion*, CONDESAN.

⁷⁵ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 1998, *op. cit.*, p.10-11 [DOC. WHC-98/CONF.203/INF.7].

⁷⁶ Do original em inglês: *Australian and World Heritage Group*.

O seminário de Nara sobre desenvolvimento e integridade de cidades históricas

O ano 1999 foi então permeado pela implantação de um conjunto de iniciativas que vinham tomando corpo desde o estabelecimento da Estratégia Global em 1994. A tônica daquele momento foi centrada na abordagem do universal a partir do regional, na qual se enfocou a divisão do mapa em seis territórios patrimoniais distintos: África; Estados Árabes; Ásia e Pacífico, Europa e América do Norte; e América Latina e Caribe⁷⁷. Na 22ª reunião do comitê em 1998, foi analisado o relatório referente ao desenvolvimento das estratégias de composição de uma lista mundial credível e representativa, sendo apresentado pela primeira vez, um plano regional de ação, de caráter plurianual.

Os planos regionais reapresentados em 1999 foram elaborados com base nas diretrizes da Estratégia Global, elegendo objetivos e prioridades para cada uma das regiões, de forma a enfrentar as mais latentes deficiências rapidamente. Nessa perspectiva, uma das atividades de maior vulto foi aquela proposta para o ano 2000, que contemplaria a definição dos critérios de integridade e de autenticidade segundo a perspectiva africana, como será visto. Para os Estados Árabes foi previsto, além da preparação do relatório periódico⁷⁸, previu-se o aumento de número de Estados-Partes, especialmente na localidade do Golfo. Na Ásia continuariam ocorrendo os encontros sub-regionais, conforme já acontecia desde os anos anteriores. No Pacífico, seria trabalhada a preparação do dossiê para a inscrição de East Rennell – Ilhas Solomon – como estudo de caso de nomeação para a região. Para a Europa, seria explorado o patrimônio natural dos Alpes, que ainda não havia sido inscrito, e enfatizadas as paisagens culturais do Leste do continente. A América Latina receberia o encontro de paisagens culturais da América Central e da região andina. No Caribe, encontros temáticos destacariam as culturas pré-colombianas, assim como os sistemas de plantações comuns a todos os seus países⁷⁹.

⁷⁷ Essa divisão em regiões mundiais já vinha sendo adotada pela Unesco, desde o início dos anos setenta, em outras áreas de ação da instituição, como aquela voltada à Educação, por exemplo.

⁷⁸ O relatório periódico tinha como objetivo noticiar as provisões legislativas e administrativas adotadas pelo Estado-Parte e outras ações desenvolvidas para aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, indicando em detalhes, a experiência adquirida nesse campo. Além disso, fazia parte desse documento, o relatório de monitoramento dos sítios inscritos na lista mundial. É importante destacar que as reflexões em torno dos relatórios periódicos foram iniciadas no ano 1982, embora apenas tenham se tornado um instrumento razoavelmente operacional em 1993. Nesse ano, o comitê decidiu pela primeira vez, dedicar uma parte do seu orçamento às atividades de monitoramento periódico. O procedimento de submissão periódica foi concretizado durante as 21ª e 22ª sessões.

⁷⁹ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Twenty-Third Session, Marrakesh, Morocco, 29 November - 4 December 1999. Item 6 of the Provisional Agenda: Progress report on the implementation of the regional

Assim, como parte das atividades regionais de 1999, foi realizado o Seminário de Nara sobre Desenvolvimento e Integridade de Cidades Históricas⁸⁰, que por um lado, foi responsável pela manutenção do foco de discussão na integridade dentro do sistema do patrimônio mundial, e por outro, promoveu a comemoração da inscrição dos monumentos históricos da antiga Nara na lista. Além disso, o encontro promoveu o diálogo entre 11 cidades inscritas na Lista do Patrimônio Mundial. O evento que ocorreu entre os dias 05 a 07 de março, reuniu o Centro do Patrimônio Mundial, o Iccrom, o Icomos e diversos prefeitos, governadores e especialistas.

Foram apontadas algumas questões enfrentadas nos processos de preservação urbana ao fim da década de 1990, como a degradação da qualidade de vida da população em função das pressões da rápida urbanização; o enfraquecimento da viabilidade econômica e social de cidades menores ou secundárias; a mudança da forma de vida que levava a novas necessidades em habitação e em serviços afetando adversamente o tecido histórico das cidades; o foco na proteção de monumentos individuais desconsiderando o seu ambiente; o excesso de ênfase nas demandas do turismo⁸¹ e a pouca atenção à população local; e a negligência das inter-relações entre as áreas históricas e o seu contexto mais amplo, incluindo o rural⁸².

actions described in the Global Strategy Action Plan adopted by the Committee at its twenty-second session. 21 October 1999 [DOC. WHC-99/CONF.209/7].

⁸⁰ Do original em inglês: *Nara Seminar on the Development and Integrity of Historic Cities*.

⁸¹ Sobre esse tema em 1999, foi aprovada pela assembleia geral do Icomos, a Carta de Turismo Internacional Cultural referente à gestão do turismo em lugares de significados patrimoniais. Defendeu-se o tratamento dessa atividade econômica de modo a respeitar e a promover o patrimônio e as culturas vivas presentes nas comunidades. Pontuou-se ainda que o patrimônio formado por paisagens, lugares históricos, sítios, ambientes construídos, assim como pela biodiversidade, coleções, práticas culturais passadas e presentes, conhecimento e experiências vividas, formava a essência das identidades nacionais, regionais e locais, constituindo uma parte integral da vida moderna. Em decorrência disso, constituía-se como um elemento dinâmico e fundamental ao desenvolvimento futuro. “Antes dos lugares patrimoniais serem promovidos ou desenvolvidos para o aumento da atividade turística, devem ser elaborados planos que avaliem os valores dos recursos naturais e culturais em questão. Deve-se então estabelecer limites da mudança aceitável apropriados, particularmente em relação ao impacto do número de visitantes em relação às características físicas, à integridade, à ecologia, à biodiversidade, ao acesso local, ao sistema de transporte, assim como ao bem estar social, econômico e cultural da população envolvida. Se o nível da mudança for inaceitável, a proposta de desenvolvimento turístico deve ser modificada” [INTERNATIONAL CULTURAL TOURISM CHARTER. Managing Tourism at Places of Heritage Significance. Adopted by Icomos at the 12th General Assembly in Mexico, October 1999, p.4]. A preocupação com a não maculação da integridade do lugar não foi arbitrária, já que essa qualidade do patrimônio estava diretamente relacionada com a capacidade de expressão dos significados culturais atribuídos às áreas patrimoniais. Esses significados eram expressos por meio de atributos de bases tangíveis – como o casario, traçado urbano, monumentos, áreas vegetadas, ecossistemas – e intangíveis, como festas, tradições, modos de viver, modos de fazer, o que vinha sendo cada vez mais valorizado nas atividades turísticas.

⁸² UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Twenty-Third Session, Marrakesh, Morocco, 29 November - 4 December 1999. Information Document: Report of the Nara Seminar on the Development and Integrity of Historic Cities. 9 November 1999 [DOC. WHC-99/CONF.209/INF.23].

Frente a esses desafios, os participantes do seminário propuseram a proteção da integridade das cidades históricas com base em quatro princípios:

Entendimento: O valor das áreas patrimoniais depende mais do leiaute histórico que da qualidade de edifícios individuais...

Análise: Uma avaliação deve ser realizada para mostrar como os elementos conformam a integridade da cidade. A análise e o conhecimento da evolução ao longo do tempo, os tipos e formas de edifícios e espaços, assim como as suas relações mútuas e funções, são referências básicas para desenvolver ferramentas e critérios para a gestão e para o desenvolvimento culturalmente sustentável das cidades.

Sustentabilidade: As cidades necessitam permanecer economicamente, socialmente, ambientalmente e culturalmente viáveis, para que possam ser passadas às gerações futuras...

Equidade e acessibilidade: As cidades precisam ser geridas em uma atmosfera de apropriação local e internacional. Ações devem ser implementadas sob a base da igualdade de oportunidade e acesso, levando em conta as necessidades de conservação e a capacidade de carga, incluindo tanto o acesso físico quanto o intelectual⁸³.

Embora o evento tenha tido a proposta de discutir a integridade de áreas urbanas – um tópico de crescente interesse tendo em vista o grande aumento no número de inscrições de cidades e o foco temático que a integridade vinha tendo nos últimos fóruns de discussão – foram registrados poucos avanços conceituais e operacionais decorrentes desse debate, que se deteve basicamente em questões de gestão urbana. Esse interesse foi confirmado pelos três eixos temáticos adotados: a identidade da cidade, os valores históricos e a dinâmica; as parcerias público-privadas na preservação do patrimônio urbano, e a descentralização e o desenvolvimento do governo local.

Entre as contribuições dos participantes quanto à integridade, destaca-se o texto de Jukka Jokilehto, representante do Iccrom, que se propôs a analisar o teste de autenticidade e as condições de integridade. No seu entendimento, a aprovação no teste de autenticidade significava que o objeto era genuíno, ou seja, o recurso nominado representava verdadeiramente aquilo que reivindicava ser. Ao considerar que os seis critérios do patrimônio cultural se referiam a elementos em três situações distintas – genialidade humana [I], exemplo representativo [III, IV, V] e intercâmbio de valores ou associação de ideias [II, VI] – indicou-se como a autenticidade poderia ser atendida em cada caso.

No primeiro, o objeto ou área deveria ter a “qualidade da criatividade humana, [...] de modo que se destacasse pelos seus próprios méritos”. No segundo caso, o teste de autenticidade consistiria na verificação de que o que foi proposto à lista era a “verdadeira representação da tradição cultural indicada, ou um exemplo legítimo de edificação,

⁸³ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 1999, *op. cit.*, p.2 [DOC. WHC-99/CONF.209/INF.23].

tipologia ou uso do solo”. No último caso, o teste de autenticidade deveria “certificar que o intercâmbio de valores, ou a associação entre as ideias e o espaço, eram realmente relacionados com o objeto ou área questão”⁸⁴. Assim, defendeu que a essência da aplicação do teste de autenticidade na avaliação dos elementos culturais nominados à lista, deveria ser a verificação da veracidade e da credibilidade das fontes de informação dos seus valores, de modo que o objeto ou a área constituísse uma representação genuína da sua própria definição. Nessa perspectiva, enquadrava-se o exemplo da cidade de Lübeck, que não foi aceita na lista como vila medieval devido às modificações feitas nos séculos sucessivos, mas sim inscrita como a antiga capital da Liga Hanseática. De modo semelhante, foi o caso de Varsóvia, inscrita como expressão cultural da reconstrução europeia no pós-segunda guerra mundial, e não como um território medieval.

Jukka Jokilehto ainda ponderou nessa ocasião, que se o patrimônio cultural era comumente qualificado pelo seu caráter único e autorreferente, por ser produto do engenho humano determinado pelo tempo, o mesmo não ocorria com as áreas naturais. Para ele, no caso do patrimônio da natureza, a ênfase era frequentemente dada ao que um tipo particular de sítio normalmente deveria conter em relação ao que lhe era característico, a fim de preencher as condições de integridade. Assim, assumia que na esfera natural predominava o caráter da generalidade.

Esse pensamento derivava do entendimento de que o significado da palavra integridade se referia à concordância com um estado ou elemento referencial, e que no caso do patrimônio natural, existia na forma de outros indivíduos. Assim, os estudos comparativos consistiam uma estratégia bastante mobilizada pelos ambientalistas nas avaliações das nomeações do patrimônio natural ou misto, mas também fazia parte do procedimento do Icomos. O quadro a seguir sintetiza todos os elementos que compunham os relatórios de avaliação do patrimônio mundial, segundo os procedimentos adotados pela IUCN e pelo Icomos, ao fim da década de 1990.

Quadro 6. Comparativo dos procedimentos de avaliação do patrimônio mundial.

PROCEDIMENTOS DA IUCN	PROCEDIMENTOS DO ICOMOS
<i>Documentação</i>	<i>Identificação</i>
- IUCN/WCMC	- Nominação
- Literatura adicional consultada	- Localização
- Consultores	- Estado-Parte

⁸⁴ UNESCO. Nara Seminar Report, Development and Integrity of Historic Cities. Conservation Policies in Relation to Cultural World Heritage Sites. 1999, p.12.

Quadro 6. Comparativo dos procedimentos de avaliação do patrimônio mundial.

PROCEDIMENTOS DA IUCN	PROCEDIMENTOS DO ICOMOS
- Visitas de campo	- Data
<i>Sumário dos valores naturais</i>	<i>Justificativa do Estado-Parte</i> ⁸⁵
	<i>Categoria do objeto</i> ⁸⁶
	<i>História e descrição</i>
<i>Comparações com outras áreas</i>	
<i>Integridade</i>	<i>Gestão e proteção</i>
- Limites [relacionados à extensão física]	- Condição legal
- Gestão	- Gestão
- Ameaças	- Treinamento
	- Prevenção de risco
	<i>Conservação e autenticidade</i>
	- História da conservação
	- Autenticidade
<i>Comentários adicionais</i>	
<i>Aplicação do critério do patrimônio mundial</i>	<i>Avaliação</i>
- Critério I: história da Terra e características geológicas	- Ação do Icomos
- Critério II: processos ecológicos	- Qualidades
- Critério III: fenômenos naturais superlativos ou beleza natural e importância estética	- Análise comparativa
- Critério IV: biodiversidade e espécies ameaçadas	- Comentários do Icomos e recomendações para ação futura
	<i>Breve descrição</i>
<i>Recomendação</i>	<i>Recomendação</i>

Fontes: IUCN. IUCN Evaluation of Nominations of Natural and Mixed Properties to the World Heritage List. Report to the World Heritage Committee. Twenty-Fourth Session, Cairns, Australia, 27 November - 2 December 2000 [DOC. WHC-00/CONF.204/INF.5] e ICOMOS. Evaluations of Cultural Properties. Twenty-Fourth Session, Cairns, Australia, 27 November - 2 December 2000 [DOC. WHC-00/CONF.204/INF.6]. Organização da autora.

O notório representante do Iccrom mencionou que a definição da condição de integridade para a esfera natural era bastante importante, considerando a referência feita ao todo orgânico e funcional, que nesse caso era a base para a conservação, no que permitia às espécies a extensão e os componentes necessários para a manutenção da vida.

⁸⁵ Reportava-se ao enquadramento em um dos seis critérios de excepcionalidade.

⁸⁶ Categorização do objeto em função dos termos das categorias do patrimônio cultural estabelecidas no artigo 1 da Convenção do Patrimônio Mundial.

Feitas essas considerações, Jukka Jokilehto circunscreveu o âmbito para o qual acreditava que a integridade poderia ser usada na avaliação dos elementos da cultura. De modo semelhante ao que foi discutido no encontro de Morges sobre a criação do guia operacional em 1976, o participante afirmou que caso se adotasse um único entendimento sobre integridade, o uso da palavra levaria a diferentes implicações. Caso se partisse do seu significado de inteireza material, seria uma grande contradição se preservarem os elementos arqueológicos e remanescentes de cidades e de edificações em condição de incompletude e de fragmentação. Propôs então que a integridade, se aplicada ao patrimônio cultural, fizesse referência a aspectos específicos da realidade do objeto ou área, como em relação ao seu aspecto funcional ou histórico. É importante destacar que a “decomposição” da integridade segundo distintas dimensões – estrutural, funcional e visual – foi uma abordagem sugerida por ambientalistas ao tratarem do patrimônio natural, que foi abraçada por Jukka Jokilehto.

No caso de cidades históricas, a noção de integridade funcional poderia ajudar ao relacionar elementos individuais, como edifícios, praças públicas ou jardins, aos sistemas de vias, canais e infraestruturas ao longo do tempo. Similarmente, o assunto da integridade poderia auxiliar na definição de conjuntos industriais ou militares nos quais a significância dependesse parcialmente da relação entre as diferentes partes de um sistema lógico. Entretanto, mesmo aqui, seria necessário reconhecer que tais sistemas raramente sobrevivem na sua forma completa; a condição de integridade então, dificilmente seria tomada como uma medida para a inscrição. Uma paisagem claramente definida, projetada e criada intencionalmente pelo homem, poderia ser qualificada como obra de arte, resultante de um processo criativo; isso poderia ser entendido como tendo unidade potencial, referência para definição de sua integridade histórica. Ao mesmo tempo, as características físicas da paisagem poderiam ser associadas com valor documental devido a sua historicidade. As paisagens evoluídas organicamente que refletissem um processo de desenvolvimento na sua forma e característica de componentes teriam significância arqueológica e documental, mas a sua intrínseca condição de integridade histórica também poderia ser definida em relação a funções tradicionais relevantes, assim como à mútua relação entre as partes e o todo... Na paisagem cultural associativa, a questão seria verificar que as crenças, tradições ou lendas fossem genuínas...⁸⁷

⁸⁷ UNESCO. Nara Seminar Report, Development and Integrity of Historic Cities. Conservation policies in relation to cultural World Heritage Sites. 1999, p.13. Essas três dimensões da integridade continuaram a ser desenvolvidas por Jukka Jokilehto nas décadas de 1990 e 2000. Em uma das suas últimas publicações que se dedicaram a esse tema, o autor novamente sugeriu a abordagem da: integridade sócio-funcional: referente à identificação das funções sociais e dos processos de desenvolvimento peculiares ao lugar onde o patrimônio se insere; integridade estrutural: relacionada à identificação físico-material que documenta as características sócio-funcionais do patrimônio; e integridade visual: requerida na identificação dos aspectos estéticos do lugar. Segundo essa abordagem, a avaliação da integridade deveria estar necessariamente relacionada às qualidades ou atributos valorados em um objeto ou área, e que, por conseguinte, determinariam os significados culturais do mesmo. Essas informações são constantes em: JOKILEHTO, J. *Considerations on authenticity and integrity in World Heritage context*. In: *City & Time*. 2 [1]: 1, 2006. p.1-16. Essa proposta de Jukka Jokilehto se assemelha, em alguma medida, àquela proposta por Michael Pearson e Duncan Marshall que pontuaram que a integridade refere-se ao grau que o lugar, ou seu componente, retém a forma e a completude do seu tecido físico, das suas associações históricas e dos seus usos ou atribuições sociais que lhe conferem

Embora existisse um grande esforço em tornar a autenticidade e a integridade úteis e funcionais no escopo da seleção do patrimônio mundial, mantendo-se as suas diferenças conceituais, percebe-se que mesmo na exploração de Jukka Jokiletho, essas duas noções se confundiram. Isso ficou bastante claro ao relacionar a integridade da paisagem cultural associativa à verificação da genuinidade dos seus atributos imateriais significativos.

A autenticidade e integridade em um contexto africano: a Unesco na mira da crítica regional

As discussões da edição do seminário de Nara de 1999 continuaram no ano seguinte ao longo do Encontro de Especialistas sobre Autenticidade e Integridade em um Contexto Africano⁸⁸, realizado de 26 a 29 de maio, no Zimbábue. Dele, participaram 17 especialistas provenientes de 10 países da África, representantes dos conselhos consultivos da Unesco e membros do conselho científico⁸⁹ estabelecido para esse evento. Com vistas a subsidiar alterações do guia operacional, as discussões do encontro giraram em torno de três eixos centrais: a união dos critérios culturais e naturais; o alargamento da definição de integridade e a revisão dos entendimentos sobre autenticidade tendo em vista as “sociedades tradicionais”⁹⁰; e a importância do papel das comunidades locais em todos os estágios dos processos de nomeação e gestão do patrimônio. Embora uma das ideias iniciais para esse evento fosse produzir uma “Carta Africana”, segundo orientações do Centro do Patrimônio Mundial, isso não ocorreu. Como resultado dos debates realizados, foram apenas adotadas algumas recomendações por aclamação dos participantes⁹¹.

A elaboração dessas recomendações foi subsidiada por diversas exposições de especialistas, divididas quanto a abordagens conceituais e a apresentações de estudos de caso. A maior parte dos trabalhos teve um enfoque bastante crítico e relativizante quanto à universalidade dos termos adotados pela Unesco, responsáveis por colocar o seu sistema de

significados culturais. Publicado em PEARSON, M.; MARSHALL, D. *Study of the condition and integrity of historic heritage places for the 2006 State of Environment Report*. Canberra: Department of Environment and Heritage, 2006.

⁸⁸ Do original em inglês: *Expert Meeting on Authenticity and Integrity in an African Context*.

⁸⁹ Tal conselho foi formado por Eric Edroma, Jukka Jokilehto, Joseph King, Jean-Louis Luxen, Dawson Munjeri e Léon Pressouyre.

⁹⁰ Essas sociedades tradicionais foram entendidas como aquelas de caráter não urbano e não industrial, como era o caso de muitos lugares africanos que foram discutidos.

⁹¹ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Synthetic Report of the Meeting on «Authenticity and Integrity in an African Context», Great Zimbabwe National Monument, Zimbabwe, 26-29 May 2000. Twenty-Fourth Session, Cairns, Australia, 27 November - 2 December 2000. Paris, 9 October 2000 [DOC. WHC-00/CONF.204/INF.11].

proteção em prática. Entretanto, essa não foi a postura da maior parte dos especialistas da Unesco, do Icomos e do Iccrom, que defendeu a manutenção e algum aprimoramento do arcabouço teórico-metodológico, e não a sua revisão. Por outro lado, grande quantidade dos participantes africanos apontou as dificuldades conceituais e operacionais de empregar a autenticidade e a integridade nos processos de proteção do seu patrimônio, e em especial do natural, que perfazia a maior parte da sua lista mundial à época.

O quadro a seguir mostra diversos casos em que a integridade era mobilizada pela Unesco segundo “propósitos de preservação”, mas que nem sempre davam os resultados desejados no contexto africano.

Quadro 7. Os tratamentos e usos oficiais da integridade e a sua avaliação segundo especialistas africanos.

TRATAMENTOS DA INTEGRIDADE	COM A PALAVRA, OS ESPECIALISTAS AFRICANOS ⁹²
A integridade como instrumento de demarcação dos limites físico-territoriais das áreas inscritas na Lista do Patrimônio Mundial.	<p>“Como tal integridade pode ser reconhecível quando não existem os limites tradicionais demarcando a obra do Criador da obra da humanidade e da natureza? Na área em torno do Sítio do Patrimônio Mundial do Zimbábue, constantes problemas emergiram quando essas fronteiras foram definidas e legalmente impingidas contra uma comunidade do entorno que sempre o conheceu como ‘<i>Duma harina muganbu</i>’ [<i>Duma não tem fronteira</i>]”⁹³ - [Zimbábue].</p> <p>“O desenho arbitrário de fronteiras nas quais ele [o homem africano] não está envolvido ou consultado é um insulto à integridade da sua existência”⁹⁴ - [Uganda].</p> <p>“A [real] integridade do sítio [Cascatas Vitória] foi afetada pelas fronteiras conservacionistas e administrativas criadas pela cerca que restringe o movimento de grandes animais e concentra a circulação humana dentro da mais sensível zona ecológica do sítio, a floresta tropical e as matas ciliares. Espécies invasoras e exóticas de plantas [...] estão penetrando na mata ciliar e ameaçam expulsar a vegetação natural, afetando o valor que faz com que o lugar atenda às condições de integridade [...], conforme estipulado no guia operacional, [...] que requer a manutenção dos ‘elementos-chave para a</p>

⁹² Trata-se da transcrição traduzida das palavras dos referenciados especialistas.

⁹³ MUNJERI, D. *The notions of integrity and authenticity: the emerging patterns in Africa*. [p.17-19], p.19. In: UNESCO. *Authenticity and Integrity in an African Context*. Expert Meeting, Great Zimbabwe, 26-29 May 2000.

⁹⁴ EDROMA, E. *The notion of integrity for natural properties and cultural landscapes*. [p.50-58], p.52. In: UNESCO. *Authenticity and Integrity in an African Context*. Expert Meeting, Great Zimbabwe, 26-29 May 2000.

Quadro 7. Os tratamentos e usos oficiais da integridade e a sua avaliação segundo especialistas africanos.

TRATAMENTOS DA INTEGRIDADE	COM A PALAVRA, OS ESPECIALISTAS AFRICANOS ⁹²
	conservação dos ecossistemas e da diversidade biológica’ ⁹⁵ - [Zimbábue].
A integridade apenas vinculada à dimensão natural do patrimônio.	“As Cataratas Vitória e sua floresta tropical foram anunciadas como monumento [...] e quando [...] uma cerca foi erigida em seu perímetro, as autoridades excluíram da área do monumento uma árvore de baobá conhecida como a ‘Grande Árvore’. A ‘Grande Árvore’ servia como templo para o ritual de comunidades locais, onde se realizavam cerimônias da chuva e de remissão... As Cataratas Vitória têm atributos culturais intangíveis que foram amplamente ignorados quando o sítio foi nominado [pela Unesco]...” ⁹⁶ - [Zimbábue].
A integridade enquanto capacidade de gestão tecnicamente treinada e especializada do patrimônio.	“Os bens naturais e sítios culturais devem ter [...] uma equipe com habilidades relevantes, assim como planos de gestão atualizados com o objetivo de assegurar a sua integridade... As autoridades de gestão dos Sítios do Patrimônio Mundial descobriram que a noção de integridade, como vista pelo africano tradicional, não é como originalmente percebida pela convenção. O africano tradicional vê dificuldades em compreender a base que separa a cultura da natureza. Em segundo lugar, ele se depara com dificuldades com a equação da integridade se o mesmo não está envolvido com a gestão dos bens naturais ou das paisagens culturais, em particular nas sociedades agro-pastorais... O controle pragmático está no local junto às normas de civilidade, tabus, mitos, que reforçam os contratos civis. O sucesso desses sistemas tradicionais não deve ser subestimado” ⁹⁷ - [Uganda].
A integridade enquanto patrimônio intacto e não explorado.	“As políticas de governo e os decretos de proibição da entrada e da colheita em áreas pertencentes ao Estado [...] ou protegidas têm levado a continuados conflitos entre as comunidades locais e as autoridades de gestão, provocando [...] uma catastrófica degradação dos recursos naturais. Não se entende que a noção africana de integridade de bens naturais é um mecanismo de produção sustentável sem degradação, e de suporte à vida sem colocar em perigo os recursos e as pessoas que deles dependem” ⁹⁸ - [Uganda].

⁹⁵ KUMIRAI, A.; MURINGANIZA, J.; MUNYIKWA, D. *Victoria Falls/Mosi-Oa-Tunya World Heritage site [Zambia and Zimbabwe]: issues and values*. [p.108-113], p.110. In: UNESCO. *Authenticity and Integrity in an African Context*. Expert Meeting, Great Zimbabwe, 26-29 May 2000.

⁹⁶ KUMIRAI; MURINGANIZA; MUNYIKWA, 2000, *op. cit.*, p.109.

⁹⁷ EDROMA, 2000, *op. cit.*, p.52-56.

⁹⁸ EDROMA, 2000, *op. cit.*, p.56.

Quadro 7. Os tratamentos e usos oficiais da integridade e a sua avaliação segundo especialistas africanos.

TRATAMENTOS DA INTEGRIDADE	COM A PALAVRA, OS ESPECIALISTAS AFRICANOS ⁹²
A integridade como “ <i>apartheid</i> ecológico”.	<p>“... A noção [de integridade] foi primariamente concebida como designando uma série de zonas materiais onde o maior número de características geológicas, climáticas e biológicas seriam “preservadas” de todas as investidas humanas, entendidas como destruidoras do equilíbrio ecológico. Isso encontra as suas máximas expressões na noção de reservas naturais e de parques nacionais: em essência um ‘<i>apartheid</i> ecológico’. A solução reside no reconhecimento de que as comunidades indígenas estão integralmente no coração dos ecossistemas que habitam. Elas são parte da equação da integridade. São elas que podem sancionar o uso do espaço e definir os sistemas de checagem e balanço que prescreve a integridade”⁹⁹ - [Zimbábue].</p>
	<p>“O africano sente dificuldade em entender a separação do Criador da natureza das Suas criaturas, das quais ele é membro”¹⁰⁰ - [Uganda].</p>
	<p>“Há uma profunda conexão espiritual e cultural entre as pessoas que foram deslocadas das Cascatas Vitória e do Rio Zambezi, da queda d’água e da ‘Grande Árvore’... Entretanto, as pessoas locais apenas podem realizar as suas atividades espirituais clandestinamente, porque as leis os consideram intrusos no sítio. Além disso, espera-se que eles paguem para ter acesso ao local [como visitantes], já que a lei não reconhece ou respeita a sua custódia tradicional”¹⁰¹ - [Zimbábue].</p>
A integridade e as suas questões linguísticas.	<p>“As noções de autenticidade e de integridade não têm uma correspondência precisa em muitas línguas africanas. Mas aqui novamente, a ‘falta de evidência não é evidência de ausência’. Sob essas análises, nessas línguas, as noções e práticas que são incluídas pela ‘autenticidade’ e pela ‘integridade’ se referem a uma ampla constelação de noções e conceitos independentes. É sabido que os esquimós não têm nenhuma palavra para ‘neve’, embora existam 20 palavras distintas para descrever diferentes variedades de ‘neve’ de acordo como são percebidas. Poderia então alguém possivelmente dizer que eles não têm uma expressão específica para a neve? Essa profusão é em si, uma fonte de riqueza, e de seu modo, reflete [...] que ‘tudo é parte de tudo’</p>

⁹⁹ MUNJERI, 2000, *op. cit.*, p.18-19.¹⁰⁰ EDROMA, 2000, *op. cit.*, p.52.¹⁰¹ KUMIRAI; MURINGANIZA; MUNYIKWA, 2000, *op. cit.*, p.109.

Quadro 7. Os tratamentos e usos oficiais da integridade e a sua avaliação segundo especialistas africanos.

TRATAMENTOS DA INTEGRIDADE	COM A PALAVRA, OS ESPECIALISTAS AFRICANOS ⁹²
	” ¹⁰² - [Benim].
	“... Se as noções [de integridade e] de autenticidade tratadas não são africanas, nunca se saberá do que o outro está falando. Isso significa que qualquer declaração sobre [integridade ou] autenticidade serão ao mesmo tempo um meta-discurso e um discurso padrão estabelecido... As palavras do celebrado poeta Tristan Tzara vêm à mente: ‘nós deslocamos noções e tomamos as suas vestes para representar os seus nomes’ ” ¹⁰³ - [Benim].
A integridade como conceito não relacionado à autenticidade.	“Como os aspectos naturais e culturais do patrimônio [...] são tão intimamente ligados, o que se segue é que a integridade ou segurança desse bem é bastante conectada à sua autenticidade” ¹⁰⁴ - [Quênia].
	“Sem as práticas tradicionais, as Cataratas Vitória são como um cadáver, e a questão é: quão autêntico pode ser um cadáver quanto à manifestação da forma humana? Sem vida, as atividades que normalmente desempenha o corpo humano, estão ausentes. Quão autêntico é um corpo sem vida? A remoção das pessoas locais e das suas práticas tradicionais da área das Cataratas Vitória, por qualquer razão que seja, afetou a integridade do lugar” ¹⁰⁵ - [Zimbábue].
A integridade como definidora do patrimônio.	“A exclusão dos grandes animais de caça do ambiente da floresta tropical [das Cataratas Vitória], com o objetivo de permitir aos turistas ter uma área livre, é uma falsificação da extensão dos limites dos ecossistemas naturais incluídos na área do patrimônio mundial” ¹⁰⁶ - [Zimbábue].

Fontes: Referenciadas nas notas de rodapé no quadro. Organização da autora.

O encontro africano foi responsável por levantar pela primeira vez na história da Unesco, diversas críticas em torno de dois conceitos [integridade e autenticidade] que depunham diretamente sobre o sistema do patrimônio mundial em seus 28 anos de

¹⁰² YAI, O. *Authenticity and integrity in African languages: approaches to establish a body of thought*. [P.62-64], P.3-64. In: UNESCO. *Authenticity and Integrity in an African Context*. Expert Meeting, Great Zimbabwe, 26-29 May 2000.

¹⁰³ YAI, 2000, *op. cit.*, P.62.

¹⁰⁴ GITHITHO, A. *The issues of authenticity and integrity as they relate to the sacred Mijikenda Kayas of the Kenya coasts in Unesco*. [P.95-97], P.97. In: UNESCO. *Authenticity and Integrity in an African Context*. Expert Meeting, Great Zimbabwe, 26-29 May 2000.

¹⁰⁵ KUMIRAI; MURINGANIZA; MUNYIKWA, 2000, *op. cit.*, P.112.

¹⁰⁶ KUMIRAI; MURINGANIZA; MUNYIKWA, 2000, *op. cit.*, P.111.

existência¹⁰⁷. A especificidade do patrimônio africano foi responsável por evidenciar os limites e as inadequações de muitas das definições e operações que eram compartilhadas por Estados-Membros da convenção e por países que não a tinham aderido.

Por mais que no ano 2000 a integridade ainda não tivesse sido conceituada no guia operacional, as condições de integridade, estabelecidas no seu parágrafo 44, assim como as práticas de avaliação da excepcionalidade do patrimônio natural pela IUCN, mostravam que essa era um quesito bastante difícil de ser atendido plenamente. Isso porque, por um lado, pressupunha a existência de uma estrutura de gestão da conservação completa e em pleno funcionamento, e por outro, o exato atendimento quanto a condições de presença de elementos, de dimensão, de composição e de raridade.

Por tratar de questões dimensionais, a integridade era frequentemente mobilizada para definir os limites das zonas protegidas e das suas áreas de entorno. Entretanto, a definição das fronteiras de uma área natural não raro se dava mediante a adoção de dispositivos legais e administrativos embasados em uma avaliação técnica do que era considerado de valor. Como consequência, o território fatiado como patrimônio muitas vezes não coincidia com a área a qual se atribuíam significados naturais e culturais por parte das populações africanas.

Além disso, era também considerada íntegra a área que fosse formada por todos os elementos naturais necessários para mostrar a excepcionalidade avaliada pelo Bureau e Comitê do Patrimônio Mundial, e pelos membros da IUCN. Entretanto, tal valor excepcional universal era apenas embasado nos atributos naturais da área. Os demais valores de ordem não natural, dificilmente eram “oficialmente” reconhecidos, ficando aliados das ações de proteção. Esse “purismo” na composição do patrimônio natural era completamente estranho às práticas de valoração africanas, que pressupunham que o *continuum* entre os atributos naturais e culturais conformava a área ser tutelada.

Tal diferença de parâmetros de valoração dos espaços que se verificava entre a Unesco e os grupos tradicionais da África também repercutia na forma da sua gestão. Se para o sistema do patrimônio mundial essa atividade deveria ocorrer segundo técnicas

¹⁰⁷ No mesmo ano em que o conceito de integridade recebeu uma grande quantidade de críticas em virtude dos termos que o caracterizavam, foi lançada a Carta de Cracóvia, que reprisou alguns entendimentos que há muito vinham sendo discutidos. O documento, dedicado a princípios de preservação e restauro do patrimônio construído, estabeleceu que o objetivo central das atividades de proteção de edifícios com valor histórico urbano ou rural, era o de “manter a sua autenticidade e integridade, incluindo os espaços interiores, o mobiliário e a decoração, segundo sua conformação original” [CARTA DE CRACOVIA, Princípios para la Conservación y Restauración del Patrimonio Construido. Conferencia Internacional sobre Conservación “Cracovia 2000”, 2000, p.3].

especializadas e padronizadas, muitos especialistas africanos apontaram que a gestão deveria considerar os guardiões locais da área, segundo o seu conjunto próprio de valores, o que não ocorria.

A exclusão do homem da equação da integridade, por sua vez, parece ter sido a maior crítica africana quanto ao modelo mundial. A abordagem de proteção de áreas naturais embasada na ideia de manutenção da vida selvagem ainda dominava a posição da Unesco nessa época. Tal modelo – bastante explorado na obra *O Mito da Natureza Intocada* – apoiava-se no entendimento de que “deveriam ser separados pedaços do mundo natural em seu estado primitivo, anterior à intervenção humana”¹⁰⁸, de modo a protegê-los contra ações antrópicas. Essa estratégia de composição da integridade de áreas naturais, além de não relacioná-las a um contexto mais amplo, estava calcada em um entendimento de que as populações locais, ainda que as tradicionais, não faziam parte do patrimônio. Tal visão estreita sobre a integridade, que buscava proteger amplos nichos verdes contra a presença humana, entendida como destruidora, acabava por desvalorizar muitas áreas africanas pelo seccionamento da relação significativa entre o homem e o seu ambiente. A exclusão do componente humano do espaço natural da África terminava por afetar as suas práticas tradicionais, vinculadas ao sistema de crenças e costumes locais. Isso foi sintetizado pela expressão de “*apartheid* ecológico”, uma preconceituosa segmentação do patrimônio.

Se a prática da Unesco desconsiderava amplamente os códigos socioculturais africanos de valoração, e por conseguinte de patrimonialização, a situação se agravava ainda mais pelo fato da palavra integridade não existir na maior parte das línguas africanas. Ocorriam apenas os termos ou expressões de significados aproximados, mas que não se alinhavam exatamente às disposições desse vocábulo eminentemente “unesquiano”. Olabiyi Babalola Yaï deu um exemplo de uma possível aproximação do conceito de integridade à palavra *òwò*, em iorubá, língua nigero-congolesa do grupo *Kwa*, falada por esse povo.

A palavra *òwò* é um substantivo cuja etimologia poderia ser assim explicada:

O: morfo-fonema de negação.

Wò: radical verbal = penetrar, entrar.

Então, etimologicamente *òwò* significa “tão consistente [ou inteiro] que é impenetrável”. Em iorubá, o conceito de *òwò* integra os conceitos de imunidade, distância e respeito religioso. O conceito conectado de *èwò* [que etimologicamente é *è-wìwò* = que não pode ser entrado] expressa algo mais além que a integridade, aquilo que é proibido ou tabu [*taboo*]¹⁰⁹.

¹⁰⁸ DIEGUES, A.C.S. *O mito moderno da natureza intocada*. 3ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2001, p.9.

¹⁰⁹ YAÏ, 2000, *op. cit.*, p.64.

Esse especialista africano apenas apresentou um exemplo sobre a dificuldade de tradução de um termo que não tinha um exato equivalente em outra língua, o que frequentemente culminava em significados distantes daquele tido como o “original”.

Essa tendência a não compartimentação de áreas – no que tange ao seu aspecto físico – e de conceitos – unindo-os inequivocamente a apenas um significado – também era verificada quanto ao enquadramento do patrimônio como ente natural e cultural, material e imaterial, e, portanto, que mesclava a integridade e autenticidade ocidentais em um mesmo âmbito. Havia uma tendência africana em patrimonializar aqueles elementos que transcendiam a sua consistência física, e que ganhavam significados devido à sua associação a práticas tradicionais, como cerimônias, festas, modos de cultivo, dentre outros.

A discussão africana em torno da integridade recebeu um destaque muito acentuado nesse evento, já que se percebia que esse critério qualificador era um dos principais responsáveis pela definição – e em alguns casos pela fabricação – do patrimônio. Nessa perspectiva, Laurent Lévi-Strauss, o referido diretor da Divisão de Patrimônio Cultural da Unesco, de modo diverso da maior parte dos seus colegas, reconheceu que,

... Um sítio cultural africano deve ter um vasto tamanho e incluir todos os seus componentes naturais, culturais, sociais e simbólicos que provejam os seus significados e a sua “*raison d’être*”, junto às paisagens, testemunhas do passado e do presente, com o objetivo de garantir a saúde e a manutenção da complexidade das culturas africanas [...], de maneira a evitar que vilas se tornem espaços de “reserva” apenas visitados por turistas¹¹⁰.

Em seu discurso, enfatizou o alcance justo que as definições da Unesco deveriam ter nos atos de patrimonialização, uma vez que os múltiplos significados dos espaços, além daquilo que representavam, encontravam-se intimamente ligados a questões filosóficas elementares, como a relação entre forma e substância, identidade e mudança, o ser e o tempo. Domínios sob os quais as respostas dadas pelas sociedades nunca eram as mesmas.

Como recomendações finais voltadas à integridade, à autenticidade e aos seus conceitos relacionados, os membros do encontro pontuaram que no contexto na Convenção do Patrimônio Mundial, essas duas noções nunca deveriam ser expressas isoladamente, já que passou a se defender que a base dos critérios de listagem do patrimônio eram simultaneamente os seus valores naturais e culturais. Nessa perspectiva, a articulação entre integridade, autenticidade e significados excepcionais universais passou a ser mais fortemente declarada. A partir desses debates, registrou-se documentalmente a

¹¹⁰ LÉVI-STRAUSS, 2000, *op. cit.* p.73.

ideia de que a verificação da integridade e da autenticidade deveria ocorrer apenas no âmbito daqueles valores que fossem reconhecidos como de excepcionalidade universal. Além disso, partindo-se do pressuposto que o significado do patrimônio era comumente a combinação dos valores criados coletivamente, a dimensão imaterial desses julgamentos sempre estaria implícita, sendo fundamental considerá-la nos processos de nomeação.

Quanto às condições integridade, em específico, foi observado que o guia operacional as dispunha de forma muito cerrada e inteiramente voltada aos critérios naturais. Desejando-se então que a integridade também passasse a ser uma condição qualificadora do patrimônio cultural, sugeriu-se adotar as suas dimensões estrutural, funcional e visual para abordar tais artefatos, conforme as categorias apresentadas para o tratamento dos elementos naturais no encontro de La Vanoise, de 1996. Essas mudanças demandariam a adoção de uma definição do termo, que foi assim sugerida: “a noção de integridade abraça os sistemas culturais, religiosos ou de costumes, além dos tabus, que sustentam o caráter completo quanto à estrutura, à diversidade e ao distintivo dos bens naturais e das paisagens culturais”¹¹¹. Por mais que se vislumbresse a associação da integridade à esfera da cultura, defendeu-se que o seu uso apenas seria relevante para alguns tipos de elementos, como para as paisagens culturais, assentamentos humanos, modos de ocupação do solo, rotas culturais, sítios produtivos, assim como para todos os lugares marcados por fortes associações com o patrimônio intangível.

A revisão do guia operacional e o sistema de prioridades de inscrição

Também no primeiro semestre do ano 2000, ocorreu o Encontro Internacional de Especialistas sobre a Revisão do Guia Operacional para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial¹¹² na cidade de Canterbury, Reino Unido. As revisões do guia operacional deveriam ser realizadas no contexto das conclusões do evento africano sobre autenticidade e integridade.

Foram objetivos desse encontro inglês: identificar e definir a audiência alvo do guia; revisar as propostas até então apresentadas; identificar lacunas, duplicações e inconsistências; recomendar uma nova estrutura, conteúdo e formato, propor estratégias de

¹¹¹ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 2000, *op. cit.*, p.31 [DOC. WHC-00/CONF.204/INF.11].

¹¹² Do original em inglês: *International Expert Meeting on the Revision of the Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*.

como deixar o documento mais “amigável”; sugerir qualquer trabalho adicional necessário; e preparar um relatório com as recomendações para deliberação na 24ª reunião do bureau, que ocorreria no mesmo ano.

A discussão desses temas se justificava por uma percepção generalizada de problemas no guia operacional em suas diversas versões, o que vinha atrapalhando a sua efetividade. O quadro a seguir destaca as questões apontadas no contexto internacional e em diversos âmbitos nacionais.

Quadro 8. Problemas verificados pelos participantes do encontro quanto ao guia operacional em vigor naquela data, ou seja, o de 1999.

EM CONTEXTO INTERNACIONAL	EM ÂMBITOS NACIONAIS
Organização fora de sequência lógica, não existindo um “ciclo de preservação ou conservação”.	Linguagem difícil de usar.
Desequilíbrio entre quantidade de informações detalhadas [poucas em alguns casos, muitas em outros].	Uso de versões desatualizadas do guia.
Informações difíceis de encontrar e que acabavam não sendo seguidas, como a produção da “declaração de significância”.	Poucas orientações para os gestores de sítios.
Definição pouco clara dos termos empregados, e que podem ser movidos para o glossário.	Regras pouco claras sobre quão extensos devem ser os sítios.
Inconsistências internas.	Pouca indicação sobre a necessidade do estudo comparativo nas
Ausência de um programa de treinamento para seu uso.	nominações.

Fonte: UNESCO/BUREAU OF THE WORLD HERITAGE COMMITTEE. Twenty-fourth Session, Paris, 26 June - 1 July 2000. Item 6.2 of the Provisional Agenda: Report of the International Expert Meeting on the Revision of the Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention. 30 May 2000, p.4-5 [DOC. WHC-2000/CONF.202/9]. Organização da autora.

Para Christopher Young, membro do English Heritage, esses problemas faziam do guia operacional um documento extremamente frustrante e pouco útil. Nesse sentido, buscou-se propor mudanças tendo como potencial público alvo o “Bureau e o Comitê do Patrimônio Mundial, o Centro do Patrimônio Mundial, os gestores e proprietários do patrimônio mundial, as equipes da Unesco em todas as suas divisões, as outras secretarias da convenção, a indústria do turismo, os treinadores e educadores, os acadêmicos e

pesquisadores, e o público em geral”¹¹³. Não é de se espantar que ao topo dessa lista tenham figurado os próprios segmentos da Unesco dedicados ao sistema do patrimônio mundial, já que eram notórias as menções do Iccrom que o comitê muitas vezes não implementava e seguia o guia operacional.

Já a IUCN acusou o comitê de procrastinar a realização de importantes mudanças nesse sistema. O seu representante, David Sheppard, usou a analogia “assar” para descrever a abordagem do Comitê do Patrimônio Mundial em relação ao guia operacional, afirmando que havia uma “relutância em tirar o bolo do forno”¹¹⁴. Acreditava-se que o comitê não desejava alterar profundamente esse documento, sendo a IUCN favorável à realização de um “*big bang*” em oposição ao estabelecimento de pequeníssimas modificações, que apenas levariam à confusão. Como pontos principais da reforma do guia, a IUCN defendeu a necessidade de integrar os critérios de nominação natural e cultural, assim como fortalecer a ligação entre a integridade e a autenticidade. O Icomos, por sua vez, apenas limitou-se a pontuar que o guia não deveria ser o lugar de informações altamente detalhadas.

O encontro sugeriu então a adoção da seguinte nova estrutura do guia operacional:

- I. Introdução
 - A. Propósito do guia operacional
 - B. Introdução à Convenção do Patrimônio Mundial
 - C. Definição de patrimônio mundial
 - D. Papeis dos Estados-Partes, órgãos consultivos, secretariado, parceiros na gestão dos sítios e outros
- II. Estabelecimento da Lista do Patrimônio Mundial
 - A. Critérios para a inclusão de bens na Lista do Patrimônio Mundial
 - B. Estratégia global para uma lista mundial balanceada e representativa
 - C. Listas tentativas
 - D. Nominação de bens para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial
 - E. Avaliação de bens nominados para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial
 - F. Inscrição na Lista do Patrimônio Mundial
 - G. Arquivamento e documentação das nomeações
- III. Proteção e conservação dos bens do patrimônio mundial
 - A. Gestão dos bens do patrimônio mundial
 - B. Relatórios periódicos
 - C. Monitoramento reativo
 - D. A Lista do Patrimônio Mundial em Perigo
 - E. Retirada da Lista do Patrimônio Mundial
- IV. Assistência internacional
 - A. Princípios, política e prioridades de governo
 - B. Recursos
 - C. Planejando a assistência internacional
 - D. Implementação
 - E. Avaliação e acompanhamento

¹¹³ UNESCO/BUREAU OF THE WORLD HERITAGE COMMITTEE, 2000, *op. cit.*, p.7 [DOC. WHC-2000/CONF.202/9].

¹¹⁴ UNESCO/BUREAU OF THE WORLD HERITAGE COMMITTEE, 2000, *op. cit.*, p.5 [DOC. WHC-2000/CONF.202/9].

- V. Atividades em suporte à Convenção do Patrimônio Mundial
 - A. Ação no nível nacional para promover uma maior consciência quanto às atividades realizadas sob a Convenção do Patrimônio Mundial
 - B. Apresentação e transmissão às futuras gerações
 - C. Educação, treinamento e pesquisa
 - D. Documentação e gestão da informação
- Anexos¹¹⁵.

Entre os anexos constantes na proposta, estava o documento que apresentava a integridade e a autenticidade em relação à convenção, nomeadamente o texto do encontro de La Vanoise sobre integridade e o Documento de Nara sobre Autenticidade.

No ano seguinte, foi elaborado um guia para orientar as tomadas de decisão do Comitê do Patrimônio Mundial. O documento apresentava algumas situações com as quais o comitê costumava se deparar, acompanhadas dos textos referenciais para o enfrentamento de diversas questões, assim como os procedimentos esperados dessa instância operativa do sistema do patrimônio mundial¹¹⁶.

Além disso, as discussões envolvendo a revisão do guia operacional prosseguiram no encontro ocorrido na sede da Unesco em Paris, entre os dias 08 e 12 de outubro de 2001. Esperava-se nessa rodada continuar a planejar a criação de um documento de fácil utilização que fosse lógico e simplificado, no qual as mais densas informações seriam relocadas nos anexos. Esperava-se reter ao máximo o texto original do guia, porém adotando, pela primeira vez, uma seção sobre a proteção do patrimônio mundial, com novos parágrafos para os assuntos que ainda não estivessem tratados.

Naquele momento, o comitê havia decidido que a revisão do guia seria coordenada pelo Centro do Patrimônio Mundial, por meio de um processo colegiado envolvendo representantes dos Estados-Partes, os órgãos consultivos e o secretariado da Unesco. Esperava-se com isso, que o novo documento refletisse diferentes perspectivas regionais e culturais do mundo. Em atendimento à Carta Circular CL/WHC.8/01 contendo a redação do texto proposto para avaliação, foram remetidas apenas 17 respostas.

Apesar de não ter sido debatida nenhuma nova questão em relação ao guia, os membros do encontro de 2001 estabeleceram que alguns temas não poderiam ser finalizados sem o aval do comitê por consistirem “assuntos políticos”. Nomeadamente:

¹¹⁵ UNESCO/BUREAU OF THE WORLD HERITAGE COMMITTEE, 2000, *op. cit.*, p.12-18 [DOC. WHC-2000/CONF.202/9].

¹¹⁶ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Twenty-Fifth Session, Helsinki, Finland, 11-16 December 2001. Decision-making Guide. 9 December 2001 [DOC. WHC-2001/CONF.208/2].

- I] ... A mais apropriada abordagem para a fusão dos critérios culturais e naturais e para as condições qualificadoras;
- II] ... Uma maior clareza [...] para as definições de autenticidade, integridade e valor excepcional universal, assim como para a definição de bens mistos...;
- III] ... Seria necessário incluir referência ao plano estratégico no guia operacional revisado?¹¹⁷.

Ponderava-se que o uso das condições qualificadoras da integridade e autenticidade no mesmo plano que os critérios, conforme estava sendo aventado, mereceria atenção especial. Como se desejava criar uma nova versão do guia para uma fácil utilização, acreditava-se que tais condições qualificadoras – crivo mais rígido de patrimonialização – deveriam ser apresentadas após os critérios de excepcionalidade, entendidos como mais amplos. Ainda foi defendido que deveriam se fazer esforços para demonstrar que a integridade e a autenticidade eram fundamentalmente diferentes. Definiu-se também manter os exemplos específicos quanto ao atendimento das condições de integridade, por acreditar que eles já haviam sido usados com sucesso no passado, embora tais provisões não apresentassem uma fundamentação teórico-conceitual sobre o termo.

Quanto à questão do valor excepcional universal, os órgãos consultivos manifestaram as suas preocupações em relação ao fato desse elemento estar se tornando a chave principal para os processos de listagem. Acreditavam que o foco exclusivo nele poderia potencialmente ser usado para minar a integridade de uma área como todo, uma vez que se entendia que a nem tudo o que estava contido dentro do perímetro protegido, eram atribuídos os mesmos valores. Para lidar com a questão, sugeriram a seguinte definição: “um patrimônio cultural e/ou natural é entendido como de ‘valor excepcional universal’ quando o bem como um todo, em vez das suas várias partes componentes, é de tal importância que deve ser protegido para o benefício da humanidade”¹¹⁸.

Enquanto a redefinição do guia operacional não havia sido concluída, e com ela adiado o tão esperado balanço na lista do patrimônio mundial, o comitê lançou uma estratégia inédita: a de realizar automaticamente a inscrição do patrimônio natural que fosse nominado pelos Estados-Partes, sem submetê-lo aos critérios e às condições qualificadoras. Tal estratégia foi embasada por um estudo cujos resultados foram divulgados no mês de dezembro de 2001, e que se voltou para a identificação de países e de categorias de elementos naturais e culturais pouco ou não representados no elenco mundial. Isso

¹¹⁷ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Twenty-Fifth Session, Helsinki, Finland, 11-16 December 2001. Item 6 of the Provisional Agenda: Revision of the Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention. 30 November 2001, p.6 [DOC. WHC-01/CONF.208/6].

¹¹⁸ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 2001, *op. cit.*, p.9 [DOC. WHC-01/CONF.208/6].

subsidiou a montagem de um “sistema de prioridades”¹¹⁹ que seria utilizado durante a seleção dos próximos 30 candidatos à lista, examinados em junho de 2003.

O que motivou a Unesco a adotar essa ideia, possivelmente foi o pico de nomeações no ano 1998, fazendo com que as preocupações quanto ao balanço entre a representação cultural e natural da lista, assim como à sua representatividade mundial, viessem à tona, mesmo considerando os esforços de diversos anos de Estratégia Global.

Quadro 9. Relação entre número de Estados-Partes que enviaram nomeações ao comitê por ano.

ANO	ESTADOS-PARTE	ANO	ESTADOS-PARTE	ANO	ESTADOS-PARTE
1978	18	1986	21	1994	19
1979	23	1987	17	1995	26
1980	15	1988	12	1996	28
1981	17	1989	19	1997	21
1982	18	1990	21	1998	42
1983	17	1991	15	1999	34
1984	13	1992	18	2000	25
1985	18	1993	19		

Fonte: UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 2001, *op. cit.*, [DOC. WHC-01/CONF.208/12ADD]. Organização da autora.

A primeira ordem de prioridade segundo a proposta seria dada àqueles Estados-Partes que mesmo já membros da convenção, ainda não tinham elementos inscritos na lista mundial até 2001. Na região da África, 16 países não contavam com nenhum elemento tutelado pela Unesco; nos Estados Árabes eram quatro os países; cinco na Europa e América do Norte; cinco na América Latina e Caribe; e 14 na Ásia e Pacífico.

A segunda ordem de prioridade seria concedida às nomeações de quaisquer Estados-Partes que ilustrassem categorias pouco ou não representadas de exemplares culturais ou naturais, como determinado pelas análises preparadas pelo secretariado da

¹¹⁹ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Twenty-Fifth Session, Helsinki, Finland, 11-16 December 2001. Item 10 of the Provisional Agenda: Information on Tentative Lists and Examination of Nominations of Cultural and Natural Properties to the List of World Heritage in Danger and the World Heritage List. The Identification of Un-represented or Less Represented Categories of Natural and Cultural Properties. 30 November 2001, p.2 [DOC. WHC-01/CONF.208/12ADD.].

Unesco e pelos órgãos consultivos, revisadas e aprovadas pelo comitê. Quanto às análises do patrimônio natural, estabeleceu-se:

De forma a corrigir o desbalanço entre bens culturais e naturais na Lista do Patrimônio Mundial, é proposto que, para esse ciclo apenas [30 novas nomeações para exame do comitê em junho de 2003], se aceitem todas as nomeações naturais até se atingir o limite de 15 novas nomeações que atendam aos padrões normais de completude. Se mais de 15 nomeações naturais forem recebidas, serão escolhidas primeiramente em uma base regional [...] as nomeações dos Estados Árabes, Ásia Central, Pacífico e Caribe, e em segundo lugar, aquelas dos biomas pouco ou não representados: costa-marinha e pequenas ilhas, áreas polares e subpolares e desertos¹²⁰.

Se as análises de preferência de inscrição do patrimônio da natureza foram baseadas em uma seleção de ordem numérica, de localização ou de tipo de elemento natural, o exame das prioridades na esfera cultural apoiou-se em seis métodos de análise distintos. Foram então estabelecidos os seguintes parâmetros de eleição tanto para o patrimônio cultural, como para o misto: categorias presentes na Convenção do Patrimônio Mundial, períodos cronológicos, critérios de excepcionalidade cultural, distribuição regional, elementos da Estratégia Global de 1994, e subcategorias provisórias.

Segundo o método das categorias da convenção, seria avaliado qual item estaria mais descontentado na lista mundial dentre os monumentos, grupos de edifícios ou sítios. Já quanto aos períodos cronológicos, a preferência seria dada à inscrição de objetos e áreas referentes a tempos históricos pouco presentes no elenco. O quadro a seguir mostra a distribuição dos elementos culturais e mistos na relação mundial até o ano 2001, sendo subdivididos de acordo com as regiões da Unesco.

Quadro 10. Períodos cronológicos do inscrito na lista, segundo as regiões mundiais da Unesco.

PERÍODO CRONOLÓGICO	ÁFRICA	ESTADOS ÁRABES	ÁSIA/PACÍFICO	EUROPA/AMÉRICA DO NORTE	AMÉRICA LATINA/CARIBE
Pré-história	3	3	8	15	3
2900 a.C.- 1A.D.	1	20	12	38	6
Séculos I-V	1	11	5	19	2
Séculos VI-X	1	9	21	29	10
Séculos XI-XV	9	6	22	117	4

¹²⁰ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 2001, *op. cit.*, p.7 [DOC. WHC-01/CONF.208/12ADD.]

Quadro 10. Períodos cronológicos do inscrito na lista, segundo as regiões mundiais da Unesco.

PERÍODO CRONOLÓGICO	ÁFRICA	ESTADOS ÁRABES	ÁSIA/PACÍFICO	EUROPA/AMÉRICA DO NORTE	AMÉRICA LATINA/CARIBE
Séculos XVI- XVII	4	3	16	39	36
Século XVIII	3	-	2	29	4
Século XIX	-	-	6	15	4
Século XX	1	-	1	6	2

Fonte: UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 2001, *op. cit.*, [DOC. WHC-01/CONF.208/12ADD].
Organização da autora.

Ao mesmo tempo em que esse método demonstrava algumas tendências – como a prevalência de sítios dos séculos XVI e XVII na América Latina e das áreas medievais na Europa – ele estabelecia uma forma de seleção não adequada. Fez-se então um questionamento que ficou sem resposta: as submissões de elementos de um passado recente de uma dada região deveriam ser encorajadas pelo fato dos seus períodos estarem sub-representados na lista? Pela forma que a pergunta foi elaborada, é provável que a resposta fosse não, mantendo-se o seu *status quo*.

Já o método dos critérios culturais de inscrição, apontaria sob quais das seis condições de excepcionalidade haviam menos sítios inscritos até 2001.

Quadro 11. Relação entre inscrições culturais e mistas em função do critério de excepcionalidade, segundo as regiões mundiais da Unesco.

CRITÉRIOS CULTURAIS	ÁFRICA	ESTADOS ÁRABES	ÁSIA/PACÍFICO	EUROPA/AMÉRICA DO NORTE	AMÉRICA LATINA/CARIBE
I	5	14	36	118	20
II	6	17	41	153	24
III	14	34	55	118	30
IV	10	28	53	213	50
V	4	14	11	36	9
VI	8	16	43	69	10
Total por região	53	52	135	352	98

Fonte: UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 2001, *op. cit.*, [DOC. WHC-01/CONF.208/12ADD].
Organização da autora.

E mais uma vez, indagações ficaram sem resposta: deveriam as áreas e objetos inscritos segundo o critério V – o menos utilizado na patrimonialização cultural – serem favorecidas em quaisquer processos de seleção? Essa pergunta foi feita em função da percepção de que tais informações deveriam ser mais úteis nas definições da Estratégia Global, que nos processos de estabelecimento de prioridades de inscrição, como forma de superar algumas incongruências da lista, aumentando a sua credibilidade.

O método de avaliação da distribuição regional, por sua vez, apenas informou o que os demais quadros anteriormente apresentados já indicavam, que existia uma profunda assimetria entre a África e todas as outras regiões culturais da Unesco. Isso também se devia ao fato desse território mundial apresentar uma cultura material tradicional de base não monumental, no geral, e formada por materiais perecíveis. A Europa e América do Norte tinham tamanha vantagem em representação na lista, que quase detinham a metade das inscrições de todo o mundo. O quadro a seguir ilustra a média de inscrições do patrimônio cultural e misto por cada uma das cinco regiões, até 2001.

Quadro 12. Relação entre inscrições culturais e mistas em função do critério de excepcionalidade, segundo as regiões mundiais da Unesco.

REGIÃO	NÚMERO DE ESTADOS-PARTES	NÚMERO DE INSCRIÇÕES CULTURAIS OU MISTAS	MÉDIA DE INSCRIÇÕES POR ESTADO-PARTE
África	36	23	0,6
Estados Árabes	17	49	2,9
Ásia/Pacífico	35	99	2,8
Europa/América do Norte	49	310	6,3
América Latina/Caribe	29	71	2,4
Total	166	552	3,3

Fonte: UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 2001, *op. cit.*, [DOC. WHC-01/CONF.208/12ADD].
Organização da autora.

Já o método referente aos elementos da Estratégia Global visava privilegiar quais tipos de objetos e áreas pouco presentes na lista haviam sido identificados por esse estudo desde o ano 1994, para de algum modo, contemplá-los. Ele não levaria apenas em conta a diversidade de tipos, regiões e períodos, mas também os novos conceitos de patrimônio cultural que estavam sendo desenvolvidos ao longo de quase 20 anos de experiência

institucional da Unesco. Nessa perspectiva, foram reconhecidos como novos itens de interesse cultural, o movimento de pessoas [nomadismo, migração], os assentamentos, os modos de subsistência, a evolução tecnológica, a interação humana, a coexistência natural, a espiritualidade e a expressão criativa.

Por fim, o último critério para o estabelecimento extraordinário de prioridade de inscrição do patrimônio cultural ou misto, foram as subcategorias provisórias. Informou-se que ao longo de cinco anos, o Icomos e o Centro do Patrimônio Mundial vinham desenvolvendo conjuntos de subcategorias de patrimônio cultural, utilizando termos elaborados por grupos de especialistas ou incorporados no guia operacional. As subcategorias pouco representadas também foram identificadas no texto *Progress Report on Regional Actions for the Implementation of the Global Strategy Action Plan for a Representative and Balanced World Heritage List*¹²¹.

Quadro 13. Relação de categorias do patrimônio cultural ou misto pouco ou não representadas na lista, segundo as regiões mundiais da Unesco.

REGIÃO	ESTADOS-PARTES	INSCRIÇÕES CULTURAIS OU MISTAS	CATEGORIAS POUCO OU NÃO REPRESENTADAS
África	36	23	Monumentos arquitetônicos e conjuntos, paisagens culturais, sítios de homínídeos, arte rupestre, rotas, conjuntos tecnológicos e arquitetura vernacular.
Estados Árabes	17	49	Monumentos arquitetônicos e conjuntos, paisagens culturais, patrimônio moderno, bens religiosos, arte rupestre, rotas, conjuntos tecnológicos e arquitetura vernacular.
Ásia/Pacífico	35	99	Paisagens culturais, estruturas defensivas, sítios de homínídeos, patrimônio moderno, arte rupestre, rotas, conjuntos tecnológicos e arquitetura vernacular.
Europa/América do Norte	49	310	Paisagens culturais [Leste da Europa], sítios de homínídeos, patrimônio moderno, arte rupestre, conjuntos tecnológicos [Leste da Europa] e arquitetura vernacular.

¹²¹ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 2001, *op. cit.*, [DOC. WHC-01/CONF.201/11].

Quadro 13. Relação de categorias do patrimônio cultural ou misto pouco ou não representadas na lista, segundo as regiões mundiais da Unesco.

REGIÃO	ESTADOS-PARTES	INSCRIÇÕES CULTURAIS OU MISTAS	CATEGORIAS POUCO OU NÃO REPRESENTADAS
América Latina/Caribe	29	71	Monumentos arquitetônicos e conjuntos, paisagens culturais, patrimônio moderno, arte rupestre, rotas, conjuntos tecnológicos e arquitetura vernacular.
Total	166	552	

Fonte: UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 2001, *op. cit.*, [DOC. WHC-01/CONF.208/12ADD].
Organização da autora.

Embora tivessem sido estabelecidas prioridades para essa nova e provisória modalidade de inscrição à Lista do Patrimônio Mundial, segundo parâmetros mais [artefatos culturais] ou menos [elementos naturais] rígidos, a prévia inclusão dos elementos em listas de nomeações nacionais ainda era exigida.

A conceituação da integridade

Em meados do ano 2002, houve a apresentação da terceira revisão do guia operacional, que foi responsável pela exposição, de forma detalhada, das definições que vinham sendo debatidas há dois anos. Esse texto foi consolidado por um grupo de especialistas escolhidos para esse propósito, que se reuniram entre 18 a 22 de março de 2002, na sede da Unesco. Tomou-se como referência a segunda versão do guia revisado, de novembro de 2001, assim como os comentários dos Estados-Partes e dos órgãos consultivos em resposta à consulta realizada por meio da Carta Circular nº 16 [DOC. CL/WHC.16/01], datada de dezembro de 2001.

Essa versão do guia recebeu várias colaborações do Iccrom, Icomos e IUCN, que tiveram os seus papéis bastantes destacados no documento. O Iccrom foi apresentado como uma organização internacional intergovernamental, estabelecida pela Unesco, cujas funções estatutárias estavam em desenvolver pesquisas, documentação, assistência técnica, treinamento e programas de conscientização pública de proteção do patrimônio cultural móvel e imóvel. A sua missão específica em relação à convenção era ser parceira prioritária quanto ao treinamento relativo ao patrimônio cultural, ao monitoramento do estado de

conservação dos artefatos inscritos na lista mundial e à revisão das solicitações de assistência internacional submetidas pelos Estados-Partes.

Já ao Icomos, cabia a promoção da aplicação de teorias, metodologias e técnicas científicas de proteção do patrimônio arquitetônico e arqueológico, tendo como princípios os postulados contidos na Carta de Veneza. A sua função própria em relação à convenção incluía: a avaliação dos elementos nominados para a inscrição na lista mundial, o monitoramento do estado de conservação dos elementos de valor cultural e a revisão dos requerimentos de assistência internacional, juntamente ao Iccrom.

A IUCN, por sua vez, tinha por missão influenciar, encorajar e assistir às sociedades ao redor do mundo quanto “à conservação da integridade e da diversidade da natureza, assegurando que todos os usos de recursos naturais fossem justos e ecologicamente sustentáveis”¹²². Suas atribuições quanto à convenção eram de avaliar as áreas nominadas à inscrição, de monitorar o estado de conservação dos elementos de valor natural e de promover suporte para a realização de atividades.

Nessa versão do guia, foi ratificada a posição da Unesco quanto à inscrição apenas de elementos de valor excepcional universal, que seriam assim considerados se atendessem a um ou mais dos dez critérios culturais e naturais. Além disso, deveriam responder às condições qualificadoras de autenticidade e/ou integridade, tendo ainda um sistema legal de gestão da proteção adequado. Tais condições qualificadoras tinham como objetivo “assegurar que os atributos significativos, por meio dos quais o valor universal excepcional de um bem era expresso, não fossem comprometidos, sendo representados em sua plenitude no momento de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial”¹²³.

Os critérios de excepcionalidade cultural e natural foram então apresentados pela primeira vez segundo uma lista única, conforme segue:

- I. Representar uma obra prima do gênio criativo humano;
- II. Exibir um importante intercâmbio de valores humanos durante um período de tempo ou dentro uma área cultural do mundo, no tocante aos desenvolvimentos da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do urbanismo ou do desenho da paisagem;
- III. Dar um testemunho único, ou ao menos excepcional, de uma tradição cultural ou de uma civilização que está viva ou desaparecida;

¹²² UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Twenty-Sixth Session, Budapest, Hungary, 24-29 June 2002. Item 18 of the Provisional Agenda: Revision of the Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention: 3rd Draft annotated revised Operational Guidelines prepared by the March 2002 Drafting Group. 28 May 2002, p.18 [DOC. WHC-02/CONF.202/14B].

¹²³ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 2002, *op. cit.*, p.27 [DOC. WHC-02/CONF.202/14B].

- IV. Ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício, conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou paisagem, que ilustre [um] estágio[s] significativo[s] na história humana;
- V. Ser um exemplo notável de um assentamento humano tradicional ou de uso da terra, representativo de [uma] cultura[s], especialmente quando esse se tornou vulnerável sob o impacto de uma mudança irreversível;
- VI. Estar diretamente ou tangivelmente associado a eventos ou tradições vivas, com ideias, ou com crenças, com obras artísticas e literárias de valor excepcional universal [o comitê considera que esse critério deva justificar a inclusão na lista apenas em circunstâncias excepcionais e em conjunção com outros critérios culturais ou naturais];
- VII. Conter fenômenos naturais superlativos ou áreas de excepcional beleza natural e importância estética;
- VIII. Ser exemplos excepcionais que representem grandes estágios da história da Terra, incluindo o registro da vida, significantes processos geológicos em curso no desenvolvimento de formas terrestres ou de significativas características geomórficas ou fisiográficas;
- IX. Ser exemplos excepcionais representando represente significativos processos ecológicos e biológicos, ainda em curso, na evolução e desenvolvimento de água doce, de ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos e de comunidades de plantas e animais;
- X. Conter os habitats naturais mais importantes e significativos para a conservação *in situ* da diversidade biológica, incluindo aqueles que contêm espécies ameaçadas de valor excepcional universal do ponto de vista da ciência ou da conservação¹²⁴.

Embora a junção dos critérios tenha sido apresentada sem novidades, apenas com pequenas alterações em algumas palavras, a integridade recebeu a sua primeira conceituação formal, idealizada pelos especialistas reunidos em março de 2002.

A integridade é a medida da inteireza e da intactilidade do patrimônio natural e/ou cultural, e dos seus atributos. Examinar as condições de integridade, portanto, requer que se avalie se...

- O bem inclui todos os elementos necessários para expressar o seu valor excepcional universal;
- O bem é de tamanho adequado para assegurar a completa representação das características e dos processos que conduzem a sua significância;
- O bem foi adversamente afetado pelo desenvolvimento e/ou pela negligência¹²⁵.

Vê-se que a definição de integridade, ao relacionar essa qualidade majoritariamente a questões físico-dimensionais, restringiu-a ao universo da expressão material do patrimônio, desconsiderando amplamente as críticas elaboradas durante o encontro africano sobre autenticidade e integridade, ocorrido no ano 2000. As afirmações declaradas por Leon Pressouyre nove anos antes dessa conceituação oficial fizeram bastante sentido em 2005, ao frisarem que “a tradicional invocação da integridade [...] traz a questão da validade de tal critério que, na prática, serve aos interesses de grandes países com economias prósperas que investiram em uma política de vastos parques nacionais, espaços

¹²⁴ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 2002, *op. cit.*, p.27 [DOC. WHC-02/CONF.202/14B]

¹²⁵ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 2002, *op. cit.*, p.29-30 [DOC. WHC-02/CONF.202/14B].

não tocados por nenhuma atividade humana, exceto pelo turismo”¹²⁶. Essa ideia também converge ao que Alexandra Kowalski pontuou ao sugerir que o sistema do patrimônio mundial beneficia a “acumulação cultural”¹²⁷ e natural dos países desenvolvidos, que detêm um grande número de inscrições.

Em tal conceituação, o homem continuou a não fazer parte da equação da integridade, que foi preponderantemente definida pelas características da inteireza e da intactilidade, o que continuou a caracterizá-la como um difícil crivo para a patrimonialização. O adendo que abordou que nenhuma área era completamente pristina e que todos os territórios naturais estavam em um estado dinâmico, envolvendo em alguma medida o contato com pessoas, mostrou-se mais antagônico à conceituação da integridade, que complementar às suas definições. Além disso, a IUCN pontuou que esse conceito teria diferentes aplicações quando fossem consideradas as paisagens “vivas”. Nesse caso, seria a integridade da relação com a natureza que interessaria, e não a integridade da natureza em si, tornando o entendimento do uso do conceito ainda mais confuso.

Jukka Jokilehto, quatro anos após a definição do termo, percebendo os limites e as críticas em torno do mesmo, pontuou que,

Em relação à noção de integridade, uma forma simples, seria permitir que cada cultura provesse sua própria definição. Então, os europeus poderiam manter suas definições, enquanto os africanos, asiáticos, americanos poderiam elaborar as suas. Entretanto, isso resultaria em uma completa anarquia, e poderia destruir a base da colaboração internacional, que foi aceita como parte da nossa cultura atual. É, portanto crucial encontrar um denominador comum que foque nas características essenciais da noção, mas que também proveja a necessária “flexibilidade” para levar em conta as qualidades e especificidades de cada caso¹²⁸.

Assim, para muitos especialistas que orbitavam ou faziam parte do sistema do patrimônio mundial, os conceitos operativos da Unesco, por mais que não fossem adequados ou que trouxessem dificuldades em sua aplicação, deveriam ser mantidos, já que eram vistos como signos de coesão e de identidade dessas práticas internacionais.

Por outro lado, existiam posições distintas que atentavam quanto à quantidade de definições de critérios e de condições pré-estabelecidas a serem cumpridas durante as avaliações do patrimônio. As palavras de Herb Stovel, registradas em seu artigo apresentado durante a Conferência de Nara, deram um bom panorama sobre isso:

¹²⁶ PRESSOUYRE, 1996, *op cit.*, p.16.

¹²⁷ KOWALSKI, 2011, *op cit.*, p.73.

¹²⁸ JOKILEHTO, J. *The Complexity of Authenticity*. In: *Kunstiteaduslike Uurimusi*. Issue no.18 [3-4] /2009. Tallinn: Studies on Art and Architecture, 2009 [p.125-136], p.135.

Deveria ser pontuado que o excesso de elaboração de metodologias pode ser perigoso... A existência humana é complexa; os vestígios materiais desta complexidade são inerentemente ricos e mergulhados em significados entrelaçados... Todas as metodologias de avaliação que empregamos para nos ajudar a tomar melhores e mais consistentes decisões de conservação devem ser designadas com cuidado, com o objetivo de inadvertidamente não reduzir ou homogeneizar a riqueza, que é nosso objetivo primordial de entender e de manter¹²⁹.

Quanto aos exemplos de satisfação às condições de integridade, essa versão do guia revisado manteve em linhas gerais as disposições já existentes sobre o patrimônio natural, e forneceu uma explanação geral sobre elas quanto ao âmbito da cultura, muito embora exemplos práticos relacionados a cada um dos critérios de excepcionalidade cultural, não tenham sido providos na proposta.

Quadro 14. Relação entre os critérios de excepcionalidade cultural e natural e as condições de integridade propostas pela terceira revisão do guia operacional, em 2002.

CRITÉRIO DE EXCEPCIONALIDADE	CONDIÇÕES DE INTEGRIDADE
Critérios Culturais I a VI	O tecido físico do bem e/ou as suas características significantes devem estar em boa condição, e o impacto dos processos de deterioração, controlados. Uma proporção significativa dos elementos necessários para a condução da totalidade dos valores transmitidos pelo bem deve ser incluída. Relações e funções dinâmicas presentes nas paisagens culturais, cidades históricas e outras propriedades vivas, essenciais para os seus caracteres distintivos, também devem ser mantidas.
Critério Natural VII	Os bens propostos de acordo com o critério VII devem ser de valor excepcional universal e incluir zonas essenciais à manutenção da beleza do sítio. Por exemplo, um sítio cujos valores cênicos dependam de uma queda de água, atenderia as condições de integridade se incluísse as áreas de captação e à jusante que são integralmente ligadas à manutenção das qualidades estéticas do sítio.
Critério Natural VIII	Os bens propostos de acordo com o critério VIII devem conter a totalidade ou a maior parte dos elementos inter-relacionados e interdependentes essenciais nas suas relações naturais. Por exemplo, uma área de “era glacial” satisfaria as condições de integridade se incluísse o campo de neve, a geleira propriamente dita e amostras de padrões de corte, deposição e colonização [estriamentos, morenas, primeiros estádios da sucessão das plantas, etc.]; no caso dos vulcões, as séries magmáticas deveriam estar completas e todas ou a maior parte das variedades de rochas deve estar representada a totalidade, ou a maior parte, das variedades de rochas eruptivas e tipos de erupção.

¹²⁹ STOVEL, 1994, *op. cit.*, p.398.

Quadro 14. Relação entre os critérios de excepcionalidade cultural e natural e as condições de integridade propostas pela terceira revisão do guia operacional, em 2002.

CRITÉRIO DE EXCEPCIONALIDADE	CONDIÇÕES DE INTEGRIDADE
CrITÉrio Natural IX	Os bens propostos de acordo com o critério IX devem ter tamanho suficiente e conter os elementos necessários para demonstrar os principais aspectos dos processos essenciais à conservação em longo prazo dos ecossistemas e da diversidade biológica que contêm. Por exemplo, uma área de floresta tropical úmida satisfaria as condições de integridade se incluísse certa quantidade de variações de altitude em relação ao nível do mar, modificações da topografia e dos tipos de solo, sistemas fluviais e parcelas de regeneração natural; similarmente, um recife de coral deveria incluir, por exemplo, algas, mangues ou outros ecossistemas adjacentes que regulassem a entrada de nutrientes e sedimentos e entradas para o recife .
CrITÉrio Natural X	Os bens propostos de acordo com o critério X devem ser os mais importantes para a conservação da diversidade biológica. Apenas aqueles bens que são de maior diversidade do ponto de vista biológico e/ou representativos são suscetíveis de satisfazer este critério. Os bens devem conter habitats para a manutenção de um máximo de diversidade de fauna e flora características da província biogeográfica e dos ecossistemas sob consideração. Por exemplo, uma savana tropical satisfaria as condições de integridade se incluíssem um conjunto completo de herbívoros e de plantas que tenham passado por uma evolução conjunta, um ecossistema insular deveria incluir habitats para a manutenção da sua biota endêmica, um sítio contendo grande envergadura de espécies deve ser suficientemente amplo para conter os habitats mais críticos, essenciais para assegurar a sobrevivência das populações viáveis dessas espécies, em uma área que contenha espécies migratórias, os locais de reprodução, de nidificação sazonais e as rotas migratórias devem ser protegidos de forma adequada, seja qual for a sua localização.

Fonte: UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 2002, *op. cit.*, p.30-31 [DOC. WHC-02/CONF.202/14B]. Organização da autora.

Segundo essa proposta, a condição de integridade ainda estaria associada a requerimentos legais e de gestão. Desse modo, o elemento íntegro também seria caracterizado pela existência de um termo legislativo, regulatório, institucional e gerencial de longo prazo, “assegurando” a sua salvaguarda. Para isso, os Estados-Partes deveriam demonstrar haver proteção adequada para tais elementos culturais ou naturais nos âmbitos nacional, regional e municipal. Além da definição precisa do espaço físico protegido, deveria existir, quando necessário, uma área envoltória.

Tal área foi definida como a zona envolvendo o exemplar salvaguardado, também apresentando restrições quanto ao uso, de modo a prover uma camada adicional de proteção ao patrimônio cultural, o que incluiria os conjuntos imediatamente vizinhos e importantes vistas. Em relação ao patrimônio natural inscrito nos critérios de XII a X, a zona de entorno deveria refletir as exigências espaciais de habitats, espécies, processos ou fenômenos que provessem a base para a sua inscrição na lista mundial. Os limites deveriam incluir áreas imediatamente adjacentes à zona salvaguardada de valor excepcional universal, de modo a protegê-la contra os efeitos diretos das invasões humanas e dos impactos de uso de recursos fora do local listado.

As discussões que promoveram a conceituação da integridade ocorreram ao mesmo momento em que foi lançada a Carta Australiana do Patrimônio Natural para a Conservação de Lugares de Significância Natural. Esse documento doutrinário apresentou diversos princípios de proteção obtidos por consensos entre um amplo grupo de especialistas no país. Objetivou prover assistência aos interessados pelo patrimônio natural quanto ao estabelecimento dos valores dos elementos, indicando ainda formas de geri-los. A carta também apontou os entendimentos sobre seus principais conceitos abordados:

Comunidade: Conjunto de espécies que habitam uma área particular na natureza;
 Conservação: Todos os processos e ações de cuidado de um lugar, assim como a retenção da significância natural, incluindo-se sempre a proteção, manutenção e monitoramento;
 Degradação: Qualquer declínio significativo na qualidade dos recursos naturais ou da integridade natural do lugar ou da viabilidade de um ecossistema, causada diretamente ou indiretamente pelas atividades humanas;
 Ecossistema: Complexo dinâmico de organismos e seu ambiente, em interação como uma unidade funcional;
 Integridade natural: Grau que o lugar ou o ecossistema retém sua biodiversidade natural e geodiversidade, além de outros processos naturais e característicos;
 Manutenção: Cuidado de proteção contínua da biodiversidade e da geodiversidade de um lugar;
 Modificação: Alteração de um lugar para adequar aos usos propostos que sejam compatíveis com a significância natural do lugar;
 Monitoramento: Revisão contínua e avaliação para detectar mudanças na integridade natural do lugar, com referência a uma determinada condição;
 Patrimônio natural:
 - Elementos naturais que consistem em formações físicas ou biológicas ou grupos de tais formações que demonstrem significância natural;
 - Formações geológicas ou fisiográficas e áreas precisamente delineadas que constituem o habitat de espécies indígenas, de animais e plantas, nas quais se demonstra significância natural, ou;
 - Sítios naturais ou áreas precisamente delineadas que demonstrem significância natural do ponto de vista da ciência, da conservação e da beleza natural.
 Preservação: Manutenção da biodiversidade de um lugar no estágio existente da sucessão, ou manutenção da geodiversidade existente;
 Processos ecológicos: Todos os processos que ocorrem entre organismos, dentro e entre comunidades;
 Proteção: Cuidado de um lugar por meio da gestão de impactos que assegure que a significância natural seja mantida;

Regeneração: Recobrimento natural da integridade após distúrbio ou degradação;
 Restauração: Retorno aos habitats existentes de um passado de conhecido ou a aproximação da condição natural pelo reparo da degradação, pela remoção de espécies introduzidas e pela reintegração de espécies ausentes;
 Sucessão: Alterações naturais nas quais a composição das espécies muda ao longo do tempo¹³⁰.

A definição de integridade desse documento doutrinário, antes de preconizar a necessidade do atendimento a uma determinada condição física pré-estabelecida por parte do patrimônio natural, sugeriu que essa qualidade fosse relacionada àquelas áreas caracterizadas pela manutenção de elementos e de processos com importantes significados. Além disso, indicou uma abertura quanto à discussão referente à introdução de novos elementos no ambiente natural, ao assinalar:

Alguns elementos introduzidos podem necessitar ser considerados como parte do ecossistema. Outros podem necessitar ser retidos até que uma condição de sustentabilidade da integridade natural seja atingida. A política de conservação pode estipular requerimentos para retenções de longo tempo, seguidos de controle e erradicação¹³¹.

Esse ponto ilustrou a separação da noção de integridade do entendimento de uma condição de intactilidade, que também se percebe no artigo 14 da carta, ao indicar que deveriam ser protegidos os casos de remanescentes de ecossistemas naturais ou de enclaves ecológicos que sofreram degradações que fizeram com que sua integridade natural se tornasse irreversível, mas que, no entanto, ainda apresentavam significados. Quanto à remoção de elementos, nos artigos 11 e 12 da carta, pontuou-se que os atributos da geodiversidade e da biodiversidade que contribuíssem para o significado natural de um lugar não deveriam ser removidos, a menos que fosse para assegurar a sua sobrevivência, segurança ou preservação. Assim, de forma geral, esse documento dispôs que os acréscimos ao patrimônio natural poderiam ser de efeito positivo à reconstituição da sua integridade, do mesmo modo que as supressões não estavam ligadas necessariamente à diminuição dos seus significados naturais.

Enquanto isso, as novas disposições em relação à integridade que estavam sendo discutidas dentro da revisão do guia operacional caminhavam paralelamente à polêmica

¹³⁰ AUSTRALIAN NATURAL HERITAGE CHARTER FOR THE CONSERVATION OF PLACES OF NATURAL HERITAGE SIGNIFICANCE. Australian Committee for IUCN [World Conservation Union], Australian Heritage Commission, Environment Australia, Australian Local Government Association, University of Sydney, University of New South Wales, Environment Institute of Australia, Indigenous community and environmental consultants, 2002, p.8-12.

¹³¹ AUSTRALIAN NATURAL HERITAGE CHARTER FOR THE CONSERVATION OF PLACES OF NATURAL HERITAGE, 2002, *op. cit.*, p.15.

envolvendo o centro histórico de Viena, na Áustria. A área havia sido inscrita na lista mundial durante a 25ª sessão do comitê em 2001, entretanto as suas qualidades passaram a estar ameaçadas pela ação humana, comprometendo assim a integridade e autenticidade do lugar. O projeto de desenvolvimento urbano de Wien-Mitte, localizado na zona de entorno do patrimônio vienense, vinha causando uma série de ameaças à inscrição, uma vez que “as soluções arquitetônicas propostas consistiam em uma série de torres em grande altura”¹³². Para esses casos, segundo dispunha o guia operacional vigente, ou seja, a versão de 1999, um plano de ação deveria ter sido submetido juntamente ao material da nominação, contendo as medidas corretivas a serem tomadas pelo Estado em questão, sob pena de exclusão da área do elenco mundial.

A partir dessa experiência, as zonas de entorno das áreas e objetos inscritos passaram a ter grande importância na discussão da gestão patrimonial. O forte engajamento das autoridades austríacas quanto à implementação da convenção e os esforços na busca de uma solução adequada para esse caso, em colaboração com o Icomos e com o Centro do Patrimônio Mundial, resultaram no estabelecimento de um plano de gestão para o centro histórico de Viena, no qual a proposta para o Wien-Mitte foi revisada. Entretanto, apesar das recomendações do comitê, no ano 2003 um edifício em grande altura começou a ser construído na periferia das áreas mencionadas¹³³.

3.2 As novas regulações para a eleição do patrimônio mundial e as velhas questões não resolvidas: o último decênio

A expansão do guia operacional

Na reunião de 2003 do comitê, o mesmo solicitou aos Estados-Partes o parecer final da terceira versão da revisão do guia operacional, que deveria ser entregue ao Centro do Patrimônio Mundial até o dia 15 de outubro de 2003. O centro, assim como os órgãos consultivos, avaliaria as recomendações escritas dos países, verificando se essas se

¹³² UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Twenty-Sixth Session, Budapest, Hungary, 24-29 June 2002. Decisions Adopted by the 26th Session of the World Heritage Committee. 1 August 2002, p.37 [DOC. WHC-02/CONF.202/25].

¹³³ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Twenty-Seventh Session, Paris, 30 June-5 July 2003. Decisions Adopted by the 27th Session of the World Heritage Committee in 2003. 10 December 2003 [DOC. WHC-03/27.COM/24].

alinhavam com as decisões já estabelecidas pelo comitê para essa versão do documento. Tais decisões se referiam a aspectos precisos da redação e das disposições, como a consistência da linguagem – checando a concordância entre os textos em inglês e em francês –, a remoção de qualquer paráfrase da convenção quando possível, alguns mecanismos da assistência internacional, a preparação de nomeações para a inclusão na lista mundial, dentre outros. A partir dessa estratégia, o guia entraria em vigor no dia 1º de março de 2004, quando todos os Estados-Partes seriam informados.

Nessa versão semifinal, a autenticidade recebeu maior atenção, atualização e detalhamento do que a integridade, que se manteve semelhante ao modo como já constava no guia operacional de 1999 quanto às suas condições¹³⁴. O teste de autenticidade deveria ser realizado em relação a nove atributos significantes do patrimônio cultural: “forma e design; materiais e substância; uso e função; tradições; técnicas e sistemas de gestão; localização e configuração; língua e outras formas de patrimônio imaterial; espírito e sentimento; e outros fatores internos e externos”¹³⁵. Segundo o documento, tais atributos em relação aos quais a autenticidade deveria ser testada foram derivados do Documento de Nara, recebendo emendas de algumas recomendações propostas durante o Encontro de Especialistas em Autenticidade e Integridade em um Contexto Africano. Além disso, foi feita a menção que a “reconstrução de remanescentes arqueológicos, de edifícios históricos ou de distritos seria apenas justificável em circunstâncias excepcionais. A reconstrução seria aceita apenas com base em uma completa e detalhada documentação e, em nenhuma medida, em conjecturas”¹³⁶.

A nova versão do guia operacional foi apenas lançada no ano 2005. Embora já tivesse havido outras revisões desse documento, essa foi responsável por uma grande ampliação das disposições existentes. O quadro a seguir apresenta as versões do guia, desde o seu estabelecimento até 2005, indicando o número de parágrafos que as compunham.

¹³⁴ É importante destacar que desde o início da década de 1990, a eminente museóloga Miriam Clavir vinha desenvolvendo a “integridade conceitual”, que segundo ela, seria determinada a partir da interpretação, não somente do objeto, mas também da sua relação com o contexto cultural que lhe era próprio e que o tornava inteligível. Esse pequeno exemplo ilustra que àquele momento, estavam sendo exploradas outras formas de abordar a integridade que não estivesse centrada preponderantemente na materialidade do patrimônio, o que não foi incorporado nas reflexões e definições da Unesco. Para mais informações sobre a *integridade conceitual*, consultar CLAVIR, 2002, *op. cit.*

¹³⁵ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Twenty-Seventh Session, Paris, 30 June-5 July 2003. Item 10 of the Provisional Agenda: Revision of the Operational Guidelines. 28 June 2003, p.17 [DOC. WHC-03/27.COM/10].

¹³⁶ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 2003, *op. cit.*, p.18 [DOC. WHC-03/27.COM/10].

Quadro 15. Datas, versões dos guias operacionais, língua e número de parágrafos.

DATA	TÍTULO DO GUIA OPERACIONAL	LÍNGUA	NÚMERO DE PARÁGRAFOS
30.06.1977	Guia Operacional para o Comitê do Patrimônio Mundial ¹³⁷ [Texto preparado pelo comitê, exceto os parágrafos 8 a 14, desenvolvidos por dois grupos de trabalhos]	Inglês e Francês	28
20.10.1977	Guia Operacional para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial [GOICPM]	Inglês e Francês	27
1978	GOICPM [Adotado pelo comitê na sua primeira sessão e emendada na segunda]	Inglês	30
10.1980	GOICPM	Inglês	66
11.1983	GOICPM	Inglês	99
01.1984	GOICPM	Inglês	99
01.1987	GOICPM	Inglês	113
12.1988	GOICPM	Inglês	112
27.02.1992	GOICPM	Inglês	117
02.1994	GOICPM	Inglês	132
02.1995	GOICPM [Versão provisória com texto revisado]	Inglês	140
02.1996	GOICPM	Inglês	139
02.1997	GOICPM [Reimpresso em fevereiro de 1998]	Inglês	139
03.1999	GOICPM	Inglês e Francês	139
07.2002	GOICPM [Versão provisória com texto revisado]	Inglês	139

¹³⁷ Do original em inglês: *Operational Guidelines for the World Heritage Committee*.

Quadro 15. Datas, versões dos guias operacionais, língua e número de parágrafos.

DATA	TÍTULO DO GUIA OPERACIONAL	LÍNGUA	NÚMERO DE PARÁGRAFOS
02.2005 ¹³⁸	GOICPM	Inglês, francês, árabe, hebraico, japonês, espanhol, português e russo	290

Fonte: Unesdoc. Organização da autora.

Como se percebe, o número de parágrafos que constituíam o documento lançado em fevereiro, mais que duplicou, o que apenas havia ocorrido entre as versões do guia operacional de 1978 para 1980. Entretanto, a versão de 2005 foi a responsável pela maior promoção do valor excepcional universal no sistema do patrimônio mundial, para o qual foram definidas inúmeras disposições específicas.

Mais que uma atualização do guia responsável pela implementação da convenção, essa versão buscou estabelecer alguns “novos” parâmetros para as práticas de patrimonialização da Unesco, que passaram a ser perseguidas a partir da Estratégia Global¹³⁹ e das crescentes e avolumadas críticas à lista. Nessa perspectiva, as discussões do Encontro de Especialistas da Convenção do Patrimônio Mundial: o Conceito de Valor Excepcional Universal¹⁴⁰, ocorrido entre 06 e 09 de abril de 2005 em Kazan, Federação Russa, exemplificaram as tensões e as expectativas em torno dessa nova fase preservacionista que se esperava que o guia fosse inaugurar.

Christina Cameron, palestrante principal do evento, apresentou a “evolução” da aplicação do conceito de valor excepcional universal, que iniciou com a escolha do “melhor dos melhores” para “o representante do melhor”¹⁴¹, questionando se essa seria uma qualidade limitada a elementos únicos ou se poderia ser atribuída a itens que representassem um mesmo tipo de artefato ou fenômeno. A argumentação foi iniciada

¹³⁸ Após a versão de 2005, lançaram-se outras em janeiro de 2008, julho de 2010, maio de 2011, novembro de 2011, maio de 2012, julho de 2012, 2013 e julho de 2015, mantendo-se o número de 290 parágrafos.

¹³⁹ A Estratégia Global, entendida como um processo dinâmico e aberto de reflexão, baseou-se em duas categorias principais: a coexistência humana com o solo e os seres humanos em sociedade, como já apresentado neste trabalho.

¹⁴⁰ Do original em inglês: *Special Expert Meeting of the World Heritage Convention: The Concept of Outstanding Universal Value*.

¹⁴¹ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Twenty-Ninth Session, Durban, South Africa, 10-17 July 2005. Item 9 of the Provisional Agenda: Assessment of the Conclusions and Recommendations of the Special Meeting of Experts [Kazan, Russian Federation, 6-9 April 2005]. 15 June 2005, p.1 [DOC. WHC-05/29.COM/INF.9B].

afirmando-se que o valor excepcional universal estava no coração da Convenção do Patrimônio Mundial, ocorrendo por dez vezes ao longo desse texto, inclusive no preâmbulo e nos artigos 1º e 2º, que definiam os termos de patrimônio cultural e natural. Como esse valor não foi conceituado, a definição ficou aberta para o guia operacional, que o associou aos dez critérios de inscrição patrimonial à lista.

Nas primeiras versões do guia, o valor excepcional universal traduzia-se em uma seleta lista dos mais representativos elementos avaliados pelo comitê segundo dois conjuntos separados de critérios. Já o guia de 2005, definiu tal valor como aquele que transcendia fronteiras nacionais, sendo de comum importância para as gerações presentes e futuras de toda a humanidade. Como elementos comuns, estava a ideia de seleção do que seria julgado como de maior excelência ou excepcionalidade.

Nessa perspectiva, pontuou-se que nos cinco primeiros anos da convenção, havia uma forte tendência a listar sítios icônicos, ou seja, únicos e amplamente conhecidos, o que se alinhava com a ideia de patrimonialização do “melhor dos melhores”. Isso se devia em grande parte ao fato do patrimônio mundial estar intimamente ligado ao conceito monumental ou superlativo. Desse conjunto inicial, fizeram parte o sítio de Ngorongoro [Tanzânia] – um dos principais locais de ocupação dos primeiros hominídeos –, Mênfis e os campos de pirâmides de Gizé a Dashur [Egito] – uma das sete maravilhas do mundo antigo –, o vale de Kathmandu [Nepal] – um dos pontos de encontro de grandes civilizações asiáticas –, o centro histórico de Roma [Itália] – centro da República Romana e do Império –, a Medína de Fez [Marrocos] – onde está a mais antiga universidade no mundo –, as ilhas Galápagos [Equador] – um museu da vida e mostruário da evolução de espécies, o Grand Canyon [Estados Unidos] – uma das maiores gargantas do mundo.

Nesse momento, os processos de avaliação pouco requeriam estudos comparativos, devido à natureza ímpar dos itens listados, sendo as inscrições bastante consensuais dentro do comitê. A IUCN mostrou que nos primeiros dez anos do sistema do patrimônio mundial, as recomendações positivas para a classificação eram altas em relação ao número total das nomeações, entretanto, essa média caiu bastante de 1989 a 2004. Segundo a instituição, houve um aumento progressivo da rigidez e da objetividade no processo de avaliação, impulsionada por um fator bastante específico: a “aplicação mais rigorosa das condições de integridade, como destacado no guia operacional. Muitos dos bens avaliados pela IUCN foram deferidos ou rejeitados por parte do comitê sob essas bases”¹⁴².

¹⁴² UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 2005, *op. cit.*, p.41 [DOC. WHC-05/29.COM/INF.9B].

Quadro 16. Número de nomeações [N] x número de inscrições [I] do patrimônio natural na lista mundial.

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
N	4	17	11	15	11	13	13	8	8	17	11	6	9	12
I	4	11	5	11	7	10	7	5	6	9	8	3	5	6
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
N	14	14	13	9	16	15	8	22	23	20	5	15	17	
I	4	4	8	6	7	8	3	13	11	6	1	5	5	

Fonte: UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 2005, *op. cit.*, p.41 [DOC. WHC-05/29.COM/INF.9B]. Organização da autora.

Se por um lado, a IUCN destacou ter sido frequente a apresentação das condições de integridade de modo pouco claro ou objetivo nos documentos de nomeação, por outro lado, o que era relatado, muitas vezes não conferia à realidade local, de modo que durante muitas avaliações em campo, muitas ameaças à proteção e à gestão do elemento natural foram detectadas.

O aumento do rigor quanto à condição de integridade se manifestou fortemente à medida que as nomeações à lista mundial passaram a ser mais frequentes. Assim, Christina Cameron afirmou que começou a haver uma mudança da escolha do “melhor dos melhores” para o “representante do melhor”, o que levou ao início das reflexões sobre os critérios de eleição, em outras palavras, sobre o valor excepcional universal, já ao fim da década de 1980. Como foi mostrado, o aumento do número de nomeações foi acompanhado do alargamento tipológico do patrimônio, o que passou a colocar novas questões em discussão na formação da lista.

O comitê começou a hesitar sobre os valores de certos bens, os deferindo, aguardando por estudos comparativos para colocá-los em contexto. Eu posso recordar de uma longa discussão em 1987 sobre a proposta do Reino Unido para New Lanark. O que emergiu na discussão foi a falta de conhecimento do comitê sobre patrimônio industrial e sua inabilidade de tomar uma decisão. Então, o sítio foi deferido¹⁴³.

Episódios como esse também impulsionaram o comitê a iniciar o já apresentado Estudo Global, na tentativa de auxiliar a Unesco quanto à manutenção do rigor na aplicação dos critérios de excepcionalidade definidos pelo guia operacional de então. Sublinhou-se que havia, sobretudo na década de 1990, uma ideia de que a lista mundial

¹⁴³ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 2005, *op. cit.*, p.3 [DOC. WHC-05/29.COM/INF.9B].

estava perdendo a sua credibilidade, já que se acreditava que os padrões de seleção estavam diminuindo, de modo a pouco expressar algo excepcional. Apesar do desejo comum em manter a “integridade” do sistema do patrimônio mundial, o comitê e os órgão consultivos envolveram-se em conflitos nesse momento, em especial, no tocante à listagem.

Incidentalmente, esse assunto estava no coração do tenso debate do comitê na China, sobre a proposta de inscrever os Pítons da Ilha de Santa Lúcia. A IUCN não recomendou a inscrição, argumentando que os domos de lava como os dos Pítons poderiam ser encontrados em muitas outras áreas, inclusive em alguns sítios do Patrimônio da Humanidade, e que suas qualidades cênicas eram significantes em um âmbito regional, mas não atendiam ao marco do valor excepcional universal. O comitê não concordou com a recomendação da IUCN e inscreveu o sítio de qualquer modo¹⁴⁴.

Essa definição do comitê divergiu completamente dos pressupostos da IUCN, que tinha a sua prática fortemente influenciada por uma interpretação do seguinte preâmbulo da Convenção do Patrimônio Mundial: “partes do patrimônio cultural e natural são de interesse excepcional e, portanto, necessitam ser preservadas como patrimônio mundial pertencente à humanidade como um todo”¹⁴⁵. Depreendia-se que apenas recortes específicos do ambiente natural deveriam ser protegidos, e que isso deveria ser feito segundo uma triagem global.

A ação da inscrição dos Pítons também foi criticada no âmbito da preservação internacional, por se acreditar que fazia parte da síndrome do “Patrimônio Mundial ou Nada”, que via esse sistema de proteção como uma única opção possível de salvaguarda, justificando algumas das inscrições à época. Esse fato ia frontalmente contra os propósitos iniciais de funcionamento do sistema de proteção internacional, que previu que a convenção fosse abordada paralelamente à Recomendação Relativa à Proteção, em Nível Nacional, do Patrimônio Cultural e Natural, sob a qual se previa a proteção do patrimônio que não estivesse enquadrado como excepcional e universal. Mesmo assim, ao ano 2005, havia aproximadamente 1500 áreas ou objetos na lista de espera para uma [im]possível patrimonialização. Sobre esse ato do comitê à revelia do órgão consultivo quanto ao patrimônio natural, foi destacado pela própria IUCN:

... É importante observar que o comitê, em ocasiões, inscreveu bens naturais e mistos rejeitando e anulando as recomendações da IUCN. Ao passo que essa é uma prerrogativa do comitê, enquanto principal corpo decisório da convenção, é importante que o processo de inscrição seja guiado por considerações técnicas [incluindo a biodiversidade e outros critérios de conservação]. Se os fatores

¹⁴⁴ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 2005, *op. cit.*, p.5 [DOC. WHC-05/29.COM/INF.9B].

¹⁴⁵ UNESCO. Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial, 1972, p.1.

políticos são aqueles que determinam as decisões, isso, em algum momento, irá minar a credibilidade da Lista do Patrimônio Mundial, reduzindo, portanto, a sua atração a potenciais doadores e a agências de desenvolvimento¹⁴⁶.

Assim, percebe-se que em alguns momentos, a IUCN criticou o Comitê do Patrimônio Cultural quanto ao peso das motivações político-administrativas nos processos de listagem, que chegaram a determiná-los, em detrimento dos argumentos técnicos quanto ao valor natural dos sítios. Essas contendas se manifestaram fortemente da virada da década de 1990 para 2000, estando ao lado dos desafios em ligar os valores globais aos locais por meio da busca do equilíbrio entre a universalidade e a representatividade. Tais debates também estabeleceram as bases para outras definições que culminaram no lançamento da versão do guia operacional de 2005. Entretanto, por mais que o entendimento de patrimônio estivesse se aproximando de uma visão mais antropológica do assunto, percebia-se que as patrimonializações ainda eram muito guiadas por fatores como a raridade, abundância, influência, exemplaridade, funcionalidade, vulnerabilidade, valor econômico e popularidade. Com isso, as críticas externas e internas ao próprio órgão não cessaram, a exemplo do que publicou Herb Stovel naquele mesmo período sobre o sistema do patrimônio mundial.

É importante reconhecer que o próprio Guia Operacional é incompleto e provê uma imagem inadequada do pensamento dos órgãos consultivos e do Centro do Patrimônio Mundial sobre esses conceitos... No sistema do Patrimônio Mundial, nós frequentemente nos contentamos em trocas, princípios obscuros e formulações que não podem ser facilmente entendidas em termos práticos para aqueles que estão trabalhando no âmbito nacional¹⁴⁷.

E, além disso, as diferenças entre a abordagem de preservação do patrimônio cultural e natural ainda permaneciam muito evidentes e problemáticas, do modo que o panorama apresentado pela IUCN no debate final do encontro de Kazan bem ilustra.

Quadro 17. Diferenças chaves entre o patrimônio cultural e natural segundo a abordagem da Unesco.

PATRIMÔNIO CULTURAL	PATRIMÔNIO NATURAL
Os sítios tendem a ser fragmentados, diversos e não distribuídos de maneira uniforme no mundo.	A maior parte dos sítios são unidades territoriais discretas, frequentemente grandes, e distribuídas em forma de biomas e ecorregiões mundiais.
O valor ou qualidade dos sítios tende a	O valor ou qualidade tende a ser associado

¹⁴⁶ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 2005, *op. cit.*, p.34-35 [DOC. WHC-05/29.COM/INF.9B].

¹⁴⁷ STOVEL, 2005, *op. cit.*, p.61.

Quadro 17. Diferenças chaves entre o patrimônio cultural e natural segundo a abordagem da Unesco.

PATRIMÔNIO CULTURAL	PATRIMÔNIO NATURAL
dependem de fatores como os materiais usados; quando e como o bem foi criado; a história por trás da propriedade e o valor que a sociedade pode atribuir a essas qualidades.	a características mensuráveis como a diversidade de espécies, ao número de espécies endêmicas, dentre outras [desde que tais informações e dados estejam disponíveis].
Os valores dos sítios são comumente ligados a uma identidade cultural, em relação a qual a avaliação é sempre subjetiva.	Os valores dos bens são comumente ligados a informações científicas que facilitam a avaliação objetiva.
A combinação dessas tendências enumeradas resulta em uma grande diversidade de situações, fazendo, portanto com que o patrimônio cultural seja menos predisposto à avaliação por meio de sistemas de classificações claros.	A avaliação científica [tanto em relação às características geográficas e de biodiversidade] é refletida nos sistemas de classificação.
Um sistema tipológico [baseado em similaridades] é geralmente usado para avaliar o patrimônio cultural, sendo complementado por um sistema cronológico/regional e por um sistema temático.	Um sistema topológico [baseado nas diferenças biogeográficas e em características únicas] é geralmente usado para avaliar o patrimônio natural, sendo complementado por um sistema temático.
Fonte: UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 2005, <i>op. cit.</i> , p.34-35 [DOC. WHC-05/29.COM/INF.9B]. Organização da autora.	

A integridade para todos: novos critérios de patrimonialização?

Assim, no primeiro semestre do ano 2005, foi lançada a nova versão atualizada e ampliada do guia operacional, fortemente marcada pela junção dos critérios de patrimonialização cultural e natural em um único elenco e pela apresentação oficial do conceito de integridade, qualidade a ser avaliada em todos os elementos candidatos à lista. Porém, a utilização de um conceito que foi criado para ser aplicado no âmbito natural gerou muitos equívocos quando utilizado na esfera cultural. Além disso, a forma de verificação da condição de integridade nos artefatos culturais era uma grande caixa preta, já que não constavam em nenhum dos documentos da Unesco, procedimentos metodológicos para tanto, ou sequer exemplos práticos, como ocorriam com as condições de integridade dos elementos naturais. O quadro a seguir destaca as condições de

integridade presentes nos guias operacionais, desde a sua primeira edição até a versão mais atualizada, cujos termos são coincidentes com aqueles do então documento de 2005.

Quadro 18. Condições de integridade exigidas para a inclusão do elemento em cada um dos critérios de excepcionalidade do patrimônio cultural e/ou natural, segundo as versões dos guias operacionais de 1977, 1978, 1980, 1983, 1984, 1987, 1988, 1992, 1994, 1996, 1997, 1999, 2005, 2008, 2013 e 2015.

GUIA OPERACIONAL, 1977 E 1978	
Condição de integridade para o elemento natural enquadrado no critério de excepcionalidade I	As áreas descritas segundo o critério I devem conter todos ou a maioria dos elementos inter-relacionados e interdependentes essenciais nas suas relações naturais, por exemplo, para uma área relacionada à “era do gelo” seria necessário incluir o campo de neve, a própria geleira e amostras de padrões de corte, de deposição e de colonização [estrias, morenas, estágios pioneiros de sucessão vegetal, etc.].
Condição de integridade para o elemento natural enquadrado no critério de excepcionalidade II	As áreas descritas segundo o critério II devem ter tamanho suficiente e conter os elementos necessários para demonstrar os aspectos-chave do processo natural e para se autoperpetuar. Por exemplo, para uma área de “floresta tropical” seria necessário incluir algumas variações de altitude acima do nível do mar, mudanças na topografia e nos tipos de solo, margens de rios ou lagos, a fim de demonstrar a diversidade e a complexidade do sistema.
Condição de integridade para o elemento natural enquadrado no critério de excepcionalidade III	As áreas descritas segundo o critério III devem conter os componentes dos ecossistemas necessários para a continuidade das espécies ou dos objetos a serem conservados. Isto variará de acordo com os casos individuais, por exemplo, a área protegida de uma cachoeira deveria incluir tudo, ou tanto quanto possível, da bacia hidrográfica a montante de apoio...
Condição de integridade para o elemento natural enquadrado no critério de excepcionalidade IV	As áreas descritas segundo o critério IV devem ser de tamanho suficiente e conter os requisitos de habitat necessários para a sobrevivência das espécies.
GUIA OPERACIONAL, 1980, 1983, 1984 E 1987	
Condição de integridade para o elemento natural enquadrado no critério de excepcionalidade I	Mesmas disposições do guia operacional anterior.
Condição de integridade para o elemento natural enquadrado no critério de excepcionalidade II	

Quadro 18. Condições de integridade exigidas para a inclusão do elemento em cada um dos critérios de excepcionalidade do patrimônio cultural e/ou natural, segundo as versões dos guias operacionais de 1977, 1978, 1980, 1983, 1984, 1987, 1988, 1992, 1994, 1996, 1997, 1999, 2005, 2008, 2013 e 2015.

Condição de integridade para o elemento natural enquadrado no critério de excepcionalidade III	
Condição de integridade para o elemento natural enquadrado no critério de excepcionalidade IV	
Condição geral de integridade para o elemento natural *	No caso de espécies migratórias, os locais sazonais necessários para sua sobrevivência, onde quer que estejam, devem ser adequadamente protegidos. O comitê deve receber garantias de que sejam tomadas as medidas necessárias para assegurar que as espécies sejam adequadamente protegidas ao longo do seu ciclo de vida completo...
GUIA OPERACIONAL, 1988 E 1992	
Condição de integridade para o elemento natural enquadrado no critério de excepcionalidade I	Mesmas disposições do guia operacional anterior.
Condição de integridade para o elemento natural enquadrado no critério de excepcionalidade II	
Condição de integridade para o elemento natural enquadrado no critério de excepcionalidade III	
Condição de integridade para o elemento natural enquadrado no critério de excepcionalidade IV	
Condição geral de integridade para o elemento natural *	
Condição geral de integridade para o elemento natural **	Os locais que se enquadram nos critérios I, II, III ou IV devem ter proteção legislativa, regulamentar ou institucional de longo prazo. Elas podem coincidir ou fazer

Quadro 18. Condições de integridade exigidas para a inclusão do elemento em cada um dos critérios de excepcionalidade do patrimônio cultural e/ou natural, segundo as versões dos guias operacionais de 1977, 1978, 1980, 1983, 1984, 1987, 1988, 1992, 1994, 1996, 1997, 1999, 2005, 2008, 2013 e 2015.

	parte das áreas protegidas existentes ou propostas, como de parques nacionais. Se ainda não estiver disponível, um plano de gestão deve ser elaborado e implementado para garantir a integridade dos valores naturais do local, de acordo com a convenção.
GUIA OPERACIONAL, 1994, 1996, 1997 E 1999	
Condição de integridade para o elemento natural enquadrado no critério de excepcionalidade I	As áreas descritas segundo o critério I devem conter todos ou a maioria dos elementos inter-relacionados e interdependentes essenciais nas suas relações naturais, por exemplo, uma área relacionada à “era do gelo” deveria incluir o campo de neve, a própria geleira e amostras de padrões de corte, de deposição e de colonização [estrias, morenas, estágios pioneiros de sucessão vegetal, etc.], no caso de vulcões, as séries magmáticas deveriam ser completas e todos ou a maior parte das variedades de rochas e tipos de erupção deveriam estar representados.
Condição de integridade para o elemento natural enquadrado no critério de excepcionalidade II	As áreas descritas segundo o critério II devem ter tamanho suficiente e conter os elementos necessários para demonstrar os aspectos-chave do processo e para se autoperpetuar. Por exemplo, para uma área de “floresta tropical” seria esperado incluir algumas variações de altitude acima do nível do mar, mudanças na topografia e solo, sistemas de tipos <i>patches</i> e correções de regeneração natural, da mesma forma um recife de coral deveria incluir, por exemplo, algas, manguezais e outros ecossistemas adjacentes que regulassem os nutrientes e sedimentos contributos para o recife.
Condição de integridade para o elemento natural enquadrado no critério de excepcionalidade III	Os locais descritos segundo o critério III devem ser de grande valor estético, incluindo áreas que são essenciais para manter a beleza do local, por exemplo, um local cujos valores cênicos dependessem de uma queda de água, deveria incluir a bacia adjacente e as áreas a jusante, que estivessem integralmente ligadas à preservação das qualidades estéticas do lugar.
Condição de integridade para o elemento natural enquadrado no critério de excepcionalidade IV	Os locais descritos segundo o critério IV devem conter os habitats para a manutenção das mais diversas faunas e floras características da província biográfica e dos ecossistemas referentes, por exemplo, uma savana tropical deveria incluir um conjunto completo de herbívoros; um ecossistema de ilha deveria incluir habitats para a manutenção da biota endêmica; um lugar que contivesse espécies de grande alcance deveria ser grande o suficiente

Quadro 18. Condições de integridade exigidas para a inclusão do elemento em cada um dos critérios de excepcionalidade do patrimônio cultural e/ou natural, segundo as versões dos guias operacionais de 1977, 1978, 1980, 1983, 1984, 1987, 1988, 1992, 1994, 1996, 1997, 1999, 2005, 2008, 2013 e 2015.

	para incluir os habitats mais críticos essenciais para garantir a sobrevivência de populações dessas espécies; para uma área contendo espécies migratórias, locais de reprodução, de nidificação sazonais e as rotas migratórias, onde quer que estivessem, deveriam ser adequadamente protegidos. Convenções internacionais, a exemplo da Convenção de Zonas Úmidas de Importância Internacional Especialmente como Habitat de Aves Aquáticas [Convenção de Ramsar] [...] e outros acordos multilaterais e bilaterais podem fornecer essa garantia.
Condição geral de integridade para o elemento natural *	Os locais enquadrados nos critérios I, II, III ou IV devem ter um plano de manejo. Quando um sítio não tem um plano de gestão no momento em que é nomeado para a consideração do Comitê do Patrimônio Mundial, o Estado-Parte interessado deve indicar quando tal plano estará disponível e como se propõe a mobilizar os recursos necessários para a preparação e implementação do mesmo. O Estado-Parte também deve fornecer outros documentos que irão orientar a gestão do local até o momento em que o plano de gestão estiver finalizado.
Condição geral de integridade para o elemento natural **	Um local enquadrado nos critérios I, II, III ou IV deve ter proteção legislativa, regulamentar ou institucional adequada em longo prazo. Os limites desse lugar devem refletir as exigências espaciais de habitats, espécies, processos ou fenômenos que forneçam a base para a sua nomeação para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. Os limites devem incluir áreas adjacentes suficientes, a fim de preservar os valores patrimoniais do lugar de valor excepcional em relação aos efeitos diretos da invasão humana e aos impactos da utilização de recursos. Os limites podem coincidir com uma ou mais áreas protegidas existentes ou propostas, tais como parques nacionais ou reservas da biosfera. Enquanto uma área protegida existente ou proposta possa conter várias zonas de gestão, apenas algumas dessas zonas podem satisfazer os critérios descritos para os bens enquadrados nos pontos I, II, III ou IV... No caso de uma reserva da biosfera, apenas a zona central pode cumprir os critérios e as condições de integridade, apesar das outras zonas serem importantes para a conservação da reserva da biosfera em sua totalidade.
Condição geral de integridade para o elemento natural ***	Os lugares referentes aos critérios I, II, III ou IV devem ser os locais mais importantes para a conservação da diversidade biológica. A diversidade biológica – de acordo

Quadro 18. Condições de integridade exigidas para a inclusão do elemento em cada um dos critérios de excepcionalidade do patrimônio cultural e/ou natural, segundo as versões dos guias operacionais de 1977, 1978, 1980, 1983, 1984, 1987, 1988, 1992, 1994, 1996, 1997, 1999, 2005, 2008, 2013 e 2015.

	com a nova convenção global sobre a Diversidade Biológica – significa a variabilidade entre os organismos vivos em ecossistemas aquáticos, terrestres, marinhos e outros, além dos complexos ecológicos dos quais fazem parte. Apenas os lugares que representem grandes diversidades biológicas são suscetíveis de satisfazer o critério IV.
GUIA OPERACIONAL, 2005, 2008, 2013 E 2015	
Condição de integridade para o elemento cultural e/ou natural enquadrado no critério de excepcionalidade VII	Os bens propostos de acordo com o critério VII devem ser de valor universal excepcional e incluir zonas essenciais à manutenção da beleza do sítio. Assim, um sítio cuja queda de água confira valores estéticos, satisfaria as condições de integridade se incluísse a bacia que a alimenta, e também, as áreas a montante que contribuíssem para a manutenção das qualidades estéticas do sítio.
Condição de integridade para o elemento cultural e/ou natural enquadrado no critério de excepcionalidade VIII	Os bens propostos de acordo com o critério VIII devem conter a totalidade ou a maior parte dos elementos conexos e interdependentes essenciais nas suas relações naturais. Assim, uma zona da “era glacial” satisfaria as condições de integridade se compreendesse o campo de neve, o glaciar propriamente dito e também as formas típicas de erosão glacial, depósitos e colonização vegetal [estriamentos, morenas, primeiros estágios da sucessão das plantas, etc.]; no caso dos vulcões, as séries magmáticas deveriam estar completas e deveria estar representada a totalidade, ou a maior parte, das variedades de rochas eruptivas e tipos de erupção.
Condição de integridade para o elemento cultural e/ou natural enquadrado no critério de excepcionalidade IX	Os bens propostos de acordo com o critério IX devem ser suficientemente extensos e conter os elementos necessários à ilustração dos principais aspectos dos processos essenciais à conservação em longo prazo dos ecossistemas e da diversidade biológica que contêm. Assim, uma zona de floresta tropical úmida satisfaria as condições de integridade se englobasse certo número de variações de altitude em relação ao nível do mar, modificações da topografia e dos tipos de solo, sistemas fluviais e parcelas de regeneração natural; do mesmo modo, um recife de coral deveria conter, por exemplo, bancos de algas, mangues ou outros ecossistemas contíguos.
Condição de integridade para o elemento cultural e/ou natural enquadrado no	Os bens propostos de acordo com o critério X devem ser os mais importantes para a diversidade biológica. Só os bens dotados de maior diversidade do ponto de vista

Quadro 18. Condições de integridade exigidas para a inclusão do elemento em cada um dos critérios de excepcionalidade do patrimônio cultural e/ou natural, segundo as versões dos guias operacionais de 1977, 1978, 1980, 1983, 1984, 1987, 1988, 1992, 1994, 1996, 1997, 1999, 2005, 2008, 2013 e 2015.

critério de excepcionalidade X	biológico são suscetíveis de satisfazer esse critério. Os bens devem conter habitats para a manutenção de um máximo de diversidade animal e vegetal característica das províncias e dos ecossistemas biogeográficos em análise. Por exemplo, uma savana tropical satisfaria as condições de integridade se incluísse um conjunto completo de herbívoros e de plantas que tivessem passado por uma evolução conjunta; um ecossistema insular deveria oferecer habitats para a manutenção da sua diversidade biológica endêmica; um bem que albergasse espécies de grande envergadura deveria ser suficientemente grande para conter os habitats mais críticos, essenciais à sobrevivência das populações viáveis dessas espécies; em uma área que abrigasse espécies migratórias, os locais de reprodução, de nidificação sazonais e as rotas migratórias deveriam ser protegidos de forma adequada, independente da sua localização.
-----------------------------------	--

Fonte: UNESCO. Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention. 1977, 1978, 1980, 1983, 1984, 1987, 1988, 1992, 1994, 1996, 1997, 1999, 2005, 2008, 2013 e 2015. Organização da autora.

Assim, após o lançamento desse guia operacional, a integridade continuou sendo avaliada de modo semelhante ao qual já ocorria quanto ao patrimônio natural, e perifericamente tratada no tocante aos artefatos culturais.

A IUCN, por meio do Programa sobre Áreas Protegidas [Programme on Protected Areas, PPA]¹⁴⁸, realizava a análise das nomeações do período de abril – momento em que se encerravam as candidaturas – até maio do ano seguinte, quando essa instituição apresentava o seu relatório de avaliação.

O processo envolvia alguns passos principais. Inicialmente, o Centro de Monitoramento da Conservação Mundial¹⁴⁹ compilava uma página de dados padronizada contendo as informações da base de dados mundial sobre áreas protegidas, além de outras fontes de informação. Em seguida, a nomeação era enviada a especialistas externos independentes e conhecedores dos valores naturais do elemento em questão. A partir disso, era realizada uma inspeção em campo, composta por missões desenvolvidas por um ou mais especialistas da IUCN, enviados ao local para avaliar a área nominada e discutir com

¹⁴⁸ Esse programa era responsável por coordenar a ação da IUCN dentro da Convenção do Patrimônio Mundial e as atividades da WCPA, a então maior rede de gestores de áreas protegidas e de especialistas do planeta.

¹⁴⁹ Do original em inglês: *World Conservation Monitoring Centre*.

autoridades nacionais ou locais, com as comunidades e com os agentes envolvidos.

Isso fornecia as bases para debater sobre as candidaturas entre os especialistas da IUCN na sua sede, o que comumente ocorria no mês de dezembro de cada ano. Nessa ocasião, eram discutidos os dossiês de nominação, os relatórios das missões em campo, os comentários dos especialistas externos, dentre outros, o que fornecia à IUCN os elementos para a sua recomendação técnica. As recomendações eram então enviadas ao comitê da Unesco, instância responsável pela decisão final da inscrição¹⁵⁰.

Nesse período, a avaliação da integridade natural geralmente era feita abordando a propriedade da área, a condição legal de preservação do elemento, o sistema de gestão e planejamento local, a legislação aplicada, os mecanismos de proteção tradicionais existentes, o suporte público, o modelo de gestão ambiental adotado, os limites físicos do lugar, o uso e o impacto humano, as ameaças existentes aos atributos valorativos e o atendimento a todas as condições de integridade específicas da nominação, que se dava em função dos critérios de excepcionalidade invocados.

Por outro lado, no ano 2005, o Icomos iniciava o seu procedimento de avaliação das candidaturas com o estudo dos dossiês, recebendo consultoria de especialistas quanto ao valor excepcional universal das áreas em questão. Para tanto, contava com os seus comitês científicos nacionais e com outros especialistas externos. Concomitantemente, alguns membros eram enviados para missões em campo, a fim de realizar estudos específicos sobre a “autenticidade da área ou objeto em questão, assim como à proteção, conservação e gestão do local”¹⁵¹.

Embora a integridade também tenha passado a figurar como um dos pré-requisitos para o ingresso de um objeto ou área cultural à lista, a mesma era pouquíssimo mencionada nos documentos do Icomos que apresentavam a sua metodologia de avaliação das nomeações à época. Com base nos relatórios preparados pelos grupos de especialistas, recomendações provisórias eram elaboradas e analisadas pelos membros do Icomos responsáveis pelo patrimônio mundial. As decisões tomadas nesse âmbito eram então encaminhadas ao Centro do Patrimônio Mundial, que as direcionava ao comitê para decisão nas suas sessões anuais.

Em relação à integridade, o Icomos avaliava-a juntamente com a autenticidade,

¹⁵⁰ IUCN. IUCN Evaluation of Nominations of Natural and Mixed Properties to the World Heritage List. Report to the World Heritage Committee. Twenty-Ninth Session, Durban, South Africa, 10-16 July 2005 [DOC. WHC-05/29.COM/INF.8B.2].

¹⁵¹ ICOMOS. Evaluations of Cultural Properties. 29th Ordinary Session, Durban, South Africa, 10-17 July 2005, s/p. [DOC. WHC-05/29.COM/INF.8B.1].

limitando-se a registrar se em relação ao candidato, ela existia ou não, fazendo eventuais comentários sobre o seu estado de conservação no momento da nomeação. Em alguns pareceres, a integridade do patrimônio cultural sequer compareceu. Tais ausências eram muito contrastantes com as posições de alguns dos membros da própria Unesco, a exemplo de Mechtild Rössler ao afirmar que,

... Na maior parte dos encontros de especialistas internacionais e regionais sobre paisagens culturais, ocorridos entre 1992 e 2007, as condições de integridade foram realmente vistas como um conceito potencialmente mais importante, e frequentemente esses especialistas notaram que o teste de autenticidade era menos relevante que a integridade funcional, estrutural e visual desses bens de larga escala, particularmente as paisagens habitadas...¹⁵²

O quadro seguinte mostra alguns exemplos quanto à avaliação da integridade pelo Icomos, no tocante às nomeações recebidas no decorrer do ano 2004.

Quadro 19. Avaliações da integridade do Icomos quanto aos elementos culturais ou mistos em 2004.

ÁREA OU OBJETO CULTURAL NOMINADO	AValiação DO ICOMOS SOBRE A INTEGRIDADE
Bosque Sagrado Osun-Osogbo [Nigéria]	“Não há dúvidas sobre a integridade, uma vez que o sítio nominado abarca quase todo o bosque sagrado e certamente tudo o que foi restaurado ao longo dos últimos 40 anos” ¹⁵³ .
Soltaniyeh [Irã]	“Apesar do mausoléu de Oljaytu ter sofrido ao longo dos séculos, ele reteve totalmente a sua integridade formal e estrutural. Infelizmente, muito da sua decoração externa foi perdida, mas o interior ainda está em razoável estado de conservação. A recente restauração foi realizada corretamente, respeitando a autenticidade do material histórico” ¹⁵⁴ .
Centro Histórico de Innsbruck [Áustria]	“A área descrita não sofreu pesadas destruições durante a segunda guerra mundial. Os mais sérios danos estão relacionados à área da ferrovia. Considerou-se que os edifícios históricos listados mantiveram a sua autenticidade. O desenvolvimento urbano pós-guerra e as novas construções não afetaram a integridade interna dos centros das zonas nominadas. A integridade visual da paisagem natural foi mantida” ¹⁵⁵ .

¹⁵² RÖSSLER, M. *Applying authenticity to cultural landscapes*. In: *APT Bulletin*. Volume XXXIX. Número 2-3. 2008 [p.47-52], p.48.

¹⁵³ ICOMOS, 2005, *op. cit.*, p.35 [DOC. WHC-05/29.COM/INF.8B.1].

¹⁵⁴ ICOMOS, 2005, *op. cit.*, p.70 [DOC. WHC-05/29.COM/INF.8B.1].

¹⁵⁵ ICOMOS, 2005, *op. cit.*, p.90 [DOC. WHC-05/29.COM/INF.8B.1].

Quadro 19. Avaliações da integridade do Icomos quanto aos elementos culturais ou mistos em 2004.

ÁREA OU OBJETO CULTURAL NOMINADO	AValiação DO ICOMOS SOBRE A INTEGRIDADE
Museu Plantin-Moretus [Bélgica]	“O complexo, no geral, reteve a sua integridade, tanto em relação às suas características, como em relação aos seus constituintes” ¹⁵⁶ .
Castelo de Heidelberg e sua Cidade Antiga [Alemanha]	“O velho castelo de Heidelberg é basicamente uma ruína. A possibilidade de sua reconstrução foi debatida ao final do século XIX, fazendo referência a uma abordagem mais conservativa, de modo a proteger as estruturas históricas. Após isso, ele reteve a sua integridade histórica como uma estrutura em ruína” ¹⁵⁷ .
Tels Bíblicas e Antigos Sistemas de Água [Israel]	“A integridade dos sítios individuais parece ser intacta” ¹⁵⁸ .
Siracusa e a Necrópole Rochosa de Pantálica [Itália]	“Para a Necrópole de Pantálica, cuja integridade foi preservada, a autenticidade material e funcional obviamente se aplica” ¹⁵⁹ .
Parque Histórico Nacional de Trakai [Lituânia]	“À integridade de parte do parque que está sendo nominado é difícil se dirigir, já que não é claro o que justifica os limites particulares desse bem em termos culturais” ¹⁶⁰ .
Cidade Antiga de Mostar [Bósnia e Herzegovina]	“Em relação à integridade, certamente existem algumas perdas; entretanto, o ponto principal é não introduzir mais alterações à paisagem da cidade na forma de novas, ou inapropriadamente renovadas, construções” ¹⁶¹ .
Centro Urbano Histórico de Cienfuegos [Cuba]	“A nominada área histórica reteve a sua autenticidade e integridade muito bem em termos de arquitetura histórica e tipos de funções” ¹⁶² .

Fonte: Referenciadas no quadro. Organização da autora.

Percebe-se então que a integridade era entendida basicamente enquanto um dispositivo de expressão de alterações físicas do artefato ao longo do tempo ou como instrumento de definição de áreas de bordas. Entretanto, durante o segundo semestre de

¹⁵⁶ ICOMOS, 2005, *op. cit.*, p.103 [DOC. WHC-05/29.COM/INF.8B.1].

¹⁵⁷ ICOMOS, 2005, *op. cit.*, p.120 [DOC. WHC-05/29.COM/INF.8B.1].

¹⁵⁸ ICOMOS, 2005, *op. cit.*, p.127 [DOC. WHC-05/29.COM/INF.8B.1].

¹⁵⁹ ICOMOS, 2005, *op. cit.*, p.133 [DOC. WHC-05/29.COM/INF.8B.1].

¹⁶⁰ ICOMOS, 2005, *op. cit.*, p.140 [DOC. WHC-05/29.COM/INF.8B.1].

¹⁶¹ ICOMOS, 2005, *op. cit.*, p.181 [DOC. WHC-05/29.COM/INF.8B.1].

¹⁶² ICOMOS, 2005, *op. cit.*, p.197 [DOC. WHC-05/29.COM/INF.8B.1].

2005 a essas duas “funções” da integridade, uma terceira começou a despontar com maior força: a de elemento relacionado às visadas na direção ao ente salvaguardado.

Essa nova aplicação da integridade foi reforçada pelo *Memorando de Viena sobre o Patrimônio Mundial e a Arquitetura Contemporânea - Gerindo a Paisagem Urbana Histórica*¹⁶³, que entre outras disposições, recomendava a proteção de tais territórios, e não apenas dos elementos encerrados nos tradicionais limites de área central e de zonas envoltórias. Segundo o documento, a paisagem urbana histórica¹⁶⁴ era formada por conjuntos de quaisquer grupos de edifícios, estruturas e espaços abertos, em seu contexto natural e ecológico, incluindo sítios arqueológicos e paleontológicos, ocupações humanas em ambientes urbanos ao longo de um relevante período de tempo, cuja coesão e valor fossem reconhecidos do ponto de vista arqueológico, pré-histórico, histórico, científico, estético, sociocultural ou ecológico.

O memorando se inseriu dentro do debate iniciado décadas atrás sobre a preservação continuada de monumentos e sítios por meio de uma abordagem integrada que considerasse a arquitetura contemporânea, o desenvolvimento urbano sustentável, a integridade da paisagem, os padrões históricos existentes, o estoque construído e o contexto urbano, e buscou ir além das recomendações internacionais já estabelecidas.

A noção em expansão do patrimônio cultural na última década, que inclui uma interpretação mais ampla que leve ao reconhecimento da coexistência humana com a terra e dos seres humanos em sociedade, requer novas abordagens e metodologias para a conservação urbana e para o desenvolvimento no contexto territorial. As cartas internacionais e recomendações ainda não integraram completamente essa evolução¹⁶⁵.

Foi bastante frisado no documento, que também compunham essa paisagem – para além dos elementos físicos construídos – o desenho do horizonte, o perfilamento dos telhados, os principais eixos de vistas, o parcelamento dos lotes, enfim todos os elementos de caráter visual ligados ao lugar. Como a discussão que originou o memorando foi proveniente dos debates sobre a introdução da arquitetura contemporânea em contextos

¹⁶³ VIENNA MEMORANDUM. Adopted by the International Conference on “World Heritage and Contemporary Architecture – Managing the Historic Urban Landscape” as it was presented to the 29th session of the World Heritage Committee, Durban, 2005 [DOC. WHC-05/29.COM/5].

¹⁶⁴ Do original em inglês: *historic urban landscape* ou HUL. Apesar da grande ênfase do documento na paisagem urbana histórica, a mesma já havia estado presente na Recomendação Relativa à Salvaguarda e ao Papel Contemporâneo das Cidades Históricas de 1976, da Unesco.

¹⁶⁵ VIENNA MEMORANDUM, 2005, *op. cit.*, p.2.

urbanos históricos, cuja principal protagonista do período foi a capital austríaca, houve um crescente interesse de preservação pela chamada “integridade visual”.

Um exemplo paradigmático que envolveu todas essas questões na época se refere à Catedral de Colônia na Alemanha, que havia entrado na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo em virtude da construção de uma torre de edifícios nas suas proximidades. Segundo o comitê, o Estado-Parte deveria reconsiderar a mudança da tipologia proposta em função ao impacto que causaria, respeitando assim a “integridade visual do bem”¹⁶⁶.

A construção de novos edifícios ou estruturas nas cercanias das Ruínas do Vihara Budista em Paharpur [Bangladesh], do Centro Histórico de Salzburgo [Áustria], do Palácio e dos Jardins de Schönbrunn [Áustria], do Centro Histórico de Riga [Latvia], da Cidade Antiga de Vilnius [Lituânia] e dos Monumentos Históricos de Macau [China] também esteve fortemente relacionada ao desejo de proteção da integridade visual desses artefatos. Assim, ao que parece, a integridade visual foi eleita como estratégia sensível de abordar a integridade cultural, ainda que apenas privilegiasse uma única dimensão dessa qualidade.

Os confusos limites do patrimônio mundial e os problemas na avaliação do estado de conservação

Se as atividades relacionadas ao controle das intervenções em áreas tuteladas ou em suas vizinhanças estavam levando o Centro do Patrimônio Mundial ao debate sobre novas formas e instrumentos de proteção, as questões relativas ao monitoramento do estado de conservação do patrimônio inscrito realçavam algumas fragilidades desse sistema.

Como forma de enfrentamento do problema, durante a sétima sessão extraordinária do comitê, ocorrida em Paris, no ano 2004, foi proposto o estabelecimento do inventário retrospectivo. Tal inventário consistia em um estudo aprofundado dos dossiês de nomeação dos elementos listados, pelo Centro do Patrimônio Mundial, Icomos e IUCN. Ao ano 2006, os estudos tinham coberto as áreas europeias protegidas entre 1978 e 1998, e a metade dos dossiês da região dos Estados Árabes inscritos de 1978 a 2004.

A avaliação desse conjunto documental permitiu mapear questões sobre a gestão do patrimônio mundial que reforçavam a necessidade do aprofundamento da instituição quanto a alguns conceitos operativos do sistema, dentre eles o da integridade. Em primeiro

¹⁶⁶ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Twenty-Ninth Session, Durban, South Africa, 10-17 July 2005. Decisions of the 29th Session of the World Heritage Committee [Durban, 2005]. 9 September 2005, p.33 [DOC. WHC-05/29.COM/22].

lugar, percebeu-se que a maior parte dos elementos inicialmente inscritos carecia de memória institucional, já que os documentos relacionados ao processo de inscrição eram quase inexistentes. Isso dificultava o monitoramento do estado de conservação, uma vez que havia pouquíssimo registro sobre a sua condição no momento de nomeação.

Em segundo lugar, quando existiam informações sobre as nomeações, usualmente as mesmas estavam dispersas em muitos repositórios, de modo que eram comuns as discrepâncias entre a documentação mantida no Centro do Patrimônio Mundial e no Centro de Documentação Unesco-Icomos. Assim, a falta de informações específicas levou a Unesco a sérias omissões quanto ao planejamento da preservação de alguns lugares.

Na terceira posição, o que constituiu uma das mais críticas questões até então verificadas, foi que:

Nem o Centro do Patrimônio Mundial, nem os órgãos consultivos, conhecia a extensão total do que havia sido inscrito na Lista do Patrimônio Mundial. Embora a identidade geral das 812 propriedades fosse certamente conhecida, os limites da maior parte dos sítios inscritos antes de 1992 eram incertos. Um desconhecido número de bens eram “seriais”, normalmente sem limites identificados. Apenas na Europa, mais de 1700 parcelas seriais foram incluídas nos seus 410 bens, estando a maior parte delas não mapeada. Novos bens seriais estão sendo descobertos frequentemente, na medida em que o Inventário Retrospectivo examina cada dossiê de nomeação¹⁶⁷.

Tal afirmação evidencia que a integridade, estivesse ela relacionada ao patrimônio cultural ou natural, nem sempre foi empregada como o elemento definidor dos limites do território protegido, o que comumente culminava na ausência do conhecimento das reais extensões protegidas. Além disso, a falta de precisão da localização das zonas impossibilitava o reconhecimento da relação dessa parcela protegida com outras adjacentes, fossem essas tuteladas ou não. Assim, por mais que a integridade fosse um grande crivo à patrimonialização, sendo o não atendimento às suas condições responsável por um grande número de rejeições de inscrição, percebe-se por meio do inventário retrospectivo, a dificuldade existente em utilizar esse conceito como uma ferramenta prática.

Por outro lado, alguns estudos desenvolvidos a partir de 2005 começaram a evidenciar o desejo de matizar a avaliação das condições qualificadoras do patrimônio – a integridade e a autenticidade – assim como dos próprios critérios de excepcionalidade. Naquele momento, o sistema do patrimônio mundial era estruturado a partir do

¹⁶⁷ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Twenty-Ninth Session, Vilnius, Lithuania, 9-16 July 2006. Item 11A of the Provisional Agenda: Presentation of the Periodic Report for Sections I and II of Europe / 11A.2 Clarifications of site limits and property sizes by States Parties in response to the Retrospective Inventory. 26 May 2006, p.1 [DOC. WHC-06/30.COM/11A.2].

estabelecimento de três listas distintas: a lista tentativa [listas de nomeação ou inventários enviados pelos Estados-Partes para o Centro do Patrimônio Mundial], a Lista do Patrimônio Mundial e a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo [nos casos em que o elemento se encontrasse sob ameaças relevantes e específicas].

O acesso do patrimônio à lista de proteção estava intimamente ligado ao que o comitê e seus órgãos consultivos chamavam de limiar, ou seja, se os candidatos cruzavam as fronteiras que os definiam como significativos, íntegros e autênticos. Nessa perspectiva, defendia-se que esses três critérios não deveriam ser avaliados com medidas absolutas, e sim relativas que poderiam ser julgadas e mensuradas a partir de uma escala graduada. Já o ingresso na lista em perigo passou a ser avaliado segundo marcos de referência. Os marcos eram entendidos como a condição exigida para que o elemento não fosse incluído no elenco em perigo, o que representava um estado desejado e específico de significados culturais e/ou naturais, de integridade e de autenticidade. Embora tivesse sido discutida a possibilidade de estabelecer esse estado desejado junto aos envolvidos com o patrimônio, os especialistas continuaram como protagonistas desse processo de julgamento.

Esse tema foi discutido especificamente durante o Encontro de Especialistas em Marcos de Referência e no Capítulo IV do Guia Operacional¹⁶⁸, ocorrido em Paris, de 02 a 03 de abril de 2007. Esse fórum de discussão resultou na elaboração de uma série de recomendações sobre o tema. A primeira se referiu à necessidade de adoção de um sistema de monitoramento para os elementos do patrimônio mundial que estivesse embasado no valor excepcional universal dos mesmos. Esse sistema não deveria ser abordado isoladamente como uma etapa estanque de preservação, mas como uma baliza para todos os seus processos. O segundo ponto remetia ao estabelecimento de uma linha de referência do estado de conservação do elemento no momento de inscrição, de modo que se pudessem avaliar os seus limites da mudança aceitável no decorrer do tempo. Com isso, argumentava-se que o comitê teria mais confiança que o patrimônio em questão estaria “progredindo na direção certa”, com os seus valores mantidos. A terceira recomendação dispunha que, com o objetivo de melhor relacionar o valor excepcional universal ao estado de conservação do elemento no momento da inscrição e aos fatores que o afetavam – o que comumente era abordado na avaliação da integridade –, o guia operacional deveria ser modificado. Embora os laços entre os significados e a integridade já estivessem próximos, essa recomendação aumentaria o peso da integridade nas avaliações das nomeações.

¹⁶⁸ Do original em inglês: *Expert Meeting on Benchmarks and Chapter IV of the Operational Guidelines*.

A quarta sugestão enfocava a ideia de adotar um modelo ou formato da declaração de excepcionalidade, que incluiria as condições qualificadoras da integridade e autenticidade, os atributos específicos que transportassem os valores e o desejado estado de conservação para esse elemento. A quinta sugestão remetia à ideia de aplicação das estratégias de monitoramento ao patrimônio na lista em perigo, enquanto que a sexta defendia que os indivíduos e grupos¹⁶⁹ relacionados ao patrimônio tutelado deveriam estar envolvidos com a preparação dos relatórios, com o objetivo de assegurar resultados realistas e alcançáveis. A sétima recomendação apontava como obrigatória a apresentação de uma declaração do valor excepcional universal, assim como da integridade, da autenticidade, e do desejado estado de conservação do patrimônio, no momento da sua inscrição¹⁷⁰. A oitava recomendação sugeriu o cuidado na adoção do termo “marcos de referência”, para que o mesmo não fosse confundido com “medidas corretivas”¹⁷¹, conceito presente na versão de 2005 do guia operacional. Por fim, a última sugestão se reportou à necessidade de uma pausa na inscrição de elementos na lista mundial, com o objetivo de estabelecer a implementação das referenciadas recomendações.

¹⁶⁹ A inclusão dos indivíduos e grupos nessa discussão esteve ligada aos objetivos estratégicos do Comitê do Patrimônio Mundial. Em sua 26ª sessão, ocorrida no ano 2002 em Budapest, o comitê definiu quatro objetivos para a promoção da implementação da convenção: a credibilidade, o desenvolvimento de capacidade e a comunicação, os *Quatro C's* [*credibility, conservation, capacity-building and communication, 'Four Cs'*]. Posteriormente, a comunidade foi acrescentada, criando os *Cinco C's*.

¹⁷⁰ A relativização da avaliação da integridade e da autenticidade foram bem exploradas, anos mais tarde, na Declaração de Lima sobre Gestão de Riscos de Desastre do Patrimônio Cultural [LIMA DECLARATION FOR DISASTER RISK MANAGEMENT OF CULTURAL HERITAGE, 2010]. O documento visou fornecer alternativas às práticas de demolição do patrimônio cultural após incidentes naturais, com base nas discussões do Encontro Temático sobre Gestão do Patrimônio Cultural em Risco [*Disaster Risk Management of Cultural Heritage*], ocorrido em Kobe no ano 2005. As soluções alternativas versavam sobre a preservação dos remanescentes materiais segundo os princípios de autenticidade e de integridade aceitos no contexto no qual o objeto encontrava-se inserido, sendo essa uma das mais importantes contribuições do documento. O respeito à autenticidade e integridade segundo balizas culturais específicas que definiam o que era um artefato autêntico e íntegro, ia além das definições adotadas pelos diversos guias operacionais. Desse modo, o documento preconizava que um objeto pudesse ser autêntico sem que existissem modos específicos para “forma e design, materiais e substância, uso e função, tradições, técnicas e sistemas de gestão, localização e assentamento, linguagem, espírito e sentimento e outros fatores internos e externos” [THE NARA DOCUMENT ON AUTHENTICITY. The Nara Document on Authenticity was drafted by the 45 participants at the Nara Conference on Authenticity in Relation to the World Heritage Convention, held at Nara, Japan, from 1-6 November 1994, at the invitation of the Agency for Cultural Affairs (Government of Japan) and the Nara Prefecture. The Agency organized the Nara Conference in cooperation with Unesco, Iccrom and Icomos. This final version of the Nara Document has been edited by the general rapporteurs of the Nara Conference, Mr. Raymond Lemaire and Mr. Herb Stovel, 1994, p.47]. De forma análoga, um elemento poderia ser íntegro mesmo não sendo inteiro e intacto. Os limites para qualificar o objeto autêntico ou íntegro poderiam variar, de acordo com a referida declaração, segundo a ótica cultural pela qual o objeto era valorado.

¹⁷¹ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Thirty-First Session, Christchurch, New Zealand, 23 June-2 July 2007. Item 7.3 of the Provisional Agenda: Issues related to the state of conservation of World Heritage properties: “Expert Meeting on Benchmarks and Chapter IV of the Operational Guidelines” [Paris, 2-3 April 2007]. 10 May 2007 [DOC. WHC-07/31.COM/7.3].

Esse conjunto de recomendações apontou o intento em se realizarem novas modificações e complementações no guia operacional de 2005, especialmente no que dizia respeito ao reforço da declaração dos significados culturais e/ou naturais do patrimônio como pré-requisito de listagem e estratégia de monitoramento ao longo do tempo. Por mais que a integridade tenha estado presente nessas recomendações, foi no Workshop Internacional de Especialistas sobre Integridade e Autenticidade das Paisagens Culturais do Patrimônio Mundial¹⁷² que novas definições para ela foram discutidas a fim de que fossem levadas a uma nova revisão do guia.

O workshop internacional sobre integridade e autenticidade das paisagens culturais

Esse encontro ocorreu nos dias 11 e 12 de dezembro de 2007, em Aranjuez, Espanha, e contou com a participação de representantes da IUCN, do Iccrom, do Icomos, da IFLA, do Centro do Patrimônio Mundial da Unesco e de representantes de 12 países. O evento teve como objetivo promover uma discussão técnica da demanda registrada no 89º parágrafo do guia operacional de 2005, que versava sobre a necessidade de exemplos de aplicação das condições de integridade nos elementos nominados sob os critérios culturais.

Os participantes pontuaram a importância do atendimento dessa questão, uma vez que acreditavam que a integridade e a autenticidade, enquanto condições qualificadoras do patrimônio, apenas eram operacionalizáveis se definidas dentro do contexto específico de cada um dos dez critérios de excepcionalidade. Nesse sentido, para a maioria dos critérios [I ao VI], ainda não haviam sido estabelecidos exemplos.

Se por um lado era verdade que as paisagens culturais representaram um meio de integrar a natureza à cultura, o uso e a aplicação dos termos de integridade e autenticidade ainda não haviam sido adaptados para a mescla dos critérios de excepcionalidade. Assim, a inclusão da integridade na avaliação do patrimônio cultural terminou por fomentar a exploração das ligações entre essa condição qualificadora e a autenticidade, como se vê, sobretudo nos trabalhos e eventos posteriores ao ano 2005. Entretanto, apesar de abordadas conjuntamente, o grupo de Aranjuez atribuiu diferentes papéis a esses conceitos ao longo do processo de preservação:

¹⁷² Do original em inglês: *International Expert Workshop on Integrity and Authenticity of World Heritage Cultural Landscapes*.

Autenticidade é um termo qualitativo para se dirigir à essência e ao espírito do bem, aos seus atributos e processos dinâmicos, especialmente no momento de inscrição. Em relação à integridade [...], considerou-se que suas condições [...] sejam especificamente aplicáveis ao monitoramento e à gestão do valor excepcional universal dos bens culturais e naturais do Patrimônio Mundial¹⁷³.

Além disso, os participantes referendaram a posição do guia operacional de que a integridade se relacionava com a inteireza e a intactilidade do patrimônio, sendo fundamental para promover a sua sustentabilidade. Por fim, defenderam que considerando a natureza cambiante das paisagens, deveriam ser realizados estudos que relacionassem a integridade e a autenticidade dessas áreas aos limites da mudança aceitável¹⁷⁴.

Longe de apresentar exemplos de aplicação das condições de integridade para o patrimônio cultural ou de buscar uma reflexão crítica a respeito das breves informações constantes no guia operacional, esse evento apenas reapresentou algumas questões da Unesco sobre o seu processo de patrimonialização.

Como forma de fomentar o debate, Herb Stovel publicou o trabalho intitulado *Effective use of authenticity and integrity as world heritage qualifying conditions*, no qual sugeriu que a integridade estava centrada na completude e intactilidade do patrimônio, operando para que o mesmo mantivesse os seus significados culturais. De acordo com o texto, a integridade das cidades históricas, por exemplo, deveria ser avaliada segundo:

- A] Inteireza: a cidade histórica deve incluir todos os distritos e vizinhanças que estão diretamente associados a sua excepcionalidade...;
- B] Intactilidade: a cidade histórica deve estar em bom estado de reparo/conservação. As condições físicas, sociais e econômicas devem suportar a manutenção da excepcionalidade...;
- C] Genuinidade material: o tecido material sobrevivente da cidade histórica que contribui para sua excepcionalidade deve estar protegido...;

¹⁷³ UNESCO. International Expert Workshop on Integrity and Authenticity of World Heritage Cultural Landscapes. Aranjuez, Spain, 11-12 December 2007, p.2.

¹⁷⁴ Um desses estudos esteve relacionado à Carta sobre Interpretação e Apresentação de Sítios Patrimoniais Culturais, aprovada pela assembleia geral do Icomos [THE ICOMOS CHARTER FOR THE INTERPRETATION AND PRESENTATION OF CULTURAL HERITAGE SITES. Proposed Final Draft. Revised under the Auspices of the Icomos International Scientific Committee on Interpretation and Presentation. 10 April, 2007]. Com base na Carta de Veneza, esse documento buscou estabelecer as linhas gerais para a interpretação do sítio patrimonial, que deveria considerar a paisagem circundante, o ambiente natural e a área geográfica como partes constituintes da sua definição física. Procurou também promover a proteção da integridade física do sítio e da autenticidade por meio das atividades de interpretação e apresentação, que por sua vez, deveriam estar conectadas à expertise de acadêmicos, de membros da comunidade, de especialistas em preservação, de autoridades governamentais, de intérpretes e de operadores de turismo. Partiu-se da ideia de que a apreciação dos significados culturais de um lugar patrimonial estava relacionada à relação entre o sujeito – que reconhecia valores pretéritos e atribuía novos valores – e o objeto – que expressava valores pretéritos e possibilitava a atribuição de novos valores –, e nesse sentido, a integridade foi considerada um elemento-chave por possibilitar essa “interação”.

- D) Organização do espaço e forma: os padrões específicos de organização espacial [leiaute urbano de vias e espaços] que contribuem para a excepcionalidade da cidade histórica devem estar presentes e legíveis...;
- E) Continuidade da função: as funções pretéritas da cidade histórica que contribuem para a sua excepcionalidade devem ter continuidade ao longo do tempo...;
- F) Continuidade do assentamento: a atual configuração do assentamento da cidade histórica deve ter a mesma qualidade do assentamento associado a sua excepcionalidade...¹⁷⁵

Segundo o autor, esse entendimento do conceito de integridade estaria mais relacionado à habilidade do elemento em conter a sua significância, sendo a protagonista dessa abordagem, a capacidade expressiva, e não o fato físico. Porém, os termos colocados não permitiram chegar a essa inferência.

Tendo em vista várias inconsistências e fragilidades, esse assunto voltou a ser discutido no Encontro Internacional de Especialistas em Patrimônio Mundial e Zonas Envolatórias¹⁷⁶, realizado em Davos, na Suíça, de 11 a 14 de março de 2008. O objetivo principal era revisar as provisões sobre esse tópico constante no guia operacional e compilar algumas recomendações para serem apresentadas na 32ª sessão do comitê em Québec, Canadá. Considerando que o então entendimento da integridade estava intimamente associado ao predicado da inteireza, a discussão das zonas limítrofes do patrimônio cultural e natural esteve bastante presente. Além disso, o Comitê do Patrimônio Mundial frequentemente recomendava a adoção de áreas envoltórias como forma de melhorar a proteção do patrimônio e aumentar a sua integridade, já que a sua presença não era compulsória nas listagens. Nesse sentido, o questionamento – qual extensão do território deve ser incluída na área patrimonial de forma a abarcar todos os elementos necessários para expressar o seu valor excepcional universal? – acabou por conduzir grande parte do debate sobre esse assunto.

O Icomos, em seu texto introdutório, pontuou que em torno da integridade existiam muitos conflitos, já que nem todos do sistema do patrimônio mundial “ainda haviam entendido ou abraçado”¹⁷⁷ esse conceito em relação aos elementos da cultura. Tal “novidade” causava estranhamento não apenas a alguns segmentos dos órgãos consultivos, mas, sobretudo aos Estados-Partes.

¹⁷⁵ STOVEL, H. *Effective use of authenticity and integrity as world heritage qualifying conditions*. In: *City & Time*. 2 [3]: 3, 2007. P.21-36.

¹⁷⁶ Do original em inglês: *International Expert Meeting on World Heritage and Buffer Zones*.

¹⁷⁷ UNESCO/WORLD HERITAGE CENTER. *International Expert Meeting on World Heritage and Buffer Zones*. Davos, Switzerland, 11-14 March 2008. 2009, p.23.

Os Estados-Partes, compreendendo esse requerimento como algo misto, tratam a “autenticidade/integridade” como um único conceito indiferenciado, em algumas nomeações do patrimônio cultural; ou muitos ignoram ou fazem um uso equivocado. Também, muitas explicações “não autorizadas” [quer dizer, que ainda não foram revisadas ou aceitas pelo comitê] estão sendo usadas nas avaliações para ajudar o Icomos e outros a entenderem e a aplicarem a “integridade” de um modo tangível. A especial interpretação não autorizada envolve questões em torno da integridade visual, funcional e estrutural... Enquanto esses conceitos foram inicialmente promovidos no encontro de La Vanoise [...], eles não são estranhos ao mundo do patrimônio cultural – uma semelhança familiar pode ser notada ao “firmitas, venustas, commoditas” do arquiteto e construtor romano Vitruvius [estrutura, beleza, função]...¹⁷⁸

Frente a diversas resistências presentes no ano 2008, é possível compreender as razões pelas quais a integridade ao longo de aproximadamente três décadas de ação institucional ainda se encontrava marginalizada, embora comparecesse em numerosos documentos sobre preservação. Apenas a integridade visual, ainda que não formalmente reconhecida e autorizada, apresentava algum de destaque nos debates e avaliações desse momento, como retificado pelo documento do evento suíço.

Naquele período também houve o retorno do debate sobre a preservação das áreas urbanas densamente habitadas, que desde o ano 2005, passaram a ser frequentemente abordadas enquanto paisagens urbanas históricas. Assim, na 32ª sessão do comitê, ocorrida entre 02 a 10 de julho de 2008, foi desenvolvida a proposta para a preparação de uma nova recomendação¹⁷⁹ relacionada a tais paisagens.

Embora parte desse assunto já tivesse sido tratado no Memorando de Viena, ainda havia a necessidade de esclarecimento de algumas questões como a diferença entre as paisagens culturais e as urbanas históricas¹⁸⁰, a relação entre as zonas de entorno e a

¹⁷⁸ UNESCO/WORLD HERITAGE CENTER. International Expert Meeting on World Heritage and Buffer Zones. Davos, Switzerland, 11-14 March 2008. 2009, p.27.

¹⁷⁹ A ideia de se elaborar tal recomendação surgiu na 29ª reunião do comitê, em 2005, na qual se sugeriu tratar do tema da contextualização da arquitetura contemporânea ao panorama histórico urbano, fosse ele imediato ou adjacente.

¹⁸⁰ O memorando inspirou uma abordagem cada vez mais estendida do patrimônio da cultura, que atingiu a sua máxima dimensão com a proteção das rotas culturais. A Carta do Icomos sobre Rotas Culturais [ICOMOS CHARTER ON CULTURAL ROUTES. Prepared by the International Scientific Committee on Cultural Routes (CIIC) of Icomos Ratified by the 16th General Assembly of Icomos, Québec (Canada), on 4 October 2008] ilustrou a crescente importância dos valores relacionados a esses artefatos em escala territorial, evidenciando a “macroestrutura” do patrimônio. Segundo o documento, as rotas culturais deveriam ser claramente demarcadas e contornadas por áreas envoltórias, com o objetivo de preservar os valores tangíveis e intangíveis em sua integridade e autenticidade. Por tratar de objetos de grande extensão física, em muitos casos as rotas culturais possuíam lacunas, o que apresentava um reflexo direto nas referidas integridade e autenticidade. Tendo em vista essa questão, a carta estabeleceu que ainda que certas seções dos traços materiais das rotas patrimoniais não estivessem claramente preservadas, a existência anterior deveria ser mostrada por meio da historiografia, de modo que elementos intangíveis e fontes imateriais de informação provassem seu significado como componentes e evidências da sua constituição. Apesar da tradicional relação entre inteireza e qualidade patrimonial, esse documento ampliou o entendimento da condição da integridade

principal, o teste de autenticidade e a condição de integridade na escala da cidade e os impactos no valor excepcional universal no patrimônio quando do evento de intervenções.

Assim, ao centro da proposta de 2008 em torno das paisagens urbanas históricas esteve o desejo em considerar tais áreas e seus entornos como uma totalidade coerente¹⁸¹, cuja preservação seria objeto de legislação e de políticas públicas específicas. Tais espaços consistiriam em uma complexa mescla de “tipos” de patrimônio: a dos estratos prévios com os atuais, a do ambiente natural com o construído, e a dos artefatos isolados com as áreas urbanas. Com esse objetivo,

Requeriu-se que o Centro do Patrimônio Mundial, em colaboração com os órgãos consultivos, propusesse uma revisão das seções específicas do Guia Operacional relacionadas a cidades históricas, explorando a possibilidade de ampliar as categorias sob as quais as cidades pudessem ser inscritas, e facilitando uma abordagem mais holística da conservação da paisagem histórica urbana, a ser submetida na 33ª sessão do comitê¹⁸².

Produziu-se então um estudo que compreendeu os aspectos técnicos e legais referentes à regulação internacional da proteção da paisagem urbana histórica, por meio de um novo instrumento padronizado na forma da Recomendação sobre a Conservação da Paisagem Urbana Histórica¹⁸³. Esse estudo, ao revisar o sistema da Unesco voltado para a preservação urbana, observou que ele era composto basicamente por quatro documentos: pelo Recomendação sobre a Salvaguarda da Beleza e da Característica das Paisagens e Sítios, pela Recomendação Relativa à Preservação do Bem Cultural Ameaçado por Obras Públicas ou Privadas, pela Recomendação Relativa à Proteção, no Nível Nacional, do Patrimônio Cultural e Natural e pela Recomendação Relativa à Salvaguarda e ao Papel

na medida em que considerou que outras fontes de informação de natureza não física poderiam permitir ao objeto a expressão de certos significados associados aos valores expressos pelos atributos perdidos.

¹⁸¹ O tema da totalidade esteve fortemente registrado, anos depois, na Carta do Icomos Nova Zelândia sobre a Conservação de Lugares de Valor Cultural Patrimonial, que afirmava que deveria se proteger a “totalidade do lugar, além do seu ambiente. O ambiente, entendido como a área envoltória ou adjacente ao lugar ocupado pelo bem patrimonial, constituía parte integrante da sua função, significado e relações. Incluía também as estruturas, características, espaço aéreo e acessos que formavam o contexto espacial do lugar. O ambiente também englobava as paisagens culturais, as vistas da cidade, as perspectivas, as visadas do e para o lugar, além das relações com outros espaços que contribuíssem para o valor cultural do bem. O ambiente poderia se estender para além da área definida pelo título legal, incluindo uma zona envoltória para a proteção em longo prazo do valor patrimonial do lugar” [ICOMOS NEW ZEALAND CHARTER FOR THE CONSERVATION OF PLACES OF CULTURAL HERITAGE VALUE. The New Zealand National Committee of the International Council on Monuments and Sites. Revised 2010. This revised text replaces the 1993 and 1995 versions, 2010, p.10-11].

¹⁸² UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Thirty-Second Session, Quebec, Canada, 2-10 July 2008. Item 7.2 of the Provisional Agenda: Proposal for the Preparation of a New Recommendation Relating to Historic Urban Landscapes. 4 June 2008, p.6 [DOC. WHC-08/32.COM/7.2].

¹⁸³ Do original em inglês: *Recommendation on the Conservation of the Historic Urban Landscape*.

Contemporâneo das Áreas Históricas. A elaboração de uma nova recomendação justificava-se pela percepção de que esses espaços passaram a estar sujeitos a novas ameaças que não eram contempladas pelos princípios gerais e pelas políticas propostas no supracitado *corpus*. Essas ameaças estavam representadas pelas crescentes pressões de urbanização, pelas tensões entre globalização e desenvolvimento local, pelas formas incompatíveis de intervenção nas paisagens, pelo turismo insustentável, pelas alterações socioeconômicas das populações envolvidas, e pela degradação ambiental, o que incluía as mudanças climáticas¹⁸⁴.

Estimava-se também que a paisagem urbana histórica fosse incluída na versão atualizada do guia operacional, de modo a fortalecer a sua preservação dentro das ações institucionais da Unesco para além do raio de abrangência da recomendação.

A significância e a integridade

As discussões que antecederam a reimpressão do guia também contemplaram a referenciada relação que a integridade e a autenticidade teriam com a excepcionalidade do patrimônio. No dossiê de nominação, a justificativa da inscrição compunha o item de maior relevância para a avaliação, e essa era expressa por meio da Declaração de Valor Excepcional Universal¹⁸⁵ e da análise comparativa¹⁸⁶. Assim, essa declaração, segundo as sugestões do comitê em 2009, deveria ser composta por:

- I] Breve síntese [sumário de informações factuais e das qualidades da área ou objeto];
- II] Critérios [descrição da relação entre os atributos com cada um dos critérios mencionados];
- III] Declaração de integridade para todos os bens [as declarações de integridade (...) demonstrariam como o patrimônio pode atender às condições estabelecidas para o mesmo];
- IV] Declaração de autenticidade para os bens nominados sob os critérios de I a VI;

¹⁸⁴ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Thirty-Third Session, Seville, Spain, 22-30 June 2009. Item 7 of the Provisional Agenda: Examination of the State of Conservation/ 7.1 Progress Report on the Preparation of a UNESCO Recommendation on the Conservation of the Historic Urban Landscape. 11 May 2009 [DOC. WHC-09/33.COM/7.1].

¹⁸⁵ Do original em inglês: *Statement of Outstanding Universal Value*.

¹⁸⁶ A análise comparativa deveria incluir o estado de conservação de objetos ou áreas semelhantes, estivessem eles inscritos na lista mundial ou não. A comparação teria que sublinhar as similaridades entre o patrimônio nominado e outros, destacando as razões que o faziam se sobressair, tanto no contexto nacional como no internacional.

V] Requerimentos para a proteção e a gestão [esses requerimentos deveriam especificar quais sistemas eram necessários para sustentar o valor excepcional universal do patrimônio]¹⁸⁷.

Sob essa base, muitos Estados-Partes, a pedido do comitê, passaram a enviar as Declarações Retrospectivas de Valor Excepcional Universal¹⁸⁸. Esses eram os casos aplicados aos elementos que haviam sido inscritos na lista mundial sem a apresentação dessa declaração, como se percebe a partir do exemplo africano.

Reserva de Fauna Dja [Camarões, Identificação n° 407, Inscrição 1987]
A Reserva Dja é uma das florestas tropicais melhor protegidas da África. No momento da sua inscrição em 1987, 90% da área era considerada intacta, sendo a presença humana pequena. A reserva abriga uma população de pigmeus Baka, que habita de modo relativamente tradicional e confere um reconhecido valor cultural ao lugar. A agricultura e a caça comercial são proibidas, mas aos pigmeus permite-se caçar de forma tradicional. No momento da inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, milhares de pessoas já moravam nas margens da reserva. A agricultura tradicional permanece como a principal atividade econômica e a caça como a sua principal fonte de abastecimento de proteína animal. A prospecção e exploração florestal também ocorriam na região. Nenhum depósito havia sido descoberto dentro do bem, mas as atividades de mineração nas periferias poderiam ser prejudiciais à sua integridade. A colheita de madeira permanece como uma possibilidade, mas as restrições legais e a pouca acessibilidade à região a tornam incomum. A proteção do bem contra esse tipo de atividade, assim como contra outros danos fora dos limites do bem, é essencial¹⁸⁹.

A menção a alguns aspectos referentes à integridade da Reserva de Fauna Dja mostra como essa condição qualificadora representava um importante indicador na avaliação dos significados atribuídos ao patrimônio. Nessa direção, ao longo de 2012, consolidaram-se diversos estudos que relacionavam o valor excepcional universal às ameaças relacionada aos danos físicos ou à inadequada gestão do patrimônio, elementos comumente comunicados nas avaliações da integridade.

O documento *Reflection on the Trends of the State of Conservation*¹⁹⁰ registrou que na maioria dos casos, mais de um fator afetava a excepcionalidade do patrimônio, fazendo com que o mesmo ingressasse à lista em perigo. Considerando a avaliação feita em 141

¹⁸⁷ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Thirty-Third Session, Seville, Spain, 22-30 June 2009. Item 13 of the Provisional Agenda: Revision of the Operational Guidelines. 11 May 2009, p.12 [DOC. WHC-09/33.COM/13].

¹⁸⁸ Do original em inglês: *Retrospective Statements of Outstanding Universal Value*.

¹⁸⁹ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Thirty-Fifth Session, Paris, 19-29 June 2011. Item 8 of the Provisional Agenda: Establishment of the World Heritage List and of the List of World Heritage in Danger. 8E: Adoption of retrospective Statements of Outstanding Universal Value. 27 May 2011, p.4 [DOC. WHC-11/35.COM/8E].

¹⁹⁰ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Thirty-Sixth Session, Saint Petersburg, Russian Federation, 24 June - 6 July 2012. Item 7C of the Provisional Agenda: Reflection on the Trends of the State of Conservation. 15 June 2012 [DOC. WHC-12/36.COM/7C].

lugares abarcados pelo estudo realizado naquele ano, 475 diferentes ocorrências referentes a 82 tipos distintos de danos foram noticiadas.

Quadro 20. Danos [em percentual] que afetavam o valor excepcional universal do patrimônio inscrito na lista em perigo.

TIPOS DE DANOS	PERCENTUAL DO PATRIMÔNIO AFETADO
Gestão e fatores institucionais	70,8
Construções e desenvolvimentos	3,1
Outras atividades humanas	37,5
Usos sociais ou culturais do patrimônio	27,8
Infraestrutura de transporte	23,6
Uso de recursos biológicos/modificações	23,6
Extração de recursos físicos	18,8
Outros serviços de infraestrutura	13,2
Eventos ecológicos ou geológicos súbitos	11,8
Poluição	9,7
Eventos climáticos	9,7

Fonte: UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 2012, *op. cit.*, p.5 [DOC. WHC-12/36.COM/7C].
Organização da autora.

Se esse quadro reuniu diversos tipos de dano segundo grupos mais abrangentes, por meio da leitura dos relatórios de avaliação de cada um desses objetos, áreas, elementos ou sítios patrimoniais foi possível detalhar as ocorrências em específico.

Quadro 21. Danos apontados na 36ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, referente à avaliação do estado de conservação do patrimônio tutelado pela Unesco.

TIPOS ESPECÍFICOS DE DANO
Ações de desenvolvimento descoordenadas
Adensamento construtivo em áreas verdes
Atividades de agricultura ilegais
Atividades de caça e/ou pesca ilegais
Atividades de exploração extrativista

Quadro 21. Danos apontados na 36ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, referente à avaliação do estado de conservação do patrimônio tutelado pela Unesco.

TIPOS ESPECÍFICOS DE DANO
Atividades pecuárias
Atividades sísmicas
Ausência de fomento dos saberes patrimoniais
Ausência ou inadequação de medidas de restauro/preservação
Ausência ou insuficiência de corpo técnico patrimonial
Ausência ou insuficiência de instrumentos/legislações de proteção patrimonial
Ausência ou insuficiência de plano de preservação/monitoramento/contenção de risco
Ausência/inadequação de estacionamentos
Capacidade limitada de gestão local
Conflitos de interesse entre as comunidades envolvidas
Construção acima da capacidade de carga
Construções de impacto ecológico
Construções inadequadas ou ilegais nos sítios/entornos
Deflorestamento/redução de diversidade de flora
Demolições
Desenvolvimento urbano/populacional/infraestrutural
Edifícios/sítios decaídos ou em colapso
Elevação do nível de água subterrânea
Enchentes
Erosão aluvial
Espécies animais e vegetais invasoras
Especulação imobiliária
Eventos climáticos extremos/problemas ambientais
Falta de compreensão da paisagem urbana do sítio
Falta de conhecimento/valoração do sítio
Falta de cooperação transfronteiras

Quadro 21. Danos apontados na 36ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, referente à avaliação do estado de conservação do patrimônio tutelado pela Unesco.

TIPOS ESPECÍFICOS DE DANO
Falta de gestão de resíduos
Fraca coordenação institucional
Fundos de financiamento insuficientes
Incêndios florestais
Indefinição ou inadequação dos limites dos sítios/entornos
Infraestrutura deteriorada
Invasão e ocupação de sítios
Invasões militares/conflitos armados
Isolamento geográfico do sítio
Má qualidade da água
Mudanças no perfil socioeconômico do sítio/gentrificação
Perda de área protegida
Perda de espaços livres
Poluição do meio ambiente
Pressão por habitação com construção
Problemas de deslocamento físico nos sítios
Problemas de propriedade fundiária
Problemas de segurança local
Problemas de uso público
Redução de diversidade de fauna
Turismo predatório
Uso de materiais/técnicas inadequadas em edifícios
Vandalismo
Venda ilegal de terras

Fonte: UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE, 2012, *op. cit.* [DOC. WHC-12/36.COM/7C]. Organização da autora.

Assim, na segunda década do século XXI, grande parte dos esforços da Unesco referiu-se à reversão da ideia de que a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial representava o fim ou objetivo central do processo de proteção dos elementos culturais ou naturais, o que naturalmente repercutia no aparecimento de tais danos. A intenção era difundir que esse era apenas um meio para proteger o patrimônio de interesse mundial, e nesse entendimento, as ações de monitoramento do estado de conservação, por meio da avaliação da integridade, transformaram-se em uma peça chave.

O encontro sobre a integridade do patrimônio cultural

Entre 12 e 14 de março de 2012, ocorreu o Encontro Internacional de Especialistas sobre a Integridade do Patrimônio Cultural¹⁹¹, em Al Ain, Emirados Árabes. O evento contou com a participação de 30 especialistas, assim como de representantes do Centro do Patrimônio Mundial, da IUCN, do Icomos e do Iccrom, como era de praxe.

O encontro teve quatro objetivos: identificar os assuntos relacionados às condições de integridade do patrimônio cultural, propor revisões – no que concernia a esse assunto – ao guia operacional¹⁹², contribuir para uma melhor compreensão da integridade para os elementos da cultura e assistir o comitê quanto a decisões futuras. Assim, foram definidos três grupos de trabalho temáticos: cidades históricas e áreas urbanas, sítios arqueológicos e paisagens culturais, e monumentos e grupos de edifícios. A eleição de tais subtemas assinalou o interesse em abarcar todas as expressões físicas do patrimônio cultural que eram reconhecidas pela Unesco, em diferentes escalas que partiam do micro [formada pela edificação isolada], ao macro [representada pelas paisagens].

A abordagem da integridade segundo as dimensões funcional, estrutural e visual foi ratificada pelos participantes, que reforçaram a relação entre essa qualidade e os significados culturais dos artefatos. Assim, propôs-se que as condições de integridade incluíssem o estabelecimento e a análise de: quais atributos portavam os valores do patrimônio, quais as relações entre os diferentes atributos entre si e quais as relações entre os conjuntos de atributos com o todo. A integridade foi então relacionada às características

¹⁹¹ Do original em inglês: *International Expert Meeting on Integrity for Cultural Heritage*.

¹⁹² Segundo as decisões do comitê em suas 33ª [Sevilha, 2009] e 35ª [Paris, 2011] sessões, o Centro do Patrimônio Mundial, em cooperação com os seus órgãos consultivos, deveria organizar um encontro de especialistas com o objetivo de desenvolver exemplos de aplicação das condições de integridade e autenticidade aos elementos nominados sob os critérios I ao VI, para a inclusão na seção II.E do guia operacional.

de continuidade, conectividade e inteligibilidade do patrimônio, ainda que não tivessem sido abandonadas as tradicionais noções de inteireza e intactilidade.

O Iccrom, em seu texto base para a discussão, buscou justificar o entendimento que poderia ser adotado quanto às ideias do ser inteiro, e do ser intacto, de forma breve e secundária¹⁹³. Por inteireza, argumentou que significava a qualidade daqueles espaços que continham os elementos necessários para expressar todos os significados culturais e/ou naturais que justificassem a inclusão na lista, dentro das suas fronteiras. Nesse sentido, a dimensão física do “inteiro” deveria ser avaliada dentro da perspectiva dos valores conferidos ao objeto ou à área em questão. Porém, não seria a nomeação de amplas áreas ou de extensas paisagens que garantiria o atendimento da condição de integridade pelo patrimônio cultural. De forma complementar ao Iccrom, a IUCN defendeu que era fundamental mostrar que os limites do patrimônio haviam sido definidos por uma base lógica, responsável pela distinção entre o elemento nominado e o território mais amplo do qual fazia parte.

Durante esse encontro, também foi pontuado que a integridade deveria remeter não apenas às características físicas do patrimônio cultural [como aos elementos construídos ou à relação topológica entre eles] ou do natural [como ao relevo e aos elementos de fauna e flora], mas também aos processos e aos elementos intangíveis que os determinavam e os mantinham segundo um determinado estado desejado.

Em uma perspectiva bastante semelhante, os Princípios de Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades Históricas, Cidades e Áreas Urbanas, adotados pela assembleia geral do Icomos, pontuaram que deveriam ser preservadas a integridade e a autenticidade das cidades históricas, cuja característica essencial era expressa pela natureza e pela coerência dos seguintes elementos tangíveis e intangíveis:

- Padrões urbanos definidos pela malha viária, pelos lotes, pelos espaços verdes e pelas relações entre edifícios, áreas vegetadas e espaços abertos;
- Forma e aparência, interior e exterior, de edifícios, assim como sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração;
- Relação entre a cidade histórica e a área urbana, e o seu ambiente natural e construído, em referência explícita à Carta de Washington [1986];
- Várias funções que a cidade histórica e a área urbana adquiriam no tempo;
- Tradições culturais, técnicas tradicionais, espírito do lugar e tudo que contribui para a identidade do lugar.
- Relação entre o lugar, em sua totalidade, suas partes constituintes e o contexto;
- Tecido social e a diversidade cultural;

¹⁹³ Em relação à intactilidade, o Iccrom apenas pontuou que essa era uma qualidade mais complexa que a inteireza, associada à gestão de prevenção à negligência e aos efeitos adversos do desenvolvimento, o que de uma forma geral atestava o bom estado de conservação do patrimônio.

- Recursos não renováveis, minimizando o seu consumo e estimulando o seu reuso¹⁹⁴.

O documento de Valletta buscou definir a integridade, assim como a autenticidade, por meio de elementos das escalas territorial, urbana e arquitetônica, enfocando questões formais, topológicas, relacionais, funcionais e vinculadas aos modos de fazer e de ser.

Nessas perspectivas, a questão da “escala necessária do patrimônio” como estratégia guarda-chuva emergiu como um dos tópicos centrais no debate de 2012. Mais do que a expressão de um conjunto de elementos aos quais se atribuíam significados, defendia-se que seria função da integridade servir como parâmetro para demarcação de áreas com valores múltiplos e reconhecíveis.

A discussão das condições de integridade relacionadas à gestão da mudança – especialmente das funções socioeconômicas do lugar – também foi agregada no evento de Al Ain, uma vez que estava buscando superar a ideia de que essa qualidade estava apenas associada à manutenção de um mesmo estado de conservação ao longo do tempo.

Como principal contribuição desse fórum à discussão das condições de integridade para o patrimônio cultural, estiveram as sugestões de revisão da versão do guia operacional segundo suas cinco tipologias.

A] Os bens nominados como paisagens culturais devem conter seus elementos-chave de modo inter-relacionado, interdependente e visualmente integrados. Por exemplo, uma paisagem de agricultura deve incluir não apenas os campos de produção, mas também as fontes de água e sistemas de irrigação, assim como os elementos de processamento de produtos, práticas sociais e expressões de valores associados, como rituais.

B] Os bens nominados como sítios arqueológicos devem conter os elementos inter-relacionados, interdependentes e visualmente integrados necessários, que provejam importantes informações críticas sobre a sua compreensão... Por exemplo, em uma área devem ser levados em consideração os traços físicos do comportamento social, econômico, histórico, estético, etnológico ou antropológico em relação ao seu espaço. Um bem proposto pelo seu antigo sistema de irrigação deve ter elementos suficientes para demonstrar os aspectos chave para a compreensão do seu valor total, ou seja, os seus componentes físicos: canais de água subterrâneos ou de superfície, minas, pontos de coleta de água, campos irrigados, componentes sociais e econômicos...

C] Para os bens nominados como cidades históricas deve ser dada consideração ao fato de que são elementos vivos e dinâmicos, sendo sua integridade considerada dentro da perspectiva de proteção do Valor Excepcional Universal, ao mesmo tempo em que mantenha uma boa qualidade de vida à população.

I] Os elementos da abordagem da Paisagem Urbana Histórica [...] devem ser utilizados para avaliar as condições de integridade, incluindo a topografia, a geomorfologia, a hidrologia e as características naturais; o seu ambiente construído – tanto o histórico quanto o contemporâneo –, a sua infraestrutura subterrânea ou não, os seus espaços abertos e jardins, os seus padrões de uso e organização

¹⁹⁴ THE VALLETTA PRINCIPLES FOR THE SAFEGUARDING AND MANAGEMENT OF HISTORIC CITIES, TOWNS AND URBAN AREAS. Adopted by the 17th Icomos General Assembly, Paris 2011, p.19.

espacial, as percepções e relações visuais [...], as alturas e volumes dos edifícios, assim como outros elementos, tecidos e estruturas de caráter urbano.

II] As condições de integridade também incluem as práticas e valores sociais e culturais, os processos econômicos e as dimensões intangíveis do patrimônio relacionadas à diversidade e à identidade...

III] Todos os elementos acima mencionados devem ser avaliados para se considerar os seus impactos positivos e negativos sob a integridade.

D] Os bens nominados como monumentos devem conter todos os elementos [por exemplo, os edifícios principais e subsidiários], infraestruturas e paisagens para expressar o seu Valor Excepcional Universal, assim como as sucessivas adições ou expansões que sejam compatíveis com o valor ou que contribuam para ele. Deve-se considerar a necessidade de se assegurar as importantes vistas ao, e a partir do monumento, usando ferramentas de gestão apropriadas como zonas de entorno. Os bens propostos devem incluir vizinhanças envoltórias. Por exemplo, a nomeação de um monumento de significados religiosos deve incluir o seu ambiente, espaços para práticas relacionadas, e edifícios subsidiários para suportar formas tradicionais de manutenção.

E] Os bens nominados que contenham grupos de edifícios devem apresentar todos os elementos necessários, que, por meio das suas relações mútuas, expressem o seu Valor Excepcional Universal. Por exemplo, a nomeação de um amplo e fragmentado sistema de defesa deve incluir os elementos constitutivos necessários [fortes, bastiões, rotas, torres, assim como outras características de defesa] que expressem a função do sistema ao longo das suas várias partes¹⁹⁵.

Embora os participantes tenham chegado à proposição de tais alterações no guia operacional, percebe-se que ao final do evento ainda permaneciam questionamentos profundos sobre a forma de abordagem da integridade que vinha acontecendo até então e que poderia ser alterada com o lançamento de mais uma versão do guia operacional. Cinco pontos foram ponderados na ocasião. Em primeiro lugar, seria mais simples explorar as condições de integridade do modo pelo qual as mesmas se manifestavam nas cinco tipologias [paisagens culturais, sítios arqueológicos, cidades históricas, monumentos e grupos de edifícios] ou de acordo com os dez critérios de excepcionalidade previstos no guia? Em segundo lugar, as qualidades de inteireza e de intacilidade constituiriam as melhores formas de descrever a integridade do patrimônio cultural? Os conceitos de “elementos físicos” e de “processos e elementos intangíveis” seriam suficientes, ou existiriam melhores para caracterizar os atributos relacionados à excepcionalidade? Os termos de integridade visual, estrutural ou funcional¹⁹⁶ estariam adequados ou confundiriam

¹⁹⁵ UNESCO. Report of the International Expert Meeting on Integrity for Cultural Heritage. Al Ain, United Arab Emirates, 12-14 March 2012, p.4-5.

¹⁹⁶ Apesar de não ter se chegado a nenhum consenso nesse encontro, alguns documentos doutrinários de proteção já estavam se apropriando de certos termos, com o objetivo de melhor abordar determinadas questões em particular. Os Princípios para a Conservação de Sítios Patrimoniais Industriais, Estruturas, Áreas e Paisagens da TICCIH [TICCIH PRINCIPLES FOR THE CONSERVATION OF INDUSTRIAL HERITAGE SITES, STRUCTURES, AREAS AND LANDSCAPES. Adopted by the 17th Icomos General Assembly on 28 November, 2011], também conhecidos como Princípios de Dublin, enfocou a questão da integridade a partir do seu âmbito funcional, já que se acreditava ser essa uma qualidade especialmente importante para a expressão dos significados das estruturas do patrimônio industrial. A manutenção da integridade, ao lado da completude dos objetos, constituía-se segundo os referidos princípios, o propósito básico de proteção de tais objetos e áreas.

mais? A integridade seria limitada à prevenção dos efeitos adversos do desenvolvimento – conforme ocorria – ou deveriam ser observados todos os fatores que se relacionassem ao patrimônio, conforme constavam nos relatórios periódicos¹⁹⁷? Apesar de pertinentes as questões, nenhuma delas foi respondida.

A reunião de especialistas do patrimônio mundial sobre integridade visual

Na ocasião do encontro nos Emirados Árabes, o comitê discutiu sobre um grande número de relatórios de estados de conservação – como foi mostrado –, a partir dos quais a questão da integridade visual e da proteção de vistas importantes emergiu com impulso. As autoridades da Índia se ofereceram para organizar e sediar um debate específico, e assim foi realizado o Encontro de Especialistas do Patrimônio Mundial em Integridade Visual¹⁹⁸ entre 06 e 09 de março de 2013, em Agra, do qual fizeram parte 66 debatedores ao lado dos três órgãos consultivos da Unesco. De modo semelhante ao fórum sobre integridade de 2012, esse encontro teve como objetivo discutir sobre a noção de integridade visual a fim de revisar o guia operacional. É importante destacar que naquele momento, a mais próxima referência à integridade visual dentro do guia era definida pelas “vistas importantes”, mencionadas no parágrafo 104 da seção II.F, dentro da definição de zona de entorno¹⁹⁹.

As discussões dos grupos de trabalho giraram em torno dos temas: cidades e contexto urbano, monumentos e edifícios individuais, sítios e sítios arqueológicos, e paisagens culturais e sítios naturais. Os membros do encontro concordaram que a integridade visual fazia parte das “vistas, panoramas, pontos de mirada e silhuetas”, também se relacionava à “capacidade do patrimônio em manter a sua distinção, em aspecto, quanto ao entorno, demonstrando visualmente a relação entre essas partes”²⁰⁰. Foi também pontuado que a integridade visual era um importante fator a ser considerado na

Afirmava-se que o valor patrimonial industrial poderia ser bastante prejudicado, ou reduzido, se o maquinário ou outros componentes significantes fossem removidos, ou se elementos subsidiários que formassem parte de um todo, fossem destruídos.

¹⁹⁷ UNESCO. Report of the International Expert Meeting on Integrity for Cultural Heritage. Al Ain, United Arab Emirates, 12-14 March 2012.

¹⁹⁸ Do original em inglês: *World Heritage Expert Meeting on Visual Integrity*.

¹⁹⁹ A zona de entorno é destinada a proteger o objeto ou área proposta para inscrição. Constitui uma zona circundante, cujo uso e exploração estão sujeitos a restrições jurídicas e/ou consuetudinárias, de forma a reforçar a sua proteção. Deve incluir a envolvente imediata, as vistas vultosas e outras áreas ou atributos que desempenhem um papel funcional importante no apoio ao patrimônio e à sua proteção.

²⁰⁰ UNESCO. International World Heritage Expert Meeting on Visual Integrity. Background Document. Agra, India, 6 to 9 March 2013, p.2.

nominação do patrimônio natural sob o sétimo critério de excepcionalidade, voltado às qualidades estéticas dos lugares. “Por exemplo, o valor excepcional universal de um Sítio do Patrimônio Mundial fóssil ou geológico pode não ser tão evidente no próprio campo, mas o seu aspecto [...] irá depender da possibilidade dos visitantes visualizarem e compreenderem as suas paisagens e exposições rochosas”²⁰¹.

Como recomendações resultantes do encontro, foi definido que as qualidades visuais eram importantes não apenas quanto à integridade do patrimônio, mas também em relação à autenticidade e à gestão da preservação. Por isso, argumentou-se que seria preferível se referir à questão visual na excepcionalidade do patrimônio do que precisamente à integridade visual dele. Nessa perspectiva foi definido que os dossiês de nominação deveriam incluir:

Os atributos que contribuíssem para as qualidades visuais e espaciais como parte da significância e da excepcionalidade do bem,
 Os aspectos visuais historicamente e culturalmente significantes, as suas interconexões e as influências que contribuíssem para o valor excepcional universal do bem,
 Os mecanismos para a manutenção da integridade e da autenticidade desses elementos, como parte do sistema de gestão do patrimônio e da sua zona envoltória,
 As medidas para assegurar que os futuros desenvolvimentos sejam compatíveis com a conservação dos atributos e das relações que suportam o valor excepcional universal do bem²⁰².

Também foi recomendado que os Estados-Partes desenvolvessem os seus próprios instrumentos para a avaliação das qualidades visuais do patrimônio, integrando-os aos processos locais de planejamento espacial. Assim, cada país estaria munido de ferramentas para a identificação desses atributos visuais, bem como dos meios necessários para realizar os estudos de impacto visual em casos de intervenção.

A única sugestão de alteração do guia operacional foi o acréscimo da seguinte nota de rodapé na seção II.E, referente aos temas da integridade e da autenticidade:

Com o objetivo de determinar a autenticidade e/ou integridade, é necessário justificar claramente os critérios e valores pelos quais o bem está sendo nominado, e então, identificar os atributos que transmitem esses valores. As qualidades [incluindo as visuais e outras] daqueles atributos relacionados aos valores devem então estar claramente declaradas. Os limites ou as normas devem ser incluídos no sistema de gestão do bem, para assegurar a proteção dos atributos de valor

²⁰¹ UNESCO. International World Heritage Expert Meeting on Visual Integrity. Background Document. Agra, India, 6 to 9 March 2013, p.2.

²⁰² UNESCO. Report of the International Expert Meeting on Visual Integrity. Agra, India, 6 to 9 March 2013, p.2-3.

excepcional universal, enquanto que o monitoramento deve ocorrer ao longo do tempo para certificar a proteção...²⁰³

Assim, a exploração do tema que ganhou vigor a partir do evento que motivou a criação do Memorando de Viena, terminou por se expandir com a adoção da Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica, e no ano 2013, recebeu reforços com esse debate sobre a visualidade do patrimônio.

O caso que foi mais mobilizado para ilustrar a importância do controle dos impactos visuais sob o patrimônio mundial, referiu-se ao Vale do Rio Elba em Dresden, Alemanha. Protegido na categoria de paisagem cultural desde 2004, o lugar foi nominado à Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, dois anos após a inscrição, devido ao planejamento de construção da Ponte Waldschlösschen, que parcialmente obstruiria a vista da paisagem histórica da cidade. A ponte transporia o Rio Elba dentro da área tutelada, dividindo-a em duas partes. Os estudos técnicos desenvolvidos chegaram às seguintes conclusões: a ponte proposta não se adequaria à série existente na cidade de Dresden e obscureceria um grande número de vistas do horizonte de Dresden e do vale do Rio Elba, ambos de importância histórica, cortando a paisagem coesa do rio em seu ponto mais delicado e dividindo-o em duas metades irreversíveis. Apesar dos esforços do comitê, a construção da ponte foi executada exatamente conforme havia sido planejada, segundo a decisão tomada por votação democrática popular. A experiência foi tão paradigmática, que a Unesco afirmou se tratar de “uma falha na implementação da convenção, tanto em âmbito nacional, como em internacional [...], uma perda para toda a comunidade”²⁰⁴.

Apesar da realização de encontros específicos para discutir a integridade, propondo algumas alterações no guia operacional, ainda que não profundas, as versões subsequentes de 2013 e 2015 não as incorporaram²⁰⁵. O comitê considerou que seria “prematureo incluí-las nesse estágio; além disso, um Estado-Parte escreveu ao Centro do Patrimônio Mundial sublinhando que era necessária flexibilidade para determinar quais aspectos afetariam a

²⁰³ UNESCO. Report of the International Expert Meeting on Visual Integrity. Agra, India, 6 to 9 March 2013, p.4.

²⁰⁴ UNESCO. International World Heritage Expert Meeting on Visual Integrity. Background Document. Agra, India, 6 to 9 March 2013, p.2.

²⁰⁵ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Thirty-Eighth Session, Doha, Qatar, 15-25 June 2014. Decisions Adopted by the World Heritage Committee at its 38th Session [Doha, 2014]. 7 July 2014 [DOC. WHC-14/38.COM/16].

integridade e que eram aplicáveis a bens específicos”²⁰⁶. Assim, esperavam-se reflexões mais aprofundadas do Centro do Patrimônio Mundial e dos órgãos consultivos, que subsidiassem as potenciais revisões ao referido parágrafo 89 do guia operacional.

Até o limite temporal contemplado por esta tese, a integridade não recebeu nenhuma revisão, tampouco foram apresentados exemplos de aplicação das condições ao patrimônio cultural. Mesmo assim, ela permanece como um dos principais crivos para a inscrição de um elemento na lista mundial, conforme os quadros a seguir mostram. Neles, não são apresentadas todas as possíveis combinações entre respostas aos itens avaliados, mas apenas os mais baixos limiares sob os quais uma nomeação passaria de uma recomendação à outra.

Quadro 22. Quadro para tomada de decisões quanto à patrimonialização do Icomos para o patrimônio cultural e misto, onde Sim=[S], Não=[N], Inscrever=[I], Reavaliar=[R], Adiar=[A] e Não inscrever=[NI].

ANÁLISE COMPARATIVA	ATENDIMENTO À INTEGRIDADE	ATENDIMENTO À AUTENTICIDADE	ATENDIMENTO AO[S] CRITÉRIO[S]	JUSTIFICATIVA DE INSCRIÇÃO	LIMITES FÍSICOS	PROTEÇÃO LEGAL DO PATRIMÔNIO	PROTEÇÃO LEGAL DO ENTORNO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	SISTEMA DE GESTÃO	AMEAÇAS IDENTIFICADAS	REQUERIMENTO DE MISSÃO	RECOMENDAÇÃO
S	S	S	S	S	S	S	S	±	±	±	N	I
S	S	S	S	S	±	N	N	±	±	±	N	R
S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N	S	A
?	S	S	?	S	N	N	N	N	N	N	S	A
?	?	?	?	?	N	N	N	N	N	N	S	A
N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	-	NI

Fonte: ICOMOS. Evaluations of Nominations of Cultural and Mixed Properties to the World Heritage List. Icomos Report for the World Heritage Committee. 39th Ordinary Session, Bonn, June-July 2015, p.9 [DOC. WHC-15/39.COM/INF.8B1]. Organização da autora.

²⁰⁶ UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE. Thirty-Seventh Session, Phnom Penh, Cambodia, 16-27 June 2013. Item 12 of the Provisional Agenda: Revision of the Operational Guidelines/ 12: Revision of the Operational Guidelines. May 2013, p.7 [DOC. WHC-13/37.COM/12].

Quadro 23. Quadro para tomada de decisões quanto à patrimonialização do IUCN para o patrimônio natural e misto, onde Sim=[S], Não=[N], Inscrever=[I], Reavaliar=[R], Adiar=[A] e Não inscrever=[NI].

ATENDIMENTO A UM OU MAIS CRITÉRIOS DE EXCEPCIONALIDADE				ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DE INTEGRIDADE				ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS DE PROTEÇÃO E GESTÃO			REQUERIMENTO DE MISSÃO	RECOMENDAÇÃO
CRITÉRIO VII	CRITÉRIO VIII	CRITÉRIO IX	CRITÉRIO X	INTEGRIDADE	LIMITES FÍSICOS	AMEAÇAS	JUSTIFICATIVA DE INSCRIÇÃO	PROTEÇÃO LEGAL	SISTEMA DE GESTÃO	PROTEÇÃO DO ENTORNO		
N	N	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	I
±	N	±	±	N	N	N	N	±	N	N	S	A
N	N	N	N	N	N	N	N	N	±	N	S	A
N	N	N	±	±	S	S	N	S	S	S	S	R
N	S	S	S	S	S	±	N	S	S	±	N	R
N	N	N	S	S	S	S	N	S	S	±	N	R

Fonte: IUCN. IUCN Evaluations of Nominations of Natural and Mixed Properties to the World Heritage List. IUCN Report for the World Heritage Committee. 39th Session Bonn, Germany, 28 June-8 July 2015, p.4 [DOC. WHC-15/39.COM/INF.8B2]. Organização da autora.

Apesar de a integridade comparecer de forma mais evidente quanto aos critérios de patrimonialização, a sua avaliação, especialmente em relação aos artefatos da cultura, ainda é bastante definida por questões eminentemente de inteireza física, de intactilidade, de estado de conservação e de gestão. Assim, em muitas das avaliações do Icomos, a integridade é reportada da seguinte forma:

De acordo com o Estado-Parte, o bem nominado contém todos os elementos tangíveis necessários para transportar a sua significância [...], os sítios são em sua maior parte inacessíveis devido ao terreno, o que também contribui para preservá-lo dos impactos adversos decorrentes das atividades humanas. O comprometimento do Estado-Parte em assegurar que a integridade do bem nominado seja mantida, culminou em sua designação formal [e da zona de entorno], como Patrimônio Nacional Protegido. O Icomos observou que, em termos de integridade física, o bem nominado é relativamente intacto. Houve muito poucos efeitos adversos derivados dos desenvolvimentos humanos... O Icomos considera que o bem é de tamanho adequado para assegurar a representação das características e dos processos que transmitem a sua significância. Uma significativa proporção dos elementos necessários para a leitura e compreensão dos valores do bem sobrevive e está contida no bem nominado. O tecido físico do bem e das suas características significantes estão em boa condição, ainda que alguma manutenção deva ser realizada. Por outro lado, a zona de entorno sofre de efeitos adversos de desenvolvimento e negligência, e o impacto da deterioração nesse local, atualmente não tem controle. As relações e as funções

dinâmicas presentes [...] estão mantidas, mas requerem melhorias substanciais. Em síntese, o bem ainda satisfaz a condição de integridade, mas requer medidas corretas de conservação e de gestão, além de medidas de mitigação diretas a fim de protegê-lo contra uma futura perda de integridade²⁰⁷.

* * *

Pode-se perceber que apesar de a integridade ter constado desde as primeiras avaliações do patrimônio na lista de proteção da Unesco – inicialmente no que tangia os elementos naturais e a partir de 2005 em relação aos artefatos culturais – o desenvolvimento do seu conceito, assim como da sua avaliação, pouco se modificaram. As reflexões decorrentes dos numerosos fóruns realizados que trataram diretamente ou indiretamente do assunto, escassamente influenciaram nas disposições constantes nos guias operacionais, ao longo das suas diversas versões em quase 40 anos, de modo que as novas disposições, conceitos, abordagens, estratégias e categorias não conseguiram sanar as velhas questões que já rondavam a Unesco mesmo antes da convenção existir.

A rixa existente entre os elementos culturais e naturais inscritos na lista, o que possivelmente respondia pelas principais críticas à Unesco, passou a receber alguns tratamentos no início da década de 1990, o que continua a acontecer até os dias atuais como mostrou este capítulo. Entretanto, dada a natureza das soluções adotadas, que mais representaram reelaborações da escrita do guia operacional do que mudanças nas práticas de patrimonialização vigentes, as razões que motivaram os questionamentos quanto à credibilidade do sistema do patrimônio mundial permanecem. A controversa representatividade do elenco de interesse à humanidade selecionado pela Unesco ainda coloca em xeque a sua principal razão de ser. E a integridade, em específico, constitui um ponto fulcral de discussão, uma vez que representa um rígido crivo de patrimonialização do sistema mundial, seja pelas exigências técnicas relacionadas à sua verificação ou por questões de ordem político-administrativa que a ela subjazem.

Assim, o reconhecimento do patrimônio que pudesse ser considerado “inteiro e intacto” enfrentou as dificuldades inerentes à busca de uma qualidade marcada pela imprecisão teórica e pela desconsideração da multiplicidade de códigos de valoração. Ainda que fosse adotada uma compreensão não literal do que constituiria a inteireza e a intactilidade de algo, a forma de avaliação desses predicados deveria responder a parâmetros referentes à relação de uma cultura com o seu próprio tempo e espaço. Em

²⁰⁷ ICOMOS, 2015, *op. cit.*, p.25-26 [DOC. WHC-15/39.COM/INF.8B1].

linhas gerais, se pode pensar que o intacto africano nunca poderia ser comparado ao japonês, do mesmo modo que o inteiro grego necessariamente diferiria daquele estadunidense, por exemplo. Do mesmo modo que o julgamento do que fosse “completo” em um dado tempo, provavelmente se alteraria no decorrer dos anos, décadas ou séculos.

A integridade no sistema do patrimônio mundial representou, e ainda representa, um juízo de valor que não se limitou a comunicar “que algo era” ou “como algo era”, mas sim “como algo deveria ser”. Com base no desfecho desta narrativa, percebe-se que esse juízo foi eminentemente histórico, fruto de motivações técnicas e político-administrativas altamente imbricadas. Ainda que se percebam algumas mudanças quanto à apropriação da integridade pela Unesco, considerando o intervalo abordado nesta investigação, essas transformações decorreram, sobretudo, das operações empreendidas pelos próprios personagens que definiram o panorama dessa história.

Considerações Finais

A tese buscou construir uma narrativa sobre a noção de integridade nos processos de tutela dos objetos e áreas culturais da Unesco – dando destaque aos aspectos técnicos e político-administrativos do conceito, juntamente à sua apropriação dentro do sistema do patrimônio mundial – com base na análise e na interpretação de documentos, muitos deles que nunca haviam tido tratamento analítico. Antes de produzir uma “fotografia” da integridade – em branco-e-preto e colorido –, o trabalho resultou em uma “pintura” da mesma, a qual se buscou fazer de modo mais matizado possível.

O fechamento da tese ilumina então as sete “pinceladas” fundamentais para a definição dessa imagem “unesquiana” da integridade, respondendo à questão-matriz do trabalho. A primeira delas remete ao período que antecedeu a elaboração da Convenção do Patrimônio Mundial, quando as preocupações institucionais da Unesco orbitavam prioritariamente em torno da esfera cultural. Porém, em virtude da conjuntura política internacional favorável ao apelo ambiental – dominante no início da década de 1970 – o patrimônio natural foi “enxertado” no raio de atuação do sistema mundial. A partir disso, as discussões desenroladas entre 1972 e 1977, ou seja, voltadas aos debates em torno do guia operacional, se encarregaram de colocar em pauta os conceitos e os instrumentos de reconhecimento e de gestão dos recortes da cultura e da natureza que comporiam o patrimônio da humanidade. Durante esse período, a participação do NPS e da delegação estadunidense nos encontros da Unesco foi de grande importância para a definição da forma de elaboração da Lista do Patrimônio Mundial, fazendo com que os conceitos de integridade e de “significância” assumissem um importante posto nesse processo. Porém, o

que nos Estados Unidos era definido como integridade, passou a ser conhecido como autenticidade cultural na Unesco. Assim, o Icomos foi aparelhado por seis critérios de excepcionalidade patrimonial e pela autenticidade, ao passo que à IUCN couberam quatro crivos e as condições de integridade.

A integridade e a autenticidade foram então apropriadas pelo sistema mundial como qualificadoras de atributos, ou seja, filtros pelos quais os valores excepcionais universais de um objeto, área, elemento natural ou sítio, pudessem ser apreendidos de uma forma mais ou menos clara. Assim, ambos os conceitos converteram-se no “sétimo” e no “quinto” critérios de excepcionalidade cultural e natural, respectivamente, e nos balizadores das possibilidades de mudanças às quais o patrimônio poderia estar submetido.

Considerando que o primeiro parágrafo do preâmbulo da convenção justificava a existência desse instrumento para proteger os exemplares que estivessem “cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela alteração das condições sociais e econômicas que agravam a situação”¹, a integridade e a autenticidade foram estabelecidas como dispositivos de “controle” de transformações. Como o atendimento a essas condições visava garantir a continuidade dos significados universalmente atribuídos ao patrimônio tutelado, a integridade e a autenticidade sempre representaram os dois lados de uma mesma moeda.

A segunda pincelada diz respeito ao caráter que a Unesco e a IUCN imprimiram à integridade. Por um lado, esse conceito sofreu uma metamorfose ao atravessar o Oceano Atlântico, não conseguindo chegar “na íntegra” a Paris, algo em grande medida devido à intervenção de Raymond Lemaire², o que aponta para uma das raízes das frequentes confusões sobre a integridade e a autenticidade. Por outro lado, a nova noção de integridade estabelecida assumiu uma conotação bastante própria, embora não tivesse sido oficialmente conceituada no período.

Ainda que muitos termos possam adquirir outras perspectivas semânticas no interior das disciplinas ou dos órgãos que os adotam – como forma de enunciar os princípios que os caracterizam e regem a sua prática –, a significação da integridade na Unesco indicou um profundo afastamento da etimologia da palavra. Apesar da polissemia encontrada nos múltiplos sentidos literais e figurados desse vocábulo, os cortes semânticos

¹ UNESCO. Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial, 1972, p.1.

² Esse assunto encontra-se detalhadamente narrado na página 156 desta tese, e remete às sugestões dadas por Raymond Lemaire na reunião de revisão final dos critérios de documentação das nomeações para submissão ao Comitê do Patrimônio Mundial, ocorrida na sede do Icomos em Paris, entre os dias 21 e 23 de março de 1977.

institucionalmente realizados resultaram no confinamento do seu entendimento. Uma possível compreensão desse fato está na percepção de que tal estreitamento foi motivado pela intenção de estabelecer uma porta igualmente estreita de acesso do patrimônio natural à lista mundial, fosse pela escassez de recursos financeiros ou humanos declarada pela IUCN, ou pelo aspecto secundário que os elementos ambientais detinham na Unesco, o que a cada ano vinha se consolidando ainda mais.

Essas tendências resultaram em anos de uma aplicação draconiana³ das provisões da integridade ao patrimônio natural, e de avaliações fluidas e compassivas da autenticidade no âmbito cultural. Enquanto a integridade era comunicada nos elementos e sítios naturais a partir de enunciados como “irrepreensível”, “inato”, “ileso”, “imaculado”, “impoluto”, “incólume”, “inviolado” e “sistemicamente completo”, a autenticidade cultural era declarada por meio de esquemas tautológicos.

Como resultados imediatamente decorrentes disso, observam-se os desequilíbrios do mapa do patrimônio mundial – especialmente quanto aos recortes da cultura e da natureza que vinham sendo tutelados –, as tentativas de resolvê-los e as críticas em razão da persistência desses problemas. A maior “estratégia” empreendida para buscar reverter essa situação foi a união dos critérios de excepcionalidade cultural e natural em apenas uma única lista. A essa superficial modificação somaram-se a conceituação oficial da integridade e a extensão da sua aplicação para a avaliação do patrimônio cultural. Essa conceituação e extensão da integridade podem ser consideradas tardias, uma vez que ocorreram após 33 anos de estabelecimento do sistema do patrimônio mundial. Se este seria o pagamento de uma “dívida histórica com a integridade” ou apenas a busca da “politicamente correta” equidade entre as manifestações culturais e naturais do patrimônio, não se teve como evidenciar documentalmente, sendo apenas possível especular.

Dada a forma pela qual a integridade foi oficialmente conceituada, passaram a existir uma série de dificuldades não negligenciáveis na interpretação desse critério quanto ao patrimônio cultural⁴, tanto por parte da própria Unesco e dos seus órgãos consultivos, como pelos países envolvidos, o que conforma a terceira pincelada. É curioso perceber que, na busca de “solucionar” um problema, outros foram criados, apenas resultando no aumento do volume das questões pendentes.

³ Que se refere a Drácon, legislador ateniense do século VII a.C. responsável por um severo e duro código de leis.

⁴ A verificação desse critério na esfera natural do patrimônio continuou a ser pautada por meio das “condições de integridade”.

A quarta pincelada reporta-se então à desvinculação entre o conceito de integridade da Unesco e os entendimentos de notáveis teóricos da preservação que também o elegeram como importante característica a ser mantida nas atividades de proteção por se relacionar diretamente aos valores conferidos ao patrimônio. Assim, o caráter de inteireza física – que, paradoxalmente, mais remetia à ideia de total⁵, – foi eleito pela instituição como uma das duas principais expressões da integridade⁶, ainda que teóricos como John Ruskin, Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, Camillo Boito, Alois Riegl, Max Dvořák, Gustavo Giovannoni e Cesare Brandi, tivessem-na relacionado a vários outros aspectos igualmente importantes para a expressão dos significados do patrimônio.

A quinta pincelada refere-se à associação da característica de intactilidade às definições conceituais da integridade pela Unesco. O aspecto “não tocado” que esse adjetivo imputava ao patrimônio decorria do entendimento das transformações – fossem elas acréscimos ou supressões – como indesejáveis ou prejudiciais, antes mesmo de caracterizá-las. Essa tendência foi levada até últimas consequências na avaliação de elementos naturais, que muitas vezes não ingressaram na lista pelo seu caráter “antropizado”, embora isso remetesse às populações tradicionais e historicamente consolidadas nos locais.

Além de desconsiderar as já referidas contribuições teóricas, que desde meados do século XIX vinham se sedimentando, a “intactilização” do patrimônio por meio da exigência da condição de integridade associou-se àquilo que o historiador Bernard Lepetit cunhou como “redução semântica”⁷. Esse termo se referia às ocasiões nas quais as possibilidades de novas significações eram censuradas pelo “temor” ou pela “ausência de desejo” quanto à modificação de algo. Assim, esse caráter intacto apontava para uma perspectiva bastante idealista sobre o patrimônio, na medida em que pouco considerava a sua inexorável mutabilidade material, bem como a transitoriedade dos significados culturais e naturais a ele atribuídos.

Assim, o sistema do patrimônio mundial assumiu que as características de inteireza e intactilidade eram suficientes e universalmente válidas para a transmissão de todos os

⁵ A discussão sobre as noções de inteiro e de total no patrimônio estão contempladas na página 85 deste trabalho, dando-se destaque às reflexões de Cesare Brandi sobre o tema. Segundo esse teórico, a unidade do total remetia ao somatório de partes, enquanto que a ideia do inteiro se embasava no entendimento de que a obra de arte não se encontrava formada por partes, mas sim como um todo, que subsistia potencialmente em cada um dos seus fragmentos.

⁶ A outra expressão da integridade era definida pela característica de intactilidade.

⁷ LEPETTIT, B. *Por uma nova história urbana*. Seleção de textos, revisão crítica e apresentação, Heliana Angotti Salgueiro. São Paulo: Edusp, 2001, p.144.

significados culturais e naturais do patrimônio, o que constitui a sexta pincelada. Mais do que um conceito altamente afinado, a noção de integridade assinalou a superimposição de uma forma institucional de valoração de objetos, áreas, elementos ou sítios sob a diversidade mundial. As palavras do pintor e poeta William Blake permitem a exemplificação dessa questão ao assinalarem que a árvore que o sábio vê não é a mesma árvore que o tolo vê. Antes de querer discutir os aspectos de maior ou de menor discernimento, essa oração indica que a interpretação das coisas – segundo as referências que lhes são próprias – é a real construtora delas mesmas, como já havia estabelecido Cesare Brandi quanto ao tema do reconhecimento da obra de arte. Como então a lista poderia ter um caráter mundial ao pouco ponderar que a diversidade universal apenas poderia emergir considerando-se a alteridade das visões? Nesse sentido, a integridade também foi apropriada como um elemento de regência da pretendida gradação de “universalidade” da lista, por ser um crivo altamente difícil de ser atendido pelo patrimônio natural e facilmente manipulável quanto ao patrimônio cultural, dada a inexistência de procedimentos específicos para a sua verificação.

Percebe-se assim que a integridade “unesquiana” não associou os seus delineamentos a uma preocupação “antropologicamente sensível”, o que conduz à sétima pincelada. Considerando que a integridade foi entendida como uma qualidade ligada à capacidade de transmissão dos significados *hic et nunc* do patrimônio às futuras gerações, essa hereditariedade não foi mediada pelas regras e preceitos de ordem valorativa dos grupos envolvidos. Embora em torno da autenticidade, por exemplo, ainda existam problemas de ordem conceitual e operativa, desde os esforços da Conferência de Nara em 1994 tem se buscado relativizar essa noção ao se sugerir vincular o seu julgamento ao contexto espaço-temporal no qual o patrimônio se insere. Entretanto, o mesmo ainda não ocorreu com a integridade. Ao debater esse tema em específico, Jukka Jokilehto explicou que uma forma “simples” de resolver a questão seria permitir que cada cultura provesse a sua própria definição dos conceitos operativos do sistema do patrimônio mundial, porém, isso poderia ocasionar o desmantelamento da base da colaboração internacional⁸. Nesse sentido, percebe-se que a manutenção das definições conceituais e dos instrumentos que compõem o arcabouço da Unesco – dos quais faz parte a integridade – é tida como um elemento de reforço à continuidade desse próprio sistema, algo que as diversas versões dos guias operacionais com as suas discretas mudanças podem exemplificar.

⁸ JOKILEHTO, 2009, *op. cit.*

Feitas essas considerações, evidencia-se que a integridade foi apropriada de formas distintas, espelhando as diferentes intenções existentes em torno dela. Os seus múltiplos empregos estiveram relacionados à: qualificação e seleção do patrimônio natural [desde a primeira versão do guia operacional de 1977 até os dias atuais]; qualificação e seleção do patrimônio cultural [desde a versão revisada do guia operacional de 2005 até hoje]; constituição da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo; exclusão do patrimônio do elenco da humanidade; verificação da capacidade legal e administrativa de gestão nacional da preservação do patrimônio; verificação da ausência de riscos ao patrimônio causados por negligência humana ou por atividades de desenvolvimento físico; avaliação da suficiência do tamanho físico do patrimônio, da quantidade dos seus elementos e da concordância com um dado estado inalterado.

Como forma de atender a todas essas demandas, o “supostamente neutro” conceito de integridade foi revestido por propósitos institucionais concernentes ao sistema do patrimônio mundial. Disso decorre o entendimento de que os seus aspectos técnicos e político-administrativos apresentaram muitos contornos comuns, sendo inextricavelmente ligados. Embora didática a separação de ambos, por meio da narrativa construída foi possível verificar que os primeiros sempre estiveram a serviço dos segundos.

Mais do que discutir rótulos em torno da integridade, esta tese almejou debater conteúdos, como já aconselhava Mário de Andrade. Embora envolvida em um grande número de procedimentos preservacionistas da Unesco, o aspecto marcante nas [des]venturas da integridade diz respeito à frouxidão teórica com a qual foi tratada ao longo de todos esses anos, o que resultou em aplicações que pouco decorreram de uma reflexão crítica particularizada. Foi por perceber a beleza e a importância dessa noção que este trabalho foi feito, esperando-se que outros surjam no sentido de ampliar e aprofundar as reflexões aqui iniciadas.

Ouço, [...] em meio ao barulho das dez mil coisas que fazem a nossa loucura,
as vozes-poema daqueles que percebem o essencial.
Elas dizem uma coisa somente:
“Este mundo maravilhoso precisa ser preservado”.
Mas ouço também a voz sombria dos que perguntam:
“Conseguiremos?”.

As Coisas Essenciais
[RUBEM ALVES]

Fontes de Pesquisa

Fontes Primárias

Dicionários

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi. Revisão da tradução e tradução de novos textos Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BADELLINO, O. **Dizionario Italiano-Latino**. In *Correlazione con il Dizionario Latino-Italiano* Georges-Calonghi. Edizione Normale. Secondo Volume. Torino: Rosenberg & Sellier, 1964.

BATTAGLIA, S. **Grande Dizionario della Lingua Italiana di Salvatore Battaglia**. Indice degli autori citati nei volumi I-XXI e nel supplemento 2004. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 2004.

BENEDICTO SILVA. **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

BLACKBURN, S. **The Oxford dictionary of philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

BLUTEAU, R. **Vocabulário portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes e latinos e**

offerecido a El Rey de Portugal D. João V. Hildesheim: Georg Olms Verlag, 2002.

BOSCO, U. **Lessico universale italiano**. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1968.

BRANQUINHO, J.; MURCHO, D.; GOMES, N.G. **Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BROWN, L. **The new shorter Oxford English dictionary on historical principles**. Oxford: Clarendon Press, 1993.

BRUGGER, W. **Diccionario de filosofia**. Redactado con la colaboración de los profesores del Colegio Berchmans de Pullach [Munich] y de otros profesores. Barcelona: Editorial Herder, 1958.

CALONGHI, F. **Dizionario della Lingua Latina**. Volume Primo. Terza Edizione. Interamente Rifusa ed Aggiornata del Dizionario Georges-Calonghi. Torino: Rosenberg & Sellier, 1964.

CENTRO DI STUDI FILOSOFICI DI GALLARATE. **Enciclopedia Filosofica**. Venezia, Roma: Istituto per la Colaborazione Culturale, 1957.

CHAPMAN, R.L. **Roget's International Thesaurus**. Fifth Edition. New York: HarperCollins Publishers, 1992.

- COULSON, J.; CARR, C.T.; HUTCHINSON, Lucy; EAGLE, Dorothy. **Oxford Illustrated Dictionary**. Oxford: Clarendon Press, 1965.
- COX, D.; LA CAZE, M.; LEVINE, M. *Integrity*. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Spring, 2012. s/p.
- CROWTHER, J.; HORNBY, A.S. **Oxford advanced learner's dictionary of current English**. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- CUNHA, A.G. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- CUVILLIER, A. **Petit Vocabulaire de la langue philosophique**. 15a Edition. Paris: Librairie Armand Colin, 1955.
- DARVILL, T. **The Concise Dictionary of Archeology**. Second Edition. Oxford: University Press, 2008.
- Diccionario de la Lengua Española**. Madrid: Real Academia Española, 1970.
- DUTCH, R.A. **Roget's Thesaurus of English Words and Phrases**. New Edition Completely Revised and Modernized. London: Longmans, Green and Co Ltd, 1967.
- FERM, V.T.A. **Encyclopedia of morals**. New York: Philosophical Library, 1956.
- FONDATA DA GIOVANNI TRECCANI. Istituto della Enciclopedia italiana. **Il vocabolario Treccani**. 2 Ed. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1997.
- FOULQUIÉ, P. **Diccionario del lenguaje filosófico**. Barcelona: Editorial Labor, 1967.
- FREIRE, L. **Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa**. 3 Ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957.
- FUNK, C.E. [Ed.]. **New practical standard dictionary of the English language em'-pha-type method of pronunciation**. New York: Funk & Wagnalls, 1956.
- GIANNINI, C.; ROANI, R. **Dizionario del Restauro e della Diagnostica**. Firenze: Nardini, 2003.
- GLARE, P.G.W. **Oxford Latin Dictionary**. New York: Clarendon Press, 1968.
- GOBLOT, E. **Le vocabulaire philosophique**. Paris: Armand Colin, 1927.
- GOELENUS, R. **Lexicon Philosophicvm**. Qvo Tanquam Clave Philosophiae Fores Aperivntvn. Lexicon Philosophicvm Graecvm. New York: Georg Olms Verlag, 1980.
- GURRIERI, F. [Org.]. **Dizionario Generale del Restauro**. Firenze: Mandragora, 2013.
- HESSLES, J.H. **Eighth-century latin-anglo-saxon glossary**. Preserved in the library of Corpus Christi College Cambridge [MS. N° 144]. Cambridge: University Press, 1890.
- HONDERICH, T. [Ed.]. **The Oxford companion to philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- HORNBLOWER, S.; SPAWFORTH, A. **The Oxford Classical Dictionary. The Ultimate Reference Work on the Classical World**. Third Edition. Oxford: University Press, 2001.
- JULIA, D. **Dictionaire de la Philosophie**. Larousse, 2001.
- KELLY, M. [Ed.]. **Encyclopedia of Aesthetics**. Vol. 2. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- KRAUSE, K.-J. **Lexikon Denkmalschutz + Denkmalpflege**. Essen: Klartext Verlag, 2011.
- LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 3 Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LEWIS, C.T.; SHORT, C. **A Latin Dictionary. Founded on Andrews' edition of Freund's Latin dictionary**. Revised, enlarged, and in great part rewritten. Oxford: Clarendon Press, 1879.
- LITTLE, W.; FOWLER, H.W.; COULSON, J.; ONIONS, C.T. **The Shorter Oxford English Dictionary on Historial Principles**. Third Edition Revised with addenda. Volume I – A/M. Oxford: Clarendon Press, 1965.
- MASCIOTTA, M. **Dizionario di Termini Artistici**. Prima Ristampa. Firenze: Felice le Monnier, 1969.
- MAYER, R. **A Dictionary of Art Terms and Techniques**. London: Adam & Charles Black, 1969.
- MERRIAN-WEBSTER, A. **Webster's third new international dictionary of the English language unabridged**. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1976.
- MORFAUX, L.M. **Diccionario de ciencias humanas**. 1 Ed. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1985.
- NAPIER, A. **Contributions to old English lexicography**. Hertford: Stephen Austin & Sons, LTD, 1906.
- NASCENTES, A. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Academica: Rio de Janeiro, 1955.
- Nouveau Petit Larousse**. Paris: Librairie Larousse, 1970.

- PEARSALL, J. **The New Oxford Dictionary of English**. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- PINTO, L.M.S. **Diccionario da lingua brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.
- PORTOGUESI, P. **Dizionario Enciclopedico di Architettura e Urbanistica**. Roma: Istituto Editoriale Romano, 1969.
- RANZOLI, C.; PIGATTI, M. **Dizionario di scienze filosofiche**. 5 Ed. Milano: U. Hoepli, 1926.
- RÉAU, L. **Dictionnaire Polyglotte des Termes d'Art et d'Archéologie**. Ouvrage Publié avec le Concours de l'Unesco. Comité International d'Histoire de l'Art. Paris: Presses Universitaires de France, 1953.
- RUNES, D.D. [Ed]. **The dictionary of philosophy**. 4 Ed. New York: Philosophical, 1942.
- SANTOS, M.F. **Dicionário de filosofia e ciências culturais**. 3 Ed. São Paulo: Matese, 1965.
- SARAIVA, F.R.S. **Novissimo diccionario latino-portuguez, etymologico, prosodico historico, geographico, mythologico, biographico, etc.** No qual são aproveitados os trabalhos de philologia e lexicographia mais recentes. Redigido segundo o plano de L. Quicherat e precedido de uma Lista dos Auctores e Monumentos latinos citados no volume e das principaes Siglas usadas na Língua latina. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Garnier, 2000.
- SAYLOR, H.H. **Dictionary of Architecture**. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1952.
- Shogakukan Random House English-Japanese Dictionary**. Japan: Shogakukan, 1979.
- SILLS, D.L. **International encyclopedia of the social sciences**. New York: Macmillan, 1972.
- SILVA, A.M. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. Tomo I: A-K; Tomo II: L-Z. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.
- SILVA, A.M. **Diccionario da Lingua Portugueza**. 7. ed. Melhorada, e muito accrescentada com grande numero de termos usados no Brazil e no Portuguez da India. Tomo I: A-E; Tomo II: F-Z. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1878.
- SIMPSON, D.P. **Cassell's New Latin-English, English-Latin Dictionary**. London: Cassel, 1959.
- SIMPSON, J.A.; WEINER, E.S.C. [Ed]. **The Oxford English dictionary**. 2 Ed. Oxford: Clarendon Press, 2004.
- SKEAT, W.W. **An etymological dictionary of the English language**. Oxford: Clarendon Press, 1956.
- SOUTER, A. **A glossary of later Latin to 600 A.D.** Oxford: Clarendon Press, 1957.
- TEIXEIRA, M.L. **Dicionário Ilustrado de Belas-Artes**. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- THINES, G. **Dicionario geral das ciencias humanas**. Lisboa: Edições 70, 1984.
- URMSON, J.O. **The Greek philosophical vocabulary**. London: Duckworth, 1990.
- VACANT, A.; MANGENOT, E.; AMANN, E.; LOTH, B.; MICHEL, A. **Dictionnaire de théologie catholique**. Paris: Letouzey et Ané, 1908.
- VIEIRA, D. **Grande Diccionario Português ou Thesouro da Lingua Portuguesa pelo Dr. Frei Domingos Vieira dos eremitas calçados de Santo Agostinho. Publicação feita sobre o manuscrito original, inteiramente revisto e consideravelmente augmentado**. Porto: Casa dos Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moares: Rio de Janeiro: A. A. da Cruz Coutinho: Pará: Antonio Rodrigues Quelhas, Volume 1 – A-B, 1871; Volume 2 – C-D, 1873; Volume 3 – E-L, 1873; Volume 4 – M-P, 1873; Volume 5 – Q-Z, 1874.
- Webster's New Universal Unabridged Dictionary**. Fully Revised and Updated. Based on the Second Edition of the Random House. Dictionary of the English Language. New York: Barnes & Noble Books, 2003.
- WOLMAN, B.B. **Dictionary of behavioral science**. New York: Van Nostrand Reinhold Co, 1973.
- WRIGHT, T. **Anglo-saxon and old English vocabularies**. Second Edition. Volume 1: Vocabularies. London: Trübner & Co., Ludgate Hill, 1884.

Periódicos

EL CORREO - Publicacion de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, La Ciencia y la Saude. Volumen I, Numero 1, Febrero, 1948.

EL CORREO - Publicacion de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, La Ciencia y la Saude. Año XVIII, Octubre, 1965.

EL CORREO - Publicacion de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, La Ciencia y la Saude. Año IX, Numero 1, Enero, 1956.

ICOMOS NEWSLETTER. Paris. Number 10. Spring, 1977.

ICOMOS NEWSLETTER. Paris. Number 17. Spring, 1980.

ICOMOS NEWSLETTER. Paris. Number 18. Summer, 1980.

ICOMOS NEWSLETTER. Paris. Number 19. 1980.

ICOMOS NEWSLETTER. Paris. Number 19. Autumn, 1980.

ICOMOS NEWSLETTER. Paris. Number 20. Spring, 1981.

ICOMOS NEWSLETTER. Paris. Number 22. 1982.

ICOMOS NEWSLETTER. Paris. Number 24. 1982.

ICOMOS NEWSLETTER. Paris. Number 26. 1983.

ICOMOS NEWSLETTER. Paris. Numbers 6-7. Winter, 1975-Spring, 1976.

ICOMOS. Noticias del Icomos. Argentina. Número 1. Diciembre, 1981.

Documentos institucionais de trabalho e textos administrativos

AUTOR	DATA	TÍTULO	CÓDIGO [DOC.]
UNESCO	16.11.1945	Constitution of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, adopted in London.	-
ICOM	18.11.1946	The International Council of Museums Constitution. Paris, 18 November 1946.	-
UNESCO	1949	Records of the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Third Session, Beirut 1948. Volume II. Resolutions.	-
NATIONAL PARK SERVICE	1949	Historical and Achitectural Monuments in the United States by Ronald F. Lee, Chief Historian. United States Department of the Interior.	-
UNESCO	21.10.1949	Considérations sur la Réunion d'Experts tenue au Siège de l'Unesco du 17 au 21 octobre 1949 [Roberto Pane]. Meeting of Experts, Paris, 17 to 21 October 1949.	-
UNESCO	1950	Records of the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Fourth Session, Paris 1949. Volume II. Resolutions.	-
UNESCO	1950	Records of the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Fifth Session, Florence 1950. Resolutions.	-

AUTOR	DATA	TÍTULO	CÓDIGO [DOC.]
UNESCO	1950	Project for an International Convention for the Protection of Historic Monuments and Art Treasures.	5C/22
UNESCO	1951	Records of the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Sixth Session, Paris 1951. Resolutions.	-
UNESCO	04.10.1956	Centro Internacional de Estudio de los Problemas Tecnicos de la Conservacion y la Restauracion de los Bienes Culturales. Nova Delhi, 4 Octubre 1956.	9C/PRG/10
UNESCO	1957	Records of the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Ninth Session, New Delhi 1956. Resolutions.	-
UNESCO	1961	Records of the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Eleventh Session, Paris 1960. Resolutions.	-
UNESCO/EXECUTIVE BOARD	1963	65 th Session: Study of Measures for the Preservation of Monuments through the Establishment of an International Fund or by any Other Appropriate Means, 1963.	65 EX/9
UNESCO	1963	Twelfth Session, Paris 1962. Resolutions.	-
UNESCO	1964	Report on Measures for the Preservation of Monuments of Historical or Artistical Value, 1964.	13C/PRG/15. ANNEX II
UNESCO	21.08.1964	Report by the Director-General on the Activities of the Organization. Item 8.2 of the Provisional Agenda. Paris, 21 August 1964.	13C/3
ICOMOS	01.01.1965	The First General Assembly of Icomos - 1965. Cracow, Poland. "Regulations, by-laws and national committees" [Aleksandra Zaryn], 1965.	-
UNESCO	1965	Records of the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Thirteenth Session, Paris 1964. Resolutions.	-
NATIONAL REGISTER OF HISTORIC PLACES	1966	Part 60. 36 CFR Ch. I [7-1-12 Edition]. § 60.4 Criteria for Evaluation.	-
UNESCO	02.03.1968	Meeting of Experts to Co-ordinate, with a View to their International Adoption, Principles and Scientific, Technical, and Legal Criteria Applicable to the Protection of Cultural Property, Monuments and Sites. Paris, 26 February-2 March 1968. Final Report, 1968.	SHC/CS/27

AUTOR	DATA	TÍTULO	CÓDIGO [DOC.]
UNESCO	02.03.1968	Meeting of Experts to Coordinate with a View to their International Adoption, the Principles and Scientific, Technical and Legal Criteria Which Would Make it Possible to Establish an Effective System for the Protection of Monuments and Sites. Paris, 26 February - 2 March 1968.	SHC/CS/27/3
UNESCO	12.1968	Brésil. Rénovation et Mise em Valeur d'Oro Preto Avant-Project. Octobre-Décembre, 1968.	-
UNESCO	1969	Records of the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Fifteenth Session, Paris 1968. Volume I. Resolutions.	-
UNESCO	1969	La Protección del Patrimonio Cultural de la Humanidade, Lugares y Monumentos. Paris.	COM.96/II.28/5
UNESCO	25.07.1969	Meeting of Experts to Establish an International System for the Protection of Monuments, Groups of Buildings and Sites of Universal Interest. Paris, 21-25 July 1969. Final Report, 1969.	SHC/MD/4
UNESCO	31.07.1970	General Conference. Unesco. Sixteenth Session, Paris, 31 July 1970. Desirability of adopting an international instrument for the protection of monuments and sites of universal value, 1970.	16C/19, ANNEX
UNESCO	1971	Records of the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Sixteenth Session, Paris 12 October to 14 November 1970. Volume I. Resolutions.	-
UNESCO	30.06.1971	International Instruments for the Protection of Monuments, Groups of Buildings and Sites.	SHC/MD/17
UNESCO	20.07.1971	Circular Letter nº 2156.	-
UNESCO	1972	Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial	-
UNESCO	12.02.1972	International Regulations for the Protection of Monuments, Groups of Buildings and sites. Unesco, Paris, Final Report.	SHC/MD/18
UNESCO	21.02.1972	International Regulations for the Protection of Monuments, Groups of Buildings and sites. Paris, 21 February 1972.	SHC/MD/18 ADD.
UNESCO	10.03.1972	International Regulations for the Protection of Monuments, Groups of Buildings and Sites. Paris, 10 March 1972.	SHC/MD/18 ADD.1
IUCN	16.09.1972	Greetings from the United Nations Educational, Scientific and Cultural	GA. 11 CONF. 8

AUTOR	DATA	TÍTULO	CÓDIGO [DOC.]
		Organization delivered by M. Batisse in Eleventh General Assembly. Banff, Alberta, Canada, 11-16 September 1972. Proceedings. Morges, Switzerland, 1972.	
UNESCO	15.11.1972	Report of Commission V. General Programme Matters. 15 November 1972.	17C/99
UNESCO	16.11.1972	Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. Conferência Geral, reunida na sua décima sétima sessão, e do director-geral das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. [Paris, 17 de outubro a 21 de novembro de 1972]. Documento também conhecido como Recomendação de Paris.	WHC.2004/WS/2 [Código da reedição]
UNESCO	1973	Records of the General Conference. Seventeenth Session Paris, 17 October to 21 November 1972. Volume 1. Resolutions, Recommendations. Paris: Unesco.	-
ONU	16.06.1973	Report of the United Nations Conference on the Human Environment. Stockholm, 5-16 June 1972. New York, 1973.	-
UNESCO	10.08.1973	Informe del Director General Relativa a la Creacion de uma Cuenta Especial para la Proteccion del Patrimonio Mundial, Cultural y Natural. 93ª Reunión. Paris. Consejo Ejecutivo. 10 de Agosto de 1973.	93 EX/20
UNESCO	19.09.1974	Item 61 of the Provisional Agenda. Implementation of the Resolutions of the General Conference and Decisions of the Executive Board Concerning the Protection of Cultural Property in Jerusalem. General Conference. Eighteenth Session, Paris. 19 September 1974.	-
UNESCO	19.10.1974	Item 23 of the Provisional Agenda. Initial Special Reports Submitted by Member States on the Action Taken by Them upon the Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage, Adopted by the General Conference During its Seventeenth Session. General Conference. Eighteenth Session, Paris 19 October 1974.	18 C/22
UNESCO	20.11.1974	Report of Commission III. Social Sciences, Humanities and Culture. General Conference. Eighteenth Session, Paris 20 November 1974.	18 C/122
IUCN	1976	Greetings from the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization delivered by Dr.	GA.12 CONF. 6

AUTOR	DATA	TÍTULO	CÓDIGO [DOC.]
		Patrick de Rham in Twelfth General Assembly. Kinshasa, Zaire, 8-18 September 1975. Proceedings. Morges, Switzerland, 1976.	
UNESCO	20.05.1976	Informal Consultation of Intergovernmental and Non-Governmental Organizations on the Implementation of the Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage [Morges, 19-20 May 1976]. Final Report.	CC-76/WS/25
UNESCO	20.05.1976	Propositions du Centre International d'Études pour la Conservation et la Restauration des Bienes Culturels. Annexe II in Informal Consultation of Intergovernmental and Non-Governmental Organizations on the Implementation of the Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. Morges, Switzerland, 19-20 May 1976. Final Report, 1976.	CC-76/WS/25. [ANNEXE I, II]
UNESCO	20.05.1976	Recommendations for Criteria for Including Cultural Heritage Properties in the World Heritage List. Annex III in Informal Consultation of Intergovernmental and Non-Governmental Organizations on the Implementation of the Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. Morges, Switzerland, 19-20 May 1976. Final Report, 1976.	CC-76/WS/25. ANNEX III
UNESCO	1977	Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention.	-
U.S. DEPARTMENT OF THE INTERIOR/NATIONAL PARK SERVICE/NATIONAL REGISTER OF HISTORIC PLACES	1977	Guidelines for Local Surveys: a Basis for Preservation Planning	-
IUCN	21.04.1977	13 th Extraordinary General Assembly. Proceedings. Geneva, Switzerland, 19-21 April 1977.	-
UNESCO	20.06.1977	Offer of Collaboration from the International Organization for the Protection of Work of Art. Paris, 20 June 1977.	CC-77/CONF.001/5
UNESCO	30.09.1977	Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention. Paris, 30 September 1977.	CC-77/CONF.001/8
UNESCO	17.10.1977	Intergovernmental Committee for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. First Session	CC-77/CONF.001/9

AUTOR	DATA	TÍTULO	CÓDIGO [DOC.]
		[Unesco, Paris, 27 June - 1 July 1977]. Report. Paris.	
UNESCO	1978	Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention.	-
UNESCO	09.10.1978	Intergovernmental Committee for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. Second Session, Washington, D.C. [USA], 5 to 8 September 1978. Final Report. Paris, 9 October 1978.	CC-78/CONF.010/COL.1
UNESCO	09.10.1978	The White House, Washington. September 1, 1978. In Intergovernmental Committee for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. Unesco. Second Session, Washington, D.C. [USA], 5 to 8 September 1978. Final Report. Paris, 9 October 1978.	CC-78/CONF.010 REV. ANNEX I
UNESCO	20.10.1978	Report of the Intergovernmental Committee for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. Item 12 of the Provisional Agenda. 20 October 1978.	20C/39
UNESCO	30.11.1979	Third Session [Cairo, Luxor, 22-26 October 1979]. Report of the Rapporteur on the Third Session of the World Heritage Committee. Paris.	CC-79/CONF.003/13
UNESCO	30.11.1979	Third Session, Cairo and Luxor, 22-26 October 1979. Report of the Rapporteur on the Third Session of the Bureau of the World Heritage Committee. Paris, 30 November 1979.	CC-79/CONF.003/13 REV
UNESCO	1980	Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention.	-
UNESCO/BUREAU OF THE WORLD HERITAGE COMMITTEE	22.05.1980	Fourth Session. Paris, 19-22 May 1980.	CC-80/CONF. 017/4
UNESCO	21.04.1981	Director-General of Unesco on the Occasion of the Inclusion of Ouro Preto on the World Heritage List. Ouro Preto, 21 April 1981.	DG/81/9
UNESCO	1982	Developing Guidelines for Inscription of Cultural and Natural Properties on the List of World Heritage in Danger. A report of IUCN and Icomos in Response to a Request from the World Heritage Bureau, 1982.	CLT-82/CH/CONF. 015/8. ANNEX II
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	05.01.1982	Fifth Session, Sydney, 26-30 October 1981. Report of the Rapporteur. Paris, 5 January 1982.	CC-81/CONF.003/6
UNESCO/BUREAU OF THE WORLD HERITAGE COMMITTEE	24.06.1982	Sixth Session, Paris, 21-24 June 1982. Item 6 of the Provisional Agenda: Examination of a Proposal to Establish a Programme for	CLT-82/CH/CONF. 014/2

AUTOR	DATA	TÍTULO	CÓDIGO [DOC.]
		Monitoring the Conditions of Sites Inscribed on the World Heritage List, 1982.	
IUCN	1983	Monitoring Natural World Heritage Properties, 1983.	CLT-83/CONF.021/4
UNESCO	1983	Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention.	-
UNESCO	30.06.1983	Speech by Mr. Michel Parent, Chairman of Icomos, during the Seventh Session of the Bureau of the World Heritage Committee. Paris, 23-30 June 1983.	SC/83/CONF.009/INF.2
UNESCO	1984	Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention.	-
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	02.11.1984	Eighth Ordinary Session, Buenos Aires, 29-02 November 1984. Report of the Rapporteur, 2 November 1984.	SC/84/CONF.004/9
U.S. DEPARTMENT OF THE INTERIOR/NATIONAL PARK SERVICE/NATIONAL REGISTER OF HISTORIC PLACES	1985	How to Evaluate and Nominate Designed Historic Landscapes	-
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	06.12.1985	Item 8 of the Provisional Agenda: Elaboration of Guidelines for the Identification and Nomination of Mixed Cultural and Rural Landscapes. Ninth Ordinary Session, Paris, 2-6 December 1985.	SC/85/CONF.008/3
UNESCO/BUREAU OF THE WORLD HERITAGE COMMITTEE	19.06.1986	Item 7 of the Provisional Agenda: Monitoring the Status of Conservation of Properties Included in the World Heritage List. Tenth Session, Paris, 16-19 June 1986.	CC-86/CONF.001/5
UNESCO/BUREAU OF THE WORD HERITAGE CONVENTION	15.09.1986	Tenth Session, Paris, 16-19 June 1986. Report of the Rapporteur. 15 September 1986.	CC-86/CONF.001/11
UNESCO	1987	Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention.	-
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	11.12.1987	Note on Rural Landscapes and the World Heritage Convention. Eleventh Session, Paris, 7-11 December 1987.	SC-87/CONF.005/INF.4
UNESCO	1988	Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention.	-
UNESCO/BUREAU OF THE WORLD HERITAGE COMMITTEE	17.06.1988	Item 4 of the Provisional Agenda: Report of the Working Group set up by the Committee at its Eleventh Session. Bureau of the World Heritage Committee Twelfth Session, Paris, France, 14-17 June 1988.	SC-88/CONF.007/2
UNESCO	30.08.1989	Report by the Intergovernmental	25 C/90 ANNEX III

AUTOR	DATA	TÍTULO	CÓDIGO [DOC.]
		Committee for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. Item 4.5 of the Provisional Agenda. General Conference. Twenty-fifth Session, Paris, 1989. List of States Parties Having Submitted a Tentative List of The Cultural and/or Natural, Properties they are Considering Nominating for Inclusion in the World Heritage List. 30 August 1989.	
UNESCO	22.12.1989	Thirteenth Session [Paris, 11-15 December 1989]. Report of the World Heritage Committee.	SC-89/CONF.004/12
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE.	16.11.1990	Item 11 of the Provisional Agenda: Preparations for the Twentieth Anniversary of the Adoption of the Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. Fourteenth Session, Banff, Canada, 7-12 December 1990. Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. 16 November 1990.	CC-90/CONF.004/6
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	29.11.1990	Item 14 of the Provisional Agenda - Global Study. General Conference. Fourteenth Session, Banff, Canada, 7-12 December 1990. Progress Report. 29 November 1990.	CC-90/CONF.004/9
UNESCO	06.11.1991	Fifteenth Session, Carthage, Tunisia, 9-13 December 1991. Elaboration of Criterion or Criteria for Cultural Landscapes. 6 November 1991.	SC-91/CONF.002/11. ANNEX
UNESCO/BUREAU OF THE WORLD HERITAGE COMMITTEE	18.11.1991	Fifteenth Session, Carthage, Tunisia, 9-13 December 1991. Elements of Preliminary Evaluation Report [1972-1992]. Provisional Document - Annex. 18 November 1991.	SC-91/CONF-002/7
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	12.12.1991	Fifteenth Session, Carthage, 9-13 December 1991. Report. 12 December 1991.	SC-91/CONF.002/15
UNESCO	1992	Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention.	-
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	14.12.1992	Sixteenth Session, Santa Fe, United States of America, 7-14 December 1992. Report. 14 December 1992.	WHC-92/CONF.002/12
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	04.02.1993	Seventeenth Session, Cartagena, Colombia, 6-11 December 1993. Report, Management, Administration and Staffing of the World Heritage Centre. 4 February 1993.	WHC-93/CONF.002/14
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	20.10.1993	Seventeenth Session, Cartagena, Colombia, 6-11 December 1993. Item 16 of the Provisional Agenda: Global Study. 20 October 1993.	WHC-93/CONF.002/8
UNESCO	1994	Operational Guidelines for the	-

AUTOR	DATA	TÍTULO	CÓDIGO [DOC.]
		Implementation of the World Heritage Convention.	
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	31.01.1994	Eighteenth Session, Phuket, Thailand, 12-17 December 1994. Report. 31 January 1994.	WHC-94/CONF.003/16
UNESCO/BUREAU OF THE WORLD HERITAGE COMMITTEE	28.06.1994	Eighteenth Session, Paris, 4-9 July 1994. Expert Meeting on the “Global Strategy” and thematic studies for a representative World Heritage List. 28 June 1994.	WHC-94/CONF.001/INF.4
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	13.10.1994	Eighteenth Session, Phuket, Thailand, 12-17 November 1994. Expert Meeting on the “Global Strategy” and thematic studies for a representative World Heritage List [Unesco Headquarters, 20-22 June 1994]. Paris.	WHC-94/CONF.003/INF.6
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	20.10.1994	Eighteenth Session, Phuket, Thailand, 12-17 December 1994. Item 7: Examination of Unesco’s Medium-Term Plan 1996-2001 and World Heritage Conservation. 20 October 1994.	WHC-94/CONF.003/4
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	21.11.1994	Eighteenth Session, Phuket, Thailand, 12-17 December 1994. Information Note: Nara Document on Authenticity. Experts Meeting, 1-6 November 1994. 21 November 1994.	WHC-94/CONF.003/INF.008
U.S. DEPARTMENT OF THE INTERIOR/NATIONAL PARK SERVICE/NATIONAL REGISTER OF HISTORIC PLACES	1995	How to Apply the National Register. Criteria for Evaluation	-
U.S. DEPARTMENT OF THE INTERIOR/NATIONAL PARK SERVICE/NATIONAL REGISTER OF HISTORIC PLACES	1995	The National Register of Historic Places	-
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	29.09.1995	Nineteenth Session, Berlin, Germany, 4-9 December 1995. Item 9 of the Provisional Agenda: Balanced Representation of the Natural and Cultural Heritage on the World Heritage List. 29 September 1995.	WHC-95/CONF.203/7
UNESCO	1996	Decision.	20 COM IX.13
UNESCO	1996	Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention.	-
UNESCO	1996	Circular Letter nº 5/96.	-
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	31.01.1996	Nineteenth Session, Berlin, Germany, 4-9 December 1995. Report. 31 January 1996.	WHC-95/CONF.203/16
UNESCO	24.03.1996	Decision - Progress Report on the	20COM IX.C.8-15

AUTOR	DATA	TÍTULO	CÓDIGO [DOC.]
		Global Strategy and Thematic Studies: Global Strategy for Natural Heritage. / C.1 Expert Meeting on Evaluation of general principles and criteria for nominations of natural World Heritage sites. [Parc National de la Vanoise, France, 22 to 24 March, 1996].	
UNESCO	06.1996	Twentieth session. [Merida, Yucatan, Mexico. 2-7 December 1996]. Information Document Glossary of World Heritage Terms.	96/CONF.201/INF.21
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	25.09.1996	Twentieth Session, Merida, Yucatan, Mexico, 2-7 December 1996. Information document: Report of the Expert Meeting on Evaluation of General Principles and Criteria for Nominations of Natural World Heritage Sites [Parc National de la Vanoise, France, 22 to 24 March 1996]. 25 September 1996.	WHC-96/CONF.201/8
UNESCO	25.09.1996	Twentieth session. [Merida, Yucatan, Mexico. 27 December 1996]. Paris, 25 September 1996. Information document: Report of the Expert Meeting on Evaluation of general principles and criteria for nominations of natural World Heritage Sites, 1996.	WHC-96/CONF.201/INF.8
UNESCO	1997	Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention.	-
U.S. DEPARTMENT OF THE INTERIOR/NATIONAL PARK SERVICE/NATIONAL REGISTER OF HISTORIC PLACES	1997	Defining Boundaries for National Register Properties	-
UNESCO	10.03.1997	Twentieth session [Merida, Mexico, 2-7 December 1996]. Report.	WHC-96/CONF.201/21
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	10.10.1997	Twenty-First Session, Naples, Italy, 1-6 December 1997. Item 4 of the Provisional Agenda: Reports of the Rapporteurs of the sessions of the Bureau of the World Heritage Committee held in 1997. Annex XI. 10 October 1997.	WHC-97/CONF.208/4A
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	21.11.1997	Twenty-First Session, Naples, Italy, 1-9 December 1997. Information Document: Glossary of World Heritage Terms. 21 November 1997.	WHC-97/CONF.208/13
U.S. DEPARTMENT OF THE INTERIOR/NATIONAL PARK SERVICE/NATIONAL REGISTER OF HISTORIC PLACES	1998	Guidelines for Evaluating and Nominating Properties that Have Achieved Significance Within the Past Fifty Years	-

AUTOR	DATA	TÍTULO	CÓDIGO [DOC.]
U.S. DEPARTMENT OF THE INTERIOR/NATIONAL PARK SERVICE/NATIONAL REGISTER OF HISTORIC PLACES	1998	Guidelines for Evaluating and Documenting Traditional Cultural Properties	-
UNESCO	20.03.1998	Report of the World Heritage Global Strategy. Natural and Cultural Heritage Expert Meeting. [25 to 29 March 1998, Theatre Institute, Amsterdam, The Netherlands].	-
UNESCO	29.03.1998	Report of the World Heritage Global Strategy. Natural and Cultural Heritage Expert Meeting [Amsterdam, The Netherlands 25 to 29 March 1998]. In association with the Government of the Netherlands.	-
IUCN	10.10.1998	Documentation on World Heritage Properties [Natural]. 10 October 1998.	WHC-98/CONF.203/INF.10
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	20.10.1998	Twenty-Second Session, Kyoto, Japan, 30 November - 5 December 1998. Information Document: Report of the World Heritage Global Strategy Natural and Cultural Heritage Expert Meeting, 25 to 29 March 1998, Theatre Institute, Amsterdam, The Netherlands. 20 October 1998.	WHC-98/CONF.203/INF.7
ICOMOS	05.12.1998	Twenty-Second Session, Kyoto, Japan, 30 November - 5 December 1998. Evaluations of Cultural Properties. 1998.	WHC-98/CONF.203/INF.11
UNESCO	1999	Nara Seminar Report, Development and Integrity of Historic Cities. Conservation policies in relation to cultural World Heritage Sites. 1999.	-
UNESCO	1999	Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention.	-
UNESCO	29.01.1999	Twenty-Second Session [Kyoto, Japan, 30 November - 5 December 1998]. Report. Paris.	WHC-98/CONF.203/18
UNESCO/BUREAU OF THE WORLD HERITAGE COMMITTEE	07.06.1999	Twenty-third Session, Paris, 5 - 10 July 1999. Annex II: Comments from Iccrom and Icomos, May 1999. Paris, 7 June 1999.	WHC-99/CONF.204/10
UNESCO/BUREAU OF THE WORLD HERITAGE COMMITTEE	07.06.1999	Twenty-third session. [Paris, Unesco Headquarters, Room X, 5 - 10 July 1999]. Information Document: Report of the Nara Seminar on the Development and Integrity of Historic Cities [Nara, Japan. 5-7 March 1999]. Paris.	WHC-99/CONF.204/INF.5
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	21.10.1999	Twenty-Third Session, Marrakesh, Morocco, 29 November - 4 December 1999. Item 6 of the	WHC-99/CONF.209/7

AUTOR	DATA	TÍTULO	CÓDIGO [DOC.]
		Provisional Agenda: Progress report on the implementation of the regional actions described in the Global Strategy Action Plan adopted by the Committee at its twenty-second session. 21 October 1999.	
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	09.11.1999	Twenty-Third Session, Marrakesh, Morocco, 29 November - 4 December 1999. Information Document: Report of the Nara Seminar on the Development and Integrity of Historic Cities. 9 November 1999.	WHC-99/CONF.209/INF.23
UNESCO	02.03.2000	Twenty- third session [Marrakesh, Morocco, 29 November – 4 December 1999]. Report. Paris.	WHC-99/CONF.209/22
UNESCO/BUREAU OF THE WORLD HERITAGE COMMITTEE	30.05.2000	Twenty-fourth Session, Paris, 26 June - 1 July 2000. Item 6.2 of the Provisional Agenda: Report of the International Expert Meeting on the Revision of the Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention. 30 May 2000.	WHC-2000/CONF.202/9
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	09.10.2000	Synthetic Report of the Meeting on «Authenticity and Integrity in an African context», Great Zimbabwe National Monument, Zimbabwe, 26-29 May 2000. Twenty-Fourth Session, Cairns, Australia, 27 November - 2 December 2000. Paris, 9 October 2000.	WHC-00/CONF.204/INF.11
ICOMOS	01.12.2000	Evaluations of Cultural Properties. Twenty-Fourth Session, Cairns, Australia, 27 November - 2 December 2000.	WHC-00/CONF.204/INF.6
IUCN	02.12.2000	IUCN Evaluation of Nominations of Natural and Mixed Properties to the World Heritage List. Report to the World Heritage Committee. Twenty-Fourth Session, Cairns, Australia, 27 November - 2 December 2000.	WHC-00/CONF.204/INF.5
UNESCO	2001	Circular Letter.	CL/WHC.8/01
UNESCO	2001	Authenticity and Integrity in an African Context. Expert Meeting [Zimbabwe, 26-29 May 2000]. Zimbabwe - Great Zimbabwe.	-
UNESCO	16.02.2001	Twenty-fourth session [Cairns, Australia, 27 November - 2 December 2000]. Report. Paris.	WHC-2000/CONF.204/21
UNESCO	11.2001	Unesco Thematic Expert Meeting on Asia-Pacific Sacred Mountains. 5-10 September 2001, Wakayama City, Japan. World Heritage Centre, Unesco; Agency for Cultural Affairs of Japan; Wakayama Prefectural Government. Tokyo: Urban Connections.	-

AUTOR	DATA	TÍTULO	CÓDIGO [DOC.]
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	30.11.2001	Twenty-Fifth Session, Helsinki, Finland, 11-16 December 2001. Item 10 of the Provisional Agenda: Information on Tentative Lists and examination of nominations of cultural and natural properties to the List of World Heritage in Danger and the World Heritage List. The identification of un-represented or less represented categories of natural and cultural properties. 30 November 2001.	WHC-01/CONF.208/12ADD.
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	30.11.2001	Twenty-Fifth Session, Helsinki, Finland, 11-16 December 2001. Item 6 of the Provisional Agenda: Revision of the Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention. 30 November 2001.	WHC-01/CONF.208/6
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	30.11.2001	Twenty-fifth Session [Helsinki, Finland, 11-16 December 2001]. Information document: Report of the Expert Meeting on Desert Landscapes and Oasis Systems [Oasis Kharga, Egypt, 23 - 26 September 2001].	WHC-01/CONF.208/INF.10
UNESCO	12.2001	Circular Letter nº 16.	CL/WHC.16/01
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	09.12.2001	Twenty-Fifth Session, Helsinki, Finland, 11-16 December 2001. Decision-making Guide. 9 December 2001.	WHC-2001/CONF.208/2
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	28.05.2002	Twenty-Sixth Session, Budapest, Hungary, 24-29 June 2002. Item 18 of the Provisional Agenda: Revision of the Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention: 3 rd Draft annotated revised Operational Guidelines prepared by the March 2002 Drafting Group. 28 May 2002.	WHC-02/CONF.202/14B
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	01.08.2002	Twenty-Sixth Session, Budapest, Hungary, 24-29 June 2002. Decisions Adopted by the 26 th Session of the World Heritage Committee. 1 August 2002.	WHC-02/CONF.202/25
UNESCO	2003	Decision.	6 EXT.COM 5.1
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	28.06.2003	Twenty-Seventh Session, Paris, 30 June-5 July 2003. Item 10 of the Provisional Agenda: Revision of the Operational Guidelines. 28 June 2003.	WHC-03/27.COM/10
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	10.12.2003	Twenty-Seventh Session, Paris, 30 June-5 July 2003. Decisions Adopted by the 27 th Session of the World Heritage Committee in 2003. 10 December 2003.	WHC-03/27.COM/24
UNESCO	2005	Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention.	-

AUTOR	DATA	TÍTULO	CÓDIGO [DOC.]
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	15.06.2005	Twenty-Ninth Session, Durban, South Africa, 10-17 July 2005. Item 9 of the Provisional Agenda: Assessment of the conclusions and recommendations of the special meeting of experts [Kazan, Russian Federation, 6-9 April 2005]. 15 June 2005.	WHC-05/29.COM/INF.9B
IUCN	16.07.2005	IUCN Evaluation of Nominations of Natural and Mixed Properties to the World Heritage List. Report to the World Heritage Committee. Twenty-Ninth Session, Durban, South Africa, 10-16 July 2005.	WHC-05/29.COM/INF.8B.2
ICOMOS	17.07.2005	Evaluations of Cultural Properties. 29 th Ordinary Session, Durban, South Africa, 10-17 July 2005.	WHC-05/29.COM/INF.8B.1
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	09.09.2005	Twenty-Ninth Session, Durban, South Africa, 10-17 July 2005. Decisions of the 29 th Session of the World Heritage Committee [Durban, 2005]. 9 September 2005.	WHC-05/29.COM/22
UNESCO	23.09.2005	Fifteenth General Assembly of States Parties to the Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. Paris, 23 September 2005. [Paris, Unesco Headquarters, Room IV. 10-11 October 2005]. Item 7 of the Provisional Agenda: Adoption of a Declaration on the Conservation of Historic Urban Landscapes, 2005.	WHC-05/15.GA/7
UNESCO	10.2005	Fifteenth general assembly of states parties to the Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. Adoption of a Declaration on the Conservation of Historic Urban Landscapes. Paris: Unesco Headquarters.	-
UNESCO	11.05.2006	Sub-regional Conference on Outstanding Universal Value, Authenticity & Integrity in a Caribbean Context. [Barbados, 7-11 May 2006].	-
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	26.05.2006	Twenty-Ninth Session, Vilnius, Lithuania, 9-16 July 2006. Item 11A of the Provisional Agenda: Presentation of the Periodic Report for Sections I and II of Europe / 11A.2 Clarifications of site limits and property sizes by States Parties in response to the Retrospective Inventory. 26 May 2006.	WHC-06/30.COM/11A.2
UNESCO	06.06.2006	Statement of the Workshop on New Approaches to Urban Conservation held in Jerusalem [4-6 June 2006].	-
UNESCO/WORLD	29.06.2006	Twenty-Ninth Session, Vilnius,	WHC-06/30.COM/INF.9

AUTOR	DATA	TÍTULO	CÓDIGO [DOC.]
HERITAGE COMMITTEE		Lithuania, 9-16 July 2006. Item 9 of the Provisional Agenda: Evaluation of Outstanding Universal Value/ INF.9: Joint Icomos-IUCN paper and papers by Icomos and IUCN on the application of the concept of outstanding universal value. 29 June 2006.	
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	10.05.2007	Thirty-First Session, Christchurch, New Zealand, 23 June-2 July 2007. Item 7.3 of the Provisional Agenda: Issues related to the state of conservation of World Heritage properties: "Expert Meeting on Benchmarks and Chapter IV of the Operational Guidelines" [Paris, 2-3 April 2007]. 10 May 2007.	WHC-07/31.COM/7.3
UNESCO	05.11.2007	Draft Text on Historic Urban Landscapes for the Operational Guidelines. 1 st Draft.	-
UNESCO	14.11.2007	Olinda Report of the Regional Conference "Historic Urban Landscapes in the Americas". [Olinda, Brazil, 12-14 November 2007].	-
UNESCO	12.12.2007	International Expert Workshop on Integrity and Authenticity of World Heritage Cultural Landscapes. Aranjuez, Spain, 11-12 December 2007.	-
UNESCO	2008	Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention.	-
UNESCO/IUCN	2008	Natural World Heritage Nominations A Resource Manual for Practitioners.	-
UNESCO	14.03.2008	World Heritage and Buffer Zones. International Expert Meeting on World Heritage and Buffer Zones Davos. [Switzerland 11 – 14 March 2008]. Paris: Unesco, 2009.	-
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	04.06.2008	Thirty-Second Session, Quebec, Canada, 2-10 July 2008. Item 7.2 of the Provisional Agenda: Proposal for the Preparation of a New Recommendation Relating to Historic Urban Landscapes. 4 June 2008.	WHC-08/32.COM/7.2
UNESCO/WORLD HERITAGE CENTER	2009	International Expert Meeting on World Heritage and Buffer Zones. Davos, Switzerland, 11-14 March 2008. 2009.	-
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	11.05.2009	Thirty-Third Session, Seville, Spain, 22-30 June 2009. Item 13 of the Provisional Agenda: Revision of the Operational Guidelines. 11 May 2009.	WHC-09/33.COM/13
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	11.05.2009	Thirty-Third Session, Seville, Spain, 22-30 June 2009. Item 7 of the	WHC-09/33.COM/7.1

AUTOR	DATA	TÍTULO	CÓDIGO [DOC.]
		Provisional Agenda: Examination of the State of Conservation/ 7.1 Progress Report on the Preparation of a Unesco Recommendation on the Conservation of the Historic Urban Landscape. 11 May 2009.	
UNESCO	11.05.2009	Thirty-third session. [Seville, Spain 22-30 June 2009]. Paris, 11 May 2009. Item 7A of the Provisional Agenda: State of conservation of the properties inscribed on the List of World Heritage in Danger, 2009.	WHC-09/33.COM/7A
UNESCO	11.05.2009	Thirty-third session. [Seville, Spain 22-30 June 2009]. Paris, 11 May 2009. Item 7B of the Provisional Agenda: State of conservation of World Heritage properties inscribed on the World Heritage List, 2009.	WHC-09/33.COM/7B
UNESCO	11.05.2009	Thirty-third session. [Seville, Spain. 22-30 June 2009]. 11 May 2009. Item 9 of the Provisional Agenda: Discussion on Outstanding Universal Value, 2009.	WHC-09/33.COM/9
UNESCO	29.05.2009	Thirty-third session. [Seville, Spain. 22-30 June 2009]. Paris, 29 May 2009. Item 8 of the Provisional Agenda: Establishment of the World Heritage List and of the List of World Heritage in Danger. 8E: Adoption of retrospective Statements of Significance and of Outstanding Universal Value, 2009.	WHC-09/33.COM/8E
UNESCO/ICOMOS	30.06.2009	Evaluations of Cultural Properties. 33 rd Ordinary Session. [Seville, 22-30 June 2009]. Seville, Spain.	WHC-09/33.COM/INF.8B1
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	20.07.2009	Thirty-third Session [Seville, Spain, 22-30 June 2009]. Report of Decisions. Seville.	WHC-09/33.COM/20
UNESCO	23.10.2009	Preliminary study on the technical and legal aspects relating to the desirability of a standard-setting instrument on the conservation of historic urban landscapes. Resolution adopted on the report of the CLT Commission at the 17 th plenary meeting, on 23 October, 2009.	-
UNESCO	03.12.2009	Zanzibar Recommendations on the Application of the Concept of the Historic Urban Landscape in the African Context. Zanzibar 30 November-3 rd December 2009.	-
UNESCO	2010	Report of the decisions adopted by the World Heritage Committee at its 34 th session	WHC-10/34.COM/20
UNESCO	19.02.2010	Unesco International Standard-Setting Instrument on the Conservation of Historic Urban Landscape. Background Paper and	-

AUTOR	DATA	TÍTULO	CÓDIGO [DOC.]
		Draft Recommendation Outline. Prepared by the World Heritage Centre for the Expert Meeting at Unesco in Paris [17-19 February 2010], with contributions from Prof. Jukka Jokilehto.	
UNESCO	19.02.2010	Provisional Agenda Expert Meeting on the Draft Recommendation on the Conservation of Historic Urban Landscape. [Paris, 17-19 February, 2010].	-
UNESCO	25.02.2010	Unesco World Heritage: Serial Properties and Nominations. International Expert Meeting on World Heritage and Serial Properties and Nominations. [Ittingen, Switzerland, 25 - 27 February, 2010].	-
UNESCO	12.04.2010	Recommendation on the Conservation of Historic Urban Landscape. 1 st Draft for discussion.	-
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	03.08.2010	Thirty-fourth session. [Brasília, Brazil. 25 July - 3 August 2010]. Item 9B of the Provisional Agenda: Report on serial nominations and properties. 2010.	WHC-10/34.COM/9B
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	27.05.2011	Thirty-Fifth Session, Paris, 19-29 June 2011. Item 8 of the Provisional Agenda: Establishment of the World Heritage List and of the List of World Heritage in Danger. 8E: Adoption of retrospective Statements of Outstanding Universal Value. 27 May 2011.	WHC-11/35.COM/8E
UNESCO/ICOMOS	07.2011	Cultural Heritage at Risk: from Preparedness to management. A bibliography. Paris: Unesco-Icomos Documentation Centre.	-
UNESCO/ICOMOS	01.09.2011	World Heritage Cultural Landscapes. Description of the World Heritage Sites with a bibliography.	-
UNESCO	2012	Recommendation on the Conservation of Historic Urban Landscape. 1 st Draft HUL Action Plan 2012-2024.	-
UNESCO	07.03.2012	International World Heritage Expert Meeting on Integrity for Cultural Heritage. [12 to 15 March 2012, Al Ain, United Arab Emirates]. In association with the Government of the United Arab Emirates. Background Document on the Notion of Integrity. Prepared by the World Heritage Centre, Icomos, Iccrom and IUCN. Version of 7 March, 2012.	-
UNESCO	14.03.2012	Report of the International Expert Meeting on Integrity for Cultural Heritage. [Al Ain, United Arab Emirates, 12-14 March, 2012].	-

AUTOR	DATA	TÍTULO	CÓDIGO [DOC.]
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	15.06.2012	Thirty-sixth session. [Saint Petersburg, Russian Federation. 24 June – 6 July 2012]. Paris, 15 June 2012. Item 7C of the Provisional Agenda: Reflection on the trends of the state of conservation, 2012.	WHC-12/36.COM/7C
UNESCO	2013	Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention.	-
UNESCO	09.03.2013	International World Heritage Expert Meeting on Visual Integrity. Agra, India. 6 to 9 March 2013. Background Document.	-
UNESCO	09.03.2013	Report of the International Expert Meeting on Visual Integrity. Agra, India. 6 to 9 March 2013.	-
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	05.2013	Thirty-Seventh Session, Phnom Penh, Cambodia, 16-27 June 2013. Item 12 of the Provisional Agenda: Revision of the Operational Guidelines/ 12: Revision of the Operational Guidelines. May 2013.	WHC-13/37.COM/12
UNESCO/WORLD HERITAGE COMMITTEE	07.07.2014	Thirty-eight session [Doha, Qatar, 15 - 25 June 2014]. Decisions adopted by the World Heritage Committee at its 38 th session [Doha, 2014]. Doha.	WHC-14/38.COM/16
UNESCO	2015	Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention.	-
ICOMOS	07.2015	Evaluations of Nominations of Cultural and Mixed Properties to the World Heritage List. Icomos Report for the World Heritage Committee. 39 th Ordinary Session, Bonn, June-July 2015.	WHC-15/39.COM/INF.8B1
IUCN	08.07.2015	IUCN Evaluations of Nominations of Natural and Mixed Properties to the World Heritage List. IUCN Report for the World Heritage Committee. 39 th Session Bonn, Germany, 28 June-8 July 2015.	WHC-15/39.COM/INF.8B2

Documentos doutrinários de preservação

ANO	DOCUMENTO DOUTRINÁRIO	ADOÇÃO E/OU ELABORAÇÃO
1904	RECOMMENDATIONS OF THE MADRID CONFERENCE	Document from the Sixth International Congress of Architects.
1931	CARTA DI ATENE [Principi generali e dottrine concernenti la protezione di monumenti]	Conferenza Internazionale di Atene.
1932	CARTA ITALIANA DEL RESTAURO	Consiglio Superiore per le Antichità e Belle Arti.
1933	LA CHARTE D'ATHÈNES	L'aboutissement du IV ^e Congrès International d'Architecture Moderne [CIAM].
1954	EUROPEAN CULTURAL CONVENTION	Council of Europe. General European Cultural Convention. Paris, 19.XII.1954.

ANO	DOCUMENTO DOUTRINÁRIO	ADOÇÃO E/OU ELABORAÇÃO
1954	HAGUE CONVENTION [Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict]	Done at The Hague, this fourteenth day of May 1954. Guided by the principles concerning the protection of cultural property during armed conflict, as established in the Conventions of The Hague of 1899 and of 1907 and in the Washington Pact of 15 April 1935. In accordance with Article 102 of the Charter of the United Nations, the present Convention shall be registered with the Secretariat of the United Nations at the request of the Director-General of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
1955	EUROPEAN CULTURAL CONVENTION	Council of Europe. European Treaty Series – Number 18. Paris, 19.XII.1954. Adopted in 05/05/1955.
1956	RECOMMENDATION ON INTERNATIONAL PRINCIPLES APPLICABLE TO ARCHEOLOGICAL EXCAVATIONS	Adopted by Unesco General Conference at its Ninth Session, New Delhi, 5 December 1956.
1956	RECOMMENDATION CONCERNING INTERNATIONAL COMPETITIONS IN ARCHITECTURE AND TOWN PLANNING	Adopted by Unesco General Conference at its Ninth Session, New Delhi, 5 December 1956.
1960	RECOMMENDATION CONCERNING THE MOST EFFECTIVE MEANS OF RENDERING MUSEUMS ACCESSIBLE TO EVERYONE	Adopted by Unesco General Conference at its Eleventh Session, Paris, 14 - 15 November 1960.
1960	LA CARTA DI GUBBIO	Dichiarazione finale approvata all'unanimità a conclusione del Convegno Nazionale per la Salvaguardia e il Risanamento dei Centri Storici [Gubbio 17-18-19 settembre 1960]. Il convegno è stato promosso da un gruppo di architetti, urbanisti, giuristi, studiosi di restauro, e dai rappresentanti dei comuni di Ascoli Piceno, Bergamo, Erice, Ferrara, Genova, Gubbio, Perugia, Venezia. Le relazioni sono svolte da: G. Samonà, A. Cederna, M. Manieri Elia, G. Badano, D. Rodella, E.R. Trincanato, G. Romano, L. Belgiojoso, E. Caracciolo, P. Bottoni.
1962	RECOMMENDATION CONCERNING THE SAFEGUARDING OF THE BEAUTY AND CHARACTER OF LANDSCAPES AND SITES	Adopted by Unesco General Conference at its Twelfth Session. Paris, 11 December 1962.
1964	THE VENICE CHARTER [International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites]	Adopted by Icomos in 1965. IInd International Congress of Architects and Technicians of Historic Monuments, Venice, 1964.
1964	RECOMMENDATION ON THE MEANS OF PROHIBITING AND PREVENTING THE ILLICIT EXPORT, IMPORT AND TRANSFER OF OWNERSHIP OF CULTURAL PROPERTY	Adopted at the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, meeting in Paris from 20 October to 20 November 1964, at its thirteenth session.
1967	NORMS OF QUITO	Final Report of the Meeting on the Preservation and Utilization of Monuments and Sites of Artistic and historical Value held in Quito, Ecuador, sponsored by the Organization of American States, from November 29 to December 2, 1967.
1968	RECOMMENDATION CONCERNING THE PRESERVATION OF CULTURAL PROPERTY ENDANGERED BY PUBLIC OR PRIVATE WORKS	Adopted at the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, at its fifteenth session, meeting in Paris from 15 October to 20 November 1968.
1969	EUROPEAN CONVENTION ON THE PROTECTION OF THE ARCHAEOLOGICAL HERITAGE	Done at London, this 6 th day of May 1969.
1970	COMPROMISSO DE BRASÍLIA	Documento assinado do 1º Encontro de Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural,

ANO	DOCUMENTO DOUTRINÁRIO	ADOÇÃO E/OU ELABORAÇÃO
		Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais promovido pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil em 3 de Abril de 1970.
1970	CONVENTION ON THE MEANS OF PROHIBITING AND PREVENTING THE ILLICIT IMPORT, EXPORT AND TRANSFER OF OWNERSHIP OF CULTURAL PROPERTY	Adopted at the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, meeting in Paris from 12 October to 14 November 1970, at its sixteenth session.
1971	COMPROMISSO DE SALVADOR	Documento assinado do 2º Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil promovido pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil.
1972	CARTA ITALIANA DEL RESTAURO	Ministero della Pubblica Istruzione. Circolare n° 117 del 6 aprile 1972.
1972	DECLARATION OF THE UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE HUMAN ENVIRONMENT	Proclaimed at the United Nations Conference on the Human Environment, Stockholm from 5 to 16 June 1972.
1972	RECOMMENDATION CONCERNING THE PROTECTION, AT NATIONAL LEVEL, OF THE CULTURAL AND NATURAL HERITAGE	Adopted at the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, meeting in Paris, at its seventeenth session, from 17 October to 21 November 1972.
1972	RESOLUTIONS OF THE SYMPOSIUM ON THE INTRODUCTION OF CONTEMPORARY ARCHITECTURE INTO ANCIENT GROUPS OF BUILDINGS	Adopted at the International Symposium on the Introduction of Contemporary Architecture into Ancient Groups of Buildings, meeting in Budapest on 27 th and 28 th June 1972, at the time of the Third General Assembly of the International Council on Monuments and Sites.
1974	RESOLUÇÃO DE SÃO DOMINGOS [Experiências na Conservação e Restauração do Patrimônio Monumental dos Períodos Colonial e Republicano]	Documento da Organização dos Estados Americanos e Governo Dominicano referente ao 1º Seminário Interamericano sobre Experiências na Conservação e Restauração do Patrimônio Monumental dos Períodos Colonial e Republicano [República Dominicana].
1975	THE DECLARATION OF AMSTERDAM [European Charter of the Architectural Heritage]	Congress on the European Architectural Heritage, 21 - 25 October 1975. Adopted by the European Council.
1975	RESOLUTIONS OF THE INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON THE CONSERVATION OF SMALLER HISTORIC TOWNS	Adopted at the 4 th Icomos General Assembly. Rothenburg ob der Tauber, 29-30 th May 1975.
1976	CHARTER OF CULTURAL TOURISM	Icomos document of the International Seminar on Contemporary Tourism and Humanism, Brussels, Belgium, on 8 and 9 November 1976.
1976	CONVENTION OF SAN SALVADOR [Convention on the Protection of the Archeological, Historical, And Artistic Heritage of the American Nations]	Approved by the Organization of American States on June 16, 1976, through Resolution AG/RES. 210 [VI-O/76]. Adopted at the Sixth Regular Session of the General Assembly, Santiago, Chile.
1976	RECOMMENDATION CONCERNING THE INTERNATIONAL EXCHANGE OF CULTURAL PROPERTY	Adopted by the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, meeting in Nairobi from 26 October to 30 November 1976, at its nineteenth session.
1976	RECOMMENDATION CONCERNING THE SAFEGUARDING AND CONTEMPORARY ROLE OF HISTORIC AREAS	Adopted by the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, meeting in Nairobi at its nineteenth session, from 26 October to 30 November 1976.
1977	CARTA DE MACHU PICCHU	Documento do Encontro Internacional de Arquitetos, ocorrido em Dezembro de 1977.
1978	RECOMMENDATION FOR THE PROTECTION OF MOVABLE CULTURAL PROPERTY	Adopted at the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, meeting in Paris from 24 October to 28

ANO	DOCUMENTO DOUTRINÁRIO	ADOÇÃO E/OU ELABORAÇÃO
		November 1978, at its twentieth session.
1979	THE BURRA CHARTER [The Conservation of Places of Cultural Significance]	Adopted by Australia Icomos, 1979.
1980	RECOMMENDATION FOR THE SAFEGUARDING AND PRESERVATION OF MOVING IMAGES	Adopted at the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, meeting in Belgrade from 23 September to 28 October 1980, at its twenty-first session.
1981	THE BURRA CHARTER [The Conservation of Places of Cultural Significance]	The revised charter was adopted by Australia Icomos, 23 rd February 1981.
1982	THE FLORENCE CHARTER [Historic Gardens]	Adopted by Icomos in December 1982. The Icomos-Ifla International Committee for Historic Gardens, meeting in Florence on 21 May 1981, decided to draw up a charter on the preservation of historic gardens which would bear the name of that town. The present Florence Charter was drafted by the Committee and registered by Icomos on 15 December 1982 as an addendum to the Venice Charter covering the specific field concerned.
1982	DESCHAMBAULT DECLARATION [Charter for the preservation of Quebec's Heritage]	Adopted by the Conseil des monuments et des sites du Québec, Icomos Canada French-Speaking Committee, April 1982.
1982	DECLARATION OF DRESDEN [Reconstruction of Monuments Destroyed by War]	At the invitation of the Icomos National Committee of the German Democratic Republic, participants from 11 countries held a symposium in Dresden from November 15 th to 19 th , 1982 on the subject of the "Reconstruction of Monuments Destroyed by War".
1982	DECLARAÇÃO DE NAIRÓBI	Documento da Assembleia Mundial dos Estados/Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em encontro ocorrido de 10 a 18 de Maio de 1982 no Quênia.
1982	TLAXCALA DECLARATION ON THE REVITALIZATION OF SMALL SETTLEMENTS	Document of the third Inter-American Symposium on the Conservation of the Building Heritage devoted to the subject of "The Revitalization of Small Settlements", organized by the Mexican National Committee of Icomos and held in Trinidad, Tlaxcala, from 25 to 28 October 1982.
1982	CONVENTION ON THE CONSERVATION OF EUROPEAN WILDLIFE AND NATURAL HABITATS	Council of Europe. European Treaty Series – Number 104. Berne, 19.IX.1979. Adopted in 01/06/1982.
1983	THE APPLETON CHARTER [The Appleton Charter for the Protection and Enhancement of the Built Environment]	Published by Icomos Canada under the auspices of the English-Speaking Committee, Ottawa, Canada, August 1983.
1983	DECLARATION OF ROME	Document done in Rome [9-10 June 1983] on the basis of earlier studies: "Monuments and Sites: conservation action in Italy today".
1985	CONVENTION FOR THE PROTECTION OF THE ARCHITECTURAL HERITAGE OF EUROPE	European Council, Granada, 3.X.1985.
1985	DECLARAÇÃO DO MÉXICO [Políticas Culturais]	Documento da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais promovido pelo Icomos.
1985	EUROPEAN CONVENTION ON OFFENCES RELATING TO CULTURAL PROPERTY	Council of Europe. European Treaty Series – Number 119. Delphi, 23.VI.1985.
1986	WASHINGTON CHARTER [Charter for the Conservation of Historic Towns and Urban Areas]	Adopted by Icomos General Assembly in Washington, DC, October 1987.
1987	1º SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE	Documento do Comitê Brasileiro do Icomos de Julho de 1987.

ANO	DOCUMENTO DOUTRINÁRIO	ADOÇÃO E/OU ELABORAÇÃO
	CENTROS HISTÓRICOS EM ITAIPAVA	
1987	CARTA DE PETRÓPOLIS [Preservação e Revitalização de Centros Históricos]	Documento do 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos.
1987	CARTA DELLA CONSERVAZIONE E DEL RESTAURO DEGLI OGGETTI D'ARTE E DI CULTURA	Ministero per i Beni Culturali e Ambientali.
1987	CONVENTION FOR THE PROTECTION OF THE ARCHITECTURAL HERITAGE OF EUROPE CONVENTION	Council of Europe. European Treaty Series – Number 121. Granada, 3.X.1985. Adopted in 01/12/1987.
1987	THE SANTIAGO DE COMPOSTELA DECLARATION	Council of Europe. 23 October 1987.
1988	THE BURRA CHARTER [The Australia Icomos Charter for the Conservation of Places of Cultural Significance]	The following charter was adopted on 19 th August 1979 at Burra. Revisions were adopted on 23 rd February 1981 and on 23 rd April 1988.
1989	THE VERMILLION ACCORD ON HUMAN REMAINS	Adopted in 1989 at WAC Inter-Congress, South Dakota, USA.
1989	CARTA DE CABO FRIO [Vespuciana, Civilizações nas Américas]	Documento de Conclusões e Recomendações do Seminário Civilizações na América promovido pelo Comitê Brasileiro do Icomos, de 6 de Outubro de 1989 em Cabo Frio.
1989	DECLARAÇÃO DE SÃO PAULO	Documento da Jornada Comemorativa do 25º aniversário da Carta de Veneza, promovida pelo Comitê Brasileiro do Icomos em São Paulo.
1989	RECOMMENDATION ON THE SAFEGUARDING OF TRADITIONAL CULTURE AND FOLKLORE	Adopted on the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, meeting in Paris from 17 October to 16 November 1989 at its twenty-fifth session.
1989	NATIONAL CHARTER FOR THE CONSERVATION AND PRESERVATION OF CULTURAL PROPERTY: LAHORE	Government of Pakistan.
1990	CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO ARQUITECTÓNICO DA EUROPA	A Assembleia da República resolve, nos termos dos artigos 164.º, alínea j, e 169.º, n.º 5, da Constituição, aprovar, para ratificação, a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, assinada em Granada, a 3 de Outubro de 1985, cujo texto original, em inglês e francês, e a respectiva tradução em português seguem em anexo. Aprovada em 16 de Outubro de 1990. O Presidente da Assembleia da República, Vítor Pereira Crespo.
1990	CHARTER FOR THE PROTECTION AND MANAGEMENT OF THE ARCHAEOLOGICAL HERITAGE	Prepared by the International Committee for the Management of Archaeological Heritage [ICAHM] and approved by the 9 th Icomos General Assembly in Lausanne in 1990.
1991	THE QUEBEC CITY DECLARATION	Adopted on the World Heritage Convention, 30 June - 4 July 1991.
1991	RECOMMENDATION N. R [91] 13 OF THE COMMITTEE OF MINISTERS TO MEMBER STATES ON THE PROTECTION OF THE TWENTIETH-CENTURY ARCHITECTURAL HERITAGE	Adopted by the Committee of Ministers on 9 September 1991 at the 461 st meeting of the Ministers' Deputies. Council of Europe. Committee of Ministers.
1991	CARTA DI FIRENZE SUI BENI CULTURALI EUROPEI	Nell'ottobre 1991, organizzato dal Comune di Firenze e dall'Associazione Amici della Certosa, si svolse un Seminario Internazionale tendente ad approfondire i problemi della tutela e della circolazione dei beni culturali, in vista del nuovo regime in cui questi si sarebbero venuti a trovare nella Comunità Europea a partire dal '93. Buona parte dei punti costitutivi della

ANO	DOCUMENTO DOUTRINÁRIO	ADOÇÃO E/OU ELABORAÇÃO
		“Carta di Firenze” sono stati poi alla base del dibattito nel Parlamento Europeo.
1992	CHARTER OF COURMAYEUR	Adopted at the Workshop organized by the Crime Prevention and Criminal Justice Branch at the United Nations Office at Vienna, its International Scientific and Professional Advisory Council [Ispac] and Unesco.
1992	NEW ORLEANS CHARTER FOR JOINT PRESERVATION OF HISTORIC STRUCTURES AND ARTIFACTS	The New Orleans Charter is the product resulting from the two symposia: Museums in Historic Buildings held in Montreal, Quebec [1990] and New Orleans, Louisiana [1991] and co-sponsored by the American Institute for Conservation of Historic and Artistic Works [AIC] and The Association for Preservation Technology International. This Charter has been officially adopted by the Board of Directors of both AIC and APTI. The New Orleans Charter was subsequently adopted by the National Conference of State Historic Preservation Officers at its Annual Meeting in Washington, D.C. in March, 1992.
1992	A PRESERVATION CHARTER FOR THE HISTORIC TOWNS AND AREAS OF THE UNITED STATES OF AMERICA	Adopted by the Historic Towns Committee on March 14, 1992, in Fredericksburg, Virginia, and by the US/Icomos Board of Trustees on May 11, 1992, in Washington, D.C.
1992	CARTA DO RIO [Meio Ambiente e Desenvolvimento]	Documento da Conferência das Nações Unidas pelo Ambiente e Desenvolvimento.
1992	CHARTER FOR THE CONSERVATION OF PLACES OF CULTURAL HERITAGE VALUE	Adopted by the New Zealand National Committee of the International Council on Monuments and Sites at its Annual General Meeting on 4 October 1992.
1992	EUROPEAN CONVENTION ON THE PROTECTION OF THE ARCHAEOLOGICAL HERITAGE	Council of Europe. Valetta, 16.I.1992.
1993	THE FEZ CHARTER	Adopted September 8, 1993, by the Founding General Assembly of the Organization of World Heritage Cities.
1993	THE OAXACA DECLARATION	National Commission for the Knowledge and Use of Biodiversity [Conabio]. Oaxaca, Mexico. November 14, 1993.
1993	GUIDELINES ON EDUCATION AND TRAINING IN THE CONSERVATION OF MONUMENTS, ENSEMBLES AND SITES	Adopted at the General Assembly of the International Council on Monuments and Sites, Icomos, meeting in Colombo, Sri Lanka, at its tenth session from July 30 to August 7, 1993.
1993	RETURN OR RESTITUTION OF CULTURAL PROPERTY TO THE COUNTRIES OF ORIGIN	United Nations General Assembly. A/RES/48/15. 2 November 1993. 47 th plenary meeting.
1994	CARTA DA VILA VIGONI [Conservação dos Bens Culturais Eclesiásticos]	Documento do Encontro sobre “A conservação do patrimônio cultural como dever do Estado e da Igreja” promovido pelo Secretariado da Conferência Episcopal Alemã e pela Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja em 27 e 28 de Fevereiro e 1 de Março de 1994, na Vila Vigoni.
1994	THE NARA DOCUMENT ON AUTHENTICITY	The Nara Document on Authenticity was drafted by the 45 participants at the Nara Conference on Authenticity in Relation to the World Heritage Convention, held at Nara, Japan, from 1-6 November 1994, at the invitation of the Agency for Cultural Affairs [Government of Japan] and the Nara Prefecture. The Agency organized the Nara Conference in cooperation with Unesco, Iccrom and Icomos. This final version of the Nara Document has been edited by the general rapporteurs of the Nara Conference, Mr. Raymond Lemaire and Mr. Herb Stovel.

ANO	DOCUMENTO DOUTRINÁRIO	ADOÇÃO E/OU ELABORAÇÃO
1994	RESOLUTION ON INFORMATION AS AN INSTRUMENT FOR PROTECTION AGAINST WAR DAMAGES TO THE CULTURAL HERITAGE	Resolution done at the international expert meeting held in Stockholm June 9-10 1994 - on Information as an Instrument for Protection against War Damages to the Cultural Heritage on the invitation of the Central Board of National Antiquities, the Swedish National Commission for Unesco and Icomos Sweden. Resolution June 10, 1994.
1994	BUENOS AIRES DRAFT CONVENTION ON THE PROTECTION OF THE UNDERWATER CULTURAL HERITAGE	To be adopted by the General Conference of the United Nations Education, Scientific and Cultural Organization. August 1994.
1994	EUROPEAN CONVENTION ON CINEMATOGRAPHIC CO-PRODUCTION	Council of Europe. European Treaty Series – Number 147. Strasbourg, 2.X.1992. Adopted in 01/04/1994.
1995	CARTA DE BRASÍLIA [Autenticidade]	Documento Regional sobre autenticidade do Cone Sul.
1995	CARTA DE LISBOA SOBRE A REABILITAÇÃO URBANA INTEGRADA	Documento do 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana Lisboa em 21 a 27 de Outubro de 1995.
1995	CHARTER FOR SUSTAINABLE TOURISM	World Conference on Sustainable Tourism. April 1995.
1995	UNIDROIT CONVENTION ON STOLEN OR ILLEGALLY EXPORTED CULTURAL OBJECTS	Done in Rome at the invitation of the Government of the Italian Republic from 7 to 24 June 1995 for a Diplomatic Conference for the adoption of the draft Unidroit Convention on the International Return of Stolen or Illegally Exported Cultural Objects.
1995	BERGEN PROTOCOL	Adopted on June 30, 1995 for the Second General Assembly of the OWHC.
1995	RECOMMENDATION N. R [95] 9 OF THE COMMITTEE OF MINISTERS TO MEMBER STATES ON THE INTEGRATED CONSERVATION OF CULTURAL LANDSCAPE AREAS AS PART OF LANDSCAPE POLICIES	Adopted by the Committee of Ministers on 11 September 1995 at the 543 rd meeting of the Ministers' Deputies. Council of Europe. Committee of Ministers.
1995	DECLARATION OF CUENCA	Workshop on the illicit Traffic of Cultural Property. Cuenca, Ecuador 10 - 15 September, 1995. The Regional Unesco-Icom Workshop on Illicit Traffic of Cultural Property, which took place in the City of Cuenca, Ecuador, with the participation of representatives of the cultural institutions of the Member States of Latin America, of Interpol, of the World Customs Organization, of Unidroit, of the International Council of Museums, Organization of American States, and of the Indigenous Organizations of the Region.
1996	THE DECLARATION OF SAN ANTONIO	Icomos National Committees of the Americas, met in San Antonio, Texas, United States of America, from the 27 th to the 30 th of March, 1996, at the InterAmerican Symposium on Authenticity in the Conservation and Management of the Cultural Heritage to discuss the meaning of authenticity in preservation in the Americas.
1996	DECLARAÇÃO DE SÃO PAULO II	Recomendações brasileiras relativas à 11ª Assembleia Geral do Icomos, ocorrida em Outubro de 1996 em Sofia, Bulgária. A Assembleia teve como tema central do Simpósio Internacional as “Mudanças Sociais e Patrimônio Cultural” e o debate brasileiro discutiu os “Caminhos da Preservação” em São Paulo de 3 a 6 de Julho de 1996, considerando o crescente conflito entre a expansão urbana e a preservação do patrimônio cultural.
1996	PRINCIPLES FOR THE RECORDING OF MONUMENTS, GROUPS OF BUILDINGS AND SITES	Ratified by the 11th Icomos General Assembly in Sofia, October 1996.
1996	DECLARATION OF VALENCIA	The representatives of universities participating at the 1 st

ANO	DOCUMENTO DOUTRINÁRIO	ADOÇÃO E/OU ELABORAÇÃO
		Forum Unesco-University and Heritage Seminar, and together with Iccrom, Icom, Icomos and Ifla, Valencia, Spain – October 1996.
1996	THE KINSHASA DECLARATION	Icom, International Council of Museums. Workshop on the illicit Traffic of Cultural Property. Kinshasa, Dem. Rep. of Congo, [ex-Zaire], June 1996.
1997	CARTA DE FORTALEZA	Documento do Seminário “Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção”, ocorrido em Fortaleza de 14 de Novembro de 1997, no qual foram signatários representantes de instituições públicas e privadas, da Unesco e da sociedade.
1997	CARTA DO MAR DEL PLATA SOBRE PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	Documento das Primeiras Jornadas do Mercosul sobre Patrimônio Intangível, organizadas pelo Cicop [Centro Internacional para a Conservação do Patrimônio] Argentina e pelo órgão da municipalidade de General Pueyrredon, em Mar del Plata, Argentina, de 10 a 13 de Junho de 1997.
1997	DECLARATION OF QUEBEC	II nd International Seminar Forum Unesco - University and Heritage, 5-10 October 1997, University of Laval, Quebec, Canada.
1997	DOCUMENT OF PAVIA	Adopted during a European Summit sponsored by the European Union and DG X. Pavia, Italy, 18 - 22 October 1997.
1997	VERONA CHARTER ON THE USE OF ANCIENT PLACES OF PERFORMANCE	Council of Europe, the European Union and Unesco. Adopted at the International Colloquy held in Verona, August 1997.
1998	THE STOCKHOLM DECLARATION [Declaration of Icomos marking the 50 th anniversary of the Universal Declaration of Human Rights]	Icomos. Stockholm, September 11th, 1998.
1998	THE MELBOURNE DECLARATION	Done by 150 representatives of universities coming from 46 countries all over the world, national and international heritage authorities, the representatives of Icomos, Icom, Iccrom, WMF, UIA present in Melbourne. Deakin University, Melbourne, 4-9 October 1998.
1998	RECOMMENDATION NO. R [98] 4 OF THE COMMITTEE OF MINISTERS TO MEMBER STATES ON MEASURES TO PROMOTE THE INTEGRATED CONSERVATION OF HISTORIC COMPLEXES COMPOSED OF IMMOVEABLE AND MOVEABLE PROPERTY	Adopted by the Committee of Ministers on 17 March 1998 at the 623 rd meeting of the Ministers' Deputies. Council of Europe. Committee of Ministers.
1999	THE BURRA CHARTER [The Australia Icomos Charter for Places of Cultural Significance]	The Burra Charter was first adopted in 1979 at the historic South Australian mining town of Burra; minor revisions were made in 1981 and 1988. Following a five year review, more substantial changes were made resulting in this version which was adopted by Australia Icomos in November 1999.
1999	CARTA DE CARTAGENA DAS ÍNDIAS	Decisão 460 do Conselho Andino de Ministros das Relações Exteriores da Comunidade Andina sobre a Proteção e Recuperação de Bens Culturais do Patrimônio Arqueológico, Histórico, Etnológico, Paleontológico e Artístico da Comunidade Andina, de 25 de Maio de 1999.
1999	INTERNATIONAL CULTURAL TOURISM CHARTER [Managing Tourism at Places of Heritage Significance]	Adopted by Icomos at the 12th General Assembly in Mexico, October 1999.
1999	PRINCIPLES FOR THE PRESERVATION OF	Adopted by Icomos at the 12th General Assembly in

ANO	DOCUMENTO DOUTRINÁRIO	ADOÇÃO E/OU ELABORAÇÃO
	HISTORIC TIMBER STRUCTURES	Mexico, October 1999.
1999	CHARTER ON THE BUILT VERNACULAR HERITAGE	Ratified by the Icomos 12th General Assembly, in Mexico, October 1999.
1999	SECOND PROTOCOL TO THE HAGUE CONVENTION OF 1954 FOR THE PROTECTION OF CULTURAL PROPERTY IN THE EVENT OF ARMED CONFLICT	Adopted by Unesco. Hague, 26 March 1999.
1999	THE UNIVERSITY OF AKHAWAYN DECLARATION IFRANE	The presidents, rectors, deans, professors and students of the universities, the persons in charge of the heritage from 36 countries on the five continents, and representatives of the International Council on Monuments and Sites [Icomos] International Conservation Centre for Restoration of Monuments [Iccrom], and the International Union of Architects and the International Association of Universities [IAU], meeting in Ifrane and Fez. Morocco, 8 December 1999.
2000	CHARTER OF CRACOW	Done by International Conference on Conservation “Kraków 2000”. 26 October 2000.
2000	THE RIGA CHARTER ON AUTHENTICITY AND HISTORICAL RECONSTRUCTION IN RELATIONSHIP TO CULTURAL HERITAGE	Done by the delegations of Estonia, Latvia, Lithuania, Belarus and Ukraine, together with colleagues from Iccrom, Canada, the United States of America and the United Kingdom, assembled here in Riga, Latvia, from 23 rd to 24 th October, 2000, for the Regional Conference on Authenticity and Historical Reconstruction in Relationship to Cultural Heritage, initiated by Iccrom, at the invitation of the Latvian National Commission for Unesco and the State Inspection for Heritage Protection of Latvia, in cooperation with the World Heritage Committee, and the Cultural Capital Foundation of Latvia.
2000	THE MACHINAMI CHARTER [Charter for the Conservation of Historic Towns and Settlements of Japan]	Adopted by the Japanese Association for Machi-nami Conservation and Regeneration, in October 2000. Assented to by Icomos Japan National Committee, in December 2000.
2000	EUROPEAN LANDSCAPE CONVENTION	Adopted by the Council of Europe. Florence, 20.X.2000.
2000	CARTA DE CRACOVIA [Principios para la Conservación y Restauración del Patrimonio Construido]	Conferencia Internacional sobre Conservación “Cracovia 2000”.
2000	THE STIRLING CHARTER [Conserving Scotland’s Built Heritage]	Stirling Council. Environmental Quality Committee. Environmental Services. February 10 th , 2000.
2000	THE VANTAA DOCUMENT [Towards a European Preventive Conservation Strategy]	Adopted at the Vantaa Meeting September 21-22, 2000.
2001	CONVENTION ON THE PROTECTION OF THE UNDERWATER CULTURAL HERITAGE	Adopted on the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, at its 31 st session, meeting in Paris from 15 October to 3 November 2001.
2002	AUSTRALIAN NATURAL HERITAGE CHARTER FOR THE CONSERVATION OF PLACES OF NATURAL HERITAGE SIGNIFICANCE	Australian Committee for IUCN [World Conservation Union], Australian Heritage Commission, Environment Australia, Australian Local Government Association, University of Sydney, University of New South Wales, Environment Institute of Australia, Indigenous community and environmental consultants.
2002	INTERNATIONAL CULTURAL TOURISM CHARTER [Principles and Guidelines for Managing Tourism at Places of Cultural and Heritage Significance]	International Council on Monuments and Sites. Icomos International Cultural Tourism Committee. The Icomos International Cultural Tourism Charter was approved by the Icomos General Assembly in Mexico in October 1999. The Charter was prepared by the Icomos International Scientific Committee on Cultural Tourism.

ANO	DOCUMENTO DOUTRINÁRIO	ADOÇÃO E/OU ELABORAÇÃO
		It replaces the 1976 Icomos Cultural Tourism Charter. December 2002.
2002	SHANGHAI CHARTER	Workshop on Museums and Intangible Heritage - Asia Pacific Approaches. 7 th Regional Assembly of the Asia Pacific Organization International Council of Museums [Icom]. Shanghai, China, 20-25 October 2002.
2002	THE KIMBERLEY DECLARATION [International Indigenous Peoples Summit on Sustainable]	Development Khoi-San Territory Kimberley, South Africa, 20-23 August 2002.
2002	BUDAPEST DECLARATION ON WORLD HERITAGE	Adopted by World Heritage Committee/ Unesco. 28 June 2002.
2003	INDONESIA CHARTER FOR HERITAGE CONSERVATION	Piagam Pelestarian Pusaka Indonesia. Indonesia Heritage Year 2003 organized by Indonesian Network for Heritage Conservation and International Council on Monuments and Sites [Icomos] Indonesia supported by Ministry of Culture and Tourism Republic of Indonesia.
2003	PRINCIPIOS PARA EL ANALISIS, CONSERVACION Y RESTAURACION DE LAS ESTRUCTURAS DEL PATRIMONIO ARQUITECTONICO	Ratificada pela 14 ^a Assembleia Geral do Icomos, em Victoria Falls, Zimbabwe, em Outubro de 2003.
2003	CONVENTION FOR THE SAFEGUARDING OF THE INTANGIBLE CULTURAL HERITAGE	Adopted on the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization hereinafter referred to as Unesco, meeting in Paris, from 29 September to 17 October 2003, at its 32 nd session.
2004	PRINCIPLES FOR THE CONSERVATION OF HERITAGE SITES IN CHINA	Issued by China Icomos Approved by the State Administration of Cultural Heritage.
2004	BELGRADE DECLARATION	Regional Conference on Preventive Activities in Preservation of Cultural Heritage in the Areas Affected by Ethnic Tensions and Armed Conflicts held in Belgrade on May 10 - 11, 2004. Have gathered at the initiative of the Icomos National Committee of Serbia and Montenegro.
2004	CHARTER FOR THE CONSERVATION OF UNPROTECTED ARCHITECTURAL HERITAGE AND SITES IN INDIA [Intach]	Version Adapted at Intach [Indian National Trust For Art and Cultural Heritage] Convention on 2004-10-03/04. New Delhi, India.
2004	OKINAWA DECLARATION ON INTANGIBLE AND TANGIBLE CULTURAL HERITAGE	Okinawa International Forum 2004, "Utaki in Okinawa and Sacred Spaces in Asia: Community Development and Cultural Heritage". March 27 th , 2004.
2004	YAMATO DECLARATION ON INTEGRATED APPROACHES FOR SAFEGUARDING TANGIBLE AND INTANGIBLE CULTURAL HERITAGE	International Conference on The Safeguarding of Tangible and Intangible Heritage. Organized by the Japanese Agency for Cultural Affairs and Unesco. 20-23 October 2004, Nara, Japan.
2005	XI'AN DECLARATION ON THE CONSERVATION OF THE SETTING OF HERITAGE STRUCTURES, SITES AND AREAS	Adopted in Xi'an, China by the 15 th General Assembly of Icomos on 21 October 2005. Final version - 22.10.2005.
2005	VIENNA MEMORANDUM	Adopted by the International Conference on "World Heritage and Contemporary Architecture – Managing the Historic Urban Landscape" as it was presented to the 29 th session of the World Heritage Committee [Durban, 2005] [Document WHC-05/29.COM/5].
2005	CARTA DI SIRACUSA [Per la conservazione, fruizione e gestione delle architetture teatrali antiche]	[Faltam referências no próprio documento].
2005	FARO CONVENTION [Framework Convention on the Value of Cultural Heritage for Society]	Council of Europe. Treaty Series - N° 199. Faro, 2005.

ANO	DOCUMENTO DOUTRINÁRIO	ADOÇÃO E/OU ELABORAÇÃO
2005	HOI AN PROTOCOLS [For best conservation practice in Asia. Professional Guidelines for Assuring and Preserving the Authenticity of Heritage Sites in the Context of the Cultures of Asia]	Adopted by the Asia-Oceania Region at the Icomos General Assembly in Xi'an, China in 2005.
2005	DECLARACIÓN DE SAN MIGUEL DE ALLENDE	Seminario Nuevas miradas sobre la autenticidad e integridad en el Patrimonio Mundial de las Américas/ ICOMOS; IUCN. San Miguel de Allende, Guanajuato, Mexico, 2005.
2006	CARTA DE BAÑOS DE LA ENCINA PARA LA CONSERVACIÓN DE LA ARQUITECTURA DEFENSIVA EN ESPAÑA	Dirección General de Bellas Artes y Bienes Culturales. Ministerio de Cultura. Instituto del patrimonio Histórico Español. Baños de la Encina [Jaén], 29 de Septiembre de 2006.
2007	CARTA DE BAGÉ [Cultura e Memória na Fronteira]	Documento do Seminário “Semana do Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira”, promovido pelo Governo de Bagé, Secretaria Municipal de Cultura de Bagé, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul, Universidade Regional de Campanha e Universidade Federal de Pelotas, de 18 de Agosto de 2007.
2007	THE ICOMOS CHARTER FOR THE INTERPRETATION AND PRESENTATION OF CULTURAL HERITAGE SITES	Proposed Final Draft. Revised under the Auspices of the Icomos International Scientific Committee on Interpretation and Presentation. 10 April 2007.
2008	THE ICOMOS CHARTER ON CULTURAL ROUTES	Prepared by the International Scientific Committee on Cultural Routes [CIIC] of Icomos. Ratified by the 16 th General Assembly of Icomos, Québec [Canada], on 4 October 2008.
2008	CARTA NAZIONALE DELLE PROFESSIONI MUSEALI	International Council of Museums. Comitato Nazionale Italiano. Approvato con alcune integrazioni dalla II Conferenza dei Musei Italiani, svoltasi il 2 ottobre 2006 a Roma, nella sala dello Stenditoio del complesso monumentale del San Michele - Ministero per i Beni e le Attività Culturali.
2008	EUROPEAN CONVENTION FOR THE PROTECTION OF THE AUDIOVISUAL HERITAGE	Council of Europe. European Treaty Series – Number 183. Strasbourg, 8.XI.2001. Adopted in 01/01/2008.
2008	QUÉBEC DECLARATION ON THE PRESERVATION OF THE SPIRIT OF PLACE	Adopted at Québec, Canada, October 4 th , 16 th General Assembly of Icomos 2008.
2008	REGENSBURG RECOMMENDATION [Earth, Wind, Water, Fire: Environmental Challenges to Urban World Heritage]	Organization of World Heritage Cities Northwest-European Regional Conference September 16-18, 2008 in Regensburg, Germany.
2008	THE ICOMOS CHARTER FOR THE INTERPRETATION AND PRESENTATION OF CULTURAL HERITAGE SITES	Reviewed and revised under the Auspices of the Icomos International Scientific Committee on Interpretation and Presentation. Ratified by the 16 th General Assembly of Icomos. Quebec, Canada. 4 October 2008.
2009	CHARTER OF BRUSSELS [Charter of Brussels regarding the role of Cultural Heritage in the economy and the creation of a european network for its recognition and dissemination]	Done by Public Administrations, Institutions, Companies and Experts in the sector for the conservation, restoration and management of Cultural Heritage. Brussels on 30 th June 2009.
2009	LA CARTA DE ÚDINE	Aprobada por la Conferencia Internacional Italia-América Latina celebrada en Udine los días 10, 11 y 12 de septiembre de 2009.
2009	VIMY DECLARATION FOR THE CONSERVATION OF BATTLEFIELD TERRAIN	This document is a draft originally prepared in 2000 by Natalie Bull [Heritage Conservation Program] and David Panton [Veterans Affairs Canada]. The draft was then revised and updated by John Schofield for Icofort [2009]

ANO	DOCUMENTO DOUTRINÁRIO	ADOÇÃO E/OU ELABORAÇÃO
		with comments provided by: Nick Bridgland [English Heritage], John Carman [University of Birmingham], Graham Fairclough [English Heritage], Paul Gough [University of the West of England] and Nick Saunders [University of Bristol].
2010	CARTA DE BRASÍLIA	Documento do “Fórum Juvenil do Patrimônio Mundial Brasil Brasília”.
2010	LIMA DECLARATION FOR DISASTER RISK MANAGEMENT OF CULTURAL HERITAGE	Document of the “Symposium on Disaster Risk Management of Cultural Heritage. Sustainable Conservation of Urban Cultural Heritage in Seismic Zones”.
2010	CHARTER OF FILM RESTORATION	By Vladimir Opela and Vittorio Boarini. The charter been officially endorsed by the current Executive Committee.
2010	ICOMOS NEW ZEALAND CHARTER FOR THE CONSERVATION OF PLACES OF CULTURAL HERITAGE VALUE	The New Zealand National Committee of the International Council on Monuments and Sites. Revised 2010. This revised text replaces the 1993 and 1995 versions.
2011	RECOMMENDATION ON THE HISTORIC URBAN LANDSCAPE	Adopted on 10 November 2011 Unesco’s General Conference, 2011.
2011	THE PARIS DECLARATION ON HERITAGE AS A DRIVER OF DEVELOPMENT	Adopted at Paris, Unesco headquarters, on Thursday 1 st December 2011.
2011	THE VALLETTA PRINCIPLES FOR THE SAFEGUARDING AND MANAGEMENT OF HISTORIC CITIES, TOWNS AND URBAN AREAS	Adopted by the 17 th Icomos General Assembly, Paris 2011.
2011	THE DUBLIN PRINCIPLES [TICCIH Principles for the Conservation of Industrial Heritage Sites, Structures, Areas and Landscapes]	Adopted by the 17 th Icomos General Assembly on 28 November 2011.
2011	FRAMEWORK CONVENTION ON THE VALUE OF CULTURAL HERITAGE FOR SOCIETY	Council of Europe. Treaty Series – Number 199. Faro, 27.X.2005. Adopted in 01/06/2011.
2012	CHARTER OF ISESCO [Charter of the Islamic Educational, Scientific and Cultural Organization]	Adopted by the Founding Conference [Fez, 1402H/1982] and amended by the General Conference at its Special Session [Rabat, 1407H/1986], Fourth Session [Rabat, 1412H/1991], Fifth Session [Damascus, 1415H/1994], Sixth Session [Riyadh 1418H/1997], Ninth Session [ISESCO Permanent Headquarters, Rabat, 1427H/2006], Tenth Session [Tunis, 1430H/2009], and Eleventh Session [Riyadh, 1434H/2012].
2012	THE COLMAR DECLARATION [25 Years of Council of Europe cultural routes]	Council of Europe Cultural Routes Advisory Forum in Colmar. Colmar, 23 November 2012.
2013	THE BURRA CHARTER [The Australia Icomos Charter for Places of Cultural Significance]	The Burra Charter was first adopted in 1979 at the historic South Australian mining town of Burra. Minor revisions were made in 1981 and 1988, with more substantial changes in 1999. Following a review this version was adopted by Australia Icomos in October 2013.

Fontes Secundárias

Integridade

[Desse conjunto também fazem parte alguns textos sobre autenticidade, uma vez que esses termos foram frequentemente abordados de forma conjunta].

BANCROFT, A. *Preserving intangible integrity*. In: **V&A Conservation Journal**. Spring 2012. Issue 60. 2012. s/p.

BARDESCHI, M.D. *Il valore discriminante dell'autenticità nel dibattito sul restauro. Primo e dopo Nara*. In: TOMASZEWSKI, A. **Values and Criteria in Heritage Conservation**. Proceedings of the International Conference of Icomos, Iccrom, Fondazione Romualdo Del Bianco. Florence. March 2nd-4th 2007. Florence: Edizioni Polistampa, 2008. p.196-198.

BENNETT, G. *Commemorative integrity: monitoring the state of Canada's National Historic Sites*. In: ICOMOS CANADA. **Icomos Canada Bulletin**. Volume 4. Número 3. Ottawa, 1995. p.6-8.

BURKE, S. *Integrity and authenticity in the Sydney Opera House nomination for World Heritage Listing*. In: SALASTIE, R. [Ed.]. **Integrity and authenticity in modern movement architecture- Case Paimio Hospital**. International expert seminar. 1-2 October in 2009 in the Paimio Hospital. Helsingfors: Icomos Finland, 2010. p.53-75.

CALDWELL, L.K. *Concepts in Development of International Environmental Policies*. In: **Natural Resources Journal**. Vol. 13. April, 1973. p.190-202.

CAMERON, C. *From Warsaw to Mostar: the World Heritage Committee and authenticity*. In: **APT Bulletin**. Volume 39. Número 23. 2008. p.19-24.

CAMERON, C. *Value and integrity in cultural and natural heritage: from Parks Canada to World Heritage*. In: CLARK, K. **Capturing the Public Value of Heritage**. The Proceedings of the London Conference. 25-26 January 2006. London: English Heritage, 2006. p.71-78.

CASIELLO, S. *Authenticity and restoration: the role of the "Scuola Napoletana"*. In: TOMASZEWSKI, A. **Values and Criteria in Heritage Conservation**. Proceedings of the International Conference of Icomos, Iccrom, Fondazione Romualdo Del Bianco. Florence. March 2nd-4th 2007. Florence: Edizioni Polistampa, 2008. p.211-214.

CLAVIR, M. *Per Guldbeck Memorial Lecture. The conceptual integrity of conservation in museums*. In: **IIC Bulletin**. Volume 18. Número 3. September. Ottawa, 1993. p.1-12.

CLAVIR, M. *Preserving conceptual integrity: ethics and theory in preventive conservation*. In: ROY, A.; SMITH, P. **Preventive conservation practice, theory and research**. Preprints of the contributions to the Ottawa Congress, 12-16 September 1994. London: The International Institute for Conservation of Historic and Artistic Works, 1994. p.53-58.

CLAVIR, M. **Preserving What is Valued: Museums, Conservation and First Nations**. Vancouver: University of British Columbia Press, 2002.

CLAVIR, M. *Reflections on Changes in Museums and the Conservation of Collections from Indigenous Peoples*. In: **JAIC**. Volume 35, Number 2, Article 2, 1996, p.99-107.

CLAVIR, M. *The conceptual integrity of conservation in museums*. In: **Muse**. Volume 12. Número 3. Novembro, 1994. p.30-34.

CLAVIR, M. *The social and historic construction of professional values in conservation*. In: **Studies in conservation**. Volume: 43. Número: 1, 1998. p.1-8.

COMP, T.A. **Virginia City, Nevada: Time, Change and Integrity**. Washington: Icomos United States Committee, 1987.

CONTI, A. *The concept of integrity and authenticity in Latin American 20th century World Heritage Properties. Integrity and Authenticity of the Sanatoria in Argentina*. In: SALASTIE, R. [Ed.]. **Integrity and authenticity in modern movement architecture. Case Paimio Hospital**. International expert seminar. 1-2 October in 2009 in Paimio Hospital. Helsingfors: Icomos Finland, 2010. p.24-51.

CORRÊA, A.M.G. **Preservação digital: autenticidade e integridade de documentos em bibliotecas digitais de teses e**

dissertações. Dissertação em Ciência da Informação. São Paulo: USP, 2010.

DICK, L. *Commemorative Integrity and Cultural Landscapes: Two National Historic Sites in British Columbia*. In: **APT Bulletin**. Vol. 31, No. 4, Managing Cultural Landscapes, 2000. p.29-36.

DIX, G. *Integrity and Integration: Evolution and Rehabilitation in the City-Part 1*. In: **Journal of Architectural Conservation**. No. 2. July, 1996. p.7-22.

DREIJA, K. *Case study: the authenticity and integrity assessment of the Eleja and Remte Manor Parks*. In: **Proceedings of the Latvia University of Agriculture Landscape Architecture and Art**. Volume 2. Number 2. November, 2013. p.21-29.

EDROMA, E. *The notion of integrity for natural properties and cultural landscapes*. In: UNESCO. **Authenticity and Integrity in an African Context**. Expert Meeting, Great Zimbabwe, 26-29 May 2000. p.50-58.

EQUIHUA, M. *Integridad ecológica*. In: MORALES, F.J.L. [Ed.]. **Nuevas miradas sobre la autenticidad e integridad en el patrimonio mundial de las Américas - New views on authenticity and integrity in, the World Heritage of the Americas**. San Miguel Allende, Guanajuato. México. Agosto 24-26, 2005. Monuments&Sites XIII. Icomos, 2005. p.91-94.

ERREGUERENA, P.L. *La autenticidad e integridad en el patrimonio subacuático mexicano*. In: MORALES, Francisco Javier Lopez [Ed.]. **Nuevas miradas sobre la autenticidad e integridad en el patrimonio mundial de las Américas - New views on authenticity and integrity in, the World Heritage of the Americas**. San Miguel Allende, Guanajuato. México. Agosto 24-26, 2005. Monuments&Sites XIII. Icomos, 2005. p.107-113.

ERVIN, J. *Protected Area Assessments in Perspective*. In: **BioScience**. Vol. 53, No. 9 [September 2003]. p.819-822.

FABOZZI, G.C. *L'istanza dell'autenticità nella tradizione della Scuola Fiorentina di Restauro*. In: TOMASZEWSKI, A. **Values and Criteria in Heritage Conservation**. Proceedings of the International Conference of Icomos, Iccrom, Fondazione Romualdo Del Bianco. Florence. March 2nd-4th 2007. Florence: Edizioni Polistampa, 2008. p.202-208.

FABOZZI, G.C. *The need for authenticity in the tradition of the Florentine School of Restoration*. In: TOMASZEWSKI, A. **Values and Criteria in Heritage Conservation**. Proceedings of the International Conference of Icomos, Iccrom, Fondazione Romualdo Del Bianco. Florence.

March 2nd-4th 2007. Florence: Edizioni Polistampa, 2008. p.199-201.

GESER, G.; VAN KASTEREN, J.; KOP, P.; PEREIRA, J.; ROSS, S.; STEEMSON, M.; VISSER, F. **Integrity and Authenticity of Digital Cultural Heritage Objects. Thematic Issue 1**. Austria: DigiCULT, 2002.

GITHITHO, A. *The issues of authenticity and integrity as they relate to the sacred Mijikenda Kayas of the Kenya coasts in Unesco*. In: UNESCO. **Authenticity and Integrity in an African Context**. Expert Meeting, Great Zimbabwe, 26-29 May 2000. p.95-97.

HAUSKELLER, M. **Biotechnology and the Integrity of Life: Taking Public Fears Seriously**. Ashgate Studies in Applied Ethics. Hampshire: Ashgate Publishing, 2010.

HAUSKELLER, M. *Dignity and Integrity. Is there a Difference?*. In: **Revista Romana de Bioethica**. Vol. 1, N. 4, 2003, p.81-88.

HERITAGE. *Integrity of Montréal's Place Ville-Marie threatened*. In: **Heritage: the magazine of the Heritage Canada Foundation**. Volume 8. Número 2. 2005. p.19.

HILL, S.; CABLE, T. *The concept of authenticity: implications for interpretation*. In: **Journal of Interpretation Research**. Volume 11. Número 1. Fort Collins: The National Association for Interpretation, 2006. p.55-66.

JAGGI, C. *Dalla Carta di Atene alla Dichiarazione di Narra. Perché salvaguardare l'autentico?*. In: **Il nostro paese**. Anno 57, N. 285, 2005. p.40-43.

JOHNSON, J. *Rebuilding of a Historic Polish Town: "Retroversion" in Action*. In: **Journal of Architectural Conservation**. N. 2. July, 2000. p.63-71.

JOKILEHTO, J. *Aspetti dell'autenticità*. In: **Topos e progetto**. Número 2. 2000. p. 117-127.

JOKILEHTO, J. *Conservation concepts*. In: ASHURST, J. [Ed.]. **Conservation of Ruins**. Oxford: Butterworth/Elsevier, 2007. p.1-9.

JOKILEHTO, J. *Conservation concepts. Reading 12*. In: SULLIVAN, S.; MACKAY, R. [Ed.]. **Archaeological Sites: Conservation and Management**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2013. p.71-81.

JOKILEHTO, J. *Considerations on authenticity and integrity in World Heritage context*. In: **City & Time**. 2 [1]: 1, 2006. p.1-16.

JOKILEHTO, J. *Considerations on authenticity and integrity in World Heritage context*. In: MORALES, F.J.L. [Ed.]. **Nuevas miradas sobre la autenticidad e integridad en el patrimonio mundial de las Américas - New views on**

authenticity and integrity in, the World Heritage of the Americas. San Miguel Allende, Guanajuato. México. Agosto 24-26, 2005. Monuments&Sites XIII. Icomos, 2005. p.35-48.

JOKILEHTO, J. *Heritage significance in relation to integrity and authenticity in reconstruction sites.* In: **Urban Conservation and Reconstruction in the Gulf Region**, Dubai, 25-26 March 2015. p.1-11.

JOKILEHTO, J. *The Complexity of Authenticity.* In: **Kunstiteaduslikke Uurimusi.** Issue no.18 [3-4]/2009. Tallinn: Studies on Art and Architecture, 2009. p.125-136.

JOKILEHTO, J. **What is OUV? Defining the Outstanding Universal Value of Cultural World Heritage Properties.** With contributions from Christina Cameron, Michel Parent and Michael Petzet. Icomos. Berlin: Hendrik Bäßler Verlag, 2008.

KAUFMANN, D. *Lazarus de Viterbo's Epistle to Cardinal Sirleto concerning the Integrity of the Text of the Hebrew Bible.* In: **The Jewish Quarterly Review.** Vol. 7, No. 2 [Jan., 1895]. p.278-296.

KOBBÉ, G. *The Integrity of Great American Art Collections Largely Due to the Integrity of the Dealers Who Helped Form Them.* In: **The Lotus Magazine.** Vol. 3, No. 6 [Mar., 1912]. p.163-185.

KOWALSKI, A. *When Cultural Capitalization became Global Practice. The 1972 World Heritage Convention.* In: BANDELI, N.; WHERRY, F.F. [Ed.]. **The Cultural Wealth of Nations.** Stanford: Stanford University Press, 2011, p.73-89.

KOWALSKI, W. *Protecting the integrity of a complex heritage object.* In: **Art, Antiquity and Law.** Vol. 3, Issue 2. June, 1998. p.243-252.

KUMIRAI, A., MURINGANIZA, J.; MUNYIKWA, D. *Victoria Falls/ Mosi-Oa-Tunya World Heritage Site [Zambia and Zimbabwe]: issues and values.* In: UNESCO. **Expert Meeting on Authenticity and Integrity in an African Context.** Final Report. Great Zimbabwe. Zimbabwe, 2000, p.108-113.

KUMIRAI, A.; MURINGANIZA, J.; MUNYIKWA, D. *Victoria Falls/Mosi-Oa-Tunya World Heritage site [Zambia and Zimbabwe]: issues and values.* In: UNESCO. **Authenticity and Integrity in an African Context.** Expert Meeting, Great Zimbabwe, 26-29 May 2000. p.108-113.

LEBLANC, F. *Values, authenticity and integrity for good management.* In: MORALES, F.J.L. [Ed.]. **Nuevas miradas sobre la autenticidad e integridad en el patrimonio mundial de las Américas - New views on authenticity and integrity in, the World Heritage of the Americas.** San Miguel Allende, Guanajuato. México. Agosto 24-26,

2005. Monuments&Sites XIII. Icomos, 2005. p.71-76.

LÉVI-STRAUSS, L. *The African cultural heritage and the application of the concept of authenticity in the 1972 Convention.* 2000. In: UNESCO. **Authenticity and Integrity in an African Context.** Expert Meeting, Great Zimbabwe, 26-29 May 2000. p.70-73.

LIRA, F. **Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento.** Recife: Edufpe, 2011.

MARTÍNEZ, L.P. *Autenticidad e integridad en el patrimonio [inmaterial].* In: MORALES, F.J.L. [Ed.]. **Nuevas miradas sobre la autenticidad e integridad en el patrimonio mundial de las Américas - New views on authenticity and integrity in, the World Heritage of the Americas.** San Miguel Allende, Guanajuato. México. Agosto 24-26, 2005. Monuments&Sites XIII. Icomos, 2005. p.167-173.

MAYUMI, L. **Monumento e autenticidade: a preservação do patrimônio arquitetônico no Brasil e no Japão.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Fauusp, 1999.

MELO, R.F.A. **Edifícios novos em sítios históricos. Análise dos impactos sobre a autenticidade e integridade do patrimônio construído.** Dissertação em Desenvolvimento Urbano. Recife: MDU/ UFPE, 2009.

MITCHELL, N. *Considering the Authenticity of Cultural Landscapes.* In: **APT Bulletin.** Vol. 39, No. 2/ 3, 2008. p.25-31.

MITCHELL, N.; RÖSSLER, M.; TRICAUD, P.-M. *Authenticity and integrity in the context of cultural landscapes.* In: **World Heritage Cultural Landscapes. A Handbook for Conservation and Management.** World Heritage Papers 26. Unesco, 2009. p.25-26.

MONTEIRA, A.C. *La autenticidad e integridad en las políticas de patrimonio mundial en Chile.* In: MORALES, F.J.L. [Ed.]. **Nuevas miradas sobre la autenticidad e integridad en el patrimonio mundial de las Américas - New views on authenticity and integrity in, the World Heritage of the Americas.** San Miguel Allende, Guanajuato. México. Agosto 24-26, 2005. Monuments&Sites XIII. Icomos, 2005. p.127-134.

MOSLER, S. *Presenting past landscapes: an approach to visual landscape integrity as a tool for archeological heritage management.* In: **International Journal of Cultural Property.** Volume 16. Número 1. Cambridge, 2009. p.25-48.

MUNJERI, D. *The notions of integrity and authenticity: the emerging patterns in Africa.* In: UNESCO.

Authenticity and Integrity in an African Context. Expert Meeting, Great Zimbabwe, 26-29 May 2000. p.17-19.

NISHIMURA, Y. *Integrity of Historic Urban Landscape.* In: ICOMOS KOREA. **2007 Icomos Asia and the Pacific Regional Meeting. Heritage and Metropolis in Asia and the Pacific.** Date: Mar 29 - June 1, 2007. Seoul: Icomos Korea, 2007. p.19-24.

NISHIMURA, Y. *Path between authenticity and integrity.* In: LIPP, W.; ŠTULC, J.; SZMYGIN, B.; GIOMETTI, S. [Ed.]. **Conservation turn-return to conservation: tolerance for change, limits of change.** Proceedings of the International Conferences of the Icomos, International Scientific Committee for the Theory and the Philosophy of Conservation and Restoration. 5-9 May 2010, Prague/Ceský Krumlov, Czech Republic. 3-6 March 2011, Florence, Italy. Florence: Edizioni Polistampa, 2012. p.72-76.

NISHIMURA, Y. *What is integrity of Historic Urban Landscape?* In: LIPP, W.; ŠTULC, J.; SZMYGIN, B.; GIOMETTI, S. [Ed.]. **Conservation turn-return to conservation: tolerance for change, limits of change.** Proceedings of the International Conferences of the Icomos, International Scientific Committee for the Theory and the Philosophy of Conservation and Restoration. 5-9 May 2010, Prague/Ceský Krumlov, Czech Republic. 3-6 March 2011, Florence, Italy. Florence: Edizioni Polistampa, 2012. p.221-225.

NOON, B.R. *The Integrity of US Ecosystems.* In: **BioScience.** Vol. 53, No. 7 [July 2003]. p.674-676.

NORDENFLYCHT, J. *Tres notas sobre autenticidade.* In: MORALES, F.J.L. [Ed.]. **Nuevas miradas sobre la autenticidad e integridad en el patrimonio mundial de las Américas - New views on authenticity and integrity in, the World Heritage of the Americas.** San Miguel Allende, Guanajuato. México. Agosto 24-26, 2005. Monuments&Sites XIII. Icomos, 2005. p.145-148.

PARK, S.C. *Respecting Significance and Keeping Integrity: Approaches to Rehabilitation.* In: **APT Bulletin: Journal of Preservation Technology.** 37: 4, 2006. p.13-21.

PEARSON, M.; MARSHALL, D. **Study of the condition and integrity of historic heritage places for the 2006 State of Environment Report.** Canberra: Department of Environment and Heritage, 2006.

PÉREZ, M.C. *Autenticidad, integridad y cambios estilísticos en un monumentos histórico artístico.* In: MORALES, F.J.L. [Ed.]. **Nuevas miradas sobre la autenticidad e integridad en el patrimonio mundial de las Américas - New views on**

authenticity and integrity in, the World Heritage of the Americas. San Miguel Allende, Guanajuato. México. Agosto 24-26, 2005. Monuments&Sites XIII. Icomos, 2005. p.163-166.

ROSABAL, P.; PUTNEY, A. *Manteniendo la integridad de los sitios naturales y mixtos del patrimonio de la humanidad.* In: MORALES, F.J.L. [Ed.]. **Nuevas miradas sobre la autenticidad e integridad en el patrimonio mundial de las Américas - New views on authenticity and integrity in, the World Heritage of the Americas.** San Miguel Allende, Guanajuato. México. Agosto 24-26, 2005. Monuments&Sites XIII. Icomos, 2005. p.49-56.

RÖSSLER, M. *Applying authenticity to cultural landscapes.* In: **APT Bulletin.** Volume XXXIX. Número 2-3. 2008. p.47-52.

SALASTIE, R. [Ed.]. **Integrity and authenticity in modern movement architecture- Case Paimio Hospital.** International expert seminar. 1-2 October in 2009 in the Paimio Hospital. Helsingfors: Icomos Finland, 2010.

SETTE, M.P. *Discussion of Authenticity, a Brief Note.* In: TOMASZEWSKI, A. **Values and Criteria in Heritage Conservation.** Proceedings of the International Conference of Icomos, Iccrom, Fondazione Romualdo Del Bianco. Forence. March 2nd-4th 2007. Florence: Edizioni Polistampa, 2008. p.209-210.

STOVEL, H. *An overview of emerging authenticity and integrity requirements for World Heritage nominations.* In: MORALES, F.J.L. [Ed.]. **Nuevas miradas sobre la autenticidad e integridad en el patrimonio mundial de las Américas - New views on authenticity and integrity in, the World Heritage of the Americas.** San Miguel Allende, Guanajuato. México. Agosto 24-26, 2005. Monuments&Sites XIII. Icomos, 2005. p.61-68.

STOVEL, H. *Authenticity on conservation decision-making: the World Heritage perspective.* In: **Journal of Research in Architecture and Planning.** Volume 3. Pakistan: Department of Architecture and Planning, 2004. p.1-8.

STOVEL, H. *Considerations in framing the authenticity question for conservation.* In: LARSEN, K.E. [Ed.]. **Nara Conference on Authenticity in relation to the World Heritage Convention. Japan 1-6 November, 1994. Proceedings.** Paris: Unesco World Heritage Centre. p.393-398.

STOVEL, H. *Effective use of authenticity and integrity as world heritage qualifying conditions.* In: **City & Time.** 2 [3]: 3, 2007. p.21-36.

STOVEL, H. *Origins and influence of the Nara Document on authenticity.* In: **APT Bulletin.** Volume XXXIX. Número 2-3. 2008. p.9-19.

TAYLOR, C. **The ethics of authenticity**. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

THORSELL, J.; PAINE, J. An IUCN/ WCMC *Perspective on safeguarding the integrity of natural World Heritage properties*. In: **Icomos Canada Bulletin**. Volume 4. Número 3. Ottawa, 1995. p.21-23.

TOMASZEWSKI, A. *Conservation between "aesthetics" and authenticity*. In: TOMASZEWSKI, A. **Values and Criteria in Heritage Conservation**. Proceedings of the International Conference of Icomos, Iccrom, Fondazione Romualdo Del Bianco. Florence. March 2nd-4th 2007. Florence: Edizioni Polistampa, 2008. p.227-236.

ULANOWICZ, R.E. *Toward the Measurement of Ecological Integrity*. In: PIMENTEL, D.; WESTRA, L.; NOSS, R.F. [Ed.]. **Ecological Integrity: Integrating Environment, Conservation, and Health**. Washington D.C.: Island Press, 2000, p.99-113.

WESTRA, L. *Ecological Integrity*. In: **Encyclopedia of Science, Technology, and Ethics**. Vol. 2: D-K. Detroit: Macmillan Reference USA, 2005. p.574-578.

WESTRA, L.; BOSSELMANN, K.; WESTRA, R. **Reconciling human existence with ecological integrity science, ethics, economics and law**. London: Earthscan, 2008.

WIRILANDER, H. *Preventive Conservation: a Key Method to Ensure Cultural Heritage's Authenticity and Integrity in Preservation Process*. In: **e-conservation magazine**, No. 24. 2012. p.164-176.

YAI, O. *Authenticity and integrity in African languages: approaches to establish a body of thought*. In: UNESCO. **Authenticity and Integrity in an African Context**. Expert Meeting, Great Zimbabwe, 26-29 May 2000. p.62-64.

Preservação e outros

ABERCROMBIE, M.L.J. **The Anatomy of Judgment: An Investigation into the Processes of Perception and Reasoning**. London: Penguin Books, 1960.

AGENCY FOR CULTURAL AFFAIRS. **An overview of Japan's policies on the protection of cultural properties**. Tokyo: Fy, 2000.

AGENCY FOR CULTURAL AFFAIRS. **Cultural Properties for Future Generations. Outline of the Cultural Administration of Japan**. Cultural Properties Department, Agency for Cultural Affairs, Japan, 2013.

AGENCY FOR CULTURAL AFFAIRS. Government of Japan. **Law for protection of cultural properties [Law n° 214, May 30, 1950 – Last Amendment: Law n° 7, March 30, 2007]**. Tokyo: Cultural Properties Protection Department, 1996.

ALMAGRO, A.; ARCE, I.; FERNÁNDEZ, A. *Reintegración y anastylosis em el proyecto de restauración. Dos ejemplos em Jordania [de la reintegración constructiva a la anastylosis virtual]*. In: BISCONTIN, G; DRIUSSI, G. **Lacune in architettura. Aspetti teorici ed operative**. Atti del Convegno di Studi Bressanone. 1-4 luglio, 1997. Scienza e Beni Culturali XIII.1997. Venezia: Edizioni Arcadia Ricerche S.r.l., 1997. p.247-258.

ANDALORO, M. **La teoria del restauro nel novecento da Riegl a Brandi**. Atti del convegno Internazionale [Viterbo, 12-15 novembre 2003].

Università degli Studi della Toscana. Firenze: Nardini Editore, 2006.

ANDALORO, M.; CATALANO, M. **Il tempo dell'immagine: Cesare Brandi, 1947-1950**. Roma: De Luca, 2009.

ANDERSON, B. *The Importance of Cultural Meaning in Defining and Preserving Sense of Place*. In: TOMLAN, M. [Ed.] **Preservation of what, for whom? A critical look at significance**. Ithaca: National Council for Preservation Education, 1998. p.127-135.

ARGAN, G.C. *Monstrum in fronte monstrum in animo*. In: PEREGO, F. [Org.]. **Anastilos. L'antico, il restauro, la città**. Bari: Editori Laterza, 1986. p.16-19.

ASHLEY-SMITH, J. *Definitions of Damage*. In: **Annual Meeting of the Association of Art Historians**. Londres, 1995. s/p.

ASHURST, J. **Conservation of Ruins**. Burlington: Butterworth-Heinemann, 2006.

AUZAS, P. **Viollet-le-Duc**. Paris: Caisse Nationale des Monuments Historiques et des Sites, 1979.

AVRAMI, E.; MASON, R.; DELA TORRE, M. **Values and Heritage Conservation**. Research Report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000.

BANDARIN, F.; OERS, R.V. **The Historic Urban Landscape: Managing Heritage in an Urban Century**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

- BARNETT, J. **The fractured metropolis**. Boulder: Westview Press, 1995.
- BASILE, G. [Ed.]. **Il pensiero di Cesare Brandi dalla teoria alla pratica**. Atti dei seminari di München, Hildesheim, Valencia, Lisboa, London, Warszawa, Bruxelles, Paris. Associazione Giovanni Secco Suardo. Saonara: Il prato, 2008.
- BASILE, G. **Teoria e Pratica del Restauro in Cesare Brandi. Prima Definizione dei Termini**. Saonara: Il Prato, 2008.
- BATISSE, M.; BOLLA, G. **L'invention du «patrimoine mondial»**. Paris: AAFU, 2003.
- BISCONTIN, G.; DRIUSSI, G. **Lacune in architettura. Aspetti teorici ed operative**. Atti del Convegno di Studi Bressanone. 1-4 luglio, 1997. Scienza e Beni Culturali XIII.1997. Venezia: Edizioni Arcadia Ricerche S.r.l., 1997.
- BOITO, C. **Gite di un'artista**. Milano, 1884.
- BOITO, C. *I Nostri Vecchi Monumenti*. In: **Nuova Antologia**, 1885. p.640-662.
- BOITO, C. **Os restauradores**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- BOITO, C. **Questioni Pratiche di Belle Arti: Restauri, Concorsi, Legislazione, Professione, Insegnamento**. Milano, 1893.
- BONNETTE, M. *Monitoring, some ideas of the concept*. In: ICOMOS CANADA. **Icomos Canada Bulletin**. Volume 4. Número 3. Ottawa, 1995. p.4.
- BRANDI, C. **Carmine o della Pittura**. Firenze: Vallecchi, 1947.
- BRANDI, C. **Celso o della poesia**. Torino: Einaudi, 1956.
- BRANDI, C. *È sempre giusto ricostruire un tempio?*. In: **Italia Nostra**. Bollettino Numero 169-170. Anno XX. Novembre-Dicembre, 1978. 1978. p.25.
- BRANDI, C. *Il fondamento teorico del restauro*. In: **Bollettino dell' Istituto Centrale del Restauro**. N. 1. 1950. p.5-12.
- BRANDI, C. *Il restauro e l'interpretazione dell'opera d'arte*. In: **Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa**. XXIII, 1954. p.90-100.
- BRANDI, C. *Il ristabilimento dell'unità potenziale dell'opera d'arte*. In: **Bollettino dell'Istituto Centrale del Restauro**. Numero 2. Ministero della Pubblica Istruzione. Istituto Poligrafico dello Stato, 1950. p.3-9.
- BRANDI, C. *Il trattamento delle Lacune e la Gestalt Psychologie*. In: **Problems of the 19th and 20th Centuries**. IV. Acts of the Twentieth International Congress of the History of Art. New York, 1961. p.146-151.
- BRANDI, C. *Postscript to the Treatment of Lacunae*. In: **Future Anterior**. Volume IV. Number 1. Summer 2007. p.58-63.
- BRANDI, C. **Segno e imagine**. Postfazione do Paolo D'Angelo. Palermo: Aesthetica Edizioni, 2001.
- BRANDI, C. **Teoria da Restauração**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- BRANDI, C. **Teoria generale della critica**. Torino: Einaudi, 1974.
- BRANDI, C. *Verbete: Concetto del Restauro*. In: **Enciclopedia Universale dell'Arte**. Novara: Istituto Geografico de Agostini, 1983.
- BREITLING, P. *The Origins and development of a Conservation Philosophy in Austria*. In: KAIN, R. **Planning for Conservation**. London, Mansel, 1982. p.49-61.
- BURKE, P. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.
- BURKE, S. *Tolerance for Change: Introducing a concept and a challenge to Icomos members*. In: LIPP, W.; ŠTULC, J.; SZMYGIN, B.; GIOMETTI, S. [Ed.]. **Conservation turn-return to conservation: tolerance for change, limits of change**. Proceedings of the International Conferences of the Icomos, International Scientific Committee for the Theory and the Philosophy of Conservation and Restoration. 5-9 May 2010, Prague/Ceský Krumlov, Czech Republic. 3-6 March 2011, Florence, Italy. Florence: Edizioni Polistampa, 2012. p.77-94.
- CABRAL, R.C. **A noção de “ambiente” em Gustavo Giovannoni e as leis de tutela do patrimônio cultural na Itália**. Tese em Arquitetura e Urbanismo. São Carlos: Instituto de Arquitetura e Urbanismo, 2013.
- CAC. **Code of Ethics and Guidance for Practice of the Canadian Association for Conservation of Cultural Property and of the Canadian Association of Professional Conservators**. Third edition. Ottawa: CAC, 2000.
- CAMERON, C.; RÖSSLER, M. **Many voices, one vision: the early years of the World Heritage Convention**. Surrey: Ashgate Publishing Limited, 2013.
- CAPLE, C. **Conservation skills: judgement, method, decision making**. Routledge: Londres, 2000.
- CAPLE, C. **Objects: reluctant witnesses to the past**. Routledge: Londres, 2006.
- CARBONARA, G. **Avvicinamento al restauro**. Teoria, storia, monumenti. Napoli: Liguori, 1997.

- CARBONARA, G. *Brandi e a restauração arquitetônica hoje*. In: **Desígnio**, 2006, n. 6, p.35-47.
- CARBONARA, G. *La reintegrazione dell'immagine*. In: PEREGO, F. [Org.]. **Anastilosí. L'antico, il restauro, la città**. Bari: Editori Laterza, 1986. p.81-85.
- CARBONARA, G. **La reintegrazione dell'immagine. Problemi di restauro dei monumenti**. Roma: Bulzoni Editore, 1976.
- CARBONI, M. **Cesare Brandi: teoria e esperienza dell'arte**. Roma: Editori Riuniti, 1992.
- CARONNA, A. *L'Eredità della Gestalt e la Teoria di Cesare Brandi*. In: **Kermes**. Numero 57. Anno XVIII. Gennaio/ Marzo, 2005. 2005. p.57-64.
- CARUNCHIO, T. *La lacuna fra "intero" e "totale"*. In: BISCONTIN, G.; DRIUSSI, G. **Lacune in architettura. Aspetti teorici ed operative**. Atti del Convegno di Studi Bressanone. 1-4 luglio, 1997. Scienza e Beni Culturali XIII.1997. Venezia: Edizioni Arcadia Ricerche S.r.l., 1997. p.1-10.
- CASIELLO, S. [Ed.]. **Restauro. Criteri, metodi, esperienze**. Napoli: Electa, 1990.
- CERVELLATI, P. **L'arte di curare la città**. Bologna: Mulino, 2000.
- CESCHI, C. **Teoria e storia del restauro**. Roma: M. Bulzoni, 1970.
- CHIERICI, G. *L'opera di Gustavo Giovannoni*. In: PEROGALLI, C. [org.]. **Architettura e restauro, esempi di restauro eseguiti nel dopoguerra**. Milano: Görlich Editore, 1955.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- CHOAY, F. *Sept Propositions sur le Concept d'Authenticité et son Usage dans les Pratiques du Patrimoine Historique*. In: UNESCO. **Conference de Nara sur l'Authenticité**. Paris: Unesco, 1995, p.101-120. Traduzido para o português por Beatriz Mugayar Kühl.
- CHUNG, S.-J. *East Asian values in historic conservation*. In: **Journal of Architectural Conservation**. Volume 11. N. 1, 2005. p.55-70.
- CLARY, D. **The place where hell bubbled up. A history of the First National Park**. Office of Publications. National Park Service. U.S. Department of the Interior, 1972.
- CLEERE, H. *The Impact of World Heritage Listing*. In: ICOMOS. **Le Patrimoine, Moteur de Développement**. Paris, 2011. p.519-525.
- CODE, A.D. *Aristotle's Metaphysics as a science of principles*. In: **Revue Internationale de Philosophie** 51, 1997. p.357-378.
- COMMONWEALTH OF AUSTRALIA. **Protecting Natural Heritage using the Australian Natural Heritage Charter**. Second Edition. Canberra: Commonwealth of Australia, 2003.
- COMMONWEALTH OF AUSTRALIA. **Significance. A guide to assessing the significance of cultural heritage objects and collections**. Canberra: 2001.
- CONFORTO, M.L. *Una lacuna urbana nel centro di Roma e le antiche strutture della Crypta Balbi*. In: BISCONTIN, G.; DRIUSSI, G. **Lacune in architettura. Aspetti teorici ed operative**. Atti del Convegno di Studi Bressanone. 1-4 luglio, 1997. Scienza e Beni Culturali XIII.1997. Venezia: Edizioni Arcadia Ricerche S.r.l., 1997. p.187-193.
- CONNALLY, E.A. *The conservation of sites and monuments in the New World*. In: **Preserving and restoring monuments and historic buildings**. Paris: Unesco, 1972. p.231-243.
- CORDARO, M. [Org.]. **Il restauro. Teoria e pratica**. Roma: Editori Riuniti, 1994.
- CUNLIFFE, S. *Monitoring and evaluation as practical management tools*. In: ICOMOS CANADA. **Icomos Canada Bulletin**. Volume 4. Número 3. Ottawa, 1995. p.29-31.
- D'AGOSTINO, S.; MARTINES, R. *Reintegrazioni architettoniche e reintegrazioni strutturali: dialogo sul tema della conservazione*. In: BISCONTIN, G.; DRIUSSI, G. **Lacune in architettura. Aspetti teorici ed operative**. Atti del Convegno di Studi Bressanone. 1-4 luglio, 1997. Scienza e Beni Culturali XIII.1997. Venezia: Edizioni Arcadia Ricerche S.r.l., 1997. p.333-342.
- D'ANGELO, P. **Cesare Brandi. Critica d'Arte e Filosofia**. Macerata: Quod Libet, 2006.
- D'OSSAT, G. **Gustavo Giovannoni, storico e critico dell'architettura**. Roma: Istituto di Studi Romani, 1949.
- DE FUSCO, R. **Dov'era ma non com'era**. Firenze: Alinea, 1999.
- DE JONG, F.; ROWLANDS, M. **Reclaiming Heritage. Alternative Imaginaries of Memory in West Africa**. Walnut Creek: Left Coast Press for the Institute of Archeology, University of London, 2007.
- DE MARCO, L. *Steps towards a redefinition of conservation and its instruments. Some reflections aside the Icomos International Conference "Paradigm shift in Heritage Protection? Tolerance for change, Limits for change"* [March, 3rd-6th 2011, Florence]. In: LIPP, W.; ŠTULC, J.; SZMYGIN, B.; GIOMETTI, S. [Ed.]. **Conservation turn-return to conservation: tolerance for change, limits of change**. Proceedings of the International Conferences of the Icomos, International Scientific Committee

for the Theory and the Philosophy of Conservation and Restoration. 5-9 May 2010, Prague/Ceský Krumlov, Czech Republic. 3-6 March 2011, Florence, Italy. Florence: Edizioni Polistampa, 2012. p.328-338.

DEWEY, J. **Art as Experience**. New York: Penguin Book, 2005.

DI STEFANO, R. **John Ruskin, Interprete dell'Architettura e del Restauro**. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1983.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

DUTTON, D. [Ed.]. **The forger's art. Forgery and the Philosophy of Art**. Berkely: University of California Press, 1983.

DVOŘÁK, M. **Catecismo da Preservação de Monumentos**. Tradução Valéria Alves Esteves Lima. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

DVOŘÁK, M. **History of Art as a History of Ideas**. Routledge & Kegan Paul, 1984.

ECO, U. **Obra Aberta**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

FALSER, M.; LIPP, W.; TOMASZEWSKI, A. **Conservation and preservation: interactions between theory and practice: in memoriam Alois Riegl [1858-1905]**. Proceedings of the International Conference of the Icomos International Scientific Committee for the Theory and the Philosophy of Conservation and Restoration, 23-27 April 2008 [Vienna, Austria]. Firenze, 2010.

FANCELLI, P. *Schema di metodo per l'analisi dei centri antichi*. In: **Quaderni dell'Istituto di Storia dell'Architettura**. Serie XVII-XVIII-XIX. Fasc. 97-114, 1970. p.161-172.

FANCELLI, P.[Org.]. **Paulo Philippot. Saggi sul restauro e dintorni**. Antologia. Roma: Buonsignori Editore, 1998.

FEBVRE, L. **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FIENGO, G.; GUERRIERO, L. **Monumenti e ambienti. Protagonisti del restauro del dopoguerra**. Napoli: Arte Tipografica, 2004.

FIENGO, G.; GUERRIERO, L. **Monumenti e documenti: restauri e restauratori del secondo Novecento**. Atti del seminario nazionale. Quaderni del Dipartimento di restauro e costruzione dell'architettura e dell'ambiente. Napoli: Arte Tipográfica, 2011.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FRANCIONI, F. [Ed.]. **The 1972 World Heritage Convention. A Commentary**. Oxford: University Press, 2008.

FRANCO, G. *Lacune e "vuoti" urbani*. In: BISCONTIN, G.; DRIUSSI, G. **Lacune in architettura. Aspetti teorici ed operative**. Atti del Convegno di Studi Bressanone. 1-4 luglio, 1997. Scienza e Beni Culturali XIII.1997. Venezia: Edizioni Arcadia Ricerche S.r.l., 1997. p.411-418.

FROIDEVAUX, Y. **Viollet-le-Duc restaurateur et son influence**. Actes du colloque international Viollet-le-Duc. Paris, 1980.

FURLANETTO, M.M. *Literal/metafórico: um percurso discursivo*. In: **Linguagem em [Dis]curso**. 10[1], 2010. p.151-179

GENOVESE, R.A. *Empathic Civilization and Conservation of Cultural Heritage: limits for changes*. In: LIPP, W.; ŠTULC, J.; SZMYGIN, B.; GIOMETTI, S. [Ed.]. **Conservation turn-return to conservation: tolerance for change, limits of change**. Proceedings of the International Conferences of the Icomos, International Scientific Committee for the Theory and the Philosophy of Conservation and Restoration. 5-9 May 2010, Prague/Ceský Krumlov, Czech Republic. 3-6 March 2011, Florence, Italy. Florence: Edizioni Polistampa, 2012. p.143-150.

GIOVANNONI, G. *Il "diradamento edilizio" dei vecchi centri. Il quartiere della Rinascenza in Roma*. In: **Nuova Antologia**, CLXVI, n. 997, I luglio 1913. p.53-76.

GIOVANNONI, G. **Il restauro dei monumenti**. Roma: Cremonese, 1945.

GIOVANNONI, G. **Vecchie Città ed Edilizia Nuova**. Milano: Città Studi, 1995.

GIOVANNONI, G. *Verbete: Restauro dei Monumenti*. In: **Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti**. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana [Treccani], 1936. p.127-130.

GIZZI, S. *Può la lacuna avere una propria dignità di esistere? [Quando la lacuna non deve essere reintegrata]*. In: BISCONTIN, G.; DRIUSSI, G. **Lacune in architettura. Aspetti teorici ed operative**. Atti del Convegno di Studi Bressanone. 1-4 luglio, 1997. Scienza e Beni Culturali XIII.1997. Venezia: Edizioni Arcadia Ricerche S.r.l., 1997. p.41-58.

GURRIERI, F. *Intinerari del restauro*. In: PEREGO, F. [Org.]. **Anastilosi. L'antico, il restauro, la città**. Bari: Editori Laterza, 1986. p.1-9.

HABER, W. *Concept, origin and meaning of "Landscape"*. In: VON DROSTE, B.; PLACHTER, H.; RÖSSLER, M. [Org.]. **Cultural landscapes of universal value: components of a global strategy**. New York: G. Ficher, 1995. p.38-41.

- HARDING, S. *Value, Obligation and Cultural Heritage*. In: **Arizona State Law Journal**, 1999. p.291-254.
- HARDY, M. [Ed.]. **The Venice Charter revisited: modernism, conservatism and tradition in the 21st century**. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2008.
- HETZLER, F.M. *Causality: Ruin Time and Ruins*. In: **Leonardo**. Vol. 21, No. 1, 1988. p.51-55.
- HOBSON, E. **Conservation and planning: changing values in policy and practice**. Londres: Spon Press, 2004.
- HOLUB, R.C. [Org.]. **Teoria della Ricezione**. Torino: Einaudi, 1989.
- ICOMOS. **Guidance on Heritage Impact Assessments for Cultural World Heritage Properties**. A publication of the International Council on Monuments and Sites. Paris: Icomos, 2011.
- ICOMOS. *Icomos charters & other international doctrinal documents*. In: **US/Icomos Scientific Journal** 1. N. 1, 1999. p.1-107.
- ICOMOS. **International Charters for conservation and restoration**. Icomos. Monuments and sites I. Munique: Lipp GmgH, 2004.
- ICOMOS. **Review of Icomos' working methods and procedures for the evaluation of cultural and mixed properties**. Paris: Icomos, 2010.
- ICOMOS. **The World Heritage List. Filling the Gaps – an Action Plan for the Future**. Monuments and Sites XII. An Icomos study compiled by Jukka Jokilehto, contributions from Henry Cleere, Susan Denyer and Michael Petzet. Paris: Icomos, 2005.
- ICOMOS. **Threats to World Heritage Sites 1994-2004: an Analysis**. Paris: Icomos, 2005.
- ISTITUTO CENTRALE PER IL RESTAURO. Intervista a Paul Philippot, Bruxelles, 12-13 aprile 1999. In: **Bollettino ICR**. Nuove serie, N. 2, 2001. p.9-43.
- JAESCHKE, R. *When does history end?* In: ROY, A.; SMITH, P. **Archeological conservation and its consequences**. London: The International Institute for Conservation of Historic and Artistic Work, 1996. p.86-88.
- JOKILEHTO, J. **A history of architectural conservation. The contribution of English, French, German and Italian thought towards an international approach to the conservation of cultural property**. England: University of York, 1986.
- JOKILEHTO, J. **Considerations on the Impact of Nara**. Nara 2014, Revised in 11/10/2014. Texto não publicado. 2014.
- JOKILEHTO, J. **Iccrom and the Conservation of Cultural Heritage: a History of the Organization's first 50 years**. Rome: Iccrom, 2011.
- JOKILEHTO, J. *International charters on urban conservation: some thoughts on the principles expressed in current international doctrine*. In: **City & Time** 3 [3]: 2, 2007. p.23-42.
- JOKILEHTO, J. *Interrogating Universality in Conservation Theory*. In: **Modern Conservation, Moderna Konservacija**. Icomos Serbia, Belgrade no. 2/2014. p.1-10.
- JOKILEHTO, J. **Interview of Jukka Jokilehto by Branka Šekarić** [05 March 2013]. Texto não publicado. 2013.
- JOKILEHTO, J. *Notes on the Definition and Safeguarding of HUL*. In: **City & Time** 4 [3]: 4, 2010. p.41-51.
- JOKILEHTO, J. *Paul Philippot ed i primi anni del "Rome Centre"*. In: BASILE, G. [Org.]. **Paul Philippot. L'Istituto Centrale del Restauro, la sua organizzazione e le sue posizione riguardo ai principali problemi del restauro dei dipinti**. Palermo: Provenzani Editore, 2012. p.13-24.
- JOKILEHTO, J. *Reflection on Historic Urban Landscapes as a Tool for Conservation*. In: **World Heritage Papers** 27. Managing Historic Cities. Paris: Unesco World Heritage Centre, 2010. p.53-63.
- JOKILEHTO, J. *What is Modern Conservation? Some thoughts about the evolution of modern conservation policies*. In: **Modern Conservation, Moderna Konservacija**. Icomos Serbia, Belgrade no. 1/2013. p.1-9.
- JOKILEHTO, J. *World Heritage: Defining the outstanding universal value*. In: **City & Time** 2 [2]: 1, 2006. p.1-10.
- KEMP, W. *The Work of Art and its Beholder. The Methodology of the Aesthetic of Reception [Originalveröffentlichung]*. In: CHEETHAM, M.A. [Hrsg.]. **The Subjects of Art History: Historical Objects in Contemporary Perspectives**. Cambridge, 1998. p.180-196.
- KERR, J.S. **The conservation plan. A guide to the preparation of conservation plans for places of European cultural significance**. Sidney: The National Trust, 1990.
- KÜHL, B.M. [Org.]. **Gustavo Giovannoni: textos escolhidos**. Cotia: Ateliê Editorial, 2013.
- KÜHL, B.M. *As transformações na maneira de se intervir na arquitetura do passado entre os séculos 15 e 18: o período de formação da restauração*. In: **Sinopses** 36. São Paulo: USP, 2001, p.24-36.

KÜHL, B.M. *Cesare brandi e a teoria da restauração*. In: **Revista da Pós**. n.º21, São Paulo. Junho 2007, p.198-243.

KÜHL, B.M. *Notas sobre a Carta de Veneza*. In: **Anais do Museu Paulista**. Dez 2010, vol.18, n.2, p.287-320.

KÜHL, B.M. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização em São Paulo: problemas teóricos de restauro**. Cotia: Ateliê, 2008.

KWANDA, T. *Western Conservation Theory and the Asian Context: The Different Roots of Conservation*. In: **International Conference on Heritage in Asia: Converging Forces and Conflicting Values**. 8-10 January 2009, organized by the Asia Research Institute, National University of Singapore. p.1-18.

LANDOW, G.P. **The Aesthetic and Critical Theories of John Ruskin**. Princeton, 1971.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 5ª Ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LEE, R.F. **Historical and architectural monuments in the United States. National Park Service**. United States Department of the Interior, 1949.

LEFÈBVRE, H. **Le mode de production étatique**. V.3. Paris: Unión Generale, 1977.

LENNON, J.L. **Natural and cultural heritage**. Theme commentary prepared for the 2006 Australian State of the Environment Committee, Department of the Environment and Heritage. Canberra, 2006.

LEPETIT, B. **Por uma nova história urbana**. Seleção de textos, revisão crítica e apresentação, Heliana Angotti Salgueiro. São Paulo: Edusp, 2001.

LESSING, A. *What is wrong with a forgery?*. In: DUTTON, D. [Ed.]. **The forger's art. Forgery and the Philosophy of Art**. Berkely: University of California Press, 1983. p.58-76.

LIPP, W. *Dimensions of limits – Philosophical and Cultural Aspects*. In: LIPP, W.; ŠTULC, J.; SZMYGIN, B.; GIOMETTI, S. [Ed.]. **Conservation turn-return to conservation: tolerance for change, limits of change**. Proceedings of the International Conferences of the Icomos, International Scientific Committee for the Theory and the Philosophy of Conservation and Restoration. 5-9 May 2010, Prague/Ceský Krumlov, Czech Republic. 3-6 March 2011, Florence, Italy. Florence: Edizioni Polistampa, 2012. p.135-142.

LIPP, W. *What was it that we actually wanted to do? Conservation values in crisis*. In: LIPP, W.; ŠTULC, J.; SZMYGIN, B.; GIOMETTI, S. [Ed.]. **Conservation**

turn-return to conservation: tolerance for change, limits of change. Proceedings of the International Conferences of the Icomos, International Scientific Committee for the Theory and the Philosophy of Conservation and Restoration. 5-9 May 2010, Prague/Ceský Krumlov, Czech Republic. 3-6 March 2011, Florence, Italy. Florence: Edizioni Polistampa, 2012. p.101-110.

LOGAN, W. [Ed.]. **The disappearing Asian City: Protecting Asian's urban heritage in a globalizing world**. Hong Kong: Oxford University Press, 2002.

LOMBARDINI, N. *Some critical considerations on the "limits" and the "tolerance" in the protection of cultural heritage*. In: LIPP, W.; ŠTULC, J.; SZMYGIN, B.; GIOMETTI, S. [Ed.]. **Conservation turn-return to conservation: tolerance for change, limits of change**. Proceedings of the International Conferences of the Icomos, International Scientific Committee for the Theory and the Philosophy of Conservation and Restoration. 5-9 May 2010, Prague/Ceský Krumlov, Czech Republic. 3-6 March 2011, Florence, Italy. Florence: Edizioni Polistampa, 2012. p.344-350.

MACKINTOSH, B. **The National Historic Preservation Act and the National Park Service. A History**. History Division. National Park Service. Department of the Interior. Washington D.C., 1986.

MANZELLE, M. *Edifici senza funzione, forme senza uso: lacuna dell'architettura?*. In: BISCONTIN, G.; DRIUSSI, G. **Lacune in architettura. Aspetti teorici ed operative**. Atti del Convegno di Studi Bressanone. 1-4 luglio, 1997. Scienza e Beni Culturali XIII.1997. Venezia: Edizioni Arcadia Ricerche S.r.l., 1997. p.33-40.

MARCONI, P. *Il restauro architettonico in Italia, oggi*. In: **Casabella: Rivista Internazionale di Architettura e Urbanistica**. Anno 60. Numero 636 [Luglio-Agosto, 1996], 1996. p.71-77.

MARTÍNEZ, A.H. **La clonación arquitectónica**. Madrid: Ediciones Siruela, 2007.

MARTINI, V. **The conservation of Historic Urban Landscapes: an approach**. Volumes 1-2. Ph.D. Dissertation at University of Nova Gorica Graduate School. Venice, 2013.

MASON, R. *Fixing historic preservation: A constructive critique of "significance"*. In: **Places**, 16 [1], 2004. p.64-71.

MATERO, F. *Loss, compensation, and authenticity: the contribution of Cesare Brandi to architectural conservation in America*. In: **Future Anterior**. Volume IV, Issue: 1. 2007. p.44-57.

- MCCOOL, S. *Limits of acceptable change: a framework for managing national protected areas*. In: **Workshop on Impact Management in Marine Parks**. Kuala Lumpur, 1996. p.1-15.
- MCNEELY, J.A.; KEETON, W.S. *The cultural interaction between biological and cultural diversity*. In: VON DROSTE, B.; PLACHTER, H.; RÖSSLER, M. [Org.]. **Cultural landscapes of universal value: components of a global strategy**. New York: G. Fischer, 1995. p.25-37.
- MENEZES, U.T.B. *Cidade capital, hoje?*. In: SALGUEIRO, H.A. [Org.]. **Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos**. São Paulo: Edusp, 2001. p.9-16.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MIARELLI MARIANI, G. **Centri storici. Note sul tema**. Roma: Bonsignori, 1993.
- MUSSO, S. *Lacune esistenti e indotte: effimere, durature e irriducibili*. In: BISCONTIN, G.; DRIUSSI, G. **Lacune in architettura. Aspetti teorici ed operative**. Atti del Convegno di Studi Bressanone. 1-4 luglio, 1997. Scienza e Beni Culturali XIII.1997. Venezia: Edizioni Arcadia Ricerche S.r.l., 1997. p.11-20.
- MUSSO, S. **Questioni di storia e restauro. Dall'architettura alla città**. Firenze: Alinea Editrice, 1988.
- NSW HERITAGE OFFICE. **Assessing heritage significance**. 2001.
- OBERHAIDACHER, J. *L'idea di Riegl di una unità teoretica tra oggetto e osservatore e le sue conseguenze per la storia dell'arte*. In: SCARROCCIA, S. [Org.]. **Alois Riegl: teoria e prassi della conservazione dei monumenti**. Antologia di scritti, discorsi, rapporti 1898-1905, con una scelta di saggi critici. Prefazioni di Andrea Emiliani, Ernst Bacher, Elio Garzillo. Bologna: CLUEB, 1995. p.467-471.
- OERS, R.V. *Preventing the Goose with the Golden Eggs from catching Bird Flu – Unesco's efforts in Safeguarding the Historic Urban Landscape*. In: **42nd Congress of the International Society of City and Regional Planners**. 14 – 18 September 2006, Istanbul, Turkey. p.1-12.
- OERS, R.V. *Towards new international guidelines for the conservation of historic urban landscapes [HUL]s*. In: **City & Time 3 [3]**: 3, 2007. p.43-51.
- OLIN, M. *Forms of Respect: Alois Riegl's Concept of Attentiveness*. In: **The Art Bulletin**. Nova York, 1989. p.285-299.
- PANE, A. **Drafting of the Venice Charter: historical developments in conservation**. 12th Annual Maura Shaffrey Memorial Lecture [Dublin, 10 June 2010]: Dublin, Icomos Ireland, 2011.
- PEARSON, M.; MARSHALL, D. **Study of World Heritage Values, Convict Places**. Department of the Environment, Sport and Territories, 1995.
- PEREIRA, C.R. **O Turismo Cultural e as Missões Unesco no Brasil**. Tese de doutorado MDU/UFPE. Recife, UFPE, 2012.
- PETZET, M. *Conservation/preservation: limits of change*. In: LIPP, W.; ŠTULC, J.; SZMYGIN, B.; GIOMETTI, S. [Ed.]. **Conservation turn-return to conservation: tolerance for change, limits of change**. Proceedings of the International Conferences of the Icomos, International Scientific Committee for the Theory and the Philosophy of Conservation and Restoration. 5-9 May 2010, Prague/Ceský Krumlov, Czech Republic. 3-6 March 2011, Florence, Italy. Florence: Edizioni Polistampa, 2012. p.261-263.
- PETZET, M. **International Principles of Preservation**. Icomos. Monuments and sites XX. Berlin: Hendrik Bäßler Verlag, 2009.
- PHILIPPOT, P. *Historic preservation: philosophy, criteria, guidelines*. In: TIMMONS, S. [Ed.]. **Preservation and conservation: principles and practices**. Proceedings of the North American International Regional Conference [Williamsburg, Virginia and Philadelphia, September 10-16, 1972]. Washington D.C.: Smithsonian Institution Press, 1976. p.367-382.
- PHILIPPOT, P. *Il problema dei rapporti fra storici dell'arte e restauratori*. In: FANCELLI, P. [Cura]. **Paulo Philippot. Saggi sul restauro e dintorni**. Antologia. Roma: Buonsignori Editore, 1998. p.35-37.
- PHILIPPOT, P. *Restauro: filosofia, criteri, linee guida*. [Historic preservation: philosophy, criteria, guidelines, in Preservation and conservation: principles and practices, Atti della North American International Regional Conference [Williamsburg e Philadelphia, 10-16 settembre 1972], a cura di S. Timmons, Washington D.C. 1976, p.367-382. In: FANCELLI, P. [Cura]. **Paul Philippot. Saggi sul restauro e dintorni**. Antologia. Roma: Buonsignori Editore, 1998. p.43-50.
- PLACHTER, H.; RÖSSLER, M. *Cultural landscapes: reconnecting culture and nature*. In: VON DROSTE, B.; PLACHTER, H.; RÖSSLER, M. [Org.]. **Cultural landscapes of universal value: components of a global strategy**. New York: G. Fischer, 1995. p.15-18.
- PRESSOUYRE, L. **The World Heritage Convention, Twenty Years Later**. Paris: Unesco Publishing, 1996.

- RANELUCCI, S. **Il restauro urbano: teoria e prassi**. Turim: UTET Libreria, 2003.
- RICCI, A. **Attorno alla nuda pietra. Archeologia e città tra identità e progetto**. Roma: Donzelli Editore, 2006.
- RIEGL, A. **Das Hollandische Gruppenportrat. Jahrbuch der Kunstsammlungen des Allerhochsten Kaiserhauses**, 1902.
- RIEGL, A. **El Culto Moderno a los Monumentos**. Madrid: Visor, 1999.
- RUFINONI, M.R. **Preservação e Restauro Urbano - Intervenções Em Sítios Históricos Industriais**. São Paulo: Unifesp Editora, 2013.
- RUSKIN, J. **A Lâmpada da Memória**. Tradução Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.
- RUSKIN, J. **Poetry of Architecture**. New York, 1883.
- RUSKIN, J. **Praetoria, The Autobiography of John Ruskin**. Oxford, 1978.
- RUSKIN, J. *The Opening of the Crystal Palace, Considered in Some of its Relations to the Prospect of Art [Pamphlet, 1854]*. In: RUSKIN, J.; COOK, E.T.; WEDDERBURN, A. **The Works of John Ruskin**. Volume 12, Lectures on Architecture and Painting. Londres: Cambridge University Press, 2010.
- SANTOS, M.F. **Aristóteles e as Mutações [Da Geração e da Corrupção das Coisas Físicas]**. São Paulo: 1955.
- SCARROCCHIA, S. [Org.]. **Alois Riegl: teoria e prassi della conservazione dei monumenti**. Antologia di scritti, discorsi, rapporti 1898-1905, con una scelta di saggi critici. Prefazioni di Andrea Emiliani, Ernst Bacher, Elio Garzillo. Bologna: Clueb, 1995.
- SCARROCCHIA, S. **Alois Riegl [1834-1905], archivista del tempo**. 1994
- SCARROCCHIA, S. *Il Destinatario come Produttore. Sulla Cooperazione Interpretativa nelle Opere d'Arte*. In: SCARROCCHIA, S. [Org.]. **Alois Riegl: teoria e prassi della conservazione dei monumenti**. Antologia di scritti, discorsi, rapporti 1898-1905, con una scelta di saggi critici. Prefazioni di Andrea Emiliani, Ernst Bacher, Elio Garzillo. Bologna: Clueb, 1995. p.37-40.
- SCARROCCHIA, S. *La teoria di restauro di Brandi e il paradosso di Bonelli*. In: SCARROCCHIA, S. [Org.]. **Alois Riegl: teoria e prassi della conservazione dei monumenti**. Antologia di scritti, discorsi, rapporti 1898-1905, con una scelta di saggi critici. Prefazioni di Andrea Emiliani, Ernst Bacher, Elio Garzillo. Bologna: Clueb, 1995. p.91-98.
- SCARROCCHIA, S. **Max Dvořák: conservazione e moderno in Austria, 1905-1921**. Milano: FrancoAngeli, 2009.
- SCIFONI, S. **A construção do patrimônio natural**. São Paulo: FFLCH, 2008.
- SCIFONI, S. *Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização*. In: **Geousp - Espaço e Tempo**. São Paulo, N° 14, 2003. p.1-23.
- SEASE, C. *Codes of ethics for conservation*. In: **International Journal of Cultural Property** 7[1]: 98-115, 1998. p.98-115.
- SECCHI, B. **Primeira lição de urbanismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.
- SETTIS, S. **Paesaggio, Costituzione, Cemento. La battaglia per l'ambiente contro il degrado civile**. Torino: Einaudi, 2010.
- SIMMEL, G. *A Ruína*. In: SOUZA, J.; ÖELZE, B. **Simmel e a modernidade**. Brasília: UnB, 1998. p.137-144.
- SMITH, A.W. *Leading at the beginning – Ernest Allen Connally*. In: **Cultural Resource Management**. Volume 24. Number 7. U.S. Department of the Interior. Natural Park Service. Cultural Resources. Washington: McCoy Publishing Services, 2001. p.8-10.
- STANIFORTH, S. **Conservation: Significance, Relevance and Sustainability**. Lecture for Congress in Melbourne, 2008.
- STEPHENSON, J. **Values in Space and Time. A framework for understanding and linking multiple cultural values in landscapes**. New Zealand: University of Otago, 2005.
- STOTT, P.H. *The World Heritage Convention and the National Park Service, 1962–1972*. In: **The George Wright Forum**. Vol. 28, N. 3, 2011. p.279-290.
- STOTT, P.H. *The World Heritage Convention and the National Park Service: The First Two Decades, 1972–1992*. In: **The George Wright Forum**. Vol. 29, N. 1, 2012. p.148-175.
- STOVEL, H. **Introduction to the symposium and Requirements for inscription on the World Heritage List**. “French Creole properties of the Mid-Mississippi Valley Corridor”. Carleton University. Canada's National Forum for Heritage Education in Canada. September 24-26, 2009.
- STOVEL, H. *Monitoring world cultural heritage sites*. In: ICOMOS CANADA. **Icomos Canada Bulletin**. Volume 4. Número 3. Ottawa, 1995. p.15-20.
- TAYLOR, K. *Cultural heritage management: a possible role for charters and principles in Asia*. In: **International Journal of Heritage Studies**. Volume 10. Número 5. Dezembro, 2014. Londres: Routledge, 2014. p.417-433.

- TITCHEN, S.M. **On the construction of outstanding universal value. Unesco's World Heritage Convention [Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage] and the identification and assessment of cultural places for inclusion in the World Heritage List.** Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy of the Australian National University. 1995.
- TOMASZEWSKI, A. *I valori immateriali dei beni culturali nella tradizione e nella scienza occidentale.* In: VALTIERI, S. [Org.]. **Della Bellezza ne è piena la vista! Restauro e conservazione alle latitudini del mondo nell'era della globalizzazione.** Roma: Nuova Argos, 2004. p.30-55.
- TOMASZEWSKI, A. *Tangible and intangible values of cultural property in Western tradition and science.* In: **Proceedings of Icomos International Scientific Symposium: Place – memory – meaning: preserving intangible values in monuments and sites.** Victoria Falls, Zimbabwe, 27-31 October, 2003. p.1-4.
- TOPALOV, C.; BRESCIANI, S.; LILLE, L.C.; D'ARCH, H.R. [Org.]. **A Aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades.** São Paulo: Romano Guerra Editora, 2014.
- TUNG, A. **Preserving the world's great cities: the destruction and renewal of the historic metropolis.** Nova York: Three Rivers Press, 2001.
- TYLER, N.; LIGIBEL, T.; TYLER, I. **Historic preservation: An introduction to its history, principles and practice.** Second Edition. New York: W.W.Norton & Company, 2009.
- UNESCO. **Adapting to change: the state of conservation of the World Heritage forests.** World Heritage Series: Papers. Volume 30. Paris: Unesco, 2011.
- UNESCO. **Cultural Landscapes: the Challenges of Conservation.** World Heritage Papers 7. Paris: Unesco, 2003.
- UNESCO. **State of Conservation of World Heritage Properties Inscribed on the World Heritage List.** Saint Petersburg: Unesco, 2012.
- UNESCO. **World Heritage Cultural Landscapes. A Handbook for Conservation and Management.** World Heritage Papers 26. Paris: Unesco, 2009.
- UNESCO. **World Heritage Cultural Landscapes: 1992-2002.** World Heritage Papers 6. Paris: Unesco, 2003.
- URBANI, G. **Intorno al Restauro.** Milano: Skira, 2000.
- VAN HOFF, H. *The monitoring and reporting of the state of properties inscribed on the World Heritage List.* In: ICOMOS CANADA. **Icomos Canada Bulletin.** Volume 4. Número 3. Ottawa, 1995. p.11-14.
- VIOLLET-LE-DUC, E.E. **Entretiens sur l'Architecture, 1863.** Bruxelles, 1977.
- VIOLLET-LE-DUC, E.E. **Restauração.** Tradução Betriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.
- VLAD BORRELLI, L. **Restauro archeologico: storia e materiali.** Viella: Roma, 2003.
- VON DROSTE, B. *Global landscape in a Global World Heritage Strategy.* In: VON DROSTE, B.; PLACHTER, H.; RÖSSLER, M. [Org.]. **Cultural landscapes of universal value: components of a global strategy.** New York: G. Fischer, 1995. p.20-24.
- VON DROSTE, B.; PLACHTER, H.; RÖSSLER, M. [Org.]. **Cultural landscapes of universal value: components of a global strategy.** New York: G. Fischer, 1995.
- WARD, J. *Cultural heritage site monitoring: towards a periodic, systematic, comparative approach.* In: ICOMOS CANADA. **Icomos Canada Bulletin.** Volume 4. Número 3. Ottawa, 1995. p.54-56.
- WEI, C.; AASS, A. *Heritage conservation: East and West.* In: **Icomos Information.** Número 3. July/September, 1989. Naples: Edizioni Scientifiche Italiane, 1989. p.3-8.
- WINTER, T. *Beyond Eurocentrism?: Heritage conservation and the politics of difference.* In: **International Journal of Heritage Studies: IJHS.** Vol. 20, N. 2, 2014. p.123-137.
- WORKSHOP DAHLEM. **Durability and change: the science, responsibility, and cost of sustaining cultural heritage.** Relatório de Evento. 1992.
- WORTHING, D.; BOND, S. **Cultural Significance in Managing Built Heritage: The Role of Cultural Significance.** Oxford: Blackwell Publishing, 2008.
- ZINGANO, M.A. *A metafísica de Aristóteles.* In: FIGUEIREDO, V. **Filósofos na sala de aula.** Volume 3. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2008. p.12-53.
- ZINGANO, M.A. *Forma, Matéria e Definição na Metafísica de Aristóteles.* In: **Cad. Hist. Fil. Ci., Campinas, Série 3, v. 13, n. 2.** p.277-299.